



DIADORIM

22
NÚMERO 2



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Diretor Adjunto de Pós-Graduação e Pesquisa

Profa. Dra. Profa. Dra. Aniela Improta França

Vice-diretor

Profa. Dra. Ana Calindro

Coordenador do Programa de Letras Vernáculas

Prof. Dra. Maria Eugênia Duarte Lammoglia

Substituto Eventual do Coordenador

Prof. Dra. Eliete Figueira Batista da Silveira

**Comissão Deliberativa
Representantes Docentes**

Língua Portuguesa

Profa. Dra. Célia Regina dos Santos Lopes

Profa. Dra. Silvia Figueiredo Brandão

Profa. Dra. Leonardo Lennertz Marcotulio (suplente)

Literatura Brasileira

Prof. Dr. Aauri Silva Bastos

Profa. Dra. Maria Lucia Guimarães de Faria

Profa. Dra. Anélia Montechiari Pietrani (suplente)

Literaturas Portuguesa e Africanas

Profa. Dra. Carmen Lucia Tindó Ribeiro Secco

Profa. Dra. Luci Pereira Ruas

Profa. Dra. Sofia Maria de Sousa Silva

Prof. Dr. Rafael Santana Gomes (suplente)

Representantes Discentes

Antônio Anderson Marques de Sousa (doutorando, Língua Portuguesa)

Matthews Carvalho Rocha Cirne (doutorando, Literatura Portuguesa)

Secretaria do Programa de Pós-Graduação

Renato Martins

Cynthia Horn

Diretora da Faculdade de Letras

Profa. Dra. Sonia Cristina Reis

Vice-Diretor

Prof. Dr. Humberto Soares da Silva

Diretor Adjunto de Ensino de Graduação

Prof. Dr. Humberto Soares da Silva

Diretor Adjunto de Cultura e Extensão

Prof. Dr. Roberto de Freitas Junior

Diretor Adjunto de Administração e Finanças

Victor Hugo C. dos Santos

CENTRO DE LETRAS E ARTES (CLA)

Decania do Centro de Letras e Artes

Decana: Profa. Dra. Cristina Grafanassi Tranjan

Vice: Prof. Dr. Osvaldo Luiz de Souza Silva

Reitor: Profa. Dra. Denise Pires de Carvalho

Vice-reitor: Prof. Dr. Carlos Frederico Leão Rocha

Sobre o volume

Editora Chefe:

Profa. Dra. Eliete Figueira Batista da Silveira, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Editoras Adjuntas:

Profa. Dra. Marcia dos Santos Machado Vieira, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Profa. Dra. Danielle Kely Gomes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Editores Assistentes de Literatura:

Prof. Dr. Nazir Ahmed Can, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Profa. Dra. Sofia Maria de Sousa Silva, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Editoras Assistentes de Língua:

Profa. Dra. Ana Paula Quadros Gomes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Profa. Dra. Leonor Werneck dos Santos, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Coordenação de Revisão:

Profa. Dra. Ana Paula Victoriano Belchor, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Equipe de Revisão:

Língua Portuguesa

Alex Jefferson Medeiros Fernandes da Silva, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Anna Beatriz Cavalcante de Melo da Cruz, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Anna Lyssa do Nascimento Donato Machado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Caio Mieirol Mendonça, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Izabella Domingues Machado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Maria Izadora Mendonça Zarro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Silvia Carolina Gomes de Souza, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Língua Inglesa:

Esther Gazzola Borges, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fernanda Costa da Silva Machado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Equipe Técnica:

Rafael Andrade, UFRJ, Brasil

Miguel R. Amorim Neto, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Design e Diagramação:

Rafael Andrade, Instituto de Gestão e Educação a Distância - IGEAD, Brasil

Diadorim: Revista de Estudos Linguísticos e Literários - Volume 22, no. 2 (2020) - Rio de Janeiro: UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, 2020.

Quadrimestral

ISSN: 1980-2552.

E-ISSN: 2675-1216.



DIADORIM

22
Número 2

PREFÁCIO

A comissão editorial da *Diadorim: revista de estudos linguísticos e literários* tem a honra de apresentar mais um volume, composto por dois dossiês: literatura e língua.

Seguindo as diretrizes editoriais recomendadas, os editores de seção assumiram a função de, recebidos os artigos, submetê-los ao processo de avaliação duplo cego. Dessa prática, resultou este volume que reúne 15 artigos. Além dos artigos, o volume conta com 01 resenha e 02 entrevistas.

O **dossiê literatura**, organizado por Pere Comellas Casanova (Universitat de Barcelona), tem por objetivo analisar a perspectiva colonizadora na literatura e na expressão linguística, focalizando representações atuais e pretéritas no imaginário coletivo.

Os trabalhos que compõem o **dossiê língua**, organizado por Maria Lucia Leitão de Almeida, Ana Paula Quadros Gomes e Jorge Luiz Ferreira Lisboa Júnior (Universidade Federal do Rio de Janeiro), apresentam análises semânticas sob as perspectivas da semântica cognitiva e da semântica formal.

Há, ainda no **dossiê língua**, seis textos de autoridades na área, convidados pelos editores de seção, a saber: *A semântica do passado composto em português* (projeto de pesquisa); *A análise semântica do radical 'fogo' em chinês*; *O Bruce Willis dos sanduíches: a construção y de x é y de z em sua jornada para um modelo prototípico, como uma forma de alcançar a intersubjetividade*; *Plasticidade discursivo-textual: mecanismos de reanálise*; *A palavra como arma: metáforas de guerra na conceptualização do antagonismo verbal*; e *A categorização em perspectiva sociocognitiva de um africanismo do português do Brasil: o item léxico xereca*.

Esperamos que os trabalhos aqui reunidos possam contribuir para os estudos de literatura e língua.

Aproveite a leitura!

As editoras da Diadorim

PREFACE

The editorial committee of *Diadorim: journal of linguistic and literary studies* has the honor of presenting another volume, composed by two dossiers: literature and language.

Following the recommended editorial guidelines and upon receipt of the articles, the section editors assumed the role of submitting them to the double-blind evaluation process. This practice resulted in a volume of 15 articles. In addition to the articles, the volume includes 01 review and 02 interviews.

The **literature dossier**, organized by Pere Comellas Casanova (Universitat de Barcelona), aims to analyze the colonizing perspective in literature and linguistic expression, focusing on current and past representations in the collective imaginary.

The works that compose the **language dossier**, organized by Maria Lucia Leitão de Almeida, Ana Paula Quadros Gomes and Jorge Luiz Ferreira Lisboa Júnior (Federal University of Rio de Janeiro), present semantic analyses from the perspectives of cognitive semantics and formal semantics.

There are also six texts in the **language dossier** from area specialists, invited by section editors: *The semantics of the past composed in Portuguese (research project)*; *A semantic analysis of the fire radical in Chinese*; *The 'Bruce Willis' of sandwiches: the y of x is y of z construction on its journey towards a paragon model, as one way of achieving intersubjectivity*; *Textual and discursive plasticity: mechanisms of reanalysis*; *Word is 'weapon': war metaphors in the conceptualization of verbal antagonism*; *The categorization of an africanism in Brazilian Portuguese from a sociocognitive perspective: the lexical item xereca*.

We hope that the work gathered here can contribute to the study of literature and language.

Enjoy the reading!

The publishers of Diadorim



DIADORIM

Dossiê Literaturas

Organização Dossiê Literatura:

Pere Comellas Casanova (Universitat Barcelona)

Sumário

Apresentação

- 9** **As línguas e as culturas indígenas: representações literárias e realidade linguística**
Pere Comellas Casanova

Artigos

- 21** **Objetos que nos encaram: apontamentos sobre as relações entre sujeito e objeto no contexto da colonização das Américas**
Felipe Motta Veiga
- 30** **Imágenes de un cuerpo vacío: representaciones de las mujeres indias del Brasil (siglos XVI y XVII)**
Elena Losada Soler
- 42** **Léxico e identidades culturais: análise da toponímia indígena de natureza antropocultural no sertão de Quixeramobim**
Elis Larisse Santos Gonçalves, Exedito Eloísio Ximenes
- 62** **Educação decolonial: opa!!! Não, essa escola tem que começar a ser diferente**
Cloris Porto Torquato, Rosana Hass Kondo
- 87** **As propriedades sintáticas do aplicativo na língua Tenetehára-Guajajara (Tupí-Guaraní)**
Quesler Fagundes Camargos
- 113** **Vida e morte dos santiagos: o realismo mágico na construção de uma nova consciência em Mário Ventura**
Saldanha Ana

Resenha

- 127** **Silva, Giovani José da & Costa, Anna Maria Ribeiro F. M. Da. *Histórias e culturas indígenas na educação básica*. Belo horizonte, autêntica, 2018.**
Maurício Silva



AS LÍNGUAS E AS CULTURAS INDÍGENAS: REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS E REALIDADE LINGUÍSTICA

As identidades coletivas sempre foram altamente complexas, apesar da tendência geral à simplificação que nossas categorias lhes tentam impor. O contato intercultural e interlinguístico se constitui num fator ao mesmo tempo clarificador - desde que oferece uma alteridade evidente com a qual se confrontar - e complexificador - no sentido de que possibilita a hibridação e as identificações múltiplas. Talvez não exista uma situação mais prototípica de contato e confronto brusco, violento, cortante, que a colonização moderna. Diversos povos europeus iniciam no século XVI umas invasões legitimadas não só pela força militar como também por um discurso de suposta superioridade cultural e religiosa. Um movimento que impulsiona uma nova representação do mundo e de seus habitantes produto das novas experiências tanto quanto das expectativas prévias e das projeções interessadas. Um exemplo paradigmático disso é o próprio conceito (e a própria palavra) de «índio» ou «indígena».

A denominação de índio ou indígena responde claramente à criação de uma categoria unificadora de uma alteridade percebida pelos intérpretes europeus como radical e uma respeito da própria autorrepresentação. A imensa diversidade dos povos habitantes da América antes da colonização é assim drasticamente reduzida e condensada em um só conceito que ainda por cima carrega significativamente a expectativa da viagem europeia: afinal a etimologia de «indígena» é nascido na Índia.

Essa enorme diversidade unificada sob o conceito de «índio» tem uma retroação lógica, a da necessidade de um conceito complementário, o de «branco», isto é, uma projeção igualmente redutora nas culturas e nos povos europeus. E mais importante ainda, tem também um efeito de estrangeirização dos povos originários americanos. A apropriação dos territórios colonizados exige a despossessão dos seus antigos usufrutuários, acompanhada de um discurso que visa serem percebidos como estranhos, alheios, paradoxalmente estrangeiros à identidade hegemônica comum, que é a «nacional». Os esforços de uma parte da sociologia, da história, da antropologia e até de alguma literatura por enquadrar as identidades pré-coloniais no tronco principal da identidade cultural brasileira têm sido incapazes de alterar substancialmente o



pensamento hegemônico da população americana (e nomeadamente brasileira) geral. Deste jeito, as culturas indígenas são quase sempre representadas com estereótipos monolíticos, primitivistas, estáticos e folclorizados.

Por esta razão continua a ser imprescindível o estudo tanto das culturas —e no âmbito desta revista, nomeadamente das línguas e das artes da linguagem— ameríndias como das suas representações atuais e pretéritas no imaginário hegemônico.

Os dois primeiros textos deste monográfico tratam precisamente dessa última questão. O artigo de Felipe Vilmar da Motta Veiga, com o título de «Objetos que nos encaram: apontamentos sobre as relações sujeito e objeto no contexto da colonização das Américas», analisa a metáfora utilizada pelo jesuíta Antônio Vieira no «Sermão do Espírito Santo», a qual compara os povos indígenas brasileiros com uma estátua de murta. A murta pode ser facilmente moldada, mas logo depois cresce e desfaz o trabalho do escultor. Os povos indígenas, afirma Vieira, são «dóceis», isto é, muito receptivos à doutrina cristã. Parecem logo perfeitamente doutrináveis, mas com igual facilidade retornam à «bruteza antiga e natural». Vieira, com essa metáfora, desumaniza e coisifica, mas também revela uma cosmologia europeia baseada na dicotomia sujeito-objeto. Ao mesmo tempo, porém, «a analogia que produziu é potente por dizer aquilo que ele não sabe que diz». Segundo o autor do artigo, o texto de Vieira reconhece implicitamente a agentividade indígena e suas palavras acabam por ser «signos de resistência ameríndia».

A sua vez, o texto de Elena Losada - «Imágenes de un cuerpo vacío: representaciones de las mujeres indias del Brasil (siglos XVI y XVII) - explora a construção dessa imagem monolítica do índio desde os primórdios da colonização, que evolui com o tempo em função das expectativas e dos interesses europeus. Do paraíso reencontrado, com os seus habitantes identificados como o paradigma do «bom selvagem», à demonização que os identifica como o mal absoluto (nomeadamente através da mitificação da antropofagia), uma forma de legitimar a escravidão e até o extermínio. Losada centra-se, porém, nas imagens da mulher, do fascínio inicial provocado sobretudo pela nudez até a demonização e a identificação com a bruxaria, nomeadamente das mulheres velhas. Umas mulheres logo do início «vaziadas», duplamente coisificadas: «la representación de la india se limita a la descripción de un cuerpo desnudo, vacío de toda cualidad o defecto».

O artigo seguinte, «Léxico e identidades culturais: análise da toponímia indígena de natureza antropocultural no sertão de Quixeramobim», assinado por Elis Larisse Santos Gonçalves e Expedito Eloísio Ximenes, explora um exemplo de toponímia no Ceará. Para os autores, a nomeação das coisas «funciona como uma espécie de “fazê-las existir” para um mundo de significação», mas é também um exercício de poder, como prova a imposição colonial de inúmeros topônimos para substituir os tradicionais nas línguas indígenas, e de criação identitária: «nomear os lugares diz respeito a como os sujeitos dessas regiões se veem também, como eles se definem e constroem sua identidade, ou de como a reivindicam». O estudo de caso,

formado por três topônimos cearenses, oferece uma interessante perspectiva. De um lado, os topônimos de origem indígena atuam como elo com um passado legitimador da singularidade nacional brasileira. De outro lado, exemplificam uma curiosa manipulação: trata-se de palavras de origem tupi num território tradicionalmente habitado por falantes de línguas jê.

Um dos instrumentos mais importantes de criação de representações inferiorizantes e estereotipadas das culturas indígenas é a escola. O artigo de Cloris Porto Torquato e Rosana Hass Kondo trata dessa questão, em relação com a escola da comunidade guarani de Pizalpinho, Paraná. As autoras apresentam a teoria decolonial, a partir da qual é idealizada uma pedagogia decolonial que ressignifique a instituição «com o intuito de resistir e reexistir». A educação descolonizadora pretende reverter o epistemicídio planejado pela colonização, que promove «uma inferiorização, uma desumanização e negação de tudo que destoa da cultura dominante». É o «racismo epistêmico», presente inclusive na denominada escola intercultural indígena, que com frequência aplica programas que «chegam às escolas indígenas prontos, porém sem a participação deles». A legislação favorável ao respeito às culturas e ao conhecimento indígena não só não é suficiente (porque não é aplicada), mas até pode resultar contraproducente quando é um pretexto para não ir além. No projeto educativo decolonial «não se trata de sistemas educacionais distintos e tampouco de escolarizar os conhecimentos indígenas, mas sim de construir uma educação a partir de um currículo intercultural, no qual o modo, o tempo e o espaço de aprender e ensinar do indígena sejam respeitados e valorizados».

Uma das representações coloniais mais resistentes é o menosprezo às línguas indígenas. Numa projeção dos preconceitos contra os povos, com frequência as suas línguas são consideradas pobres, simples, «sem gramática». Por isso o estudo dessas línguas é fundamental para pôr em evidência com toda a claridade que essas opiniões não têm nenhuma base. O artigo «As propriedades sintáticas do aplicativo na língua tenetehára-guajajára (tupi-guarani)» é uma valiosa contribuição nesse sentido. O texto apresenta um mecanismo linguístico que permite introduzir «um argumento aplicado com a propriedade semântica de beneficiário/recipiente» através de um morfema acrescentado à forma verbal. Essa estrutura «aplicativa», já conhecida em várias línguas (no artigo são citadas as línguas uto-astecas, as línguas bantas, algumas línguas tupi-guaranis ou o inglês) é estudada no caso na língua tenetehára-guajajára, da família tupi-guarani. O autor analisa as propriedades sintáticas e semânticas da estrutura e apresenta as análises feitas por outros autores tanto na própria língua tenetehára como em outras da família tupi-guarani. O texto conclui que em tenetehára o «objeto aplicado apresenta as mesmas propriedades sintáticas do objeto direto».

O seguinte trabalho é um contraponto completamente distinto. É o único deste dossiê que trata um tema puramente literário, mas também o único não focalizado nas culturas e as línguas indígenas, pelo menos no sentido habitual do termo. No entanto, no contexto contribui para problematizar a própria categoria de «indígena» e permite traçar paralelismos interessantes entre a subordinação de classe e a étnico-cultural. Em «*Vida e morte dos*

Santiagos: o realismo mágico na construção de uma nova consciência em Mário Ventura», Ana Maria Saldanha analisa as chaves do romance português que transcorre numa aldeia imaginária do Alentejo. Aparentemente, nada a ver com uma cultura indígena. E no entanto, em muitos aspetos é possível ver até que ponto determinados mecanismos de opressão são universais. Por exemplo, no que diz respeito à linguagem: «A violência do poder assumia, num contexto de opressão socioeconômico, uma opressão de ordem linguística: ao tentar impor uma palavra, silenciava todas as outras». Palavras silenciadas no Portugal rural oprimido; palavras (línguas) silenciadas na América colonizada. Mas também em relação com as cosmologias. Se no primeiro artigo do dossiê eram confrontadas a cosmologia cristã e a indígena, aqui podemos encontrar amostras do que prototipicamente é considerado próprio da cosmovisão indígena nas terras de Portugal: circularidade temporal, correspondência entre fenômenos naturais e humanos, realismo mágico... Talvez um indício de que não existe propriamente uma mentalidade europeia ou ocidental e uma mentalidade indígena, mas sim mentalidades hegemônicas e subalternas, epistemologias dominantes e marginalizadas.

Finalmente, o dossiê fecha com a resenha do livro de Giovani José da Silva e Anna Maria Ribeiro F. M. da Costa, *Histórias e culturas indígenas na educação básica*. Como diz o resenhista Maurício Silva, «uma obra de inegável importância para quem quer adentrar o universo da temática indígena na escola, servindo, ao mesmo tempo, de texto teórico e manual prático para a atividade docente em sala de aula».



INDIGENOUS LANGUAGES AND CULTURES: LITERARY REPRESENTATIONS AND LINGUISTIC REALITY

Collective identities are always extremely complex, despite the general tendency toward simplification imposed by the categories we use. Intercultural and interlinguistic contact is clarifying, in that it offers a clear otherness that we have to face, and at the same time complicating, in the sense that it makes hybridization and multiple identities possible. There is probably no more elemental situation of contact and brusque, violent and sharp-edged confrontation than modern colonization. The invasions by various European states that started in the xvth century were legitimised not just by military force, but also by a discourse of supposed cultural and religious superiority. These were movements that led to a new representation of the world and its inhabitants, caused by new experiences, prior expectations and interested projections. A basic example is the very concept (and word) «indian» or «indigenous».

Calling peoples «indian» or «indigenous» clearly involves the creation of a unifying category of otherness perceived by European interpreters as radical and uniform, as against the peoples of America's own self-representations. The immense diversity of the peoples of America before colonisation is thus drastically reduced and is condensed into a single concept. In addition, significantly this concept expresses the expectations of European travellers: after all, the etymology of «indigenous» is «born in India».

This enormous diversity unified under the concept of «indian» has a logical consequence, the need for a complementary concept, that of «white», i.e. an equally reductionist projection of European cultures and peoples. And still more importantly, it also has an effect of foreignization of America's original peoples. The appropriation of colonized territories requires the dispossession of their former inhabitants, accompanied by a discourse designed to have them perceived as strange, alien, paradoxically foreigners within the common hegemonic identity, which is the «nation». The efforts of a good part of sociology, history, anthropology and even a certain literature to frame precolonial identities as the main trunk of Brazilian cultural identity have not been able to shift In any substantial way the hegemonic thinking of the general American (and particularly the Brazilian) population. Thus, indigenous cultures are nearly



always represented through monolithic, primitivist, static and folkloric stereotypes. This is why the study of Amerindian cultures — and in this journal, their languages and the arts of language in particular — and of their past and present representations in the hegemonic imagination continues to be indispensable.

The first two texts in this dossier deal with precisely this last point. Felipe Vilmar da Motta Veiga's article, entitled «Objects that confront us: notes on subject and object relationships in the context of the colonization of the Americas», analyzes the metaphor used by the Jesuit Antônio Vieira in the «Sermon of the Holy Spirit», which compares Brazilian indigenous peoples with a myrtle statue. Myrtle can be modelled easily, but at once it grows and undoes the sculptor's work. Indigenous peoples, Vieira affirms, are «docile», i.e. highly receptive to Christian doctrine. They immediately seem to be perfectly indoctrinated, but just as easily return to their «ancient and normal brutishness». This metaphor of Vieira's dehumanizes and reifies, but also reveals a European cosmology based on the subject-object dichotomy. At the same time, however, «the analogy he has employed is powerful because it says what he does not know that it says». According to the author of the article, Vieira's text implicitly recognizes indigenous agency and his words end up being «signs of Amerindian resistance».

Then the text by Elena Losada, «Images of an empty body: representations of Indian women in Brazil (xvith and xviith centuries)», explores the construction of this monolithic image of Indians since the start of colonization, an image that evolves over time in line with European expectations and interest. It moves from paradise regained, with its inhabitants identified as the paradigm of the «noble savage», to their demonization, by which their identification with absolute evil (especially through the myths of cannibalism) becomes a way to legitimise slavery and even extermination. Losada focuses on images of women, from the initial fascination caused by nudity to demonization and identification with witchcraft, especially in old women. Women who right from the start were «emptied», doubly reified: «the representation of the Indian woman is limited to the description of a naked body, empty of any quality or defect».

The following article, «Vocabulary and cultural identities: analysis of the indigenous toponyms of an anthro-cultural nature in the Sertão de Quixeramobim» by Elis Larisse Santos Gonçalves and Expedito Eloísio Ximenes, studies an example of toponyms in the state of Ceará. For the authors, naming things «functions as a kind of “making them exist” in a world of signifying», but it is also an exercise of power, as is shown by the colonial imposition of innumerable toponyms to replace traditional names in indigenous languages. It is too an exercise in creating identity: «naming places has to do with how the subjects of these regions see themselves, how they define themselves, how they construct their identities and how they claim their rights». The case study of three toponyms provides an interesting perspective. The toponyms with indigenous origins act as a link with the past that legitimizes Brazil's national singularity. Yet, on the other hand, they demonstrate a curious manipulation: they are terms that are tupí in origin in an area traditionally inhabited by jê speakers.

Schools are one of the most important instruments creating humiliating and stereotypical representations of indigenous cultures. Cloris Porto Torquato and Rosana Hass Kondo's article deals with this question in relation to the school in the guaraní community of Pizalpinho, Paraná. The authors put forward the decolonial theory, whereby decolonial teaching re-signifies the institution «with the aim of resisting and re-existing». Decolonizing education aims to reverse the epistemicide planned by colonization. The latter promotes «humiliation, dehumanization and denial of everything that is discordant with the dominant culture». It is «epistemic racism», present even in indigenous intercultural schools, which often apply programmes that «arrive at the indigenous schools ready-made, with no input from the school». Legislation that is favourable to indigenous cultures and knowledge is not only insufficient (because it is not applied), but may be counter-productive when it is an excuse for not taking any further measures. In the decolonial educational project, «we are not talking of different educational systems or of bringing indigenous knowledge into school, but of constructing education on the basis of an intercultural curriculum in which the indigenous person's manner, time and space for learning and teaching are respected and valued».

One of the most resistant colonial representations is disdain for indigenous languages. One of the most common prejudices is that their languages are poor, simple and «lack grammar». This is why the study of these languages is essential in order to show with absolute clarity that these opinions are totally groundless. The article, «The syntactic properties of the applicative in the tenetehara-guajajara (tupí-guaraní) language», is a valuable contribution in this respect. The text introduces a linguistic mechanism that gives «an argument applied with the semantic property of beneficiary/recipient» by means of a morpheme added to the verb form. The use of this «applicative» structure in tenetehara-guajajara, also known in various other languages (the article cites the utoaztec languages, Bantu, some tupi-guaraní languages and English), is studied. The author analyzes the syntactic and semantic properties of the structure and gives the analysis made by other authors for both tenetehara and other languages in the same family. The text concludes that in tenetehara «the applied object has the same syntactic properties as the direct object».

The following piece is in a completely different register. It is the only article in the dossier that discusses a purely literary question and also the only one that does not focus on indigenous cultures and languages, or rather not in the normal use of the term. However, it contributes by posing the same category of «indigenous» and traces interesting parallels between class subordination and ethnic-cultural values. In «Vida e morte dos Santiagos: magic realism in the construction of a new consciousness in Mário Ventura», Ana Maria Saldanha analyzes the keys to this Portuguese novel that is set in an imaginary village in the Alentejo. Though at first glance the novel has nothing to do with indigenous culture, it shows in several ways to what extent particular mechanisms of oppression are universal. For example, in relation to language: «The violence of power assumed, in a context of social and economic oppression, an oppression of a

linguistic order: when a word was imposed, it silenced all others». Silenced words in oppressed rural Portugal; words (languages) silenced in colonized America. This is also true in relation to cosmologies. Whereas in the first article of the dossier Christian and indigenous cosmologies were compared, here we can find examples in Portugal of what is considered intrinsic to an indigenous view of the cosmos: circular time, correspondence between natural and human phenomena, magic realism. It indicates that separate European or Western and indigenous mentalities may well not exist, but rather that what does exist are hegemonic and subaltern mentalities, dominant and marginalized epistemologies.

The dossier finishes with the review of the book, *Indigenous histories and culture in basic education* by Giovanni José da Silva and Anna Maria Ribeiro F. M. Da Costa. As the reviewer Maurício Silva writes, this is «a work of undeniable importance for all who want to delve deeper into the universe of indigenous peoples in school. It can be used as both theoretical text and practical manual for classroom teaching».



LES LLENGÜES I LES CULTURES INDÍGENES: REPRESENTACIONS LITERÀRIES I REALITAT LINGÜÍSTICA

Les identitats col·lectives sempre són altament complexes, malgrat la tendència general a la simplificació que les nostres categories proven d'imposar-los. El contacte intercultural i interlingüístic constitueix un factor alhora clarificador —ja que ofereix una alteritat evident a la qual confrontar-se— i complexificador —en el sentit que possibilita la hibridació i les identifications múltiples. Potser no hi ha cap situació més prototípica de contacte i confrontació brusca, violenta, tallant, que la colonització moderna. Diversos pobles europeus inicien al segle XVI unes invasions legitimades no només per la força militar sinó també per un discurs de suposada superioritat cultural i religiosa. Un moviment que provoca una nova representació del món i dels seus habitants producte de noves experiències tant com de prèvies expectatives i de projeccions interessades. Un exemple paradigmàtic ho és el mateix concepte (i la mateixa paraula) «indi» o «indígena».

La denominació d'indi o indígena respon clarament a la creació d'una categoria unificadora d'una alteritat percebuda pels intèrprets europeus com a radical i única respecte de la pròpia autorepresentació. La immensa diversitat dels pobles d'Amèrica abans de la colonització es redueix així dràsticament i es condensa en un únic concepte que a més a més implica significativament l'expectativa del viatge europeu: al capdavall l'etimologia d'«indígena» és «nascut a l'Índia».

Aquella enorme diversitat unificada sota el concepte d'«indi» té una retroacció lògica, la de la necessitat d'un concepte complementari, el de «blanc», és a dir, una projecció igualment reduccionista de les cultures i els pobles europeus. I encara més important, també té un efecte d'estrangerització dels pobles originaris americans. L'apropiació dels territoris colonitzats exigeix la desposseïció dels seus antics usufructuaris, acompanyada d'un discurs que pretén que siguin percebuts com a estranys, aliens, paradoxalment estrangers a la identitat hegemònica comuna, que és la «nacional». Els esforços d'una part de la sociologia, la història, l'antropologia i fins i tot de certa literatura per emmarcar les identitats precoloniales en el tronc principal de la identitat cultural brasilera han estat incapaços d'alterar substancialment el pensament hegemònic



de la població americana (i especialment de la brasilera) general. D'aquesta manera, les cultures indígenes són gairebé sempre representades amb estereotips monolítics, primitivistes, estàtics i folkloritzats.

Per aquesta raó continua sent imprescindible l'estudi tant de les cultures —i en l'àmbit d'aquesta revista, sobretot de les llengües i de les arts del llenguatge— ameríndies com de les seves representacions actuals i pretèrites en l'imaginari hegemònic.

Els dos primers textos d'aquest dossier tracten precisament d'aquesta darrera qüestió. L'article de Felipe Vilmar da Motta Veiga, titular «Objectes que ens confronten: apunts sobre les relacions subjecte i objecte en el context de la colonització de les Amèriques», analitza la metàfora usada pel jesuïta Antônio Vieira en el «Sermó de l'Esperit Sant», la qual compara els pobles indígenes brasilers amb una estàtua de murtra. La murtra pot modelar-se fàcilment, però tot seguit creix i desfà la feina de l'escultor. Els pobles indígenes, afirma Vieira, són «dòcils», és a dir, molt receptius a la doctrina cristiana. De seguida semblen perfectament adoctrinats, però amb la mateixa facilitat retornen a la «brutesa antiga i natural». Vieira, amb aquesta metàfora, deshumanitza i cosifica, però també revela una cosmologia europea basada en la dicotomia subjecte-objecte. Alhora, però, «l'analogia que ha produït és potent perquè diu el que no sap que diu». Segon l'autor de l'article, el text de Vieira reconeix implícitament l'agentivitat indígena i les seves paraules acaben sent «signes de resistència ameríndia».

Al seu torn, el text d'Elena Losada —«Imatges d'un cos buit: representacions de les dones índies del Brasil (segles XVI i XVII)— explora la construcció d'aquesta imatge monolítica de l'indi des de l'inici de la colonització, que evoluciona amb el temps en funció de les expectatives i dels interessos europeus. Del paradís retrobat, amb els seus habitants identificats com el paradigma del «bon salvatge», a la demonització que els identifica amb el mal absolut (sobretot mitjançant la mitificació de l'antropofàgia), una manera de legitimar l'esclavitud i fins i tot l'extermini. Losada se centra, però, en les imatges de la dona, des de la fascinació inicial provocada sobretot per la nuesa fins a la demonització i la identificació amb la bruixeria, especialment en les dones velles. Unes dones de bon començament «buidades», doblament cosificades: «la representació de l'índia es limita a la descripció d'un cos nu, buit de qualsevol qualitat o defecte».

L'article següent, «Lèxic i identitats culturals: anàlisi de la toponímia indígena de naturalesa antropocultural al Sertão de Quixeramobim», signat per Elis Larisse Santos Gonçalves i per Expedito Eloísio Ximenes, estudia un exemple de toponímia a l'estat de Ceará. Per als autors, denominar les coses «funciona com una espècie de "fer-les existir" a un món de significació», però també és un exercici de poder, com ho prova la imposició colonial d'innombrables topònims per substituir els tradicionals en llengües indígenes, i de creació identitària: «anomenar els llocs té a veure amb com els subjectes d'aquestes regions es veuen també, com es defineixen i com construeixen la seva identitat, o com es reivindiquen». L'estudi de cas, format per tres topònims, ofereix una interessant perspectiva. D'una banda, els topònims d'origen indígena

actuen com un lligam amb un passat legitimador de la singularitat nacional brasilera. D'una altra banda, exemplifiquen una curiosa manipulació: es tracta de termes d'origen tupí en un territori tradicionalment habitat per parlants de llengües jê.

Un dels instruments més importants de creació de representacions inferioritzadores i estereotipades de les cultures indígenes és l'escola. L'article de Cloris Porto Torquato i de Rosana Hass Kondo tracta d'aquesta qüestió, en relació amb l'escola de la comunitat guaraní de Pizalpinho, Paraná. Les autores presenten la teoria decolonial, a partir de la qual es planteja una pedagogia decolonial que resignifiqui la institució «amb la intenció de resistir i de reexistir». L'educació descolonitzadora pretén revertir l'epistemicidi planificat per la colonització, que promou «una inferiorització, una deshumanització i negació de tot el que desentona de la cultura dominant». És el «racisme epistèmic», present fins i tot en la denominada escola intercultural indígena, que sovint aplica programes que «arriben a les escoles indígenes ja fets, però sense la seva participació». Amb la legislació favorable al respecte per les cultures i pel coneixement indígena no només no n'hi ha prou (perquè no s'aplica), sinó que pot resultar contraproductiu quan és una excusa per no anar més enllà. En el projecte educatiu decolonial «no es tracta de sistemes educacionals diferents i tampoc d'escolaritzar els coneixements indígenes, sinó de construir una educació a partir d'un currículum intercultural en què la manera, el temps i l'espai d'aprendre i d'ensenyar de l'indígena es respectin i es valorin».

Una de les representacions colonials més resistents és el menyspreu per les llengües indígenes. En una projecció dels prejudicis contra els pobles, sovint les seves llengües es consideren pobres, simples, «sense gramàtica». Per això l'estudi d'aquestes llengües és fonamental per posar en evidència amb tota claredat que aquestes opinions no tenen cap base. L'article «Les propietats sintàctiques de l'aplicatiu en la llengua tenetehara-guajajara (tupí-guaraní)» és una valuosa contribució en aquest sentit. El text presenta un mecanisme lingüístic que permet introduir «un argument aplicat amb la propietat semàntica de beneficiari/recipient» mitjançant un morfema afegit a la forma verbal. Aquesta estructura «aplicativa», ja coneguda en diverses llengües (l'article cita les utoasteques, les bantus, algunes llengües tupíguaranís o l'anglès) s'estudia en el cas de la llengua tenetehara-guajajara. L'autor analitza les propietats sintàctiques i semàntiques de l'estructura i presenta les anàlisis fetes per altres autors tant en la llengua tehetehara com en altres de la mateixa família. El text conclou que en tenetehara «l'objecte aplicat presenta les mateixes propietats sintàctiques que l'objecte directe».

El treball següent és un contrapunt completament diferent. És l'únic del dossier que tracta d'un tema purament literari, i també l'únic que no està focalitzat en les cultures i les llengües indígenes, si més no en el sentit habitual del terme. Tanmateix, en el context contribueix a plantejar-se la mateixa categoria d'«indígena» i permet traçar paral·lelismes interessants entre la subordinació de classe i l'etnicocultural. A «*Vida e morte dos Santiagos: el realisme màgic en la construcció d'una nova consciència en Mário Ventura*», Ana Maria Saldanha analitza les claus de la novel·la portuguesa que transcorre en un poble imaginari de l'Alentejo portuguès.

Aparentment, res a veure amb una cultura indígena. I tanmateix, en molts aspectes s'hi pot veure fins a quin punt determinats mecanismes d'opressió són universals. Per exemple, en el que té a veure amb la llengua: «La violència del poder assumia, en un context d'opressió socioeconòmica, una opressió d'ordre lingüístic: quan intentava imposar una paraula, silenciava totes les altres». Paraules silenciades en el Portugal rural oprimit; paraules (llengües) silenciades en l'Amèrica colonitzada. Però també en relació amb les cosmologies. Si en el primer article del dossier es comparaven la cosmologia cristiana i la indígena, aquí podem trobar mostres del que prototípicament es considera propi de la cosmovisió indígena en terres portugueses: circularitat temporal, correspondència entre fenòmens naturals i humans, realisme màgic... Potser un indicatiu que no existeix pròpiament una mentalitat europea o occidental i una mentalitat indígena, sinó mentalitats hegemòniques i subalternes, epistemologies dominants i marginades.

El dossier acaba amb la ressenya del llibre de Giovani José da Silva e d'Anna Maria Ribeiro F. M. Da Costa, *Histórias e culturas indígenas na educação básica*. Com diu el ressenyador Maurício Silva, «una obra d'innegable importància per a qui vol endinsar-se en l'univers de la temàtica indígena a l'escola, que serveix alhora de text teòric i de manual pràctic per a l'activitat docent a l'aula».



**OBJETOS QUE NOS ENCARAM: APONTAMENTOS SOBRE AS
RELAÇÕES ENTRE SUJEITO E OBJETO NO CONTEXTO DA
COLONIZAÇÃO DAS AMÉRICAS**
**OBJECTS THAT FACE US: NOTES ON THE RELATIONS BETWEEN
SUBJECT AND OBJECT IN THE CONTEXT OF THE
COLONIZATION OF AMERICAS**

Felipe Vilmar da Motta Veiga¹

RESUMO

O artigo toma como pano de fundo o contexto político-cultural da colonização das Américas, nos séculos XVI e XVII, para refletir sobre diferentes modos de conceber as categorias de sujeito e objeto, tão fundamentais à racionalidade ocidental. Em vez de operar com uma dicotomia que situaria, em polos opostos, uma concepção europeia cristã e uma concepção ameríndia, a proposta é indicar pontos de convergência e de divergência entre tais concepções, sobretudo no que diz respeito ao olhar dirigido por esses povos, o europeu cristão e o ameríndio, às imagens que circulam no interior de suas sociedades. O fio condutor da reflexão é o “Sermão do Espírito Santo”, de Antônio Vieira. Se por um lado o procedimento discursivo do jesuíta passa por objetificar os indígenas brasileiros, privando-os de interioridade ou de espírito, por outro, o mesmo sermão, quando lido a partir de noções vigentes no pensamento ameríndio, como aquelas referidas por Eduardo Viveiros de Castro (2002, 2006) e Diana Taylor (2013), pode sugerir um sentido não pejorativo a essa objetificação. Sustenta-se aqui, portanto, que o texto de Vieira, escrito e veiculado com intenções específicas, é todavia capaz de se desviar das intenções de seu próprio autor, caso o interpretemos desde outro ângulo.

PALAVRAS-CHAVE: Antônio Vieira; Cristãos; Ameríndios; Objeto; Imagem

ABSTRACT

The paper takes as its background the political-cultural context of the colonization of Americas in 16th and 17th centuries, in order to reflect on different ways of conceiving the categories of subject and object, which are fundamental to western rationality. Instead of operating with a dichotomy that would put at opposite poles an European Christian conception and an Amerindian conception, the purpose is to indicate some points of convergence and divergence between these conceptions, mainly in respect to the problem of seeing images that circulate within European Christian and Amerindian societies. The driving force throughout this reflection is the “Sermon on the Holy Spirit”, by Antonio Vieira. If, on the one hand, the discursive procedure of the Jesuit is to objectify the Brazilian Indians, depriving them of interiority or spirit, on the other, when read in accordance with notions that exist in Amerindian thought, like those referred by Eduardo Viveiros de Castro (2002, 2006) and Diana Taylor (2013), the same sermon can suggest a non-pejorative meaning to this objectification. Therefore, it is sustained here that Vieira’s text, written and conveyed with specific intentions, is nevertheless capable of deviating from its own author intentions, in case we interpret it from another angle.

KEYWORDS: Antonio Vieira; Christians; Amerindians; Object; Image

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). E-mail: felipeveiga11@hotmail.com.



A teimosia da murta

No “Sermão do Espírito Santo”, publicado em 1657, Antônio Vieira fala dos desafios enfrentados pelos missionários europeus no processo de catequização das populações nativas d’além-mar. O padre ilustra a “diferença que há entre umas nações e outras na doutrina da fé” (2014, p. 425), e que exige dos missionários posturas pedagógicas específicas para cada caso, a partir da analogia com dois tipos distintos de estátuas, a estátua de mármore e a de murta.

A primeira delas, escreve Vieira, é difícil de ser esculpida, exatamente por causa da rigidez do mármore; “mas, depois de feita uma vez, não é necessário que lhe ponham mais a mão” (VIEIRA, 2014, p. 424), está terminada e conservará placidamente a forma gravada. Esta seria uma imagem para as nações que, num momento inicial, se opõem com unhas e dentes à pregação católica, e que, num momento posterior, quando enfim vencidas pelo talho obstinado dos jesuítas, não precisam ser submetidas a novos reparos: “uma vez que receberam a fé, ficam nela firmes e constantes [...]: não é necessário trabalhar mais com elas.” (VIEIRA, 2014, p. 425).

A estátua de murta, por seu turno, não oferece grande resistência ao jardineiro que quiser moldá-la. Sua matéria é leve, flexível, fácil de podar. Em compensação, “é necessário andar sempre reformando e trabalhando nela” (VIEIRA, 2014, p. 424), pois a murta vive e seus galhos não cessam de crescer, distorcem a configuração da estátua, perturbam a estabilidade e as medidas da *obra*, recordam incansavelmente ao jardineiro que a murta continua sendo murta mesmo depois de ter virado estátua. Esta seria uma imagem para as “nações” do Brasil. O que leva o padre a condenar a gente brasileira como “a mais bruta, a mais ingrata, a mais inconstante, a mais avessa, a mais trabalhosa de ensinar de quantas há no mundo” (VIEIRA, 2014, p. 422) é o fato de que essa gente, a princípio, parece aceitar com muita “docilidade” a catequese, mostrando-se disposta a assimilar os dogmas transmitidos pelos jesuítas, interessada genuinamente em abandonar a “bruteza antiga e natural” (VIEIRA, 2014, p. 425) em troca dos preceitos *cultivados* pela civilização; tão logo os jardineiros da Companhia de Jesus relaxem e descuidem de sua missão, no entanto, eis que a tal gente retoma seus “costumes bárbaros”, seus traços selvagens ressurgem — na estátua que foi podada à semelhança do homem europeu despontam galhos intempestivos, indícios da natureza que teima em impor-se apesar dos esforços *humanos*. No que concerne à estátua de murta, a condição mesma de estátua está comprometida: talvez, na verdade, ela nunca chegue a ser mais que uma murta, uma planta, sujeita às suas próprias leis, largada à ausência total de Lei.

Assim vai o raciocínio metafórico de Vieira, bastante preocupado com a conversão dos nativos. O mármore custa a ganhar uma forma, mas a forma que ganha tende a se perpetuar, consolidando uma ruptura com seu estado original (com sua origem de mármore) ao afirmar-se produto de um empreendimento cultural. Aqui, a existência artificial da estátua reprime e substitui, ou pretende substituir, a existência natural da matéria. A murta, ao contrário, cede tranquilamente aos golpes da tesoura, assume qualquer forma sem relutância, segundo os

desígnios do jardineiro; a forma assumida, todavia, prova-se já demasiado instável, permanece vulnerável à irrupção de forças brutas intrínsecas à planta. Aqui, a existência da estátua não pode ocultar a existência da matéria. As marcas da primitividade ameaçam, assombram o monumento da civilidade; o passado agreste, que se acreditava domesticado, desfigura repetidamente e desde seu interior o presente erguido e reerguido pela razão.

Evidente que, das duas estátuas antropomórficas examinadas pelo padre, a de murta — pela persistência em ser murta — deixa-o mais inquieto, irritado até. Os ouvidos desta estátua, mesmo que modelados pelos jesuítas, ainda estão despertos para escutar as “fábulas de seus antepassados” (VIEIRA, 2014, p. 425), isto é, histórias de um universo de murtas, absurdas ao humanismo europeu. Histórias contadas na linguagem intraduzível das plantas, na língua rude dos “brasis”. Vieira dirige a seus companheiros de missão várias instruções, como vimos acima: quanto às estátuas de mármore, “não é necessário que lhe[s] ponham mais a mão [...] não é necessário trabalhar mais com elas”; quanto às de murta, “é necessário andar sempre reformando e trabalhando nela[s]”. Observada a viva inconstância destas últimas, que reflete a inconstância do gentio brasileiro, insegurança e cólera assaltam o missionário. Seu discurso metafórico, longe de amaciar as tensões envolvidas na catequização, sugere a adoção de uma atitude intransigente e de procedimentos severos. “É necessário que assista sempre a estas estátuas [de murta] o mestre delas: [...] que lhes cerceie o que vicejam as orelhas [...] que lhes decepe o que vicejam os pés” — “que lhes corte o que vicejam os olhos, para que creiam o que não veem” (VIEIRA, 2014, p. 425).

Sujeitos e objetos do encontro colonial

Para que creiam o que não veem... Em toda essa passagem do “Sermão do Espírito Santo”, encontramos características fundamentais do pensamento cristão que subjaz à concepção europeia acerca dos índios das Américas. Em primeiro lugar, aproximar os índios de estátuas de murta significa desumanizá-los, coisificá-los ou objetificá-los, retirar deles o poder de decisão e o conhecimento da verdade, que se concentram na figura projetada dos homens do Velho Continente, os arautos iluminados de Deus. Em segundo lugar, o simples fato de serem tidos por coisas, e não por pessoas, torna esses índios privados da divina faculdade de abstração (privados de espírito), o que equivale a dizer que seu modo de vida, entregue aos instintos, se limita à materialidade ou à exterioridade irrefletida do mundo. Em terceiro lugar, e por consequência, considera-se que os ameríndios, se ainda são capazes alguma crença, creem apenas o que veem: assim se justifica a necessidade de doutriná-los, fazê-los crer o que não veem.

“Porque Me viste, acreditaste. Bem-aventurados os que, sem terem visto, acreditam” (BÍBLIA, 1974). São palavras proferidas por Jesus a seu apóstolo Tomé, o incrédulo Tomé, o que só acredita vendo e que vê por meio do toque. Ao longo dos séculos, o versículo do Evangelho de João (Jo 20:29) pode ter servido de inspiração a “bem-aventurados” iconoclastas

cristãos, dispostos a atacar qualquer representação de um motivo religioso sob a acusação de ser sacrílega em sua ambição representacional, por querer figurar o infigurável, e enganadora em sua política salvacionista, por querer mediar o imediável. O contato entre o humano e o divino, entre o mortal e o eterno, entre o visível e o invisível, se realiza, para os iconoclastas, no indivíduo e a partir do indivíduo, e não fora dele. Antes pelo pão e pelo vinho, por privações e pelo trabalho, do que pela contemplação de uma pintura ou de uma relíquia consagradas pelo bispo.

À época das Grandes Navegações, na Europa, os luteranos da Reforma, logo apoiados pelos calvinistas, promoveram uma sólida defesa da iconoclastia. Mas a Igreja Católica de Roma rapidamente reagiu. Em 1545, foi inaugurado o Concílio de Trento, que poria em xeque as postulações protestantes e fomentaria a Contrarreforma. Os ideólogos tridentinos reconheciam a importância das imagens, sobretudo para a educação dos fiéis; elas os ajudavam a acompanhar e memorizar as narrativas sagradas, os feitos exemplares de Cristo e dos santos. Com o aval católico, o culto prestado a imagens e relíquias estava legitimado.

Os jesuítas foram os primeiros a organizar o catolicismo no Brasil; no século 17, definitivamente, “Roma passaria a se preocupar com a evangelização do mundo colonial”, afirma Laura de Mello e Souza (1986, p. 119). O padre Vieira surgia, então, como um dos encarregados de implementar em terras americanas as determinações do Concílio. Não era propósito seu abolir o uso geral de ícones na catequização. Diga-se de passagem, a analogia que elaborou, das estátuas de mármore e murta, atesta a perspicácia de seu olhar e o talento no manejo verbal de imagens, levando a supor que um homem assim não poderia menosprezar a contribuição das aparências para a clareza na exposição de suas ideias. O maior desafio para ele, mais precisamente, era lidar com a imagística singular dos índios.

Desde a fisionomia, as pinturas e adereços corporais, o gestual, os cortes de cabelo, os ornamentos faciais, os instrumentos de caça e de cozinha, as aldeias, as malocas, as festas e ritos — tudo, até as figuras anedóticas ou mitológicas transmitidas no menor vestígio de comunicação que, em certo sentido, foi possível estabelecer, entre a “língua brasílica” e a língua portuguesa, graças a gramáticos como Anchieta — tudo, em suma, que dizia respeito aos ameríndios indicava uma diferença radical. Mas, no instante mesmo em que foi constatada, essa diferença começou a ser apagada.

A Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil, pioneira em registrar aspectos morfossintáticos do tupi antigo, deu a escrita a uma língua que não a tinha e a um povo a quem se queria converter e dominar; o pensamento indígena, doravante, deveria encaixar-se nas categorias gramaticais dos colonizadores. Tanto quanto os códigos linguísticos, as performances incorporadas dos índios — suas danças, seus cantos, suas atividades do dia a dia, suas interações sociais e intervenções corporais — foram exaustivamente interpretadas pelos missionários, que se arrogavam a autoridade de decifrar as múltiplas camadas de sentido

veiculadas por elas: a já referida objetificação do corpo “primitivo” reafirmava, como escreve Diana Taylor (2013, p. 105), “a supremacia cultural do sujeito que vê, aquele que é livre para ir e vir (enquanto o nativo permanece fixo o tempo e no lugar), e aquele que vê, interpreta e registra.” Com recursos semelhantes, a bestialização e a demonização dos gentios também contribuíam para ratificar a posição central, o privilégio evolutivo e, por que não, exegético da sociedade cristã, constituindo formas de silenciar o outro, de diluir a estranheza espantosa de uma cultura ao integrar seus elementos ao imaginário europeu. Na novidade do encontro colonial, não restou nenhuma grande novidade: “via-se o que se queria ver, o que se ouvira dizer.” (SOUZA, 1986, p. 62).

Note-se, porém, que o contexto histórico em questão não podia senão repousar sobre um único fundo: o da ausência de entendimento e da indecifrabilidade. Por mais que os missionários se julgassem quase que predestinados a interpretar (a revelar o sentido oculto das *coisas* de acordo com o olhar privilegiado que é o deles), batalhões de “especialistas” não bastariam para dissimular “a falta de reciprocidade e de compreensão mútua inerente ao descobrimento.” (TAYLOR, 2013, p. 105). As cosmologias, cristã e ameríndia, que se encontraram nas Américas contrastavam visceralmente. Não que fossem de todo inconciliáveis; mas, para uma (a cristã), vigoravam os binarismos categóricos e hierárquicos natureza/cultura, corpo/espírito, objeto/sujeito, chaves de leitura do mundo; já para a outra, essas delimitações inexistiam, a taxonomia das entidades naturais articulava-se em hibridismos e ambiguidades, o cosmos era experimentado nos termos de uma continuidade fundamental, estruturada por vínculos culturais.

Assim, consoante a perspectiva dos ameríndios, mortal e imortal, humano e não humano, visível e invisível não se ligam numa relação de causalidade, nem tampouco há ruptura decisiva entre ambos. Este reside naquele, e vice-versa. Ou melhor, trata-se, na tese de Eduardo Viveiros de Castro (2002a), de um espírito humano, antropomorfo, que está presente enquanto identidade epistemológica universal em cada coisa particular, de sorte que as coisas são consideradas dotadas de subjetividade — uma subjetividade, ou “espírito”, igual para diferentes objetos, ou “corpos”. O movimento de objetivação do sujeito, que dá conta da multiplicidade e singularidade das espécies, implica o movimento de subjetivação do objeto, que lhes atribui a condição de humanidade e, com isso, franqueia o diálogo entre naturezas, o funcionamento de uma cultura transespecífica (VIVEIROS DE CASTRO, 2002a, p. 389). Os animais, por exemplo, embora vejam coisas distintas das que vemos, veem como nós vemos; o que se vê é diferente, porque os pontos de vista são diferentes, mas o modo de ver é o mesmo, porque todos participamos da mesma cultura, partilhamos os mesmos valores humanos. A “descontinuidade objetiva” é complementada pela “continuidade subjetiva e social” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002a, p. 395). Nessa linha, é possível ainda demonstrar o estatuto ambíguo dos artefatos indígenas: “são objetos, mas apontam necessariamente para um sujeito, pois são como ações congeladas, encarnações materiais de uma intencionalidade não material.” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002a, p. 361).

Intenção, agência, aí estão capacidades adormecidas nas estátuas de mármore, mas que parecem vicejar nas de murta, ainda que não por desígnio da Providência; ou, exatamente, contra o desígnio da Providência. A estátua de murta nunca está feita, ela própria não cessa de se (auto)fazer. O intérprete Vieira, ao fim e ao cabo, não escondia sua impaciência com os selvagens brasileiros. Criaturas cujo papel, na estrutura da narrativa catequética, restringia-se a obedecer e acolher a palavra libertadora, caso quisessem evitar punições, agora davam sinais, renitentes, de sua obscura autonomia, escancaravam a falta de controle dos missionários. Ao objetificar o indígena, Vieira não sabia que, para o indígena objetificado, um objeto é um sujeito, e “um sujeito incompletamente interpretado.” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002a, p. 360). Não, decerto ele não sabia; os jesuítas dos séculos 16 e 17, aliás, “são entre nós os representantes máximos da incompreensão do universo colonial.” (SOUZA, 1986, p. 67). Contudo, a analogia que produziu é potente por dizer aquilo que ele não sabe que diz, por exceder em última instância a interpretação, por oferecer vínculos semânticos os mais diversos e operar com afetos os mais contraditórios. Tão vivo, tão indomesticável quanto as estátuas de murta é o texto esculpido pelo padre. Suas frases podem, espectralmente, se mover e se bifurcar, feito galhos, tomando rumos imprevistos; seu sentido está contido naquelas palavras e, ao mesmo tempo, as extrapola. O texto que o autor cria, afinal, escapa-lhe ao controle: é que o ponto de vista do autor não corresponde ao ponto de vista do texto.

Imagens cristãs e ameríndias, imagens que nos veem

Dois anos antes do Concílio de Trento, os cristãos de pendores iconoclastas tinham angariado bons motivos para a sua causa na “Advertência muito útil”, publicada em 1543 por João Calvino. Ali, Calvino atacava os idólatras, ironizava as superstições herdadas do paganismo romano, esvaziava de legitimidade as imagens e relíquias usadas pela Igreja. Começou por denunciar a falcatrua do “divino prepúcio”, isto é, o venerado prepúcio de Cristo, “do qual haveria”, segundo Daniel Arasse (2019, p. 67), “pelo menos dois exemplares — o da Abadia de Charroux, na França, e o de São João de Latrão, em Roma.” Uma circunstância dessas era incompatível com um signo cristão essencialmente único; só houve um Cristo, uma só encarnação do deus. Como comprovar a veracidade de um prepúcio, esse pequeno fragmento da carne, em detrimento do outro? Como os fiéis teriam a certeza de estar diante de um vestígio autêntico do sagrado? À parte as dúvidas e a advertência de Calvino, o fato é que tanto em Charroux quanto em São João de Latrão cultuava-se seriamente a ínfima figura prepucial, como se estivesse imbuída da presença mesma do Senhor.

O problema da legitimidade de um ícone passava também por desvendar se este constituía, ou não, uma imagem aquiopoética. Pois, afirma Georges Didi-Huberman (2013, p. 245), “não feitas por mãos de homem”, as imagens aquiopoéticas resultavam da fatura divina, apareciam investidas do Seu toque direto. Assim o Santo Sudário de Turim, que, no século 16, não era o único, já que havia o Santo Sudário de Edessa. Pode ser que nenhum dos dois fosse o legítimo

(quem garantirá?), mas ambos catalisavam a perplexidade dos fiéis, que sentiam o impacto de seus dotes sobrenaturais. Olhar para eles era olhar para coisas vivas, para objetos que tinham uma subjetividade eficiente, uma interioridade opaca e pletórica. Olhar era, desde logo, tornar-se objeto — era como ser olhado. O rosto de Cristo se imprimiu num suporte simplório, precário, já esfarrapado; no entanto, os tecidos dos sudários conservam o “privilégio de terem sido tocados pela divindade.” (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 245). Sem a mediação das relíquias, a visão *da* divindade — que vê e é vista — seria para os mortais insuportável.

Talvez agora fique mais claro que caminhamos pela zona interseccional em que se avizinham e se afastam as cosmologias cristã e indígena. Esse entre-lugar tenso, bem exprimido no conceito asteca de *nepantla*², sugere que, na violentíssima colonização das Américas, a cultura dos dominadores foi incapaz de varrer da Terra a cultura dos dominados. Alguns traços, algumas particularidades da linguagem e dos hábitos dos nativos não sucumbiram na unidade indiferenciada cristã, não se apagaram no encontro histórico, mas sobrevivem anos e anos após ele, incorporadas nos objetos, nos símbolos e nos costumes dos colonos; até nos mais íntimos gestos da sociedade contemporânea. O *nepantla* permitiu aos astecas vislumbrar, em meio à destruição provocada pelos espanhóis, não meramente rupturas e esquecimento, e sim um “continuum entre passado e presente, entre o outro e o eu, entre opostos em conflito”. (TAYLOR, 2013, p. 153). Muito antes da chegada de Colombo, tal caráter continuísta do pensamento, implícito na palavra de origem náuatle, orientava as práticas rituais, guerreiras e cinegéticas dos povos mexicas, além de sustentar toda uma ecologia do olhar, da confecção e da utilização de imagens.

A propósito, cumpre observar que, para os mexicas, não havia nada semelhante a uma *aquiropóiesis* imagética. Eles “não admitiam nenhuma distinção ontológica entre criação humana e não humana” (TAYLOR, 2013, p. 73-4); as esferas do mortal e do imortal, da criatura e do criador, não eram senão a mesma esfera, e podiam conjugar-se em qualquer objeto, qualquer imagem. Para ficarmos de acordo às classificações da língua náuatle, na verdade, seria justo se não falássemos apenas em “imagens” (que remetem pela etimologia a “imitar”) e se mantivéssemos nossa atenção naquilo que diz mais uma palavra nativa: *ixiptlatl*. Encarnando o “entendimento do ‘ser espiritual e do ser físico como completamente integrados’” (LOCKHART, 1992, p. 238, *apud* TAYLOR, 2013, p. 74), *ixiptlatl*, ao invés de ser ícone sagrado, é indício do sagrado; ao invés de ser a representação deste, é seu representante, sua forma atualizada e atuante. Subscrive-se às leis que governam os objetos — as coisas que, consideradas individualmente, são construídas e se arruínam com o passar do tempo —, e contudo manifesta uma intencionalidade e uma autonomia de sujeito, um espírito imanente e comum a todas essas coisas. *Ixiptlatl*, a imagem fabricada pelos humanos, é simultaneamente fabricada pelo deus, pois humanidade e divindade habitam um mesmo universo contínuo, em constante devir.

2 “Durante o primeiro período que se seguiu à Conquista, os sobreviventes do impacto diziam habitar o *nepantla*, o espaço intersticial entre a cultura indígena e a espanhola. *Nepantla* refletia as fendas, a liminaridade de uma zona que não era mais apenas indígena, mas ainda não era (e nunca iria ser) completamente espanhola.” (TAYLOR, 2013, p. 147-8).

Ora, e quanto aos gentios do Brasil, aquelas estátuas de murta que o padre Vieira examinava? Frequentemente ocorreu de os missionários europeus alegarem que os ameríndios não possuíam alma ou espírito, um argumento autoritário que lhes servia para endossar a política colonialista e, quem sabe, apaziguar eventuais sentimentos de culpa pelo genocídio. Na falta de propensão ao diálogo, no paroxismo da incompreensão, desespiritualizava-se o outro, com o qual, não obstante, era possível haver afinidades. Mas, quando Vieira aproxima estátuas de murta a índios, os componentes dessa analogia mostram mais do que ele calculou. Se pretendia objetificar os chamados selvagens, retirar deles o espírito, fazendo-os à imagem de uma estátua de murta vulnerável à tesoura do mestre jardineiro, seu sermão entretanto deixa transparecer a impertinente vitalidade que agita essa imagem. Nos termos do povo amazônico Yanomami, inclusive, poderia se dizer que é um espírito que se dá a ver na imagem e que, enquanto forma espectral, olha os seres humanos, capazes por sua vez de assumir xamanisticamente o ponto de vista de espectros. Segundo Viveiros de Castro (2006, p. 325), os espíritos são, para os Yanomami, “imagens ativas, índices que nos interpretam antes que os interpretemos; enigmáticas imagens que devem nos ver para que possamos vê-las”.

Portanto, ainda que tenha sido inspirado pela disposição militante dos jesuítas em sua missão catequética, ainda que se situe no âmbito de uma parenética voltada à “empresa muito árdua” de “trazer almas para Cristo” (VIEIRA, 2014, p. 432), o “Sermão do Espírito Santo”, lido à luz do pensamento ameríndio, interroga as intenções de seu próprio autor a partir de suas próprias ferramentas e elementos. Para Antônio Vieira, como para tantos jesuítas dos séculos 16 e 17, a “típica inconstância selvagem” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002b, p. 213) era a principal característica que dificultava a conversão dos nativos, e por isso um obstáculo que, superado, conferiria “maior merecimento” (VIEIRA, 2014, p. 434) ao êxito da missão. Mas sobretudo o que um tal comportamento inconstante expressa é, por um lado, a constância dos vínculos que atam os índios às suas raízes — aos costumes dos antepassados — e, por outro, a sua abertura à comunicação com figuras de alteridade — deuses, inimigos, europeus —, abertura esta indispensável ao alargamento e à transformação da condição humana (VIVEIROS DE CASTRO, 2002b, p. 206). Os expedientes retóricos empregados por Vieira sublinham o lugar do missionário como sujeito que vê, fala e interpreta, e o lugar do indígena como objeto que é visto, sobre o qual se fala e que é interpretado; no entanto, se forem reavaliados sob uma perspectiva ameríndia, os mesmos expedientes enfatizam a capacidade agentiva desses objetos, indicam a presença incontrolável de uma subjetividade performática que se materializa neles.

Na imagem da estátua de murta, elaborada por Vieira, há um índio que se move e que lhe devolve o olhar. E, assim como a estátua prova-se viva por sua volúvel insubordinação aos golpes do jardineiro, o texto vive porque não está subordinado a seu autor. As palavras do sermão — a matéria, por assim dizer, de que é feito o texto — são palavras indóceis, não pertencem ao missionário produtor de discurso e suposto exegeta dos mistérios divinos inscritos nos acontecimentos terrenos. São palavras que, veiculadas originalmente num contexto onde o

outro é silenciado e dominado, manifestam o potencial de transgredir o silenciamento e o jugo, quando repensadas consoante as categorias cosmológicas desse outro. São palavras que assim se tornam, no mais alto grau, signos da resistência ameríndia, índices da forma de vida singular dos nativos das Américas.

Referências

ARASSE, D. Um olho negro. In: _____. *Nada se vê: seis ensaios sobre pintura*. São Paulo: Editora 34, 2019, p. 45-73.

BÍBLIA. Evangelho segundo São João. Português. *Bíblia Sagrada – Edição da Palavra Viva, Traduzida das Línguas Originais com uso Crítico de Todas as Fontes Antigas pelos Missionários Capuchinhos de Lisboa*. São Paulo: Stampley Publicações, 1974.

DIDI-HUBERMAN, G. *Diante da imagem: questão colocada aos fins de uma história da arte*. São Paulo: Editora 34, 2013.

SOUZA, L. de M. e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

TAYLOR, D. *O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

VIEIRA, A. Sermão do Espírito Santo. In: PÉCORA, A. (org.). *Sermões*. Tomo 1. São Paulo: Hedra, 2014, p. 415-440.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. In: _____. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2002a, p. 347-399.

_____. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. In: _____. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2002b, p. 183-264.

_____. A floresta de cristal: notas sobre a ontologia dos espíritos amazônicos. *Cadernos de Campo*, v. 15, n. 14/15, p. 319-338, 2006.



IMÁGENES DE UN CUERPO VACÍO: REPRESENTACIONES DE LAS MUJERES INDIAS DEL BRASIL (SIGLOS XVI Y XVII)¹

*Elena Losada Soler*²

RESUMÉN

En los primeros textos portugueses sobre Brasil, donde el indio es el Otro, la india es doblemente Otra. Si las primeras europeas en América, salvo contadísimas excepciones, son un magma anónimo, sin espacio ni voz propia, cómo iba a ser mejor el destino y la situación de esas mujeres dos veces invisibles. Para intentar vislumbrar algo entre tanto velo, y aunque es premisa esencial para no repetir el equívoco de los indigenistas del siglo XIX y de los primeros etnólogos recordar que el “indio” como universal no existe y la “india” tampoco, debemos tener en cuenta que las representaciones de la mujer india del Brasil en los siglos XVI y XVII, especialmente las gráficas, se acercan mucho más a la representación de un universal que a una verdadera imagen individual.

PALAVRAS-CLAVE: Literatura; Mujer India; Imagen.

ABSTRACT

In the first Portuguese texts about Brazil, where the Indian is the Other, the Indian is doubly Other. If the first Europeans in America, with very few exceptions, are an anonymous magma, with no space or voice of their own, how could the fate and the situation of these twice invisible women be better? To try to glimpse something among so many veils, and although it is an essential premise not to repeat the mistake made by 19th century Indians and the first ethnologists, to remember that the “Indian” as universal does not exist and neither does the “Indian”, we must take into account that the representations of the Indian woman in Brazil in the 16th and 17th centuries, especially the printers, are much closer to the representation of a universal than to a true individual image.

KEYWORDS: Literature; Indian woman; Image.

1 Este artículo ya ha sido publicado in *Escrituras de la sexualidad* (Marta Segarra y Helena González Eds.), pp. 87-102, Icària, Barcelona, 2008. ISBN: 978-84-9888-036-6, D.L.: B-48.648-2008.

2 Professora Titular de Literatura Portuguesa na Universidade de Barcelona.



El 22 de abril de 1500, cuando la flota de Pedro Álvares Cabral desembarcó en la costa nordeste del actual Brasil —un desvío en la elipse atlántica, casual o intencionado, los llevó hasta allí— su verdadero destino era la India. Asia era entonces el centro de atención primordial para los portugueses. A lo largo del proceso que condujo al establecimiento de la ruta de navegación hacia Oriente los portugueses se habían visto enfrentados a sucesivas formas de alteridad. Debido a que el contacto se estableció en fechas muy tempranas (desde la conquista de Ceuta en 1415 y a través de los mercaderes mauritanos) el África negra era para los portugueses lo “diferente- familiar”. Asia Central y Extremo Oriente, referenciados ya desde las conquistas de Alejandro y más cercanos después del “siglo franciscano” y de las expediciones de los venecianos, eran lo “diferente-conocido”, puesto que su existencia, más o menos envuelta en leyendas, formaba parte del acervo cultural europeo. Cuando el conocimiento más profundo de esa Asia legendaria estaba en sus inicios irrumpió el grado último de alteridad: América, lo “diferente-desconocido”, donde no existían ni parámetros anteriores, ni vagas referencias geográficas, ni lenguas francas (PINTO, 1989, p. 221). Todo era nuevo y primigenio y esa imagen de alba del mundo domina las primeras visiones del territorio. Por eso América fue el escenario de todas las fantasías, sirvió para la creación de todas las utopías edénicas y, un poco más tarde, de todas las imágenes del infierno.

Todo primer contacto, ya sea en un viaje de exploración, de conquista, de colonización o de evangelización, supone el encuentro con estos diversos niveles de lo desconocido y en cada caso implica una forma específica de mirar esa nueva realidad según lo que se espere obtener de ella. Por eso el indio del Brasil mostrará múltiples rostros - objeto de evangelización, posible esclavo, molestia para la colonización o simple objeto de estudio— que son en realidad los de las intenciones de los europeos. A lo largo del siglo XVI pasará del edenismo a la demonización en los textos de propaganda para atraer colonos, donde el “Buen Salvaje” que no conocía los términos “ni tuyo ni mío”, por usar las palabras de don Quijote en su discurso a los cabreros, se convierte en un monstruo cuya humanidad se pone en entredicho. El indio será entonces el “Monstruo Caníbal”.

También la pintura portuguesa refleja esa transición, como podemos ver en la comparación entre el cuadro de Vasco Fernandes “Adoração dos Magos”, c. 1505, (Museu de Grão Vasco, Viseu), donde Baltasar es representado como un indio tupí en la que es posiblemente la primera representación plástica occidental de un indígena brasileño, y la pintura anónima “Inferno”, c. 1530, (Museu de Arte Antiga, Lisboa), donde el demonio mayor presenta los rasgos de un indio.

¿Cuántos habitantes había en ese territorio que Álvares Cabral y los suyos llamaron “Terra da Vera Cruz”, puesto que habían llegado en la Pascua? Las cuentas son difíciles de hacer con tribus nómadas la mayor parte de las cuales fueron diezmadas mucho antes de cualquier posibilidad de censo científico. Los historiadores ofrecen una horquilla amplísima de entre uno y cinco millones. No deja de ser tristemente significativo que ni una sola de las tribus tupíes sobreviviera a ese “encuentro” que fue en realidad un encontronazo (COUTO, 1995, pp. 60-65). La antropología

divide a la población autóctona del Brasil en dos grandes grupos étnicos: el tronco macro-tupí y el tronco macro-jê (COUTO, 1995, p. 52) Los europeos entraron en contacto con diversas tribus del tronco tupí que les transmitieron un desprecio por los jês (llamados *tapuias* en los textos de los portugueses) generado por siglos de guerras entre ellos. Así pues este Edén también tenía su serpiente. Y la mención al Edén no es una licencia poética porque los primeros europeos que arribaron a esa costa creyeron ver encarnadas las palabras de Ovidio, la Edad de Oro en su estado puro: temperaturas equilibradas todo el año; las frutas maravillosas, la presencia de los ríos inmensos que según la Biblia rodeaban el Paraíso o la presencia de papagayos, el único animal que conservó la facultad del habla después de la caída y que mantuvo la extrema longevidad del Paraíso perdido. Sérgio Buarque de Holanda, en su fundamental estudio sobre los elementos edénicos en la formación del imaginario sobre el Brasil, apunta una razón lógica para la salubridad atribuida a aquellas tierras: al desembarcar e incluir en la terrible dieta náutica frutos y productos frescos se producía una rápida mejoría: “[...] el restablecimiento radical, obtenido a veces en seguida del desembarco, se presentaba con todas las apariencias de un suceso misterioso y sobrenatural.” (BUARQUE DE HOLANDA, 1987, p. 345).

La descripción del indio brasileño que hacen estos viajeros de paso constituye la base del tópico del “Buen Salvaje” uno de los mitos más tenaces y más ideológicamente marcados de la cultura europea (WHITE, 1976, p. 121). El “Buen Salvaje” es una de las manifestaciones de la nostalgia del Edén en cualquiera de sus dos versiones, como Paraíso judeo-cristiano o como Edad de Oro greco-latina. Se trata pues de un tema íntimamente relacionado con las utopías, recordemos que las cartas de Vespucci sobre el Brasil interesaron mucho a Thomas More y que no por casualidad el marinero informante de *Utopía* es un portugués.

Esta idealización del indígena se basa en dos principios: belleza (cuerpo) e inocencia (alma). Pero mientras la descripción utópica del indio incide en su alma inocente e incluso en una cierta superioridad moral sobre el europeo corrupto la representación de la india se limita a la descripción de un cuerpo desnudo, vacío de toda cualidad o defecto. Sólo con la edad la india vieja, equivalente de la representación europea de la bruja, adquirirá un alma, un alma malvada de tejedora de conjuros y de directora de ceremonias antropófagas. Este es el núcleo esencial de la representación de la india. Cegados por esa desnudez tan contraria a su experiencia, los europeos sólo reflejaron cuerpos vacíos.

Podemos, sin embargo, establecer diferencias entre las diversas formas de mirar y de representar, porque ambos actos se realizan en función de una carga imaginaria propia de quien realiza ambas acciones y anterior a ellas. No es lo mismo mirar y representar cuando quien lo hace es un viajero ocasional, que está de paso en ese espacio y no tiene ningún proyecto de futuro para aquello que mira y representa, que mirar y representar cuando la intención es colonizar y, por lo tanto, necesariamente entrar en conflicto con el Otro que ocupa ese espacio deseado. Encontramos así formas muy diversas de llevar a cabo esos actos aparentemente tan simples: la del descubridor (Pero Vaz de Caminha, Antonio Pigafetta), la del colono (Pêro de

Magalhães Gandavo, Gabriel Soares de Sousa), la del cautivo superviviente (Hans Staden), o la del misionero (Manuel da Nóbrega, José de Anchieta). Y como contrapunto a todas estas formas de mirar y de representar básicamente católicas debemos destacar también la perspectiva protestante de los hugonotes franceses que intentaron la aventura de crear en el Brasil una “Francia Antártica” (Jean de Léry).

La estancia de la expedición de Cabral duró diez días durante los cuales se produjo el primer contacto con los pobladores de aquella costa. Un contacto que, a diferencia de lo sucedido en otras situaciones de primer contacto, fue pacífico. Uno de los viajeros, Pêro Vaz de Caminha, un culto hidalgo de Oporto que viajaba a la India para ocupar el puesto de escribano en la fortaleza portuguesa de Calicut, levantó acta de lo que vio y en forma de carta la mandó al rey D. Manuel. Ese texto, la *Carta do Achamento*, es un documento esencial que, sin embargo, vio durante siglos usurpado su papel por las mistificaciones de Vespucci —la famosa *Mundus Novus*, por ejemplo— o por otro texto de la misma expedición pero mucho más simple y pobre: la *Relação do Piloto Anónimo*. La causa fue que la carta de Pêro Vaz de Caminha, quedó inexplicablemente olvidada en el archivo de la Torre do Tombo en Lisboa y sólo fue publicada en 1817. Este texto primordial es por lo tanto un documento invisibilizado que, siendo como es en realidad la primera mirada europea sobre el Brasil, no pudo intervenir en la creación del imaginario europeo sobre las nuevas tierras. Pese a ello su influjo en los historiadores y antropólogos contemporáneos ha compensado tres siglos de silencio.

La visión de Pero Vaz de Caminha es, como hemos dicho, la de un hombre cuyo verdadero destino es otro. Con toda su ambición puesta en la India, Caminha pasea su mirada de viajero en tránsito por la costa de Porto Seguro sin segundas intenciones de colonización o de conquista. En muchos aspectos, como afirma Rocha Pinto (PINTO, 1989, p. 231), la *Carta* es un ejemplo diáfano de “littérature du regard” en la que todo gira alrededor de un hombre que mira a otros seres humanos con una mirada sin propósito ulterior. Y esa es también la actitud con la que Pêro Vaz de Caminha describe a las mujeres que se acercan a la playa. La primera descripción que hace que ve crea un patrón que se repetirá con muy pocas variantes en todo el texto:

Allí andaban entre ellos tres o cuatro mozas, jóvenes y gentiles, con los cabellos muy negros y largos por los hombros y sus vergüenzas tan profundas, tan cerradas y tan limpias de pelo que, a pesar de mucho mirarlas no teníamos ninguna vergüenza.³ (CAMINHA, 1967, p. 231)

Destaquemos en esta cita los componentes de la representación: la juventud y la desnudez, elementos edénicos, pero que también las convierten en objeto de deseo sexual. Esta tensión implícita queda reforzada por la referencia a la “vergüenza” en el doble sentido del término: la vergüenza moral que los portugueses no sienten al mirarlas porque en ellas no hay nada de provocador, pero también la referencia directa a “las vergüenzas” de ellas, es decir a sus

3 La traducción de las citas es nuestra.

genitales. La descripción primera es, pues, claramente sexual aunque se revista de edenismo. La mención de los largos cabellos, un símbolo clásico en la tradición occidental (BORNAY, 1994, p. 15), acentúa el elemento subyacente a toda esta construcción aparentemente inocente.

Toda representación de lo nuevo en un primer contacto se hace siempre en relación a lo conocido, ya sea por analogía —las cosas “son como”— o por contraste, “son al revés de”. En el caso de Cabral y sus hombres el punto de referencia son las mujeres mediterráneas y las africanas. Cuando Vaz de Caminha insiste en los largos cabellos de las indias está marcando una descripción por contraste con las mujeres de África y aproximándolas a una imagen europea de lo “deseable”. Veamos otra cita que complementa lo anteriormente expuesto:

Y una de aquellas jóvenes estaba completamente teñida de aquella pintura y en verdad era tan bien hecha y tan redonda, y su vergüenza (que ella no tenía) tan graciosa, que a muchas mujeres de nuestra tierra, viéndola, les daría vergüenza no tener la suya como la de ella. (CAMINHA, 1967, p. 232)

Sólo cuatro años después de la expedición de Cabral el capitán normando Binot Paulmier de Gonneville, desviado de su viaje a la India por una gran tormenta, arribó a la costa del Brasil. En el texto de Gonneville los indios ya no son todos iguales, aparecen divididos en buenos (carijó) y malos (tupinambá), naturalmente según cuál fuera su actitud hacia los franceses. Esa división tiene importancia cuando se trata de describir a las mujeres. En el caso de las carijó no se enfatiza para nada una desnudez que sería en este caso sentida como salvajismo y no como inocencia: “[...] y las mujeres collares y brazaletes de oro y de conchas [...] y las mujeres y las jóvenes llevan la cabeza descubierta [...]” (GONNEVILLE, 1995, p. 21). En cambio la desnudez de los tupinambá acentúa su salvajismo: “[...] desnudos como salieron del vientre de su madre, hombres y mujeres, bien poco les cubre el cuerpo, [...]” (GONNEVILLE, 1995, p. 26).

En 1519 la flota de Magallanes en su busca del camino occidental hacia las Molucas recaló en el Brasil. Antonio Pigafetta, cronista de la expedición, introduce otro

elemento: en este Paraíso alternativo, el mal —la antropofagia en este caso— entró también a través de una mujer, en este caso una vieja—el doble mal— vengativa:

Esta costumbre [la antropofagia] empezó cuando el hijo único de una vieja fue asesinado por sus enemigos. Cuando pasaron unos días algunos de los suyos apresaron a uno de los compañeros del que había matado al hijo y lo condujeron a donde estaba la vieja. Ella, al verlo, se acordó de su hijo y como una perra rabiosa saltó encima de él y le mordió en un hombro. (PIGAFETTA, 1999, p. 84-85)

La antropofagia será uno de los temas recurrentes —junto con la descripción de la fauna y flora— de estos primeros textos. De ellos proceden en gran parte las referencias al canibalismo entre estas tribus de la costa, hoy —recordémoslo— desaparecidas. Según estos testimonios el canibalismo ritual era común entre las tribus tupíes —potiguaras, caetés, tupinambás,

tupiniquins y tamoios— mientras que los pueblos jê practicarían el más básico canibalismo alimentario. Debemos tener en cuenta, sin embargo, que fueron los tupíes, enemigos ancestrales de los jê, quienes transmitieron a los europeos buena parte de sus conocimientos etnológicos.

Todas las descripciones de rituales antropofágicos en la costa del Brasil en los textos de los siglos XVI y XVII refieren la importancia de las viejas en esas ceremonias. Ellas eran las encargadas de recoger en un recipiente la sangre y la masa encefálica, la misma sangre que en el también ritualizado reparto de las partes —a los niños los intestinos, a los hombres el corazón, por ejemplo— les correspondía. Una vez más la máxima maldad es atribuida a lo femenino.

Hans Staden, un arcabucero de Hesse, llegó al Brasil al servicio de Diego de Sanabria, gobernador del Río de la Plata. En una escaramuza fue hecho prisionero por los tupinambás que lo retuvieron nueve meses bajo amenaza constante de ser comido. Tras ser rescatado por un barco francés regresó a Europa y en 1557 se publicó en Marburg su historia, que se convirtió en un verdadero best-seller. En ella Staden cuenta en primera persona su captura y su vida cotidiana como futuro banquete en el poblado tupinambá. El festín fue retrasándose y, tras meses de cautiverio en los que llegó a establecer curiosos lazos de amistad con sus captores cuando una epidemia le permitió mostrar sus habilidades como “médico”—aunque este es un motivo legendario y recurrente en este tipo de relatos—, fue rescatado. Pese a que en el texto los tupinambá son siempre llamados “los salvajes” y a que, obviamente, no parece que *a priori* vaya a ser su mayor defensor, Staden no muestra en ningún momento el odio o el desprecio al Otro que caracterizan a los textos de los colonos. Su actitud resulta especialmente meritoria cuando pensamos en su situación, la de un europeo que se ve reducido a la animalidad —en la peor de sus formas, la de servir de comida— por un “salvaje”. Esa gigantesca humillación —le afeitan la barba y las cejas— se ve agravada porque eran las mujeres las agentes de la ofensa: “Estaban ahí muchas de ellas, que arrancaban raíces, y tuve que gritarles en su lengua: “Aju ne xe peê remiurama”, es decir: “Estoy llegando yo, vuestra comida” (STADEN, 1974, p. 87). Todos los presupuestos de la jerarquía europea se veían así alterados. Staden nos deja también una interesante descripción de un rol femenino, el de vehículo del misterio, cuando tras una ceremonia que recuerda aún a las actuales del candomblé, la magia del hechicero les otorga la capacidad de profetizar. La mujer no tiene, pues, acceso a la gran magia pero sí puede ser su intermediaria:

Primeramente van los salvajes a una choza, toman una después de otra a las mujeres de la habitación y las inciensan. Después cada una debe gritar, saltar y correr en círculos hasta que está tan cansada que cae al suelo como muerta. Entonces dice el hechicero: “Mirad ahora está muerta. Luego la devolveré a la vida”. Cuando vuelve en si, dice él, es apta para predecir cosas futuras, y cuando después partan a la guerra deberán profetizar sobre ella. (STADEN, 1974, p. 175)

Treinta años después de la experiencia de Hans Staden la “Terra do pau brasil” se había convertido en un lugar económicamente apetecible. La tierra se había dividido en donatarias

y en ellas proliferaban las plantaciones, Entonces la visión del indio cambió completamente, de “Buen Salvaje” pasó a “Bárbaro Caníbal” porque era necesario poder entablar una “guerra justa” que permitiera esclavizarlos y apoderarse de la tierra. En esta línea se sitúan los textos destinados a atraer colonos al Brasil, textos de equilibrio delicado porque era necesario atacar al indio pero no cargar demasiado las tintas sobre el tema del canibalismo porque eso podría tener efectos disuasorios.

Un ejemplo de esta actitud es la que encontramos en los textos de Pêro de Magalhães Gandavo —por otra parte un notable humanista, amigo de Camões—: *Tratado da Terra do Brasil* (1570, publicado en 1826) y *História da Província Santa Cruz* (1575). En sus escritos las “aves inocentes del paraíso” de Caminha se han convertido en “brutos animales”. Ellos no han cambiado pero la intención del europeo que los mira sí. Un ejemplo de esta distorsión de la mirada lo encontramos en un pasaje muy conocido: “La lengua de estos infieles es una en toda la costa: le faltan tres letras, es decir, no se encuentra en ella ni F, ni L, ni R, cosa digna de maravilla, porque por eso no tienen Fé, ni Ley, ni Rey y viven sin justicia y desordenadamente.” (GANDAVO, s.d., p. 49). Es decir, una característica lingüística del tupí, distorsionada por Gandavo, sirve para extraer unas extrapoladas características morales destinadas a crear una imagen diabólica del indio. Esta demonización se concreta en la detallada descripción de la antropofagia, donde una vez más aparece la “india vieja”, como antonomasia del mal: “[...] y entonces lo matan y lo hacen pedazos. Y está ahí una india vieja con un cesto en la mano y así que cae va muy deprisa a ponérselo en la cabeza para tomar los sesos y la sangre [...]” (GANDAVO, s.d., p. 49).

También en su texto, cuando describe a la tribu enemiga de los aymorés, encontramos, por primera vez, a las amazonas, el tema clásico que con tanta fortuna viajó al Nuevo Mundo, imagen del mal por la absoluta subversión de los roles de género que su forma de vida implica y por el lesbianismo que se insinúa:

Algunas indias de estos lugares juran y prometen castidad y no se casan ni conocen hombre ni lo consentirían aunque las matasen. Estas dejan todo el ejercicio de mujeres e imitan a los hombres y siguen sus oficios como si no fuesen mujeres y se cortan el pelo a la manera de los machos y van a la guerra con arcos y flechas y a cazar: en fin que andan siempre en compañía de los hombres, y cada una tiene mujer que la sirve y que le prepara la comida como si estuviesen casados. (GANDAVO, s.d., p. 54)

En el monumental *Tratado descriptivo del Brasil* (1587), de Gabriel Soares de Sousa, también colono, encontramos otra referencia a las amazonas, más matizada y relacionada con el mito: “[...] y por la otra con unas mujeres, que dicen que sólo tienen un pecho, que pelean con arco y flecha, y se gobiernan y rigen sin maridos, como se dice de las Amazonas; de los cuales no pudimos alcanzar más información, ni de la vida y costumbres de estas mujeres.” (SOUSA, 1938, p. 413). Es significativo que en las más de quinientas páginas de su tratado, cuando Gabriel Soares de Sousa describe a los indios nunca menciona de forma específica a las

mujeres. Sólo se las menciona en los apartados de relaciones familiares y afeites y, como no, en el capítulo “Que trata de la lujuria de estos bárbaros (CLVI)”. Por otra parte observamos que en los textos que están ya lejos del primer contacto la desnudez ha dejado de ser un tema relevante

Entre los elementos legendarios que convienen a su propósito Gandavo y Soares deslizan algunas notas etnológicas reales de gran interés, como por ejemplo la descripción de la “covada”, costumbre que para un europeo del siglo XVI solo podía significar ignorancia y salvajismo, a la vez que situaba al indio en la más absoluta alteridad: “Cuando estas indias paren la primera cosa que hacen después del parto es lavarse en un río y quedan tan bien como si no hubiesen parido; en su lugar se acuestan sus maridos en las hamacas y así los visitan y cuidan como si fuesen ellos la parturienta.” (SOUSA, 1938, p. 413).

Poco queda, pues, de la mirada maravillada de Caminha sobre los largos cabellos de las indias en estos textos de finalidad tan distinta. También en las cartas del Pe. Manuel da Nóbrega, director de la primera misión jesuítica que se estableció en Brasil a partir de 1549, encontramos una opinión muy alejada de la del escribano. El “Buen Salvaje” es una imagen casi pagana de inocencia y de desconocimiento de la culpa que difícilmente los ideólogos de Trento y de la doctrina del pecado original podrían aceptar. Para Manuel da Nóbrega el indio está siempre inclinado al mal, dominado por apetitos sensuales y desconoce la verdad de Dios, lo que era una fuente de preocupación para los misioneros católicos. Pese a todo no desistieron y, frente a las dudas expresadas por Nóbrega en su *Diálogo sobre a Conversão do Gentio*, José de Anchieta afirmaba que todas las dificultades para la conversión se solucionarían “si hubiera temor y sujeción [...] porque obligarlos a juntarse y a tener una iglesia bastó para que recibiesen la doctrina de los Padres [...]” (ANCHIETA, 1988, p. 341). He aquí el origen de la filosofía de las “reducciones”. El nomadismo era el principal problema y su mejor combate colocarlos donde no pudieran huir de la “verdadera fe”.

Para los jesuitas la mujer es esencialmente el diablo tentador, la agente activa de aquella libertad sexual que les horrorizaba: “[...] porque es costumbre hasta ahora entre ellos no hacer caso del adulterio, tomar una mujer y dejar a otra, como bien les parece y sin tomar nunca ninguna en firme.” (NÓBREGA, 1988, p. 93). Las cartas jesuíticas están repletas de menciones a las costumbres licenciosas incitadas por las mujeres y a sus efectos disolventes sobre los portugueses recién llegados. Precisamente para apartarlos de esas Evas exóticas Manuel da Nóbrega solicitó al rey de Portugal que enviase huérfanas al Brasil, para que los colonos pudiesen constituir familias cristianas. Cuando la remesa de huérfanas no es suficiente Nóbrega está dispuesto a casar a los portugueses con indias cristianizadas, acogidas en “casas de redimidas”: “Las indias libertas que hace mucho que andan con los cristianos en pecado trabajamos para evitar que se vayan al bosque porque son cristianas y hemos creado una casa a costa de sus amos para recibir las en ella e irlas casando poco a poco con algunos hombres trabajadores.” (NÓBREGA, 1988, p. 119).

La misma ceremonia que relataba Staden en la cual las mujeres poseídas por los espíritus desatados por el hechicero obtenían el don de la profecía, adquiere, narrada por Nóbrega, otra dimensión, la de una posesión diabólica. ¿Acaso no eran las mujeres más sensibles que los hombres al influjo del diablo?, al menos así consta en todos los procesos por brujería que asolaron Europa y los Estados Unidos: “Acabando de hablar el hechicero, empiezan a temblar, principalmente las mujeres, con grandes temblores en todo su cuerpo, que parecen endemoniadas (como seguramente lo son) [...]” (NÓBREGA, 1988, p. 99).

Frente a las mujeres malvadas, Liliths y Evas, Nóbrega no olvida a las “Marías” porque ya en 1550 había en Brasil “mártires virtuosas”: “Hay ya indias esclavas de cristianos, que, amonestadas en las confesiones para que no pequen con sus señores ni con nadie, antes se dejan golpear y matar antes que volver al pecado pasado.” (NÓBREGA, 1988, p. 161). José de Anchieta, más plástico y mejor escritor que Nóbrega, deja una imagen más impactante de estas mártires: “[...] queriendo el que la había capturado tomarla por amante nunca lo consintió ni con halagos ni con amenazas, hasta que decidió matarla a lo que ella se ofreció de buena gana para no ofender a Dios, y estando ya su señor en ello, lo impidieron sus otros parientes.” (ANCHIETA, 1988, p. 203).

Pero ni siquiera Anchieta, sin duda el mejor conocedor de la realidad indígena de la primera generación de misioneros, vacila al atribuir a la mujer todos los males, desde la corrupción del cuerpo: “La visitaban muchas veces los Hermanos, la consolaban con las divinas palabras, principalmente cuando, ya al final, cuando tenía corrompidos los miembros secretos (esta era su enfermedad, que es muy común en estas mujeres del Brasil, incluso en las vírgenes) [...]” (ANCHIETA, 1988, p. 158), a la práctica de abortos: “[...] o con cualquier otro motivo muy ligero matan a sus hijos; o bebiendo para eso algunas bebidas; o apretando la barriga, o llevando una carga grande y de otras muchas maneras que la crueldad inhumana inventa [...]” (ANCHIETA, 1988, p. 159).

Frente a la visión de los jesuitas se sitúa la visión de los protestantes franceses huidos en 1556 bajo el mando de Villegaignon en busca del sueño de una nueva patria. La utopía fue breve y acabó mal pero dejó algunos textos importantes, en especial *Histoire d'un Voyage fait en la Terre du Brésil* (1578) de Jean de Léry. Se trata de un texto fuertemente ideologizado en el cual los tupinambás son usados como espejo contrastivo y como instrumento de crítica hacia la decadente Francia católica que han abandonado:

No hay que horrorizarse tanto de la crueldad de los salvajes antropófagos, es decir, comedores de hombres, porque hay otros como ellos, incluso más detestables y peores entre nosotros que aquellos que, como se ha visto, sólo se arrojan sobre las naciones que son sus enemigas, mientras que los de aquí se tiran a la sangre de sus parientes, vecinos y compatriotas. (LÉRY, 1994, p. 377)

Precisamente por ese uso complejo de la imagen del indio la descripción de Léry es precisa y extensa y contiene tópicos clásicos como el de su extraordinaria longevidad o el de la inocente desnudez de los indios, usados ahora como arma en la polémica sobre el pecado original. También en la concreta descripción y valoración de la mujer india Jean de Léry incorpora elementos originales, por ejemplo presentarnos la mirada del Otro. Desde el texto de Caminha es siempre el europeo quien mira al indio, en el de Léry el indio mira a la europea, vestida, y siente la misma estupefacción que los europeos ante la desnudez: “[...] pero también porque muchos salvajes, que habían venido a vernos, se quedaron atónitos al ver a las mujeres vestidas (porque antes no las habían visto nunca) [...]” (LÉRY, 1994, p. 179).

Léry sabe que la desnudez puede ser más inocente que el vestido, y elabora una verdadera teoría del deseo:

Antes de cerrar este capítulo es necesario responder a los que piensan que el contacto con estos salvajes desnudos, y especialmente con las mujeres, incita a la lubricidad y al desenfreno. Sobre esto diré brevemente que aunque en apariencia hay demasiada ocasión de deshonestidad al ver a estas mujeres desnudas, esto no sirve en realidad para excitar el apetito del deseo porque, como hemos observado repetidamente, la desnudez grosera de estas mujeres es menos atractiva de lo que podríamos pensar. Y, no obstante, mantengo que los pliegues, verdugados, gorgueras y otras infinitas bagatelas que las mujeres de allá usan sin que les parezcan nunca suficientes son sin comparación causa de más males que la simple desnudez de estas mujeres, que, sin embargo, no tienen nada que envidiarles en cuanto a belleza. (LÉRY, 1994, p. 234).

Pero no sólo los textos nos han dejado representaciones de la mujer india, los ilustradores son también fuentes de información interesantísimas y cargadas de sentido, porque la imagen no está más libre de apriorismos que la palabra. Las primeras grandes ilustraciones sobre el Brasil se encuentran en el tomo III de los monumentales trece volúmenes de *Grands Voyages-Americae* publicados entre 1590 y 1634 por Théodore de Bry y sus herederos Jean Théodore y Jean-Israel de Bry. Ninguno de estos artistas, descendientes de una familia de famosos orfebres, estuvo nunca en Brasil; sus grabados se basan en los relatos de los viajes de Staden, Léry, Benzoni y Bartolomé de las Casas. La suya es pues una América filtrada por una perspectiva claramente eurocéntrica, como vemos claramente en sus representaciones de mujeres indias, que son presentadas - incluidas las amazonas - con los rasgos de las mujeres de Rubens, altas, entradas en carnes de cabellos ondulados y rubios, representación que responde por otra parte al imaginario erótico masculino de la época. De este modo las indias brasileñas fueron para los europeos, a través de los suntuosos álbumes de los de Bry, una especie de campesinas flamencas bellas - excepto las terribles viejas, naturalmente - y desnudas.

Poco después de los grabados de los de Bry llegaron a Europa nuevas imágenes de las mujeres de América. Venían de la mano del holandés Albert Eckhout (1610- 1665), que formó parte de una expedición holandesa que acompañó entre 1637 y 1644 a Juan Mauricio de Nassau, al nordeste del Brasil, entonces zona de conflicto entre portugueses y holandeses; con ellos

iban también otros pintores como Franz Post (1612-1680), Zacharias Wagener (1614-1668) y Albrecht Willaerts (1603-1669). La obra de Eckhout presenta un interés especial para nuestro estudio dado que pintó allí mismo 18 telas, de las que se conservan 7, tituladas *Rerum per octennium in Brasilia* (1647). A su regreso Nassau le encargó una serie de pinturas mostrando las maravillas de América y Eckhout creó ocho pinturas de nativos, animales y plantas que sirvieron de base para muchos tapices de Gobelinos llamados “Les anciennes Indes” y tuvieron una gran difusión. La india de Eckhout ya es verosímil físicamente pero no ha perdido el apriorismo: de la cesta “de la compra” que lleva a la espalda sobresale un pie humano, en clara alusión a la antropofagia.

Finalmente, y como contraste con esa constante representación de una india universal y vacía, recordemos algunos nombres propios, los poquísimos que nos han llegado: Maria do Espírito Santo Arcoverde (Muíria-Ubi), hija del jefe tabajara Arcoverde, concubina de Jerónimo de Albuquerque, padre de al menos treinta hijos, conocido como el “Adán pernambucano”; Maria da Grã (Terebé), hija del cacique Tebiriçá, convertido al cristianismo, que se empeñó en casarla con Pero Dias, un fraile lego jesuita a quien el propio Ignacio de Loyola liberó de sus votos para favorecer las buenas relaciones con los indios; y, sobre todo, Catarina Álvares (Paraguaçu), hija de un cacique tupinambá de la zona de Bahía, casada con Diogo Álvares “Caramuru”, un náufrago que vivió toda su vida con los tupinambás y sirvió de intérprete entre los indios y los portugueses. El indigenismo romántico, inspirándose en el poema épico *Caramuru* (1781) de Frei José de Santa Rita Durão (1722-1784), convirtió a Diogo Álvares en una de las figuras míticas en la construcción del Brasil. Ninguna de estas mujeres alcanzó la ambigua fama de la Malinche, pero ese puñado de nombres rescatados de las crónicas y las vidas que intuimos tras ellos nos dicen más que los textos y los grabados; sin eliminar el vacío lo llenan de ecos.

Referências

ANCHIETA, J. de (1554-1594). *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1988.

BORNAY, E. *La cabellera femenina*. Madrid: Cátedra, 1994.

CORTESÃO, J. A carta de Pêro Vaz de Caminha. In: _____. *Obras Completas de Jaime Cortesão XIII*. Lisboa: Portugália Editora, 1967.

COUTO, J. *A Construção do Brasil*. Lisboa: Edições Cosmos, 1995.

GANDAVO, P. de M. (1570-1575). *Tratado da Terra do Brasil. História da Província Santa Cruz*. Rio de Janeiro: Edição do Anuário do Brasil, s.d.

GONNEVILLE, B. P. de (1505). *Le voyage de Gonneville*. Paris: Éditions Chandeigne, Paris, 1995.

HOLANDA, S. B. de. *Visión del Paraíso*. Motivos Edénicos en el Descubrimiento y Colonización del Brasil. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1987 [1959].

LÉRY, J. de. *Histoire d'un voyage faict en la terre du Brasil (1578)*. Texte établi, présenté et annoté par Frank Lestringant]. Paris: Le Livre de Poche-Bibliothèque Classique, 1994.

NÓBREGA, M. da (1549-1560). *Cartas do Brasil*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1988.

PIGAFETTA, A. (c. 1530). *El primer viaje alrededor del mundo*, [Ed. de Isabel de Riquer]. Barcelona: Ediciones B, 1999.

PINTO, J. R. Em viagem: a descoberta da alteridade. A invenção do índio brasileiro. In: _____. *A Viagem. Memória e Espaço*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1989, pp. 217-239.

SOUSA, G. S. de (1587). *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. [Ed. de Francisco Adolfo Varnhagem]. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

STADEN, H. (1557). *Duas Viagens ao Brasil*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

WHITE, H. The Noble Savage. Theme as Fetish. In: CHIAPELLI, F. (Ed.) *First Images of America*. The Impact of the New World in the Old. California: University of California Press, Berkeley, 1976.



**LÉXICO E IDENTIDADES CULTURAIS: ANÁLISE DA TOPONÍMIA
INDÍGENA DE NATUREZA ANTROPOCULTURAL NO SERTÃO DE
QUIXERAMOBIM**
**LEXICON AND CULTURAL IDENTITIES: ANTHROPOCULTURAL
ANALYSIS OF INDIGENOUS TOPONYMS IN THE BACKLAND OF
QUIXERAMOBIM**

Elis Larisse Santos Gonçalves¹

Exedito Eloísio Ximenes²

RESUMO

Nomear é uma das primeiras atitudes humanas diante do mundo que nos cerca, tendo em vista que a linguagem atravessa a própria existência humana. Por meio da língua também organizamos nossa maneira de estar no mundo e de atuar sobre ele, o que nos faz pensar a língua como um componente da cultura, se esta é entendida de forma abrangente como sendo “todo um modo de vida” (WILLIAMS, 2015, p. 10). Por meio da língua podemos também compreender as práticas culturais e históricas de nossos antecessores, uma vez que práticas linguísticas que foram usuais em tempos que nos precederam também permeiam as relações sociais do presente, muitas modificadas em suas formas e sentidos, mas que nos ajudam a compreender as formas de organizações comunitárias do passado, como é o caso do objeto de estudo desta pesquisa – as toponímias. O campo de estudos toponímicos no Brasil se destacou a partir das pesquisas de Levy Cardoso (1961), ao estudar aspectos das formas de nomeações dos lugares, e seguiu seu desenvolvimento por meio dos estudos de pesquisadores como Drumond (1965) e Dick (1980) até o presente momento, em que estudiosos do país têm empreendido esforços na construção do projeto de Atlas Toponímico do Brasil (ATB). Nesse sentido, o presente trabalho objetiva analisar as toponímias indígenas da microrregião cearense do Sertão de Quixeramobim que são classificadas, de acordo com as balizas teórico-metodológicas de Dick (1990), como sendo de natureza antropocultural, ou seja, nomes de lugares que têm sua motivação denominativa relacionada a fatores culturais dos povos indígenas. Dessa forma, o *corpus* deste trabalho é composto de 03 topônimos da região supracitada. É importante ressaltar que nos atemos à motivação semântica desses topônimos, tecendo considerações acerca da relação entre o léxico toponímico e identidade cultural. Para isso, também utilizamos como aporte teórico Biderman (1998), Hall (2006) e Woodward (2014).

PALAVRAS-CHAVE: Léxico; Toponímias Indígenas; Cultura; Natureza Antropocultural; Sertão de Quixeramobim.

1 Mestre em História e Letras, Universidade Estadual do Ceará. elislarisse7@gmail.com

2 Doutor em Linguística, Universidade Federal do Ceará. Pós-doutor em Filologia Portuguesa pela Universidade de São Paulo. Professor adjunto da Universidade Estadual do Ceará (UECE), atuando no programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada e no Mestrado Interdisciplinar em História e Letras. Coordenador do Grupo de Pesquisa Práticas de Edição de Textos do Estado do Ceará (PRAETECE). exedito.ximenes@uece.br



ABSTRACT

Nominate is one of the first human attitudes before the world that surrounds us, in view of the fact that language passes through human existence itself. Through language we also organize our way of being in the world and acting on it, which makes us think of language as a component of culture if it is comprehensively understood as “a whole way of life” (WILLIAMS, 2015, p. 10). Through language we can also understand the cultural and historical practices of our predecessors, since linguistic practices that were customary in times before us also permeate the social relations of the present, many modified in their forms and meanings, but which help us to understand the forms of community organizations of the past, as is the case of the object of study of this research - the toponyms. The field of toponymic studies in Brazil has stood out from the research of Levy Cardoso (1961), when he studied aspects of the forms of nomination of places, and has followed its development through the studies of researchers such as Drumond (1965) and Dick (1980) until the present moment, when scholars from the country have undertaken efforts in the construction of the Atlas Toponymic of Brazil (ATB) project. In this sense, the present work aims to analyze the indigenous toponymies of the Ceará micro-region of the Sertão de Quixeramobim, which are classified, according to Dick’s (1990) theoretical-methodological marks, as being of an anthropocultural nature, that is, names of places that have their denominative motivation related to cultural factors of the indigenous peoples. Thus, the corpus of this work is composed of 03 toponyms of the aforementioned region. It is important to emphasize that we stick to the semantic motivation of these toponyms, making considerations about the relationship between the toponymic lexicon and cultural identity. For this, we also used Biderman (1998), Hall (2006) and Woodward (2014) as theoretical contributions.

KEYWORDS: Lexicon; Indigenous toponyms; Culture; Anthropocultural Nature; Quixeramobim Hinterland.

Considerações iniciais³

Toponímia é a área dos estudos onomásticos que investiga os nomes dos lugares, sejam eles acidentes geográficos físicos (AF), que são espaços constituídos de forma natural, como por exemplo, serras, rios e vales; ou acidentes geográficos humanos (AH), quando se tratam e acidentes artificiais, ou seja, fazendas, ruas, distritos, cidades, pontes, viadutos etc.

No Brasil, os estudos de Cardoso (1961) configuram como algumas das primeiras pesquisas no campo toponímico. Muitos outros pesquisadores como Drumond (1965) e Dick (1980) também deram grande contribuição para a organização metodológica neste campo do saber, levando em consideração, principalmente, as condições da toponímia brasileira. Atualmente temos pesquisadores de todo o país dedicando-se a compreender a configuração toponímica brasileira, principalmente após a iniciativa do projeto do Atlas Toponímico do Brasil (ATB), que conta com a contribuição de projetos de muitos estados do Brasil.

Dentro desse campo de estudos, este trabalho se propõe a analisar as toponímias indígenas de natureza antropocultural da microrregião do Sertão de Quixeramobim⁴, no Ceará, numa

³ Este artigo deriva da dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação interdisciplinar em História e Letras da Universidade Estadual do Ceará – UECE, sob o título: AS TOPONÍMIAS INDÍGENAS DO SERTÃO DE QUIXERAMOBIM: UM ESTUDO LINGUÍSTICO-HISTÓRICO-CULTURAL.

⁴ A mesorregião 4 intitulada Sertões Cearenses está subdividida em 4 microrregiões, dentre elas a Microrregião 19, nomeada de Sertão de Quixeramobim composta por 07 (sete) municípios. Essa divisão político-administrativa pode ser visualizada neste site do IPECE: <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/pdf/Microrregioes_Geograficas_2019.pdf>.

perspectiva de perceber que motivações estão imbricadas nas escolhas designativas e nos significados envoltos na relação entre linguagem e processos cognitivos, pois percebemos que, através da nomeação dos lugares, os indivíduos “revelam padrões motivadores vigentes e suas influências objetivas e subjetivas” (DICK, 1990, p. 78). Deste modo, interessa-nos compreender, por meio das escolhas de determinados signos toponímicos, como as identidades culturais emergem na e pela linguagem, uma vez que tais escolhas lexicais também não são feitas de forma aleatória, mas partem de questões que estão para além das motivações, estendendo-se para as relações de poder e imbricadas nas políticas de representação (FREITAS, 2006).

À vista disso consideramos que nos aprofundarmos sobre uma análise dos processos de nomeação de um lugar contribui para que descubramos “recortes de uma realidade vivenciada, consciente ou não, que representam a mentalidade de um tempo histórico ou ethos grupal.” (DICK, 1990, p. 99), assim como identidades dos sujeitos partícipes da ação designativa e, por isso, nos ancoramos em Marcuschi (2015, p. 264) quando este nos esclarece que “essencial é acharmos uma forma de analisar as atividades sociais, históricas e cognitivas realizadas no ato do dizer” pois a linguagem ao mesmo tempo que é constitutiva, também constrói e age sobre as relações sócio-históricas e culturais.

Isto posto, a análise que se segue se debruçou sobre 03 (três) topônimos da região referida, utilizando como método principal de análise o modelo taxionômico de Dick (1980), mas também mobilizando conceito de outros campos do saber, como o exemplo, o conceito de identidade (HALL, 2006; WOODWARD, 2014). Tais toponímias, de acordo com a classificação de Dick, têm sua motivação semântica relacionada a fatores culturais dos povos indígenas. A partir disso, buscamos tecer uma discussão sobre esses símbolos e a formação dessa identidade cultural.

Toponímia e a relação com as identidades culturais de grupos sociais indígenas

Existem formas diversas de definir o que somos, enquanto indivíduos, ou mesmo enquanto pertencentes a grupos sociais. Essa definição do que somos pode ser representada por meio de vários símbolos, seja a forma como nos vestimos, como nos comportamos, como organizamos nossos espaços, até as formas que utilizamos para nos comunicar. Todos são elementos que funcionam como formas de representações das coisas com as quais nos identificamos e que, por sua vez, nos identificam, pois são componentes que fazem parte da formação de nossas identidades; essa definição também é marcada pela diferença (WOODWARD, 2014), ou seja, pelo que não somos, por aquilo que não escolhemos para nos representar.

Nesse sistema de símbolos representacionais e definidores de nossa identidade, a língua se insere como componente que também nos define. Tomemos o exemplo dos atos de nomeação, uma das primeiras atitudes humanas diante do que vai surgindo no mundo. Ao nascer uma criança, uma das primeiras providências a serem tomadas, no que tange ao social, é nomeá-la. Esse nome pode estabelecer tanto uma relação afetiva com um outro parente de mesmo nome,

quanto homenagem a determinadas figuras públicas, a aspecto religioso, quando se homenageia um santo de devoção ou até relações através do significado etimológico do nome que, de alguma forma, identifique o sujeito.

A título de exemplificação, essas são algumas referências que nos fazem pensar na importância atribuída ao ato de nomeação das coisas, atitude que, como podemos ver, funciona como uma espécie de “fazê-las existir” para um mundo de significação. Podemos pensar no ato de nomear como um processo de dar sentido à existência, reconhecer a identidade das pessoas, um fazer-se definir dentro do grupo social ao qual os sujeitos pertencem. As escolhas designativas, portanto, não são ocasionais, pois elas nos identificam, se relacionam com o que somos, com a construção da identidade de um indivíduo ou de grupos sociais e com a cultura da qual fazemos parte.

Nesse processo de nomeação, a língua se mostra em sua dinamicidade, uma vez que se faz uso de palavras já existentes, outras são reformuladas ou ressignificadas, outras são criadas e até “emprestadas” de outros idiomas. Especificamente, é também neste sentido que o léxico, componente de uma língua, é um sistema de representação, pois as palavras têm uma razão de ser no mundo, não são postas de forma aleatória e nem escolhidas para determinada situação pelo acaso, ao contrário, “todas as palavras remetem ao conhecimento que o homem constrói em sua experiência social com grupos e culturas de que participa” (ANTUNES, 2012, p. 28). Ou seja, todas as palavras significam, a partir do que foi construído pelo homem individualmente e em suas experiências coletivas, ao longo do tempo, no processo da cognição. As palavras são a organização conceitual de seus referentes no mundo (BIDERMAN, 1998), organização essa que parte das experiências e construção do conhecimento humano.

A partir de uma abordagem na perspectiva dos estudos culturais, podemos pensar na concepção de identidade como sendo historicamente construída (HALL, 2006), portanto, dinâmica, instável, em contraposição às concepções de identidade pensadas como sendo definidas biologicamente, como se esta fosse inerente ao ser humano, numa visão essencialista de identidade; ou, a concepção de que o sujeito, tendo um núcleo interior que não é autossuficiente, se construa através da interação entre seu mundo individual e o contato com o mundo externo (HALL, 2006). Dessa forma, é necessário refletirmos sobre o ato de nomeação, sobre a natureza dessas escolhas designativas, bem como sobre esse padrão, a priori, da fixação de um número considerável de toponímias advindas da língua indígena, e, assim, pensarmos a construção da identidade de grupos sociais, uma vez que “todo ato de nomear dar-se no bojo de uma política de representação que, por sua vez, está diretamente relacionada com o processo de construção de identidade” (FREITAS, 2006, p. 228). Ou seja, nomear os lugares diz respeito a como os sujeitos dessas regiões se veem também, como eles se definem e constroem sua identidade, ou de como a reivindicam. Nas palavras de Dick (1997):

O sistema denominativo que aciona é, assim, um reflexo de tudo aquilo que representa, cumulativamente, hábitos, usos, costumes, moral, ética, religião. Os parâmetros que utiliza neste ato posicionam-se em relação diretamente proporcional ao que mais o impressionou ou sugestionou, no momento da criação do nome, dentro de um princípio derivado daquele remoto conjunto de circunstâncias comuns (DICK, 1997, p. 13).

Há uma estreita relação entre a forma de nomeação dos lugares com a formação da identidade dos grupos que os nomeiam, uma vez que hábitos e costumes dos grupos humanos fazem parte do conjunto de coisas que definem os sujeitos, de como se veem, de como são representados e de como representam. A motivação toponímica, o que impele o sujeito a nomear de tal maneira e não de outra, remete-nos às suas escolhas, a como ele diz o lugar em que vive e, de modo consequente, ao que o sujeito escolheu evidenciar dentro daquele espaço, seja a motivação toponímica relacionada a aspectos físicos do espaço geográfico, ou por questões de cunho sócio-cultural.

Os nomes dos lugares inserem-se no que podemos chamar de palavra-ação (MARCUSCHI, 2015), uma vez que têm implicações de cunho representacional que dizem respeito à construção de significados e até de preferências. Essa representação toponímica que ganha materialidade na língua - além de ser uma questão simbólica - tem também implicações sociais; uma delas, como já vimos, relacionada à construção da identidade que diferencia os grupos humanos desse lugar. E sendo essas representações consideradas um caminho de escolhas que define e distingue os grupos humanos, inserem-se, também num sistema de poder.

Exercer poder sobre o outro muitas vezes está relacionado à força física de dominação. Entretanto, pode ser feito em diversas esferas, seja através da força física, como acontece na dominação de territórios, seja por meio de atividades de cunho político e social, como acontece nas políticas de representação de governos distintos (FREITAS, 2006) quando em ascensão. Este foi, por exemplo, a forma como Brasília se tornou símbolo do progresso do Governo Juscelino Kubitschek (1956- 1961). Podemos citar também a força de representação de um projeto político por meio de formas de nomeação do bando 10⁵, do livro antigo 16 (atual 86), de data crônica 1762-1807:

O Tenente Corel. do Regimento de Infantaria paga da Goarni=saõdaPrassadoRecifedePernco. acujo cargo seachaogoverno desta Capnia. Doceará grande por ElRey Vosso Senhor Porquanto SMage. pelo Alvará de8 deMayo de1758 foy servido mandar que neste estado seobsseruase = inviolael mente aleydeSeisdeJunho de1755 q' determinou acreçaõ das VaselugaresdeIndiosdas capitancias do Gram Parã Maranhã Ficando commuaaeste Estado sem restricão

5 Um bando é um documento originário de alguma autoridade, direcionado aos governados com o objetivo de dar algum aviso ou ordem sobre determinados assuntos. É um texto escrito para ser lido em praça pública ou qualquer ambiente público, sobretudo em pequenas comunidades em que as pessoas não sabiam ler. Por isso leva o nome de bando, pois tocava-se um tambor, caixa ou bando para o se reunir e ouvir a leitura do texto. Depois o texto era fixado na parede para que todos pudessem saber. Dessa forma, ninguém poderia alegar ignorância do fato que fora anunciado

interpretação ou modificaçãoalgua: Enada. Ley manda que nas fundaçõs das Villas elugaressepratiqueemquanto for posi-velapolítica que ordenou para afunçãoãdaVila nova deS.Joze do Rio negro: ecomoareferida política outro sim ditrimina6 que nas Vilas elugares q denovoSeeregirem nas Aldeas dos Indiossedenominem com os nomes dos lugares eVas. doReyno que bem parecer aoGovor. sem atençaõ aos nomes Barbaros q actual mente tem (grifo nosso).⁶

A partir deste bando, podemos perceber a ação dos colonos em modificar o nome dos lugares no território cearense ou de estabelecer uma política de nomeação dos lugares que surgissem, partindo de sua perspectiva e ignorando os topônimos indígenas que foram dados a esses lugares. Neste sentido, fica perceptível que os atos de nomeação também são formas de exercer poder e domínio, conforme esclarece Dick (1987):

Quando, no Gêneses, os animais da terra vêm à presença do primeiro homem para que este o denomine, estava se configurando, nesse momento, através do ato denominativo, a posse intelectual de uma espécie sobre a outra, através da manifestação simbólica da linguagem; o “dar nomes” e o “conhecer os nomes dados”, para os primitivos em geral, tinham realmente, uma conotação própria, porque pressupunha toda uma recorrência ao mecanismo de domínio do ente, cujo nome de batismo, o primeiro, clânico, por certo, se tornava público” (DICK, 1987, p. 97).

Ao falarmos sobre identidade, necessariamente precisamos pensar também sobre a diferença, dado que, dizer-se de uma forma, afirmar o que somos é, conseqüentemente, negar uma série de outras afirmações sobre nós mesmos. Definirmo-nos de uma forma é negar tantas outras, por assim dizer. Somos também caracterizados a partir da diferença, isto é, do que não somos, como esclarece Ortiz (1986, p. 7): “toda identidade se define com relação a algo que lhe é exterior, ela é uma diferença”.

Dessa forma, Woodward (2014) afirma que a identidade, ao depender da diferença, é marcada por símbolos e por sistemas classificatórios que organizam as relações sociais, estabelecendo, assim, os sentidos, uma vez que estes, não são inerentes às coisas, mas são construídos em relação a elas. Ou seja, o significado não é fixo e nem natural às coisas que determina, mas é construído no processo. Para a autora, é neste momento de classificação que “ideias e valores são cognitivamente apropriados pelos indivíduos” (Woodward, 2014, p. 41), quando temos a marcação da diferença tanto por meios de sistemas simbólicos, quanto por meio de formas de exclusão social.

No caso de nosso objeto, temos a marcação da diferença por meio de um sistema simbólico: os topônimos de origem indígenas são símbolos que marcam identidades que são produzidos e materializados por meio da língua. A forma de nomeação das cidades do Sertão Central cearense são afirmações linguísticas não só da presença de determinados grupos humanos na região, mas também daquilo com o qual nos identificamos que, por conseguinte, nos diferencia do que não somos. São, portanto, itens lexicais que fazem parte de um sistema de representação de uma forma de identificação.

6 Ditrimina por determina.

Quando falamos em sistema, expandimos a noção das coisas, uma vez que sistema nos remete a rede, a um agrupamento que se interliga. É neste sentido de sistema que vemos a recorrência de topônimos de origem indígena nesta região como “um comportamento social repetido ou ritualizado, isto é, um conjunto de práticas simbólicas partilhadas” (WOODWARD, 2014, p. 47). Fazem parte de uma sequência que organiza o mundo social e que significa em relação um ao outro, inclusive à forte relação do lugar com uma memória indígena, que nos leva a pensarmos a nossa ancestralidade e também evidencia vários grupos indígenas que habitavam esta região.

Woodward (2014, p. 47) frisa que “nossa compreensão dos conceitos depende da nossa capacidade de vê-los como fazendo parte de uma sequência”. Podemos, então, pensar que, certamente, para quem chega na região do Sertão Central, há um estranhamento com os nomes de algumas cidades, sobretudo se os itens lexicais forem muito distantes do vocabulário dessas pessoas. Perceber a rede de relações étnicas entre os nomes ajuda a organizar cognitivamente a forma com que se enxerga a região, cada cidade. Em termos práticos, no momento de nossa descoberta desses topônimos, a ideia de encadeamento da origem e simbologia desses nomes nos ajuda a organizar os conceitos sobre eles e sobre a região. Para as pessoas que moram na região desde sempre, certamente não há estranhamento, uma vez que essa é a forma de ordenamento social que lhes parece muito natural, pois desde que tomaram consciência de si, esses topônimos já estabeleciam uma identidade entre os moradores dessas cidades.

Dentro, então, do que Woodward (2014) denomina de sistema classificatório da identidade através de símbolos, vemos a importância da recorrência desses topônimos na “ordem social”.

Outro aspecto importante a ser discutido diz respeito ao que Hall (2006) aborda ao falar de identidades culturais, sobretudo quando trata de uma “comunidade imaginada” (HALL, 2006). Neste conceito, o autor aborda a questão da construção da identidade a partir das culturas nacionais, uma formação que, de tão enraizadas, parecem ser inatas, são os discursos que vão sendo construídos em torno de uma ideia de comunidade, que contribui, portanto, para que os sujeitos se percebam como participantes dessa comunidade, pertencentes a um grupo social que carrega consigo inúmeras características, fruto dessa construção imagético-discursiva (ALBUQUERQUE JR., 2011).

Hall (2006), ao tratar das questões relacionadas à identidade cultural, aborda aspectos que dizem respeito às questões de pertencimento, que será uma das direções que tomaremos neste trabalho, isso porque para melhor refletirmos sobre nosso objeto de estudo – os topônimos de origem indígena-, é interessante pensarmos como se dá essa relação das questões de pertencimento a uma matriz étnica e cultural na discussão sobre formação da identidade do sujeito pós-moderno. Para o autor,

as culturas nacionais são uma forma definitivamente moderna. A lealdade e a identificação, que numa era pré-moderna ou em sociedades mais tradicionais, eram dadas às tribos, ao povo, à religião e à região, foram transferidas, gradualmente, nas sociedades ocidentais, à cultura nacional. As diferenças regionais e étnicas foram gradualmente sendo colocadas, de forma subordinada, sob aquilo que Cellner chama de “teto político” do estado-nação, que se tornou, assim, uma fonte poderosa de significados para as identidades culturais modernas (HALL, 2006, p. 49).

As culturas nacionais como forma moderna dizem respeito ao impacto do nosso tempo atravessado por um dinamismo que diz respeito a mudanças e, por efeito, também, da globalização. Um período histórico marcado por mudanças que são fruto também da reflexão, da análise das práticas sociais; em contraposição à busca da perpetuação de uma tradição por meio da valorização de seus símbolos e das experiências passadas. Essa forma moderna, portanto, não quer dizer que haja uma ruptura com a tradição, com a experiência das gerações anteriores, quer dizer que práticas são pensadas e ressignificadas, é neste processo, portanto, que nasce uma cultura nacional, o movimento de necessidade em definir o que é nacional e de apegar-se à tradição, porém no movimento de atribuição de novos sentidos a esta.

Ao pensarmos em identidade nacional percebemos que a construção desse discurso relacionado às questões étnicas se funda, também, no cerne da memória, uma vez que durante o decurso de se formar um pensamento sobre o que é ser brasileiro, ou mesmo de traçar discursivamente um projeto de nação, definindo então o que caracteriza o Brasil, podemos perceber uma aproximação com as raízes étnicas que partem do pensamento de que somos fruto das culturas dos índios, africanos e dos europeus. É a busca pela tradição, que se sustenta pelo fato de que “o discurso de uma cultura nacional [...] constrói identidades que são colocadas, de modo ambíguo, entre o passado e o futuro (HALL, 2006, p. 58). Temos então que, segundo o mesmo autor, uma das formas pelas quais a identidade é narrada é através da “ênfase nas origens, na continuidade, na tradição e na contemporaneidade.” (HALL, 2006, p. 53), isto é, na busca pelas raízes da nação e, assim, pela afirmação dessas raízes através da continuidade destas em diversos níveis.

Nesta perspectiva, as palavras advindas do vocabulário indígena configuram uma herança cultural linguística inserida no contexto atual em que pertencem, também, a uma ideia de nação. A este respeito, Biderman (1987) reitera que o léxico de uma língua natural pode ser identificado com o patrimônio vocabular de uma dada comunidade linguística que tem uma história. Assim, para as línguas de civilização, esse patrimônio constitui um thesaurus, ou seja, uma herança de signos lexicais herdados e de uma série de modelos categoriais para gerar novas palavras. (BIDERMAN, 1987, p. 83).

À vista disso, a recorrência de topônimos de origem indígena indica a formação de uma identidade que busca a ligação às nossas raízes culturais através desses “símbolos e representações” (HALL, 2006, p. 50), neste caso, através da língua.

Acerca disso, Woodward (2014, p. 11), na mesma linha de pensamento, afirma que “uma das formas pelas quais as identidades estabelecem suas reivindicações é por meio do apelo aos antecedentes históricos” para ela, essa ideia aproxima a identidade de uma visão essencialista, que a tem como algo permanente e estável, embora não seja assim, o que leva à busca pelo fio da genuinidade, de uma essência dos grupos sociais, e até uma verdade histórica, mesmo que, em um processo de ressignificações se produzam constantemente novas identidades, dando a sensação de permanência de uma identidade que vence as barreiras do tempo. Essas questões dizem respeito ao sentimento de pertença a determinados grupos identitários, neste caso, aos grupos indígenas que, por serem os primeiros a habitar nossas terras representam a raiz primeira desse lugar.

Neste sentido, pensarmos na permanência dessa terminologia indígena até os dias atuais, do que a fez perpetuar, se fazem parte de uma política de representação consciente, ou quais as motivações da força desses topônimos que atravessam o tempo e formam, nesta região, um sistema denominativo que remonta à língua indígena, mantendo em uso itens lexicais que, pela imposição do português, tendiam a desaparecer do exercício comunicativo dos falantes da região. De qualquer forma, conscientes ou não, podemos, neste caso, pensar em política de representação, uma vez que estes topônimos são itens lexicais que constituem-se aspectos/marcas da construção simbólica da identidade de um povo, principalmente se pensarmos em como as matrizes indígena, africana e europeia estão presentes nesta ideia de nação por meio de seus inúmeros símbolos, um deles, a língua, até mesmo como uma ideia de reivindicação ligada às questões étnicas, uma vez que, como afirma Hall (2006, p. 49), “a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentido – um sistema de representação cultural. As pessoas não são apenas cidadãos legais de uma nação: elas participam da ideia de nação tal como representada em sua cultura nacional.”

Pensar as escolhas designativas como símbolos de representação que compõem uma identidade cultural, como formas de atribuição de sentidos, é pensar nesses itens lexicais como atos políticos, que fazem parte da construção dessa “comunidade imaginada”, que nasceram no bojo de uma realidade social que, embora não seja um processo consciente, coexiste imbuídas de significados e que também caracterizam a cultura de um povo. Ainda mais se pensarmos identidade e língua, ambas como sistemas de significação, veremos que estão imbricadas e que a língua, sobretudo o léxico, tanto faz parte da significação para a construção de uma identidade, quanto nos permite percebermos como se dá esta construção ao longo da história.

As escolhas designativas se dão no bojo da arbitrariedade porque não são determinadas naturalmente, como escolhas, partem sempre da subjetividade de quem tem poder para fazê-las, partem das intenções de quem as fazem, do que pensam, de como veem o mundo, de sua cultura e história. Podemos pensar no léxico toponímico, nas escolhas que se deram, em sua motivação, como uma política de representação local que faz parte de uma narrativa sobre a construção identitária da nação, uma vez que a linguagem enquanto “instrumento cognitivo [...] tem como

função organizar e fixar a experiência humana” (MARTELOTA, 2015, p. 184), portanto, ao sermos interpelados pela necessidade de pertencimento, pela necessidade da construção de uma narrativa acerca da identidade nacional, vamos reorganizando nossas experiências culturais e concebendo formas diversas de linguagens para representar essa estrutura identitária.

Percebemos, portanto, que o processo de nomeação dos lugares não é uma atividade aleatória, pelo contrário, nomear, como foi dito, é uma forma de organização humana. Entretanto, não é uma atividade, nos termos de Irandé (2012), que pode ser tida como uma forma de rotular as coisas do mundo, a escolha lexical para nomear se dá a partir de processos subjetivos e complexos que dizem respeito a como cada grupo humano conceitua o seu espaço, por conseguinte, como esses grupos o percebem. É, por assim dizer, uma atividade que põe em destaque costumes, crenças, valores, ideologias e posições políticas do povo que o faz.

Povos indígenas na microrregião do sertão de Quixeramobim: considerações histórico-culturais

O interesse primeiro por pesquisar as toponímias indígenas foi por constatarmos várias lexias provenientes das línguas indígenas nomeando as cidades desta região⁷, tendo em vista que dos 07 (sete) municípios que compõem a microrregião supracitada do Sertão de Quixeramobim, 05 (cinco) são denominados com nomes indígenas, mesmo tantos anos após a implementação de um projeto colonizador que empenhou-se em suplantar, até onde pode, a cultura desses povos, sobretudo com um trabalho de imposição que também perpassou o plano linguístico, como vimos anteriormente o pequeno exemplo do bando.

O Ceará foi uma das capitanias que mais demorou a ser colonizada devido a questões econômicas, pois, à época, a coroa portuguesa focava suas atividades financeiras na produção da cana-de-açúcar, enquanto as condições naturais da então Capitania do Ceará eram mais propícias à pecuária, atividade que se configurava como “acessória” da primeira, conforme explica Pinheiro (2000).

Era grande o número de nativos à época da colonização, tendo em vista, principalmente que, conforme outras capitanias iam sendo ocupadas, os povos indígenas iam migrando para espaços ainda não invadidos pelo colonizador, como era o caso do *Siará Grande*. Esse movimento migratório também ocorreu no próprio Ceará, pois conforme o litoral ia sendo tomado, os grupos indígenas se afastavam para os sertões.

De acordo com Studart (1966) e Araripe (2002) constatamos que, à época, os grupos indígenas que habitavam a região do Sertão Central cearense eram os Genipapos e Canindés. Tais povos viviam, como contam os historiadores, a andarilhar os longos contornos dos rios Banabuiú e Sitiá, importante provisoros de água às cidades cearenses ainda na atualidade.

⁷ Nesta pesquisa estamos trabalhando apenas com lexias que nomeiam cidades e distritos da região, ou seja, com acidentes geográficos humanos (AH).

Esses povos indígenas que habitavam essa parte dos sertões cearenses eram considerados, pelo olhar colonizador, povos tapuias, designação pejorativa para denominar todas aquelas nações indígenas não pertencentes ao tronco linguístico tupi, ou seja, além das diferenças culturais, tendo em vista a diversidade de modos de vida desses grupos, um elemento de força que demarcava essas diferenças era o fator linguístico, tendo em vista que tais indígenas tapuias eram descritos como “as hordas que, palmilhando de preferência os chãos sertanejos da Capitania, falavam língua travada” (STUDART FILHO, 1966, p. 54).

Desse modo, tapuia era sinônimo de selvagem, bravo, violento e, até incivilizado, como podemos ver reverberado na fala, inclusive, de intelectuais de época relativamente recente, pois, segundo esses intelectuais, os tapuias “não possuíam nem a mentalidade nem as virtudes de heroísmo, nobreza e lealdade que lhes emprestam os nossos romancistas e poetas: eram, ao revés, preguiçosos, ladrões, desconfiados, astuciosos e ferocíssimos nas vinditas” (CRUZ FILHO, 1966, p. 35). Mesmo com o extermínio de um número enorme de nativos, atualmente, temos ainda, reconhecidos 14 grupos indígenas no Ceará, os quais estão alocados em 18 municípios, e destes, somente o grupo potiguara reside na região do Sertão Central Cearense, no município de Boa Viagem (CEARÁ, 2019). Porém, apesar da pouca presença física desses povos na região, sobressai-se, como forma de resistência, e registro memorialístico, as palavras que dão nomes a muitos lugares do território cearense.

Um dado importante para melhor contextualizarmos a estada dos grupos indígenas na microrregião a qual nos referimos é o fato de que existe, em um distrito chamado Sitiá (o mesmo nome do rio que passa pelo distrito) a igreja de Nossa Senhora da Conceição, construída em 1719, período de grande efervescência da colonização dos sertões cearenses. Esse monumento histórico nos fornece uma noção mais precisa de localização da atuação colonial por meio das forças religiosas, representadas neste ponto, pela chegada da igreja católica, o que nos leva a crer que também naquela região onde alocou-se a igreja, houvesse nações indígenas. Neste sentido, Sousa (1960, p. 13), ao referir-se aos grupos Genipapo e Canindé, afirma que

o primeiro aldeamento desses índios remonta a 1739, ano em que Luiz Henrique Pereira Freire, então no governo de Pernambuco, ‘tendo em consideração o requerimento de Miguel da Silva Cardoso, índio da nação Genipapo, mandou aldeá-los com a nação Canindé, por serem ambas da mesma língua e parentas, no sítio Banabuiú, distrito de Jaguaribe. O lugar mencionado deu origem à vila de Conceição da Barra do Sitiá, depois simplesmente Barra do Sitiá, encravada na primitiva sesmária concedida a 2 de setembro de 1683 a Lourenço Cordeiro e seus companheiros.

Todas essas referências, os bens materiais e imateriais a que tivemos acesso desses grupos nos fazem refletir sobre como a forma de vida indígena, sua cultura e identidade perpassam a nossa realidade presente. Neste sentido é que pensamos esses topônimos como uma herança linguística que podem contribuir para nossa compreensão da cultura e identidade desses povos que também permeia a nossa.

Metodologia

Para a realização desta pesquisa, utilizamos para o *corpus* de análise topônimos da microrregião do Sertão de Quixeramobim, situada, por sua vez, no Sertão Central cearense. Os topônimos analisados foram coletados dos mapas de escala 1: 650 00037, do IBGE.⁸

O material coletado no supracitado mapa do IBGE, levando em consideração que delimitamos o nosso interesse em analisarmos nomes de cidades e distritos, nos trouxe 15 topônimos indígenas na região, entre os quais 05 (cinco) destes nomeiam cidades e 10 (dez) nomeiam distritos de tais cidades. Especificamente para este trabalho, utilizamos como *corpus* somente 03 topônimos que nomeiam os distritos dos municípios cearenses e que foram classificados como tendo suas motivações designativas relacionadas a fatores antropoculturais, conforme classifica Dick (1980). Dessa forma, temos a seleção das seguintes topônimos: *Caiçarinha*, um distrito do município cearense de Choró; *Tapuiará*, distrito do município de Quixadá; e *Uruquê*, distrito do município de Quixeramobim.

No que diz respeito à catalogação e análise de dados, seguimos as orientações de Dick (1980, 1992, 2004) quanto à classificação taxionômica. Como estamos analisando topônimos indígenas, é de suma importância, nesta pesquisa, utilizarmos os conhecimentos etimológicos acerca destas línguas. Para isso, recorreremos a alguns dicionários de línguas indígenas, entre eles, os de Tibiriçá (1985) e Navarro (2013); bem como a trabalhos publicados por alguns etimólogos e pesquisadores em revistas, dentre os quais estão Nogueira (1887), Sampaio (1902), Brígido (1902), Pompeu Sobrinho (1919), Seraine (1947, 1948, 1950).

A classificação taxionômica elaborada por Dick (1980,1992) pode ser visualizada no quadro abaixo:

Quadro 1 - Modelo taxionômico proposto por Dick (1980, 1992)⁹

Taxes de natureza física	Taxes de natureza antropocultural
Astrotopônimos: Topônimo referente aos nomes de corpos celestes. Ex: Cruzeiro do Sul - AC	Animotopônimos ou Nootopônimos: topônimo referente à vida psíquica e à cultura espiritual. Ex. Solidão – PE
Cardinotopônimos: Topônimo referente às posições geográficas em geral. Ex: Nortelândia - MT	Antropotopônimos: topônimo referente aos nomes próprios e individuais. Ex. Mâncio Lima – AC
Cromotopônimos: topônimo referente às cores. Ex.: Monte Azul - MG	Axiotopônimos: topônimo referente aos títulos e às dignidades. Ex.: Deputado Irapuan Pinheiro (CE); Senador Pompeu (CE)
Dimensiotopônimos: topônimo referente às características do acidente. Ex.: Serra Grande - CE	Corotopônimos: topônimo referente aos nomes de cidades, países, regiões e continentes. Ex.: Boca do Acre – AM

⁸ Disponível em: <<https://mapas.ibge.gov.br/politico-administrativo/estaduais>>.

⁹ Os topônimos utilizados foram retirados em sua maioria também de Sousa (2007), outros são exemplos dos mapas do Ceará que estamos utilizando nesta pesquisa.

Fitotopônimos: topônimo referente aos nomes dos vegetais. Ex: Juá - CE	Cronotopônimos: topônimo referente às indicações temporais Ex: Nova Russas (CE)
Geomorfotopônimos: Topônimo referente às formas topográficas. Ex: Cordilheira Alta - SC	Ecotopônimos: topônimo referente às habitações de um modo geral. Ex. Barracão - RS
Hidrotopônimos: Topônimo referente aos acidentes hidrográficos em geral. Ex: Cachoeira – BA	Ergotopônimos: topônimos rela aos elementos da cultura material. Ex. Jangada – MT
Litotopônimo: topônimo referente aos nomes de minerais. Ex: Ouro - SC	Etnotopônimos: topônimo referente aos elementos étnicos isolados. Ex: Paraíba dos Índios – PB
Meteorotopônimos: topônimo referente aos fenômenos atmosféricos. Ex.: Alvorada - TO	Dirrematotopônimos: topônimo constituído de frases ou enunciados linguísticos. Ex.: Passa e fica – RN
Morfotopônimos: topônimo referente às formas geométricas. Ex. Serra Redonda - PB	Hierotopônimos: topônimo referente aos nomes sagrados. Ex.: Exu – PE (hagiotopônimos quando são relativos aos santos e santas do hagiológico romano. Ex: Santa Quitéria -CE)
Zootopônimos: topônimo referente aos animais. Ex: Cascavel - CE	Historiotopônimos: topônimo referente aos movimentos histórico-social e aos seus membros. Ex.: Sete de Setembro - RS
	Hodotopônimos: topônimo referente às vias de comunicação rural ou urbana. Ex: Ponte Serrada – SC
	Numerotopônimos: topônimos referentes aos adjetivos numerais. Ex. Três ranchos - GO
	Poliotopônimos: topônimos constituídos pelos vocábulos aldeia, vila, povoação, arraial. Ex: Arraial do Cabo – RJ
	Sociotopônimos: topônimo referente às atividades profissionais ou a ponto de encontro. Ex: Estiva – MG
	Somatotopônimos: topônimos referentes às relações metafóricas das partes do corpo humano ou animal. Ex: Braço do Trombudo – SC

A classificação que visualizamos acima teve, posteriormente, a contribuição de outros pesquisadores que foram agregando às taxionomias, outras que abrangessem topônimos com outras ocorrências, como por exemplo, a divisão de Isquierdo (1996) da taxionomia dos animotopônimos em animotopônimos eufóricos e disfóricos e a criação de uma classificação taxionômica para os topônimos formados por siglas, denominados de acronimotopônimos (FRANCISQUINI, 1998).

Análise dos dados

Como explicitado acima, faremos a análise dos topônimos que são classificados de acordo com a categoria de natureza antropocultural, para que possamos perceber como refletir sobre as identidades culturais indígenas que fazem parte da cultura cearense por meio dessas formas designativas.

O topônimo *Caiçarina* foi classificado como sendo de natureza antropocultural, pois de acordo com Navarro (2013) é uma palavra que tem sua origem tupi antigo de *Ka'aysá*, e significa “cerca rústica feita de galhos e ramos entrelaçados para defesa e proteção”. (NAVARRO, 2013, p. 551). Seraine (1947, p. 220), por sua vez, afirma que *Caiçara* vem do tupi-guarani, sendo então, *caà*: mato; e *içá*: estaca, esteio.

Por isso, dentro do que pontua Dick (1980) classificamos a palavra como **ergonotopônimos**, tendo em vista que, por meio de sua etimologia, refere-se a elementos da cultura, qual seja, tendo em vista que trata-se de “um producto da indústria rudimentar” desses povos (Sampaio, 1901 p. 65).

Os elementos referentes à cultura são construções humanas em que o homem exerce uma atividade, ou cria determinado objeto com um fim específico, neste caso a utilização de elementos da natureza, como mato, ou madeiras, geralmente nas línguas de tronco tupi, demarcados pelo morfema *caá*: mato (DICK, 1990, p. 100-101), com o objetivo de proteção ou delimitação de espaços, a construção de cercas ou para impedir a entrada de invasores, ou para demarcar seus espaços. Por isso a classificação como elemento da cultura, pois é uma construção humana que visa modos de proteção ou de delimitação de espaço, modos de organização humana. A esse respeito, observamos que essa forma de organização do espaço não é própria da sociedade “civilizada”, ou fruto de um aprendizado do “cultivo” da natureza selvagem à evolução. A noção de organização e maneiras de proteção nasce da necessidade de construção de meios de sobrevivência já experienciado pelos nativos, tanto que há um vocábulo para definir, para nomear os conceitos formulados sobre o que seria uma cerca com fins pré-definidos.

De acordo com Ferreira Neto (2003), os índios geralmente não edificavam suas moradias de frente para o mar, atitude que o supracitado autor aponta como um mecanismo de defesa. Ferreira Neto (2003) ainda afirma que não há registros de que, especificamente, os índios do território que hoje se denomina Ceará, tenham construído habitações à beira do mar. As aldeias tinham uma espécie de praça que “era cercada por estacas (na língua tupi, *caiçara*)” (FERREIRA NETO, 2003, p. 107). A partir disso, vemos que é claramente um objeto da cultura indígena de organização e proteção dos seus espaços.

É necessário observarmos ainda acerca deste topônimo que nossa análise se baseou no termo “*Caiçara*”. Entretanto cabe salientar que o topônimo do distrito é *Caiçarina*, ou seja, houve neste vocábulo o processo de sufixação, pois o topônimo recebeu o sufixo diminutivo da língua portuguesa “*inha*”, fenômeno que faz desse topônimo de natureza híbrida (SERAINÉ, 1947) composto por elementos de duas línguas.

O vocábulo *Tapuiará* que, de acordo com Tibiriçá (1985, p. 109), é um vocábulo ligado à tapuia: selvagem; e *araá*: agitado. Ou seja, selvagem agitado. Este topônimo, por sua vez, representa os 25% do vocábulo classificado como animotopônimo da região pesquisada, ou seja, diz respeito às formulações psíquicas humanas. Neste caso, o topônimo é assim

classificado porque o sintagma “tapuia”, algumas vezes já referido neste trabalho, denominava de forma genérica os povos indígenas que geralmente habitavam os sertões, que não pertenciam aos grupos da nação *tupi* e que tinham a “língua travada”, expressão utilizada para demarcar que esses índios falavam línguas que não eram as do tronco *tupi*, geralmente utilizadas pelos bandeirantes para a comunicação e entrada em terras novas. E era também uma nomeação usada para se referir a esses povos como sendo os indígenas mais selvagens, em uma caracterização depreciativa destes.

Os tapuias, em geral, foram esses povos que mais lutaram e fizeram frente de resistência diante da colonização dos sertões cearenses. Como apontado anteriormente, a região do Sertão Central foi habitada por esses índios denominados tapuias, que fizeram frente de resistência diante da invasão de terras por parte dos colonizadores. Como também foi dito anteriormente, a língua, considerada “travada” desses povos, os caracterizavam como índios “menos evoluídos”, tendo em vista que havia também, como pudemos ver, um modelo de índio mais civilizado que outros, como foi manifesto por José Cordeiro (*apud* SIMÃO, 1996, p.30): tapuia “significa até mesmo inimigo. Depois o colonizador empregou o termo para se referir a gente inferior, espécie de bárbaro americano. De qualquer modo, Tapuya é uma denominação política, em certo sentido entendido como resistência.”

Ainda pensando nos sentidos diversos que a palavra pode ter sido utilizada, não podemos deixar de citar que os aspectos físicos dos tapuias foram motivos de elogio por parte dos colonos, como afirma Ferreira Neto (2003), em que eram exaltadas a força física desses índios e sua imunidade, pois eles eram resistentes às doenças. Do remanescente linguístico desses povos, restaram alguns vestígios nos nomes dos acidentes físicos, como rios, serras, e em nomes de acidentes humanos também, como povoados, distritos, apesar de encontrarem-se já muito corrompidos. Mesmo tendo os tapuias vivido efetivamente na região do Sertão de Ceará, o vocabulário tupi adentrou os sertões e imprimiu sua força por meio de formas designativas nessa região, como por exemplo nomeando as localidades, os rios que desaguam no mar (SAMPAIO, 1901), as serras etc. Assim também como denominou os próprios indígenas dos sertões, caracterizando-os como selvagens.

No que concerne à classificação que fizemos desse topônimo, levando em consideração seus usos significativos possíveis, consideramos de grande importância trazermos a esta análise as contribuições de Isquierdo (1996 *apud* Melo 2007), à classificação taxionômica de Dick no que diz respeito aos animotopônimos. A autora sugere que a referida *taxe* seja desmembrada em suas subdivisões, que seriam os **animotopônimos eufóricos**, que se refere aos topônimos cuja motivação apresentam bons sentimentos, nas palavras da própria autora “sensação agradável, expectativa otimista, boa disposição de ânimo.” (ISQUERDO, 1996, p.118 *apud* Sousa, 2007); e os **animotopônimos disfóricos**, quando apresentar sentimentos negativos e desagradáveis. Pensando na classificação de Isquierdo, seria possível classificar o topônimo Tapuiará como um animotopônimo disfórico, pois além de o termo “selvagem” já ser de cunho

pejorativo, acrescenta-se a essa caracterização o adjetivo “agitado” (TIBIRIÇÁ, 1984, p.109), que transmite uma imagem negativa, desagradável desses povos indígenas. Conforme afirma Navarro (2013, p. 464) a palavra *Tapuia*, do Tupí, designa o “indígena de grupo tribal não tupí”. Nesse sentido, podemos compreender essa nomenclatura como sendo uma forma de diferenciação da perspectiva linguístico-cultural entre os grupos indígenas, demarcando essas identidades por meio das diferenças.

O topônimo Uruquê, que denomina um distrito do município de Quixeramobim, de acordo com a sua classificação taxionômica poderia ser tanto ergotopônimo, quanto zootopônimo. Isso porque o morfema *Urú* no tupi antigo, é utilizado com, pelo menos, 5 sentidos distintos, segundo Navarro (2013, p. 501), são eles: “envoltório”; “certas aves galiformes”; “embarcação (enquanto algo que contém coisas e pessoas)”; “cesto com tampa feito de folhas de palmeiras ou pequenos juncos); “cesto fechado feito de varas; ou tábuas com grades”. Consideramos a classificação do topônimo como sendo ergotopônimo, pois, dos 5 sentidos apresentados, a maioria deles converge para a ideia geral de objeto que serve para guardar, envolver algo. Para Nogueira (1887, p. 428), também em seu vocabulário da língua indígena do Ceará, o morfema *urú* significa

cesto tecido da palma da carnaúba, com bandoleira da mesma palma, para trazel-o a tiracolo, como os soldados as patronas, onde guarda-se um indispensável (vide G. Dias, Dic). – Ety: -- de Urú, o que contém, ou traz, continente, cesto, caixa. B. Caetano. Vocab., P. 209 – E também uma ave das nossas serras, cujo canto parece dizer urú, donde lhe veio o nome. J. Galeno, Scen. Pop., P. 273 – Em algumas províncias é conhecida pelo nome de capoeira.

Embora consideremos a forte relação entre o indígena e a natureza, percebemos que grande parte dos sentidos para os quais *urú* é utilizado na língua indígena traz a ideia geral de um objeto que serve para depositar algo. Para além da sua relação com a natureza, os indígenas também produziam seus próprios materiais para organização dos seus espaços, para o depósito de objetos, materiais que fazem parte da organização de seu meio, que parte também de sua cultura.

No Ceará, se perpetua até os dias atuais um objeto conhecido como *urú*, que é um cesto feito de palha, mais usual para guardar peixes. Esse objeto, sem sombra de dúvidas, está atrelado à cultura indígena de alimentação, de transformação de elementos naturais em objetos para uso em seu cotidiano. Vale ressaltar que, segundo pesquisadores da cultura indígena, esses povos não tinham animais de criação (FERREIRA NETO, 2003), pois essa prática veio se perpetuar após a chegada dos colonos. Dessa forma, os modos de vida dos povos indígenas estavam muito ligados à lavoura e às atividades de caça e pesca, práticas que exigiam a criação de objetos materiais que subsidiassem essas práticas cotidianas, como canoas, flechas (FERREIRA NETO, 2003) e *urús*.

Para esclarecermos a motivação toponímica deste topônimo não contamos nem mesmo com o significado do morfema *quê*, ou *kuê*, pois este não esclarece de forma completa o sentido, de modo que possamos afirmar categoricamente se tratar de um cesto ou de uma ave. Porém,

dada à tradição arraigada na cultura artesanal cearense e, também, dado ao uso muito mais recorrente no sentido de se tratar de um instrumento utilizado para depositar outros objetos, é que o classificamos como **ergotopônimo**.

Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi analisar os 03 (três) topônimos da microrregião do Sertão de Quixeramobim que nos remetessem à cultura indígena. Pela delimitação do *corpus* analisamos somente topônimos referentes a distritos do *locus* escolhido. Por meio da análise taxionômica pudemos concluir que houve maior referência de sentidos a bens culturais materiais, pois *Caiçarinha* remete a um objeto utilizado até os dias atuais para delimitação do espaço e proteção; enquanto *Uruquê* remete a um objeto onde se pode armazenar coisas. No sentido de permanência dessa cultura material indígena, percebemos que os dois artefatos supracitados fazem parte da nossa cultura, não só cearense, mas brasileira. No Ceará, especificamente, as cercas estão distribuídas por todo o sertão para a delimitação dos espaços. Assim como o *urú*, o cesto, em suas variantes formas de uso, também é ainda hoje utilizado para armazenar uma multiplicidade de itens.

De outro modo, temos um topônimo que se refere à cultura imaterial, que é a palavra *Tapuiará*, vocábulo que se mantém em um plano mais simbólico de significações e que traz consigo uma gama de interpretações a seu respeito, levando-nos a pensar que a motivação da nomeação do lugar pode se referir ao fato de que esta foi uma região em que habitava um grande número de tapuias, os quais eram considerados pelos colonizadores, indígenas bravos, selvagens e agitados, que certamente se opuseram à tomada de suas terras.

Esses elementos que nos remetem à cultura e identidades indígenas, fazem-nos concluir que esses topônimos “nos diversos setores do conhecimento, épocas cronológicas distintas evidenciam, ou qualquer porção do espaço, a presença atuante do homem, elaborando, participando, sentindo, expressando, comunicando, em suma” (DICK, 1980, p. 2), ou sejam, trazem à tona os modos de vida e as escolhas de símbolos culturais escolhidos e vivenciados por esses grupos indígenas. Dessa forma também é que vamos perceber todo “universo significativo” (BIDERMAN, 1998, p. 88) que se faz, se perpetua e age na e pela linguagem.

Salientamos, por último, a necessidade que os estudos acerca dos conhecimentos dos significados desses topônimos indígenas sejam socializados em espaços amplos, para que compreendamos o limiar dessas nomeações e quais as relações que nós habitantes desses espaços temos com nossas raízes, lembrando que o que para nós são vocábulos que referenciam e significam osso espaço, nossos lugares, foi imbuído de referências outras que partiam de todo um modo de vida, de toda uma visão de mundo que, como elemento da memória linguística, estendeu-se até nós.

Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANTUNES, I. *Território das palavras: estudo do léxico em sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

ARARIPE, T. de A. *História da província do Ceará: dos tempos primitivos até 1850*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

BIDERMAN, M. T. C. A estruturação do léxico e a organização do conhecimento. *Letras Hoje*, Porto Alegre: PUCRS, v.22, n.4, p.81-96, dez. 1987.

BIDERMAN, M. T. C. Dimensões da Palavra. *Filologia e Linguística Portuguesa*. Araraquara, SP, UNESP, n. 2, p. 81-118, 1998.

BRÍGIDO, J. Algumas Etymologias. *Revista do Instituto do Ceará*, Ano 1, 1902.

DICK, M. V. de P. do A. *A motivação toponímica. Princípios teóricos e modelos taxionômicos*. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral, Universidade de São Paulo, FFLCH-USP, 1980.

DICK, M. V. de P. do A. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.

DICK, M. V. de P. do A. Os vocabulários toponímicos básicos no “vocabulário da língua basílica” e sua relação geográfica. *Rev. Instituto de Estatística do Brasil*, SP, n. 31, p. 95-111, 1990.

DICK, M. V. de P. do A. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo (1554-1897)*. São Paulo: Annablume, 1997.

DICK, M. V. de P. do A. Toponímia e Cultura. *Rev. Inst. Est. Bras.*, São Paulo, n.27, p. 93-101, 1987.

DICK, M. V. de P. do A. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. da G. (Orgs.). *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. v. 2, p. 121-130. Campo Grande: UFMS, 2004.

FRANCISQUINI, I. de A. *O nome do lugar: uma proposta de estudos toponímicos da microrregião de Paranaíba*. 1998. 255 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, 1998.

FREITAS, A. C. de. As identidades do Brasil: buscando as identificações ou afirmando as

diferenças? In: RAJAGOPALAN, K.; FERREIRA, D. M. M. (Orgs). *Políticas em linguagem: perspectivas identitárias*. São Paulo: Mackenzie, 2006.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Mapas político-administrativos estaduais. 2015. Disponível em: <<https://mapas.ibge.gov.br/politicoadministrativo/estaduais>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. Ceará em mapas: Informações georreferenciadas e espacializadas para os 184 municípios cearenses. 2019. Disponível em: <<http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/index.htm>> Acesso em 05 fev. 2019.

MARCUSCHI, L. A. O léxico: lista, rede, ou cognição social? In: NEGRI, Lígia (Org.). *Sentido e significação em torno na obra de Rodolfo Ilari*. São Paulo: Contexto, 2015.

MARTELOTTA, M. E. (Org.). *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2015.

NAVARRO, E. de A. *Tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil*. São Paulo: Global, 2013.

NOGUEIRA, P. Vocabulário Indígena em uso na Província do Ceará, com explicações, Etymologicas, Orthographicas, Topographicas, Históricas, Therapeuticas, etc. *Revista do Instituto do Ceará*, Ano 1, 1987.

ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PINHEIRO, F. J. Mundos em Confrontos: povos nativos e europeus na disputa pelo território. In: SOUSA, S. (Org.). *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

POMPEU SOBRINHO, T. Etymologia de algumas palavras indígenas. *Revista do Instituto do Ceará*, ano 33, 1919.

RODRIGUES, A. V. *Todo dia é dia de índio: quais são os povos indígenas do Ceará?* Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2019. Disponível em: <<https://www.ceara.gov.br/2019/04/16/todo-dia-e-dia-de-indio-quais-sao-os-povos-indigenas-do-ceara/>>. Acesso em 7 mar. 2020.

SAMPAIO, T. Da evolução histórica do vocabulário geográfico do Brasil. *Revista do Instituto do Ceará*. Ano 16, 1902.

STUDART FILHO, C. S. Aborígenes do Ceará. In: MARTINS FILHO, A.; GIRÃO, R. (Orgs.).

O Ceará. 3. ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1966.

SERAINÉ, F. Contribuição à toponímia cearense. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, v. 60, p. 254-276, 1946.

_____. Contribuição à toponímia cearense (continuação). *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, v. 61, p. 216-235, 1947.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SOUSA, A. M. *Desbravando a Amazônia ocidental: estudo toponímico de acidentes geográficos humanos e físicos do Acre*. 2007. 122 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

SOUSA, J. B. *Quixadá de fazenda a cidade 1755-1955*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística-CNE, 1960.

TIBIRIÇÁ, L. C. *Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi*. São Paulo: Traço, 1985.

WILLIAMS, R. *Recursos da esperança: Cultura, democracia, socialismo*. Tradução Nair Fonseca, João Alexandre Peschanski. São Paulo: UNESP, 2015.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: HALL, S.; WOODWARD, K. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.



**EDUCAÇÃO DECOLONIAL:
OPA!!! NÃO, ESSA ESCOLA TEM QUE COMEÇAR A SER DIFERENTE
DECOLONIAL EDUCATION:
WAIT!!! NO, THIS SCHOOL NEED TO START BEING DIFFERENT**

Cloris Porto Torquato¹

Rosana Hass Kondo²

RESUMO

Este artigo visa discutir os processos de resistência e reexistência empregados por professores indígenas, não indígenas e membros de uma comunidade Guarani, situada no Norte do Paraná, tendo como propósito a construção de um currículo intercultural, no qual os conhecimentos, a cultura, o modo de ser, ensinar, aprender e viver indígena sejam respeitados e valorizados assim como outras ciências e culturas. Metodologicamente, este estudo se caracteriza como qualitativa/interpretativista etnográfica (LUDKE; ANDRÉ, 1986; ANDRÉ, 1995), especificamente uma etnografia da linguagem (GARCEZ; SCHULTZ, 2015), pois, além de procurarmos entender como se articulam as vozes na construção desse currículo indígena, também participamos das discussões e reflexões nesse processo. Para a geração de dados, utilizamos a observação participante, entrevistas semiestruturadas, rodas de conversa e diário de campo. A análise foi realizada a luz das teorias do pensamento decolonial (MIGNOLO, 2003, 2010; QUIJANO, 2005), pedagogias decoloniais (WALSH, 2013, 2017) as epistemologias do sul (MENESES; SANTOS, 2010). A análise dos dados nos leva a concluir que: : a) os Guarani do Pinhalzinho estão conscientes do papel e do poder que a educação exerce dentro e fora da comunidade, por isso defendem um ensino que, além de formar os alunos academicamente, também se preocupe com a formação política; b) a organização política da comunidade e as práticas de engajamento e de resistência têm feito diferença na educação escolar indígena dessa comunidade; c) os resultados apontam para a ausência de diálogos por parte do sistema educacional no processo de construção de políticas educacionais relacionadas à educação escolar indígena, assim como se identifica d) o distanciamento em relação ao que a Constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases (1996) determinam sobre a autonomia no gerenciamento de recursos e a construção de currículos próprios e a prática administrativa da SEED. Assim, assinalamos a perpetuação de práticas colonialistas por parte do sistema educacional do Paraná. **PALAVRAS-CHAVE:** Colonialidade; Decolonialidade; Educação Escolar Indígena; Resistência; Reexistência.

1 Professora Adjunta da Universidade Estadual de Ponta Grossa e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná.

2 Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Letras pela Universidade Federal de Curitiba.



ABSTRACT

This article aims the discussion of the processes of resistance and re-existence employed by indigenous, non-indigenous teachers and members from a Guarani community, situated in the North of Parana, with the purpose the construction of an intercultural curriculum, in which the indigenous knowledge, culture, their way of being, teaching, learning, and living be respected and valued just like other sciences and cultures are. Methodologically, this study is characterized as a qualitative/interpretativist ethnographic (LUDKE; ANDRÉ, 1986; ANDRÉ, 1995), specifically an ethnography of language (GARCEZ; SCHULTZ, 2015), because, besides trying to understand how voices are articulated in the construction of this indigenous curriculum, we also participate in discussions and reflections in this process. Toward data generation, we will resort to the participant observation, semi-open interviews, conversation wheels, and field journals. For data generation, we use participant observation, semi-structured interviews, conversation wheels and field diary. The analysis was carried out in light of decolonial thinking theories (MIGNOLO, 2003, 2010; QUIJANO, 2005), decolonial pedagogies (WALSH, 2013, 2017) and southern epistemologies (MENESES; SANTOS, 2010). The analysis of the data leads us to conclude that: a) the Guarani of Pinhalzinho are aware of the role and power that education plays within and outside the community, so they advocate an education that, besides academically training students, is also concerned with political formation; b) the political organization of the community and the practices of engagement and resistance have made a difference in the indigenous school education of this community; c) the results point to the absence of dialogues on the part of the educational system in the process of building educational policies related to indigenous school education, as well as identifying d) the distance from what the Federal Constitution (1988) and the Law of Guidelines and Bases (1996) determine about the autonomy in the management of resources and the construction of SEED's own curricula and administrative practice. Thus, we note the perpetuation of colonialist practices by the educational system of Paraná.

KEYWORDS: Coloniality; Decoloniality; Indigenous School Education; Resistance; Reexistence.

Introdução

Tendo como base o pensamento decolonial (MIGNOLO, 2003, 2010; QUIJANO, 1992, 2005, 2010), pedagogias decoloniais (WALSH, 2013, 2017) as epistemologias do sul (SANTOS; MENESES, 2010) pretendemos, neste texto, por meio de dados gerados através de instrumentos próprios da etnografia, discutir sobre os processos de resistência e reexistência empregados por professores indígenas, não indígenas e membros de uma comunidade Guarani, situada no Norte do Paraná, na construção de uma educação decolonial, através de um currículo intercultural, no qual os conhecimentos, a cultura e o modo de ser, ensinar, aprender e viver indígena sejam respeitados e valorizados assim como outras ciências e culturas.

Os discursos aqui analisados, fazem parte de uma pesquisa maior, em nível de doutorado intitulada *Diálogos interculturais, currículo próprio e práticas de resistência/reexistência em uma escola Guarani* (KONDO, 2020) cujo objetivo principal consistiu em compreender a proposição desse currículo indígena intercultural/multicultural como forma de resistência e reexistência a um sistema educacional homogeneizador, o qual, muitas vezes, não contempla a diversidade de povos, conhecimentos, línguas e culturas presentes no território brasileiro.

Em termos metodológicos, este estudo se caracteriza como uma etnografia da linguagem (GARCEZ, SCHULZ, 2015), se configurando, portanto, como qualitativa/interpretativista

etnográfica (LUDKE; ANDRÉ, 1986; ANDRÉ, 1995), uma vez que buscamos, nesse estudo, compreender como se articulavam as vozes nas negociações entre lideranças, professores indígenas, não indígenas e como as demais instâncias se organizam no processo de elaboração curricular.

Neste artigo, primeiramente, apresentamos a metodologia e o contexto da pesquisa. Na sequência, refletimos sobre educação decolonial à luz das teorias citadas acima. Posteriormente, através dos dados gerados, realizamos uma discussão a respeito de colonialidade e decolonialidade do poder, do ser e do saber, bem como processo decolonização da escola por esses Guarani. Finalizamos o texto com algumas considerações acerca do tema discutido.

Procedimentos metodológicos, contexto e participantes

Nossa pesquisa foi realizada na Escola Estadual Indígena Yvy Porã, localizada na Terra Indígena do Pinhalzinho, município de Tomazina, PR. Segundo dados do Projeto Político Pedagógico Indígena (2019) desta escola, doravante PPPI, a população atual que vive nessa Terra Indígena é de aproximadamente 144 habitantes. Essa escola oferece ensino nas seguintes modalidades: Educação Infantil e Ensino Fundamental anos iniciais e finais. No total são atendidos trinta e três alunos, distribuídos em sete turmas. O Ensino fundamental séries iniciais está organizado no sistema multisseriado, o qual, segundo as autoras Cavalcanti e Maher, (2008, p. 10), é “muito frequente em escolas indígenas”, pois possibilita que os alunos aprendam entre si.

Em termos metodológicos, este estudo se caracteriza como uma pesquisa colaborativa (BORTONI-RICARDO, 2011), qualitativa/interpretativista, de cunho etnográfico (LUDKE; ANDRÉ, 1986; ANDRÉ, 1995), pois além de procurarmos entender como se articulam as vozes na construção do currículo indígena, também participamos ativamente das discussões e reflexões junto com a comunidade. Ao todo participaram dessa pesquisa dezessete pessoas, as quais desempenham na comunidade e/ou na escola diferentes funções, como professores, diretores, pedagogos, lideranças indígenas e pais de alunos. No entanto, neste texto, pelos os objetivos almejados, analisamos somente os discursos de apenas quatro participantes, nominados como: Awa Weradju, Nimboadju, Kunhã Rokadju e Parakau.

Para preservar a identidade dos participantes, conforme sugerido por um professor indígena, usamos nomes indígenas, inclusive para os professores não indígenas. Essa medida tem como objetivo preservar suas identidades em relação à sociedade não indígena, visto que na comunidade eles serão facilmente identificados não apenas pelas posições valorativas de seus enunciados mas também pela participação da própria comunidade na pesquisa. Vale ressaltar que, para eles, serem identificados pela comunidade não constitui um problema, haja vista que a luta por uma educação escolar indígena de qualidade é o objetivo de todos os participantes e toda a comunidade dessa Terra Indígena.

Educação decolonial como forma de resistência e reexistência

O sistema educacional, nas suas diferentes facetas religiosa e secular, foi usado pelas frentes coloniais como agência de subordinação, subalternização e promoção de aniquilamento cultural e linguístico dos povos colonizados. No entanto, a instituição escola vem sendo paulatina e continuamente ressignificada pelos indígenas com o intuito de resistir e reexistir. Assim, como Achinte (2009, p. 455), entendemos reexistência

[...] como los dispositivos que las comunidades crean y desarrollan para inventarse cotidianamente la vida y poder de esta manera confrontar la realidad establecida por el proyecto hegemónico que desde la colonia hasta nuestros días ha inferiorizado, silenciado y visibilizado negativamente la existencia de las comunidades afrodescendientes. La re-existencia apunta a descentrar las lógicas establecidas para buscar en las profundidades de las culturas - en este caso indígenas y afrodescendientes - las claves de formas organizativas, de producción, alimentarias, rituales y estéticas que permitan dignificar la vida y re-inventarla para permanecer transformándose.

A reexistência, portanto, compreende um enfrentamento criativo das forças hegemônicas, com base nas referências culturais dos grupos subalternizados. Numa perspectiva semelhante à de Achinte, Souza afirma que a reexistência demanda “[...] um processo que envolve negociação, reinvenção e subversão de relações assimétricas de poder” (SOUZA, 2009, p. 57). Desse modo, muitas escolas que hoje estão presentes nos territórios indígenas, muitas vezes, ainda comandadas por não indígenas que ocupam cargos de lideranças, têm passado por processos de transformação e reinvenção, apesar de todo sistema burocrático, opressor e homogeneizador que busca delimitar o trabalho no âmbito de sistemas nacionais, estaduais e municipais de ensino. Em muitas escolas, as comunidades indígenas, docentes e discentes têm conseguido dar um novo significado à escola, de modo que esta atue como instrumento de luta, resistência e reexistência, como é o caso da escola em que desenvolvemos nossa pesquisa.

Tendo como pano de fundo tanto a luta travada pelas populações indígenas para garantir seus direitos quanto a experiência vivenciada nessa escola, acreditamos que um dos caminhos mais promissores para alcançar esse objetivo é o de uma educação decolonizadora; ou seja, uma educação pautada no reconhecimento e na valorização dos conhecimentos e no modo de ensinar e aprender indígena. Nesse sentido, partilhamos da posição da mestre em Antropologia Social, Sandra Benites, indígena Guarani, quando está afirma:

Todo arandu (conhecimento), independentemente de onde venha, tem valores e ideias fundamentais de cada povo, ou seja, do grupo na qual o sujeito vive, e é importante para a formação do sujeito, para que cada indivíduo tenha sua identidade formada. Entretanto, nenhum conhecimento deve ser tratado como absoluto ou se deve impor o universalismo ou a heterogeneização cultural, como está sendo praticada nas escolas, porque não há uma só forma de conhecimento, apenas um jeito de se ensinar e aprender. Se colocamos um conhecimento como uma única verdade, sobrepondo-o ao conhecimento do outro, iremos cometer o mesmo equívoco de sempre. (BENITES, 2018, p. 61)

Benites assinala, assim como se propõe na educação decolonial, uma diversidade de conhecimentos. Como a própria autora assinala, não é “tão simples conciliar esses conhecimentos [indígenas] com os dos juruá (não indígenas)” (p. 1). Daí a necessidade de diálogo entre conhecimentos de origens diversas, mas também de enfrentamento às posturas universalizantes e hegemônicas. A postura de Benites se aproxima da educação decolonizadora à medida que esta tem como base epistêmica o pensamento decolonial (QUIJANO, 2005), o qual, por princípio, busca se opor e resistir a toda e qualquer forma de opressão, seja ela política, racial, étnica, linguística, cultural, social, religiosa, epistêmica, sexual, de gênero, dentre outras.

Nessa direção, respondendo também à colonialidade que constitui nossos sistemas educacionais, nos apoiamos na perspectiva das pedagogias decoloniais (WALSH, 2013, 2017) e nas Epistemologias do Sul (MENESES; SANTOS, 2010), para retomar o conceito de *educação decolonial*. Nossa escolha deve-se a dois aspectos: primeiro, porque as Epistemologias do Sul têm como princípio combater e denunciar as normas epistemológicas dominantes que têm vigorado ao longo dos últimos séculos, ocultando e destituindo os conhecimentos das populações que foram colonizadas. Segundo, porque elas enaltecem e valorizam os conhecimentos subalternizados que resistiram com êxito, possibilitando reflexões acerca de possíveis diálogos horizontais entre os diversos conhecimentos, caracterizados como ecologias de saberes (MENESES; SANTOS, 2010, p. 9).

Antes, porém, de discutirmos sobre o que seria uma *educação decolonial*, consideramos importante que seja trazido para a discussão como se deu o processo de obliteração epistemológica indígena, visto que os conhecimentos indígenas predominantemente foram tratados como conhecimento que só servia aos propósitos locais. Segundo Meneses e Santos (2010, p. 16), “[n]isso consistiu o epistemicídio, ou seja, a supressão dos conhecimentos locais perpetrada por um conhecimento alienígena [...]”. Assim, com o propósito de promover uma homogeneização epistemológica e eliminar as diferenças culturais (MENESES; SANTOS, 2010), as missões colonizadoras, diga-se de passagem, nada pacíficas, procuraram cumprir sua missão fazendo com que as línguas, as culturas e os conhecimentos indígenas fossem “abandonados” e substituídos pelos conhecimentos dos colonizadores, tomados como “verdadeiros”, aqueles testados e comprovados cientificamente, dentro daquilo que sociedade dominante elegeu como válido. Esse processo de silenciamento pode ser identificado ainda hoje em muitos espaços acadêmicos, como se observa na voz de Benites:

Há outras coisas que não chegam à universidade, como, por exemplo, o fato de minhas tias serem sabedoras da medicina tradicional, mas perante a ciência dos juruá não são valorizadas. Por elas não saberem ler e escrever, por não saber falar português, talvez o conhecimento delas não esteja no centro das atenções, mas é fundamental para nós mulheres. Minha tia, mesmo sem falar ou escutar direito, tem uma grandiosa sabedoria sobre ervas e tratamentos medicinais. Ela não fala direito nem escuta direito o português, os juruá chamam esse tipo de pessoa surda ou muda, mas não é o caso da minha tia. Ela é igual a nós, fala e escuta. Por ela não ler ou escrever a língua portuguesa, provavelmente nunca será destaque no mundo da medicina ocidental (BENITES, 2018, p. 78).

A negação do conhecimento indígena relatada por Benites chega ao extremo da atribuição da mudez ou surdez à sua tia, mulher indígena com conhecimento da medicina. Meneses e Santos (2010, p. 17) apontam para essa negação como desperdício da experiência, como epistemicídio.

[C]om isso, desperdiçou-se muita experiência social e reduziu-se a diversidade epistemológica, cultural e política do mundo. Na medida em que sobreviveram, essas experiências e essa diversidade foram submetidas à norma epistemológica dominante: foram definidas (e, muitas vezes, acabaram-se autodefinindo) como saberes locais e contextuais apenas utilizáveis em duas circunstâncias: como matéria-prima para o avanço do conhecimento científico; como instrumentos de governo indireto, inculcando nos povos e práticas dominadas a ilusão credível de serem autogovernados.

Em relação às populações indígenas, o legado de perdas que hoje temos foi resultado de uma destituição violenta de tudo que elas produziam em termos de conhecimentos. É importante destacar que a usurpação dos conhecimentos locais como base para o conhecimento científico (TERENA, 200) tornou os indígenas mais subordinados e dependentes do sistema opressor, haja vista que os conhecimentos indígenas só teriam valor se fossem entregues nas mãos daqueles que detinham o poder, no caso dos não indígenas e, portanto, poderiam dizer quais saberes seriam aceitos como ciência ou não. Houve, pois, uma negação tanto do conhecimento que é produzido nesses contextos considerados inferiores como também dos sujeitos que os produziam. Consequentemente, “[a] perda de uma autorreferência genuína não foi apenas uma perda gnoseológica foi também, e sobretudo, uma perda ontológica: saberes inferiores próprios de seres inferiores” (MENESES; SANTOS, 2010, p.19). Grosfoguel (2007) caracteriza essa inferiorização do saber e do ser como racismo epistêmico. Segundo esse autor,

O racismo epistêmico é um dos racismos mais invisibilizados no - sistema-mundo capitalista/patriarcal/moderno/colonial. O racismo em nível social, político e econômico é muito mais reconhecido e visível que o racismo epistemológico. Este último opera privilegiando as políticas identitárias (*identity politics*) dos brancos ocidentais, ou seja, a tradição de pensamento e pensadores dos homens ocidentais (que quase nunca inclui as mulheres) é considerada como a única legítima para a produção de conhecimentos e como a única com capacidade de acesso à - universidade e à - verdade. O racismo epistêmico considera os conhecimentos não-ocidentais como inferiores aos conhecimentos ocidentais (GROSGOUEL, 2007, p. 32).

Foi, portanto, por meio da colonialidade do poder e do saber que o racismo epistêmico invalidou toda a forma de produzir e disseminar conhecimento próprios dos indígenas. É preciso lembrar que, assinala Benites (2018), as populações indígenas possuem uma forma distinta de ensinar e aprender, pois muito antes de as escolas serem implantadas nas Terras Indígenas, eles já haviam desenvolvido seu próprio sistema de ensino. Diferentemente dos não indígenas, a aprendizagem indígena não está restrita ao espaço escolar e tão pouco é responsabilidade somente do professor. Ela acontece em todos os espaços da Terra Indígena e é responsabilidade de todos – pais, mães, txamoi, cacique e também dos professores. A aprendizagem é alternada

com espaços formais (escola) e informais (casa de reza, mata), o qual inclui ritos religiosos, cantos indígenas, relação com a natureza, lenda e mitos, dentre outros (KONDO, 2013). Essas diferenças nos modos de ensinar e aprender geram conflitos, também porque o conhecimento não indígena é imposto como único conhecimento verdadeiro:

No meu entendimento, na escola são reproduzidas as “verdades” que a ciência jurua diz ter descoberto, coisas que não podem ser alteradas, como se fosse conhecimento de uma única pessoa. Aqui está o embate ou o choque, porque para nós guarani o nosso teko é dinâmico, o nosso arandu (conhecimento) também é dinâmico. O bem-estar coletivo dependem de todos e de cada um. Meu movimento e minhas atitudes estão associados com o outro; se eu falhar, se não tiver cuidado com a forma com a qual eu trato as pessoas, não estou fazendo mal para outro, estou fazendo mal para mim mesma. Por isso entendo que ensinar requer mais esforços para convencer o aprendiz a saber lidar com o outro, saber tolerar o outro e, muitas vezes, fazer sacrifícios pelo outro e isso significa amar a si mesmo. O conhecimento guarani é diferente do conhecimento da ciência do jurua. São entendimentos diferentes, caminho de pensamento diferentes, portando não é fácil entrar no consenso comum entre diferentes teko (modo de ser) sem conflitos (BENITES, 2018, p. 40)

É, pois, dentro dessas relações assimétricas de poder, que atualmente, as populações indígenas brasileiras batalham para que as suas ciências também sejam reconhecidas e coexistam com os outros conhecimentos nas escolas indígenas, pois, assim como Meneses e Santos (2010, p. 15), entendemos que “[t]oda a experiência social produz e reproduz conhecimento e, ao fazê-lo, pressupõe uma ou várias epistemologias”, pois

[e]pistemologia é toda a noção ou ideia, refletida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido. É por via do conhecimento válido que uma dada experiência social se torna intencional e inteligível. Não há, pois, conhecimento sem práticas e atores sociais. E como umas e outros não existem senão no interior de relações sociais, diferentes tipos de relações sociais podem dar origem a diferentes epistemologias (MENESES; SANTOS, 2010, p. 15).

Pelas palavras dos autores citados anteriormente e como já afirmado por Benites (2018), toda epistemologia emerge a partir de relações sociais contextuais, distintas e controversas. Isso nos leva a inferir que todas as relações entre diferentes perspectivas epistêmicas são permeadas por tensões e contradições. As diferenças existem, justamente, porque “[...] qualquer conhecimento é sempre contextual, tanto em termos de diferença cultural quanto em termos de diferença política”. (MENESES; SANTOS, 2010, p. 19).

Nessa direção, cientes de que todo conhecimento é resultado de relações sociais conflituosas, advogamos em prol de uma educação decolonial, que reconheça outras formas de pensar, de ser e de saber. Walsh (2013) propõe o termo pedagogias decoloniais, as quais a autora define como “prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir”. Entretanto, embora a autora deixe claro que o termo pedagogia, nesta perspectiva, não esteja ligado ao campo escolar

e, portanto, não tenha sido pensado no sentido de ensino e aprendizagem, acreditamos que as definições e significados do termo *pedagogias decoloniais* sirvam perfeitamente para conceituar e exemplificar o modo como muitos indígenas concebem a educação escolar indígena, visto que muitas escolas em territórios indígenas se constituem como espaços de resistência, de lutas e de contestação às políticas e práticas verticalizadas.

Dessa forma, “[l]as pedagogías decoloniales son entendidas como espacios genuinamente “educativos” cuyo norte es poner en tensión la dimensión colonial y la opresión que les es concomitante toda vez que lo pedagógico se concibe desde una verticalidad jerárquica”. (BORSANI; NĀMKU, 2017, p. 315). Nesse sentido, a educação indígena no contexto em que desenvolvemos a pesquisa, e certamente em muitos outros, como na prática docente relatada por Benites (2018), pode perfeitamente ser definida como uma pedagogia decolonial. A educação indígena decolonial que observamos concebe todos os espaços do território indígena como apropriados para aprendizagem. Isso inclui, por exemplo, reuniões políticas para reivindicação de direitos, as decisões sobre o futuro das línguas indígenas, questões religiosas, culturais e também currículo, material didático, concepção de espaço, de tempo, de ensino, de professor etc., enfim, tudo que gera discussão, debate e reflexão é considerado como cenário pedagógico, pois “[l]as luchas sociales también son escenarios pedagógicos donde los participantes ejercen sus pedagogías de aprendizaje, desaprendizaje, reaprendizaje, reflexión y acción” (WALSH, 2013, p. 29).

As pedagogias decoloniais valorizam a educação comunitária, orquestrada por membros da própria comunidade, cujo objetivo é a emancipação social e política do jugo da educação colonizada. Dito de outro modo, as pedagogias decoloniais “[...] brindan saberes de lucha, de resistencia, colectivos y grupales, antes que gestos individuales, aquellos que la modernidad ha propiciado desde siempre” (BORSANI; NĀMKU, 2017, p. 316).

Esta é a luta de muitas populações indígenas que resistem aos programas educacionais eurocêntricos, os quais, na maioria das vezes, chegam às escolas indígenas prontos, porém sem a participação deles. Impor um currículo com princípios eurocêntrico a uma comunidade indígena é uma violência simbólica (BOURDIEU, 2007). Em outras palavras, são programas feitos **para** indígenas, mas não **por** indígenas. A resistência, no entanto, não deve ser tomada de forma negativa, ou seja, deve-se “[r]esistir no para destruir, sino para construir” (WALSH, 2017, p. 9). A resistência, aqui, deve ser entendida, portanto, como o direito à diversidade do ser e do saber e do conhecimento plural, enfim trata-se de

una resistencia ética, crítica y digna, en contra del autoritarismo de los regímenes externos e internos de control y poder, y para defender la Universidad (los estudiantes, docentes y empleados, y el pensamiento crítico y plural) proponiendo su reconstrucción participativa y democrática desde adentro (WALSH, 2017. p. 19).

Desse modo, é por meio de práticas insurgentes e desobediências epistêmicas que as populações indígenas, especificamente, neste trabalho, representada pela comunidade Guarani do Pinhalzinho/PR, têm viabilizado seus projetos educacionais, implantando e disseminando suas epistemologias, via educação, pois na concepção da desobediência epistêmica a escola configura-se como instrumento de luta e resistência.

Feito esse percurso e tendo como pano de fundo a concepção de pensamento decolonial como inteligibilidade de outras formas de ser, saber e pensar, examinaremos a seguir, por meio dos discursos dos participantes, os processos de colonização e descolonização na eEscola Yvy Porã do Pinhalzinho.

Colonialidade e decolonização do poder, do ser e do saber

Grosfoguel, retomando Mignolo, assinala que a colonialidade é a face obscura da modernidade (GROSFOGUEL, 2010). Ela tem como objetivo o controle em várias dimensões, é por isso que Mignolo (2010, p. 12) a define como “a matriz colonial de poder”, caracterizada por “uma estrutura compleja de niveles entrelazados”, visando o controle do poder, do ser e do saber. Observando sob este prisma, podemos entender que, a partir do momento que o Estado implanta a escola na Terra Indígena do Pinhalzinho, acentua-se o processo de destituição e marginalização cultural indígena, bem como o domínio de seus territórios, sua língua, sua religião e seus conhecimentos, pois a colonialidade do poder, segundo Quijano (1992), atua na dominação do pensamento dos governados, o que inclui sua forma de pensar e agir. Nas palavras do próprio autor, a colonialidade do poder,

[c]onsiste, en primer término, en una colonización del imaginario de los dominados. Es decir, actúa en la interioridad de ese imaginario... La represión recayó, ante todo, sobre los modos de conocer, de producir conocimiento, de producir perspectivas, imágenes y sistemas de imágenes, símbolos, modos de significación; sobre los recursos, patrones e instrumentos de expresión formalizada y objetivada, intelectual o visual (QUIJANO, 1992, p. 438).

Há, portanto, primeiramente, uma inferiorização, uma desumanização e negação de tudo que destoa da cultura dominante. Para o pensamento decolonial, foi sob essa descaracterização que os colonizadores justificaram a violência (física e psicológica), bem como a apropriação e a subtração ilegal dos bens materiais e imateriais nos territórios indígenas, pois, para os humanistas dos séculos XV e XVII, os indígenas eram selvagens, portanto, sub-humanos (SANTOS, 2010). Posteriormente, a essa etapa de subalternização das subjetividades, a colonialidade opera na construção de representações e identidades impondo os próprios padrões culturais e modos de produzir conhecimento. Alguns dos excertos analisados a seguir se referem a esse processo de imposição e homogeneização cultural imposto pela modernidade que faz parte da colonialidade do poder, do ser e do saber.

Excerto I:

Awa Weradju: *a partir do momento que o estado entrou, eles foraaam, eles foram podando muitas manifestações culturais do nosso povo né, quando estado entrô e foi podando e foi ensinando a LÍNGUA dele, foi ensinando os cálculos, foi ensinano isso, foi podano (...)*

(Entrevista - novembro de 2018).

O fragmento destacado na fala de Awa Weradju aponta para o projeto de controle do pensamento e do conhecimento (MIGNOLO, 2010), pois no momento que o Estado age no sentido de podar manifestações culturais, ensinar a língua dele e o seu sistema de cálculo, determina “uma totalidade que nega, excluye, opaca la diferencia y las posibilidades de otras totalidades” (MIGNOLO, 2010, p. 13). Ao assinalar pensio da língua e do cálculo, o docente destaca os principais sistemas de produção de conhecimento científico: o linguístico-discursivo e o numérico. O Estado passa a orientar a leitura de mundo na sua apreensão linguístico-discursiva e na su apreensão quantitativa, impondo os modos de classificação do mundo ocidentais colonizadores/coloniais. É assim que age a colonialidade do poder, sua intenção é controlar todos os aspectos da sociedade considerada inferior, para isso, de acordo com Quijano (2005, p. 2-3), a atuação da colonialidade se dá nas seguintes dimensões: na “racialización”, evidenciando as relações entre colonizados e colonizadores; na “configuración de un nuevo sistema de explotación que articula en una única estructura conjunta a todas las formas históricas de control del trabajo o explotación”; na imposição do eurocentrismo, “como el nuevo modo de producción y de control de subjetividad - imaginario, conocimiento, memoria - y ante todo del conocimiento” e, por último no “establecimiento un sistema nuevo de control de la autoridad colectiva en torno de la hegemonía del Estado Nación [...] cuya generación y control son excluidas las poblaciones racialmente clasificadas como inferiores” .

Em sua dissertação, Benites (2018) nos relata seu esforço para fazer dialogar a matemática não indígena com a matemática Guarani. Destacamos de sua reflexão a compreensão de que a matemática - bem como a língua, a história e a geografia - Guarani foi negada. A fala de Awa Weradju assinala, por outro lado, a imposição da língua e do cálculo não indígenas. Benites aponta que um trabalho com matemática, assim como outros conhecimentos, implica “partir da realidade, do cotidiano” dos aluno, pra que esses possam manter sua “identidade cultural”. Como docente, ela “teria que aprender o que seria matemática para os Guarani e entender a matemática juruá”. Essa aprendizagem foi, segunda a educadora indígena, “dura e difícil”. Parte dessa dificuldade está no que foi aprendido por Benites (2018):

Assim, eu pude perceber que estamos mais correndo atrás dos problemas para resolver do que tratar de evitar problemas. Parece que a escola é mais um instrumento para nos “negar”, se não nos preocupamos em informar os juruá sobre nós. Percebo que estamos nos esforçando muito por medo de sermos mais excluídos, mais do que para sermos incluídos, mesmo sendo cercados

de leis que tentam salvar a gente, mas no mesmo tempo nos negam. Quando começaremos a falar? Falando sobre a matemática, vou explicar na língua guarani o que eu entendo por matemática guarani, que tem uma lógica diferente por ter a ver com história de vida, forma de ver o mundo, e tem a ver com as origens de mundo e com o modo de se movimentar. Na minha experiência na escola guarani, eu comecei a constatar que o conhecimento guarani na escola não é um conteúdo importante, ou seja, não tem valor da mesma forma que a matemática Juruá (p. 54).

Além de podar as práticas culturais indígenas, de impor a língua e os cálculos não indígenas, a entrada do Estado na Terra Indígena por meio da escola gera, como assinala Benites, o choque, a marginalização e o silenciamento epistêmico. Assim, embora haja propostas e intenções de “supostamente” beneficiarem os indígenas - legalização e demarcação de território, garantia de educação indígena – a colonialidade estabelece suas próprias políticas, modos de viver e de produzir conhecimento, isto é, produzindo e controlando subjetividades. Há, portanto, um esforço pelo esvaziamento cultural de tudo que representa e constitui as identidades indígenas Guarani – língua, conhecimentos, religiosidade, sistema econômico, dentre outros. Concomitantemente a esse processo repressor vão sendo estabelecidos modos de ser eurocêntricos. A fala de Awa Weradju, citada anteriormente, confirma a citação de Quijano (1992), o qual diz que a colonialidade do poder atua no interior do imaginário dos dominados, acima de tudo nas formas de conhecimentos, pois ao destituí-los de suas epistemologias, ditando o que considerava conhecimento, que língua deveriam falar e o que deveriam aprender, automaticamente define-se também outros modos de viver, acrescentado outros conteúdos e valores para o dia a dia das populações subalternizadas. (ALMEIDA, 2017).

Os dados aqui apresentados e analisados, além de nos ajudarem a compreender melhor como se deram os processos de transformação e, sob alguns aspectos, de perda linguística e cultural, não somente dessa população Guarani, mas também de outras, também nos permitem entender o papel de destaque que a escola teve nessa empreitada civilizatória, pois ela, ainda que não tenha sido única, foi um dos principais canais através do qual a colonialidade deu prosseguimento ao controle iniciado pelo colonialismo. A “colonialidad del poder es, sobre todo, el lugar epistémico de enunciación en el que se describe y se legitima el poder.” (MIGNOLO, 2003, p. 39). Nessa direção, a escola continua sendo um dos principais meios na legitimação desse poder. Daí a pergunta de Benites: “Quando começaremos a falar?”.

Essa pergunta enfatiza que a cultura, os conhecimentos e o modo de viver dos indígenas são colocados de lado. Na escola em que desenvolvemos a pesquisa, eles exercem função secundária, estão presentes em formas de projetos, nas datas comemorativas ou nas amostras culturais, confirmando assim quais conhecimentos e epistemologias têm mais valor. Há, portanto, um distanciamento entre o que orientam as leis atuais Constituição Federal, Leis de Diretrizes e Bases e do que realmente acontece na prática, como está presente na voz de Benites e como observamos na voz de Parakau:

Excerto 2:

Parakau: *É uma discussão que a gente sempre faz aqui né, a gente percebe que nós temos uma legislação assim como no Estado do Paraná, acho que nós temos uma legislação bem avançada né, nós não estamos desamparados existe uma legislação, ESSA LEGISLAÇÃO ela contempla né, todas as diversidades, necessidades de uma escola indígena é ela atende é... tende a atender essa especificidade desta modalidade, porém nós, aí vemos um distanciamento muito grande entre a teoria prática.*

(Entrevista - outubro de 2018).

A fala de Parakau traz à tona um conflito bastante peculiar dos contextos indígenas: embora existam leis Constituição Federal (1988) e Leis de Diretrizes e Bases (1996) que determinam como deve ser encaminhada à educação escolar indígena, na prática essas leis não se efetivam. Ao mesmo tempo em que leis e decretos são extremamente importantes e necessários para busca e exigências dos direitos indígenas, observamos que pouco adiantam se não forem cumpridos. Como assinala a fala de Parakau, esse é um tema já discutido na Terra Indígena do Pinhalzinho. A participante aponta para uma diferença entre a realidade paranaense e em outros estados, uma vez que considera que a legislação paranaense é “bem avançada”. O documento parece atender às necessidades contemporâneas do grupo, mas não se efetiva, de modo que as demandas do grupo não são realmente atendidas. O fragmento a seguir, de Awa Weradju, reforça a posição de Parakau.

Parece haver um modo de ação do Estado brasileiro: quando a legislação atende aos interesses do grupo dominante, como a imposição de certos elementos que promoveriam a “nacionalização” do indígena (como a escolarização, com a obrigatoriedade de falar a língua portuguesa e de adquirir os saberes necessários à cidadania brasileira), o Estado coloca a legislação em ação. Quando a legislação contempla as demandas indígenas, o Estado se mostra menos propenso a colocar em prática o que determinam as leis.

Excerto 3:

Awa Weradju: *Nós tava discutino esses dias com..., num lembro com qual professores aí, que nós já tava discutino **tem muita lei, mas as leis não tão, não tão sendo, não foram efetivadas propriamente assim né?***

(Roda de conversa – novembro de 2018).

Há necessidade de problematizar essa dicotomia – leis versus realidade – uma vez que ela pode ser extremamente nociva para a luta indígena, entre outras razões, porque abre a possibilidade de parte da sociedade não indígena considerar que os indígenas conquistaram direitos, quando de fato as leis não são implementadas. Ainda sobre essa questão, Awa Weradju, durante a primeira roda de conversa (outubro/2019), traz um exemplo de discussões ocorridas em uma aula de mestrado, que ele faz parte, na qual sua turma discutiu justamente sobre os recursos investidos pelo Banco Mundial na educação escolar indígena.

Segundo o participante, o Banco referido teria vindo verificar a prestação de contas, sobre recursos financeiros liberados para formação e produção de material didático. Todavia, o vídeo apresentado, na prestação de contas, era muito antigo, nas palavras de Awa Weradju, “20 anos atrás” não representava, portanto, o investimento real e atual. Awa Weradju citou esse exemplo para explicar como os investimentos para educação escolar indígena podem ser forjados no contexto político, levando quem não conhece a uma compreensão equivocada da realidade, bem como do cumprimento das leis destinadas a eles.

O próximo excerto discute a mesma questão da existência da legislação, a qual não é cumprida:

Excerto 4:

Parakau: (...) *existe uma legislação que ampara essa educação diferenciada e com material didático na língua materna, existe tudo, tudo isso lá contemplado na legislação só que a L..., a diretrizes, as diretrizes para educação escolar indígena, ela não deixa muito claro quem é que vai financiar tudo isso. De quem que é a responsabilidade né? Fica muito vago isso, se realmente a união vai contribuir com isso ou se é cada estado, isso não tá bem em claro. E daí existe um sistema de ensino e no final das contas, na prática tudo que é, é pontuado lá, né, pelo sistema de ensino chega pra gente e se a gente quiser questionar alguma coisa usando toda essa legislação que nos ampara, muito dificilmente vai conseguir, a gente vai conseguir alguns avanços.*

(Entrevista - novembro de 2018).

A LDB (1996) especifica, dentre outras coisas, que a União deve apoiar técnica e financeiramente o ensino intercultural, com programas e currículos específicos e integrados, formação e publicações de materiais didáticos que respeitem, valorizem e fortaleçam a identidade indígena. Todavia, esta não é a realidade que temos encontrado na escola indígena onde desenvolvemos nossa pesquisa. O que os participantes têm identificado é um ensino colonizado, com orientações curriculares, materiais didáticos e sistema eurocêntricos. Ou seja, é a perpetuação de práticas iniciadas pelo colonialismo e, atualmente, continuadas através da colonialidade do poder (QUIJANO, 2005), do ser e do saber (MALDONADO-TORRES, 2007).

Se “*Existe uma legislação (...), que diz quais são os direitos das populações indígenas em relação a educação e, se (...) tudo isso lá contemplado na legislação(...)*”, o questionamento que fazemos é: Por que a educação intercultural não tem se realizado na prática? Uma resposta parece estar na fala de Parakau, que sabiamente diz: “*E daí existe um sistema de ensino e no final das contas, na prática tudo que é, é pontuado lá, né, pelo sistema de ensino chega pra gente*”. Sim, existe um sistema de ensino pré-definido, orientado pelos valores da colonialidade e direcionado às escolas públicas estaduais (que é o contexto da nossa pesquisa). O currículo documento que orienta este sistema de ensino dificulta (e, por vezes, impossibilita) a existência de outros conhecimentos e outras formas de conhecer, ser e viver.

É assim que se configura e age o projeto moderno/colonial ocidental; sua principal forma de ação é a homogeneização, isto é, busca padronizar conhecimentos, valores e comportamentos para que o poder não saia das mãos de quem o detém, pois assim o controle pode ser mais facilmente exercido, pois o

cuadro que configuró la colonialidad (Quijano, 2001) en sus diversas manifestaciones, del poder, del saber y del ser, fue pintado con una paleta de colores en donde la diversidad cromática se convirtió en un problema, había que pintarlo todo de blanco o por lo menos matizarlo a toda costa, en la epidermis y en las mentalidades (ACHINTE, 2009, p. 445).

O Estado de direito tem historicamente utilizado a escola como espaço de homogeneização do sistema de ensino (currículo documento, materiais didáticos, divisão dos tempos e saberes escolares), suas epistemologias, culturas e religiosidade, com a finalidade de apagar e tornar invisíveis os conhecimentos, as culturas, as religiosidades e as identidades indígenas. As atuais posições do atual presidente e de muitos de seus apoiadores contra os indígenas – negando-lhes direito à terra, aos seus conhecimentos, às suas línguas e até ao atendimento médico (com a retirada do dos médicos cubanos do Programa Mais Médicos) – apontam para uma postura de subalternização e silenciamento dos indígenas.

Para exemplificar como a educação escolar indígena anda a passos lentos, citamos a II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena - II CONEEI (2016), a qual visava dar prosseguimento às discussões realizadas em 2009 na I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena I CONEEI. No entanto, conforme explicitado no próprio documento base da II CONEEI (2016, p. 12), passados sete anos da primeira conferência, os avanços e conquistas foram pontuais e tímidos diante dos desafios que persistem.

Em se tratando da educação escolar indígena, parece haver uma falta de interesse e de encaminhamentos para que haja melhorias. Parakau afirma que “ [...] *se a gente quiser questionar alguma coisa usando toda essa legislação que nos ampara, muito dificilmente vai conseguir, a gente vai conseguir alguns avanços*”, pois tudo é feito de modo a não deixar brechas para questionamentos, por exemplo, fazem-se conferências, reúnem-se as comunidades indígenas para que elas participem, para que façam suas propostas. Entre os participantes, parece haver uma percepção comum de que as leis não são postas em ação, e aquilo que é realizado não se volta efetivamente para as demandas e propostas dos indígenas. A partir da perspectiva decolonial, esse desencontro entre legislação e práticas administrativa e política se caracteriza como parte do processo da colonialidade do poder, do ser e do saber.

Em contrapartida, devemos reconhecer que os poucos progressos e êxitos obtidos são frutos das lutas incansáveis por parte das populações indígenas, do Movimento Indígena brasileiro, uma vez que os indígenas estão cada vez mais conscientes e organizados politicamente quanto aos seus direitos (MUNDURUKU, 2012) É isso que discutiremos na próxima seção, ou seja, o protagonismo dessa população indígena apesar de todos os entraves colocados pelos grupos dominantes.

Decolonizando a escola: *Opa!!! Não, essa escola tem que ser diferente*

Apesar dos grandes danos causados a essa população indígena como um todo e das perdas linguístico-culturais pelas quais a comunidade do Pinhalzinho tem passado devido a essas políticas integracionistas desde a entrada do Estado, felizmente tem havido movimentos de resistências organizados e operados pela própria comunidade. Esta comunidade tem compreendido que precisa recuperar seu poder de decisão e de autonomia em relação ao seu povo. Isso passou a ocorrer mais precisamente quando eles começaram a ter sua identidade indígena contestada pelos não indígenas. Vejamos o excerto abaixo:

Excerto 6:

Awa Weradju: *Isso ocorre, a partir do momento, a partir do momento em que os mais velhos e os adultos que aqui lutava começaram a ver que foi a escola que trouxe isso, eles também reivindicam também com as décadas de 80, eles também vão reivindicando o que? AH NÃO, QUE A ESCOLA, ELA TEM QUE SER DIFERENTE, NÓS QUEREMOS A NOSSA LÍNGUA, estamos vendo que esses adultos começa a sentir o peso, de ter perdido, porque os pais deles tinham a língua (...) essas crianças que se tornaram adultos na década de 80 sentiu o peso disso, porque, porque quando foi o processo de, de enfrentar novamente as pessoas começa a falar: **VOCÊS NÃO SÃO MAIS ÍNDIO NÉ? VOCÊS NÃO FALAM, VOCÊS NÃO TÊM MAIS A, A CULTURA ISSO (...)** A nova escola que surge agora nas décadas de 80, esses adultos que perderam isso, sentiu a necessidade de reivindicar. **Poxa!!!** Essa mesma escola que tomou isso de nós né, **não foi só a escola né, não é não, não tou dizendo que foi só a escola, foi todo um processo histórico né, até de resistência dentro do território né, até de forma de denunciar certas coisas aqui que estava acontecendo para (?) para continuação, pra resistência aqui dentro teve que se aprender muitas coisas de fora né, só que não é, eu não tô dizendo que é exclusivamente à escola, mas a escola teve uma contribuição, É QUE A ESCOLA É O BRAÇO MAIS FORTE DO ESTADO TEVE QUE DENTRO.** O que acontece? **ÉÉÉÉ** quando eles perceberam isso, eles começaram os adultos começaram a reivindicar.*

OPA!!! NÃO, essa escola tem que começa a ser diferente. A partir da década de 80 não só aqui, mas isso foi um movimento nacional, i não ééé... como esse mesmo estado eu faço a leitura, eu tô fazendo a leitura assim né, se eles perceberam que é o nosso, os adultos mais velhos lá, eles perceberam que o próprio esse, esse próprio braço do estado que trouxe e contribuiu não foi, não foi ele, não foi somente ele, mas foi no braço mais ativo dentro da, da, da aldeia, porque quando eu pego o histórico da, da, da, da aldeia aqui nossa aqui a escola ela tem em 1911 depois histórico documental eu tenho ela em 1968, 68, 69, 70, 71, 72, então essa escola isolada ela teve uma atuação forte, que é o estado aqui dentro né, então autonomia nossa foi que foi, foi questionada foi quebrada ali. O que que acontece, **a partir de 80 quando volta à escola de novo nós vemos uma nova escola surgindo com a exigência da língua guarani né?**

(Entrevista - novembro de 2018).

Awa Weradju (excerto 6) entende que todo esse movimento de assimilação que o Estado impôs ao seu povo deve ser visto também como um processo histórico e também de resistência. Pelas palavras dele, podemos compreender que as perdas geradas pelo projeto civilizatório levaram à organização e à defesa, especialmente da língua, relacionada com a cultura e

com a identidade. Sem desconsiderar os enormes prejuízos decorrentes da escolarização assimilacionista, Awa Weradju interpreta as transformações vividas pelo seu povo no diálogo com essa escolarização como um ato de resistência e de subsistência, pois muitas vezes para compreender as intenções do outro é preciso conhecer seu modo de vida, isso inclui falar a língua do outro e conhecer aspectos culturais.

A contestação das identidades indígenas por parte dos não indígenas carrega em si a ambiguidade da negação imposta pela colonialidade: os discursos dos grupos dominantes defendiam que os indígenas precisavam ser civilizados e integrados à nação. Por outro lado, o resultado desta educação implicou em transformações e algumas perdas linguístico-culturais.

Diante dessas mudanças e perdas, os grupos dominantes e não indígenas de modo geral os acusam de terem abandonado suas identidades indígenas, marcadas especialmente pela língua. A luta pela escola na comunidade demandou que os membros dessa comunidade se posicionassem como indígenas e buscassem recuperar aqueles elementos constitutivos das identidades indígenas: língua e cultura. Precisamente nesse processo eles perceberam que a resistência seria parte da própria reconfiguração da escola para a comunidade. Essas políticas tiveram um duplo desdobramento, haja vista que, no primeiro momento, foi imposto a esses indígenas outra cultura, outra língua, outros conhecimentos. No âmbito dessa mesma política que praticou esse epistemicídio, visando extinguir toda e qualquer forma diferente de pensar, falar ou produzir conhecimento, conforme denunciado pela perspectiva decolonial, no entanto, em outro momento, foi contestada a identidade indígena por eles não falarem mais a língua guarani e por não apresentar, na visão deles, hábitos culturais e religiosos indígenas.

Por outro lado, toda essa situação de embate possibilitou a tomada de consciência por parte desses Guarani sobre o papel da escola nesse processo de dominação e transformação linguístico-cultural. Esse momento pode ser considerado como um marco na educação escolar indígena da Terra Indígena do Pinhalzinho, pois é quando eles, após décadas de adesão às políticas do Estado, concluem e decidem que é hora de retomar o poder de decisão e de autonomia. Essa compreensão os leva a concluir sobre a importância da escola na Terra Indígena, enquanto agência de transformação dessa realidade que se construiu e de articulação política. Por isso ela precisa ser diferente e, portanto, necessita ser ressignificada, para que possa servir à causa indígena.

Segundo Awa Weradju, isso ocorre “(...) *a partir do momento em que os mais velhos e os adultos que aqui lutava começaram a ver que foi a escola que trouxe isso, eles também reivindicam, também... com as décadas de 80, eles também vão reivindicando o que? Ah não, que a escola, ela tem que ser diferente, nós queremos a nossa língua, (...)*”. A fala de Awa Weradju, no (excerto 6), “(...) *os mais velhos e os adultos que aqui lutava (...)*”, deixa evidente os conflitos e as tensões que sempre permearam as relações entre indígenas e não indígenas, portanto, por mais que se tenham tentado dominá-los, isso nunca foi passivo, sem luta, sem resistência. É por isso que ainda hoje, apesar da enorme dizimação sofrida pelas populações indígenas brasileiras, eles ainda estão presentes e resistentes em nosso território. Ao verbalizar

“(…) *Ah não, que a escola, ela tem que ser diferente, nós queremos a nossa língua, (...)*, equivale a dizer: nós queremos a escola, mas nós não queremos uma escola de branco, nós queremos uma escola indígena, que ensine a nossa língua, que valorize a nossa cultura, enfim que fortaleça a nossa identidade indígena.

Podemos entender essa atitude de reivindicar uma *escola diferente* - que ensine a língua, a cultura e os conhecimentos indígenas como uma ação de resistência, política e pedagógica - como uma resposta à colonialidade do poder. Dito de outro modo, é a decolonização dessa instituição de ensino, o que inclui a não exclusividade do sistema eurocêntrico que buscou/busca apagar práticas sociais, políticas e epistêmicas de populações subalternizadas. A reivindicação por uma educação escolar indígena encontra ressonância na diferença colonial (MIGNOLO, 2003), caracterizada por espaço e tempo onde ocorrem disputas entre os conhecimentos postos pela colonialidade do poder e a luta dessa população Guarani para ter seus conhecimentos reconhecidos e legitimados.

Apesar da fala de Awa Weradju retratar um fato histórico ocorrido no passado, consideramos importante, primeiramente, porque só assim podemos compreender a história deles, contadas a partir de um olhar de quem é parte de todo esse processo. E em segundo, porque constatamos que esta é uma luta de longa data, permeada por derrotas, mas também vitórias, haja vista a coragem, persistência e resistência dessa população indígena.

Resistência que pode ser identificada também no fragmento 7:

Excerto 7

Nimboadju: *a gente sabe que a educação escolar indígena, ela, ela preocupa o governo, porque a gente briga pela autonomia, pela formação de lideranças pra que esse jovem cresça no (?) enquanto povo, mas a gente ta aí, para quebrar esse sistema e implantar um novo sistema de educação.*

(3ª Roda de conversa - fevereiro de 2019).

Na voz de Nimboadju, o governo é representado como o agente do poder, do controle, da subalternização, que sabe que quanto mais autonomia os indígenas tiverem, mais o sistema terá dificuldades em controlá-los. Entretanto, apesar de toda a dificuldade enfrentada, a fala de Nimboadju, “(…) *mas a gente ta aí, para quebrar esse sistema e implantar um novo sistema de educação*”, deixa evidente que o objetivo deles é se desvincular do sistema assimilacionista e promover um sistema de educação próprio.

Para tanto, lideranças da comunidade e docentes têm consciência de que necessitam tomar a responsabilidade para toda a comunidade. Ou, como bem colocou o participante Awa Weradju durante uma roda de conversa quando discutimos sobre a função da escola na Terra Indígena e a relevância de um currículo indígena feito por eles, nas palavras dele: “*eu vejo que o grande diferencial, aqui na nossa comunidade, é que a nossa comunidade tomou escola pra ela.*”. O docente compara a escola na sua comunidade com outras comunidades indígenas que ele

conhece. Podemos entender à luz dos estudos decoloniais (QUIJANO, 1992), que a “tomada da escola”, referida pelo participante passa pela decolonização da escola, do saber e, isso inclui, por exemplo, um currículo próprio, no qual os conhecimentos indígenas, o calendário, as línguas, as identidades, as religiosidades, as concepções de tempo, dentre outras coisas, sejam legitimadas tanto quanto os ocidentalizados. Em outras palavras, a “tomada da escola” implica em colocar em ação pedagogias decoloniais (WALSH, 2013, 2017).

Na sequência apresentamos o trecho na íntegra, pois o participante trata de questões importantes sobre a educação indígena e a educação escolar indígena

Excerto 8

Awa Weradju: *E HOJE, e hoje nós entendemos que, o que? Que a escola hoje aqui para nós ela é um, um instrumento importantíssimo, fundamental né, porque, porque como disse né, ela não é exclusiva como o processo de trabalho ele, ele e talvez eu acho que talvez, o processo de trabalho, que o processo de trabalho é também, o processo de resistência de um, de permanência no território, ele também, ele talvez, ele tenha... ela tenha um, ela tenha um peso maior no trabalho da perda de... culturas tudo mais do que a escola, a gente tem que avaliar ver isso daí, mas o que acontece? Ah, nós temos todo um processo de... o trabalho esse processo de trabalho também é refletiu numa mudança da, da aldeia, essa mudança da aldeia agora muitas coisas que as crianças aprendiam com o pai não aprende mais...*

Rosana: *ficou relegado a escola e...*

Awa Weradju: *Ficou relegado a escola, e isso é importante né? E isso é importante, porque muitas coisas que as nossas crianças aprendem aqui na escola, ele não consegue aprender mais com o pai porque, pela questão do trabalho né? Pela questão do trabalho, iii olha só pra você vê. A escola hoje, nós vemos como é importante para a manutenção da cultura, mas desde quando a comunidade TOMA a escola pra ela, porque infelizmente o que vinha acontecendo, olha eu tenho, eu tenho, eu acho que a nossa escola ainda não está ainda conforme eu gostaria de... a escola que eu sonho, ainda não tá, mas eu vejo que nós avançamos muito, fico muito contente pelos avanços que tivemos. Pra mim, se fosse uma escola que eu... eu tenho um pensamento de escola ainda, que talvez diante do que nós temos de... duu modelo dela hegemônico, sobre o que é a escola, ainda nós não podemos ter a nossa escola, mas dentro do que, das possibilidade, eu fico muito contente e muito orgulhoso do que nós temos da escola que temos hoje, porque?? Porque essa escola hoje, a nossa, a escola no geral ela, é se ela não for tomada pela comunidade, se a comunidade não tomar ela dizer: Óh, nós queremos uma escola assim, se ela, a gente não fizer isso ela continua sendo a escola de 50 anos, de 500 anos atrás,*

Rosana: *Do colonizador*

Awa Weradju: *Do colonizador, eu vejo que o grande diferencial, aqui na nossa comunidade, é que a nossa comunidade tomou escola pra ela, quando eu digo tomar escola para ela, não*

é somente tomar ela pra... tomar escola para que todo dia, um dia da semana tem um cântico na escola, não é somente isso! Eu digo tomar escola em tudo, em TUDO, gestão de tudo né, autogestão de tudo o que tem na escola, de como será a matemática que matemática? É o cotidiano. O português como será esse português? A história, que história? Tudo, eu digo isso não digo como muitas comunidades a qual eu vou, eles ficam, eles dizem: não, nós também tomamos a escola, mas ainda não, eu avalio, que eles não tomaram escola porque, eles nós criamos, toda semana tem uma atividade assim em que para a escola. Não, isso é um projeto que é parte, isso não é tomar, eu penso numa escola que a NOSSAAA... eu vejo isso...

(2ª roda de conversa– Novembro de 2018).

O participante apresenta em seu discurso uma análise bastante completa sobre a escola indígena e seu papel atual. Inicialmente, ele faz uma reflexão sobre o trabalho, como fonte de subsistência e também como um dos motivos que podem ter contribuído para as transformações culturais e sociais que ocorreu/ocorrem na comunidade indígena. Essa associação nos leva a analisar e considerar algumas questões, pois se antes os indígenas podiam tirar seu sustento do que era produzido dentro do território indígena (caça, pesca, alimentos cultivados em pequenas plantações), atualmente, isso já não é mais suficiente, devido a diminuição da área indígena demarcada, aumento da população e também devido à falta de apoio financeiro do governo. Com isso, muitos indígenas, precisaram procurar outras fontes de subsistência, trabalhando inclusive fora da Terra Indígena. Além do trabalho, existe também a questão do estudo, muitos indígenas precisam se deslocar ou morar em cidades maiores para fazer o Ensino Médio e Superior.

Esse novo modo de viver pode ter contribuído para que essas transformações ocorressem, pois além do contato e da convivência mais intensa com a cultura não indígena houve também uma diminuição do tempo que os pais dedicavam aos seus filhos no ensino da língua, religiosidade, resistência, enfim ensino da cultura Guarani. Desse modo, a educação indígena, que antes era realizada exclusivamente pelos pais, atualmente, em razão do trabalho, precisa da escola para ajudar nessa função. É por isso que Awa Weradju justifica que **“[...] o trabalho esse processo de trabalho também é refletiu numa mudança da, da aldeia, essa mudança da aldeia agora muitas coisas que as crianças aprendiam com o pai não aprende mais...”**[...].

Diante disso, considerando que estamos investigando, a construção da proposta de currículo indígena pela Escola Yvy Porã, faz-se necessário que discutamos a concepção de educação indígena e educação escolar indígena. Assim como Cavalcanti e Maher (2005), concordamos que pesquisadores que desenvolvem pesquisas em contextos indígenas e sobre educação indígena devem ter esses conceitos bem definidos. O primeiro termo – educação indígena refere-se “[...] aos processos educativos tradicionais de cada povo indígena. Aos processos nativos de socialização de suas crianças” (MAHER, 2006, p. 16-17). Essa educação

é realizada pelos pais e também por outros membros da comunidade. Trata-se de “aprender fazendo”, através da observação e da imitação, pois busca-se, na educação indígena, o melhor exemplo a seguir. Nesta concepção, não requer a presença de um professor e tão pouco se restringe a um lugar específico como escola para se aprender. Todos os espaços do território indígena são considerados como ambiente de ensino aprendizagem.

A educação indígena valoriza, principalmente, o conhecimento dos mais velhos. Ela se realiza por meio de histórias dos ancestrais, cantos indígenas, danças, do artesanato, sistemas próprios de plantio, astrologia, astronomia indígena e usos sustentável dos recursos naturais etc.

O segundo termo – educação escolar indígena diz respeito ao processo de ensino realizado pela escola, com professor, disciplina escolares. Nas palavras de (CAVALCANTI; MAHER, 2005, p. 5), “[...] refere ao processo de escolarização dessas crianças e desses jovens, de modo a instrumentalizá-los para situações de contato com o mundo dos brancos”, pois devido ao contato com a cultura e outros modos de viver com o entorno, outras exigências e necessidades se fizeram presentes no cotidiano dos indígenas. Para isso eles precisaram ampliar seus conhecimentos em relação à política, economia, normas da sociedade não indígena, o que inclui em “[...] conhecer os códigos e os símbolos dos “não índios”, já que estes e suas ações passaram a povoar o entorno indígena. E é assim que, historicamente, surgiu a “Educação Escolar Indígena” (MAHER, 2006, p. 17, grifos da autora).

Se analisarmos o discurso de Awa Weradju com a discussão de educação indígena e educação escolar indígena feita anteriormente, talvez possamos compreender melhor o pensamento do participante. Para isso retomamos um fragmento do (excerto 6) quando Awa Weradju diz “[...] *essa escola tem que começa a ser diferente[...]*”, a fala dele permite nos interpretar que a escola precisa ser diferente no sentido de ter um currículo próprio que além de ter como compromisso com as áreas acadêmicas, também conceba e contemple os conhecimentos indígenas, os aspectos culturais e modo de ser, ensinar e aprender o indígena. Esse currículo próprio não pode tomar os conhecimentos em estaque, de forma separada, mas sim de modo entrelaçado e complementar. O conhecimento considerado científico não deve se sobrepor a ciência indígena. Esta é a ideia defendida pela ecologia de saberes (SANTOS, 2010), para esta perspectiva, as ciências são interligadas e complementares, já que nenhuma ciência consegue dar conta de explicar todos os fenômenos existentes no universo, portanto, o ensino deve ser intercultural, pautado nas relações entre os conhecimentos indígenas e as outras ciências presentes em outras culturas.

Talvez, seja a isso que Awa Weradju esteja se referido quando verbaliza que as transformações que a comunidade passou ao longo do tempo, levaram os a ter outras necessidades fazendo com que alguns precisassem sair da Terra Indígena para trabalhar, estudar. Se por um

lado, isso fez que a escola indígena também abraçasse papéis da educação indígena que até então eram feitos, quase que exclusivamente, em casa pelos pais (aspectos culturais e históricos, suas dificuldades, lutas e resistências etc.). Por outro lado, coube a ela também, a preocupação de oferecer uma educação escolar indígena de qualidade, em que as áreas acadêmicas são ensinadas e trabalhadas de modo transdisciplinar como os conhecimentos indígenas.

Assim, ao dizer que “[...]A escola hoje, nós vemos como é importante para a **manutenção da cultura**, mas desde quando a comunidade **TOMA a escola pra ela [...]**” (excerto 8), Awa Weradju sinaliza pra esse processo simultâneo sobre a responsabilidade da escola indígena construir um currículo intercultural que tenha o compromisso de trabalhar tanto a educação indígena quanto a educação escolar, para que se o educando indígena, precisar ou escolher sair do território indígena esteja preparado para se auto afirmar como Guarani perante a sociedade não indígena, mas que também esteja apto e tenha autonomia para relacionar os conhecimentos indígenas com os não indígenas.

Neste sentido, embora tenhamos feito a distinção entre os termos educação indígena e educação escolar indígena, pelos excertos analisados, podemos verificar, que não se trata de sistemas educacionais distintos e tampouco de escolarizar os conhecimentos indígenas, mas sim de construir uma educação a partir de um currículo intercultural, no qual o modo, o tempo e o espaço de aprender e ensinar do indígena sejam respeitados e valorizados.

Algumas considerações

A partir das discussões propostas neste artigo, consideramos que toda essa articulação e valorização expressa na fala de Awa Weradju em relação à escola indígena pode ser percebida no cotidiano da comunidade do Pinhalzinho, visto que todas as questões são organizadas e articuladas em conjunto com comunidade-escola, tanto como espaço físico quanto de diálogo, de reflexão, de contestação, de resistência e de negação ao modelo hegemônico de produção de conhecimento.

Portanto, essa reflexão realizada sobre as diversas funções da escola na Terra Indígena, dentre elas o trabalho de valorização cultural, bem como o trabalho de resistência e também de permanência desses indígenas no território indígena, nos permite inferir que essa população Guarani, no contexto da diferença colonial (MIGNOLO, 2013), se apropriou de um instrumento implantado pelo colonizador e o transformou em seu. Há realmente *a tomada da escola* por parte deles, ou seja, a decolonização dela, visto que ela deixa de ser uma ferramenta de controle do não indígena para se transformar em agência de ideologia e de política para os indígenas.

A afirmação “**Opa!!! Não, essa escola tem que começa a ser diferente**” ressalta o fazer decolonial, a resistência, transformação e reexistência criativa da escola, que deixa de ser um instrumento do não indígena e passa a ser uma agência de empoderamento, de luta, de formação

de líderes atuantes, capazes de lutar contra a hegemonia científica, social, política e econômica.

É, portanto, nesse espaço, possibilitado pela diferença colonial, que emerge o pensamento de fronteira (MIGNOLO, 2003) e a insurgência político epistêmica (WALSH, 2008), que essa comunidade Guarani prossegue no seu processo de decolonização, reivindicando que seus conhecimentos sejam reconhecidos como legítimos tanto, quanto os eurocêntricos. Sendo assim, considerando todo esse processo colonizador intenso e extenso que essa população Guarani passou/passa, acreditamos que suas práticas podem ser consideradas como insurgentes Walsh (2013) e desobedientes, visto que eles não cedem ao sistema imposto, mas sim resistem.

Ainda sobre os discursos analisados, em relação a educação escolar indígena verificamos que eles têm plena consciência que a legislação brasileira não está sendo respeitada pelo Estado e, que, portanto, para garantir e construir uma educação escolar indígena de fato, precisam lutar e resistir, por meio ações e políticas locais organizadas, por eles próprios, pois como afirma Nimboadju eles estão dispostos a quebrar o sistema existente e implantar um novo sistema educacional. Por *novo sistema educacional* podemos compreender que ele esteja se referindo uma educação escolar baseada nos princípios indígenas de ensinar e aprender, a qual valoriza a cultura e os conhecimentos indígenas.

Portanto, “*tomar a escola*”, “*quebrar o sistema de ensino vigente e implantar um novo*”, podem ser consideradas como ações decoloniais, pois rejeitam políticas homogêneas e totalizantes que visam a desvalorização dos conhecimentos indígenas, bem como a invisibilização identitária, cultural e social daqueles que não se enquadram ou não se assujeitam a padrões estabelecidos pelos grupos dominantes. A resistência ao sistema educacional marcado pela colonialidade na escola Yvy Porã é considerada por Walsh (2008) como “insurgência político-epistêmica”, porque não aceita que a cultura e os conhecimentos do branco sejam colocados como superiores ou melhores que a cultura e as ciências indígenas. Esse posicionamento representa também a possibilidade das populações indígenas “[...] continuarem existindo física, cultural e epistemologicamente no contexto dos Estados nacionais, contribuindo para que o Projeto Moderno não tenha sido de todo vitorioso”. (ALMEIDA, 2017, p. 82). Nesse sentido, para encerrar, gostaríamos de retomar as palavras de Benites:

Para que de fato a nossa escola se torne um espaço a mais para falar da nossa cultura, tendo em vista outra cultura, precisamos ter um empoderamento em todos os espaços. Empoderamento não é para nós dominarmos o outro, é apenas para termos autonomia de verdade. Trata-se de uma proposta complexa e de uma responsabilidade enorme, que implica também ensinar aos jurua ou àqueles que não têm conhecimento da cultura guarani, o que requer tempo maior, como já apontei anteriormente, e novos instrumentos que nos deem empoderamento mais concreto (BENITES, 2018, p. 62).

Referências

ACHINTE, A. A. Pedagogías de la re-existencia: artistas indígenas y afrocolombianos. In: PALERMO, Zulma. *Arte y estética em la encrucijada descolonial*. Buenos Aires: Del Signo, 2009. 114p.

ALMEIDA, E. A. de. *A interculturalidade no currículo da formação de professores indígenas no Programa de Educação Intercultural UFPE/CAA – Curso de Licenciatura Intercultural*. 2017, 225p. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, CE, 2017.

ANDRÉ, M. E. D. A. de. *Etnografia da prática escolar*. Campinas: Papirus, 1995.

BENITES, S. *Viver na língua Guarani Hhandewa (mulher falando)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 2018.

BORDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BORSANI, M. E.; NÃMKU, R. Encarnizamiento político-judicial, neocolonialismo y expropiación territorial. In: WALSH, C. (org.). *Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir; (re)existir y (re)vivir*. Tomo II. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2017.

BORTONI-RICARDO, S. M. *O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa*. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 1988.

BRASIL. Lei no. 9394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2011.

BRASIL/CONEEI. II CONEEI: Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena: documento – referência / [elaborado pela] Comissão Organizadora Nacional. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), 2016.

BRASIL/CONEEI. Documento Final da I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena. Luziânia/Go. 16 a 20/11/2009. Disponível em: https://www.google.com.br/?gws_rd=cr&ei=A_L3UuaHF9G4kQfmz4DoDA#q=BRASIL%2FCONEEI.+Confer%C3%Aancia+Nacional+de+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+Escolar+Ind%C3%ADgena+Brasil++2009. Acesso em: 16 de set. 2019.

BRASIL/IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Os indígenas no Censo Demográfico 2010 - primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf. Acesso em: 05 de julho de 2012.

CAVALCANTI, M. C.; MAHER, T. M. O índio, a leitura e a escrita. O que está em jogo? Cefiel - Centro de Formação Continuada de Professores do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), setembro de 2005.

GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, B. de S.; MENEZES, M. P. (Org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra, Portugal: Cortez, 2010, p. 455-491.

GROSFOGUEL, R. Dilemas dos Estudos Étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplina e epistemologias descoloniais. *Cienc. Cult. Revista da SBPC*. São Paulo, v. 59, n. 2, Apr./June, 2007.

KONDO, R. H. *Representações e atitudes linguísticas na (re)construção da identidade indígena dos Guarani do Pinhalzinho (Tomazina/PR): um estudo na escola “Yvy Porã”*. 2013, 200f. Dissertação (Mestrado em Linguagem, Identidade e Subjetividade). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná, 2013.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: E.P.U., 1986.

MAHER, T. M. Formação de Professores Indígenas: uma discussão introdutória. In: GRUPIONI, L. D. B. (org.) *Formação de professores indígenas: repensando trajetórias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006, p. 11-38.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GOMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. (coords.) *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*, Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

MIGNOLO, W. Decolonialidade como o caminho para a cooperação. Entrevista à *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*. 2013. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5253-walter-mignolo>>. Acesso em: fev. 2019.

MIGNOLO, W. *Desobediência epistémica. Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad, y gramática de la descolonialidad*. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010a.

MIGNOLO, W. *Historias locales-diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Akal, 2003.

MUNDURUKU, D. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro*. São Paulo: Paulinas, 2012.

PARANÁ. Projeto político pedagógico. Tomazina: Escola Estadual Yvy Porã – Município, Tomzina, 2019.

QUIJANO, A. “Colonialidad y modernidad/racionalidad”. En *Los conquistados. 1492 y la población indígena de las Américas*. In: BONILLA, H. (Comp.). Quito: Tercer Mundo-Libri Mundi Editores, 1992.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, B. de S.; MENEZES, M. P. (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra, Portugal: Cortez, 2010. p. 84 – 130.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Tradução de Júlio César Casarin Barroso Silva. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, A. El “movimiento indígena”, la democracia y las cuestiones pendientes en América Latina. *Polis Revista Latinoamericana*, n. 10, p. 1-22, 2005. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/polis/7500>>. Acesso: 15 de set. 2019.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENEZES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra, Portugal: Cortez, 2010. p. 31- 83.

SANTOS, B. de S.; MENEZES, M. P. (Org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra, Portugal: Cortez, 2010.

SOUZA, A. L. S. *Letramentos de Reexistência: culturas e identidades no movimento hip-hop*. Campinas, 2009. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, 2009.

WALSH, C. (org.). *Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re) vivir*. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

WALSH, C. Encarnizamiento político-judicial, neocolonialismo y expropiación territorial. In: Walsh, Catherine. *Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir (re)existir y (re) vivir*. Tomo II. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2017.



**AS PROPRIEDADES SINTÁTICAS DO APLICATIVO NA LÍNGUA
TENETEHÁRA-GUAJAJÁRA (TUPÍ-GUARANÍ)
THE SYNTACTIC PROPERTIES OF THE APPLICATIVE IN THE
TENETEHÁRA-GUAJAJÁRA LANGUAGE (TUPÍ-GUARANÍ)**

Quesler Fagundes Camargos¹

RESUMO

Este artigo tem por objetivo examinar as estruturas de aplicativos disponíveis na língua Tenetehára-Guajajára (família Tupí-Guaraní). A partir da proposta de Pylkkänen (2002, 2008), assumimos a análise teórica de Vieira (2001, 2010) para o Guarani e o Tupinambá, demonstrando que o prefixo {*eru-*} em Tenetehára-Guajajára introduz um argumento aplicado alto, que estabelece uma relação comitativa com o evento descrito pelo verbo. Além disso, nossa análise se concentra no objeto aplicado, a fim de tentar determinar em que medida os objetos nas sentenças aplicativas apresentam propriedades sintáticas semelhantes aos objetos diretos de um verbo transitivo.

PALAVRAS-CHAVE: Tupí-Guaraní; Tenetehára-Guajajára; Aplicativo alto; Sintaxe; Morfologia.

ABSTRACT

This paper aims at examining the applicative structures available in the Tenetehára-Guajajára language (Tupí-Guaraní family). Based on the Pylkkänen's (2002, 2008) proposal, we will assume Vieira's (2001, 2010) theoretical analysis of the Guarani and Tupinambá applicatives, demonstrating that the prefix {*eru-*} in Tenetehára-Guajajára introduce a high applied argument, which stands in a comitative relation to the event described by the verb. Furthermore, our analysis focus on the applied object, in order to attempt to determine to what extent the objects in applicative sentences show similar syntactic properties as direct objects of a transitive verb.

KEYWORDS: Tupí-Guaraní; Tenetehára-Guajajára; High applicative; Syntax; Morphology.

1 Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor do Departamento de Educação Intercultural da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Membro do Grupo de Pesquisa em Educação na Amazônia (GPEA) e do Laboratório de Línguas e Culturas Indígenas (LALIC). E-mail: queslerc@gmail.com.

Agradeço aos revisores anônimos da Revista Diadorim pelos comentários e críticas construtivas, que contribuiram para o aprimoramento do artigo. Registro meus mais sinceros agradecimentos ao povo Guajajára por sua parceria e inestimável contribuição com a pesquisa aqui apresentada. Agradecimentos especiais à Cintia Guajajára. Todos os erros que ainda persistem na atual versão do artigo certamente são meus.



Introdução

De acordo com Peterson (2007), a terminologia “aplicativo” foi utilizada pela primeira vez pelos gramáticos missionários para a descrição de línguas nativas americanas, principalmente das línguas Uto-Astecas. Utilizaram ainda a expressão “verbos aplicativos” para “designar uma forma verbal naquelas línguas que indicam que o verbo foi direcionado para outra pessoa”² (PETERSON, 2007, p. 2). Esse fenômeno linguístico pode ser bem ilustrado por meio dos exemplos³ da língua Tepehuana (Uto-Astecas) abaixo.

- (1) a. *xiv-añ jum-'ui'-dy-ica-' gu-tatcarui'*
agora-1sS 2sDO-ir para (PL)-APPLIC TRNSF-FUT ART-galinhas
“Eu vou trazer as galinhas para você agora” (WILLETT, 1981, p. 68)

- b. *xiv-añ jam-bi-idy-ica-' gu-tacáruí'*
agora-1sS 2PDO-ir para-APPLIC TRNSF-FUT ART-galinha
“Eu vou trazer a galinha para vocês agora” (WILLETT, 1981, p. 68)

Em termos descritivos, pode-se afirmar, a respeito dos exemplos acima, que o morfema aplicativo {-ica}, ao juntar-se ao predicado verbal, introduz um argumento aplicado com a propriedade semântica de beneficiário/recipiente. Este argumento pode ser percebido por meio dos prefixos {jum-} e {jam-} que denotam o argumento aplicado em termos de pessoa e número. Peterson (2007) destaca ainda que alguns verbos da língua Tepehuana apresentam uma supleção que varia quanto a número do objeto. Por esta razão, nota-se que o predicado verbal apresenta as formas {-'ui'-} e {-bi-}, quando seu objeto paciente é respectivamente singular e plural.

Desde então, essa terminologia passou a ser utilizada para a descrição das línguas da família Niger-Congo, principalmente do grupo Bantu (KIMENYI, 1980; BAKER, 1988, 1992; MARANTZ, 1993; ALSINA; MCHOMBO, 1993; NGONYANI, 1998; NGUNGA; SIMBINE, 2012; HARRIS, 2015; JERRO, 2016; entre outros) e, mais recentemente, tem sido aplicada a estruturas semelhantes em línguas ao redor do mundo (VIEIRA, 2001, 2006, 2010; TORRES MORAIS, 2006; OYHARÇABAL, 2010; PAUL; WHITMAN, 2010; GEORGALA, 2012; ORO WARAM XIJEIN; APONTES; CAMARGOS, 2018; TIGĂU, 2018; NIE, 2019;

2 “[...] to designate a verbal form in those languages which indicated that the verb was directed towards another person” (PETERSON, 2007, p. 2).

3 Os exemplos originais de Willett (1981, p. 68) podem ser vistos a seguir:

- (i) *xiv-añ jum-'ui'-dy-ica-' gu-tatcarui'*
now-1sS 2sDO-go to (PL)-APPLIC TRNSF-FUT ART-chickens
‘I’ll bring the chickens to you (sg) right now.’
- (ii) *xiv-añ jam-bi-idy-ica-' gu-tacáruí'*
now-1sS 2PDO-go to-APPLIC TRNSF-FUT ART-chicken
‘I’ll bring the chicken to you (pl) right now.’

entre outros). Um conceito⁴, em termos tipológico-descritivos, que certamente contempla interlinguisticamente bem esse fenômeno linguístico pode ser visto em Payne (1997, p. 186), segundo o qual corresponde a “uma operação de aumento da valência que coloca um participante periférico no centro do palco, tornando-o um objeto direto. O objeto direto ‘novo’ às vezes é chamado de objeto aplicado”. Nas línguas Bantu, por exemplo, pode-se ilustrar este mecanismo de aumento de valência verbal com os dados⁵ abaixo da língua Luganda (PYLKKÄNEN, 2008, p. 20).

(2) a. *Mukasa ya-tambu-dde*

Mukasa 3SG.PST-andar-PST

“Mukasa andou.”

b. *Mukasa ya-tambu-le-dde Katonga*

Mukasa 3SG.PST-andar-APPL-PST Katonga

“Mukasa andou para/por Katonga.”

Nota-se que um verbo inergativo⁶ em Luganda (Bantu), conforme exemplo em (2b), pode licenciar um objeto aplicado por meio da morfologia aplicativa {-le}, o qual apresenta uma interpretação semântica de beneficiário do evento descrito pelo verbo.

Baker (1988) e Marantz (1993), por sua vez, consideram ainda que as construções de objeto duplo da língua inglesa na verdade são estruturas aplicativas, devido a sua aparente semelhança com as estruturas aplicativas das línguas Bantu. Os autores, no entanto, mostram que essas duas construções apresentam propriedades distintas, tais como: apenas as línguas Bantu permitem que um objeto aplicado seja licenciado em verbos intransitivos, como em (2b). Em contrapartida, essa construção paralela em inglês, como em (3b), resulta em construções agramaticais.

4 “[...] a valence increasing operation that brings a peripheral participant onto center stage by making it into a direct object. The ‘new’ direct object is sometimes referred to as the applied object” (PAYNE, 1997, p. 186).

5 Os dados originais de Pylkkänen (2008, p. 20) podem ser vistos abaixo:

(i) *Mukasa ya-tambu-dde*

Mukasa 3SG.PST-walk-PST

“Mukasa walked.”

(ii) *Mukasa ya-tambu-le-dde Katonga*

Mukasa 3SG.PST-walk-APPL-PST Katonga

“Mukasa walked for Katonga.”

6 Em contrapartida à visão tradicional, os verbos intransitivos subdividem-se em duas classes: os inacusativos e os inergativos. Apesar de apresentarem apenas um argumento, diferenciam-se quanto ao seu estatuto formal. Pode-se afirmar que os verbos inacusativos correspondem àqueles que licenciam um argumento interno com o papel temático de tema ou afetado, ao passo que os inergativos referem-se àqueles que licenciam um argumento externo com a função semântica de agente. Deve-se destacar, no entanto, que esta distinção não é categórica e exhibe diferenças significativas em uma perspectiva comparativista (PERLMUTTER, 1978; BURZIO, 1986; BOBALIJK 1993).

- (3) a. I am running.
b. *I am running *John*.
c. I am running for *John*.

Marantz (1993), Harley (2002), Pylkkänen (2002, 2008), entre muitos outros, contudo, consideram que sentenças como (4b) em inglês correspondem a construções aplicativas, uma vez que o verbo *write* “escrever” possui dois objetos, *Sam*, o recipiente, e *a letter* “uma carta”.

- (4) a. Mary wrote a letter.
b. Mary wrote *Sam* a letter.
c. Mary wrote a letter to *Sam*.

No âmbito das línguas indígenas brasileiras, Vieira (2001) foi a primeira a identificar estruturas aplicativas na família linguística Tupí-Guaraní. A autora demonstra que o prefixo {(e)ro-}, morfema denominado como causativo-comitativo na literatura descritiva de línguas indígenas brasileiras (RODRIGUES, 1953; JENSEN, 1984; SEKI, 2000; CARDOSO, 2008; HARRISON; HARRISON, 2013; LOPES, 2015; CARVALHO; GUAJAJÁRA, 2018; entre outros), é, na verdade, a realização morfológica do núcleo aplicativo alto – conforme tipologia proposta por Pylkkänen (2002, 2008). Como pode ser visto nos exemplos abaixo da língua Guarani (VIEIRA, 2010a, p. 152), o prefixo {(e)ro-} de fato é o expediente morfológico responsável pelo licenciamento do objeto aplicado com função semântica de comitativo.

- (5) a. *ava o-ke*
homem 3-dormir
“O homem dormiu”
- b. *ava o-ke mitã reve*
homem 3-dormir criança com
“O homem dormiu com a criança”
- c. *ava o(gwe)-ro-ke mitã*
homem 3-APPL-dormir criança
“O homem dormiu (com) a criança”

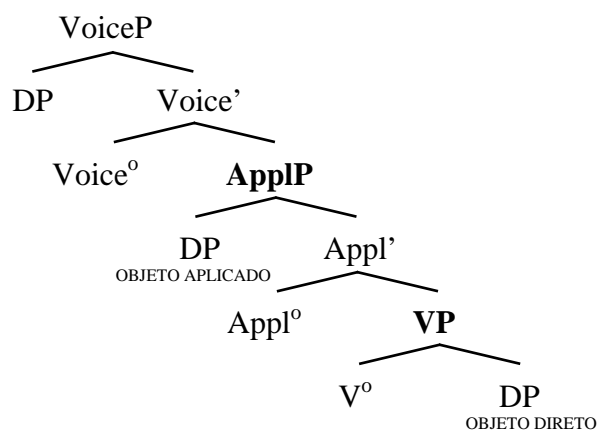
Vieira (2001) afirma que o objeto *mitã* “criança” é um argumento aplicado alto introduzido pelo núcleo aplicativo, que em Guarani é instanciado pelo prefixo {ero-}. Pode-se verificar que este comportamento morfossintático é análogo ao que ocorre em Tepehuana, Luganda, entre muitas outras línguas: um objeto é introduzido na estrutura verbal por meio da adição de morfologia no predicado verbal.

Diante dessas considerações iniciais, este artigo tem por objetivo examinar as estruturas aplicativas na língua Tenetehára-Guajajára (família Tupí-Guaraní), na qual, em termos descritivos, o morfema aplicativo {eru-}, ao juntar-se a verbos intransitivos, licencia um argumento aplicado com a propriedade semântica de comitativo na função sintática de objeto. Dessa forma, verbos intransitivos tornam-se transitivos.

Quadro teórico

Foi Marantz (1993) um dos primeiros trabalhos em que se estipulou a existência de um núcleo responsável pela introdução de um objeto aplicado, o qual foi denominado pelo autor como Appl. Este núcleo foi assumido como um verbo leve⁷, em oposição ao verbo lexical que introduz o objeto direto. A partir de então, Pylkkänen (2002, 2008) expande a proposta de Marantz (1993) ao propor, em termos tipológicos, a existência de dois tipos de núcleos aplicativos, a saber: o aplicativo alto e o aplicativo baixo. O núcleo aplicativo alto denota uma relação de um objeto aplicado com o evento descrito pelo verbo. Logo, esse argumento aplicado deve se combinar sintaticamente com um VP, conforme o diagrama a seguir:

(6) Aplicativo Alto



A consequência direta da estrutura em (6) é que esse aplicativo pode se juntar a verbos intransitivos e transitivos. Além do mais, em termos semânticos, um núcleo aplicativo alto, conforme Pylkkänen (2002, 2008), introduz um argumento com interpretações semânticas variadas, entre elas: beneficiário, comitativo, locativo, fonte e instrumento, por exemplo. A língua Paumari, conforme Vieira (2006, p. 128-129), ilustra bem esse tipo de construção, conforme os exemplos abaixo.

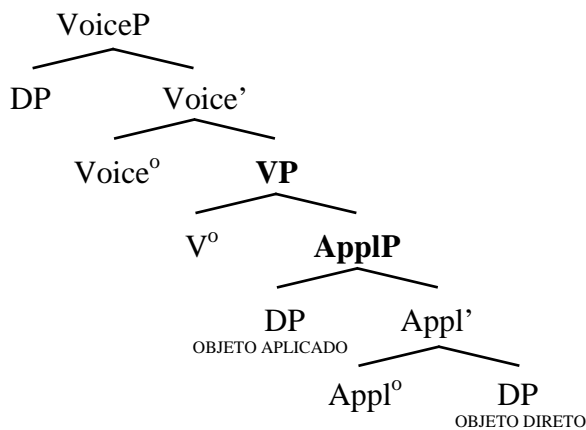
- (7) a. *o-ka-asara-há* *ada* *isai*
 1SG-APPL-chorar-modo DEMS/MASC criança
 “Eu chorei pelo menino”
- b. *ho-ra ka-ihamahi-há* *ada* *isai*
 me-OBJ APPL-zangado-modo DEMS/MASC criança
 “O menino estava zangado comigo”
- c. *o-va-adaraha-há* *ada* *asai*
 1SG-APPL-viajar-modo DEMS/MASC criança
 “Eu viajei com a criança”

⁷ O verbo leve pode ser definido, de modo geral, como um verbo semanticamente vazio que se associa a propriedades essencialmente gramaticais (JESPERSEN, 1949; CAMPBELL, 1989). Em Marantz (1993), o núcleo aplicativo responsável pela introdução do argumento aplicado, Appl, é analisado como um verbo leve.

- d. *Gisi-a bi-va-bana-ki ida Porto Velho*
 Gisi-ERG 3SG-APPL-sofre-modo DEMS/FEM Porto Velho
 Gisi sofreu em Porto Velho”

Já o aplicativo baixo, segundo Pylkkänen (2002, 2008), denota uma relação de transferência de posse entre o objeto aplicado e o objeto direto. A consequência imediata é que um núcleo aplicativo baixo não possui a propriedade de se juntar a verbos intransitivos, mas se unirá apenas a verbos transitivos, uma vez que exibem objeto direto. Além disso, o aplicativo baixo é projetado abaixo do VP, ocupando a posição de complemento, conforme a estrutura configuracional apresentada a seguir:

(8) Aplicativo Baixo



Em síntese, com base na tipologia acima acerca dos núcleos aplicativos, Pylkkänen (2002, p. 23) estipula duas predições nucleares⁸ capazes de distinguir e demonstrar a natureza do núcleo aplicativo, a saber:

(9) Diagnóstico 1: Restrições de transitividade

Somente aplicativos altos devem ser capazes de se combinar com inergativos. Já que aplicativos baixos denotam uma relação entre um objeto direto e um objeto indireto, eles não podem figurar em uma estrutura que não tenha objeto direto.

(10) Diagnóstico 2: Semântica do verbo

Pelo fato de aplicativos baixos não implicarem em transferência de posse, eles não fazem

8 De acordo com Pylkkänen (2008, p. 18-19):

(i) Diagnostic 1: Transitivity restrictions

Only high applicative heads should be able to combine with unergatives. Since low applicative heads denote a relation between the direct object and the indirect object, a low applicative head cannot appear in a structure that lacks a direct object.

(ii) Diagnostic 2: Verb semantics

Since low applicatives imply a transfer of possession, they are nonsensical with verbs that are completely static: for example, an event of holding a bag does not plausibly result in the bag's ending up in someone's possession. High applicatives, on the other hand, should have no problem combining with verbs such as hold: it is perfectly plausible that someone would benefit from a bag-holding event.

sentido com verbos que são completamente estáticos: por exemplo, o evento de segurar uma sacola não resulta como estado final a posse dessa sacola por alguém. Aplicativos altos, por outro lado, devem não ter nenhuma dificuldade em se combinar com verbos tais como segurar: é perfeitamente plausível que alguém seja beneficiário do evento segurar uma sacola.

Na próxima seção, serão apresentados alguns dados que envolvem as estruturas aplicativas em línguas da família Tupí-Guaraní e será discutido o tratamento teórico dado a estas construções por Vieira (2001, 2010).

Aplicativo alto nas línguas Tupí-Guaraní

De acordo com Vieira (2001, 2010), o prefixo $\{(e)ro-\}$ é, na verdade, a realização morfológica do núcleo aplicativo alto, o qual licencia um objeto aplicado com propriedades semânticas de comitativo. Como pode ser visto nos exemplos abaixo da língua Guarani (VIEIRA, 2010, p. 152-153), de fato parecer ser essa a função gramatical desse prefixo verbal.

- (11) a. *xee a-po*
 eu 1sg-pular
 “Eu pulei”
- b. *xee a-po mitã reve*
 eu 1sg-pular criança com
 “Eu pulei com a criança”
- c. *xee a-ro-po mitã*
 eu 1sg-APPL-pular criança
 “Eu pulei (com) a criança”

Nota-se que o argumento *mitã* “criança” introduzido em (11b) por meio do sintagma posposicional *reve* “com” se torna um objeto aplicado em (11c) mediante a afixação do morfema $\{(e)ro-\}$ na raiz verbal. Dessa maneira, o objeto *mitã* “criança” é licenciado ora pela posposição *reve* “com”, ora pelo morfema aplicativo $\{(e)ro-\}$.

A partir de dados como (11b), Vieira (2001, 2010) propõe que o morfema $\{(e)ro-\}$ em Guarani, assim como possivelmente nas demais línguas da família Tupí-Guaraní, de fato, é a instanciação do núcleo da projeção de aplicativo alto com base em dois fatos empíricos, a saber: (i) sintaticamente o morfema $\{(e)ro-\}$ afixa-se a verbos monovalentes e (ii) semanticamente o argumento introduzido por $\{(e)ro-\}$ não estabelece qualquer relação de transferência de posse. Esses dois argumentos associados ao fato de que esse morfema introduz um objeto à estrutura verbal sustentam a proposta de Vieira (2001, 2010).

Veja abaixo os exemplos da língua Tupinambá, também apresentados por Vieira (2010, p. 153), que empiricamente corroboram a proposta da autora, uma vez que o morfema $\{(e)ro-\}$ introduz um objeto com a função semântica de comitativo também nessa língua da família Tupí-Guaraní.

- (12) a. *a-ro-pytá* *ygara*
1SG-APPL-ficar canoa
“Eu parei com a canoa” (BARBOSA, 1956, p. 196)
- b. *a-ro-ker* *aoba*
1SG-APPL-dormir roupa
“Eu durmo com a roupa” (BARBOSA, 1956, p. 199)

Viera (2010) ainda afirma que o aplicativo alto $\{(e)ro-\}$ só pode se afixar a verbos inacusativos ou inergativos. Por esse motivo, para que esse morfema ocorra com um verbo transitivo, é necessário que seja primeiramente intransitivizado, por meio, por exemplo, da incorporação nominal, conforme os dados do Tupinambá abaixo (VIEIRA, 2010a, p. 153).

- (13) a. *ere-î-epîak* *ybák*
2SG-3-ver céu
“Você viu o céu?” (BARBOSA, 1956, p. 199)
- b. *ere-ro-ybák-epîak-pe* *mitanga*
2SG-APPL-céu-ver-INTER criança
“Você viu o céu com a criança?” (BARBOSA, 1956, p. 199)

Pode-se notar que, no exemplo (13a), há um verbo transitivo que licencia dois argumentos nucleares. No exemplo (13b), quando o verbo transitivo tem seu objeto incorporado, tornando-se, assim, intransitivo, o novo predicado é capaz de receber o morfema aplicativo $\{(e)ro-\}$, cuja função é a de introduzir o objeto aplicado *mitanga* “criança”.

Na próxima seção, serão examinadas as estruturas aplicativas na língua Tenetehára-Guajajára, a partir da tipologia proposta por Pylkkänen (2002, 2008) e da análise teórica de Vieira (2001, 2010).

Construções aplicativas em Tenetehára-Guajajára

A língua Tenetehára-Guajajára também instancia fonologicamente o núcleo da projeção de aplicativo alto por meio do morfema $\{eru-\}$. Em termos descritivos, conforme exemplos abaixo, essa morfologia aplicativa, quando é afixada a verbos intransitivos (inergativos e inacusativos), introduz um objeto com as propriedades semânticas de comitativo, semelhantemente ao que ocorre em Guarani e Tupinambá (VIEIRA, 2001, 2010).

- (14) a. *u-'ar* *kuzâ* *a'e⁹*
3-cair mulher 3
“A mulher caiu”

9 Em Tenetehára-Guajajára é muito comum a realização de pronomes pessoais ao final de sentenças. Descritivamente estes pronomes codificam os traços de pessoa e número do sujeito dos predicados transitivos e intransitivos. Em termos formais, em Camargos (2017b), propusemos que estes pronomes são a instanciação dos traços- ϕ no domínio de C/TP, uma vez que no final das sentenças em Tenetehára-Guajajára realizam-se uma série de partículas de modalidade e evidencialidade. Para mais detalhes acerca da periferia direita da sentença nesta língua, direcionamos o leitor aos trabalhos de Camargos, Castro e Tescari-Neto (2018, 2019).

- b. *w-eru-'ar* *kuzà* *kwarer* *a'e*
 3-APPL-cair mulher menino 3
 “A mulher caiu com o menino”

- (15) a. *u-zàn* *awa* *a'e*
 3-correr homem 3
 “O homem correu”

- b. *w-eru-zàn* *awa* *takihe* *a'e*
 3-APPL-correr homem faca 3
 “O homem correu com a faca”

Além de apresentar a forma {*eru-*}, Carvalho e Guajajára (2018), que analisam essas construções como causativa-comitativas, revelam a existência de nove alomorfes na língua Tenetehára-Guajajára, a saber: *eru-*, *ru-*, *enu-*, *era-*, *ra-*, *er-*, *r-*, *wera-*, *weru-*. Em nossa pesquisa, identificamos ainda uma décima variação alomórfica, a saber *nu-*. Para fins ilustrativos, listamos a seguir um exemplo para cada uma dessas variações.

- (16) *kuzà* *w-eru-ata* *u-memyr* *a'e*
 mulher 3-CC-andar 3-filho(a) esse
 “A mulher anda levando seu filho.” (CARVALHO; GUAJAJÁRA, 2018, p. 338)

- (17) *a-ru-itfe* *amo* *teko* *uken-pe*
 1-CC-entrar uma pessoa porta-LOC
 “Eu fiz entrar uma pessoa na porta (pela)” (CARVALHO; GUAJAJÁRA, 2018, p. 339)

- (18) *w-enu-hem* *h-era-ha*
 3-CC-sair R2-CC-ir
 “Ele o/a fez sair e o/a levou consigo” (CARVALHO; GUAJAJÁRA, 2018, p. 342)

- (19) *w-era-ha-paw*
 3-CC-ir-COMPL
 “Ele leva/levou tudo” (CARVALHO; GUAJAJÁRA, 2018, p. 343)

- (20) *a-ra-ha* *maper*
 1-CC-ir papel
 “Eu levei papel” (CARVALHO; GUAJAJÁRA, 2018, p. 343)

- (21) *w-er-ur* *tapi'ak* *i-àkàg-wer* *i-monohok-pyr-er* *i-zupe* *wà*
 3-APPL-ir gado 3-cabeça-PST 3-cortar-NML-PST 3-para PL
 “Trouxeram-lhe a cabeça do gado que tinha sido cortada”

(HARRISON; HARRISON, 2013, p. 47)

- (22) *a-r-ur*
 1-CC-ir
 “Eu o trago” (HARRISON; HARRISON, 2013, p. 366)

- (23) *he* Ø-*wera-ha*
 1 R1-CC-ir
 “Levaram-me consigo” (CARVALHO; GUAJAJÁRA, 2018, p. 340)

(24) *a-wer-uak*

1-CC-virar

“Eu o/a faço virar-se comigo” (CARVALHO; GUAJAJÁRA, 2018, p. 341)

(25) *a-nu-hem i-riru er-eha kwej*

1-C.COM-ir R2-pote C.COM-ir RLZ

“Eu saí com o pote” (SILVA, 2010, p. 681)

Deve-se destacar que, além de Carvalho e Guajajára (2018), o prefixo {*eru-*} já foi anteriormente analisado nos trabalhos de Duarte (1997, 2003, 2007), Silva (2010), Harrison e Harrison (2013), Castro (2013) e Camargos (2013, 2017a). Portanto, a partir do que já foi investigado nestes trabalhos e para além deles, serão discutidas nas próximas subseções algumas propriedades sintáticas e semânticas envolvidas nas construções aplicativos nessa língua. Começamos com as propriedades sintáticas.

Propriedades sintáticas

Como foi mostrado até agora, construções aplicativos com verbos intransitivos são altamente produtivas na língua. Contudo, à semelhança do que ocorre em Guarani e Tupinambá (VIEIRA, 2001, 2010), os verbos transitivos em Tenetehára-Guajajára, quando são intransitivizados por meio do prefixo reflexivo {*ze-*}, também podem acionar o morfema aplicativo {*eru-*}, conforme exemplos abaixo.

(26) a. *u-pirawa kwarer a'e*

3-levantar homem menino 3

“O homem levantou o menino”

b. *u-ze-upir awa a'e*

3-REFL-levantar homem 3

“O homem se levantou”

c. *w-eru-ze-upir awa kwarer a'e*

3-APPL-REFL-levantar homem menino 3

“O homem se levantou com o menino”

(27) a. *w-exak awa kwarer a'e*

3-ver homem menino 3

“O homem viu o menino”

b. *u-ze-exak awa a'e*

3-REFL-ver homem 3

“O homem se viu (no espelho)”

c. *w-eru-ze-exak awa kwarer a'e*

3-APPL-REFL-ver homem menino 3

“O homem se viu (no espelho) com o menino”

Pode-se afirmar que, nos exemplos acima, há os verbos transitivos *pir* “levantar” e *exak* “ver”, os quais são intransitivizados por meio do prefixo reflexivo {*ze-*}. Esse novo predicado

reflexivo é capaz de receber o morfema aplicativo alto {*eru-*}, cuja função é a de licenciar o objeto aplicado *kwarer* “menino”.

O processo de incorporação nominal em Tenetehára-Guajajára, já investigado anteriormente por Castro (2007, 2013, 2017), Duarte e Castro (2010) e Silva (2010), também serve como expediente para o processo de aplicativização. Pode-se observar nos exemplos abaixo que verbos transitivos, quando tem seu objeto incorporado, tornam-se formalmente verbos intransitivos e, assim, podem receber o morfema aplicativo {*eru-*}.

- (28) a. *u-'u kuzà ma'e a'e*
 3-comer mulher coisa 3
 “A mulher comeu alguma coisa”
- b. *u-mai-'u kuzà a'e*
 3-coisa-comer mulher 3
 “A mulher comeu (alguma coisa)”
- c. *w-eru-mai-'u kuzà kwarer a'e*
 3-APPL-coisa-comer mulher menino 3
 “A mulher comeu (alguma coisa) com o menino”
- (29) a. *u-pyhyk awa pira a'e*
 3-pegar homem peixe 3
 “O homem pegou/segurou o peixe”
- b. *u-pira-pyhyk awa a'e*
 3-peixe-pegar homem 3
 “O homem pescou”
- c. *w-eru-pira-pyhyk kuzà kwarer a'e*
 3-APPL-peixe-pegar homem menino 3
 “O homem pescou com o menino”

Nos exemplos acima, quando os verbos transitivos têm seu objeto incorporado, tornam-se formalmente um predicado intransitivo. Esse novo predicado, ao receber o morfema aplicativo alto {*eru-*}, licencia um novo argumento, objeto aplicado, na estrutura argumental.

De modo geral, o morfema aplicativo {*eru-*} em Tenetehára-Guajajára, assim como no Guarani e no Tupinambá (VIEIRA, 2001, 2010) e possivelmente nas demais línguas Tupí-Guaraní, apresenta propriedades derivacionais de um núcleo aplicativo alto, uma vez que, em termos sintáticos, afixa-se a verbos monovalentes, sejam eles derivados ou não. Ademais, o objeto aplicado se relaciona ao evento descrito pelo verbo com a função semântica de comitativo. Na próxima seção, discutiremos alguns aspectos semânticos envolvidos no processo de aplicativização em Tenetehára-Guajajára.

Propriedades semânticas

Na língua Kamaiurá (Tupí-Guaraní), Seki (2000) trata o prefixo {*ero-*}, que apresenta os alomorfes {*ero-* ~ *era-* ~ *ra-* ~ *er-* ~ *r-*}, como causativo-comitativo, acompanhando Rodrigues (1953). Ao compará-lo com o causativo simples, realizado pelo prefixo causativo {*mo-*}, afirma que “no causativo comitativo o Causer [causador] é também de algum modo afetado pela ação que afeta o objeto direto” (SEKI, 2000, p. 291). Essa descrição vai ao encontro do tratamento dado por ela e por Rodrigues (1953) do prefixo {*ero-*} como causativo-comitativo. Seki (2000, p. 291) ilustra esta comparação com os exemplos abaixo da língua Kamaiurá.

- (30) a. *kunu'um-a* *o-jan* *jawar-a* *pojy-a* *wi*
menino-N 3-correr onça-N perigo-N ABL
“O menino correu do perigo da onça”
- b. *kunu'um-a* *o-mo-jan* *jawar-a* *pojy-a* *wi*
menino-N 3-CAUS-correr onça-N perigo-N ABL
“Ele fez o menino correr do perigo da onça”
- c. *kunu'um-a* *w-ero-jan* *jawar-a* *pojy-a* *wi*
menino-N 3-CC-correr onça-N perigo-N ABL
“Ele fez o menino correr com ele do perigo da onça”

Pode-se afirmar que, conforme Seki (2000), o argumento causador em (30b) atua de forma a fazer com que o menino corra de forma independente. Contudo, no exemplo (30c), “ao fazer o menino correr, o Causer [causador] correu com ele” (SEKI, 2000, p. 291). A autora destaca, por fim, que, de todos os exemplos de que disponha, o argumento causador exibia a propriedade [+humano].

Embora Seki (2000) não apresente qualquer tipo restrição semântica dos argumentos verbais licenciados em construções aplicativos, deve-se destacar que aparentemente não há, ao menos em Tenetehára-Guajajára, qualquer tipo de restrição semântica quanto à propriedade de animacidade, por exemplo. Apresentamos abaixo exemplos em que o sujeito de predicados transitivos aplicados apresenta os traços semânticos [+humano], [+animado] e [-animado], respectivamente.

- (31) *w-eru-zahak* *kuzà* *u-memyr* *a'e*
3-APPL-banhar mulher 3CORR-filho 3
“A mulher tomou banho com seu filho”
- (32) *w-er-ur* *ka'i* *pihun* *u-memyr* *a'e*
3-APPL-vir macaco preto 3CORR-filho 3
“O macaco veio com seu filhote”
- (33) *'y* *zane=r-era-ha* *mo* *muite* *a'e*
água 1PL.INCL=C-APPL-ir COND longe 3
“As águas nos teriam levado para longe” (HARRISON; HARRISON, 2013, p. 112)

O morfema aplicativo também parece não impor qualquer tipo de restrição semântica ao argumento aplicado que licencia. A seguir, são apresentados exemplos de objetos aplicados que também apresentam as propriedades semânticas [+humano], [+animado] e [-animado], respectivamente.

(34) *kuzà w-eru-ata u-memyr a'e*
mulher 3-APPL-andar 3CORR-filho 3
“A mulher anda levando seu filho” (HARRISON; HARRISON, 2013, p. 209)

(35) *kwarer-a'i w-eru-zewyr ka'i a'e*
menino-DIM 3-APPL-voltar macaco 3
“O menino voltou trazendo o macaco” (HARRISON; HARRISON, 2013, p. 213)

(36) *w-er-eko ywyrapar o-po pe*
3-APPL-estar arco 3CORR-mão em
“Ele teve um arco na mão” (HARRISON; HARRISON, 2013, p. 2012)

Em Tenetehára-Guajajára, a coocorrência de sujeito e objeto aplicado em um mesmo evento verbal com a propriedade semântica [-animado] também é possível, como ilustra o exemplo abaixo:

(37) *ywytu w-era-ha ka'a-kyr u-xinig-ma'e multe a'e*
vento 3-APPL-ir mato-macio 3-secar-NML longe 3
“O vento levou a palha para longe.” (HARRISON; HARRISON, 2013, p. 209)

Quanto às classes semânticas dos verbos em Tenetehára-Guajajára, as construções com o morfema aplicativo {*eru-*} parecem também ser muito produtivas, de forma que este morfema aplicativo se junta a predicados de movimento, de ação (inergativos e inacusativos), psicológicos, perceptivos e estáticos.

Verbo de movimento

(38) *w-eru-ixe kuzà u-memyr t-àpuz me a'e*
3-APPL-entrar mulher 3CORR-filho 3G-casa em 3
“A mulher entrou com seu filho na casa”

Verbo de ação (inergativo)

(39) *a-eru-apyk kwarer a'e*
1SG-APPL-sentar menino 1SG
“Eu me sentei com o menino”

Verbo de ação (inacusativo)

(40) *w-eru-'ar kuzà kwarer a'e*
3-APPL-cair mulher menino 3
“A mulher caiu com o menino”

Verbo psicológico

- (41) *t-uwihaw w-eru-ze'eg-atu w-emi-aihu wà*
3G-chefe 3-APPL-falar-INTS 3CORR-NML-amar PL
“O chefe aconselha bem o seu povo (aqueles que são amados)”

(HARRISON; HARRISON, 2013, p. 213)

Verbo de percepção

- (42) *w-eru-ze-exak kuzà u-memyr a'e*
3-APPL-REFL-ver homem 3CORR-filho 3
“A mulher se viu (no espelho) com o filho”

Verbo estático

- (43) *kwaharer paw w-er-eko takihe wà*
menino todos 3-APPL-estar faca PL
“Todos os meninos têm facas” (HARRISON; HARRISON, 2013, p. 212)
(Lit.: Todos os meninos estão com facas)

Na próxima seção, será apresentado o comportamento do objeto aplicado diante dos demais processos sintáticos da língua Tenetehára-Guajajára, a fim de demonstrar que apresenta o mesmo estatuto gramatical dos objetos diretos.

Propriedades gramaticais dos objetos aplicados em Tenetehára-Guajajára

Nesta seção, serão apresentadas evidências empíricas de que o objeto aplicado em Tenetehára-Guajajára exibe o mesmo comportamento sintático dos demais objetos diretos. Para isso, predicados transitivos aplicados e não aplicados serão submetidos a processos sintáticos que envolvem mudança do estatuto gramatical de seus objetos diretos e aplicados, a fim de contrastá-los. Assumiremos que estes objetos, do ponto de vista sintático, são formalmente idênticos, exceto pelo fato de serem licenciados na estrutura por núcleos distintos.

A primeira evidência se sustenta no sistema de concordância verbal da língua Tenetehára-Guajajára. De acordo com Duarte (1997, 2003, 2007), Castro (2007, 2017), Silva (2010) e Camargos (2013, 2017ab), as funções sintáticas de sujeito e de objeto são primordialmente codificadas por meio de dois grupos de marcadores pessoais que codificam estas funções sintáticas centrais. No Quadro 1, são apresentados os marcadores de pessoa que correferenciam o sujeito (paradigma 1) e o objeto (paradigma 2) de verbos transitivos na língua Tenetehára-Guajajára.

Quadro 1 – Primeiro e segundo paradigmas de concordância

Traços de pessoa e número	Paradigma 1 (argumento externo)	Paradigma 2 (argumento interno)
1SG	<i>a-</i>	<i>he=</i>
1PL.EXCL	<i>uru- ~ oro-</i>	<i>ure=</i>
1PL.INCL	<i>xi-</i>	<i>zane=</i>
2SG	<i>ere-</i>	<i>ne=</i>
2PL	<i>pe-</i>	<i>pe=</i>
3	<i>u- ~ o- ~ w-</i>	<i>i- ~ h-</i>

Fonte: Camargos, Castro e Tescari-Neto (2019, p. 830)

A escolha de um dos paradigmas apresentados no Quadro 1 ocorre tendo em vista a sensibilidade à hierarquia de pessoa, formalizada em (44), em que o verbo aciona a série de prefixos do paradigma 1 quando o sujeito é mais alto do que o objeto nessa hierarquia. Por sua vez, quando o objeto é mais alto na hierarquia de pessoa, o verbo engatilha os marcadores pronominais do paradigma 2.

(44) 1ª pessoa > 2ª pessoa > 3ª pessoa_{+FOC} > 3ª pessoa_{-FOC}

(leia-se > como ‘mais proeminente que’)

A realização do paradigma 1 pode ser vista nos dois exemplos abaixo, em que o sujeito dos verbos transitivos, sem morfologia aplicativa (45) e com morfologia aplicativa (46), acionam a mesma morfologia de concordância verbal.

(45) *a-exak kwarer ihe*
1SG-ver menino 1SG
“Eu vi o menino”

(46) *a-eru-apyk kwarer ihe*
1SG-APPL-sentar menino 1SG
“Eu sentei com o menino”

Por sua vez, como os objetos aplicados em Tenetehára-Guajajára apresentam o mesmo comportamento morfossintático dos objetos diretos, como é aventado neste artigo, os dois verbos nos exemplos abaixo acionam o mesmo marcador pronominal, do paradigma 2, a fim de correferenciar o objeto direto em (47) e o objeto aplicado em (48).

(47) *he=r-exak kwarer a'e*
1SG=C-ver menino 3
“O menino me viu”

- (48) *he=r-eru-apyk kwarer a'e*
 1SG=C-APPL-sentar menino 3
 “O menino (se) sentou comigo”

Ao comparar os exemplos (47) e (48), pode-se notar, assim, que os objetos diretos e aplicados exibem a mesma estratégia morfossintática quanto à realização dos marcadores pronominais na língua Tenetehára-Guajajára, o que demonstra que estes dois argumentos apresentam o mesmo comportamento gramatical.

A segunda evidência do paralelismo entre objetos diretos e aplicados origina-se do fato de que estes dois argumentos estão aptos a participar do processo de incorporação nominal. Note nos exemplos abaixo que os objetos diretos e aplicados podem, por um lado, participar do processo de alçamento de possuidor¹⁰, como (49) e (50) e, por outro, podem se incorporar ao verbo, como (51) e (52).

Alçamento de possuidor

- (49) *u-py-exak awa kwarer a'e*
 3-pé-ver homem menino 3
 “O homem viu o pé do menino”
- (50) *u-py-eru-wak awa zapepo a'e*
 3-pé-APPL-virar homem panela 3
 “O homem emborcou a panela”

Incorporação de objeto

- (51) *u-mai-'u awa a'e*
 3-coisa-comer homem 3
 “O homem comeu alguma coisa”
- (52) *u-mai-eru-eko awa a'e*
 3-coisa-APPL-estar homem 3
 “O homem trabalha” (Lit.: O homem está com alguma coisa)

A terceira evidência que demonstra o compartilhamento de propriedades entre objetos

10 De acordo com Castro (2013, 2017), o fenômeno linguístico denominado como “alçamento de possuidor” corresponde ao processo no qual um verbo transitivo que tem como objeto direto um sintagma genitivo permite a incorporação do nome possuído. Neste contexto, o possuidor, em termos sintáticos, passa a exercer a função de objeto, razão pela qual é tratado como alçamento de possuidor. No trabalho de Baker (1988), este mesmo fenômeno linguístico é analisado como *possessor stranding*. Para fins ilustrativos, note o par de exemplos abaixo, em que em (i) temos o objeto direto *umemyr opo* “mão do filho dela” e em (ii) o nome possuído *-po* “mão” incorpora-se no predicado verbal e o possuidor *kwarer* “menino” passa a exercer a função sintática de objeto direto, razão pela qual se diz que o possuidor alçou-se à função de objeto (cf. CASTRO, 2013, 2017) ou também afirma-se que o possuidor ficou órgão ou encalhado (*stranded*, cf. BAKER, 1988).

- (i) *u-pyhyk kuzà u-memyr o-po a'e*
 3-segurar mulher 3-filho 3CORR-mão 3
 “A mulher segurou a mão do seu filho”
- (ii) *o-po-pyhyk kuzà u-memyr [] a'e*
 3-mão-segurar mulher 3CORR-filho 3
 “A mulher segurou a mão do seu filho”

diretos e aplicados fundamenta-se no fato de que estes dois argumentos podem exercer a função de sujeito em contexto de estruturas reflexivas/recíprocas. Pode-se afirmar que tanto os verbos transitivos simples quanto os verbos transitivos com morfologia aplicativa podem ser intransitivizados por meio desse processo, de forma que os objetos diretos e aplicados passam a exercer a função sintática de sujeito.

(53) *u-ze-exak Tentehar a'e wà*
 3-REFL-ver Tenetehára 3 PL
 “Os Tenetehára-Guajajára se viram”

(54) *u-ze-eru-eko Tentehar a'e wà*
 3-REFL-APPL-estar Tenetehára 3 PL
 “Os Tenetehára-Guajajára se casaram”

A quarta evidência decorre do processo de nominalização de agente, que em Tenetehára-Guajajára realiza-se por meio do morfema {-har} (SILVA, 2010; CAMARGOS; CASTRO, 2013; CAMARGOS, 2016). Em termos descritivos, este sufixo tem como função nominalizar verbos transitivos, a fim de introduzir uma semântica agentiva referente ao evento descrito pelo verbo, como em (55). A adição desse morfema a verbos intransitivos, por outro lado, resulta em estruturas agramaticais em Tenetehára-Guajajára, conforme exemplos em (56).

Verbos transitivos

(55) <i>i-poz-har</i>	3-alimentar-NML	“aquele que alimenta (algum animal)”
<i>i-kixi-har</i>	3-cortar-NML	“aquele que corta (algo)”
<i>h-exak-(h)ar</i>	3-ver-NML	“aquele que vê (alguém ou algo)”

Verbos intransitivos

(56) <i>*i-puka-har</i>	3-rir-NML	“aquele que ri”
<i>*h-ata-har</i>	3-andar-NML	“aquele que anda”
<i>*i-màno-har</i>	3-morrer-NML	“aquele que morre”

Assim como ocorre com os verbos transitivos simples, a nominalização de agente {-har} também se realiza com verbos transitivos aplicados. Neste contexto, os objetos diretos e aplicados podem se realizar à esquerda do verbo nominalizado, sendo referenciados por este por meio dos marcadores pronominais descritos no paradigma 2, conforme exemplos abaixo:

(57) *u-hem zàwàruhu i-zuka-har a'e*
 3-chegar onça 3-matar-NOML 3
 “O matador de onça chegou.” (Lit.: Chegou aquele que mata onça)

(58) *u-hem kàmiàw h-eru-wata-har a'e*
 3-chegar carro 3-APPL-andar-NML 3
 “O motorista de carro chegou.” (Lit.: Chegou aquele que anda com o carro)

A quinta evidência, por sua vez, se sustenta a partir do processo de nominalização de objeto, que se realiza por meio do morfema {emi-} (SILVA, 2010; CAMARGOS; CASTRO, 2013). É imprescindível compreender que esse nominalizador tem como função nominalizar verbos transitivos, a fim de denotar a entidade correspondente ao seu objeto, conforme exemplos em (59). A adição desse morfema a verbos intransitivos, no entanto, resulta em sentenças agramaticais em Tenetehára-Guajajára, conforme (60).

Verbos transitivos

(59) <i>h-emi-tym</i>	3-NML-plantar	“aquilo que ele(a) planta”
<i>h-emi-(e)nu</i>	3-NML-ouvir	“aquilo que ele(a) ouve”
<i>h-emi-kutuk</i>	3-NML-furar	“aquilo que ele(a) fura”

Verbos intransitivos

(60) * <i>h-emi-puka</i>	3-rir-NML	“aquele que ri”
* <i>h-emi-ata</i>	3-andar-NML	“aquele que anda”
* <i>h-emi-màno</i>	3-morrer-NML	“aquele que morre”

Deve-se afirmar que verbos transitivos simples e aplicados são passíveis de serem nominalizados por meio do morfema {emi-}, a fim de denotar o objeto do predicado verbal. Neste contexto, os argumentos agentes realizam-se à esquerda do verbo nominalizado na função sintática de complemento nominal. O predicado nominalizado, por sua vez, passa a denotar o argumento na função sintática de objeto, conforme exemplos abaixo:

(61) <i>u-hem</i>	<i>he=r-emi-pytywá-kwer</i>	<i>a'e</i>
3-chegar	1SG=C-NML-ajudar-PST	3
“Chegou aquele(a) que eu ajudei.”		

(62) <i>u-hem</i>	<i>he=r-emi-era-ha-kwer</i>	<i>a'e</i>
3-chegar	1SG=C-NML-APPL-ir-PST	3
“Chegou aquele(a) com quem eu fui.”		

De modo geral, as duas últimas evidências estão diretamente relacionadas, uma vez que decorrem de construções nominalizadas em Tenetehára-Guajajára. Como vimos, os morfemas nominalizadores {-har} e {emi-} são exclusivos de verbos transitivos. Assim, os objetos, sejam diretos ou aplicados, passam a exercer, quando a nominalização é de agente {-har}, a função sintática de complemento nominal, engatilhando no predicado verbal nominalizado a série de marcadores pronominais do paradigma 2. Por sua vez, na nominalização de objeto {emi-}, este, seja direto ou aplicado, passa a ser denotado pelo predicado nominalizado.

Deve-se destacar que o paradigma 2 não é exclusivo de predicados verbais, uma vez que podem ocorrer em nomes simples (não derivados) e em posposições. Portanto, sua realização nos exemplos acima não prejudica uma análise que considera tais construções nominais.

Vejamos os exemplos abaixo em que os marcadores se realizam com nomes e posições:

(63) <i>he=r-u</i>	1SG=C-pai	“meu pai”
<i>ure=r-u</i>	1PL.EXCL=C-pai	“nosso pai”
<i>zane=r-u</i>	1PL.INCL=C-pai	“nosso pai”
<i>ne=r-u</i>	2SG=C-pai	“teu pai”
<i>pe=r-u</i>	2PL=C-pai	“vosso pai”
(64) <i>o-ho he=r-upi</i>	3-ir 1SG=C-com	“ele veio comigo”
<i>o-ho ure=r-upi</i>	3-ir 1PL.EXCL=C-com	“ele veio conosco”
<i>o-ho zane=r-upi</i>	3-ir 1PL.INCL=C-com	“ele veio conosco”
<i>o-ho ne=r-upi</i>	3-ir 2SG=C-com	“ele veio contigo”
<i>o-ho pe=r-upi</i>	3-ir 2PL=C-com	“ele veio convosco”

A sexta evidência que demonstra o comportamento análogo entre objetos diretos e aplicados pode ser vista a partir de construções denominadas por Duarte, Camargos e Castro (2014, 2016) como antipassivas¹¹. De acordo com os autores, a língua Tenetehára-Guajajára apresenta o morfema {*puru-*}, o qual ao juntar-se a predicados verbais transitivos, implementa mudanças morfossintáticas típicas de construções antipassivas. De modo geral, essa derivação resulta em uma estrutura em que o objeto do verbo transitivo deve ser licenciado por meio da posposição *-ehe*. Ademais, o sujeito do predicado deixa de acionar os marcadores pessoais do paradigma 1, exclusivo de sujeito de verbos transitivos, e passa a engatilhar os marcadores pessoais do paradigma 2. Por fim, outra propriedade presente nessas construções é o acionamento do sufixo {-*wer*}, o qual tem como propriedade denotar o aspecto desiderativo das estruturas antipassivas em Tenetehára-Guajajára. Duarte, Camargos e Castro (2014, p. 325-326) ilustram este fenômeno com o exemplo (62).

(65) a. <i>u-pyhyk</i>	<i>kwarer</i>	<i>pira</i>	<i>a'e</i>
₃ _{NOM} -pegar	menino	peixe	ele
“O menino pegou o peixe”			
b. <i>i-puru-pyhyk-wer</i>	<i>kwarer</i>	<i>pira</i>	<i>r-ehe a'e</i>
₃ _{ABS} -APASS-pegar-DESID	menino	peixe	C-PSP ele
“O menino quer pegar o peixe”			

Além de as construções antipassivas serem exclusivas de predicados transitivos, o fato que realmente nos interessa aqui é o paralelismo entre o objeto direto em (65b) e o objeto aplicado em (66b). Nos dois exemplos, os objetos recebem a posposição *-ehe*, sem a qual as sentenças seriam agramaticais.

11 “O termo antipassiva foi inicialmente proposto por Silverstein (1976) com a finalidade de indicar que essa construção é a imagem espelhada da voz passiva, da seguinte forma: na voz passiva, o constituinte suprimido ou demovido é o argumento externo, enquanto na voz antipassiva, o participante suprimido ou demovido é o argumento interno, o qual tende a ser o argumento que recebe o papel temático de paciente/afetado. Conforme Givón (1993), as vozes passiva e antipassiva se constituem em dois extremos na pragmática de destransitivização. Assim sendo, o autor postula que a versão antipassiva intransitivizada contrasta com a transitiva, já que permite que o objeto direto da transitiva seja demovido a oblíquo. Ademais, a principal diferença entre antipassiva e passiva é que, na passiva, o objeto direto é promovido a sujeito, enquanto, na antipassiva, o objeto direto é demovido a oblíquo” (DUARTE; CAMARGOS; CASTRO, 2014, p. 320).

(66) a. *w-er-ur* *awa* *mokoz* *tenaw* *a'e*
3-APPL-*vir* homem dois banco 3
“O homem veio com os dois bancos”

b. *i-pur-er-ur-wer* *awa* *mokoz* *tenaw* *r-ehe* *a'e*
3-APASS-APPL-*vir*-*DESID* homem dois banco C-PSP 3
“O homem quer vir com os dois bancos”

De modo geral, nesta seção tivemos como objetivo mostrar que o objeto aplicado assume as mesmas funções e propriedades morfossintáticas do objeto direto, uma vez que podem (i) engatilhar no verbo os mesmos marcadores pronominais de objeto, (ii) participar do processo de incorporação e de alçamento de possuidor, (iii) ocupar a função sintática de sujeito nas construções reflexivas, (iv) assumir a função sintática de complemento nominal em contexto de nominalização de agente, (v) desempenhar a função de referente em contexto de nominalização de objeto, e, por fim, (vi) participar do mesmo processo sintático em construções antipassivas.

Há ainda outras estruturas sintáticas em Tenetehára-Guajajára que poderiam compor este compêndio de propriedades gramaticais compartilhadas entre objetos diretos e aplicados. De todo modo, os dados até aqui apresentados parecem mostrar que de fato há um forte paralelismo entre objeto direto e objeto aplicado nesta língua.

Considerações finais

Este artigo teve por objetivo investigar as propriedades sintáticas das construções aplicativas na língua Tenetehára-Guajajára. Em termos descritivos, foi mostrado que o prefixo {*eru-*} se junta a verbos intransitivos – inacusativos e inergativos – para introduzir um objeto sintático com a função semântica de comitativo, assim como ocorre nas línguas Guaraní e Tupinambá (VIEIRA, 2001, 2010) e possivelmente nas demais línguas Tupí-Guaraní.

Concordamos com Vieira (2001, 2010) de que de fato tais construções correspondem ao que Pylkkänen (2002, 2008) denomina como aplicativo alto, uma vez que os dados linguísticos até agora analisados mostram os seguintes comportamentos sintáticos em Tenetehára-Guajajára, a saber: (i) os aplicativos altos podem se combinar com verbos inergativos; (ii) não há relação de transferência de posse, como ocorre com aplicativos baixos; e, por fim, (iii) o objeto aplicado está relacionado ao evento denotado pelo verbo.

Ademais, ao examinar os demais processos sintáticos presentes na gramática do Tenetehára-Guajajára, foram apresentadas evidências de que o objeto aplicado apresenta as mesmas propriedades sintáticas do objeto direto. Tal paralelismo, a meu ver, só é possível porque verbos transitivos simples e transitivos aplicados, quanto aos seus objetos, são formalmente paralelos, exceto pelo fato de que os objetos diretos são introduzidos pelo verbo lexical, ao passo que os objetos aplicados são introduzidos pelo núcleo aplicativo alto.

Quanto às propriedades semânticas, foi mostrado ainda que as construções aplicativas parecem não impor qualquer tipo de restrição semântica a seus argumentos, uma vez que sujeitos e objetos aplicados podem ser [+animado], [+humano] e [-animado]. Quanto às classes semânticas, o morfema aplicativo pode coocorrer com verbos de movimento, de ação (inergativos e inacusativos), psicológicos, perceptivos e estáticos.

Deve-se destacar, por fim, que lamentavelmente não é possível verificar em Tenetehára-Guajajara se os objetos diretos e aplicados se interagem de forma simétrica ou assimétrica, uma vez que construções aplicativas nessa língua não resultam em derivações sintáticas com dois objetos – direto e aplicado – simultâneos. Pode-se afirmar, no entanto, que, embora o aplicativo alto para Pykkänen (2002, 2008) não apresente restrições quanto à transitividade dos predicados verbais, razão que o torna compatível com verbos inergativos e transitivos, por exemplo, não é possível em Tenetehára-Guajajara a realização do morfema aplicativo alto {*eru-*} com verbos transitivos que resulte em construções com dois objetos, um direto e outro aplicado. Em trabalhos futuros, devemos investigar melhor a natureza desta restrição em Tenetehára-Guajajara.

Abreviaturas

1	primeira pessoa
2	segunda pessoa
3	terceira pessoa
ABL	caso ablativo
ABS	caso absoluto
APPL	aplicativo
ART	artigo
C	prefixo relacional de contiguidade
CAUS	causativo
CC	causativo-comitativo
C.COM	causativo-comitativo
COMPL	aspecto completivo
COND	modo condicional
CORR	correferencial
DEMS	demonstrativo
DESID	aspecto desiderativo
DIM	diminutivo
ERG	caso ergativo

EXCL	exclusivo
FUT	futuro
G	genérico
INCL	inclusivo
INTER	interrogativo
INTS	aspecto intensificador
LOC	locativo
MASC	masculino
N	caso nuclear
NC	prefixo relacional de não contiguidade
NML	nominalizador
NOM	caso nominativo
OBJ	objeto
PL	plural
PSP	posposição
PST	passado
R1	prefixo relacional de contiguidade
R2	prefixo relacional de não contiguidade
REFL	voz reflexiva
RLZ	aspecto realizado
sDO	objeto direto singular
SG	singular
sS	sujeito singular

Referências

ALSINA, A.; MCHOMBO, S. A. Object asymmetries and the Chichewa applicative construction. In.: MCHOMBO, S. A. *Theoretical aspects of Bantu grammar*. Stanford: CSLI Publications, 1993. p. 17-45.

BAKER, M. Thematic conditions on syntactic structures: Evidence from locative applicatives. In. ROCA, I. *Thematic Structure: Its Role in Grammar*. New York: Foris Publications, 1992. p. 23-46.

BAKER, M. Theta theory and the syntax of applicative constructions in Chichewa. *Natural Language and Linguistic Theory*, v. 6, p. 353-389, 1988.

BARBOSA, A. L. *Curso de Tupi Antigo*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1956.

CAMARGOS, Q. F. A sintaxe e a morfologia das nominalizações na língua Tenetehára (Tupí-Guaraní). *Revista Linguística*, Rio de Janeiro, v. 12, p. 110-134, 2016.

CAMARGOS, Q. F. *Aplicativização, causativização e nominalização: uma análise unificada de estruturas argumentais em Tenetehára-Guajajára (Família Tupí-Guaraní)*. 2017. 255f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017a.

CAMARGOS, Q. F. *Estruturas causativas na língua Tenetehára: uma abordagem minimalista*. 2013. 187 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

CAMARGOS, Q. F. Exploring agreement displacement from the Internal to the External Argument in the Tenetehára language (Tupí-Guaraní Family). *Revista Diadorim*, Rio de Janeiro, v. 19, p. 252-268, 2017b.

CAMARGOS, Q. F.; CASTRO, R. C. Paralelismo entre DP e CP a partir das nominalizações na língua Tenetehára. *Revista da ANPOLL*, v. 34, p. 393-434, 2013.

CAMARGOS, Q. F.; CASTRO, R. C.; TESCARI-NETO, A. Partículas de Final de Sentença (PFS): uma análise cartográfica por fases sobre o sistema da língua Tenetehára. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 14, p. 827-855, 2019.

CAMARGOS, Q. F.; CASTRO, R. C.; TESCARI-NETO, Aquiles. On the syntax of sentence final particles in Tenetehára. In: Annual Linguistics Conference at UGA, 5., 2018, Athens. *Proceedings* [...]. Athens: University of Georgia, 2018. p. 12-48.

CARDOSO, V. F. *Aspectos morfossintáticos da língua Kaiowá (Guarani)*. 2008. 267 f. Tese (Doutorado em Linguística) do Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

CARVALHO, R. B.; GUAJAJÁRA, M. C. S. Notas sobre a voz causativa-comitativa em Kaiowá e Guajajára. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, Brasília, v. 10, n. 2, p. 335-345, 2018.

CASTRO, R. C. *Interface morfologia e sintaxe em Tenetehára*. 2007. 81 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

CASTRO, R. C. *Morfossintaxe Tenetehára (Tupí-Guarani)*. 2017. 205 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

CASTRO, R. C. O epifenômeno da alternância de valência na língua Tenetehára (Tupí-Guaraní).

Revista da ANPOLL, n. 34, p. 347-391, jan./jun. 2013.

DUARTE, F. B. *Análise gramatical das orações da Língua Tembé*. 85 f. 1997. Dissertação (Mestrado em Linguística) do Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 1997.

DUARTE, F. B. *Estudos de morfossintaxe Tenetehára*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2007a.

DUARTE, F. B. *Ordem dos constituintes e movimento em Tembé: minimalismo e anti-simetria*. 2003. 192 f. Tese (Doutorado em Linguística) do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

DUARTE, F. B.; CAMARGOS, Quesler F.; CASTRO, Ricardo C. Antipassive structure in Tenetehára (Tupi-Guarani family). *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, Brasília, v. 8, p. 61-82, 2016.

DUARTE, F. B.; CAMARGOS, Quesler F.; CASTRO, Ricardo C. Estruturas antipassivas em Tenetehára. *Revista Veredas*, Juiz de Fora, v. 18, p. 318-341, 2014.

DUARTE, F. B.; CASTRO, Ricardo C. Inergatividade, Estrutura Causativa e Incorporação Nominal em Tenetehára. In: CABRAL, Ana S. A. C.; RODRIGUES, Aryon D.; DUARTE, Fábio B. (Org.). *Línguas e Culturas Tupí*. Campinas: Curt Nimuendajú, 2010. v. 2. p. 43-62.

GEORGALA, E. *Applicatives in their structural and thematic function: a minimalist account of multitransitivity*. 2012. 210 f. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Cornell, Ithaca, 2012.

GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1993.

HARLEY, H. Possession and the double object construction. In.: ROORYCK, Johan. *Linguistic Variation Yearbook 2*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 2002. p. 31-70

HARRIS, C. *Applicative structure in Wolof*. 2015. 185 f. Tese (Doutorado em Linguística), The University of Western Ontario, Ontario, 2015.

HARRISON, C.; HARRISON, C. *Dicionário Guajajara-Português*. Anápolis: SIL, 2013.

HEMMINGS, C. Causatives and Applicatives: The case for Polysemy in Javanese. *SOAS Working Papers in Linguistics*, v. 16, p. 167-194, 2013.

JENSEN, C. J. S. *O desenvolvimento histórico da língua Wayampi*. 1984. 183 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) do Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1984.

JEONG, Y. *The landscape of applicatives*. 2006. 214 f. Tese (Doutorado em Linguística),

University of Maryland, Maryland, 2006.

JERRO, K. The locative applicative and the semantics of verb class in Kinyarwanda. In.: PAYNE, D. L.; PACCHIAROTTI, S.; BOSIRE, M. (eds.). *Diversity in African languages*. Berlin: Language Science Press, 2016. p. 289-309.

KIMENYI, A. *A Relational Grammar of Kinyarwanda*. Berkley: University of California Press, 1980.

LOPES, J. D. Esboço da morfologia da língua Suruí-Aikewára, com base no clássico trabalho de Rodrigues “A estrutura do Tupinambá”. *Fragmentum*, Santa Maria, n. 46, p. 137-161, jul./dez. 2015.

MARANTZ, A. Implications of asymmetries in double object constructions. In.: MCHOMBO, S. A. *Theoretical aspects of Bantu grammar*. Stanford: CSLI Publications, 1993. p. 113-151.

MCHOMBO, S. A. A Formal Analysis of the Stative Construction in Bantu. *Journal of African Languages and Linguistics*, v. 14, p. 5-28, 1993.

NGONYANI, D. Properties of applied objects in Kiswahili and Kinendeule. *Studies in African Linguistics*, v. 27, p. 67-95, 1998.

NGUNGA, A.; SIMBINE, M. C. *Gramática descritiva da língua Changana*. Maputo: UEM, 2012.

NIE, Y. Raising applicatives and possessors in Tagalog. *Glossa: a journal of general linguistics*, v. 4, n. 1, p. 1-30, 2019.

ORO WARAM XIJEIN, M.; APONTES, S. A.; CAMARGOS, Q. F. Processos de aumento e de diminuição de valência verbal em Oro Wari’ (Wari/Pacaa Nova, Txapakura). *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, Brasília, v. 10, n. 2, p. 201-236, 2018.

OYHARÇABAL, B. Basque ditransitives. In.: DUGUINE, M.; HUIDOBRO, S.; MADARIAGA, N. *Argument structure and syntactic relations: A cross-linguistic perspective*. Philadelphia: John Benjamins, 2010. p. 233-260.

PAUL, W.; WHITMAN, J. Applicative structure and Mandarin ditransitives. In.: DUGUINE, M.; HUIDOBRO, S.; MADARIAGA, N. *Argument structure and syntactic relations: A cross-linguistic perspective*. Philadelphia: John Benjamins, 2010. p. 261-282.

PAYNE, T. *Describing morphosyntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

PETERSON, D. A. *Applicative constructions*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

PRAÇA, W. N. *Morfossintaxe da língua Tapirapé (Família Tupí-Guarani)*. 2007. 282 f. Tese (Doutorado em Linguística) do Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

PYLKKÄNEN, L. *Introducing Arguments*. 2002. 137 f. Tese (Doutorado em Linguística), Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 2002.

PYLKKÄNEN, L. *Introducing Arguments*. Cambridge: MIT Press, 2008.

RODRIGUES, A. D. Morfologia do verbo Tupi. *Letras*, v. 1, p. 121-152, 1953.

SEKI, L. *Gramática do Kamaiurá: língua Tupí-Guaraní do Alto Xingu*. Campinas: UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

SILVA, T. F. *História da língua Tenetehára: contribuição aos estudos histórico-comparativos sobre a diversificação da família lingüística Tupi-Guarani do Tronco Tupi*. 2010. 1145 f. Tese (Doutorado em Linguística) do Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SILVERSTEIN, M. Hierarchy of features and ergativity. In: DIXON, R. M. W. (Org.). *Grammatical categories in Australian languages*. New Jersey: Humanities Press, 1976. p. 112-171.

SOLANO, E. J. B. *Descrição gramatical da língua Araweté*. 2009. 519 f. Tese (Doutorado em Linguística) do Instituto de Letras, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2009.

TIGĂŪ, A. A Higher Applicative: the case of the Romanian Ethical Dative. *RRL*, v. 63, n. 4, p. 361-378, 2018.

TORRES MORAIS, M. A. C. R. Argumentos dativos: um cenário para o núcleo aplicativo no português europeu. *Revista da ABRALIN*, v. 5, p. 239-266, 2006.

VIEIRA, M. M. D. A natureza das sentenças possessivas em Mbyá-Guarani. In: QUEIXALÓS, F. (Org.). *Des noms et de verbs en Tupi-Guarani: état de la question*. Munique: LINCOM EUROPA, 2001.

VIEIRA, M. M. D. Os núcleos aplicativos e as línguas indígenas brasileiras. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 141-164, 2010.

VIEIRA, M. M. D. Os núcleos aplicativos em Paumarí (família Arawá). *Estudos da Língua(gem)*, v. 4, n. 2, p. 117-136, 2006.

WILLETT, T. L. Advancements to Direct Object in Southeastern Tepehuan. *Work Papers of the Summer Institute of Linguistics, University of North Dakota*, v. 25, p. 59-74, 1981.



**VIDA E MORTE DOS SANTIAGOS: O REALISMO MÁGICO NA
CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA CONSCIÊNCIA EM MÁRIO VENTURA
LIFE AND DEATH OF SANTIAGO FAMILY: MAGICAL REALISM
IN THE CONSTRUCTION OF A NEW CONSCIOUSNESS IN MÁRIO
VENTURA**

Ana Maria Saldanha¹

RESUMO

Vida e Morte dos Santiagos, romance de Mário Ventura publicado em 1985, alegoriza o tempo histórico português recente, graças a um processo de criação literária em que a ficcionalidade cruza e dialoga com a realidade histórica. Crónica mágica do nascimento e decadência de uma aldeia imaginária, num Alentejo de sofrimento e de luta, a narrativa assume-se como uma reflexão sobre o passado recente do tempo de escrita da narrativa, para tal recorrendo a elementos do realismo mágico e do maravilhoso, típicos das narrativas sul-americanas. Pretendemos, deste modo, compreender o processo de construção de uma narrativa que, recorrendo a *topoi* da literatura realista mágica e maravilhosa, reflete sobre a História recente de um país que viveu sob uma ditadura de 48 anos, libertado a 25 de Abril de 1974, graças à eclosão de uma Revolução que introduziria reformas profundas no espaço agrícola das terras alentejanas do sul.

PALAVRAS-CHAVE: Mário Ventura; Literatura Portuguesa; Revolução de Abril; Realismo Mágico.

ABSTRACT

Vida e Morte dos Santiagos, a novel by Mário Ventura published in 1985, allegorizes recent Portuguese historical time, thanks to a process of literary creation in which fictionality intersects and dialogues with historical reality. Magical chronicle of birth and decay of an imaginary village, the narrative assumes itself as a reflection on the Portuguese recent past, using elements of magical and wonderful realism, typical of South American narratives. In this way, we intend to understand the process of construction of a narrative that, through the use of elements from magical and wonderful realist literature, reflects on the recent history of a country that lived under a dictatorship during 48 years, released on April 25 1974 thanks to the outbreak of a Revolution that would introduce deep reforms in the agricultural space on the southern Alentejo lands.

KEYWORDS: Mário Ventura; Portuguese Literature; Carnation Revolution; Magic Realism.

¹ Professora Adjunta Convidada do Instituto Politécnico de Macau (IPM), na Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) / República Popular da China (RPC).



Introdução

Em 1985, Mário Ventura publica Vida e Morte dos Santiagos.

Ainda que publicada na década de 1980, esta obra incorpora diversos topoi da literatura neorrealista e, igualmente, elementos que relevam do realismo mágico e maravilhoso latino-americano. É de salientar, relativamente a este ponto, o fato de considerarmos que a estrutura narrativa da obra não constitui uma inovação literária, antes seguindo a estrutura do romance *Cien años de soledad*, de Gabriel García Márquez, publicado em 1967. O maravilhoso mágico da literatura sul-americana parece, pois, encontrar em Vida e Morte dos Santiagos, uma expressão em língua portuguesa (SALDANHA, 2011).

A narrativa ficciona o nascimento, o crescimento e a decadência de uma aldeia imaginária alentejana, Torranjo, cuja história se confunde com a própria história daquela que viria a ser uma família de latifundiários, os Santiago, da mesma forma que a aldeia de Macondo se confundira com a história da família Buendía (SALDANHA, 2018).

O patriarca, Custódio Santiago, marca a dinastia de uma família desmesurada e delirante, na qual o selo da solidão e da errância acompanha os seus descendentes. Muitos anos após a sua morte, Custódio Santiago continua a reger o destino predestinado dos Santiago, assim como José Arcadio Buendía rege o destino dos Buendía. Como narração *ab origine*, Torranjo constitui um relato explicativo das origens e, portanto, um mito cosmogónico. Torranjo é, neste sentido, um mundo imaginário organizado através de anacronismos, antecipações e repetições que estruturam o tempo desde a sua origem até à sua extinção, permitindo a dialética e complemento de duas categorias fundamentais para esse mundo: o mito e a História. Inventase um mito cosmogónico - a fundação de Torranjo, o nascimento da família Santiago - e, através dele, narra-se a terra alentejana (SALDANHA, 2011).

Vida e Morte dos Santiagos nasce uma década depois da Revolução portuguesa, num momento em que os escritores, libertos da recente censura do lápis azul, aprendem a reescrever em liberdade (LOURENÇO, 1994; LIMA, 1996). Este processo de escrita pós-Revolução dialoga, cruza e reflete sobre o passado recente ditatorial português, assim como sobre a Revolução que lhe pôs fim, alegorizando diversas experiências de exploração e de processos de luta recentes que marcariam a História portuguesa pós-25 de Abril de 1974. No caso de A Vida e a Morte dos Santiagos, a ficção cruza-se com o processo de Reforma Agrária português.

Considerando o ato de escrita como uma força material que ocorre num determinado local e situação histórica, possuindo uma afiliação a várias instituições (SAID, 1983) e estabelecendo um sistema de relacionamento com outras praxis sociais (VIALA, 1988), procuraremos acompanhar a representação do passado recente português que Mário Ventura enceta no romance mencionado.

Ainda que o conceito de realismo mágico remonte a 1925, é em 1948 que Arturo Usler Pietri, na sua obra *Letras y Hombres de Venezuela*, propõe a aplicação do realismo mágico aos contos venezuelanos das décadas de 1930 e 1940. Em 1949, no prólogo ao seu romance *El Reino de Este Mundo*, Alejo Carpentier associa o real-maravilhoso a especificidades socio-literárias sul-americanas. No seguimento deste postulado, Angel Flores, em 1954, no artigo «Magical Realism in Spanish American Fiction», considera que, a partir de 1935, a literatura hispano-americana entra numa nova etapa, inscrevendo autores latino-americanos numa tendência que designa de realismo mágico (CHAMPI, 1980; SERRA, 2013). É desde então que se tem vindo a abordar o realismo mágico, o qual ora é associado, ora é dissociado do realismo maravilhoso. Segundo Serra (2013), as premissas do realismo mágico assentam na história, na mitologia e nas crenças das comunidades onde a obra se manifesta.

Sem adentrar na problemática que ora associa, ora dissocia, realismo mágico e realismo maravilhoso, consideramos que Mário Ventura recorre a elementos maravilhosos e mágicos, típicos da literatura sul-americana, estabelecendo uma comunicação profunda com a obra *Cien Anos de Soledad*, de Gabriel Garcia Márquez.

Veremos, desta forma, de que forma os elementos mágicos e maravilhosos permitem estabelecer um diálogo com o presente da narrativa, graças a um exercício metaficcional historiográfico e intertextual em que a alegoria permite a mimetização ficcional da realidade, num processo reflexivo sobre a História recente do país.

A importância da palavra

A construção do mundo imaginário e alegórico de Torranjo apenas é possível graças à vida e língua daqueles que o povoam. Assim sendo, *Vida e Morte dos Santiagos* aborda um problema fundamental do Homem: a exploração, os métodos de imposição do poder, a Palavra imposta, o discurso que domina e que mata todos os outros discursos. Mário Ventura reflete, por conseguinte, sobre a dupla função da linguagem: a que oprime e a que liberta.

A linguagem que permite a rebelião e a revolta ameaça a ordem e a organização sociais do presente da narrativa, pelo que a necessidade de exterminar uma *linguagem libertadora* afigurava-se como um meio indispensável para a manutenção do poder de uma classe económica e politicamente dominante. Com efeito, o poder dependia de uma determinada linguagem, pelo que pretendia silenciar qualquer outra que pudesse vir a rivalizar com esta.

A linguagem do poder impõe, pois, o silêncio de outras linguagens e renega o discurso revolucionário e libertador.

Assim sendo, antes da ocorrência de um processo libertador que levaria avante uma Reforma Agrária, a personagem Marisa guarda papéis (sem os ler) até que, um dia, o filho, vendendo-os, “agarrou nos papéis e abalou porta fora, como se afastasse o perigo da peste” (VENTURA,

1986, p. 419). A violência do poder assumia, num contexto de opressão socioeconômico, uma opressão de ordem linguística: ao tentar impor uma palavra, silenciava todas as outras. A violência do poder é, neste sentido, também semântica; massacrar os homens não servia de nada se a palavra que permitia a contestação não fosse eliminada: “Principiou então aquilo a que alguns designariam mais tarde por época do terror, quando palavras como vermelhos e comunistas entraram pela primeira vez no léxico comum, estigmatizando inimigos invisíveis mas nem por isso menos perigosos” (VENTURA, 1986, p. 407).

Porém, as ameaças à linguagem do poder não vinham, apenas, do seu exterior.

Com efeito, a linguagem que se pretendia dominante sofre dificuldades a partir do seu próprio interior. As dificuldades que a linguagem dominante sofre são concomitantes com a ocorrência de uma regressão relativamente ao mundo original de Torranjo. Sendo assim, quando, no interior do poder, se inverte o processo de aquisição linguística, perdendo-se não apenas o sentido das palavras, mas, igualmente, os símbolos que as representam (ou seja, as letras) - e que figuram as coisas, os objetos, a realidade -, o poder entra em decadência. Esta decadência, fruto da perda do sentido e simbolismo das palavras, é personalizada pela personagem Purificação que, no fim da vida, dizia coisas incompreensíveis, assim como pela personagem Marisa que “com a menopausa voltara a falar o idioma materno” (VENTURA, 1986, p. 401) e que, no final da vida, falava uma linguagem estranha. A perda da linguagem é, pois, um sinal de alarme e acusa a quebra de coesão social (SALDANHA, 2011).

Uma vez esquecida a linguagem, resta a comunicação gestual, através da qual a comunicação se restabelece provisoriamente: Purificação, então velha, cega e surda, “comunicava com o mundo pelo tacto” (VENTURA, 1986, p. 276), tal como o fizera a personagem Úrsula de *Cien años de soledad*. Porém, a linguagem gestual dificilmente pode substituir a linguagem oral na comunicação entre os Homens, pelo que a sua perda, por parte de Purificação prenuncia não apenas o fim da coesão familiar, mas, igualmente, o fim de Torranjo *ab origine* (SALDANHA, 2011).

Na dialética entre a palavra que domina e a palavra que resiste, o narrador assume a sua omnipresença e revela o conhecimento dos eventos passados, presentes e futuros.

Magia e narrador omnisciente

O narrador é, em *Vida e Morte dos Santiagos*, omnisciente (modalidade narrativa própria da biografia e da crônica).

O narrador vê e sabe o passado, o presente e o futuro, conhecedor que é da realidade fictícia de Torranjo, encontrando-se em todas as situações e dentro de todas as perspectivas do que é narrado (mesmo do que fica por narrar). O narrador relaciona, desta forma, feitos que ocorrem ou que vão ocorrer ou que já ocorreram, unindo tempos distantes, dominando o Tempo

e, por conseguinte, a própria obra. Esta capacidade de dominar o que se passou e o que se passará, para além daquele passado, permite-lhe controlar a cronologia das peripécias e ordená-las a partir do futuro até ao passado: “Muitos anos depois ainda podiam descobrir no amontoado [...] um vistoso prato de porcelana” (VENTURA, 1986, p. 85).

O seu papel omnisciente leva, igualmente, o narrador a relatar os feitos que, desde a origem de Torranjo, nos permitem acompanhar a sua formação, crescimento e queda. Esta capacidade de manejar o tempo livremente permite que a obra se inicie por uma antecipação: o conhecimento do último patriarca de Torranjo. O narrador, controlador do tempo e de tempos, voltará, mais tarde, a este episódio, contudo já depois de narradas a origem e formação de Torranjo. É assim que Custódio, bisneto do primeiro patriarca, preconiza “a queda inelutável da classe dominante por culpa exclusiva da sua leviandade e estupidez” (VENTURA, 1986, p. 328). A onipotência do narrador é, portanto, prenunciadora da decadência a que será votada a família dos Santiago: Purificação via, frequentemente, “o presente como um rio caudaloso conduzindo inelutavelmente ao descalabro” (VENTURA, 1986, p. 132) e a prata e o ouro que haviam sido coletados durante a juventude de Custódio, aquando das tentativas de ocupação francesa, deixarão, a partir de um certo momento, de aparecer nas terras à volta da Casa-Mãe (SALDANHA, 2018).

O narrador anuncia, assim, as características que, desde o primeiro ao último dos Santiago, marcarão o destino desta família: a errância e a solidão.

Vaticinadas desde o nascimento do patriarca de Torranjo, filho de mãe cigana, a errância e a solidão são dois dos temas que pressagiam males futuros à estirpe dos Santiago: “Vamos acabar muito mal se não aparece quem dê a volta a isto” (VENTURA, 1986, p. 127). Cada membro da família herda o carácter errante e solitário do primeiro Santiago, reproduzindo o destino do seu antecessor, e pressagiando o fim do modelo de organização socioeconómico de Torranjo.

A recorrência de características próprias à estirpe dos Santiago anuncia outro dos tópicos mágicos da narrativa, a circularidade temporal, a qual não se pode desligar de outra característica mágica: a recorrência mítica.

A circularidade do tempo narrativo e a recorrência mítica na narrativa

Apesar de o tempo em *Vida e Morte dos Santiagos* respeitar uma cronologia histórica, ele é também cíclico e, portanto, repetitivo.

A componente fantástica inicial é-nos imposta pelo tempo e pelo fruto extraordinário do trabalho de Adelaide e de Cristóvão que, fundando Torranjo, fundam o latifúndio alentejano finissecular.

Nesse sentido, a unidade narrativa termina onde começara, ou seja, o romance abre com o seu fim. O leitor toma imediatamente contato com Custódio Santiago (bisneto) e apenas algumas páginas depois se identifica a abertura da obra com o passado: Custódio pergunta-se “com alguma perplexidade se o vulto do rosto imberbe e os olhos claros seria o mesmo que muitos anos antes, no início do nascimento de Torranjo, por ali vagueara durante um ror de tempo” (VENTURA, 1986, p. 10-11). É, assim, Custódio Santiago (bisneto) - ele próprio fruto da reversibilidade temporal - que anuncia a reversibilidade do tempo da narrativa: “Não tarda muito, corja dum cabrão, que volteis ao nada donde saístes, e que toda esta aldeia que vos pariu regresse ao zero que era antes de eu e só eu a fazer!” (VENTURA, 1986, p. 10). Custódio remete-nos, por conseguinte, para um mundo imaginário no qual as personagens são meras imagens de outras personagens, onde o passado recente e o passado anterior se mesclam (SALDANHA, 2011).

A circularidade temporal respeita, igualmente, um número de dias, de meses e de anos precisos.

A instalação na Torre do Anjo é feita após doze meses de deambulação, sendo o proprietário um Visconde de dezasseis grandes propriedades. Esta propriedade “onde o mato crescia à altura das árvores e mais peças de caça produziam que grãos de trigo, valhacouto de bandoleiros e contrabandistas, onde os únicos sinais de vida eram as batidas ao javali que o fidalgo organizava” (VENTURA, 1986, p. 86) assemelha-se à imagem da futura decadência de Torranjo, já sob a autoridade dos Santiago, mais de um século depois da chegada de Adelaide e de Custódio à Torre do Anjo. O tempo mítico representado pelo período de doze meses é, desta forma, recorrente: a instalação de Adelaide e de Custódio na Torre do Anjo correspondeu a “um ano de trabalho em que a terra nada lhes dera” (VENTURA, 1986, p. 61), durante doze meses se ausentou Custódio quando decidiu partir para combater os liberais e doze meses tentou o Visconde da Terra do Anjo dominar a falta de géneros. A circularidade do tempo é, portanto, simbólica. Assim sendo, Custódio bisavô e Custódio bisneto encontram-se, em momentos espaço-temporais distintos, com um louco.

No plano do trabalho, a circularidade temporal simboliza a miséria ancestral do Homem e a luta de classes que sempre marcara as relações de produção no latifúndio alentejano. Nesse sentido, a exploração e a miséria fazem parte de um ciclo histórico, no qual os homens aceitavam a crueldade como “uma desforra encaminhada ao acaso contra vexames e misérias seculares” (VENTURA, 1986, p. 139). A circularidade temporal permite que o autor questione o processo de exploração incessante a que estiveram sujeitos, ao longo de séculos, aqueles que nunca detiveram qualquer meio de produção, problematizando, em paralelo, a questão da propriedade da terra (SALDANHA, 2018).

Assim sendo, Adelaide e Custódio tomam consciência da desigualdade e da injustiça que representa entregar metade da sua produção a um feitor, que, sem trabalho, enriquece graças ao

trabalho de ambos. A consciência da injustiça e da exploração, que inicialmente constituía uma característica de Adelaide e Custódio, será, mais tarde, a consciência de todos os habitantes de Torranjo, injustiçados e explorados por aqueles que viriam a deter a propriedade, e que primeiro haviam manifestado a consciência dessa mesma exploração. Apesar da injustiça de saber a terra propriedade de um aristocrata que não a trabalha, Custódio reiniciará um novo ciclo de exploração e, portanto, uma nova recorrência temporal (SALDANHA, 2011).

O ciclo da exploração é, igualmente, marcado pela recorrência do nome *Santiago*.

As personagens são nomeadas simbólico-alegoricamente, o nome representando o destino daquele que o carrega e metaforizando a transmissão hereditária de uma memória familiar. O *Custódio Santiago* que abre a obra não se refere a feitos ocorridos na sua vida, mas a feitos ocorridos na vida do seu bisavô homônimo, fundador de Torranjo. O segundo patriarca de Torranjo herda, portanto, o destino do primeiro patriarca, tal como os Buendía haviam herdado o destino passado dos seus antecessores. Assim, o pai do primeiro Custódio Santiago, Custódio Currales, “gabava-se de caminhar sempre em frente sem nunca ter encontrado o mar e assim mesmo voltando aos locais onde já estivera antes, no termo de jornadas que se completavam em ciclos de meses e às vezes anos” (VENTURA, 1986, p. 27). Custódio Santiago prolonga a herança paterna, e “durante os meses de caminhada, sempre em frente, como fazia a tribo de que provinha, Custódio sentiu-se regressar à antiga existência de cigano” (VENTURA, 1986, p. 55).

Encontramo-nos, em suma, perante um eterno jogo dialético entre reversibilidade e linearidade, numa metaficção resultante da dialética entre o tempo passado e o tempo recente, tudo sintetizado na História de Torranjo. O tempo histórico coabita, portanto, com o tempo mítico, o qual engloba uma realidade fictícia e um espaço sobrenatural: o espaço imaginário de Torranjo metaforiza o próprio Alentejo, e a história do latifúndio de Torranjo é a história do latifúndio alentejano (SALDANHA, 2018).

O primeiro ciclo de Torranjo: o enriquecimento de Custódio e de Adelaide

A fundação do monte de Torranjo é precedida pela história daqueles que serão os seus fundadores.

O encontro de Custódio e de Adelaide, a ascensão de Custódio no interior do Exército, e a adoção do nome do antigo companheiro de Adelaide - Santiago - inauguram a narração *ab origine*. As origens passam pela descoberta do prazer sexual mútuo, o qual inaugura a fusão de Custódio e de Adelaide e prenuncia riquezas futuras. A fundação de Torranjo é o resultado de um trabalho árduo, contudo dificilmente explicável pela mera força de trabalho dos seus dois fundadores: “As moitas mais cerradas, nas quais Custódio se enredava como em correias de ferro, caíam ao primeiro golpe de gadanha empunhada pela mulher, uma árvore inútil mas de

raízes sólidas abatia-se sem custo quando era ela a incitar as mulas” (VENTURA, 1986, p. 63). Ao furor do trabalho segue-se o furor sexual, ambos acompanhando o crescimento de Torranjo, enquanto a matriarca aqui se mantiver (SALDANHA, 2011).

A autoridade fundamenta-se, num primeiro tempo, no trabalho, no milagre da descoberta da água, na casa construída e no primeiro empréstimo feito. Evolui, depois, através da apropriação da força de trabalho e do domínio económico, anunciador de um modo de produção que, na realidade sociohistórica do Portugal aqui representado, se expandia pelos campos do sul. Este modo de produção acompanha o enriquecimento do casal fundador de Torranjo, o qual se materializa graças à aquisição de objetos, minerais e comida, inacessíveis à grande maioria dos trabalhadores agrícolas de Torranjo. A posse material destes elementos permite a Custódio Santiago a sua elevação a uma posição de domínio, a qual se consubstanciará aquando da compra das terras do Visconde, um ato que permitirá a Custódio tornar-se, de facto, proprietário.

O segundo ciclo de Torranjo: progressão na hierarquia social

Findo o primeiro ciclo de Torranjo - a instalação - segue-se o distanciamento de Custódio em relação aos outros trabalhadores, fruto da sua cada vez mais próxima condição de proprietário dos meios de produção, já que, cada vez mais, se preocupa em acumular riqueza, e não em produzir (SALDANHA, 2018).

É a partida/morte imaginária de Adelaide e o subsequente alargamento da área do monte, em detrimento da produtividade, que anunciam o fim do vínculo de classe que ainda persistia entre, por um lado, Custódio e Adelaide e, por outro, os trabalhadores agrícolas. A quebra deste vínculo anuncia a ascensão social de Custódio à classe possuidora dos meios de produção.

Custódio torna-se, então, definitivamente, no explorador que vive ora da apropriação da força de trabalho daqueles que nada possuem, ora do arrendamento de parcelas de terra, exigindo que os homens a quem dera trabalho apenas dependessem “da sua vontade de os manter ou expulsar” (VENTURA, 1986, p. 116). Ainda que, por enquanto, Custódio não seja o proprietário, de fato, das terras, aproxima-se deste feito. A casa principal torna-se, então, na simbólica Casa-Mãe.

A diferenciação que se estabelece entre Custódio e os outros trabalhadores inicia um novo ciclo - segundo ciclo de Torranjo - que, tal como o primeiro (inaugurado com uma forte componente sexual: a de Adelaide e de Custódio), é marcado por uma nova sexualidade, a de Custódio e de Purificação. Tal como a *Peste da Insónia*, em Macondo, também em Torranjo ninguém conseguia dormir devido à intensa atividade sexual daqueles.

Purificação e Custódio tornar-se-ão, gradualmente, agiotas agrícolas, cada vez mais distantes do mundo do trabalho e desfrutando do fruto do trabalho de uma mão-de-obra ou assalariada, ou arrendatária. Reproduz-se, desta forma, a exploração já existente nos tempos

aristocráticos da Torre do Anjo “pois Santiago, além das terras tomadas de renda ao feitor, recebia uma a uma as que estavam em mãos de outros rendeiros, transformados em mão-de-obra barata e grata pela transferência de uma responsabilidade que não haviam podido aguentar” (VENTURA, 1986, p. 118).

Custódio desliga-se, gradualmente, da produtividade necessária das terras para se preocupar com a acumulação de riqueza, o que terá como consequência o alastramento da pobreza e o endurecimento das condições de trabalho: ao alastramento da miséria corresponde o constante alargamento da Casa-Mãe (SALDANHA, 2018).

O terceiro ciclo de Torranjo: a propriedade da terra

O primeiro período de Torranjo - a sua fundação - é seguido por um período de diferenciação entre Custódio Santiago e os restantes trabalhadores, fato este que anuncia a ascensão próxima a uma nova classe social.

O terceiro ciclo – que corresponde ao momento em que Custódio se torna, de facto, proprietário das terras do Visconde da Torre do Anjo-, tal como os anteriores, é antecedido por fenómenos mágicos: “Os homens descobriram-se em silêncio e ficaram imóveis, extinguiu-se o guizalhar dos animais, o frio da madrugada desapareceu de todo e o fulgor do sol caiu subitamente sobre Torranjo” (VENTURA, 1986, p. 150).

Este novo ciclo se inicia, portanto, quando Custódio assume uma posição social de domínio, antes ocupada pelo Visconde, comprando-lhe todas as terras da Torre do Anjo e assumindo a sua nova posição de classe nas relações de produção, a qual se encontra íntima e inelutavelmente ligada com a posse da terra (SALDANHA, 2018).

Instala-se, então, entre os operários agrícolas e rendeiros, um sentimento de medo e de submissão a Custódio (SALDANHA, 2018).

A percepção da importância socioeconómica da propriedade privada transmite-se por via familiar, pelo que os filhos modificariam os seus comportamentos “a partir do momento em que se reconheciam participantes na acumulação da riqueza” (VENTURA, 1986, p. 155). Custódio e seus descendentes encarnam, a partir de então, o comportamento da classe a que passaram a pertencer: Custódio José recebia do avô “a força cada vez maior para exercer sobre toda a gente um despotismo sem limites” (VENTURA, 1986, p. 287).

O monopólio e a concentração de terra trazem com eles uma estrutura ideológica que será sustida pela religião, a qual se une ao poder agrário-financeiro e ao poder político, dando origem a uma *Santa Trindade* ao serviço de uma classe dominante oligárquica. Com a religião, ressurgem o fenómeno milagreiro (que, no primeiro ciclo de Torranjo, já havia sido atribuído a Adelaide), o qual, manipulado no imaginário popular, impõe o respeito e a ordem necessários ao domínio classista de Custódio.

Os ciclos de Torranjo e a sexualidade

Cada um dos três ciclos da história de Torranjo corresponde a uma nova etapa sexual.

O primeiro ciclo correspondera à ligação de Custódio e de Adelaide, o segundo ciclo à ligação de Custódio e de Purificação, enquanto o terceiro ciclo se inaugura com a ligação amorosa de Custódio e de Maria da Piedade (SALDANHA, 2011).

Porém, a ascensão de classe que marcou o segundo ciclo de Torranjo (e que perdura no terceiro ciclo) vai ser seguida pela desestruturação do modelo latifundiário capitalista, do sul português. Esta desestruturação é anunciada pela partida/morte imaginária de Adelaide, pelo zelo mútuo das primas Júlia e Otília, pelas catástrofes provocadas pela errância dos Santiago, pela milagrosa riqueza do primeiro casal Santiago e pelo incesto. Este último, anuncia o fim próximo da organização socioeconómica de Torranjo através das ligações incestuosas que se mantêm no interior da família.

O tema do incesto² é inaugurado por Custódio José que, ao casar-se com uma prima, Angelina Fernandes, estabelece uma relação de consanguinidade. Domitília (neta do primeiro Custódio Santiago), por seu lado, à imagem de Amaranta Úrsula de *Cien años de soledad* (apesar de não ser virgem, como Amaranta o era), nunca se casou; todavia, toma conta “do pequeno Custódio, tratando-o e amando-o como se de si própria houvesse nascido” (*Vida e Morte dos Santiago*, 1986, p. 281), numa relação na qual se confundem desejo de maternidade e desejo sexual.

Também Custódio Santiago (bisneto do primeiro patriarca) se casa com uma prima, Maria da Anunciação, que, após seis gravidezes sem sucesso, dá à luz Tonico, um surdo-mudo. Tal como tinha sido vaticinado, o filho legítimo de Custódio Santiago, bisneto do primeiro patriarca, apesar de não nascer com nenhum elemento mágico ou fantástico, nasce com uma deficiência, após sete (número mágico) gravidezes sem sucesso de sua mãe. Marisa O’Donnell³ - amante, desde criança, de Custódio Santiago - não é do sangue dos Santiago; contudo, o fato de ela e de Custódio terem crescido como irmão e irmã, torna a união sexual de ambos numa ligação incestuosa e, portanto, anunciadora de um fim que se avizinha e que seria trazido pela Revolução de Abril de 1974.

Ainda que na estirpe dos Santiago o tema do incesto assuma uma preponderância menor do que no mundo mágico de Macondo, a tentação do incesto marca, apesar de tudo, a vida dos últimos Santiago, pressagiando o término da organização socioeconómica fundada por Custódio Santiago.

2 Relativamente ao tema do incesto, vale a pena referir o fato de, nos meios rurais portugueses, não ser incomum encontrar relações afetivas e casamentos entre primos do primeiro grau.

3 O facto de Marisa ter sido incorporada na família dos Santiago marcou-lhe, inelutavelmente, o destino, comendo, tal como Júlia de *Cien años de soledad*, a cal das paredes.

O quarto ciclo de Torranjo: o Alentejo revolucionário

Os acontecimentos sociopolíticos que foram ocorrendo em Portugal (Revolução liberal de 1820, implantação da República, Guerra Civil Espanhola (1936-1939) pouco ou nada afetaram Torranjo, antes contribuindo para a solidificação do latifúndio alentejano. Foram, contudo, testemunhas de um processo de decadência irreversível, anunciado pela industrialização, mas imprevistamente concretizado pela Revolução de Abril.

Enquanto os Santiago nascem, crescem e morrem, Torranjo cresce, enriquece, arruína-se e, não desaparecendo da superfície terrestre, como Macondo, transforma-se no que nunca fora: propriedade daqueles que sempre trabalharam as suas terras.

O papel desempenhado por forças sobrenaturais, mágicas ou fantásticas é, assim, paralelo à representação de um passado recente da História de Portugal, simbolizado quer pelos três ciclos de vida de Torranjo, quer por um quarto e novo ciclo (ou, se preferirmos, o primeiro ciclo de uma nova História): a Revolução de Abril⁴.

No primeiro ciclo da narrativa, Custódio assume, gradualmente, uma posição de chefia, a qual se concretiza, de facto, quando se torna proprietário dos meios de produção. Por outro lado, a posição de latifundiário, desde sempre ambicionada por Custódio, solidifica-se após o desaparecimento de Adelaide, quando então se assiste a um novo processo de concentração de terras (SALDANHA, 2018).

A morte do patriarca da estirpe dos Santiago anuncia, por seu lado, transformações futuras. Os habitantes de Torranjo desejam mudanças; contudo, ainda aguardam “em tristonha apatia, uma ocorrência susceptível de lhes demonstrar que a morte de Custódio Santiago desencadeara as transformações desejadas, embora ninguém soubesse dizer com precisão como as entendia ou pretendia” (VENTURA, 1986, p. 315).

O domínio absoluto de uma classe sobre outra inaugura uma onda de (e)migração (cf. Ventura, 1986, p. 384-385), quando a ditadura, a partir de 1926, se impõe, definitivamente, como a estrutura de organização do Estado necessária ao aprofundamento de um modelo socioeconómico que então se desenvolvia. O poder político e o poder económico mesclam-se numa promiscuidade tal que o resultado final consistiu na atribuição de “uma importância política proporcional à grandeza dos bens” (VENTURA, 1986, p. 393). A união sela-se por casamentos de conveniência: Maria Laura (neta do bisneto do primeiro patriarca) casa-se com um advogado fortemente ligado ao regime, unindo-se, através de um ritual religioso, “a posse da

4 Portugal teve uma ditadura de 48 anos, a qual se inicia com o golpe de Estado de 28 de maio de 1926, que põe termo à Primeira República. Inicia-se, então, um período, em Portugal, marcado pela opressão e pela violência, o qual se consolida com a aprovação da Constituição de 1933 (a qual cria, por exemplo, uma polícia política: PIDE). É, igualmente, a partir deste momento que António de Oliveira Salazar assume a Presidência do Conselho de Ministros (que, hoje, se equipara à posição de Primeiro-Ministro), acentuando-se, desde então, o carácter ditatorial e totalitário do modo de organização socioeconómico português.

terra com o poder político” (VENTURA, 1986, p. 413). Pretende-se, deste modo, salvaguardar a propriedade privada, “instituição sagrada provindo directamente de Deus” (VENTURA, 1986, p. 395).

A opulência de uns e a submissão de outros faziam, todavia, despontar a consciência, nos operários e rendeiros agrícolas, da sua situação como explorados, que, assim, ameaçavam tornar-se, gradualmente, “num exército de inimigos silenciosos” (VENTURA, 1986, p. 418).

Essa conscientização ganha forma quando os trabalhadores se organizam, exigindo melhores condições de vida e de salário, ameaçando, assim, o domínio socioeconómico do terratenente: “E as obras não se teriam, talvez, interrompido jamais, se um belo dia o povo não se amotinasse – e mais adiante veremos como foi -, cercando a Casa-Mãe em grande gritaria, exigindo pão, trabalho, salários decentes e, finalmente, a própria cabeça do senhor de Torranjo” (VENTURA, 1986, p. 353). A conscientização e organização dos trabalhadores põem em causa o sistema de organização que se encontra na origem da própria exploração, assim como a propriedade privada que “cria todas as infelicidades” (VENTURA, 1986, p. 362).

Será no fim da vida de Custódio Santiago (bisneto) que os trabalhadores perderão, definitivamente, o medo à classe que os explorava, a tal ponto que o terratenente se torna objeto de galhofa e de humilhação. Findara, deste modo, a tríade cíclica que metaforizara a exploração secular dos trabalhadores agrícolas alentejanos, e uma nova era tem início (SALDANHA, 2018).

A Revolução de Abril inaugura a Reforma Agrária necessária.

Em *Vida e Morte dos Santiagos* são os trabalhadores que, num certo momento histórico, tomam as rédeas do seu destino, tornando-se, eles próprios, nos atores e agentes de mudança. José Santiago, que viria a cair na ociosidade da sua condição de descendente da burguesia fundiária, descreve, porém, este herói - o povo - como “o único digno desse nome, sofredor mas nunca resignado, lídimo descendente dos servos de outrora, e que quando menos se precatassem os senhores de sempre aí estaria a mudar o rumo reaccionário da história, acabando com a opressão e a propriedade” (Ventura, 1986, p. 430).

A propriedade privada que havia permitido a ascensão de Custódio à burguesia fundiária, é, com a Revolução de Abril, transformada em propriedade coletiva e “o símbolo do poder dos Santiago assume depressa a feição de um fantasma perdido no meio da agitação que se apossara de Torranjo” (VENTURA, 1986, p. 438).

Conclusão

Em *Vida e Morte dos Santiagos* assistimos a uma reescrita da História à qual subjaz uma leitura crítica do passado português, numa subversão da relação entre a verdade e a ficção. Esta atitude é marcada por um narrador omnipresente e omnisciente, cujo discurso crítico acompanha

a diegese, pelo que o narrador de *Vida e Morte dos Santiagos* desconstrói o passado e convida o leitor a atribuir-lhe um novo sentido.

Vida e Morte dos Santiagos revela, igualmente, a presença do fenómeno da intertextualidade. Na sequência da proposta conceptual de Gérard Genette (1982) (segundo a qual aquele fenómeno engloba a citação, o plágio e a alusão), e considerando a intertextualidade num sentido mais amplo (as relações que um texto estabelece com outro texto e que, portanto, não passam, necessariamente, pela citação ou pela alusão), a estrutura narrativa e o sequenciamento dos eventos remetem-nos quer para o realismo mágico sul-americano, em particular para o romance de Gabriel García Márquez, *Cien años de soledad*, quer para o realismo maravilhoso. Porém, para além da evidente comunicação com elementos maravilhosos e mágicos, o espírito crítico da obra revela, em paralelo, influências do neorrealismo, corrente cultural antifascista que fora portadora de uma nova Palavra.

A influência neorrealista estende-se ao espaço geográfico da narrativa.

Com efeito, há que assinalar que na literatura neorrealista (segunda metade do século XX) os autores privilegiaram a terra alentejana como espaço de reflexão sobre a exploração a que é submetido o Homem (Saldanha, 2011; Saldanha, 2018). Assim sendo, situando o Alentejo no presente de escrita da diegese, Mário Ventura faz ressurgir o elemento ideológico da obra, uma vez que essa região se inscreve na literatura portuguesa como um espaço arquetípico do romance militante e denunciador da miséria e da exploração. O autor amplifica, por conseguinte, a miséria do espaço português ditatorial, mesclando o cenário da obra e o território real. O Alentejo liberta-se, neste contexto, de um espaço físico predeterminado inaugurando um novo espaço de representação de relações de poder. Por outro lado, ao desconstruir a imagética religiosa e imperial portuguesa, o leitor lê e decifra o empenho social e interventor do autor, que assim dá voz a um novo herói: o trabalhador dos campos do Alentejo.

Estamos, em suma, perante uma obra literária engajada, conscientes do *ser* português, do seu imaginário e do mundo no qual se insere.

Referências

CHAMPI, Itamar. *O realismo maravilhoso*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1980.

GENETTE, Gérard. *Palimpsestes. La littérature au second degré*. Paris : Seuil, 1982.

LIMA, Isabel Pires, 1996. Rememorar e Futurar ou a Invenção da Pátria. *Discursos. Estudos de língua e cultura portuguesa*, Universidade Aberta, pp. 136-146, 1996.

LOURENÇO, Eduardo, 1994. *O Canto do signo: existência e literatura (1957-1993)*. Lisboa: Presença, 1994.

SAID, Edward. *The World, the text and the critic*. NewYork: Pantheon, 1983.

SALDANHA, Ana. Narrativa Portuguesa Pós-Revolução: os Autores Mulheres e as Novas Representações Sociais. *FronteiraZ: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária*, PUC-São Paulo, n° 12, 2014, pp 140-162. URL: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5648238>

SALDANHA, Ana. *O Antagonismo entre o herói individual e o protagonista coletivo: o imaginário português através da história e da literatura após o 25 de abril de 1974*. Tese de Doutoramento. Grenoble/Lisboa: Université Stendhal/Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011.

SALDANHA, Ana. *Representações literárias da questão agrária na primeira metade do século xx*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

SERRA, Paulo. *O realismo mágico na obra de Lídia Jorge, João de Melo e Hélia Correia*. Tese de Doutoramento. Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2013.

VENTURA, Mário. *Vida e morte dos Santiago*. Lisboa: D. Quixote, 1986.

VIALA, Alain. Effets de champ, effets de prisme. *Littérature*, n° 70, pp. 64-72, 1998.



RESENHA

SILVA, Giovani José da & COSTA, Anna Maria Ribeiro F. M. da. *Histórias e culturas indígenas na educação básica*. Belo Horizonte, Autêntica, 2018.

Maurício Silva¹

Com a promulgação da lei 11.645, em 2008, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura indígenas na Educação Básica, os livros que tratam da *temática indígena* nas escolas ganharam novo fôlego e sua produção tem crescido consideravelmente. Assunto até então relegado às notas de rodapé dos livros escolares; ou a abordagens “viciadas” acerca da participação dos indígenas em nossa história e cultura; ou, finalmente, a especialistas que, por interesse pessoal e profissional, se especializaram no tema, a “questão indígena” no Brasil passou a ser objeto de atenção de alunos e professores, senão numa dimensão desejável, ao menos de forma bem mais efetiva do que fora até aquele momento.

É o que vem comprovar a publicação de mais um livro sobre o assunto: *Histórias e culturas indígenas na educação básica*, dos professores e pesquisadores Giovani José da Silva Anna Maria Ribeiro Costa. Iniciando exatamente com considerações acerca da importância da referida lei, os autores apresentam ao leitor um vasto universo de informações, considerações teóricas e propostas práticas acerca da temática indígena a ser trabalhada na sala de aula, contribuindo para a ampliação do conhecimento sobre esta matéria, tanto para professores quanto para alunos.

Lembrando que o termo índio já não se mostra suficiente para abranger toda a complexidade e diversidade da presença dos povos primitivos nas Américas, os autores destacam a necessidade de termos que expressem melhor essa realidade (*indígena*, no Brasil; *campesino* e *pueblo originario*, na Bolívia; *native people* ou *indigenous people*, nos Estados Unidos etc.) e alertam para a diversidade de línguas, crenças, cosmogonias, tradições e manifestações culturais de todos esses povos. Toda essa riqueza e diversidade foi, de certo modo, solapada pela estratégia

¹ Doutor em Letras Clássicas e Vernáculas pela Universidade de São Paulo. Professor da Universidade Nove de Julho.



colonial de criar uma imagem depreciativa do indígena americano, justificando, assim, seu extermínio e escravidão. Some-se a isso, o tratamento igualmente exploratório dado a essas populações por aqueles que aqui se instalaram, com a especulação fundiária, o desmatamento etc.

Tratando especificamente da cultural material e imaterial dos indígenas, os autores dão destaque para a produção artesanal (cultura material) e da cosmovisão (cultura imaterial) daqueles povos, lembrando que os artefatos criados por eles são, entre outras coisas, “emblemas de pertencimento a certas categorias sociais” (p. 39), além de sua função ornamental, ritualística e lúdica. Destacam, também, a relação entre conhecimento e coletividade, nos seguintes termos: “na organização social indígena, a aquisição do conhecimento é um ato coletivo, caracterizada por processos tradicionais de aprendizagem de tradições, saberes e costumes, passados de geração em geração, próprios de cada etnia” (p. 44). Como conclusão, afirmam que “a cultura material carrega um precioso conjunto de informações revelado por uma linguagem embutida em cada um dos artefatos, capaz de expressar manifestações presentes nos diversos segmentos das sociedades indígenas. A matéria-prima, as técnicas, o ambiente, a organização social e os conhecimentos mágicos e cosmológicos se revelam nos artefatos, armazenando em si e em situações correlatas, informações que dimensionam a cosmovisão indígena. Vista como mantenedora de identidades étnicas, a cultura material permite desvendar segmentos da vida e, ainda, contribui para a manutenção do ser e dos saberes indígenas” (p. 63).

Ao tratar especificamente da educação, em especial da lei 11645/08 e a temática indígena na educação básica, os autores destacam a presença dos estereótipos em relação às comunidades indígenas na escola, entre os quais a ideia de que se trata de povos aculturados. Realizando um panorama do percurso histórico dos indígenas no Brasil, desde a República (do Serviço de Proteção aos Índios, de 1910, passando pela FUNAI, de 1967, e pelo Estatuto do Índio, de 1973, até os dias atuais), os autores lembram que a atual lei 11.645/08 resulta da luta dos movimentos indígenas e indigenistas, para quem “os indígenas são considerados protagonistas de sua própria história, isto é, atores sociais participantes de diversos segmentos da sociedade civil (...) com o objetivo de lançar luz sobre sua condição de grupos minoritários, marginalizados historicamente pela sociedade não indígena em virtude de sua condição étnica” (p. 89).

Finalmente, o livro discute a questão dos direitos indígenas, fazendo um percurso pelas constituições brasileiras (de 1891 a 1988); e apresenta a relação entre a história, culturas indígenas e meios de comunicação, sugerindo a utilização de recursos audiovisuais em sala de aula ou tratando da representação dos índios na literatura.

Abrangente, sem ser ambicioso, trata-se de uma obra de inegável importância para quem quer adentrar o universo da temática indígena na escola, servindo, ao mesmo tempo, de texto teórico e manual prático para a atividade docente em sala de aula, o que é mais do que bem vindo nestes tempos em que ainda se verifica uma relativa carência de textos nesta área.



Organização Dossiê Língua:

Maria Lucia Leitão de Almeida, Ana Paula Quadros

Gomes & Jorge Luiz Ferreira Lisboa Júnior

Sumário

Apresentação / Presentation

- 132** **O significado linguístico em perspectiva**
por Maria Lucia Leitão de Almeida, Ana Paula Quadros Gomes e Jorge Luiz
Ferreira Lisboa Júnior
- 143** **The linguistic meaning in perspective**
por Maria Lucia Leitão de Almeida, Ana Paula Quadros Gomes e Jorge Luiz
Ferreira Lisboa Júnior

Seção Especial / Special Section

- 154** **A semântica do passado composto em português**
Rodolfo Ilari

Entrevistas / Interviews

- 198** **Semantics and Cognition: an interview with Gilles Fauconnier**
Gilles Fauconnier, Maria Lucia Leitão de Almeida e Jorge Luiz Ferreira Lisboa
Júnior
- 229** **Fundamentals of contemporary formal semantics: An interview with
Gennaro Chierchia**
Roberta Pires de Oliveira

Artigos / Papers

- 248** **A semantic analysis of the *fire* radical in Chinese**
Danqing Huang, Dirk Geeraerts and Weiwei Zhang
- 281** **The Bruce Willis of sandwiches: the y of x is y of z construction on its
journey towards a paragon model, as one way of achieving intersubjectivity**
Rita Brdar-Szabó, Mário Brdar
- 307** **Provocações morfológicas à Gramática Cognitiva**
Janderson Lemos de Souza
- 328** **Redobramento, recursão e verbos de movimento em português**
Verena Kewitz
- 349** **Plasticidade discursivo-textual: mecanismos de reanálise**
Graça Rio-Torto

- 367** **A palavra como arma: metáforas de guerra na conceptualização do antagonismo verbal**
Solange Coelho Vereza
- 386** **A categorização em perspectiva sociocognitiva de um africanismo do português do Brasil: o item léxico *xereca***
Aurelina Ariadne Domingues Almeida
- 409** **A metáfora no ensino: uma análise de seu potencial como recurso pedagógico**
John Richart Schabarum e Rove Luiza de Oliveira Chishman
- 438** **Os nomes nus em caboverdiano: um panorama geral**
Wânia Miranda
- 460** **Sobre as preposições de trajetória do português brasileiro: tipologia e valor aspectual**
Thayse Letícia Ferreira, Renato Miguel Basso
- 497** **O Sistema Responsivo do Português Brasileiro**
Lílian Teixeira de Sousa
- 516** **A duratividade na expressão aspectual em LIBRAS**
Gabriel Simonassi, Luciana Sanchez-Mendes
- 528** **Putá: a sintaxe e a semântica de um controverso intensificador**
Renato Miguel Basso, Luisandro Men-des de Souza
- 557** **A expressividade no português brasileiro sob um olhar experimental**
Tatiane Gonçalves Sudré



APRESENTAÇÃO

O SIGNIFICADO LINGUÍSTICO EM PERSPECTIVA

O presente número temático, organizado por Maria Lucia Leitão de Almeida, Ana Paula Quadros Gomes e Jorge Luiz Ferreira Lisboa Júnior, dedica-se à Semântica.

Os trabalhos que compõem este número apresentam análises semânticas sob as perspectivas da Semântica Cognitiva e da Semântica Formal, tendo como foco especial os fenômenos do português e assumindo diferentes posições quanto aos objetos em estudo. Embora a Semântica Cognitiva e a Formal tenham visões alternativas sobre os fenômenos semânticos, uma conversa entre elas pode resultar muito instigante e produtiva. Ambos os modelos fornecem resultados sólidos, contribuindo para o conhecimento científico sobre o significado em línguas naturais e, em especial, de línguas ainda muito pouco descritas do ponto de vista semântico e pragmático, como o português.

Desejamos incentivar, com este número, uma prática integradora que favoreça o diálogo entre semanticistas de diferentes vertentes. Esse diálogo é bem sugerido pelo nosso homenageado, o semanticista brasileiro Rodolfo Ilari. Nas palavras dele:

Se eu fosse a falar só de Semântica, eu diria que é um caminho de muita dispersão, é um caminho onde as pessoas trabalham, muitas vezes, sozinhas. Não têm um hábito que seria fundamental, um hábito que é de uma pessoa que trabalha com um certo tipo de Semântica abrir o jogo para outro tipo de pessoas que trabalham com outro tipo de Semântica. Então, as coisas não funcionam como vasos comunicantes, funcionam como vasos fechados. (ILARI, 2018, p. 7-8)

Ao integrarmos neste dossiê diferentes modos de fazer semântica, temos como intuito criar um espaço simbólico de interlocução, ao mesmo tempo que oferecemos ao leitor uma visão panorâmica de uma paisagem de estudos do significado em que convivem diferentes perspectivas de análise.



Aliás, a semântica, como a linguística de modo geral, pode ser bem representada por meio da feliz metáfora de Geeraerts (2010)¹: uma paisagem montanhosa em que há largos vales, por onde fluem teorias clássicas em direção a vales laterais e mesmo a pequenos recantos, onde são refinadas teorias e tópicos específicos esquadrihados. Certamente, nessa paisagem, o leitor notará a diversidade em questões fundamentais sobre aquilo que se entende por significado, sobre a relação entre o gramatical e o cognitivo, entre o semântico e o pragmático, e visitará as diferentes visões da composicionalidade... Por isso mesmo, pensamos que um belo elogio à ciência, nos tempos em que vivemos, seja justamente a possibilidade do diálogo na diferença, não com o objetivo de promover a circunscrição de territórios, — embora seja “natural” à dinâmica científica — mas com o de fazer avançar o conhecimento, de construirmos juntos um saber (provisório) mais avançado.

Os artigos que compõem este dossiê não esgotam, mas representam bem o estado da arte da pesquisa em semântica cognitiva e formal em nossos dias. O leitor terá acesso a uma diversidade de temas e fenômenos a partir da contribuição de pesquisadores de instituições científicas do Brasil, dos Estados Unidos e da Europa.

Iniciamos com um texto de Rodolfo Ilari, o nosso homenageado (Seção Especial). Ilari contribuiu de forma decisiva para uma agenda de estudos linguísticos que focalizasse explicitamente uma semântica do português, além de ter formado diversos semanticistas no Brasil. Por sua representatividade entre nós, semanticistas, abre o Dossiê de Semântica um estudo-projeto de Ilari, intitulado “A Semântica do Passado Composto em Português” (Projeto de Pesquisa), em que ele revisita assunto caro a ele, sobre o qual jocosamente declara que “ficou na saudade”. Sorte a nossa, então, que podemos publicá-lo, viabilizando a sua leitura. Os trabalhos sobre esse tempo verbal apontam, *via de regra*, para uma simples rotina. Entretanto, o objetivo do autor é mostrar que há uma leitura iterativa e outra durativa e essas podem se articular. Esse objetivo é alcançado, oferecendo uma descrição elegante para o fenômeno, no quadro teórico da Semântica Formal.

A seguir, há duas entrevistas, cada uma com pesquisadores de ponta de cada corrente teórica e autores de livros fundamentais: Gilles Fauconnier e Gennaro Chierchia.

A entrevista que abre essa Seção foi concedida por Gilles Fauconnier, um dos pilares da Semântica Cognitiva, aos pesquisadores Maria Lucia Leitão de Almeida (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e Jorge Luiz Ferreira Lisboa Junior (Universidade Federal do Rio de

1 Conforme Geeraerts (2010): “The academic landscape of linguistics is a mountainous one. Broad vales where the main streams of research flow branch off into side valleys and even smaller dales where theories are refined and specific topics pursued. Working in their own dell of specialization, scholars will be well aware of their local disciplinary river system, but they may be less acquainted with research that lies beyond the mountain range of their own theoretical environment. They will be familiar with the highest peaks of alternative frameworks, but they may be less informed about the riches and challenges that may be found in their less visible regions.”

Janeiro). Fauconnier é professor emérito e pesquisador do Departamento de Ciência Cognitiva da Universidade da Califórnia de San Diego. É autor de livros fundamentais em semântica cognitiva e em ciência cognitiva, como *Mental Spaces* (1985 [1994]), *Mappings in Thought and Language* (1997) e *The Way We Think: Conceptual Blending and the Mind's Hidden Complexities* (2002), este em parceria com Mark Turner. Mais recentemente, publicou pela Brill Books *Ten Lectures on Cognitive Construction of Meaning* (2018), em que discute as suas descobertas estimulando novos *insights* para a pesquisa na área.

Nessa entrevista, intitulada *Semantics and Cognition*, Fauconnier aborda tópicos fundamentais em Semântica Cognitiva, dentro da teoria dos *espaços mentais* e da *mesclagem conceptual*. A construção cognitiva do significado linguístico constitui o tema central da entrevista e o leitor terá a oportunidade de acompanhar o raciocínio generoso de Fauconnier em um passeio por fenômenos largamente discutidos em sua agenda científica, como a pressuposição, os modais, *spaces builders*, comunicação implícita e “significado invisível” em implicaturas, a relação entre metonímias e compressões metonímicas, metáforas conceptuais, o papel da mesclagem conceptual na interpretação de construções gramaticais, dentre outros tópicos de relevância para a compreensão de fenômenos semânticos. A entrevista cobre amplamente as bases da semântica cognitiva praticada por Fauconnier, podendo ser útil a linguistas e a cientistas cognitivos, em geral, e indispensável a quem deseje se tornar um semanticista cognitivo.

A próxima entrevista traz um dos grandes nomes da Semântica Formal, Gennaro Chierchia (Harvard), tido como “um dos mais amados linguistas do nosso tempo, e propositor de algumas das ideias mais estimulantes em semântica”². Mais que uma entrevista, esse bate-papo entre Chierchia e Roberta Pires de Oliveira (UFSC/UFPR) — que foi professora visitante em Harvard, a convite dele, em 2016, e que é sua parceira de pesquisa — percorre os tópicos mais fundamentais da semântica formal contemporânea, fornecendo um guia aos interessados nessa área da linguística. Para Chierchia, o progresso com respeito a diversos pontos substantivos da área nas últimas décadas foi grande a ponto de hoje podermos confiar nos formalismos que compartilhamos, podendo permanecer neutros relativamente a questões semânticas de base, como, por exemplo, quanto ao que são de fato as condições de verdade. Essa imperdível conversa entre os semanticistas aborda temas tão importantes quanto conjunções booleanas, *type shifting*, quantificadores generalizados, a (não) universalidade dos determinantes, a teoria da vinculação e a (co)referência, o argumento-evento, a estrutura argumental, a modificação adverbial, papéis temáticos, modificação nominal, orações relativas, adjetivos, vagueza, encaixamento, complementos, leituras *de se* e *de re*, modalidade, pressuposições, implicaturas etc.

² Trecho original: “the most beloved linguists of our times, who has proposed some of the most exciting ideas in semantics.”. Disponível em <<https://www.gf.org/fellows/all-fellows/gennaro-chierchia/>>.

O dossiê apresenta duas partes que facilitam a visão da paisagem: uma seção dedicada à Semântica Cognitiva e uma seção dedicada à Semântica Formal, que apresentaremos adiante.

A seção de artigos em Semântica Cognitiva é aberta com o *paper*, de Danqing Huang, Dirk Geeraerts e Weiwei Zhang, intitulado *A Semantic Analysis of the FIRE radical in Chinese*. Partindo do pressuposto da centralidade do conceito de fogo para a civilização humana, incluindo a chinesa, os autores se propõem a analisar as extensões semânticas do ideograma quando é raiz para palavras compostas. É interessante notar que, no caso específico do chinês, os radicais, provenientes de “palavras” independentes, ao integrarem a formação de outras, assumem uma acepção mais ampla e indicam um processo de categorização do conceito. Usando ampla base de dados, os autores estabelecem a categoria radial que estrutura extensões globais de FOGO como radical.

O segundo artigo da seção em Semântica Cognitiva é o estudo de Rita Szabó-Brdar e Mário Brdar, intitulado *The Bruce Willis of Sandwiches: the Y of X is Y of Z construction on its journey towards a paragon model, as one way of achieving intersubjectivity*. Os autores abordam um tipo de construção gramatical XYZ, a exemplo de *Is sad singleton Vladimir Putin the Jennifer Aniston of European politics?* ou *Milka is the Mercedes of chocolates*. Conforme Szabó-Brdar & Brdar, essas construções XYZ envolvem casos figurativos que solicitam mapeamentos criativos entre os elementos referenciais que instanciam os SN's da construção. Tais mapeamentos consistem em comparações (metáforas) baseadas em modelos cognitivos metonímicos de *paragon* (LAKOFF, 1987). Para o mapeamento entre X e Y ser bem sucedido, é necessário que Y seja interpretado conforme o “melhor modelo de”, para que, então, seja comparável a X. No entanto, esse “melhor modelo de”, na proposta dos autores, é um *quasi-paragon*, uma vez que não corresponde a modelos necessariamente compartilhados *offline*, mas criados situacionalmente, podendo ou não vir a se tornar modelos convencionais. Por isso, a felicidade dessas construções também estaria relacionada ao alinhamento intersubjetivo dos falantes para a negociação *online* de categorias que são construídas para a comparação de Y para X.

O artigo discute ainda o problema da “comparação de dois gumes” no mapeamento entre nomes próprios, X e Y (VEALE, 2014). Embora não assumam o modelo integral da mesclagem, os autores admitem que a comparação de dois gumes refere-se tanto a uma comparação baseada em metonímia de Y para X quanto a uma comparação de X para Y, para a criação de um efeito humorístico ou de uma perlocução negativa. O efeito humorístico ou negativo seria causado justamente por se tratar de pareamentos inesperados entre duas entidades. A discussão proposta é bem interessante, pois oferece uma análise alternativa à mesclagem e envolve dados autênticos de uso linguístico, com riqueza de detalhes.

No artigo *Provocações morfológicas à gramática cognitiva*, Janderson Lemos de Souza situa o lugar da semântica na morfologia em um modelo mais recente da gramática cognitiva (LANGACKER, 2019). Uma das provocações do autor — dentre outras — está na ideia de que

a semântica e a morfologia não constituam propriamente uma interface entre dois componentes linguísticos, como pode supor uma visão estruturalista e seriada da gramática. O autor propõe, na verdade, o enquadre da semântica sobre a morfologia. Para sustentar essa hipótese forte em sua orientação argumentativa, o autor constrói uma reflexão sobre a semântica de construções morfológicas e sobre a polissemia na morfologia e sinaliza ainda para a formação de redes de construções morfológicas, praticando uma semântica construcional. Lemos de Souza baseia sua proposta na *motivação simbólica*, propondo que a morfologia seja considerada um epifenômeno de processos de simbolização da estrutura conceptual, isto é, uma materialização da semântica (LANGACKER, 1987, 1991, 2008, 2009). A ideia é que os processos semântico-conceptuais tenham repercussão ou manifestação morfológica, com impactos na organização da gramática, a exemplo da relação de assimetria entre *dependência* e *autonomia* (“A/D asymmetry”) que atuam sobre o próprio *design* morfológico.

O artigo *Redobramento, recursão e verbos de movimento em português*, de Verena Kewitz, dialoga com a tipologia semântica do movimento proposto por Talmy (2000) para a análise das construções de percurso redobrado em português. As construções de percurso redobrado são aquelas que codificam a informação de percurso no verbo e em expressões preposicionadas ou adverbiais, a exemplo de sair (para) fora, entrar (para) dentro etc. Essas construções costumam não receber a devida atenção por serem consideradas tradicionalmente como formas pleonásticas; contudo a autora demonstra que tais construções são semanticamente mais complexas — e mais interessantes — do que poderia supor o argumento reducionista do pleonasma. A autora argumenta que o percurso redobrado exhibe recursão semântica, com base no princípio de recursão proposto por Castilho (2015), no âmbito da gramática multissistêmica. Kewitz também se posiciona sobre a diferença semântica entre construções de percurso redobrado, que envolveriam a recursão, e não redobrado, sem recursão, como “entrou dentro de” vs. “entrou em”, “saiu pra fora vs. saiu fora”, e aventa a hipótese do *construal* (TALMY, 2000). Conforme a hipótese levantada, as construções de percurso redobrado e não redobrado colocariam em evidência *perspectivas distintas* do falante sobre a constituição de uma cena complexa de movimento. A autora constata ainda que tais padrões de percurso redobrado, ao contrário da expectativa tradicional, ocorrem convencionalmente em textos formais do português arcaico, seu recorte de análise, a partir de um estudo documental bem desenvolvido com base nas tradições discursivas. O estudo apresenta também outras fortes implicações de análise para a noção de “redobro” (MORAES DE CASTILHO, 2005) e para a noção de “recursão” de Castilho (op.cit) pelo enquadre da Semântica Cognitiva, considerando encaminhamentos para mais pesquisas sobre o fenômeno.

O artigo *Plasticidade discursivo-textual: mecanismos de reanálise*, de Graça Rio-Torto, apresenta uma análise funcional e cognitiva sobre processos de *plasticidade* no significado linguístico, que envolvem a mudança semântica e a reanálise léxico-gramatical. A plasticidade a que a autora se refere é um fenômeno ativo na semântica linguística, concernente à flutuação de substantivos e adjetivos que são recategorizados em suas classes e funções prototípicas como referenciadores e qualificadores, para a implementação de novas funções semânticas, como

predicativos e intensificadores, a exemplo de “uma *senhora* aula”, “um *puta* professor”, “uma *bosta* de aula”, “o livro vendeu *horrores*” etc. Para descrever esse fenômeno de plasticidade, o artigo estabelece um diálogo entre o Funcionalismo *strictu sensu* e os modelos da Linguística Cognitiva, a saber, a semântica cognitiva, aqui, especificamente a de Lakoff e Johnson (1980) e Lakoff (1987), com a proposição de categorias prototípicas, metáforas e metonímias conceptuais, e a gramática de construções de Lakoff (1987, cap. 13) e Goldberg (1995, 2006). Rio-Torto propõe que a motivação do fenômeno da plasticidade, que defende ser discursivo-textual, seja de ordem expressiva e conceptual. É por necessidade de expressar uma avaliação que o falante utiliza um termo prototipicamente referencial como predicativo ou prototipicamente qualificador como intensificador; mas também é por necessidade conceptual, na medida em que a plasticidade semântico-funcional se deve à própria flexibilidade cognitiva para a construção de categorias linguísticas radiais por meio de processos metafóricos e metonímicos.

O artigo *A palavra como arma: metáforas de guerra na conceptualização do antagonismo verbal*, de Solange Coelho Vereza, analisa diferentes instanciações de “palavra” em *memes*. A análise de *palavra* como expressão metafórica em uso permitiu a identificação da metáfora conceptual PALAVRA É ARMA como uma metáfora produtiva. Quando se trata de antagonismos verbais, ‘palavras’ podem *ferir*, *machucar* ou *matar*, como se a ‘palavra’ fosse uma *arma*. Importam-se do domínio-fonte ARMA para o domínio-alvo PALAVRA diferentes “recortes” que licenciam expressões metafóricas como “palavra é arma” ou “palavra é uma arma sem gatilho”, conforme os exemplos da autora. Para Vereza, o *frame* “arma” no domínio-fonte é, por sua vez, um recorte do *frame* mais abrangente “guerra”. A *guerra* é o *frame* estruturante de outra metáfora que envolve o antagonismo verbal, DISCUSSÃO É GUERRA, amplamente discutida desde a proposta de Lakoff e Johnson (1980). É convencional em nossa cultura construirmos conflitos na comunicação humana em termos de uma “luta verbal”. Exemplos linguísticos como “ele *venceu* o debate” ou “o que ele disse foi um *tapa na cara*” podem construir metaforicamente a cena do antagonismo verbal, tendo em vista a metáfora de uma “discussão” como “guerra”. Vereza propõe, então, uma relação entre as metáforas conceptuais, em que a conceptualização de PALAVRA É ARMA ancora-se na metáfora conceptual mais *esquemática* de DISCUSSÃO É GUERRA. As metáforas em uso descritas por Vereza demonstram ainda o substrato conceptual da dinâmica de forças (TALMY, 1988), a base corporificada da metáfora do antagonismo verbal. Embora esse não seja o foco central de sua análise, a autora indica o esquema imagético da dinâmica de forças como fundamental para análises alternativas. Com isso, Vereza demonstra a relevância do equilíbrio entre abordagens corporificadas da metáfora e abordagens cognitivo-discursivas (HAMPTE, 2017, cap.1)^{3 4}.

3 HAMPTE, B. Embodiment and Discourse: Dimensions and Dynamics of Contemporary Metaphor Theory. In HAMPTE, B. (Ed), *Metaphor Embodied Cognition and Discourse*. Cambridge: Cambridge University Press (2017).

4 O campo de estudos da metáfora conceptual conta em sua evolução com abordagens teóricas e metodológicas em competição (abordagens corporificadas, discursivas, multimodais...), demonstrando a efervescência da semântica cognitiva. Hampte alinha-se a uma visão conciliadora entre as diferentes posições sobre a metáfora conceptual.

A seguir, temos o artigo de Aurelina Ariadne Domingues Almeida, intitulado *A categorização em perspectiva sociocognitiva de um africanismo do português do Brasil: o item léxico xereca*. Este estudo propõe uma abordagem sociocognitiva da categorização do item lexical “xereca”, focalizando os seus diferentes usos na interação e no discurso. A abordagem sociocognitiva, em linhas gerais, desenvolve uma compreensão integrada das facetas da categorização humana, a um só tempo linguística, cognitiva e cultural. Os usos do item lexical “xereca” abarcam vários aspectos da categorização, dentre eles a interdição — como item tabu — e a livre-circulação em diferentes arenas do discurso, de modo que se pode identificar na categorização dessa variante um *status* diferenciado de convencionalidade e entrincheiramento cognitivo em relação às suas covariantes no domínio das palavras que se referem ao órgão genital-sexual feminino, como *buceta*, *vulva*, dentre outras. Ao apresentar uma análise qualitativa da variante lexical “xereca” em situações de interação e de discurso, a autora identifica singularidades fundamentais para a compreensão mais fina da ecologia de significados que circulam socialmente acerca do item léxico “xereca”.

Encerramos a seção de Semântica Cognitiva com o trabalho *A metáfora no ensino: uma análise de seu potencial como recurso pedagógico em vídeoaulas do Youtube*, de John Schabaram e Rove Chishman. Este artigo focaliza o papel da metáfora em uso em vídeoaulas do Youtube, na tarefa de representação de conceitos científicos, propondo uma tipologia para as expressões metafóricas identificadas em técnicas, subtécnicas e constitutivas de teoria, conforme Cameron (2003). O estudo certamente contribuirá para aqueles que trabalham com a análise de metáforas conceptuais produzidas *on-line*.

Os artigos de Semântica Formal vão abordar questões relacionadas à geração de significado em três línguas distintas: o caboverdiano de Sotavento, a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e o português brasileiro (PB), todas elas insuficientemente descritas presentemente, sobretudo quanto à sua semântica, e em graus diferentes, todas candidatas a línguas minoritárias. Os artigos versam sobre fenômenos bastante diversificados: a necessidade ou não da presença de determinantes em sintagmas nominais argumentais, a influência de sintagmas preposicionais direcionais na telicidade de eventualidades, a interpretação de respostas sim-não, as distinções interpretativas entre classes acionais, e, ainda, duas questões ligadas à expressividade de adjetivos — a permeabilidade da fronteira entre as funções de advérbio intensificador e de adjetivo, quando se trata de palavrões, bem como o licenciamento de adjetivos em exclamativas. Do ponto de vista do recorte teórico, múltiplas e distintas escolhas convivem no conjunto dos artigos: uma semântica clássica para sintagmas nominais argumentais, uma semântica de vetores direcionais compondo o telos das eventividades, a ideia de que a semântica é um produto da sintaxe, uma semântica clássica vendleriana para a distinção de classes acionais e uma semântica da expressividade, utilizada tanto para analisar usos corriqueiros de palavrões quanto para a inserção de adjetivos em sentenças exclamativas curtas. Dois dos trabalhos, o de Libras e o sobre adjetivos em exclamativas, recorrem a experimentos que precisaram ser

desenhados e aplicados antes que seus resultados pudessem ser relatados e discutidos neste dossiê. Assim, a semântica experimental também se faz representar nesta seção, dedicada à semântica formal, completando um menu bastante variado.

O artigo *Os nomes nus em caboverdiano*, de Wânia Miranda, justamente ilustra a falibilidade do universal dos determinantes (BARWISE; COOPER, 1981), descrevendo os nominais da língua (ou variedade) falada em Sotavento e região, em que os argumentos não apresentam determinantes. A ampliação do conhecimento sobre línguas insuficientemente descritas, línguas de minorias, como as indígenas, no território americano, e as africanas, colocou em xeque universais de primeira geração, que projetavam regularidades encontradas em línguas europeias como universais linguísticos, aumentando o repertório de variedades e o desafio da busca por universais semânticos.

No artigo *Sobre as preposições de trajetória do português brasileiro: tipologia e valor aspectual*, Thayse Letícia Ferreira e Renato Miguel Basso debruçam-se sobre a influência das preposições de trajetória do português brasileiro (PB) representadas por ‘de’, ‘por’, ‘até’ e ‘para’ sobre as propriedades acionais dos eventos. Os autores lançam mão de uma tipologia de vetores à moda de Zwarts (2005, 2008), concluindo que preposições e sintagmas preposicionais não-cumulativos e direcionados para o ALVO da trajetória, desde que incluam esse ponto em sua denotação, podem alterar a telicidade do evento.

Em seu artigo *O sistema responsivo do português brasileiro*, Lílian Teixeira de Souza aposta na sintaxe como fonte geradora das interpretações, assumindo com Holmberg (2013, 2016) que a sintaxe das respostas a perguntas sim-não é similar à sintaxe das perguntas. As línguas, de acordo com o autor citado, podem ser tipologicamente divididas entre sistemas baseados na verdade e sistemas baseados na polaridade. Considerando que o PB apresenta três tipos de negação, dependendo do número e posição de itens negativos na sentença — Neg VP; Neg VP Neg e VP Neg —, o artigo discute como inserir o sistema responsivo do português brasileiro (PB) nessa tipologia. Teixeira de Souza defende que é a posição estrutural, em detrimento dos traços presentes ou não nos itens, que leva a uma ou a outra interpretação.

Gabriel Simonassi e Luciana Sanchez-Mendes, no artigo *A duratividade na expressão aspectual em Libras*, buscam identificar traços semânticos distintivos das classes acionais (VENDLER, 1957) em Língua Brasileira de Sinais (Libras), defendendo que os predicados verbais das classes de *accomplishment* e de atividades na Libras se comportam de modo distinto e influenciam a expressão aspectual dessa língua, tanto na esfera lexical quanto na esfera gramatical. O método de Elicitação Controlada (MATTHEWSON, 2004) foi utilizado para coletar de forma sistemática e objetiva os dados. O consultor optou por diferentes estratégias para expressar a duratividade: em predicados de *accomplishments* e atividades, foi adotado um sinal indicativo de passagem de tempo, ao passo que, em predicados com movimento direcionado (téllicos e atélicos), foram utilizadas outras estratégias associadas ao aspecto gramatical, como indicar uma fase preparatória ao evento.

Já o artigo *Putas: a sintaxe e a semântica de um controverso intensificador*, de Renato Miguel Basso e Luisandro Mendes de Souza, discute a expressão intensificadora ‘puta’, a partir de uma abordagem formal do significado. Os autores defendem que, mesmo precedendo um nome dentro do sintagma nominal, o termo modifica a combinação do nome com um adjetivo, que pode vir explicitado ou não. Com o adjetivo implícito, a avaliação é positiva; o adjetivo explícito contribui com sua semântica para a avaliação positiva ou negativa do nome. Para os autores, há uma ambiguidade estrutural em sintagmas como “uma puta festa legal”, que pode denotar “uma festa muito boa e legal” ou “uma festa muito legal”. As condições de verdade da sentença incluem a contribuição de “puta”, que eleva o padrão contextual da escala dada pelo adjetivo; ao mesmo tempo, no plano expressivo, “puta” indica um envolvimento subjetivo do falante.

Por fim, Tatiane Gonçalves Sudré, em seu artigo *A expressividade no português brasileiro sob um olhar experimental*, examina o licenciamento de adjetivos em contextos altamente seletivos, como são aqueles que denotam certo grau de expressividade. Partindo do fato de que sentenças exclamativas curtas (“Que X!”) aceitam virtualmente todos os nomes, mas poucos adjetivos (Que lindo! / Que grande! / *Que algébrico! / *Que rodoviário!), a autora foi buscar em um estudo experimental realizado para o inglês (BRASOVEANU; RETT, 2016), o qual tinha por objetivo investigar a natureza da expressividade naquela língua, a partir de construções adjetivais e de diferentes tipos de adjetivos, a inspiração para desenvolver sua própria investigação experimental em PB. Os resultados dos experimentos indicam que ser um adjetivo de grau (KENNEDY; McNALLY, 2005) é condição *sine qua non* para o adjetivo ser licenciado em exclamativas curtas, e que, dentre os adjetivos de grau, os de grau relativo são os mais propícios à expressividade.

Por meio desses seis artigos, obtemos um pequeno panorama dos caminhos da pesquisa formal no Brasil, com uma exemplificação da rica gama de caminhos metodológicos e de temas de interesse.

E, assim, fechamos este dossiê de semântica, muito felizes com a sua representatividade. Para concluir, subscrevemos estas palavras de Ilari (2018): “Quanto a mim, não é que eu acredite num só tipo de Semântica. Acho mesmo que vários tipos de Semântica são bons e se completam.” (ILARI, 2018, p.3).

Boa leitura a todos.

Maria Lucia Leitão de Almeida, Ana Paula Quadros Gomes & Jorge Luiz Ferreira Lisboa Júnior

Referências

BARWISE, J.; COOPER, R.. Generalized quantifiers and natural language. In: *Philosophy, language, and artificial intelligence*. Springer, Dordrecht, 1981. p. 241-301.

BRASOVEANU, A.; RETT, J. Evaluativity across adjective and construction types: An experimental study. *Journal of Linguistics*. 2016.

CAMERON, L. *Metaphor in educational discourse*. London/UK: Continuum, 2003.

CASTILHO, A. T. de. O que se entende por língua e por gramática. 2ª versão do primeiro capítulo de *Nova Gramática do Português Brasileiro*, ms., 2015.

FAUCONNIER, G. *Mental Spaces*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

_____. *Mappings in Thoughts and Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

_____; TURNER, M. *The Way we Think: Conceptual Blending and the Mind's Hidden Complexities*. New York: Basic Books, 2002.

_____. *Ten Lectures on Cognitive Construction of Meaning*. Distinguished Lectures in Cognitive Linguistics. Leiden: Brill Books, 2018.

GEERAERTS, D. *Theories of lexical semantics*. New York/Oxford: Oxford University Press, 2010.

GOLDBERG, A. E. *Constructions: A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University Press, 1995.

_____. *Constructions at work: The nature of generalization in language*. New York: Oxford University Press on Demand, 2006.

HAMPTE, B. Embodiment and Discourse: Dimensions and Dynamics of Contemporary Metaphor Theory. In.: HAMPTE, B. (ed), *Metaphor Embodied Cognition and Discourse*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

HOLMBERG, A. The syntax of answers to polar questions in English and Swedish. *Lingua* 128: 31-50. 2013. <https://doi.org/10.1016/j.lingua.2012.10.018>.

HOLMBERG, A. *The syntax of yes and no*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

ILARI, R. Entrevista ao Professor Rodolfo Ilari. *Revista Eletrônica de Linguística dos estudantes da Universidade do Porto*. v. 7, n. 2. 2018.

KENNEDY, C.; MCNALLY, L. Scale structure, degree modification, and the semantics of gradable predicates. *Language*, p. 345-381, 2005.

LAKOFF, G. *Women, fire, and dangerous things*. Chicago: Chicago University Press. 1987.

_____. The contemporary theory of metaphor. In.: ORTONY, A. (ed.). *Metaphor and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, p. 202-251.

LAKOFF, G; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: Chicago University Press. 1980.

_____. The metaphorical structure of the human conceptual system. *Cognitive science*, v. 4, n. 2, p. 195-208, 1980.

LANGACKER, R. W. *Foundations of Cognitive Grammar*, vol. 1, *Theoretical Prerequisites*. Stanford: Stanford University Press, 1987.

_____. *Foundations of Cognitive Grammar*, vol. 2, *Descriptive Application*. Stanford: Stanford University Press, 1991.

_____. *Morphology in Cognitive Grammar*. AUDRING, J.; MASINI, F. The Oxford Handbook of Morphological Theory. Oxford and New York: Oxford University Press. 2019.

MATTHEWSON, L. On the methodology of semantic fieldwork. *International journal of American linguistics*, v. 70, n. 4, p. 369-415, 2004.

MORAES DE CASTILHO, C. M. *O Processo de redobramento sintático no português medieval. A formação das perífrases de estar*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Tese de doutoramento, 2005.

TALMY, L. Force dynamics in language and cognition. *Cognitive science*, v. 12, n. 1, p. 49-100, 1988.

_____. *Towards a Cognitive Semantics. Vol. I: Concept Structuring Systems*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2000a.

_____. *Towards a Cognitive Semantics. Vol. II: Typology and Process in Concepts Structuring*. Cambridge: Massachusetts, MIT Press, 2000b.

VEALE, T. The ABCs of XYZs: Creativity and conservativity in humorous epithets. In.: MANJALY, J.; INDURKHYA, B. (eds.) *Cognition, experience, and creativity*. New Delhi: Orient Blackswan, 2014.

VENDLER, Z. Verbs and times. *Philosophical Review*, 56. 143–160, 1957.

ZWARTS, J. Prepositional aspect and the algebra of paths. *Linguistics and philosophy*, v. 28, n. 6, p. 739-779, 2005.

ZWARTS, J. Priorities in the production of prepositions. *Syntax and semantics of spatial P*, v. 120, p. 85, 2008.



PRESENTATION

THE LINGUISTIC MEANING IN PERSPECTIVE

This thematic review organized by Maria Lucia Leitão de Almeida, Ana Paula Quadros Gomes and Jorge Luiz Ferreira Lisboa Júnior is dedicated to Semantics.

The works that make up this language dossier present semantic analyses from the perspectives of cognitive semantics and formal semantics, with a particular focus on Portuguese, assuming different scopes for the objects under study. Although cognitive and formal semantics have alternative views on semantic phenomena, a dialogue between them can be very instigating and productive. Both models provide reliable results, contributing to the scientific knowledge about the meaning in natural languages and, especially, of languages still very little described from a semantic and pragmatic point of view, such as Portuguese.

We wish to encourage, with this issue, an integrating practice that favors the dialogue between semanticists of different aspects. This dialogue is well suggested by our honored brazilian semanticist Rodolfo Ilari. In his words:

If I were talking only about Semantics, I would say that it is a path of a lot of dispersion; it's a path where people work, many times, alone. They don't have a habit that would be fundamental, a habit that is from a person who works with a certain kind of Semantics to come clean with other kind of people who work with another kind of Semantics. So, things don't work as communicating vessels; they work as closed vessels.¹ (ILARI, 2018, p.7-8)

By integrating into this dossier different ways of doing semantics, we aim to create a symbolic space of interlocution and, at the same time, to offer the reader a panoramic view of a landscape of studies of meaning in which different perspectives of analysis coexist.

¹ Original: “Se eu fosse a falar só de Semântica, eu diria que é um caminho de muita dispersão, é um caminho onde as pessoas trabalham, muitas vezes, sozinhas. Não têm um hábito que seria fundamental, um hábito que é de uma pessoa que trabalha com um certo tipo de Semântica abrir o jogo para outro tipo de pessoas que trabalham com outro tipo de Semântica. Então, as coisas não funcionam como vasos comunicantes, funcionam como vasos fechados.” (ILARI, 2018, p. 7-8).



In fact, semantics, like linguistics in general, can be well represented through the felicitous metaphor proposed by Dirk Geeraerts (2010):

The academic landscape of linguistics is a mountainous one. Broad vales where the main streams of research flow branch off into side valleys and even smaller dales where theories are refined and specific topics pursued. Working in their own dell of specialization, scholars will be well aware of their local disciplinary river system, but they may be less acquainted with research that lies beyond the mountain range of their own theoretical environment. They will be familiar with the highest peaks of alternative frameworks, but they may be less informed about the riches and challenges that may be found in their less visible regions.

Certainly, in this landscape, the reader will notice the diversity in fundamental questions about what is meant by meaning, about the relationship between grammar and the cognition, between the semantics and pragmatics, and will visit the different visions of semantic compositionality. Therefore, we think that a beautiful compliment to science is precisely the possibility of a diverse dialogue, not with the aim of promoting the circumscription of territories, however “natural” this might seem to certain scientific domains, but with that of advancing knowledge, of building together a more advanced (provisional) knowledge.

The articles that compose this dossier do not exhaust, but quite represent the state of the art of research in cognitive and formal semantics nowadays. The reader will access a variety of themes and phenomena that comes from the contribution of American, Brazilian and European scientific institutions.

We began with Rodolfo Ilari, our honoree (Special Section). Ilari made a decisive contribution to a linguistic studies agenda that explicitly focused on Portuguese semantics, in addition to having trained several semanticists in Brazil. Because of his representativeness among us semanticists, he opens the *Dossiê de Semântica* with a project study entitled “*A semântica do passado composto em Português*” (“The semantics of the past composed in Portuguese”) (Research Project), in which he revisits an esteemed subject to him, about which he jocularly declares that “was missed”. We are lucky for being able to publish it, making possible its reading. The *rule of thumb* in the studies about this verbal time points to a simple routine. However, the author’s aim is to show that there is an iterative and a durative reading, and they can be articulated together. This purpose is achieved, for the research offers an elegant description of the phenomenon in the theoretical framework of Formal Semantics.

Next section, there are two interviews. Both of them bring outstanding researchers in the respective theoretical currents, as well as authors of fundamental books: Gilles Fauconnier and Gennaro Chierchia.

The first interview shows the perspective of Cognitive Semantics, Gilles Fauconnier, one of its pillars, talks to the researchers Maria Lucia Leitão de Almeida (Federal University of

Rio de Janeiro) and Jorge Luiz Ferreira Lisboa Junior (Federal University of Rio de Janeiro). Fauconnier is a distinguished professor emeritus of Cognitive Science in the Department of Cognitive Science at the University of California, San Diego. He is the author of crucial books about general semantics and cognitive science, such as *Mental Spaces* (1985 [1994]), *Mappings in Thought and Language* (1997) and *The Way We Think: Conceptual Blending and the Mind's Hidden Complexities* (2002). The latter in a partnership with Mark Turner. He published, recently, through Brill Books, *Ten Lectures on Cognitive Construction of Meaning* (2018), in which he discusses his findings and stimulates new insights for research in the area.

In this interview, titled *Semantics and Cognition*, Fauconnier addresses fundamental topics in cognitive semantics within the theory of *mental spaces* and *conceptual blending*. The cognitive construction of linguistic meaning is the central theme of the interview, and the reader will have the opportunity of following Fauconnier's generous reasoning in a tour of phenomena widely discussed in his scientific agenda, such as presupposition, modals, space builders, implicit communication and "invisible meaning" in implicatures, the relationship between metonymies and metonymic compressions, conceptual metaphors, the role of conceptual blending in the interpretation of grammatical constructions, among other topics of relevance for the understanding of semantic phenomena. This interview widely covers the cognitive semantics practiced by Fauconnier, and can be useful to linguists and cognitive scientists in general, as well as to young people who wish to become cognitive semanticists.

The interviewee who presents the perspective of Formal Semantics is Gennaro Chierchia (Harvard), considered "the most beloved linguists of our times, who has proposed some of the most exciting ideas in semantics."² More than an interview, the talk between Chierchia and Roberta Pires de Oliveira (UFSC/UFPR) — who was a visiting professor at Harvard, at his invitation, in 2016, and who is his research partner — goes through the most fundamental topics of contemporary formal semantics, providing a travel guide for those interested in this area of linguistics. For Chierchia, the progress on several substantive points in recent decades has been so great that nowadays we can rely on the formalisms we share at the same time that we are able to remain neutral on basic semantic issues, as, for example, what are, in fact, truth conditions. This conversation between the two semanticists should not be missed, as it addresses themes as important as Boolean conjunctions, type shifting, generalized quantifiers, the (non) universality of determinants, the theory of attachment and (co)reference, the argument-event, the argument structure, adverbial modification, thematic roles, nominal modification, relative clauses, adjectives, vagueness, fitting, complements, de se/de re readings, modality, presuppositions, implications, etc.

The dossier presents two parts that facilitate the vision of the landscape: a section dedicated to Cognitive Semantics and a section dedicated to Formal Semantics, which we present below.

² <https://www.gf.org/fellows/all-fellows/gennaro-chierchia/>

The articles section in cognitive semantics starts with a paper by Danqing Huang, Dirk Geeraerts and Weiwei Zhang, entitled *A semantic analysis of the FIRE radical in Chinese*. Based on the assumption of the centrality of the concept of *fire* to human civilization, including Chinese, the authors analyze the semantic extensions of the ideogram when it is a root for compound words. It is interesting to note that, in the specific case of Chinese, the radicals, which come from independent “words”, when they become bases for others, take on a broader meaning and indicate a process of categorization of the concept. Using a wide database, the authors establish the radial category that structures global extensions of FIRE as radical.

The second work of the section on cognitive semantics is the study by Rita Szabó-Brdar and Mário Brdar, entitled *The Bruce Willis of Sandwiches: the Y of X is Y of Z construction on its journey towards a paragon model, as one way of achieving intersubjectivity*. The authors discuss a type of XYZ grammatical construction, as in “Is sad singleton Vladimir Putin the Jennifer Aniston of European politics?” or “Milka is the Mercedes of chocolates”. According to Szabó-Brdar & Brdar, these XYZ constructions involve figurative cases that depend on creative mapping among the reference elements that instantiate the NP’s of the construction. These mappings consist of comparisons (metaphors) based on *paragon* metonymic cognitive models (LAKOFF, 1987). For the mapping between X and Y to be successful, it is necessary that Y be interpreted according to the “best model of”, so that it is then comparable to X. However, this “best model of”, in the authors’ proposal, is a *quasi-paragon*, since it does not correspond to models necessarily shared *offline*, but created situationally for conceptual mapping, which may become conventional models or not. Therefore, the felicity of these constructions would also be related to the intersubjective alignment of the speakers for the *online* negotiation of categories that are built for the comparison of Y to X.

The article also discusses the problem of “double-edged comparisons that can cut both ways” in mapping between proper names, X and Y (VEALE, 2014). Although the authors do not assume the integral model of blending, they admit that the double-edged comparison refers both to a metonymy-based comparison of Y to X and to an X to Y comparison for the creation of a humorous effect or for a negative perlocution. The humoristic or negative effect would be caused precisely by unexpected pairings between two entities. The proposed discussion is very interesting because it offers an alternative analysis to the blending and it involves authentic data of linguistic use, with a wealth of details.

In the article *Provocações morfológicas à Gramática Cognitiva* (“Morphological provocations to Cognitive Grammar”), Janderson Lemos de Souza situates semantics in morphology inside a more recent model of cognitive grammar (LANGACKER, 2019). One of the author’s provocations — among others — is the idea that semantics and morphology do not exactly constitute an interface between two linguistic components, as a structuralist and serial view of grammar might suppose. The author proposes, in fact, the framework of semantics over morphology. To support this strong hypothesis in his argumentative orientation, he reflects on the semantics of morphological constructions and on the polysemy in morphology,

as well as signaling to the formation of networks of morphological constructions, practicing a constructional semantics. Lemos de Souza bases his proposal on the symbolic motivation, arguing that morphology should be considered an epiphenomenon of processes of symbolization of the conceptual structure, that is, a materialization of semantics (LANGACKER, 1987, 1991). The idea is that semantic-conceptual processes have repercussions or morphological manifestations, with impact on the organization of grammar, as in the case of autonomy-dependence relationships that act on the morphological design itself.

The article *Redobramento, recursão e verbos de movimento em Português* (“Doubling, recursion and motion verbs in Portuguese”), by Verena Kewitz, is based on the semantic typology of movement proposed by Talmy (2000) for the analysis of redoubled path constructions in Portuguese. The doubled path constructions are those that code the path information in the verb and in prepositional or adverbial expressions, such as “*sair para fora*”, “*entrar para dentro*” etc. These constructions usually do not receive proper attention because they are traditionally considered as pleonastic forms; however, the author demonstrates that such constructions are semantically more complex — and more interesting — than the reductionist characterization of pleonasm could suppose. The author argues that the redoubled path displays semantic *recursion*, based on the principle of recursion proposed by Castilho (2015), in the context of multisystemic grammar. Kewitz also positions herself on the semantic difference between doubled path constructions, which would involve recursion, and not doubled without recursion, as “*entrou dentro de*” vs. “*entrou em*”, “*saiu pra fora*” vs. “*saiu fora*”, and puts forward the *construal* hypothesis (TALMY, 2000). According to the hypothesis raised, the constructions of doubled and un-doubled path would put in evidence *distinct perspectives* of the speaker about the constitution of a complex scene of movement. The author also notes that such patterns of doubled path, contrary to traditional expectations, occur conventionally in formal texts of archaic Portuguese, her analysis cutout, based on a well-developed study of documents based on discursive traditions. The study also presents other strong implications of the analysis for the notion of “redoubling” (MORAES DE CASTILHO, 2005) and for the notion of “recursion” of Castilho (op.cit) through the framework of cognitive semantics, considering the possibility of further research on the phenomenon

The article “*Plasticidade discursivo-textual: mecanismos de reanálise*” (“Textual and discursive plasticity: mechanisms of reanalysis”), by Graça Rio-Torto, presents a functional and cognitive analysis on processes of *plasticity* in linguistic meaning, which involve semantic change and lexical-grammatical reanalysis. The plasticity to which the author refers is an active phenomenon in linguistic semantics, concerning the fluctuation of nouns and adjectives that are recategorized in their classes and prototypical functions as referencers and qualifiers, for the implementation of new semantic functions, such as predicatives and intensifiers, like “*uma senhora aula*”, “*um puta professor*”, “*uma bosta de aula*”, “*o livro vendeu horrores*” etc. To describe this phenomenon of plasticity, the article establishes a connection between the functionalism *strictu sensu* and the models of cognitive linguistics, namely, the cognitive semantics, specifically that of Lakoff & Johnson (1980) and Lakoff (1987), with the proposition

of prototypical categories, conceptual metaphors and metonymies, and the construction grammar of Lakoff (1987, chapter 13) and Goldberg (1995, 2006). Rio-Torto proposes that the motivation of the plasticity phenomenon, which he defends to be discursive-textual, is of expressive and conceptual order. It is out of the necessity of expressing an evaluation that the speaker uses a prototypically referential term as predicative or prototypically qualifying as intensifier; and it is also out of cognitive motivation, insofar as the semantic-functional plasticity is due to the very cognitive flexibility of constructing radial linguistic categories through metaphorical and metonymic processes.

The article “*A palavra como arma: metáforas de guerra na conceptualização do antagonismo verbal*” (“WORD IS WEAPON: war metaphors in the conceptualization of verbal antagonism”), by Solange Coelho Vereza, analyzes different instantiations of “palavra” (“word”) in *memes*. The analysis of the *palavra* as a metaphorical expression in use allowed the identification of the conceptual metaphor “PALAVRA É ARMA” (“WORD IS WEAPON”) as a productive metaphor. When it comes to verbal antagonisms, ‘words’ can *hurt, injure* or *kill*, as if ‘word’ were a *weapon*. There are different possibilities of mapping from the source domain (‘WEAPON’) onto the target domain (‘WORD’) which licence different metaphorical expressions such as, for example “palavra é arma” (“word is weapon”) or “palavra é uma arma sem gatilho” (“word is a weapon without a trigger”), according to the author’s examples. For Vereza, the *frame* “weapon” as the source domain is, in turn, a cutout of the most encompassing *war frame*. *War* is the structuring *frame* of another metaphor involving verbal antagonism, DISCUSSION IS WAR, widely discussed since the proposal of Lakoff and Johnson (1980). It is conventional in our culture to conceptualize conflicts in human communication in terms of a “verbal fight”. Linguistic examples like “ele *venceu* o debate” (“he *won* the debate”) or “o que ele disse foi um *tapa na cara*” (“what he said was a *slap in the face*”) may metaphorically construct the scene of verbal antagonism, in view of the metaphor of an “discussion” as “war”. Vereza will then propose a relationship between conceptual metaphors, in which the conceptualization of WORD IS WEAPON is anchored on the more *schematic* conceptual metaphor of DISCUSSION IS WAR. The metaphors in use described by Vereza also demonstrate the conceptual substrate of force-dynamics (TALMY, 1988), the embodied basis of the metaphor of verbal antagonism. Although this is not the central focus of her analysis, the author indicates the force-dynamic as fundamental for alternative analysis. Thus, Vereza demonstrates the relevance of the balance between embodied approaches to metaphor and cognitive-discursive approaches (HAMPTE, 2017, cap.1) ³⁴.

3 HAMPTE, B. Embodiment and Discourse: Dimensions and Dynamics of Contemporary Metaphor Theory. In HAMPTE, B. (Ed), *Metaphor Embodied Cognition and Discourse*. Cambridge: Cambridge University Press (2017).

4 The field of studies of the conceptual metaphor counts in its evolution with theoretical and methodological approaches in competition (embodied, discursive, multimodal approaches...), demonstrating the effervescence of cognitive semantics. Hampte aligns himself to a conciliatory vision between the different positions on the conceptual metaphor.

Next, we present Aurelina Ariadne Domingues Almeida's article titled "*A categorização em perspectiva sociocognitiva de um africanismo do Português do Brasil: o item léxico xereca*" ("The categorization of an Africanism in Brazilian Portuguese from a sociocognitive perspective: the lexical item *xereca*"). This study proposes a sociocognitive approach to the categorization of the lexical item "*xereca*" (term for the female sexual organ), focusing on its different uses in interaction and discourse. The sociocognitive approach, in general, develops an integrated comprehension of the facets of human categorization, at the same time linguistic, cognitive, and cultural. The uses of the lexical item "*xereca*" encompass various aspects of categorization, among them the prohibition — as a taboo term — and the free circulation in different areas of discourse, in a way that it is possible to identify, in the categorization of this lexical variant, a differentiated *status* of conventionality and cognitive entrenchment in relation to its covariants in the domain of words referring to the female genital-sexual organ, such as "*buceta*", "*vulva*", among others. By presenting a qualitative analysis of the lexical variant "*xereca*" in situations of interaction and discourse, the author identifies singularities that are fundamental for a finer understanding of the ecology of meanings that circulate socially in relation to the lexicon item "*xereca*".

We finish the cognitive semantics section with the work "*A metáfora no ensino: uma análise de seu potencial como recurso pedagógico em videoaulas do Youtube*" ("*Metaphor in teaching: an analysis of its potential as a pedagogical resource in Youtube video lessons*"), by John Schabaram and Rove Chishman. This article focuses on the role of metaphor in Youtube video lessons, in the task of representing scientific concepts, proposing a typology for the metaphorical expressions identified in techniques, subtechniques, and constitutive theory, according to Cameron (2003). This study will certainly be an invaluable contribution to those who work with analysis of conceptual metaphors produced *online*.

The articles on formal semantics address issues related to the generation of meaning, in a formal approach, in three distinct languages: the Cape Verdean from Sotavento, the Brazilian Sign Language (Libras) and the Brazilian Portuguese (PB) all of which are insufficiently described at present, especially regarding their semantics, and in different degrees, all candidates for being considered minority languages. The articles on formal semantics deal with quite diverse phenomena: the necessity, or lack of necessity, of the presence of determinants in nominal argumentational phrases, the influence of directional prepositional phrases on the telicity of eventualities, the interpretation of yes-no answers, the interpretative distinctions between aspectual classes, and also two questions related to the expressiveness of adjectives — the permeability of the frontier between the functions of intensifying adverb and adjective, when it comes to bad language, as well as the licensing of adjectives in exclamatives.

From the theoretical point of view, multiple and distinct choices coexist in this group of articles: a classical semantics for argumentative nominal phrases, a semantics of directional vectors composing the telos of eventualities, the idea that semantics is a product of syntax, a classical Vendlerian semantics for the distinction of aspectual classes and a semantics of expressiveness, used both to analyze common uses of bad words and for the insertion of

adjectives in short exclamatory sentences. Two of the works, the one on Libras and the one on adjectives in exclamatory sentences, resort to experiments that needed to be designed and run before their results could be reported and discussed in this dossier. Thus, the experimental semantics is also represented in this section, dedicated to formal semantics, completing a varied menu.

The article “*Os Nomes nus em Caboverdiano*” (“The naked names in Cape Verdean”), by Wânia Miranda, precisely illustrates the fallibility of universal determinants (BARWISE; COOPER, 1981), describing nominals of the language (or variety) spoken in Sotavento and its region, where arguments do not present determinants. The expansion of knowledge about languages insufficiently described, minority languages, such as languages of Native American, in the U.S., and African languages, overturned the first generation universals, which projected regularities found in European languages as linguistic universals, increasing the repertoire of varieties and the challenge of the search for semantic universals.

In the article “*Sobre as preposições de trajetória do Português Brasileiro: tipologia e valor aspectual*” (“On the trajectories of Brazilian Portuguese: typology and aspectual value”), Thayse Letícia Ferreira and Renato Miguel Basso focus on the influence of the Brazilian Portuguese (BP) trajectory prepositions represented by ‘de’, ‘por’, ‘até’ and ‘para’ on the aspectual properties of events. The authors use a vector typology in the style of Zwarts (2005, 2008), concluding that non-cumulative prepositions and prepositional phrases directed to the TARGET of the trajectory, as long as they include this point in their denotation, may alter the telicity of the event.

In her article “*O Sistema responsivo do Português Brasileiro*” (“The responsive system of Brazilian Portuguese”), Lílian Teixeira de Souza relies on syntax as the source of interpretations, assuming, with Holmberg (2013, 2016), that the syntax of answers to yes-no questions is similar to the syntax of questions. Languages, according to that author, can be typologically divided between truth-based and polarity-based systems. Considering that BP presents three types of denials, depending on the number and position of negative items in the sentence — Neg VP; Neg VP Neg and VP Neg —, the article discusses how to insert the Brazilian Portuguese (BP) responsive system in this typology. Teixeira de Souza defends that it is the structural position, rather than the traits, present or not in the items, that leads to one interpretation or to the other.

Gabriel Simonassi and Luciana Sanchez-Mendes, in the article “*A Duratividade na expressão aspectual em Libras*” (“Durability in aspectual expression in Libras”), seek to identify distinctive semantic traits of the aspectual classes (VENDLER, 1957) in Brazilian Sign Language (Libras), arguing that the verbal predicates of the classes of *accomplishment* and activities in Libras behave differently and influence the aspectual expression of this language, both in the lexical and grammatical spheres. The method of controlled elicitation (MATTHEWSON, 2004) was used to collect data from minority languages in a systematic and objective way. The consultant opted for different strategies to express the durativity: in predicates of *accomplishments* and activities, a sign indicating the passage of time was adopted;

while in predicates with directed movement (telic and atelic), other strategies associated to the grammatical aspect were used, such as indicating a preparatory phase for the event.

The article “*Putá: a sintaxe e a semântica de um controverso intensificador*” (“‘Putá’: the syntax and semantics of an controverso intensifier”), by Renato Miguel Basso and Luisandro Mendes de Souza, discusses the intensifying expression ‘putá’, based on a formal approach to meaning. The authors argue that, even when preceding a noun within the nominal syntagma, the term modifies the combination of the noun with an adjective, which may or may not be explicitly present. With the implicit adjective, the evaluation is positive; the explicit adjective contributes, with its semantics, for a positive or negative evaluation of the noun. For the authors, there is a structural ambiguity in syntaxes such as “*uma putá festa legal*” which can denote “a very good and cool party” or “a very cool party”. The truth conditions of the sentence include the contribution of “putá”, which raises the contextual pattern of the scale given by the adjective; at the same time, on the expressive level, “putá” indicates a subjective involvement of the speaker.

Finally, Tatiane Gonçalves Sudré, in her paper “A expressividade no Português Brasileiro sob um olhar experimental” (“Expressivity in Brazilian Portuguese under an experimental perspective”), examines the licensing of adjectives in highly selective contexts, such as those that denote a certain degree of expressivity. Starting from the fact that short exclamatory sentences (“Que X!”) accept virtually all names, but few adjectives (Que lindo! / Que grande! / *Que algébrico! / *Que rodoviário!), the author sought in an experimental study conducted in English (BRASOVEANU; RETT, 2016), which aimed to investigate the nature of expressivity in that language, from adjective constructions and different types of adjectives, the inspiration to develop her own experimental research in BP. The results of the experiments indicate that being a grade adjective (KENNEDY; McNALLY, 2005) is a *sine qua non* condition for the adjective to be licensed in short exclamatives, and that, among the grade adjectives, those of relative grade are the most conducive to expressivity.

Through these six articles, we obtain a small overview of the paths of formal research in Brazil, with an example of the rich range of methodological paths and topics of interest.

And, this way, we close this semantic dossier, very happy with its representativeness. To conclude, we subscribe to Ilari’s words (2018): “As for me, it’s not that I believe in one type of Semantics. I really think that several types of Semantics are good and complete each other⁵” (ILARI, 2018, p.3).

Good reading to all.

*Maria Lúcia Leitão de Almeida, Ana Paula Quadros Gomes and Jorge Luiz Ferreira
Lisboa Júnior*

5 Original: “Quanto a mim, não é que eu acredite num só tipo de Semântica. Acho mesmo que vários tipos de Semântica são bons e se completam.” (ILARI, 2018, p.3).

References

BARWISE, J.; COOPER, R.. Generalized quantifiers and natural language. In: *Philosophy, language, and artificial intelligence*. Springer, Dordrecht, 1981. p. 241-301.

BRASOVEANU, A.; RETT, J. Evaluativity across adjective and construction types: An experimental study. *Journal of Linguistics*. 2016.

CAMERON, L. *Metaphor in educational discourse*. London/UK: Continuum, 2003.

CASTILHO, A. T. de. O que se entende por língua e por gramática. 2ª versão do primeiro capítulo de *Nova Gramática do Português Brasileiro*, ms., 2015.

FAUCONNIER, G. *Mental Spaces*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

_____. *Mappings in Thoughts and Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

_____; TURNER, M. *The Way we Think: Conceptual Blending and the Mind's Hidden Complexities*. New York: Basic Books, 2002.

_____. *Ten Lectures on Cognitive Construction of Meaning*. Distinguished Lectures in Cognitive Linguistics. Leiden: Brill Books, 2018.

GEERAERTS, D. *Theories of lexical semantics*. New York/Oxford: Oxford University Press, 2010.

GOLDBERG, A. E. *Constructions: A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University Press, 1995.

_____. *Constructions at work: The nature of generalization in language*. New York: Oxford University Press on Demand, 2006.

HAMPTE, B. Embodiment and Discourse: Dimensions and Dynamics of Contemporary Metaphor Theory. In.: HAMPTE, B. (ed), *Metaphor Embodied Cognition and Discourse*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

HOLMBERG, A. The syntax of answers to polar questions in English and Swedish. *Lingua* 128: 31-50. 2013. <https://doi.org/10.1016/j.lingua.2012.10.018>.

HOLMBERG, A. *The syntax of yes and no*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

ILARI, R. Entrevista ao Professor Rodolfo Ilari. *Revista Eletrônica de Linguística dos estudantes da Universidade do Porto*. v. 7, n. 2. 2018.

KENNEDY, C.; MCNALLY, L. Scale structure, degree modification, and the semantics of gradable predicates. *Language*, p. 345-381, 2005.

LAKOFF, G. *Women, fire, and dangerous things*. Chicago: Chicago University Press. 1987.

_____. The contemporary theory of metaphor. In.: ORTONY, A. (ed.). *Metaphor and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, p. 202-251.

LAKOFF, G; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: Chicago University Press. 1980.

_____. The metaphorical structure of the human conceptual system. *Cognitive science*, v. 4, n. 2, p. 195-208, 1980.

LANGACKER, R. W. *Foundations of Cognitive Grammar*, vol. 1, *Theoretical Prerequisites*. Stanford: Stanford University Press, 1987.

_____. *Foundations of Cognitive Grammar*, vol. 2, *Descriptive Application*. Stanford: Stanford University Press, 1991.

_____. *Morphology in Cognitive Grammar*. AUDRING, J.; MASINI, F. The Oxford Handbook of Morphological Theory. Oxford and New York: Oxford University Press. 2019.

MATTHEWSON, L. On the methodology of semantic fieldwork. *International journal of American linguistics*, v. 70, n. 4, p. 369-415, 2004.

MORAES DE CASTILHO, C. M. *O Processo de redobramento sintático no português medieval. A formação das perífrases de estar*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Tese de doutoramento, 2005.

TALMY, L. Force dynamics in language and cognition. *Cognitive science*, v. 12, n. 1, p. 49-100, 1988.

_____. *Towards a Cognitive Semantics. Vol. I: Concept Structuring Systems*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2000a.

_____. *Towards a Cognitive Semantics. Vol. II: Typology and Process in Concepts Structuring*. Cambridge: Massachusetts, MIT Press, 2000b.

VEALE, T. The ABCs of XYZs: Creativity and conservativity in humorous epithets. In.: MANJALY, J.; INDURKHYA, B. (eds.) *Cognition, experience, and creativity*. New Delhi: Orient Blackswan, 2014.

VENDLER, Z. Verbs and times. *Philosophical Review*, 56. 143–160, 1957.

ZWARTS, J. Prepositional aspect and the algebra of paths. *Linguistics and philosophy*, v. 28, n. 6, p. 739-779, 2005.

ZWARTS, J. Priorities in the production of prepositions. *Syntax and semantics of spatial P*, v. 120, p. 85, 2008.



A SEMÂNTICA DO PASSADO COMPOSTO EM PORTUGUÊS (PROJETO DE PESQUISA)

Rodolfo Ilari¹

Neste projeto, retomo um tema que foi objeto de uma comunicação apresentada no II Congresso Nacional de Linguística, realizado em 1983 na PUC do Rio de Janeiro. Naquela comunicação, eu centrei minhas atenções em dois problemas que se encontram na tentativa de formular em termos explícitos o papel semântico do Passado Composto, problemas que consistem, mais precisamente, 1) em formalizar seu sentido iterativo (que contrasta com o das demais perífrases “de tempo” construídas mediante o auxiliar *ter*, mas é normal para aquela forma quando o verbo de sentido pleno indica ação), e 2) em manter, nessa formulação, a possibilidade de relacionar o sentido iterativo com o sentido durativo que, embora menos comum, é possível quando o predicado indica estado.

Na comunicação de 1983, esses dois problemas ou “desafios” vinham formulados com alguma clareza, mas pouco era feito no sentido de sua superação; por outro lado, aquele texto sugeria que tudo mais, na descrição semântica do passado composto português é questão de simples rotina, e isto é certamente falso. A existência de impasses reconhecidos, a possível existência de outros e uma atenção maior à maneira como os vários aspectos da significação do passado composto se articulam justificam a retomada do tema; o propósito, aqui, era o de chegar a uma descrição formal unificada e simples da semântica daquela forma; é possível que este trabalho faça menos do que isso, por exemplo porque as soluções aventadas para os vários problemas parciais não se juntam; é possível também que fique simplesmente ampliado o repertório de impasses.

¹ Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (1975). Tem pós-doutorado em Semântica pela University of California Berkeley, nos Estados Unidos (1981 - 1983). Atuou como professor titular de Português no Instituto de Espanhol, Português e Estudos Latino-americanos da Universidade de Estocolmo. É professor Emérito da Universidade Estadual de Campinas.



1. Intuições compartilhadas

Em termos intuitivos, o grau de acordo sobre as possíveis interpretações do passado composto português é bastante grande. Embora essa forma tenha constituído o tema de uma polêmica entre Gonçalves Viana (que escreveu a respeito no final do século XIX) e Paiva Boléo (cujos principal texto sobre o assunto é da década de 1930), o desacordo resulta não da recusa de interpretações propostas, mas da dificuldade de resumir numa fórmula única o papel semântico daquela construção. Para Gonçalves Viana, a construção do Passado Composto é basicamente iterativa; Boléo considera além disso uma interpretação durativa. Abaixo desse patamar de “generalidade”, os fatos e as interpretações são os mesmos. Assim, para quem não esteja interessado em definir essências, é possível concordar em grande parte com ambos os autores, retomando deles, sem conflito, algumas observações preciosas e básicas sobre as características semânticas daquela perífrase.

Dou a seguir uma lista de observações semânticas sobre o Passado Composto Português. Nessa lista, as observações 1. a 4. retomam os autores citados e são aquelas que mais claramente estabelecem a excepcionalidade daquela construção, na série dos tempos compostos com *ter*. São também aquelas que mais claramente estabelecem seu contraste com os demais tempos do português e com as construções análogas das demais línguas românicas. As observações 5.-7. captam propriedades semânticas que escapariam naturalmente àqueles autores, ou por serem excessivamente óbvias (dispensando por isso mesmos os comentários de uma gramática não inteiramente explícita) ou por exigirem conceitos ainda não disponíveis em suas respectivas épocas.

1. O passado composto português exprime iteração, cf.

(1) Ele tem-nos visitado várias vezes.

(2) * Ele tem-nos visitado uma vez.

2. Exprime iteração independentemente de estar presente na oração um advérbio indicando frequência:

(3) Ele nos visitou (= uma vez? = várias vezes?)

(4) Ele nos visitou várias vezes.

(5) Ele nos tem visitado (= mais de uma vez)

3. Assume eventualmente um valor de continuidade:

(6) Tenho estado doente.

4. A repetição ou continuidade a que se refere o passado composto dizem respeito a um

período que, começando no passado, alcança o momento de fala e, eventualmente, o ultrapassa:

(7) *Le Monde* tem sido entregue em São Paulo pelo correio aéreo desde 1927.

(8) **Le Monde* tem sido entregue pelo correio aéreo desde 1923 até 1968.

5. A distinção de um valor durativo e um valor iterativo tem a ver com características aspectuais do predicado, sendo relevante a *Aktionsart* do verbo:

(9) O Fernando tem publicado na série Novos Escritores da Ática.

(10) A este governo tem faltado vontade política para a solução dos problemas.

6. O passado composto é inapropriado não só para descrever fatos que ocorreram uma única vez, mas ainda para descrever fatos que se repetiram, se se quer ao mesmo tempo explicitar quantas vezes o fato se repetiu:

(11) * Eles têm vindo três vezes (cf. *fr.* Ils sont venus trois fois, *it.* Sono venuti tre volte)

(12) Eles têm vindo milhares de vezes

(13) Eles têm vindo muitas vezes

7. A interpretação e a gramaticalidade de orações no passado composto são afetadas pela quantificação dos sintagmas nominais presentes na sentença, e pela ocorrência de adjuntos:

(14) O surto de meningite tem matado muita gente.

(15) * O surto de meningite tem matado uma pessoa

(16) O surto de meningite tem matado uma pessoa a cada três horas, nesta cidade

(14) * O surto de meningite tem matado a zeladora

(15) * O surto de meningite tem matado Pedro, Carlos e José.

Os pontos 1. a 7. estão longe de esgotar o conjunto de observações que, juntas, constituiriam uma análise intuitiva completa do Passado Composto Português. Assim, um dos encaminhamentos possíveis para a presente discussão consistiria em acumular dados, buscando um levantamento exaustivo de condições de co-ocorrência, situações de uso e interpretações de sentenças contendo o passado composto. Seguiremos ao invés disso um outro caminho - reconstituir formalmente as intuições disponíveis, de modo a tornar calculável a interpretação das sentenças em que o passado composto intervém.

Na prática, nada se perde ao aplicar esta orientação porque, dialogando com uma metalinguagem regimentada, seremos obrigados a uma série de precisações, e estaremos fazendo

uma série de predições que tornam bem mais rigorosa a exigência de adequação descritiva; mas a construção do sentido das sentenças no passado composto como um cálculo tem suas próprias exigências e obriga-nos a definir alguns dispositivos formais, mediante desenvolvimentos que, para o linguista descritivo poderiam parecer digressões.

Na comunicação de 1983, o quadro formal apontado como referência para a definição dos “dois desafios” era a Semântica de Montague representada pelo *Proper Treatment of Quantification in English*. Mantenho essa referência. Mas desde já pode-se antecipar que certos aspectos fundamentais na Semântica de Montague (por exemplo, seu caráter intensional) não são relevantes para nosso estudo. Por outro lado, as características do passado composto português forçam o recurso a certos dispositivos não previstos no PTQ, mas que podem ser desenvolvidos, com (relativa) facilidade em seu formalismo: como se verá, um desses dispositivos é a quantificação sobre eventos; outro a incorporação da noção de intervalo, acarretando uma compreensão mais articulada da localização relativa dos tempos de evento, referência e fala. No caso do passado composto, essa localização é mais complexa que para outras formas, não podendo reduzir-se à álgebra de instantes imaginada por Reichenbach.

A próxima secção (Secção 2) será dedicada a considerar algumas maneiras possíveis de incorporar os tempos (no caso, o passado) à descrição semântica, pois o passado composto é, antes de mais nada, um passado. A seguinte (Secção 3) discute a maneira como se pretende representar formalmente cada uma das propriedades do passado composto que foram descritas intuitivamente nos itens 1.- 7. acima, e examina algumas sugestões disponíveis na bibliografia linguística. Fica para as duas últimas secções (Secção 4 e secção 5) a tentativa de articular essas soluções parciais num conjunto coerente de regras, cuja forma mais geral é dada pela Gramática de Montague.

2. O tratamento dos tempos / o passado

Para incorporar o tempo ao formalismo semântico, a bibliografia de inspiração lógica tem lançado mão de vários dispositivos formais, igualmente eficazes do ponto de vista técnico, mas “filosoficamente” distintos na medida em que remetem a ontologias diferentes ou lembram de maneira mais ou menos exata um ou outro dos formatos classicamente propostos para a teoria semântica. Assim, para traduzir a idéia de passado que reconhecemos em

(16) Colombo descobriu a América

podemos, sem grandes diferenças para a representação de nossas intuições sobre os valores estritamente temporais das formas, optar por uma das alternativas descritas a seguir (Cp. McCawley 1981, pp.340 ss.):

(a) acrescentar aos argumentos do predicado um argumento extra, que indica por definição o momento em que se dá a descoberta e, além disso, localizar esse momento como anterior ao de fala mediante uma sentença à parte. Por essa alternativa, (16) passa a ser traduzida como

(16) a. $D(c,a,t) \& A(t,f)$ $D = \text{descobrir}$

$A = \text{anterior}$

(b) definir um operador R_t que, aplicado a uma sentença em que se preserva a poliadicidade habitual, informa que a proposição correspondente é verdadeira no momento t . A tradução de (16) seria então

(16) b. $R_t D(c, a) \& A(t,f)$ Idem

(c) entender que qualquer sentença, independentemente de trazer marcas gramaticais de presente, passado ou futuro, só resulta verdadeira ou falsa quando julgada a partir de determinações contextuais bastante precisas. Formalmente, esta idéia leva a entender o sentido de uma sentença como uma função que, tendo por contra-domínio (isto é, como possíveis valores) os valores de verdade $\{V \text{ e } F\}$ tem por domínio (isto é, como argumentos) índices, em que uma das coordenadas é precisamente um momento do tempo. Utilizando esta formulação (em que o tempo recebe um tratamento paralelo ao que a “Semântica Geral” de Lewis propõe para os dêiticos e para os mundos possíveis) entender-se-á que (16) é verdadeira se e somente se a sentença “mais simples”

(17) Colombo descobre a América

for verdadeira para algum tempo anterior ao “atual”.

É sabido que a análise propriamente linguística de Montague se aplica a um pequeno fragmento do inglês; dadas as dimensões pequenas do fragmento, é até certo ponto surpreendente que ao tratar dos tempos do verbo Montague se tenha lembrado de incluir precisamente o Present Perfect como exemplo de tempo passado. Seja como for, as regras de que ele lança mão no PTQ para dar conta dessa forma são ao todo quatro - duas para a forma afirmativa e duas para a forma negativa. Aqui, limitar-me-ei a transcrever as duas que tratam da forma afirmativa, mantendo sua numeração original para facilitar o controle do leitor. Trata-se, de acordo com o que se poderia esperar na concepção de gramática de Montague² de:

(a) uma regra sintática, destinada a dar conta da “morfologia das sentenças no Present Perfect, em inglês”. Essa regra é sumária, mas isso era até certo ponto previsível: como se sabe, os escritos de Montague são fortemente programáticos: aparentemente, Montague acreditou

² Numa descrição generalíssima, esse modelo compreende três componentes: 1) o primeiro é uma sintaxe das línguas naturais na qual se categorizam expressões elementares e se definem processos pelos quais essas expressões podem ser articuladas sintagmaticamente em expressões maiores; 2) o segundo componente é constituído por uma linguagem auxiliar de inspiração lógica, *IL*, com uma sintaxe própria e uma semântica de condições de verdade, isto é, concebida à maneira da teoria dos modelos; mediante procedimentos de tradução, uma ou mais fórmulas de *IL* são colocadas em correspondência com cada uma das fórmulas da língua natural, esclarecendo dessa maneira suas possíveis interpretações e ambiguidades; 3) podemos por fim encarar como um componente à parte os enunciados metalinguísticos que esclarecem aspectos da interpretação das fórmulas de *IL*, quando estes não coincidem com os procedimentos *standard* de interpretação da lógica.

que a formulação de regras para dar conta da forma final das sentenças da língua natural era uma questão de rotina, menos importante, e por isso ele não implementou este aspecto de sua gramática. Assim, é muito provável que o linguista mais “tradicional” ache decepcionante a regra em questão, (S_{17}), que cria apenas sentenças na terceira pessoa do singular, e deixa completamente em aberto as demais formas que incluiríamos, intuitivamente, no mesmo paradigma.

(b) uma regra “de tradução”, T_{17} , que orienta no sentido de construir sintaticamente fórmulas não mais da realização de determinadas operações sintáticas, não mais da língua natural, mas de *IL*, a Linguagem Intensional que serve a Montague para calcular o sentido das sentenças, sem incorrer em ambiguidade. A regra em questão, lembre-se, deveria expressar sem ambiguidades, por meio de fórmulas de *IL*, o sentido de sentenças inglesas afirmativas no Present Perfect de modo que todas as características significativas que se detectam na língua natural a propósito dessas sentenças fossem exibidas (e não meramente intuídas).

Com as observações que precedem, tornam-se talvez legíveis as regras que tratam do passado no PTQ: S_{17} , e T_{17} ; para facilitar a compreensão de T_{17} , transcrevo ainda, como U_{17} , a fórmula utilizada por Dowty et. al. (1981, p.115) para definir o operador de passado, P , que aparece em T_{17} (entenda-se essa definição como a regra semântica que permite interpretar sentenças de *IL* contendo P , em termos de outras sentenças que não o contêm).

(S_{17}) Present Perfect:

Se $\alpha \in P_T$ e $\delta \in P_{IV}$, então $F_{14}(\alpha, \delta) \in P_t$

onde $F_{14}(\alpha, \delta)$ é o resultado de escrever o primeiro verbo em δ em sua forma de passado, terceira pessoa do singular; entenda-se ademais que P_T , P_{IV} e P_t são maneiras de denominar as categorias dos sintagmas nominais, dos sintagmas verbais e das orações; e F_{14} denota o décimo quarto modo de composição de expressões, dentre os que a sintaxe torna disponíveis nesse nível;

(T_{17}) Present Perfect:

$F_{14}(\alpha, \delta)$ traduz-se $P \alpha' (\wedge \delta')$

(U_{17}) Present Perfect

Se Φ é uma fórmula, então $P\Phi^{M,i}$ é verdadeira se e somente se há algum i' , anterior a i , tal que $\Phi^{M,i'}$ é verdadeiro,

onde M refere-se a mundos possíveis, e i, i' a momentos (leia-se “ $P\Phi^{M,i}$ é verdadeira” como $P\Phi$ é verdadeira no mundo M e no momento i ”).

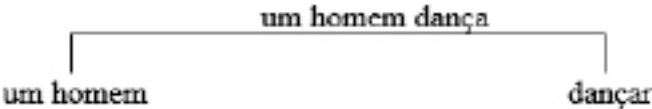
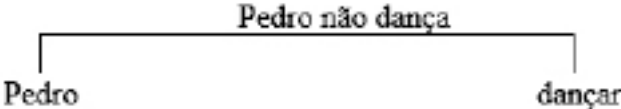
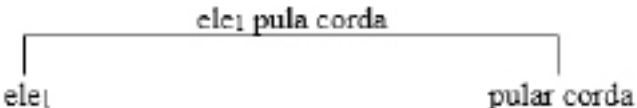
Olhando para U_{17} não é difícil perceber que o formalismo utilizado por Montague para dar conta do Present Perfect inglês é uma variante da terceira solução técnica exposta acima: as

letras M e i, usadas em posição de expoente nas regras de U_{17} remetem ao conjunto dos mundos possíveis e ao conjunto dos instantes, e assim ilustram com clareza a idéia de coordenadas e índices. Mas isso não é tudo.

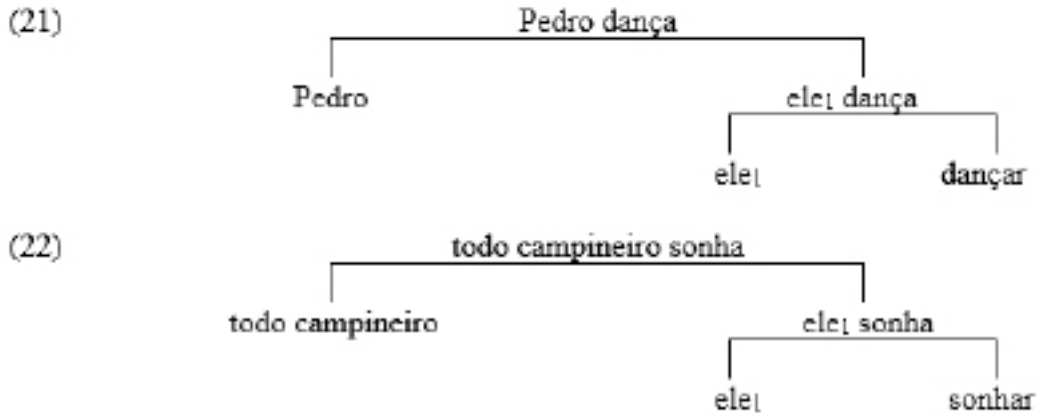
Para uma adequada compreensão das regras acima, convém que nos detenhamos em duas características que poderiam passar despercebidas: a primeira mais visível em (S_{17}), é que Montague caracteriza o passado composto como uma das tantas maneiras disponíveis para “juntar sujeito e predicado formando uma sentença”; a segunda é que, ao traduzir sentenças de Present Perfect em *IL*, ele dá ao operador de passado o escopo mais amplo possível, de modo que α' (δ') fique no escopo de P.

Em si mesmas, essas duas características nada tem a ver com a questão dos tempos, mas sua inclusão foi certamente proposital por parte de Montague, já que, articuladas com os demais dispositivos que dão conta da relação sujeito-predicado, capacitam *IL* para exibir algumas ambiguidades das sentenças temporalizadas das línguas naturais. Para explicar em que consiste esse ganho expressivo em *IL*, adoto aqui o método que me parece mais didático: menciono em primeiro lugar os dois métodos disponíveis no PTQ para tratar de “sujeitos”; trato em seguida da introdução da negação; por fim, mostro como os dois métodos de introduzir sujeitos funcionam em sentenças negativas. O ponto é que algumas ambiguidades envolvendo tempos são análogas a algumas ambiguidades que costumam ser apontadas nas sentenças negativas: podemos então usar estas últimas para compreender melhor, por analogia, o tratamento que Montague deu ao Present Perfect. É claro que esse desvio “didático” não deixa de ser uma digressão, e o leitor que assim queira poderá evitá-la, saltando diretamente para o penúltimo parágrafo desta secção.

No PTQ há dois “métodos” para formular a relação sujeito-predicado. O primeiro consiste em combinar diretamente uma expressão nominal (um T) e uma expressão verbal (um IV) dando origem a uma oração; é ilustrada pelos exemplos abaixo:

- (18) 
- (19) 
- (20) 

O segundo método é exemplificado em (21) e (22) e consiste em lançar mão de uma expressão nominal (*Pedro, um homem, todo habitante de Campinas*) como substituto de um pronome indexado gerado (pelo primeiro método) em posição inicial de oração.



A utilização desse método, como se pode perceber, nada mais é do que a ligação de variáveis da lógica elementar, necessária para dar conta de uma série de casos de correferência; assim, é pelo segundo método, e não pelo primeiro, que se obtém uma interpretação correta de sentenças como “Todo imbecil se promove” “um homem canta e dança”, que não significam, obviamente, “todo imbecil promove todo imbecil” nem “um homem canta e um homem dança”.

No PTQ, as regras que tratam de sentenças no Present Perfect tem exatamente o mesmo formato das regras que dão conta das sentenças negativas no presente (na realidade, são casos da mesma regra (S₁₇) e (T₁₇) que transcrevi acima):

(S₁₇) Negação: Se $\alpha \in P_T$ e $\delta \in P_{IV}$, então $F_{11}(\alpha, \delta) \in P_t$

onde: $F_{11}(\alpha, \delta) = \alpha, \delta'$ e δ' é o resultado de escrever o primeiro verbo em δ em sua forma de terceira pessoa singular, negativa. Entenda-se ademais que P_T , P_{IV} e P_t são maneiras de denominar as categorias dos sintagmas nominais, dos sintagmas verbais e das orações; e F_{11} denota o décimo primeiro modo de composição de expressões, dentre os que a sintaxe torna disponíveis nesse nível;

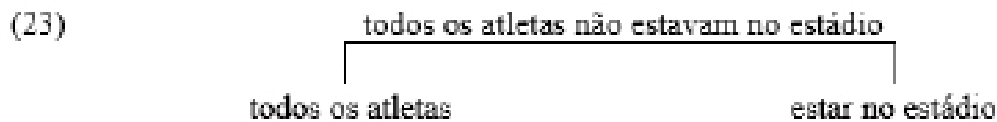
(T₁₇) Negação: $F_{11}(\alpha, \delta)$ traduz-se $\neg \alpha' (\wedge \delta')$

(U₁₇) Negação:

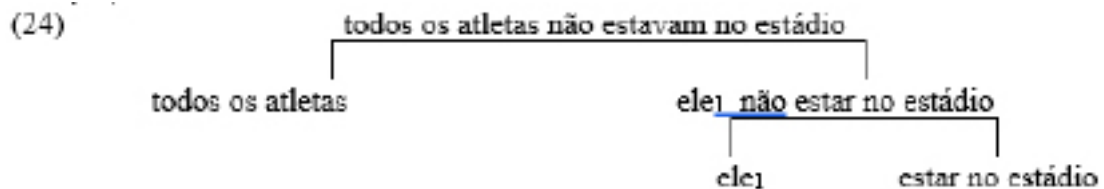
Se Φ é uma fórmula, então $\neg \Phi^{M,i}$ é verdadeira se e somente se $\Phi^{M,i}$ for falsa.

onde “ $\Phi^{M,i}$ é verdadeira” lê-se “ Φ é verdadeira no mundo M e no momento i”).

Definindo a regra que constrói orações negativas como uma regra de formação de sentenças, e dispondo das duas maneiras descritas acima de ligar sujeitos e predicados, ganha-se a possibilidade de distinguir os dois sentidos de “todos os atletas não estavam no estádio no momento da explosão”: numa das suas interpretações, essa oração é a negação de uma generalização; no outro é a generalização de uma negação:



= por (T₁₇) a “É falso que (todos os atletas estavam no estádio)” (= negação da generalização)



= por (T₁₇) a “Vale para todos os atletas que(eles não (estavam no estádio)) (= generaliz. da negação).

A interação dos quantificadores com os tempos gera ambiguidades semelhantes às que se podem apontar para todos e a negação. Assim,

(25) Todos os generais já foram soldados rasos

poderia ser entendida como (26) ou como (27)

(26) Já houve um momento em que todos os generais eram soldados rasos

(27) Para todo general, já houve um momento em que ele era soldado raso.

e

(28) O diretor de publicações sempre foi um linguista tanto pode descrever o atual diretor (informando no limite que ele nasceu linguista) como pode expressar uma regularidade observada no recrutamento dos vários diretores de publicações que já existiram. Essas ambiguidades são, em suma, reais, e é um dos méritos da formulação de Montague permitir expressá-las. É claro, contudo, que apesar desses méritos a formulação de Montague não é adequada para o Present Perfect do inglês e muito menos para os sentidos que o passado composto português assume nos exemplos portugueses enumerados até aqui. Para chegar mais perto de uma descrição semântica correta do Passado Composto do Português precisaremos, portanto, substituir as regras de Montague por regras especiais.

A primeira dessas regras, correspondente a (S₁₇) de Montague é à primeira vista banal: sintaticamente, podemos imaginar o passado composto como mais uma maneira de ligar o sujeito e o predicado de uma oração, algo que fica dito em (S_{PC}):

(S_{PC}) Se $\alpha \in P_T$ e $\delta \in P_{IV}$, então $F_{PC}(\alpha, \delta) \in P_t$

onde $F_{PC}(\alpha, \delta)$ é o resultado de escrever o primeiro verbo em δ em sua forma de

passado composto, terceira pessoa do singular; etc.... e F_{PC} denota um dos tantos modos de composição de expressões propiciados pela sintaxe.

Decalcando uma segunda vez a proposta de Montague, também parece possível propor uma regra de tradução em que apareça um operador temporal específico para nosso passado composto, algo como

$$(T_{PC}) F_{PC} (\alpha, \delta) \text{ traduz-se PC } \alpha' (\wedge \delta)$$

A invenção do novo operador PC, por si só, não resolve nenhum problema. Não é mais possível, hoje, evidentemente, dar aos tempos o tratamento programático (e por isso justificadamente superficial) que lhes deu Montague, e nesse sentido o novo operador PC não serve, a não ser como abreviação de uma série de operações semânticas a serem explicitadas. Ao procurar explicitar o que se abrevia através do operador PC é que os problemas realmente começam. E é aqui que entram as observações feitas no início deste texto.

3. Determinações semânticas na interpretação do passado composto

3.1. “O passado composto português exprime iteração”

Afirmar que “Pedro tem visitado o castelo dos Capuletos” é afirmar, entre outras coisas, que as visitas de Pedro ao castelo dos Capuletos se repetiram no passado. Parece, em outras palavras, que o passado composto exprime pluralização, não no sentido de que o sujeito é necessariamente plural, mas no sentido de que a ação não é única. Mal comparando, há uma espécie quarta proporcional entre o singular e o plural dos nomes, de um lado, e o passado simples e passado composto dos verbos de ação, de outro. Em ambas as oposições há um elemento “não marcado”: é num caso o singular, que pode referir-se a um ou mais objetos; e no outro o passado simples, que registra um fato singular ou um fato repetido. Esta observação ajuda a compreender a oposição que estou tentando estabelecer, mas não é de todo exata:

(29) Houve várias reclamações de telespectadores contra a violência da nova série policial
é uma paráfrase nominal adequada tanto para (30) como para (31), mostrando que essas duas orações, descrevem, de algum modo, eventos “plurais”:

(30) Vários telespectadores reclamaram...

(31) Vários telespectadores têm reclamado...

Mas (30) e (31) não são sinônimas: somente (30) poderia ser utilizada no dia seguinte ao lançamento da nova série policial para relatar uma reação coletiva da audiência. Para entender a peculiaridade semântica do passado composto, e definir as condições de verdade de PC, é preciso, em suma, entender pluralização no sentido bastante peculiar de escalonamento de eventos no

tempo. Assim, uma primeira aproximação altamente intuitiva das condições semânticas de uma sentença construída com passado composto seria:

(U_{pc}) -----

PC $\alpha' (\wedge \delta')^{M,i}$ é verdadeira no mundo M e no momento i, se e somente se, considerados todos os momentos anteriores ao momento de fala em que $\alpha' (\wedge \delta')$ se verifica, resulta que esses momentos formam um conjunto não unitário, para cujos elementos vale algum tipo de periodicidade

(U_{pc}) diz que, se interpretarmos (32) por referência aos índices descritos em (33), chegaremos à conclusão de que é verdadeira para os mundos I e II, mas não para os mundos III e IV:

(32) Pedro tem visitado a Ilha Porchat.

(33)

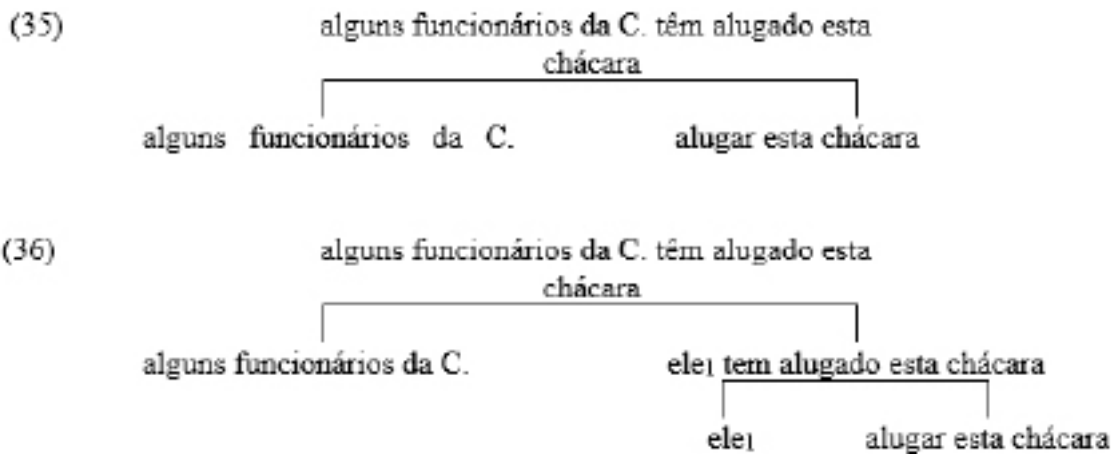
“ Pedro visita a Ilha Porchat ” é verdadeira							
	nos momentos						
nos mundos	i - 6	i - 5	i - 4	i - 3	i - 2	i - 1	i
I	V	F	V	F	V	F	V
II	V	F	F	V	F	F	V
III	F	F	V	F	F	F	F
IV	V	V	V	F	F	F	F

O que falta no mundo III é a repetição; o que falta no mundo IV é o “escalonamento ao longo do tempo” dos momentos em que se realiza “Pedro visita a Ilha Porchat”. No meu modo de entender, esse elemento de “escalonamento no tempo” é distinto da “repetição” propriamente dita, e relaciona-se com aquilo que poderíamos chamar de “período de apuração” da verdade do passado composto; por isso deixo de discuti-lo aqui e trato dele mais adiante, na secção 3.4.

Descontado o problema ilustrado pelo mundo IV do quadro (33), poderíamos pensar que (U_{pc}) diz no essencial o que há para ser dito a respeito de repetição em na definição semântica de PC. Não é bem assim, porque no caso das orações cujo sujeito é um plural, as regras de que dispomos até o momento, ao mesmo tempo que apontam para uma ambiguidade não óbvia, paralela da que apontei na negação, não dão conta de outras alternativas de interpretação, também possíveis. Para esclarecer de que alternativas de interpretação se trata, comparemos (32), cujo sujeito é um nome, a orações cujos sujeitos são expressões quantificadas. No caso de (32), é imediato que a fórmula Φ , isto é, a fórmula de cuja verdade ou falsidade em momentos anteriores ao momento i depende a verdade no momento i de $PC\Phi$, é “Pedro visita a Ilha Porchat”. O modo como encaramos a relação sujeito-predicado nessa oração (método 1 ou método 2 de Montague, antes descritos) não faz nenhuma diferença para a interpretação. É diferente o caso de orações com sujeito quantificado. Para

(34) Alguns funcionários da Carborundum têm alugado esta chácara,

a escolha por um ou outro esquema de construção da relação sujeito-predicado resulta nas árvores (35) e (36):



e nas interpretações (37) e (38):

(37) Repete-se de tempos em tempos, num período do passado que alcança o momento de fala (para alguns funcionários da C. (que eles alugam esta chácara)).

(38) Para alguns funcionários da C. (repete-se de tempos em tempos num período do passado que alcança o momento de fala (que eles alugam esta chácara)).

Confrontando (37) e (38) com os quadros (39) e (40)

(39)

nos mundos	m_{i-5}	m_{i-4}	m_{i-3}	m_{i-2}	m_{i-1}	m_i
I $\{x: x \text{ aluga a chácara}\} =$	$\{a,b,c,d,n\}$	\emptyset	$\{b,c,d\}$	\emptyset	$\{b,c,d,m\}$	\emptyset
II $\{x: x \text{ aluga a chácara}\} =$	$\{a,b,c,d,n\}$	\emptyset	$\{b,c,d,m,n,o,p\}$	\emptyset	$\{a,b,c,d\}$	\emptyset
III $\{x: x \text{ aluga a chácara}\} =$	$\{a,b,c\}$	\emptyset	$\{d,e,f\}$	\emptyset	$\{g,h,i\}$	\emptyset

(40)

nos mundos	m_{i-8}	m_{i-7}	m_{i-6}	m_{i-5}	m_{i-4}	m_{i-3}	m_{i-2}	m_{i-1}	m_i
IV $\{x: x \text{ aluga a chácara}\} =$	$\{a\}$	$\{b\}$	$\{c\}$	$\{a\}$	$\{b\}$	$\{c\}$	$\{a\}$	$\{b\}$	$\{c\}$
Tomando cada um dos indivíduos do conjunto $\{a,b,c\}$, constata-se que ele participa intermitentemente da ação de alugar a chácara, sem que haja um grupo de indivíduos, supostamente os mesmos, que alugam a chácara, a cada ocasião.									

constatamos que (37) é verdadeira se M for como I, II ou III, e que (38) é verdadeira se M for como I, II ou IV. Fazer esta constatação é o mesmo que admitir que, à luz do PTQ, as orações portuguesas com verbo no passado composto e sujeito quantificado são orações ambíguas, e este é um resultado intuitivamente correto, porque de fato não interpretamos da mesma maneira

(41) [Contexto: A entrada de imigrantes ilegais no país é cada vez mais difícil...] Semanalmente, a cada nova batida da polícia, algumas pessoas têm sido detidas e extraditadas.

e

(42) [Contexto: A repressão contra os inimigos do regime continua, embora esteja adotando métodos menos ostensivos:] algumas pessoas têm comparecido semanalmente à polícia, [para assinar um livro de presença, como forma de liberdade vigiada.]

A distinção é entre o que poderíamos chamar de “predicação coletiva” (cada episódio de captura aplica-se a um grupo diferente) e “predicação distributiva” (cada um dos indivíduos em liberdade vigiada faz a sua visita à polícia, onde assina o livro).

Mas ao mesmo tempo que traz à tona essas complexidades não óbvias do passado composto, (U_{pc}) defronta-nos também com um problema: há pelo menos uma situação, distinta de (39) e (40), também expressa pelo passado composto, que fica além da capacidade expressiva daquela regra: trata-se da situação descrita em (43)

(43)

	i - 8	i - 7	i - 6	i - 5	i - 4	i - 3	i - 2	i - 1	i
IV {x: x aluga a chácara} =	{a}	{∅}	{b}	{∅}	{c}	{∅}	{d}	{∅}	{e}
Note-se que não há grupos em nenhum momento, nem há identidade dos indivíduos envolvidos na ação.									

Quando referimos (U_{pc}) à situação descrita em (43), mantemos a ideia de escalonamento no tempo, e de pluralização dos participantes; mas não podemos apontar um grupo de agentes, cada um dos quais se envolve ciclicamente na mesma ação, nem de uma série de ações sucessivas envolvendo a cada ocasião uma pluralidade de indivíduos; aqui, o plural do sujeito resulta de que, reunindo vários protagonistas individuais, obtemos um “grupo através do tempo”. A situação descrita em (43) é, pois, a única que faria sentido associar a

(44) Muitas pessoas têm morrido [desde que começaram os rachas na avenida].

Na variante de gramática que expus, há somente duas maneiras de representar a relação sujeito-predicado: e a “terceira” interpretação que caracteriza orações como (44) não é nenhuma das duas. Fica clara a necessidade de estender a gramática e, em termos muito gerais, a extensão a ser tentada poderia ser no sentido de incorporar a proposta de Davidson (1967) sobre a estrutura lógica das sentenças de ação.

Como se sabe, um dos objetivos perseguidos naquele texto é o de tornar calculáveis as inferências que, intuitivamente, estabelecemos entre (a) e (b), (a) e (c), e (a) e (d), (b) e (c), (b) e (d) e (c) e (d) em (45):

- (45) a. Charlotte Corday assassinou Marat no banho, com uma faca
b. Charlotte Corday assassinou Marat
c. Charlotte Corday assassinou alguém
d. Alguém assassinou alguém.

Todas essas inferências são intuitivamente válidas, mas as duas primeiras não seriam calculáveis pelos mecanismos inferenciais próprios do Cálculo de Predicados de Primeira Ordem se em (a.) fosse reconhecido um predicado de quatro lugares, e em (b) e (c) um predicado de dois. Davidson paga o preço “ontologicamente” alto de incluir objetos de um tipo especial - os *eventos* - no universo sobre o qual essas sentenças se interpretam, e com isso consegue separar, entre os sintagmas nominais de (a), aqueles que pertencem de maneira estável ao predicado *Matar* daqueles que se associam ao evento, num papel mais ou menos circunstancial. Desde que *Matar* é definido como um predicado de três lugares, correspondentes respectivamente ao assassino, à vítima e ao evento, as sentenças acima podem ser transcritas

- a. $\exists u A(\text{cmu}) \ \& \ EM(b,u) \ \& \ COM(f,u)$
b. $\exists u A(\text{cmu})$
c. $\exists u \exists x A(\text{cxu})$
d. $\exists u \exists x \exists y A(\text{xyu})$

e a possibilidade calcular (b), (c) e (d) a partir de (a) etc. torna-se imediata.

Chamo a atenção aqui para a maneira como se fala de eventos nas fórmulas (c) e (d): nessas fórmulas, os eventos acabam sendo tipificados pelo predicado usado, mas os participantes não são necessariamente identificados. Ora, supondo que (abrindo mão da informação estritamente temporal) aceitemos representar “Alguém morreu”, “Houve uma morte” ou, mais exatamente “Houve um evento, que consistiu na morte de alguém” por

- (46) $\exists u \exists x M(xu)$

e supondo, ainda, que entendamos o passado composto como uma pluralização de eventos cada um dos quais seria expresso pelo pretérito perfeito, chega-se naturalmente a algo como (47), de que (48) é abreviação:

- (47) $(\exists u_1) \exists x M(x,u_1) \ \&$
 $(\exists u_2) \exists x M(x,u_2) \ \&$
 $(\exists u_3) \exists x M(x,u_3) \ \&$
..... &
 $(\exists u_n) \exists x M(x,u_n)$

(48) $(\exists^n u) \exists x M(x,u)$

(“há uma pluralidade de eventos em que algum x morre”)

Para chegar a uma representação aproximada de (44), basta agora inserir uma letra, a representar o predicado *Pessoa*:

(49) $(\exists^n u) \{ \exists x [P(x) \& M(x,u)] \}$.

Poderia parecer que a fórmula (49) diz menos do que (44), pois, além de as mortes serem passadas, fato de que trato mais abaixo, em 3.4., já mencionei que os indivíduos que morrem são sempre diferentes, e isso não está dito em (49). Na realidade, encaro isso como um mérito e não um defeito da fórmula: é uma contingência do verbo *Morrer*, como de resto dos verbos *Nascer*, *brigar pela primeira vez com o patrão*, *ganhar o Prêmio Nobel de Literatura*, que a ação por eles descrita não se aplica duas vezes, em sentido literal, à mesma pessoa; é próprio da relação indicada por *Conhecer* (no sentido de travar conhecimento, vir a conhecer) e *Descobrir* que o mesmo sujeito não conhece ou descobre duas vezes o mesmo objeto e assim por diante. Em outras palavras, fixando (49) como a maneira pela qual formulamos o tipo de repetição expresso pelo passado composto, entenderemos que (44) é falsa, em contextos correntes, como de resto o seria

(50) *Morri*.

Tudo isso me parece intuitivamente correto³.

A formulação contida em (49) não deve ser entendida como uma definição metalinguística do passado composto - na realidade mal comecei o trabalho de exploração que pode levar-nos a isso - mas estabelece algumas condições necessárias para essa definição, que serão avaliadas, em última análise, ao longo de todo este trabalho. Nesta secção, a avaliação consiste em verificar 1) se a fórmula (49) faz justiça à posição que as sentenças de passado composto ocupam no jogo das inferências; 2) se o quantificador de reiteração de eventos que propus interage corretamente com os demais; 3) se é possível acomodar a solução de (49), de maneira natural e simples, ao formalismo adotado.

Em relação à primeira pergunta, registro um resultado correto e um aparente enigma. O resultado correto é que, com certeza, gostaríamos de poder inferir (52) de (51), e é precisamente isso que ocorre, dada a formalização adotada

3 Tenho consciência de que os “plurais através do tempo” apresentam vários problemas dos quais não trato aqui. Apenas para registrar as omissões, considerem-se os exemplos a seguir:

(i) O Seu Mário ou o Seu Alcides tem estado no escritório.
 (ii) De alguns anos a esta parte, o padre tem batizado muitas crianças de pais não casados no religioso.

(iii) Maria tem achado recados na secretária eletrônica - exatamente um por dia.
 (i) mostra a possibilidade de o passado composto ter um sujeito disjuntivo; (ii) e (iii), que relatam respectivamente uma sucessão de batizados individuais e os serviços prestados a Maria por sua secretária eletrônica, mostram que o plural que decorre de repetição pode aparecer no sintagma nominal objeto.

(51) Tenho conhecido alguns engenheiros florestais em Rondônia

$(\exists^n u) \{ \exists x [EF(x) \& C(eu,x,u) \& EM (Rondônia, u)] \}$.

(52) Conheci (pelo menos) um engenheiro florestal em Rondônia

$(\exists u) \{ \exists x [EF(x) \& C(eu,x,u) \& EM (Rondônia, u)] \}$

O enigma é por que não se pode inferir de (51) de (53)

(53) Conheci em ocasiões diferentes Tarcísio Nogueira, Germano Moreira e José Pinto Figueira, engenheiros florestais em Rondônia.

(53) contém todas as informações que nossa fórmula identifica em (51), fornecendo além do mais o nome das pessoas que conheci. De (53) deveria, portanto, inferir-se (51). Se isto não acontece é que o passado composto obedece a alguma restrição que não incide sobre (53) e que não é de todo difícil de identificar: (51) pode ser usada para descrever a situação relatada em (53) desde que a possibilidade de travar conhecimento com engenheiros florestais em Rondônia continue aberta. Representar uma contabilidade em aberto é uma característica peculiar do passado composto, cuja importância já aflorou, e que prometi tratar em 3.4. Naquela secção, precisarei discutir, notadamente, o status semântico dessa característica, pois, embora o uso de (51) para descrever os fatos relatados em (53) configure claramente alguma intenção de enganar, não configura com a mesma evidência uma asserção “contrária aos fatos”.

A fórmula (49) pluraliza um tipo de objeto, o evento, e isso permite, de imediato, representar como ambiguidades de escopo algumas alternativas de interpretação que apontei de passagem na exposição anterior. Oponham-se para começar as fórmulas:

(49) $(\exists^n u) \{ (\exists x) [P(x) \& M(x,u)] \}$.

(54) $(\exists x) \{ (\exists^n u) [P(x) \& M(x,u)] \}$.

À diferença da primeira, a segunda indica que uma determinada situação se repete para alguém. Ela é, portanto, apropriada para representar

(55) Alguém tem dormido no quarto da vovó [desde que ela ficou doente]

na situação em que alguém, digamos, uma certa neta, foi escalada para a função de dormir com a vovó por motivo de segurança; (49) seria apropriada para dizer que a vovó não dormiu sozinha, por exemplo, porque houve um rodízio de parentes.

Uma vez que admiti a possibilidade de pluralizar os eventos, um dos tipos de objeto que intervêm na interpretação das sentenças que nos interessam, não há por que não admitir a possibilidade de pluralizar os outros objetos. Considerando essa segunda possibilidade, o predicado “x visitar a basílica” dá origem às seguintes fórmulas:

- (56) a. $(\exists u) \{(\exists x) [V(x,u)]\}$. “Alguém visitou a basílica”
- b. $(\exists u) \{(\exists^n x) [V(x,u)]\}$. “Em alguma ocasião, um grupo visitou a basílica”
- c. $(\exists^n u) \{(\exists x) [V(x,u)]\}$. “Repete-se que algum indivíduo visita a basílica”
- = Tem havido visitas à basílica, A basílica tem sido visitada, Alguém tem visitado a basílica.
- d. $(\exists^n u) \{(\exists^n x) [V(x,u)]\}$. Em ocasiões seguidas, algum grupo visita a basílica.
- = A basílica tem sido visitada
- e. $(\exists x) \{(\exists u) [V(x,u)]\}$. “Em pelo menos uma ocasião, houve pelo menos uma pessoa que visitou a basílica.”
- = Alguém visitou a basílica
- f. $(\exists^n x) \{(\exists u) [V(x,u)]\}$. “Um grupo visitou a basílica.”
- g. $(\exists x) \{(\exists^n u) [V(x,u)]\}$. “Alguém tem visitado a basílica.”
- h. $(\exists^n x) \{(\exists^n u) [V(x,u)]\}$. “Um mesmo grupo tem visitado a basílica.”

É fácil ver que algumas dessas fórmulas são equivalentes: a. e e., b. e f. As demais descrevem situações diferenciadas. Poder-se-ia perguntar se, com essas fórmulas, eu não estaria abordando a linguagem natural por meio de uma metalinguagem excessivamente poderosa, que acaba por criar ambiguidades onde não há. É uma objeção à qual é sempre preciso estar atentos, e à qual só posso responder aqui da seguinte maneira: não foi por acaso, mas por uma necessidade apontada pelo próprio estudo do passado composto, que passei a considerar o plural. Ora, quando se considera o plural, a maior parte das distinções aí feitas se tornam úteis. Compensa, portanto, mantê-las, mesmo porque uma rápida reflexão sobre o que sabemos hoje a respeito de plural, mostra ao mesmo tempo que o tema é assustadoramente complexo, e nosso conhecimento insignificante.

Seja como for, parece claro que o passado composto e o perfeito se repartem a tarefa de expressar as várias alternativas descritas no quadro acima, de modo tal que o passado composto só é possível em correspondência ao uso de um $(\exists^n u)$. Não é propriamente uma novidade, dadas as razões que levaram à introdução desse quantificador no simbolismo⁴.

Antes de encerrar esta seção, lembremos que, embora seja um fator essencial do caráter iterativo das sentenças no passado composto, a quantificação não o esclarece cabalmente: resolvida a interação da quantificação do sujeito com o passado composto, sobram coisas a explicar sobre a repetição ou “escalonamento do tempo” que atribuímos àquela perífrase

4 Seria interessante retomar à luz desses dados e de outros análogos a tese de Jakobson segundo a qual a gramática da língua determina o que não se pode deixar de passar como informação.

como marca registrada. A pergunta a fazer é se a noção de reiteração que convém ao Passado Composto é a mesma que encontramos em outros tempos verbais, e como sempre a comparação é instrutiva. Os exemplos (57)-(60) mostram que, em oposição ao passado simples, o passado composto (da mesma forma que o presente simples e o presente progressivo) fala naturalmente de um fato que se repete,

(57) Maria saiu com um homem casado.

(58) Maria tem saído com um homem casado.

(59) Maria está saindo com um homem casado.

(60) Maria sai com um homem casado.

e é essa diferença que permite coordenar o primeiro exemplo, sem contradição, com a negação dos demais:

(61) Maria saiu com um homem casado (algum tempo atrás) mas não tem saído /está saindo /sai com ele ultimamente.

Ora, há diferenças no efeito de repetição inerente a esses três tempos: as agramaticalidades observadas em (62) e (63)-(64) poderiam sugerir que o passado composto não indica disposição (no sentido dado ao termo, por ex. por Quine 1951), mas, em vista de (65), seria incorreto concluir disso que ela não se aplica a tipos, (no sentido de Carlson 1981);

(62) Esta flor é o beijinho. É também conhecida como Maria-sem-vergonha, porque dá / *tem dado /*está dando em qualquer canto.

(63) A água entra/*tem entrado em ebulição aos cem graus

(64) O vulcão da ilha entra / tem entrado em erupção pelo menos uma vez a cada vinte anos

(65) O mico-leão dourado tem estado várias vezes em extinção, mas foi preservado graças aos esforços dos zoólogos do Rio de Janeiro.

Confirmando que sabemos muito pouco sobre a noção de repetição ou escalonamento no tempo que associei ao Passado composto, acrescenta-se que não se espera que ela seja absolutamente regular: com efeito, (66)

(66) Albert tem voltado de Bordeaux com o trem das 8,12.

não se torna falsa porque Albert perdeu o trem algumas vezes, ou porque em determinadas ocasiões optou por outro horário. (66) garante tão somente que na maioria das vezes - ou melhor dizendo, na falta de uma razão superveniente, Albert voltou no trem das 8,12, e que é isso que ainda se espera dele. Há, em suma, nessa afirmação, um elemento quantificacional, mas esse elemento é de tipo mais probabilístico do que categórico, e nesse sentido lembra a oposição

que Vendler (1967) estabelece entre os dois quantificadores generalizantes *all* e *any*. Segundo o ensinamento de Vendler,

(67) Any doctor will tell you that Stopsneeze helps

não contém um relato, que poderia ser verdadeiro ou falso, nem uma predição, que poderia como tal ser correta ou incorreta, mas emite uma espécie de garantia aberta (*blank warranty*) para predições condicionais, uma garantia que pode ou não ser confiável. A análise que Vendler propõe para *any* aplica-se naturalmente ao português *qualquer(um)* e apela constantemente para dois usos daquela palavra que teriam valor paradigmático: o das ofertas (a frase “Take any” pronunciada na presença de uma fruteira contendo várias maçãs), e o da previsão de possibilidades futuras (*any* combina-se habitualmente com verbos no futuro). Recordo aqui a descrição que Vendler fez de *any* porque, remetendo ao futuro, ela sugere uma ramificação de histórias possíveis. O passado composto, à sua maneira, é compatível com uma série de histórias passadas: dá parâmetros para que possamos imaginar inúmeras histórias em que um “mesmo fato” ocorre, mas a localização exata dessas recorrências é normalmente irrecuperável na falta de outros elementos, por exemplo, adjuntos de frequência.

O fato de que não encaramos como (66) como falsa mesmo que Albert tenha tomado outro trem numa ou noutra ocasião leva a perguntar que papel tem na interpretação dessa sentença a interpretação de outra, que afirmaria a regularidade absoluta dos retornos. Se (66) se interpreta como um relaxamento das condições de verdade de

(68) Albert voltou de Bordeaux no trem das 8,12 (todo dia, toda vez que foi a Bordeaux)

então estamos diante de um processo semântico semelhante ao que Dowty (1979) detectou a propósito do progressivo, e que apliquei à descrição dos progressivos do português em Ilari e Mantoanelli (1983). Essa explicação me parece atraente, mas não deixa de ter problemas: o principal é que à diferença do que ocorre com a análise de Dowty para a perífrase progressiva, onde o recurso a dois mundos possíveis é fortemente motivada pela necessidade de equacionar o “paradoxo do progressivo”, e o período em que os dois mundos coincidem é, em última análise o momento de referência do predicado em forma progressiva, aqui não fica claro qual é o denominador comum que se deve exigir entre o mundo em que os fatos ocorrem com absoluta regularidade e o mundo real sobre o qual se predica o passado composto. Dizer mais seria confundir vagueza com modalidade.

3.2. O passado composto é inapropriado não só para descrever fatos que ocorreram uma única vez, mas ainda para descrever fatos que se repetiram, se se quer ao mesmo tempo explicitar quantas vezes o fato se repetiu

O Passado Composto do Português é incompatível com a ocorrência na sentença de adjuntos indicando exatamente quantas vezes que o fato descrito se repete, característica que o opõe a seu análogo inglês e a seus análogos românicos.

(71) O João tem lido três vezes *Guerra e Paz*.

(72) John has read three times *War and Peace*.

(73) Giovanni ha letto tre volte *Guerra e Pace*.

Explica-se assim que sentenças como (74)-(77), em que a ocorrência do fato é quantificada de maneira exata,

(74) Esse aluno tem recebido três advertências.

(75) Tenho feito três viagens a Nova Iorque desde que casei.

(76) Tenho conhecido três engenheiros químicos em Porto Velho.

soem típicas de estrangeiros, aprendizes de português, ao contrário de (77)-(79), onde a quantificação é vaga

(77) Esse aluno tem recebido muitas advertências.

(78) Tenho feito muitas viagens a Nova Iorque.

(79) Tenho conhecido muitos engenheiros químicos em Porto Velho.

Há certamente consenso quanto aos exemplos acima, mas é menos claro qual seja o fator envolvido. Que a restrição não resulta de uma mera idiossincrasia gramatical que impediria de usar o passado composto na proximidade de um cardinal, fica evidente em exemplos como

(80) O carteiro tem tocado duas vezes

(81) Os alunos do segundo ano têm ao todo sete disciplinas. Eles têm recebido duas notas por bimestre em cada disciplina, o que totaliza em princípio 56 notas por ano letivo.

Nesses exemplos, os numerais cardinais e o passado composto são aceitáveis, mas é claro que, se tentássemos usar esse fato como contra-exemplo, estaríamos trapaceando. Os dois sinais seguidos de campainha que identificam o carteiro repetem-se toda vez que ele “toca” para avisar que há correspondência, e não é o número de toques em cada ocasião, mas o total de ocasiões em que ele “toca” que não admite indicação exata. Assim, (80) informa que se repete um número indeterminado de vezes um episódio em que o carteiro faz uso da campainha; o número exato de toques é interno a cada episódio. O exemplo (81) é apenas um pouco mais complicado, mas se explica do mesmo modo.

À restrição sobre cardinais corresponde uma restrição sobre datas: as datas também criam agramaticalidades nas sentenças com passado composto, cp.

(82) * Esse aluno tem recebido advertência nos dias 23, 24 e 25 de abril

(83) * Tenho sacado meu dinheiro do banco no dia 5 de maio último.

a menos que se trate de indicações de calendário passíveis de repetição. Assim (84) e (85) são sentenças aceitáveis, posto que possa haver alguma dificuldade em imaginar que se realizem as situações que descrevem.

(84) Esse aluno tem recebido advertência nos dias 23, 24 e 25 de todo mês

(85) Elpidinho tem zerado a conta do banco no dia 5 de maio de todo ano, para as compras do dia das mães.

Apartir desses exemplos, a restrição que estamos procurando definir torna-se aparentemente um pouco mais clara. Se associarmos ao Passado composto uma forma como a que é expressa em

(86) No passado [Repete-se_(n vezes) que (um determinado fato ocorre_(m vezes))]

No passado [Repete-se_(em tais e tais datas) que (um determinado fato ocorre_(em tais e tais datas))]

a proibição de ser exato não incide, por assim dizer, no adjunto que se aplica ao fato, mas no adjunto que se aplica à repetição. É possível, em outras palavras, ser exato no adjunto interno, mas não no adjunto mais externo, aquele que quantifica a repetição.

3.3. PC exprime reiteração independentemente de estar presente na oração um advérbio indicando frequência

O fato de que o passado composto exprime reiteração independentemente de ocorrerem na oração quaisquer adjuntos que marquem o aspecto iterativo já tinha sido apontado por Viana e Paiva Boléo, mas isso não nos leva muito longe, pois alguns outros tempos verbais têm a reiteração como uma de suas leituras possíveis, como se verifica nas sentenças a seguir (com verbo conjugado no presente e no imperfeito):

(91) Não seria difícil para a polícia localizar aquele bandido pois, sabidamente, ele repassava a mercadoria roubada a um determinado receptor da rua Oriente.

(92) Meu irmãozinho faz inalações na clínica Stopsneeze do Dr. Vendler.

Prefiro assim encarar aquela observação como um lembrete de que há todo um trabalho a ser feito sobre a possível co-ocorrência dos adjuntos adverbiais de caráter temporal e aspectual, de um lado, e os tempos do verbo, de outro, e como uma indicação de uma forte expectativa de que o passado composto se localizará de maneira própria e peculiar no quadro de co-ocorrências a ser assim traçado. Como ponto de partida para esse levantamento, traço a seguir uma comparação sumária entre o passado composto e o passado simples: nota-se que alguns tipos de adjunto são incompatíveis com uma ou outra forma, ou que determinam uma interpretação específica para a sentença.

Tipo de adjunto	Passado Composto	Passado Simples
Quando? <i>quando perdeu a esposa</i>	* (93) Ele tem visitado a família quando perdeu a esposa	OK (94) Ele visitou a família quando perdeu a esposa
Há quanto tempo? <i>desde o dia 25 de outubro de 1983</i>	* (95) Ele tem visitado a família desde o dia 25 de outubro de 1983	* (96) Ele visitou a família desde o dia 25 de outubro de 1983
Daqui a quanto tempo? <i>daqui a dois meses</i>	* (97) Ele tem visitado a família daqui a dois meses	* (98) Ele visitou a família daqui a dois meses
Até quando? <i>Até que perdeu a esposa</i>	* (99) Ele tem visitado a família até que perdeu a esposa	OK (100) Ele visitou a família até que perdeu a esposa
Desde quando? <i>desde que casou</i>	?OK (101) ele tem visitado a família desde que casou	OK (102) ele visitou a família desde que casou
Quantas vezes? <i>dez vezes ao todo</i> <i>muitas vezes</i>	? (103) Ele tem visitado a família dez vezes ao todo	OK (104) Ele visitou a família dez vezes ao todo
	OK (105) Ele tem visitado a família muitas vezes	OK (106) Ele visitou a família muitas vezes
Por quanto tempo? <i>por três dias</i>	? (107) Ele tem visitado a família por três dias	OK (108) Ele visitou a família por três dias
Com que frequência? <i>raramente</i>	OK (109) Ele tem visitado raramente a família	OK (110) Ele visitou raramente a família
etc.		

O quadro que acabo de apresentar não pretende mais do que fornecer uma amostra da complexidade das relações de co-ocorrência entre adjuntos de tempo e tempos verbais do passado; na realidade, essa amostra precisará ser consideravelmente ampliada e, sobretudo,

as incompatibilidades e as consequências semânticas da inserção de adjuntos precisarão ser explicadas. A título de exemplo, direi apenas, aqui, que minha intuição não me permite decidir com segurança sobre a gramaticalidade de (103), mas que a negativa correspondente (“Ele não tem visitado a família dez vezes ao todo”) me parece sensivelmente melhor; quanto ao outro ponto de interrogação que aparece na tabela, a explicação é outra: (107) é perfeitamente gramatical se for entendida como afirmando que cada uma das visitas tem duração de três dias. *Três dias* define em outras palavras a duração de cada um dos eventos que repetidos justificam o uso do passado composto, não o período ao qual se refere a própria repetição.

Como essa questão vem tratada em outra passagem deste projeto, limito-me, aqui, a observar que existem duas formas de aplicação do adjunto de tempo à ação expressa pelo verbo, o que obrigará a complicar a sintaxe da linguagem em que queiramos representar o passado composto, para dispor de dois pontos distintos de aplicação do adjunto. A possibilidade de uma dupla inserção dos adjuntos de tempo é um dos temas do livro de Dowty *Word Meaning and Generative Semantics*, assim, examinar e avaliar sua solução torna-se um exercício obrigatório.

De qualquer maneira, um problema a ser equacionado num contexto formal de tratamento é como os adjuntos de tempo acima exemplificados se incorporam (composicionalmente) ao sentido da sentença. Uma outra proposta que procura levar em conta a variedade dos adjuntos é a de McCawley (1981: 340 ss.). Essa proposta lança mão de fórmulas como

$T_p(A) = \text{'at the past time at which } A\text{'}$,
 por exemplo $T_p(\text{John meet Cynthia})(\text{John be a student})$ representará ‘John was a student when he met Cynthia’

$D_p(m)A = A \text{ m units into the past?}$
 por exemplo, $D_p(5 \text{ years})(\text{Mary buy a piano})$ representará ‘Mary bought a piano five years ago’

$C_p(a)(A) = \text{'A at the past time } a\text{'}$,
 por exemplo, $C_p(2:00)(\text{I take the cake out of the oven})$ representará ‘I took the cake out of the oven at 2:00’

e de regras de conversão como

$[T_p(A)(B)]^a \rightarrow (\iota t: \wedge Pta, A') B'$
 $[D_p(m)(A)]^a \rightarrow (\iota t: a - t = m) A'$
 $[T_p(m)(A)]^a \rightarrow (\iota t: t - a = m) A'$
 $[T_p(b)(A)]^a \rightarrow A^b \text{ if } Pba, \text{ undefined otherwise.}$
 $[T_p(b)(A)]^a \rightarrow A^b \text{ if } Pab, \text{ undefined otherwise}$
 $A^a \rightarrow R^a(A) \text{ if } A \text{ is not one of the above forms}$

Será preciso avaliar as exigências que esse formalismo impõe a um tratamento formal, além de seu interesse propriamente descritivo. De qualquer modo, nem para a proposta de Dowty, nem para essa proposta de McCawley a aplicação ao passado composto do português é imediata.

3.4. PC assume eventualmente um valor de continuidade e a distinção de um valor durativo e um valor reiterativo tem a ver com características aspectuais do predicado, sendo relevantes as características de *Aktionsart* do verbo:

(a) Como vimos acima, Paiva Boléo defende a tese de que existem ocorrências de passado composto que exprimem uma idéia legítima de duração. Os exemplos são como

(111) Tenho estado doente (Boléo 1937, p.128)

(112) À sombra do lindo céu

Jurei, tenho jurado

Não ter outros amores

Só a ti tenho amado (ibidem)

o que poderia sugerir que a construção de Passado Composto assume sentido durativo sempre que se aplica a um predicado cujo esquema aspectual envolve duração (se tomarmos por base a conhecida classificação de Vendler, é o caso dos “*states*” como *love* e das “*activities*” como *push a kart*), mas essa é, na melhor das hipóteses uma aproximação grosseira.

À primeira vista, os exemplos

(113) o doente tem ficado em seu quarto

(114) O alarme tem ficado ligado

(115) A porta central da basílica tem ficado fechada.

informam que o doente nunca mais saiu do quarto, que o alarme ficou permanentemente ligado, de que a porta central da basílica está há tempos trancada. Essas interpretações são diferentes das que descrevi nas secções anteriores: qualificam um estado ou processo como permanente a partir de um determinado momento e, como não envolvem repetição em nenhum sentido óbvio, poderiam ser qualificadas de permanentemente durativas. Não nego que assim seja, nesses casos e em outros, mas tenho dúvidas de que a perífrase de PC baste por si para determinar a interpretação em questão. Com efeito, pequenas modificações no vocabulário e um contexto apropriado chamam novamente em causa a ideia de repetição. Considerem-se:

(116) o menino tem ficado em seu quarto.

(117) a televisão tem ficado ligada

(118) a janela tem ficado aberta

Eles poderiam com toda certeza indicar o fato de que o menino fica no quarto em todas as ocasiões em que seria esperada sua presença ou participação na rotina familiar, que a televisão tem ficado ligada depois de todo mundo ir deitar ou que a janela tem ficado aberta quando as pessoas saem de casa para o trabalho (“sempre” = em todas as situações relevantes, que podem ser, por exemplo, todas aquelas que envolvem algum tipo de tensão). Um teste possível para confirmar a repetição é o acréscimo da expressão “algumas vezes”. Os três exemplos acima a aceitam, a mostrar que podem indicar repetição de pequenas durações. Teríamos assim que opor duas representações, e optar pela segunda:

(duratividade absoluta)

.....[.....]f

(duratividade intermitente)

.....[.....].....[.....].....[.....].....f

Estas observações nos defrontam com um dilema frequentemente encontrado na descrição semântica - o de decidir entre ambiguidade e polissemia: adotando a alternativa da ambiguidade, poderíamos declarar que as sentenças em questão (113)-(118) representam duas leituras disjuntas e independentes do passado composto. Adotando a alternativa da polissemia, precisamos mostrar como as duas interpretações se relacionam: aparentemente a principal crítica que Paiva Boléo faz a Gonçalves Viana é por não ter encarado esse dilema, deixando assim escapar um caso bastante singular de homonímia.

(b) A questão de relacionar as interpretações repetitivas e durativas do Passado Composto será retomada adiante. Aqui, vale insistir que o uso com predicados de *state* e *activity* não é em si mesmo uma garantia de que a interpretação final da sentença será durativa; aponta no máximo para uma tendência, que resulta bloqueada por fatores que conhecemos mal: um desses fatores, conforme sugerimos, é a existência de momentos de verificação pragmaticamente significativos: assim as três sentenças a seguir poderiam estar relatando o que ocorreu (ou foi apurado) em sucessivos balancetes, sucessivas decisões da nova diretoria ou sucessivas medições da temperatura.

(119) O cliente tem mantido um saldo em conta superior a 20.000 reais

(120) Tenho-me calado apesar de discordar das decisões da nova administração.

(121) A temperatura da terra tem subido desde que a humanidade começou a ter registros meteorológicos.

Outro fator de bloqueio da tendência a interpretar durativamente os states e activities é o fato de que PC pode funcionar como passado composto de algo que já não é *activity* ou *state*. Assim, (122)

(122) O chefe da repartição tem sido estúpido/inconveniente com as funcionárias
é mais provavelmente o passado composto de

(123) O chefe da repartição está sendo estúpido/inconveniente com as funcionárias
que de

(124) O chefe da repartição é estúpido / inconveniente com as funcionárias

Outro fator ainda é o uso em nível de *stage*, *kind*, etc. (ver Carlson) dos sintagmas nominais: é evidente que nesse sentido que (125) se torna agramatical se *o chefe da repartição* for entendido como referindo-se a um indivíduo particular, e que a interpretação é forçosamente iterativa se estiver em jogo uma praxe que preside à escolha de sucessivos chefes:

(125) O chefe da repartição tem sido um funcionário de carreira.

3.5. A repetição ou continuidade a que se refere PC dizem respeito a um período que, começando no passado, alcança o momento de fala e, eventualmente, o ultrapassa.

Ao tratar na secção 3.1. da sentença “Pedro tem visitado a Ilha Porchat” observei que ela seria declarada falsa numa situação (mundo IV da tabela (33)) em que as visitas de Pedro à Ilha Porchat ocorreram amiudadamente num passado distante, mas não voltaram a repetir-se em momentos mais próximos ao de fala.

mundo IV	m_{i-6}	m_{i-5}	m_{i-4}	m_{i-3}	m_{i-2}	m_{i-1}	m_i
	V	V	V	F	F	F	F

Quando se tenta entender esse fato, vem à mente algumas observações que já foram feitas sobre os passados compostos de outras línguas e que o aproximam, de algum modo, do presente. Uma delas é a de Benveniste, que trata decididamente do passado composto francês como um tempo presente e não passado: essa tese de Benveniste, que me parece correta também para algumas outras línguas românicas em que o passado composto contrasta com um passado simples, deve ser relacionada não só com a etimologia dessa construção, que indicava na origem o resultado presente de uma ação passada, mas ainda com a célebre distinção que Benveniste estabelece entre tempos do discurso e tempos da história: com isso, chega-se a caracterizar um fato passado porém relevante no momento da enunciação - uma explicação que, intuitivamente, explicaria hoje as motivações distintas que levam a escolher entre as sentenças francesas

(131) Jean Moulin a été tué par les Allemands quand il était maire à Chartres

(132) Jean Moulin fut tué par les Allemands quand il était maire à Chartres

esclarecendo que a primeira seria mais provavelmente pronunciada por alguém que vivia à época do fato relatado, ao passo que a segunda seria mais provavelmente encontrada num livro de História Contemporânea.

Basta, contudo, traduzir essas duas frases para o português para confirmar que o Português atual não tem essa distinção. Provavelmente, a indicação de que um fato passado é relatado com evidência “testemunhal” já foi um dos usos regulares do Passado Composto do Português, mas hoje esse uso se reduz tanto quanto sei à fórmula “tenho dito”, tal como é usada para encerrar um discurso, e portanto não faz parte do conjunto de fatos de que se trata neste trabalho.

O tipo de compromisso que o Passado Composto mantém com o momento de fala fica evidenciado não pela comparação com as outras línguas românicas, mas pelo contraste com os demais tempos do próprio português. O contraste mais instrutivo é, mais uma vez, com o perfeito simples e (133) vs. (134) constitui, nesse sentido, uma espécie de “par mínimo” se as respectivas sentenças forem pronunciadas hoje (1996):

(133) Durante anos a fio, Cid Moreira tem apresentado aos espectadores brasileiros o Jornal Nacional da TV Globo.

(134) *Durante anos a fio, Eron Domingues tem apresentado aos ouvintes da Rádio Tupi o Repórter Esso.

(135) Durante anos a fio Cid Moreira apresentou aos espectadores brasileiros o Jornal Nacional da TV Globo .

(136) Durante anos a fio, Eron Domingues apresentou aos ouvintes da Rádio Nacional o Repórter Esso.

O que prejudica (134) é no meu entender o fato de que o Reporter Esso, um jornal televisivo que ficou no ar, aliás com muito sucesso, nas décadas de 50 e 60, já não existe. Se essa explicação é correta, o Passado Composto português obedece a uma restrição que afeta seu análogo inglês: informa que o fato relatado poderia, em tese, estar acontecendo no momento de fala. McCawley (1971) comenta esse fato para o inglês, retomando uma observação de Leech, e mostrando que a pergunta

(137) Have you visited the exhibition?

só é cabível se a possibilidade da visita se mantém. Se a exposição já terminou, ou se o interlocutor sofreu um acidente que o imobiliza, impedindo em caráter definitivo que ele faça a visita, a pergunta tem que ser formulada no Simple Past.

A maneira de formalizar essa exigência que McCawley (1981) propõe para o inglês consiste em 1) associar sistematicamente à interpretação do passado composto um *intervalo*,

no interior do qual são escolhidos os instantes em que se verifica a proposição a que o passado composto se aplica (dada a maneira como McCawley reformula a noção de reference-time de Reichenbach 1947, isso é o mesmo que dizer que o reference-time do passado composto é um intervalo); 2) exigir que esse intervalo inclua obrigatoriamente o momento de fala. Este segundo aspecto distingue essencialmente uma sentença no Simple Past de uma sentença no Present Perfect: ambas as formas remetem a momentos (os momentos em que é verificada a proposição que resta uma vez retirado o morfema de tempo) localizados num segmento do tempo; por definição, esse segmento não pode incluir o momento de fala no caso do Simple Past e do nosso Perfeito; ao contrário, precisa incluir esse momento no caso do Present Perfect e do Passado Composto. Retornando à “metáfora fiscal” de gosto discutível que usei em 3.1., direi que (à parte a exigência de escalonamento já discutida) o Passado Composto e o Perfeito têm “períodos de apuração” distintos. Ao invés da metáfora fiscal, MacCawley, que define as durações como conjuntos infinitos de momentos, e trata os momentos em questão por meio de variáveis quantificadas, dirá que, no caso do passado composto, o momento de fala tem que estar obrigatoriamente entre os valores que a interpretação pode associar às variáveis. Tento traduzir o essencial de sua proposta na fórmula abaixo, cuja formulação fortemente aproximativa e provisória não escapará ao leitor:

(138) ($U_{PC+ \text{ período de apuração}}$) -----

PC (Φ) é verdadeira no mundo M e no momento i, se e somente se, $\exists I \exists x \exists y \dots \exists n ((x, y \dots n \in I) \& x, y, \dots n \text{ estão escalonados no tempo e } (\Phi) \text{ se verifica em } x, \text{ em } y, \dots \text{ e em } n.$

3.6. A interpretação e a gramaticalidade de orações no passado composto são afetadas pela quantificação dos sintagmas nominais presentes na sentença, e pela ocorrência de adjuntos

(a) Quantificação do predicativo do sujeito em sentenças equacionais.

Considere-se o seguinte exemplo:

(141) A Alsácia e a Lorena têm sido motivo de controvérsia entre a França e a Alemanha.

Minhas intuições não são suficientemente firmes para que eu possa decidir se o plural na palavra *motivo* faz da Alsácia e da Lorena dois capítulos diferentes na história dos conflitos franco alemães, mas parece-me certo que a escolha do singular ou plural em *controvérsia* faz diferença: num caso, temos uma pendência não resolvida, um conflito mais ou menos latente, que dá margem a vários atritos singulares; no outro temos esses conflitos. Na forma de um estado de coisas persistente, ou de eventos episódicos, reencontramos aqui, em outras palavras, a distinção feita antes entre iteração e duratividade. Mas há muito a descobrir sobre como a alternância entre singular e plural aponta para essas duas interpretações, porque a simples presença do plural não garante a iteração. Note-se que há continuidade em (142) e que essa

continuidade não desaparece em (143) apesar de o predicativo do sujeito estar no plural

(142) Maria têm sido a ovelha negra de nossa família

(143) Maria tem sido a ovelha negra de nossas famílias,

Maria e Teresa têm sido as ovelhas negras de nossa(s) família(s).

Notem-se, a título de começo de um levantamento que precisaria alcançar uma certa extensão, para tornar-se significativo, os exemplos (144), todos indicando continuidade, (145) todos indicando repetição, e (146), abertos às duas leituras:

(144) A amizade com o presidente tem sido o único motivo para eu permanecer na firma, apesar dos baixos salários.

Sem qualquer forma de tratamento dos esgotos, essa lagoa tem sido uma ameaça à saúde da população.

(145) O papa tem sido um italiano / Os papas têm sido italianos.

O técnico do Juventus tem sido um antigo jogador do time.

(146) O goleiro tem sido o orientador do time dentro do campo.

(b) Quantificação do sujeito:

Considere-se mais este exemplo:

(147) Alguém tem dormido na casa da vovó, desde que ela adoeceu

Rep $\exists x$ (x dorme na casa da vovó)

Ninguém tem dormido na casa da vovó, apesar de ela estar doente

Rep $\neg \exists x$ x é um indivíduo (x dorme na casa da vovó)

$\forall x$ x é um indivíduo $\forall y$ y é um momento \neg (x dorme na casa da vovó em y)

3.7. Passado composto e negação

Entre as várias operações que podem incidir sobre o passado composto, a negação exige uma atenção especial, porquanto a interação entre a negação e o passado composto resulta em interpretações determinadas, cuja descrição há interesse em fazer por referência às ambiguidades de escopo que os lógicos apontam na interação da própria negação com os quantificadores.

Um primeiro exemplo dessa interação resulta de comparar a sentença (161) com (162) - (164):

(161) José não tem vindo aos ensaios

(162) José tem vindo aos ensaios

(163) José não veio a um ensaio

(164) José tem faltado aos ensaios

Referida a um “período de apuração” qualquer (e supondo que José é o primeiro violino de uma orquestra profissional que prepara para uma apresentação cuja peça de fundo é Scherazade) (161), descreve uma situação diferente (mais grave, mais comprometedora em termos profissionais) que a representada em (163): (163) poderia indicar que a absoluta regularidade da participação de José foi quebrada por uma (única) falta: provavelmente, nessa situação, é razoável considerar (162) e (163) como simultaneamente verdadeiras; se isso é verdade, o efeito de aplicar a negação em (162) não pode ser explicado como a negação de uma generalização, ou seja, o modelo de (165) e (166) não vale para explicar o efeito da negação em (162) e (161)

(165) $\forall x [E(x) \rightarrow P(j,x)]$ $E(x) : x \text{ é um ensaio} / P(x,y) : x \text{ participa de } y$

(166) $\neg \forall x [E(x) \rightarrow P(j,x)]$

O que esses exemplos nos ensinam é, aparentemente, que na situação descrita pelo passado composto, uma ou outra transgressão não conta, ou ainda que o passado composto, mesmo sob o efeito da negação, continua sendo um plural.

Por outro lado, (161) faz uma afirmação mais forte que (164): esta última sentença serve, por exemplo, para caracterizar o comportamento de um músico que falta aos ensaios toda vez que aparecem trabalhos ocasionais mais bem remunerados; para alguém assim, pouco assíduo mas não totalmente ausente, é talvez paradoxal, mas não contraditório admitir que (162) e (164) são simultaneamente verdadeiras. Já (161) informa que (no período de apuração visado) José não participou de ensaio nenhum. Três observações parecem impor-se neste ponto:

a) Há uma adaptação de (165), que representa de maneira bastante plausível as condições semânticas de (161), e que consiste em aplicar a essa fórmula uma negação de escopo estreito, o que resulta em

(167) $\forall x [E(x) \rightarrow \neg P(j,x)]$

Essa representação (em que poderíamos querer ver uma inversão de ordem dos quantificadores e da negação) é intuitivamente válida, mas não se entende de onde resulta a idéia de generalização nela contida, uma vez que ela não está presente na fórmula afirmativa correspondente, (162). Dito de outra maneira, se a estrutura a ser retida for essa, não parece possível dar a essa negação um tratamento rigorosamente composicional, porque a tradução lógica da fórmula negativa comporta, além da negação, elementos que não estavam presentes na fórmula afirmativa correspondente.

b) Entre abrir mão da composicionalidade e alterar a estrutura prefiro certamente alterar a estrutura. Não sei bem como isso deve ser feito, mas tendo a pensar, mais uma vez, que o problema tem a ver com o caráter “plural” do passado composto. É que, em outros contextos, aplicar uma negação a um plural resulta também em uma negação generalizada, dentro dos limites da classe definida pelo nome comum plural:

(168) [Segundo o professor de André Gide] as tartarugas não têm dentes.

(169) [O gerente disse aos operários que]A firma X não recebe encomendas desde o ano passado

(170) [A recomendação da polícia aos que embarcam nesse aeroporto é] não aceitar pacotes de estranhos

Em todos esses exemplos, fica claro que **(não) NC_{PL}** equivale a **(não) um NC_{SING}** **sequer**: um solitário dente perdido na boca da tartaruga, uma mísera encomenda recebida num final de expediente, um inofensivo pacote recebido de um senhor simpático na entrada do portão de embarque tornariam falsas as informações dadas pelo professor e e pelo gerente, e caracterizariam uma transgressão à recomendação da divisão anti-tráfego.

c) Finalmente, há interesse em relacionar os processos semânticos apontados nesta secção com o fato de que, em outros tempos, a aplicação da negação a um predicado pontual o transforma num predicado durativo - pelo menos para efeito do tipo de adjuntos de tempo que ele então aceita:

(171) Maria acordou às cinco horas (ok)

Maria acordou por cinco horas (agramatical, exceto talvez no sentido de que acordou e depois ficou acordada por...);

Maria acordou das cinco às sete (agramatical, exceto com valor iterativo)

etc.

(172) Maria não acordou às cinco horas (ok, como negação do predicado todo ou do rema às cinco horas)

Maria não acordou por cinco horas

Maria não acordou das cinco às sete.

O operador só, aplicado ao passado composto, resulta em operações análogas (até que ponto?) às que procurei exemplificar para a negação, e acrescenta mais algumas complicações. Assim, o último verso da quadrinha citada por Boléo, já lembrada neste trabalho

(173) À sombra do lindo céu / Jurei, tenho jurado / Não ter outros amores / Só a ti tenho amado

faz mais do que falar da existência de um amor duradouro: além disso, exclui também a existência de outros amores mais passageiros. Desdobrando seu sentido (*expondo-o* para usar um termo que lembra a teoria dos exponíveis) equivale a

(174) Tenho amado a ti e não tenho amado a ninguém diferente de ti.

Obviamente, é desejável que o tratamento teórico do passado composto que tentarei no final deste trabalho dê conta das várias operações aqui lembradas.

3.8. O passado composto: é possível um tratamento unificado?

Pensando na segurança com que Gonçalves Viana qualificou o passado composto de “passé répétitif”, e na reação de Boléo que apontou para essa mesma forma um segundo valor durativo, é tentador perguntar se seria possível dar à semântica do passado composto um tratamento unitário. Essa preocupação é legítima, e os fatos levantados até aqui e as próprias indicações daqueles autores apontam para duas possíveis respostas, que tentarei formular explicitamente, menos para encaminhar uma escolha, do que para deixar claros os problemas que seria preciso superar.

Na primeira dessas linhas, tenta-se a caracterização unitária do passado composto dando realce a seu caráter durativo. Essa orientação se traduz em duas condições, das quais tudo mais precisará ser derivado:

- a) o passado composto faz necessariamente referência a um *período*;
- b) nesse período alguma coisa *dura*.

De certo modo já equacionei a primeira dessas condições ao reconhecer à construção de que venho tratando o papel de situar “fatos de um mesmo tipo” num intervalo que inicia no passado (portanto, o passado composto não é a-temporal, como acontece às vezes com o presente que indica hábito ou disposição) e inclui o momento de fala (no que se distingue do imperfeito). Para dar um correlato formal a essa descrição, considerei a proposta de Mac Cawley, que consistia em associar sistematicamente ao passado composto um intervalo, exigindo que esse intervalo, que se define como uma sequência de pontos, inclua o momento de fala.

Se nos perguntarmos o que dura no intervalo, a resposta é imediata para a maioria das sentenças com predicados de *state* e *activity*: eles se confirmam em todos os momentos do intervalo, ou seja, o intervalo exprime sua duração, até onde a sentença informa literalmente. As coisas se complicam com as sentenças que, embora contendo predicados de *state* ou *activity* implicam algum tipo de repetição (lembre-se dos exemplos “A televisão tem ficado ligada”, “O chefe tem sido inconveniente com as funcionárias”, “O chefe tem sido um funcionário de carreira”) e, sobretudo com os casos em que o predicado é de *achievement* ou *accomplishment*.

Uma manobra que pode ter algum sucesso na tentativa de incorporar estes casos consiste

em admitir que a tanto a repetição quanto a duração são manifestações de algum processo mais genérico e abstrato, a ser melhor caracterizado, que dura no período em questão. Poder-se-ia definir esse processo utilizando a relação “ser característico de”, estabelecendo que um *estado* ou *activity* é característico de um intervalo quando sua duração cobre o intervalo; e que um *accomplishment* ou *achievement* é por sua vez característico de um intervalo quando se repete nele com escalonamento no tempo. A idéia de que um predicado possa caracterizar um intervalo não é um artifício *ad hoc* para dar conta do passado composto; na realidade toda vez que um predicado pontual esbarra num adjunto durativo, ou se combina com uma forma durativa (presente, imperfeito...) a repetição é disparada, cp.

(181) Nesse filme antigo de faroeste, há uma cena de tiroteio em que os bandidos atiram no mocinho, e vice-versa, do 34º ao 38º minuto sem que ninguém deixe cair o chapéu.

(182) Nesse filme, Schwartznegger e Sharon Stone malham no chuveiro por seis minutos.

(183) De 1958 até morrer, José Reis escreveu a secção de Ciências da Folha.

(184) Durante o verão, X acordava na hora do almoço.

(185) As guias do INAMPS foram mandadas para Brasília.

(186) As guias do INAMPS foram mandadas para Brasília de 1964 a 1971 (iterativo).

(187) As guias do INAMPS têm sido mandadas para Brasília (iterativo).

Tem sido habitual tratar os adjuntos de tempo como indicadores do momento de referência de um predicado - este seria verdadeiro no momento indicado pelo adjunto. A proposta acima obriga a substituir “verdadeiro” por “característico” na definição de momento de referência, quando o adjunto é durativo. Afora essa consequência, a proposta acima equivale a aceitar as hipóteses de que o passado composto afeta a interpretação do predicado a que se aplica, exatamente como a presença explícita de um adjunto de duração o faria, e de que *tenho telefonado* exprime uma ação complexa, que resulta da repetição de telefonemas individuais, da mesma forma que, segundo Vendler e outros, a ação de governar seria o resultado da repetição, em intervalos variados, de ações particulares (como abrir a sessão corrente do Parlamento, participar de determinadas reuniões do Conselho de Estado, inaugurar esta ou aquela feira equina ...)

Não sei, porém, como resolver, nesta alternativa, as três formas de quantificação apontadas em 3.1. (lembrem-se os exemplos “Muitas pessoas têm assinado um livro” / “muitos novos assinantes têm recebido diariamente o jornal” / “Muitas pessoas têm morrido de acidente”). Como fica a agramaticalidade de “O diretor da divisão de águas tem sido um funcionário de carreira” na hipótese de a divisão de águas ter tido até hoje um único diretor?

4.2. Numa outra linha de reflexão, oposta à que acabo de apontar, e que talvez recupere

algo da ideia central de Gonçalves Viana, podemos tentar entender o passado composto como um tempo que remete a uma pluralidade de eventos passados do mesmo tipo. Podemos desdobrar essa tese nas duas condições seguintes:

a) O passado composto identifica uma certa proposição

b) Essa proposição se realiza em vários momentos do passado: ocorrem sucessivamente no passado fatos distintos, cada um dos quais torna verdadeira a proposição em questão.

O que chamo aqui de passado não é, evidentemente, um passado indeterminado, mas um passado que cobre um intervalo tal como como foi caracterizado em 3.5.; dadas essas condições, trata-se de reconstituir cada uso do passado composto como a indicação dos momentos em que a proposição por ele identificada será verdadeira. Ora, esse método nos defronta com uma grande dispersão:

Sentenças como “José tem tido problemas de saúde” servem, ao que tudo indica, para assertar a existência de momentos (ou intervalos) sucessivos e diferentes em que “José tem um problema de saúde”. Mas as sentenças negativas correspondentes, como vimos, fazem mais do que informar que há uma série de momentos (ou intervalos) em que José não tem problemas de saúde: se assim fosse, poder-se-ia afirmar sem contradição que José tem tido problemas de saúde no mesmo período em que não os tem tido, o que não é o caso. A mesma sentença negativa faz mais, também, do que indicar que não existe uma repetição de situações em que José teve problemas de saúde, porque se assim fosse poderíamos dizer sem contradição que José não tem tido problemas de saúde (negando a repetição), mas os teve numa ocasião particular: se essa interpretação fosse possível, (188) apareceria como uma sentença aceitável, o que não parece ser o caso.

(188) José não tem tido problemas de saúde desde que mudou para Campinas, mas os teve uma ou duas vezes nesse mesmo período.

mas a maneira como interpretamos o Passado Composto antecedido de negação exclui normalmente que o fato descrito se tenha produzido uma vez sequer: em outras palavras, é como se a negação, anteposta ao passado composto, nos informasse que, levantadas as ocorrências do fato relevante ao longo de todo o período de apuração, o dossiê em questão resulta do tipo “nada consta”. Dito de outra maneira, o que precisaríamos obter não são fórmulas que utilizam de algum modo a quantificação plural, como (189), mas fórmulas que tratam de generalização ou instanciação universal, como (190)

(189) $\neg \exists^n t \in I (P t(S(j)))$

(190) $\neg \exists t \in I (P t(S(j)))$

$\forall t \in I (\neg P t(S(j)))$

Que assim seja, não chega a ser uma surpresa depois da enfática defesa que fiz do passado composto como um plural: também a negação dos plurais não quantificados resulta normalmente em negar universalmente, como se vê em

(191) Rosa não tem amigas

que não pode ser coordenada sem contradição com

(192) Teresa é amiga de Rosa.

Parece, porém, descartado que possamos obter uma boa fórmula lógica para a sentença negativa, pela mera inserção do símbolo de negação em algum ponto da fórmula proposta para a sentença afirmativa.

Analogamente, não fica claro como se poderia dar um tratamento paralelo a “José tem tido problemas de saúde” e “José tem ficado hospitalizado”, esta última em interpretação durativa, e também dependente para sua expressão no formalismo que estamos utilizando, de uma quantificação universal.

É claro que os problemas com que estou-me defrontando aqui resultam do tipo de metodologia adotada: uma metodologia assumidamente pragmática poderia, neste ponto, recorrer a soluções mais fáceis. A que avento aqui é a seguinte: poderíamos estabelecer que o conjunto de momentos t_i em que $Pt(S(j))$ é, em um sentido a ser definido apenas com base em condições pragmáticas, *numeroso*. Poderíamos além disso estabelecer que os momentos em questão não são simplesmente momentos em que a proposição identificada é verdadeira, mas todos os momentos para os quais o falante dispõe de evidência segura de que a proposição identificada é verdadeira. Da verdade num conjunto relativamente numeroso de momentos, ou em todos os momentos para os quais o falante dispõe de evidências, para a totalidade dos momentos de um período, a passagem se faria por inferência convidada. O mecanismo seria, pois algo como:

“Se em todos os momentos em que pude verificar, que são numerosos, ele estava dormindo, então ele dormiu o tempo todo”

Quem quisesse defender essa solução poderia lembrar que a contradição fica contornada em (188) mediante pequenas modificações (por exemplo, o acréscimo de *sempre* depois de *tem tido*), e poderia lembrar que eu mesmo, em secção anterior, analisei “O menino tem ficado no quarto”, reconhecendo a possibilidade de “pequenas durações” constatadas, separadas por sub-intervalos sobre os quais a sentença é “non committal”, isto é, nada diz e nada exclui. Eu não chamaria essa solução de errada, ou desonesta, até porque conheço muitas pessoas sérias que a endossariam. Digo apenas que não é o tipo de solução que eu gostaria de poder propor, e o motivo é que ela joga boa parte do peso da determinação do sentido literal das sentenças em questão para um recurso pragmático: ora, os sentidos das sentenças em questão

são intuitivamente estáveis e portanto, por uma questão de princípio, devem poder ser calculados composicionalmente.

Aceitar os impasses a que se chega numa e noutra tentativa de unificação dos tratamentos é frustrante para quem acredita numa semântica composicional. Se, como tenho afirmado, a escolha por uma interpretação durativa ou iterativa do passado composto é determinada pelas características aspectuais do predicado a que o passado composto se aplica, seria desejável poder dispor de uma regra semântica que resultasse em duas interpretações distintas, dependendo de uma representação explícita da estrutura aspectual dos predicados com que a perífrase do passado composto se combina. Se a língua reúne num SN plural os argumentos de um predicado cuja repetição é indicada pelo passado composto, mas que, pela própria natureza da ação descrita, só pode aplicar-se a cada referente uma única vez, deve ser possível representar o singular correspondente a essa pluralização. O esquema fundamental a adotar nessas tentativas de formalização é o mesmo de toda semântica que adota o princípio de funcionalidade: da mesma forma que a função “é o dobro de” resulta em seis quando aplicada a três e em catorze quando aplicada a sete, trata-se de descrever a perífrase de passado composto como uma função que resulta em valores diferentes conforme o tipo de predicados a que é aplicada; trata-se por outro lado, de formular esses mesmos predicados de modo tal que a função “passado composto” possa reconhecer nas fórmulas que lhes correspondem, as características relevantes para calcular a interpretação correta. Está claro que não alcancei esse objetivo no que precede, pois tanto 4.1. como 4.2 propõem conclusões que implicam em abdicar da plena composicionalidade.

Uma possibilidade a ser considerada neste ponto é que o formalismo de que lancei mão não fosse adequado - uma hipótese que leva à busca de uma formalização alternativa. Qual?

5. Busca de um formalismo adequado: a lição dos plurais.

5.1. Passado composto, nomes massivos e nomes contáveis.

Há em Português alguns quantificadores, como *muito, pouco, mais, menos uma porção de...* que resultam em interpretações diferentes conforme são aplicados nomes comuns contáveis ou não-contáveis. Assim, *mais açúcar* estabelece uma comparação entre quantidades de uma substância contínua, e *mais pregos* compara quantidades descontínuas (no sentido de que somente neste segundo caso se pode falar de conjuntos de objetos com cardinalidade maior ou menor). Parece-me significativo que haja quantificadores que transitam livremente entre nomes contáveis e não contáveis, um fato a que a literatura linguística, tem dado alguma atenção, mostrando - o que é essencial aqui - que o quantificador é o mesmo nos dois usos (ver, por exemplo, MCCAWLEY, (1981)). Parece-me possível estabelecer uma correlação entre esses quantificadores, que transitam entre contáveis e não contáveis, de um lado, e o passado composto, enquanto forma que pode aplicar-se a eventos pontuais e eventos cuja estrutura

aspectual é durativa. Nessa perspectiva, o passado composto pode também ser encarado como um “quantificador que transita”, e as soluções encontradas para mostrar a dupla interpretação que aqueles quantificadores obtêm conforme são aplicados a nomes “contáveis” ou “massivos” podem, ao que tudo indica ser transferidas para a análise da forma verbal de que me ocupo aqui. Em certo sentido, trata-se, pois, de tomar contacto com a semântica de um tipo de nomes - os “massivos” - que têm sido vistos pelas gramáticas como problemáticos e talvez menos fundamentais (o que não significa que não haja observações a respeito - vejam-se por exemplo as observações de Quine, em *Word and Object*, sobre sentenças como “Water is widespread”).

5.2. Massivos e plurais na bibliografia recente

Como introdução ao estudo dos nomes massivos e a suas relações com os plurais, retomo aqui a excelente exposição de Novais (1992)). Nessa exposição, comparam-se três trabalhos que constituem referência obrigatória para o assunto, a saber, ter Meulen (1980), Link (1983) e Bunt (1985). Ao fixar os parâmetros da comparação dessas obras, o texto de Novais deixa claro que a distinção entre a referência contável e massiva é simultaneamente um problema sintático, ontológico, semântico e técnico (no sentido da elaboração do formalismo mais adequado), e que as decisões tomadas em cada um desses níveis têm repercussões sobre os demais. Uma opção sintática delicada consiste em decidir se a referência contável e a referência massiva corresponderiam a uma caracterização rígida de nomes ou seriam duas estratégias de referência sempre disponíveis ao locutor: a agramaticalidade de

(201) * O Manuel pisou três lamas no jardim,

em que lama apareceu precedido de um quantificador numeral pareceria apontar para a primeira opção; mas a existência de exemplos como (202), (203) e (204)

(202) Esta salada tem muita cebola.

(203) Esta salada tem duas cebolas.

(204) A tinta de esmalte da Robiallac é a mais durável.

e sobretudo como

(205) O peixe é um alimento muito saudável

(206) Ao jantar comemos peixe

(207) Alguns peixes só se pescam no alto mar

leva, quase inevitavelmente a considerar a referência massiva ou contável como uma característica não dos substantivos enquanto entidades lexicais, mas dos sintagmas ou termos de uma oração, além de favorecer a idéia de estratégias alternativas de referência (note-se que em (206) pode estar em jogo mais ou menos de um peixe).

Uma questão ontológica que divide os três tratamentos é saber se os nomes abstratos, que obedecem a algumas das restrições sintáticas aplicáveis aos massivos não deveriam ser encarados como uma sub-classe destes últimos. Essa questão tem sérias implicações semânticas porque o enfoque escolhido pode forçar a adoção de uma semântica intensional. Outro problema “ontológico” surge no tratamento dos massivos, quando se considera que as expressões “meu anel” e “o ouro de que meu anel é feito” remetem a entidades diferentes (um indivíduo ou “entidade primária”, num caso, e uma entidade “não-primária” no outro), mas apontam exatamente para o mesmo segmento espaço-temporal. Todos os três autores são sensíveis a esses problemas filosóficos, mas enquanto Meulen se compromete a tratar das assunções filosóficas dos falantes, ao mesmo tempo que descreve seu uso da língua (o que a leva a um modelo em dois níveis), Bunt e Link deixam que o funcionamento da língua arbitre a ontologia, uma orientação que o último resume nesta espécie de máxima: “Our guide in ontological matters has to be language itself”.

Nas soluções técnicas propostas, os três autores coincidem em basear suas análises dos massivos na teoria dos conjuntos. Essa decisão implica, entre outras coisas, em tratar as porções de uma mesma substância que existem “espalhadas pelo mundo” (por exemplo, todas as porções de água) como sendo, em algum sentido “indivíduos” ou “elementos” independentes. A relação elementos/conjunto é logicamente distinta da relação parte/todo que está na base da mereologia (o estudo lógico dos “todos mereológicos”) ciência que surgiu na década de ‘20 com o lógico polonês Lesniewski, e foi elaborada na década de ‘60 os filósofos americanos Leonard e Goodmann. À parte a disposição de basear-se na teoria dos conjuntos, os três autores procuram soluções pessoais para superar o impasse constituído pelo fato de que há algo profundamente contra-intuitivo em encarar como conjuntos porções estendidas de substâncias. Aqui, interessa-nos considerar mais de perto o tratamento de Link, porque sua “adaptação” da teoria dos conjuntos clássica no dizer de Novais (1992:26) tornaria “não só possível como desejável fornecer um tratamento uniforme da semântica dos termos massivos e dos plurais com recurso à linguagem conjuntista”.

Segundo Link, o que permite unificar o tratamento dos plurais e dos massivos é a propriedade, comum a ambos, que ele denomina “referência cumulativa”, e que pode ser exemplificada por usos como os seguintes:

(208) If a is water and b is water, then the sum of a and b is water.

(209) If the animals in this camp are horses and the animals in that camp are horses, then the animals in both camps are horses.

O que conta aqui é que o acréscimo de uma porção de água a algo que já era água resulta ainda em água, da mesma forma que o acréscimo de um ou mais animais a um conjunto de animais resulta ainda em animais. Em outras palavras, os nomes massivos e os plurais reagem igualmente à soma, apresentando uma propriedade de fechamento. Em termos matemáticos,

esse fechamento transforma o universo de discurso em uma estrutura booleana, e permite que a extensão dos predicados que se definem sobre esse universo seja representada por meio de reticulados.

O recurso ao enfoque de Link traz, pois, como vantagem básica, a possibilidade de contar com uma semântica em que os nomes de massa e os contáveis plurais recebem o mesmo tratamento, o que aponta, intuitivamente, para a possibilidade de superar a divisão dos usos do passado composto em durativos e iterativos. Esse tratamento uniforme se consegue na medida em que a referência de ambos é caracterizada mediante a noção matemática de reticulado. O reticulado em questão é gerado pelo conjunto de objetos individuais que satisfazem um determinado predicado.

Assim, se quisermos representar o singular e o plural da palavra *batatas*, teremos que referir-nos ao conjunto das batatas: a referência do singular *batata* será cada um dos conjuntos unitários que compreendem uma única batata; trata-se dos conjuntos que, no reticulado, ocupam a posição mais próxima do conjunto vazio; a referência do plural será cada uma das join semi-lattices *batatas* acima disso. Se quisermos considerar os usos não contáveis da palavra *batata*, tais como o exemplificado em “sua alimentação é à base de batata”, deveremos entender que sua extensão é a join semi-lattice gerada pelo conjunto cujos elementos são todas as porções atômicas de batata. A intuição fundamental de que os plurais e os massivos são “fechados” (no sentido de que o acréscimo à referência de um plural de um ou mais indivíduos com as mesmas características resulta em uma coleção que ainda recai na referência do mesmo plural, ou de que o acréscimo de mais porções de uma mesma substância à referência de um nome não contável resulta num objeto que ainda recai na referência do mesmo nome não contável é captada no enfoque de Link pela propriedade matemática do fechamento, que é própria (entre outras estruturas booleanas) dos reticulados: operando matematicamente sobre reticulados A e B que são parte do reticulado C gerado por um conjunto determinado de objetos, obtemos como resultado um reticulado D que é ainda parte do mesmo reticulado C. (Uma operação booleana para a qual a noção de fechamento é, talvez, mais intuitiva é a soma, quando aplicada aos números naturais: a despeito de esse conjunto ser infinito, o resultado de aplicar a operação a dois números quaisquer, resulta sempre num novo número que ainda pertence ao conjunto dos números naturais).

Outra vantagem do tratamento de Link é a possibilidade de definir vários tipos de plurais, e na realidade, de caracterizar várias operações de soma. Nesse tratamento, a distinção que fiz intuitivamente em algumas passagens anteriores entre uma leitura cumulativa e uma leitura distributiva é objeto de tratamento sistemático, que se justifica em confronto com outros tratamentos do plural. Finalmente, Link fornece uma orientação muito clara de como o tratamento do número dos nomes comuns pode ser incorporado à gramática de Montague.

5.3 Próximos passos

A adoção da semântica dos plurais e massivos proposta por Link, é em certo sentido o primeiro de uma série de passos que serão dados, daqui até o final deste trabalho, no sentido de uma descrição satisfatória da semântica do passado composto português. Para maior conforto meu e do leitor, descrevo aqui esses passos:

1) *Escolha das entidades a pluralizar*. O recurso à semântica de Link é a decorrência direta de *encarar o passado composto como um plural* - Desde que um plural se aplique a entidades contáveis ou massivas, torna-se plausível a expectativa de obter um efeito de enumeração discreta, num caso, e de acumulação contínua no outro, e isso é ao que tudo indica a resposta que venho buscando para o impasse descrito na Seção 4. Mas uma vez decidido que o passado composto pluraliza, mas não é de todo evidente que tipo de entidades devem ser pluralizadas: a) Pode-se pensar em pluralizar os próprios eventos, na linha da proposta davidsoniana de encara-los como argumentos de predicados de primeira ordem. A adotar-se essa linha, parece inevitável categorizar as expressões que remetem a eventos em contáveis e não contáveis, como Link faz para os nomes comuns. b) A outra alternativa é pluralizar o tempo ocupado pelos eventos, o que levaria a aplicar a distinção contável/não contável e o tratamento que ela recebe em Link (1983) não aos eventos enquanto tais, mas às determinações temporais que acompanham cada predicado - momentos (ou intervalos que se reduzem a momento) no caso de predicados momentâneos, e intervalos (que por definição não se reduzem a momentos) no caso de predicados durativos. Ao adotar esta segunda linha, parece necessário que a fórmula “temporal” de cada predicado exiba seu esquema aspectual (essencialmente: seu caráter pontual ou durativo) no momento em que a regra semântica do passado composto for aplicada.

2) *Acomodar a solução de Link com a de Davidson* - Seja qual for a opção adotada para o problema descrito em 1), conciliar a descrição de eventos (lembre-se, de um lado a relativa variedade das fórmulas que representam eventos, de outro, a grande quantidade de determinações que podem incidir sobre eles) com as ideias de Link sobre plurais e massivos, sem esvaziar nenhum dos aspectos relevantes exige uma teoria semântica de fundo que seja não só explícita, mas também dotada de grande versatilidade. Penso que essa semântica só pode ser a de Montague. Como já mencionei, o texto de Link trata claramente de sua própria incorporação à semântica de Montague; trata-se por outro lado, de verificar como uma linguagem de tipos suplementada pelo cálculo lambda acomodaria a intuição de Davidson sobre estrutura das sentenças de ação (e de estado, e de atividade...), o tratamento das determinações temporais, etc.

3) *Formular as regras semânticas do Passado Composto* - Cumpridas essas duas primeiras etapas, uma caracterização menos provisória do papel semântico do passado composto poderá ser tentada. Ao invés do ineficiente operador PC, o ideal seria chegar a fórmulas mais explícitas de IL (ainda que essas fórmulas tivessem que ser longas, pouco sintéticas) através de boas regras de tradução. Da caracterização semântica que essas regras devem dar ao passado composto espera-se, evidentemente,

- a) que seja totalmente explícita;
- b) que formule de maneira descritivamente adequada as condições de verdade das sentenças que o utilizam
- c) que contemple a semântica do passado composto em toda a sua complexidade.

Procurei mostrar que a negação, os adjuntos de tempo e frequência, a cardinalidade do conjunto de eventos, a extensão do período de apuração etc. são fatores dessa complexidade os adjuntos de tempo e frequência.

4) *Checagem da adequação descritiva* - Por fim, não se pode esquecer que o passado composto, embora tenha sido objeto, ao longo deste trabalho, de uma atenção quase exclusiva, é parte integrante de um paradigma maior - penso não só na série de “tempos” formados pelo auxiliar *ter*, mas no conjunto das oposições “temporais”, estabelecidas com os demais “tempos” simples ou compostos. Direta ou indiretamente, o passado composto se opõe a uma série de outras formas, simples ou compostas, que compartilham com ele algumas propriedades significativas e divergem por outras. Uma teoria semântica do passado composto não resiste se não der conta satisfatoriamente dessas oposições. Esse não é aliás o único parâmetro de adequação descritiva: ao invocar algumas tentativas de tratar numa perspectiva unificada de nomes contáveis e massivos, toquei de passagem na variedade de interpretações a que se prestam os plurais. Link (1983) é particularmente sensível a essa questão, e seria no mínimo falta de expediente não investigar se as consequências da definição dada são satisfatórias a este respeito.

Fica, assim, definido, um programa de quatro pontos que, juntos, balizam um possível tratamento do passado composto.

Para levar a bom termo esse tratamento, parece-me necessário não só realizar uma cuidadosa revisão da Gramática de Montague e da bibliografia sobre tempo e aspecto, mas ainda adquirir um domínio autenticamente operacional de alguns desenvolvimentos da Semântica Formal que estão sendo progressivamente assimilados por nossos linguistas. Refiro-me sobretudo à Semântica dos Plurais, aos possíveis tratamentos dos nomes Massivos e Contáveis, e à teoria matemática dos Reticulados, que dá suporte a esses tratamentos. É previsível que, no decorrer do processo, eu terei que optar entre várias maneiras de focar a quantificação, e isso é impraticável hoje sem um conhecimento operacional de Quantificadores Generalizados.

Tenho consciência de que o tema escolhido e o enfoque adotado levam a questões cada vez mais complexas. Ao invés de encarar essa complexidade crescente como um problema, tendo a crer que a construção que resolvi estudar - o passado composto - é um tema suficientemente rico e interessante para que eu possa, através dele, realizar de maneira gratificante o esforço de atualização em semântica de que venho sentindo a necessidade.

Referências

- ANDERSON, J. *An Essay concerning aspect*. Haia: Janua Linguarum (series minor, nº 167), 1973.
- ANDERSON, L. The 'Perfect as a Universal and as a Language-Particular Category. In Hopper, P. (org.) *Tense and aspect: between semantics and pragmatics*. Amsterdam: John Benjamins, 1982, pp. 227-264.
- BARWISE, J.; COOPER, R. Generalized Quantifiers and Natural Language. *Linguistics and Philosophy* 4, 1981, pp. 159-219.
- BENNETT, M. *A guide to the logic of tense and aspect in English*. (manuscrito), 1977.
- _____. *Towards the logic of tense and aspect in English*. Bloomington: IULC, 1978
- _____. Of tense and aspect: one analysis. In Tedeschi, P. & Zaenen A. (orgs). *Syntax and Semantics. Volume 14. Tense and Aspect*. New York: Academic Press. pp. 13-30, 1981.
- BOLÉO, M. P. *O pretérito e o perfeito em português, em confronto com as outras línguas românicas*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1937.
- BUNT, H. C. *Mass terms and model-theoretic semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- CARLSON, L. Aspect and quantification. In Tedeschi, P. & Zaenen A. (orgs). *Syntax and Semantics. Volume 14. Tense and Aspect*. New York: Academic Press. pp. 31-64, 1981.
- CHIERCHIA, G. e MC CONNELL-GINET, S. *Meaning and Grammar, An Introduction to Semantics*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1990.
- DAVIDSON, D. The Logical Form of Action Sentences. In: Rescher (ed.) *The Logics of Decision and Action*. Pittsburgh: P.U.P., 1967.
- DIAS DA COSTA, A. Periphrastic verbal expressions in portuguese. In Schmidt-Radefeldt, *Readings in Portuguese Linguistics*. North Holland. 1976, pp.187-244. .
- DOWTY, D. *World Meaning and Montague Grammar Semantics*. Dordrecht: Reidel, 1979.
- DOWTY, D., WALL, R. & PETERS, S. *Introduction to Montague Semantics*. Dordrecht: Reidel, 1981.
- DRAGHICESCU, S. Quelques observations sur la valeur du passé simple et du passé composé en français et en roumain. *Actele celui de-al XII-lea Congres International de Linguistica si Filologie Romanica*. Bucareste, pp. 455-463, 1969.
- DUFROMONT, H. *Les construccions perfectives du verbe anglais contemporain, étude comparée de l' aspect transcendant dans les systèmes verbaux anglais et français*. Haia: Mouton (Janua Linguarum, Series Practica, nº 185), 1973.

GUENTHER, F. Time schemes, tense logic and the analysis of English tenses". In Guenther & Sachs (org.), *Formal Semantics and Pragmatics for Natural Languages*. Dordrecht: Reidel, 1979, pp.201-222.

HOGG, R. M. *English quantifier system*. Amsterdam, N.York: North Holland,1977.

ILARI, R. e I.Mantoanelli. As formas progressivas do português. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 5: pp. 27-60, 1983.

KELLER, D. Cognition and the acquisition of temporal reference. *CLS* 10, 310-320, 1974.

LANGACKER, R. Remarks on English aspect. In Hopper, P. (org.) *Tense and aspect: between semantics and pragmatics*. Amsterdam: John Benjamins,1982, pp. 265-304.

LASSERSON, P. *Plurality, Conjunctions and Events*. Dordrecht: Kluwer, 1995.

LINK, G. The Logical Analysis of Plurals and Mass Terms: A Lattice-theoretical Approach. In: BÄUERLE, R.; SCHWARZE, C.; STECHOW, A. (Ed.) *Meaning, Use, and Interpretation of Language*. Berlin: W. de Gruyter, pp.302-322, 1983.

MCCAWLEY, J.D. *Everything that Linguists have Always Wanted to Know about Logic, but they were ashamed to ask*. Chicago: Chicago U.P, 1981.

MEULEN, A. *Substances, quantities and individuals - A study in the formal semantics of mass terms*. Bloomington: Indiana University Linguistic Club, 1980.

MIRA-MATEUS, M.H. The Portuguese perfect indicative, a generative approach. In: Schmidt-Radefeldt, *Readings in Portuguese Linguistics*. North Holland. pp.397-424, 1976

MARTIN, J. N. *Elements of Formal Semantics*. New York: Academic Press, 1987.

MONTAGUE, R. (1970). The Proper Treatment of Quantification in English". In Thomason, R. (org.) *Formal Philosophy. Selected Papers of Richard Montague*. Yale University Press, 1974, pp. 247-269.

MORGADO, J. *Introdução à Teoria dos Reticulados*. 2 vols. Boletins 10 e 11 do Instituto de Física e Matemática da Universidade do Recife, 1962.

NOVAIS, M. C. Aspectos da Referência Massiva. *Cadernos de Semântica*, nº 3 do Projecto JNICT-PCSH/C/LIN/212/91) Fac. de Letras da Universidade de Lisboa, 1992.

PLATTS, M.de B. *The Ways of Meaning, An Introduction to a Philosophy of Language*. London, Boston / Henley: Routledge & Kegan Paul, 1979.

QUILIS, A. (org.) Actas del XI Congreso de Linguística y Filología Románicas. *Revista de filología española*, anejo; 37. Madrid: CSIC, 1968.

REICHENBACH, H. *Elements of Symbolic Logics*. New York, Macmillan, 1947.

SALII, V.N. *Lattices with unique complements*. Providence: American Mathematical Society, 1988.

SKUBIK, M. Pretérito simple y compuesto en los primeros textos castellanos. *Actas del XI Congreso Internacional de Lingüística y Filología Románicas*, IV, pp. 1.891-1.901, 1968.

SPEARS, A. K. On the notion of occasion and the analysis of aspect. *CLS*, 10, 1974, 672-684.

SZÁSZ, G. *Théorie des Treillis*. Paris: Dunod, 1971.

TIMBERLAKE, A. Invariance and the syntax of Russian aspect. In Hopper, P. (org.) *Tense and aspect: between semantics and pragmatics*. Amsterdam: John Benjamins, 1982, pp. 305-331.

VENDLER, Z. *Linguistics and Philosophy*. Ithaca: Cornell University Press, 1967.

VERKUYIL, D. Temporal prepositions as quantifiers. In Kiefer / Ruwet, *Generative Grammar in Europe*. Dordrecht: Reidel, 1973, pp.581-615.

VIANA, A. R. G. *Le Portugais: Phonétique et Phonologie, Morphologie, Textes*. Leipzig, Teubner.1903



SEMANTICS AND COGNITION AN INTERVIEW WITH GILLES FAUCONNIER

*Gilles Fauconnier*¹

*Maria Lucia Leitão de Almeida*²

*Jorge Luiz Ferreira Lisboa Júnior*³

Gilles Fauconnier is a linguist and cognitive scientist internationally known for his work on the theory of Mental Spaces and on the theory of Conceptual Integration or “Blending”, in partnership with Mark Turner. His contribution to Cognitive Semantics in particular and Semantic Theory in general is invaluable. The theory of mental spaces allows refined treatment to a series of semantic phenomena that have always challenged semanticists such as *referential opacity*, *conditionality*, *counterfactuality*, *presuppositional projection*, among others. The theory of conceptual blending also enables the advanced treatment of the complex cognitive construction of the linguistic meaning underspecified in grammatical constructions, which offer clues or means of activating the cognitive process of blending, as the *XYZ grammatical construction* prototypically illustrates. Another central topic concerns the relationship between the semantic-cognitive processes of blending, metaphor and metonymy, their typological limits and their intersections. Consequently, the high explanatory power of blending invites us to reflect on its centrality in cognition and grammar for the construction of linguistic meaning, as well as on its economy, which includes its restrictions.

1 Distinguished Professor Emeritus in the Department of Cognitive Science at University of California San Diego.

2 Full Professor in Department of Vernacular Letters at the Federal University of Rio de Janeiro.

3 PhD Candidate in Department of Vernacular Letters at the Federal University of Rio de Janeiro.



Origins of cognitive semantics and mental spaces

ML & JL: You have produced important works in different domains of linguistics, such as logical semantics, the syntax-semantic interface, the problem of anaphora (the theme of your doctoral thesis), quantification, scalar implicature, and so on. Could you comment on how you became a cognitive semanticist? What were your motivations to develop a theory of reference like *Mental Spaces*?

GF: Many things in modern linguistics start out with Noam Chomsky and his students and students of his students. Chomsky was wrong in many ways, but he had two fundamental insights which changed the direction of linguistics in the 1950's and paradoxically opened up the field towards the very fruitful methods and theories of cognitive linguistics, although this was a path that he himself was not destined to follow. The first insight was that there were deep and complex principles at work behind the observable regularities (and irregularities) of language, that such principles could not be scientifically deduced directly from surface distributions, but rather followed from properties of the mind/brain – i.e. human mental attributes, and that just as in any other science, imaginative theories had to be devised to account for what was going on. The second insight was that speakers of language had knowledge not just of how to say things, but also of how NOT to say things, i.e. knowledge of what was ill-formed, and that this knowledge could be examined, not by direct observation (which only sees what is well-formed), but by query: submitting constructed examples to native speakers who could judge them to be ill-formed or not.

Somewhat tragically, this opening up of linguistics came without a semantics. Autonomous syntax was carried over from structuralism – Chomsky was a student of the brilliant syntactician and creator of transformational grammar Zellig Harris. For people like myself entering the field in the early 1960's the autonomy of syntax made no sense at all. It seemed completely obvious that grammar played a key role in the construction of meaning and that somehow this was the very essence of language. I had studied advanced mathematical logic with Daniel Lacombe in Paris and my first impulse was to look for logical properties of grammatical structures (surface or underlying). I was not the only one to think along those lines: levels of logical form were quickly incorporated into grammars, as for example in generative semantics or in Montague grammar. So-called formal semantics became an important subfield of linguistics, with the aim of filling in the gaping hole left by meaning-free autonomous syntax. Two major difficulties appeared. On the one hand, by analogy with mathematical logic, sentences of language were reduced to logical formulas at some level, and semantics became the study of the truth conditions of these formulas. This was a problem because there was abundant evidence that there was much more to sentences than just truth conditions, and in fact it was dubious that sentences out of context had truth conditions at all. The other difficulty was that sentences with their logic and their syntax were viewed as platonic objects independent of cognition or mental activity, an unfortunate consequence of some dogmas of analytic philosophy.

So you ask: *How did you become a cognitive semanticist?* And the answer is very much the same for me as for my friends and colleagues, Langacker, Talmy, Lakoff: the study of language gave us no choice, semantics proved to be deeply and richly cognitive, and inextricably intertwined with syntax, so that if we were going to be linguists, we would certainly be cognitive semanticists. What each of us had found, among other things, was that a natural language sentence is cognitively complex, because it gives an array of diverse instructions for building meaning in context. When there are truth conditions, they are the end point of this elaborate mental construction, not its basic and logical starting point.

Why, do you ask, develop a theory of reference like *Mental Spaces*? Well, first of course, accounting for the data: many linguistic examples throughout the mental space book are not readily treated within the philosophical tradition or within formal semantics. But perhaps equally important are the generalizations obtained by this cognitive approach: the pragmatic function phenomena observed by Nunberg, the opacity of belief contexts that have puzzled philosophers for so long, the properties of image contexts insightfully studied by Jackendoff, the conundrum of presupposition projection, and the nature of “worlds” and counterparts in natural language semantics, all follow from a unified and remarkably elegant set of access and floating principles operating within and across mental spaces.

Why then isn't every semanticist a cognitive semanticist? That is indeed hard to explain... But historically, here is what happened. As mentioned above, formal semantics borrowed a great deal from the logic prevalent in analytic philosophy, with thinkers like Quine, Kripke or David Lewis. There was a strong anti-mentalist sentiment in that tradition. Reference was directly to the real world or possible worlds, without recourse to mental constructions of the kind today pervasive and foundational in cognitive semantics, for example in the work of Talmy and Langacker. The anti-mentalist view was very strong in the 1950's and accorded well with the dominant behaviorist psychology of the times, as for instance in Skinner's work. Now, what Chomsky did with great success was to challenge this anti-mentalist view for language and language acquisition. But, as already noted, he did it for syntax only, leaving semantics totally out of the picture. The philosophers, who knew nothing of syntax, were forced to defer to a linguistic view of grammar, while steadfastly clinging to a non-mental, purely truth-conditional, and totally compositional view of meaning (as in the mathematical logic of Tarski). As a result of this largely historical accident, we were stuck with a hybrid conception of language, mentally and even neurobiologically based for syntax and phonology, narrowly logical and truth-conditional for semantics.

That is why the study of meaning evolved in the way it did when cognitive linguistics took off. Because it was not constrained by the anti-mentalist and truth-conditional dogmas, it looked at far more phenomena than the philosophers had, for example figure and ground, viewpoint, fictive motion, metaphor and metonymy, scalar implicatures, frames and cognitive models, ... However, philosophy had not been useless: it had insightfully discovered and

discussed fundamental issues, e.g. opacity in belief contexts and comparatives, presupposition, quantification, reference and anaphora, implicature, entailment. What mental spaces did was to take a cognitive approach to many of these issues, so that they could be explained further, unified, and generalized.

Presupposition

ML & JL: A very appreciable phenomenon in your work is that of *presupposition*. Could you talk about the advances in the understanding of presuppositional phenomena in a semantic approach based on mental spaces?

GF: Presupposition was precisely the type of phenomenon that came to the attention of philosophers, because it had no equivalent in standard logic. The initial observation was simply that negation had no effect on the presuppositional part of a sentence. *Dick knows that you're wrong* and *Dick doesn't know that you're wrong* both entail that you're wrong. This observation was extended and generalized to contexts with multiple operators and embeddings. The general problem became to predict when presuppositions linked to an embedded form would survive and when they would be cancelled. Various strategies were proposed, all within the conceptual frame of truth-conditional semantics plus some pragmatics.

Here again, there were issues of observational adequacy: the cancellation and combinatorial strategies did not account for the full range of facts. But also, they lacked elegance and generality. What the mental space conception offered was a very general and simple account, where the presuppositions floated up from one layer of embedding to the next, but were barred from floating any higher by a contradiction or an explicit or entailed version of themselves occurring earlier in discourse. And that conception would automatically leave the presupposition satisfied in all the spaces through which it had floated. So for example, given the sentence *Luke believes that Mary wants the king of France to visit*, the default would be for the presupposition (there is a king of France) to float from Mary's desires to Luke's beliefs and to the Base space (speaker's reality). But prior specification that Luke doesn't think there is a king of France would block the floating at the level of Luke's beliefs. And prior specification in the Base that there is no king of France would block the floating at the Base level. The full discussion of such cases in Chapter 3 of *Mental Spaces* makes it clear that presupposition projection (namely floating and transfer) is not a property of the sentence alone, but rather of the full mental space configuration in discourse and context.

The mental space approach yielded results that overcame deficiencies of both the combinatorial and cancellation theories. Furthermore and very importantly, it yielded such results within a framework that is more general and simpler conceptually than the ones envisaged in the narrowly truth-conditional scheme. That simpler framework is available for independent reasons: the extension of opacity and pragmatic functions on the one hand, and the more recent work on roles and values, and conceptual blending on the other.

There is another way in which a better framework can advance the understanding of presuppositional phenomena: by revealing new data which had not been recognized in other approaches. In mental space terms, the general question is: what happens to presuppositions born in one space and satisfied in another. Presupposition float is part of the answer, but it turns out that there is also presupposition transfer from higher spaces to lower ones, by virtue of a signal in the lower space. Examples like the following show this:

Hey look, in that picture Luke has stopped smoking.

[context: Luke is a chain-smoker who is and looks unhealthy in reality, but in the picture he is represented without a cigarette and with rosy cheeks]

stopped triggers the presupposition that Luke used to smoke, but that presupposition is satisfied in the higher reality space, not in the lower “picture” space. I discuss many such examples in the mental space book, for instance:

According to George, Lucy is no longer beautiful.

[context: speaker knows that Lucy used to be beautiful, but George doesn't]

Presupposition transfer is a generalization of the Access Principle. Instead of ⁴describing an event in terms of its properties in the lower space, the speaker uses a description of the counterpart of the event in the higher space.

We notice this type of phenomena, because we ask the question within the mental space framework. To my knowledge, these facts had not been observed before.

Now, another fundamental aspect of the mental space approach is that it applies seamlessly to cases involving metaphor, metonymy, and more generally conceptual blending. Formal semantics inherited from analytic philosophy a great disdain for metaphor, and figures of speech generally, keeping them out of sentence logic. Cognitive linguistics on the other hand showed how central such mappings are to the construction of meaning.

So, take Sweetser's example⁵:

If the Ile de la Cité is the heart of Paris, then the Seine is the aorta.

This *if*-construction is not a logical entailment, but rather an instruction as to how to perform the metaphorical mapping (human body → city). It is straightforward in mental space terms, but not in logic-base theories. But examples like this can also contain presupposition constructions:

⁴ The Access Principle was called the Identification Principle (I.D. Principle) in the original *Mental Spaces* book.

⁵ From the Foreword of the 1994 edition of *Mental Spaces* (Cambridge University Press).

If the Ile de la Cité is the heart of Paris, then we know that the Seine is the aorta.

The complement of factive verb *know* is presupposed: *the Seine is the aorta*. It floats up and meets *the Ile de la Cité is the heart of Paris*. What is assumed here by the speaker is that if we know part of the mapping (heart → île de la Cité) then we also know another part of the mapping: aorta → Seine. So *the Seine is the aorta* follows (metaphorically) from *the Ile de la Cité is the heart of Paris* and is not inherited as a presupposition of the entire sentence. In other words, the metaphorical case is treated⁶ entirely by the same principles as non-metaphorical ones like:

If John has children, we know that he is a father.

he is a father (complement of factive *know*) is an implicit presupposition in the lowest space. When it floats up, it meets *John has children*, which entails an explicit *he is a father*. And therefore it can float no higher: it is not a presupposition of the full uttered sentence.

From a cognitive linguistic perspective, the two cases, metaphorical and non metaphorical, are the same. But from a logic-based perspective, they are quite different. *John has children* logically entails *John is a father*. *The Ile de la Cité is the heart of Paris* means something like *The Ile de la Cité is the center of Paris*, which logically entails nothing about aortas.

Another point of contention in work on projection of presuppositions was their status: logic-grammatical or discourse related (old vs. new information). There were arguments in favor of each, but no satisfactory answer. Because mental spaces are part of discourse construction, the framework allows grammar and discourse construction to interact. The grammar triggers implicit presuppositions, and prior knowledge or assertions trigger explicit presuppositions for later discourse. As the mental space construction unfolds to build discourse, explicit and implicit presuppositions interact, as mentioned above, to determine in what spaces the presupposition is satisfied (essentially the “projection problem”).

Modals

ML & JL: Cognitive Semantics usually treats canonical modals in relation to their embodied base - E.g., force-dynamics metaphors (TALMY, 1985; JOHNSON, 1987) and their applicability in the content, epistemic and speech act domains (SWEETSER, 1990). However, the use of modals also displays projections (FAUCONNIER, 1994) that indicate inferential reasoning, right? Imagine a couple who is isolated at home because of covid-19. The wife looks for the trash can in the kitchen, but cannot find it. So, she thinks, “Mark *must* have taken it outside”. This illustrates the mapping of an inference about probability or possibility. Now, if we consider constructions such as “It *might* rain today.” / “It’s *going* to rain”, we have two different reasonings of probability of a fact. These considerations lead us to some questions

⁶ see *Mental Spaces* (1994, p.87).

from the point of view of mental spaces: how do we construct the reasoning projected by modal forces as in the exemplified contexts? Do you consider it a valid alternative hypothesis that the image scheme of scale is feeding into the mental spaces that underlie a probability / possibility inference about a fact, or do we deal only with causal forces?

GF: Following Sweetser and Talmy, I take it that modals express force dynamics in three domains, content, epistemic and speech act. In all three domains, modals open up mental spaces. The evidence for that comes from the fact that they display the same opacity and presupposition properties as other space builders.

Consider:

The president must be very honest.

Call R the base space and M the space created by the modal, p the role of president in R, p' its counterpart in M.

In each domain (content, epistemic, speech act), we have three readings depending on whether Access and Role-Value apply.

Take the epistemic domain. Suppose first that p has a value, say Clinton. Then if the Access principle applies to Clinton, the counterpart of Clinton in space M will have the property "very honest". This is the reading where the speaker is saying that Clinton is probably very honest.

In another reading, the president describes the role p' in M. This is the reading where it's probable that any president will be honest.

In a third reading, p has no value in R (speaker doesn't know who is president or even if there is a president) but p' has a value (someone is president) and the meaning is that there is probably a very honest man who is president. This 3rd reading is most plausible (pragmatically) if the context is about some little known country. The speaker speculates that there is probably an honest president in that country.

In the content domain, we get similar readings for the same sentence: obligation for Clinton to be very honest; obligation to choose a very honest president, obligation to be very honest for the individual who happens to be president.

In the speech-act domain, think of imagining a story or a scenario. The three readings illustrate the force dynamics of constructing the story. One reading has the character representing Clinton who is president in reality, and the sentence can express that the construction of the story requires this character to be honest. Another reading (*the president* describing p') constrains the story to represent the role of president as including honesty. A third reading (value of p') indicates that in the story, some honest individual is president, even if there is no president in reality.

What is essential here is that the mental space configurations are the same for the three domains. The example sentence *The president must be very honest* is (at least) nine times ambiguous, depending on which of the 3 mental space configurations is chosen and which of the 3 force dynamic domains is chosen.

Native speakers have the capacity to construct the mental spaces, and they also independently have knowledge of force dynamics experienced in physical and social domains, and projected metaphorically to epistemic and speech-act domains. That knowledge is used upon hearing the utterance to decide which domain is relevant in a particular context and discourse. It's also part of that general knowledge that in the epistemic domain the modals map onto a probability scale: in a domain of reasoning, a greater force pushing metaphorically towards a certain conclusion corresponds to that conclusion being more probable. The scalar nature of the modals will be very familiar to the native speaker. Take for instance the distribution of **even** which marks a scalar end point⁷ :

It's possible and even probable that the president is very honest.

The president may be, and even must be, very honest.

* *It's probable and even possible that the president is very honest.*

* *The president must be, and even may be, very honest.*

The modals remain on a scale of force intensity in the non-epistemic domains as well. *The president may be, and even must be, very honest* can be interpreted as an obligation (social domain) or as a speech act building up the world (e.g. in a scenario).

So the broad answer to your question is that users of language have mastery of scales and mental spaces simultaneously. The modal used tells us where on the scale the lower mental space will be placed.

Partial clues

ML & JL: For the cognitive construction of linguistic meaning, some kind of cross-mapping between language and thought is necessary. In Fauconnier (1994), you say that grammar offers only partial clues to the cognitive construction of meaning, for example, *space builders*. You argue *that mental spaces as constructions that are distinct from linguistic structures, but constructed in any discourse according to the guidelines provided by linguistic expressions* (p.16). This means that the cognitive construction of meaning depends on the contribution of some level of linguistic information, even if the compositionality is partial. This leads us to the following question: if grammar offers clues as to the activation of mental spaces, how do we deal with the fact that these clues may not be grammaticized in the language? For example, for the

⁷ The asterisk, *, indicate unacceptability or ill-formedness.

expression of definiteness, some languages, such as English, have a definite article that precedes a noun whose referent can be introduced into a mental space. However, languages like Russian do not have this linguistic device. Is it a false question? If not, how do you see relationships we can establish between space builders, grammaticization, and linguistics typology?

GF: You ask why languages differ greatly in what gets grammaticized. And you ask if this might be a false question. No, it's not, it's a great question, but unfortunately I don't have the answer. The best I can do here, which may still be useful, is to change the background for the question. When it was assumed that the full meaning resided in the linguistic form (the sentence), it was sometimes assumed that the difference in overt grammatical markings showed a difference in expressive power. There was research claiming for example that Mandarin Chinese could not express counterfactuals, mainly because it did not have the kind of "if + tense/mood" construction that English and many other languages have. Not surprisingly this turned out to be wrong. What cognitive linguistics reveals and emphasizes is that the amount of construction and knowledge not explicitly in the grammatical form of a sentence is considerable, and so we need to look at the overall cognitive resources that are brought to bear, including multimodal clues and instructions for space building. Let me illustrate with an example that I discuss elsewhere in great detail ⁸:

Martina is three points away from the airport.

I heard this myself once on the radio. The context was a tennis match, and Martina is the famous tennis player, Martina Navratilova, and she was playing in the tennis match. This was a broadcast on the radio and the sportscaster was informing us that Martina was losing, and that if she lost three more points in the tennis match, she was going to lose the match, and as a result of losing the match she was going to be eliminated from the tournament, and therefore she was going to have to go home. If she went home, she would take a plane, and to take the plane she would have to be at the airport. As you can see, the sentence is massively compressed. In order to understand it, we must use several Idealized Cognitive Models⁹, a metaphor of event structure, a conceptual event metonymy, a metonymic model of travel, and causal compression and decompression.

This is something traditional linguistics has never even noticed. And it's something ordinary people don't know and don't have to know. In everyday life, language seems to contain all the information about meaning that you need: if you say something, it has a meaning, and that's how you know how to interpret it. But in fact, most of the meaning is already in your brain, and what language is really doing is triggering the right operations in your brain that will produce this very expansive meaning.

⁸ Fauconnier, Gilles. *Ten Lectures on Cognitive Construction of Meaning*. Brill, Leiden and Boston, Lecture 3. 2018.

⁹ Lakoff, G. *Women, Fire and Dangerous Things*. University of Chicago Press. 1987.

So in our *Martina* example, not a single one of these elaborate operations is signaled with an explicit grammatical device, and yet there is no cognitive effort: it goes by very fast, eight words, a few seconds, maximum, to be processed in our head, without effort. This is a very important feature of language and thought: very elaborate meaning constructions that are not perceived as complex at the conscious level. They do not trigger cognitive effort.

What all this means for grammaticization is that a huge proportion of the meaning construction is done without grammatical clues. In itself, this does not answer your question about why languages differ in what they signal explicitly, but it puts it in a different light. Because so much is implicit, the heavy lifting is done only very partially by grammatical elements. Furthermore, the same apparent grammatical resource can have multiple uses which vary from language to language. So take the case you mention, the definite article. It is notoriously difficult to pin down its “meaning”. Long dissertations have made the attempt and revealed the unsuspected complexity of “the”¹⁰. Once a language has the syntactic definite article, it will use it in a variety of ways. If it doesn’t have that particular syntactic marker, it will use other resources, very often implicit ones. Take the first sentence of Hemingway’s *A Farewell to Arms*, cited by Epstein:

In the late summer of that year we lived in a house in a village that looked across the river and the plain to the mountains.

The definite article here does not indicate any prior mention or presupposition of a plain, a river, or mountains. As Epstein notes, the referents are identifiable to the narrator, not to readers. In a Russian translation with no articles, a reader will also know explicitly that novel referents are introduced, and will infer implicitly that they are already familiar to the narrator (by virtue of conventional framings of story telling). Or take another of Epstein’s examples:

[researchers backing off a wrong claim they had made]

We took the wrong number and multiplied it by the wrong number.

Understanding this requires background frames for multiplication and research. Presumably (I haven’t been able to check) a Russian translation with no articles would convey exactly the same content in that context.

In other words, a meaning in context is very rich, has lots of nuances, very few of which are grammatically marked. Furthermore, even if one language seems to have a more explicit marking, it doesn’t follow that that language has to use it. Consider counterfactuals again. In *The Way We Think*, Turner and I bring up the case of a philosophy teacher defending an idea and saying:

¹⁰ See Epstein, R. The definite article, accessibility, and the construction of discourse referents. *Cognitive Linguistics*. 12-4. 2001.

Kant disagrees with me on this point, he claims “blah blah”, but I answer ...

This is a blend bringing Kant into the argument on the basis of what he wrote. What results is a debate between the philosopher and Kant. And it is counterfactual. Kant is long dead and could not join the conversation. Through blending, this counterfactual is expressed in the simple present tense, with no counterfactual grammar (*if...mood/tense*). The speaker (the philosopher in this case) could express the same thing with a whole range of more and more explicit counterfactual clues (i.e. grammatical markings):

Kant would disagree with me on this point, he would claim ...

Kant would have disagreed with me on this point, he would have claimed ...

If Kant were here, he would disagree with me on this point, he would claim ...

If Kant had been here, he would have disagreed with me on this point, he would have claimed ...

If Kant were with us and alive today, he would disagree with me on this point, he would claim ...

If Kant had been with us and alive today, he would have disagreed with me on this point, he would have claimed ...

Only the last formulation uses the full force of English counterfactual grammar and lexicon (*alive*). And yet the seven formulations are understood in that context as equivalent. And they are all readily understood with little cognitive effort. In fact, the first one (with the less grammar) probably has the lightest cognitive load in context.

Implicit communication and invisible meaning: implicatures

ML & JL: In *Mental Spaces*, you say “A sentence in natural language is cognitively complex ...” because it incorporates information at various levels - lexical, syntactic, presuppositional, and so on. One of these levels is certainly rhetorical and pragmatic information, as evidenced by words like “even” or hedges like “loosely speaking”, which involve implicational procedures or modalize the predication of a modified expression (KAY, 1979). In *Mappings* you observe that “words like *but* cancel implicatures, (...) words like *therefore* signal deductive relationships that may not have been explicitly stated”. From these “salient examples”, could you comment on the theory of mental spaces and its interface with implicatures or inferences, which are part of implicit communication and invisible meaning (GRICE, 1967, 1975; FAUCONNIER, 1990)?

GF: Implicature, a notion initially borrowed (and often distorted) by linguists from the philosopher Paul Grice, usually finds its place within a truth-conditional semantics. It is the content, intended by a speaker, that is not part of the explicit truth conditions of the sentence.

This characterization fits into frameworks that sharply separate semantics from pragmatics. But cognitive linguistics does not entertain such a sharp separation. This was evoked in my answer to your first question: “What each of us [*developers of cognitive semantics*] had found, among other things, was that a natural language sentence is cognitively complex, because it gives an array of diverse instructions for building meaning in context. When there are truth conditions, they are the end point of this elaborate mental construction, not its basic and logical starting point.” Langacker¹¹ makes this point as follows: “Certainly an autonomous semantics can be formulated, but the account it offers of the meanings of linguistic expressions is apt to be so restricted and impoverished relative to the full richness of how we actually understand them that one can only question its utility and cognitive reality. Only limited interest attaches to a linguistic semantics that avoids most of the relevant phenomena and leaves recalcitrant data for an ill-defined ‘pragmatic component.’”

The *Martina* example mentioned in the previous answer is a good illustration of the non autonomous nature of semantics. There is no way to assess what its intended meaning is, and whether it is true or not, without bringing in the “invisible” cognitive models and mappings relative to sports competitions, tennis, travel, and so on.

This puts “implicature” in a very different light. Instead of being something that gets added belatedly, it will often be part of the core meaning, what follows from the instructions for meaning construction in a given context. This is true in particular of the “conventional implicatures” you mention in your question. A word like *even* instructs us from the start to find an appropriate scale and an appropriate end point. That’s a central part of the meaning, not something that gets tacked pragmatically onto a core truth-conditional meaning. This is equally true of blends, analogies, and metaphors. We do not process *Money is the root of evil* by finding literal truth conditions for *money* and *root* and then rejecting them because they lead to implausibility. We look directly for the XYZ mapping. With the same syntax, the mapping can be metaphorical as in this case, or it can be simple framing, as in *Paul is the father of Sally*¹².

I noted in the answer to question 3 that force dynamics produced scales to which mental spaces could be linked (*The president may be, and even must be, very honest*). Scales will also appear within mental spaces, and because they are like presuppositions, they will also be subject to floating and transfer:

(i) *Even Max can solve this problem.* [Max low point on scale of intelligence]

(ii) *Sally thinks that even Max can solve this problem.* [Max low point on scale of intelligence for speaker and for Sally: the scale is in the base space R and in the subordinate space M of Sally’s belief]

11 Langacker, R. *Foundations of Cognitive Grammar*. Stanford: Stanford University Press. 1987.

12 Fauconnier and Turner (2002, chapter 8).

(iii) *Sally finds Max stupid, but thinks that even Max can solve this problem.* [Max is a low intelligence point for Sally but not necessarily for the speaker. The scale is in M, but not in the base space R]

(iv) *Sally thinks the problem is super simple, so she thinks that even Max can solve this problem.* [Sally doesn't know Max. The speaker, who has Max as a low point, infers that if the problem is so simple, even Max could solve it]

In (ii) the scale floats up from M to R. In (iii) the scale is part of Sally's belief, but not the speaker's - no floating up. In (iv) The scale is presupposed in R, but not in M - this is a case of transfer. What we find then is that we must build up the mental space configuration on the basis of prior knowledge and discourse, sentence grammar, and plausible defaults. Scalar implicatures are part of the construction and may apply within mental spaces or to the mental spaces themselves (case of the modals).

Blending: power, limits and intersections

ML & JL: Based on the theory of conceptual integration (FAUCONNIER, 1997; FAUCONNIER & TURNER, 2002), what are the restrictions on the application of blending in relation to other cognitive processes, such as the projection of mental spaces? Let us take as a background the discussion held by Harder in 2003. He suggests the following comparison between linguistic constructions to locate simple and complex cases: *black gun* and *fake gun/land animals* and *land yacht*. In the first examples, a property is added to a referent, in the following examples a "contradiction" resolved by manipulating alternatives spaces and blending. In view of these observations, some questions arise: How can we correctly separate simple cases, in which there would be only a projection of the mental space, from complex cases, in which there is blending, as suggested by Harder? What would be the blending limit? Do you consider this a relevant issue for the operationalization of the theory in terms of descriptive economy?

GF: This is an important question. It bears on the notion of descriptive economy and cognitive complexity. And these notions generate many misunderstandings. Let me first say that subjects (i.e. cognitively endowed human speakers of some language) might certainly use shortcuts for processing obvious defaults, treating *black gun* for example as a logical conjunction (*black + gun*) instead of building a more elaborate mental space configuration.

However, there is more to this than meets the eye. What is "descriptive economy" and when is it desirable? Harder, citing Ockham, writes that "complexities in theoretical assumptions must be motivated by complexities in the data." But as he himself reports, citing Eve Sweetser, there is nothing wrong with simpler cases also falling out from the general theory – you get them for free. The history of physics attests to this. Ah, but what about the cognitive effort involved? Won't the supposedly simple cases cost too much effort? As I underscored in my

answer to question 4, with the *Martina* example, there is no time difference and no additional cognitive effort for extremely complex operations performed unconsciously in the appropriate context. Just like the theoretical complexity, the apparent cognitive complexity comes for free in an organism that has the blending powers¹³.

OK, but all that does not prove that there isn't also a more simple mechanism operating alongside conceptual blending. Harder claims that children younger than 4 cannot hold two different pictures in their minds at the same time, so that blending must be a late, complex, acquired skill. The claim is based on children's conscious answers to experimenters, but those answers have nothing to do with blending, which is attested (unconsciously of course) in children as young as 18 months playing make-believe games.

The really interesting and crucial question is whether mental spaces are theoretically required only for very extreme cases, like the privative adjective *fake*, or whether their role is much more common. And indeed, *fake* was noticed by logicians because it precluded a logical conjunction (*fake + gun* $\not\rightarrow$ *gun*). Two clashing mental spaces must be constructed (the victim's & the actor's).

Well, many, perhaps all, adjectives can build up counterfactual spaces. Take the adjective *safe*, which conjoins straightforwardly (*safe beach* \rightarrow *safe + beach*). To understand *safe beach* in context, elaborate frames and counterfactuals must be built, corresponding to the many possible readings. *Safe* calls up a counterfactual space of danger, with a victim that could be harmed:

victim is the **beach goer** (tourist, her child, his dog, ...), **danger** can be the beach itself (sharp stones, terrain, ...), the water (too deep, rip tides, pollution, ...), what's in the water (sharks, sting rays, barracudas)

victim is **another** being (seals, turtles, birds) : Seal-lovers think this is a safe beach (because seals are protected)

victim is the beach itself, **danger** could be erosion, overpopulation, building, ...

victim is object on beach, e.g. a building, sandcastles

All this is not just vagueness; the mental spaces correspond to distinct construals and in order to be understood, the speaker must be clear in context about which frames, roles, and mental spaces are relevant. For each reading, a different counterfactual space must come in as an input to the overall conceptual blend. *safe* is a compression of the disanalogy between the counterfactual danger space and reality, where the counterpart of the victim is protected and unharmed¹⁴.

13 This is generally true for neurobiological phenomena: the extraordinary complexity of vision in the brain induces no special cognitive effort under ordinary circumstances.

14 See *The Way We Think*, chap. 17, pp.353-365.

So maybe *safe* is also a very special kind of adjective that triggers complex blends. Well, Peter Harder cites *The Way We Think* in his references, but it's a long book and understandably he did not read it all the way to page 365, where the answer to his question is spelled out in some detail. It turns out that seemingly simple adjectives like *little* and *big* or *black* and *brown* also have hidden layers of complexity that motivate conceptual blends. I will just quote the book directly here rather than summarize or paraphrase:

And brown cows? It's the same story, a story partly told already by Charles Travis for black kettles and green apples. Suppose we are looking at a kettle and Charles Travis¹⁵ says "This kettle is black" and we all agree that it is indeed black. But then Charles wipes the soot off the kettle and we see that it is green, so it isn't black. But is it really green? Charles scrapes off the green paint, and we see that the underlying metal is black, so maybe the kettle is black after all. But now as the sunlight hits it, we see that it is actually dark brown. Charles gives us purple glasses, and now we see that the kettle is black. The moral of this first part of Travis's story is that there is no absolute sense in which the property black applies to the kettle or not. Particular circumstances and contextual presuppositions make it appropriate or inappropriate to call the kettle black.

The second part of the story is that we can call the kettle black if it has a black decorative design; if it has a black spot while all the other kettles have green spots; if it is one of two identical kettles with no black color on their surfaces and it is on the black oven instead of the white one; if it is the one that came in the black box; if it was manufactured by a company owned entirely by blacks; and so on. Each time "black" is used in these cases, we feel that it is indicating a Property of a kettle. And at the same time, we see from the examples above that there is no such stable property in any absolute sense that could be defined for the kettle once and for all independently of anything else. How can this be? The answer is that "black" is like the other adjectives we saw. It prompts for an integration network and compresses some outer-space relations into the inner-space Property black in the blend.

Note that we focus exclusively on cases where it seems that the color black has been assigned literally to an element, and not on metaphoric or metonymic uses such as "black magic" or "black arts". In what looks like strict color assignment, "black" followed by a noun prompts for a mapping scheme in which one space has colors (in particular, the color black) and the other space has the element picked out by the noun. We are to find a cross-space mapping between the color black and something salient in the other space. Typically, the noun might pick out an object one of whose visible parts has a color that is close to black. In the integration network, that color is mapped onto the color black in the space of basic colors. By selective projection, only the color black from the color input is projected to the blend, while the object and its environment are projected from the other input. Thus, in the blend, the object

15 Travis, C. *The True and the False: The Domain of the Pragmatic*. Amsterdam: John Benjamins. 1981.

itself has the Property black to the exclusion of any other colors. And as the black spot example shows, this is possible regardless of the actual objective amount of other colors on the object.

But parts of an object are only one kind of salient aspect of an element in a space. As the oven example shows, what it is sitting on can be salient. Similarly, what it contains can be salient (a red cup containing black paint can be a “black cup” next to a red cup containing white paint). Also, the producer of the object can be salient, so the kettle produced by blacks can be the “black kettle.” But the element in the space evoked by the noun does not have to be a prototypical object. We can refer to a “black sky” where “black sky” can mean that a few ominous clouds are dark enough to be mapped onto black in the basic color space.

As we see, color adjectives prompt for specific complex integration networks in which outer-space connections correspond to color Properties in the blend. [The Way We Think, pages 363-364].

So we see that there is far more blending than one might think. The syntactic simplicity of Adj. N does not translate into transparent semantic simplicity. It is true, as many, including Harder, have noted that there are simple-looking logical accounts of “black kettle”, but Travis’ work and the excerpt above show that such accounts are inadequate.

Again, let me stress that far from a lack of descriptive economy, this is a standard case of greater descriptive economy (conceptual blending applies in all cases). Should we deplore that this adds complexity? No, the complexity is really there, and blending is an elegant, uniform way to deal with it. Is it implausible that children would learn it and master it? Absolutely not; here I will also cite from previous work:

In the early days of contemporary linguistics, the realization that children mastered stunningly complex syntactic and phonological structures was often met with disbelief: how could toddlers possibly know so much? We know better today: the child’s cognitive brain leaves in the dust our most powerful computers. So there is nothing surprising in the discovery that meaning construction is also supported and effected by highly elaborate dynamic systems. The challenge for the analyst is to delve rigorously into these remarkable constructions of the mind

¹⁶.

Blending and conceptual metaphor

ML & JL: We know that the blending theory and the conceptual metaphor theory (LAKOFF & JOHNSON, 1980) are not competing alternatives. So much so; that blending allows us to verify that certain patterns of metaphorical inference, in mapping between a source and a target domain, depend on conceptual compressions and selective projections for an efficient inference (FAUCCONNIER & TURNER, 2008). This brings together the two

¹⁶ Fauconnier & Turner. Rethinking Metaphor. In.: Ray Gibbs, ed. *Cambridge Handbook of Metaphor and Thought*. Cambridge University Press. 2008.

semantic-cognitive processes, but certainly does not make them equivalent. How do you see the interactions between metaphor and conceptual blending in the construction of the meaning? What are the limits and intersections?

GF: As already evoked in the response to question 1, it was difficult to bring the study of meaning into generative linguistics, centered on autonomous syntax. Bringing metaphor into the picture met with even more resistance. In the period before 1980, there was deep hostility to any serious consideration of metaphor, both within linguistics and within analytic and ordinary language philosophy. Metaphor was a figure of speech, a concern for literature and poetics only, and not to be confused with core meaning. I remember walking on the grounds of Royaumont with N. Chomsky in 1981, and bringing up the topic of metaphor; he became angry and called any such talk incoherent and unworthy of scientific attention. Philosophers like Searle or Davidson were equally dismissive, while showing little understanding or awareness of the depth of metaphor in everyday language.

Lakoff and Johnson¹⁷ succeeded brilliantly in bringing metaphor to center stage in the study of meaning. What they showed was that basic metaphors with elaborate source and target domains were at the heart of fundamental natural language semantics, so deeply entrenched that we take them for granted, do not even notice that they are metaphors, and yet could not think and talk without them. Following that seminal work, the contemporary theory of metaphor was born, with a major emphasis on finding and describing metaphors that are inherently part of a language. Included in such descriptions are the source and target domains of the metaphor, with their counterpart structure, system of transferred inferences, projection of structure from the source domain to the target domain. Studies of metaphorical systems have been carried out for many languages.

Metaphor draws its power from conceptual and analogical thought, not from truth-conditional logic. And so it fits in well with cognitive semantics, but not with formal semantics, and its importance and centrality for meaning construction is yet another strong motivation for the cognitive approach.

Conceptual blending looks at the construction of discourse, where blends are formed through cross-space mapping, selective projection to a new blended mental space, and completion, composition, and elaboration. Metaphor includes cross-domain mapping which can feed a cross-space mapping in some discourse. Selective projection from the two spaces will set up the blended space, which in turn can have emergent structure applicable to the discourse. So metaphor in discourse will take the form of a blend. Turner and I¹⁸ noted that simple unidirectional metaphors were single scope blends, for example the case of two business competitors framed metaphorically as boxers fighting each other. But then we pointed out that

17 Lakoff & Johnson. *Metaphors We Live By*. Chicago: University of Chicago Press. 1980.

18 See *The Way We Think*.

many metaphors gave rise to double-scope networks, for example “digging your own grave”, where the blended space has projections from both inputs and develops its own emergent structure, distinct from what would be called source and target in standard CMT. Furthermore, metaphors and metonymies can combine to give a “multiple blend” (a network with several inputs), as in the metaphors for anger, originally analyzed perspicuously by Kövecses and Lakoff. The emergent structures in such cases would not be available in the CMT source/target model, for example “*he was so mad I could see smoke coming out of his ears*”.

An important finding, sharply at odds with the original metaphor theory, is that metaphor can be set up to borrow an existing compression in one input (the “source” in the CMT model), while getting key inferences from another input, so that the blended space actually clashes with the “source” input. Take for instance examples like

Is a snoring partner driving you to an early grave?

There are three inputs:

- 1) graves, dying, funerals , ...
- 2) pushing into a container (hole? cave?)
- 3) human behavior makes life shorter

Two compressions are borrowed:

- familiar scenario of graves/death
- pushing something to speed it up

The crucial inference (partner dies earlier because of painful snoring) comes from input 2), pushing someone to speed them up, not from input 1) (the “source”): in 1), people are not pushed alive into graves, in which they die; rather, they die first, and then are buried. In such examples, the compression (scenario of dying and funerals) is borrowed, but not the inferential structure that normally goes with it.

In later work¹⁹, we explored what we think are deeper aspects of metaphorical meaning construction. We looked at the familiar “TIME as SPACE” metaphor, usually thought of very simply as a case of SOURCE(SPACE)-TARGET(TIME), and by bringing in considerable additional data, such as *Those three hours went by slowly, Time stood still, Where have all those years disappeared?*, we showed that the network for “time” actually contained many mental spaces and blended mental spaces (fourteen in our proposal). Time in this network is not a primitive input, but rather a notion that emerges from the full network.

So, to answer your question, we see that blending theory incorporates insights of CMT, but

¹⁹ *Rethinking metaphor. op.cit.*

also extends them or modifies them significantly to produce a different theoretical perspective.

Of course, as for the previous question about the limits of blending, one might object in the spirit of Harder that we are making everything unnecessarily complex. My answer would be similar: the data is really far more complex and interesting than standard examples might suggest, and the child's brain is admirably equipped to deal with this apparent complexity, hidden as usual from consciousness.

Metonymy

ML & JL: How do compressions generate metonymy? Could you comment on this connection between compression and metonymy with linguistic examples?

GF: Labels like “metaphor” and “metonymy” are quite superficial. When we pursue the analysis in greater depth, we find that such labels cover a variety of different cases. This point was made for “metaphor” in the answer to the previous question. The same is true of “metonymy.” A dictionary definition tells us:

‘Metonymy’ is when something is used to represent something related to it.

Analysis reveals a variety of cases, some of which involve blending and compression and some which do not.

Nunberg's pragmatic functions allow the Access Principle to operate. So in a restaurant setting, dishes ordered are mapped onto customers, and the dish can identify the customer. There is no blending as shown by the unacceptable reflexive in (iv)²⁰:

- (i) *The ham sandwich left a tip.* (= customer)
- (ii) *The ham sandwich wants it with mayonnaise.* (= customer, it = sandwich)
- (iii) *The ham sandwich excused himself.* (= customer)
- (iv) **The ham sandwich wants itself with onions.*

On the other hand, in a context of driving on the freeway, the car and its driver can blend (through compression into uniqueness):

- (i) *The blue car decided to park itself beside me.* (= driver, itself = car)
- (ii) *The driver decided to park himself in front of me.* (himself = car)
- (iii) *The blue car was furious and crashed into the wall.* (= driver, car)

Now there are also cases where the compression is to identity, but not uniqueness.

²⁰ As before, * indicate unacceptability.

(i) *I saw myself in the picture.*

The picture mental space blends with reality. “I” in reality and its counterpart “I” in the picture are projected into the blended space as separate but identical elements. This is similar to what happens in the Buddhist Monk (the monk meets himself), but superficially we have metonymy of the Nunberg/Jackendoff variety, because “I” in reality can access its image.

Certain very tight pragmatic functions allow this compression to identity without uniqueness, for example books and authors:

Chomsky found *himself* on the top shelf. (= author, *himself* = books)

Compare with the unacceptable:

* *The ham sandwich found itself on the counter.*

The connection here between sandwiches and customers is ephemeral, in contrast to the tight connection between authors and their books. The books are “part” of the authors, they “represent” the authors, the author is the book, and so forth.

Now, blending with compression allows interesting interaction with metaphor. Take *John Smith is in the phone book*. This is a standard metonymy, it would seem, where *John Smith* identifies a person, and that person (in discourse) can be used to access its name listed in the phone book. Furthermore, this is a case of tight connection: *John Smith found himself in the phone book*. The inputs to the blend are the mental spaces of reality and the phone book.

In the blended space, the phone book is a region and the person (like the buddhist monk) can be in two places at once, outside of the region as a “real person” and inside the region as one of the people who inhabit the phone book. Superficially this is a metaphor which can be extended straightforwardly. Instead of the phone book, take the *Who’s Who*, which lists famous or important people, and in which some may find it desirable to be listed:

John Smith made it into Who’s Who.

After trying for many years, John Smith finally got into Who’s Who.

As you can see, in the blended space, John Smith very much wants to get into the region “Who’s Who”. This is still the same metonymy as before, but now it also feels metaphorical, because the mental space “Who’s Who” is a metaphorical input to the blend. There is a third (source) input here, the familiar notion of moving in physical space from one region to another. “Who’s Who” is very much like “the picture” in examples above:

John found himself in the picture.

John badly wants to be in the picture.

The case of authors and books also lends itself to this metaphorical extension, as show by the following statement (attributed in some form to Mark Twain): *Jane Austen will never get into my library* meaning of course that he would have none of Austen’s books in his library.

The tennis example discussed in the answer to question 4 illustrates other aspects of compression generating what appears on the surface to be straightforward metonymy:

Martina is three points away from the airport.

“*the airport*” stands for something else: losing the match, being eliminated, and going home. As I mentioned before, there is a long, complex, causal chain here that gets drastically compressed in the sentence itself. But being at the end of such a causal chain is not quite the same as being a full metonymy. Consider the following:

(i) *Losing would be a disaster for Martina.*

(ii) * *The airport would be a disaster for Martina.*

the airport cannot substitute for losing or going home or being eliminated.

(iii) *Svetlana is an inch away from the podium.*

Svetlana is a high jumper, and if she can jump one inch higher, she will be in the top three, and therefore stand on the podium in the final ceremony. *the podium*, just like *the airport*, is a compression of a causal chain, <jumping higher —> being in the top three —> standing on the podium>. But this time, it can work as a full metonymy:

(iv) *The podium* would mean a lot to Svetlana. (finishing in the top 3 would mean a lot to her) *the podium* is entrenched as a goal signifying success within the frame of sports competition. *the airport* does not take on the equivalent meaning of failure within the tennis tournament frame, even though it is used to signal the causal compression of losing and its consequences. Presumably, this is because airports are not in themselves part of the sports competition frame (as opposed to podiums). All these cases are quite subtle, and they show the slippery nature of the notion of metonymy.

Superficial classifications of common metonymies can be reevaluated in more depth by looking at their underlying compression characteristics:

THE PART FOR THE WHOLE

The Giants need *a stronger arm* in left field. [compression of **part-whole** to **category**]

PRODUCER FOR PRODUCT

He’s got *a Picasso*. [**cause-effect** compressed to **category**]

I love to read *Tolstoi*. [compression to **identity**]

OBJECT USED FOR USER

The buses are on strike. [compression to **uniqueness**]

The buses gave themselves one more day to vote on ending the strike.

CONTROLLER FOR CONTROLLED

Truman bombed Japan. [causal compression]

A Humvee rear-ended *me*. [integration to **uniqueness**]

THE PLACE FOR THE INSTITUTION

The White House isn't saying anything. [Access Principle (no compression)]

Wall Street is in a panic.

Washington is insensitive to the needs of the people.

THE PLACE FOR THE EVENT

Pearl Harbor still has an effect on our foreign policy. [Access Principle (no compression)]

Watergate changed our politics.

Within the elaborate network of blends that give rise to the notion of time, we find another widespread way for something to stand for something else (superficial metonymy):

That stretch of road went by effortlessly.

The last hour took forever.

The first five miles went by with little effort.

These cases are actually metaphorical compressions of event to spatial motion, and mapping of spatial motion to space and distance.

Finally, here is a splendid example of causal compression in a story by Stefan Zweig²¹ that I happened to be reading last week. In the story, entitled *Fear*, the heroine, Irene, has decided to commit suicide, and she is at the pharmacy where a chemist fills a prescription of hers for a deadly substance. She watches (spellbound) as the chemist pours the substance into a small blue phial from a "bulging round container." And so, as we are told in the story:

Transfixed, she watched death finding its way from the container into the phial. From there it would soon be flowing through her veins.

21 Stefan Zweig. *Fear*. In.: Zweig, Stefan. *The Royal Game and Other Stories*. Penguin Books.1984

As in the Martina example, a long causal sequence needs to be reconstructed: **drops** of the liquid from the container are measured into the phial —> Irene takes the phial home —> she drinks all the liquid in the phial —> the liquid enters her body and then her blood —> it flows with the blood inside her veins —> this causes **death**.

The long **cause-effect** connection of the liquid to death is compressed into **uniqueness**: the **liquid** slowly dropping into the phial IS **death**. But there is more. Given this compression, a metaphorical blend can be (and is) added to the meaning construction. Death is personified, as in so many tales of death: it **finds its way**, first into the phial, then into the veins, where Death causes death.

So Death is trying to make its way from the chemist's counter to Irene's phial, Irene's house, and finally Irene's body. **Intentionality** has been added to this spectacular blend. Of course, it is all in Irene's mind, and then in the reader's. The chemist is unaware of any of this. Interestingly, a few pages earlier in the story, Irene finds the needed prescription in a drawer, and is happy. We are told that ...

...With a smile, she folded the prescription as though it were a precious banknote: now she held death in her hand.

The prescription is now the starting point of the causal chain that will lead to filling the phial and ultimately to **death**. Again, we have compression to uniqueness, so that Irene can "*hold death in her hand*". Interestingly, she now has control over death (in her hand) and she is pleased. Death is not yet personified at that point. Later, transfixed at the pharmacy, she sees the poured liquid of death as malevolent and intentionally out to get her. She has lost control.

Blending: methodological criticisms, epistemology and the future of theory

ML & JL: The theory of conceptual integration has been the subject of reflection on its methodological and empirical aspects. We would particularly like to briefly approach Gibbs (2000). Your reflections lead us to the following points: i. the blending limit, ii. the possibility of falsifying hypotheses (POPPER, 1959), iii. the possibility of making predictions - previous statements for later verification - "according to the hypothetical-deductive method of scientific inference" (GIBBS, 2000, p.349-350) - and the level of realism of the interpretations attributed to the speaker. We would like you to address the methodological aspects of your work, your view of science, your position in relation to critical comments against blending.

GF: The article you refer to, Gibbs (2000), offers a remarkably simple-minded view of science! It brings up several interesting issues, but frames them in highly misguided ways. Let's start with the following statement in the article: "psychologists, like most scientists, favor hypotheses that lead to specific experimental predictions." He goes on to say that psychologists complain that cognitive linguistics does not have this feature. Hence psychologists are real

scientists, but not cognitive linguists.

Let's first correct the statement factually. Experiments are a wonderful part of science, and of physics in particular, but that is not the only way (or even the main way) that science is done. Gathering vast amounts of data is crucial if you are a geologist, an astrophysicist, or a biologist. On the basis of such data, scientists do their best to develop an account that has explanatory power, by virtue of its generality, elegance, optimality, connection to other scientific knowledge. If experiments can be devised and added, to evaluate the explanation, so much the better. Scientists who specialize in particular domains and subdomains become of course familiar with huge amounts of data, gathered throughout the ages and in their own time by colleagues, and themselves, and others who make a remarkable discovery, such as a rare fossil, or prehistoric art, or an unknown species. So, are the efforts of such scientists predictive (even in the absence of experiments)? Absolutely; they make the extremely strong prediction that whatever data may be discovered will fit neatly into the account (the theory) that they have proposed. Now of course, in science, theories and even whole paradigms, are replaced all the time under pressure from novel data, or more appealing theories (from some viewpoint or *Zeitgeist* - e.g. Copernicus vs. epicycles). Scientists operating within the scheme of science have many duties and constraints placed upon them. They must be perpetually on the lookout for additional data that can be obtained through observation or experimentation (which is a way of creating new data that has special relevance). And they must then evaluate existing accounts to see if they hold up under the additional data, or whether they are falsified by it. If the new facts do not fit the old theory, then efforts will get underway to find a better account (or sometimes to reinterpret the observations in an effort to maintain the theory). This is the ground upon which the battles of science are fought.

Linguistics of all stripes has a solid scientific tradition of this nature. Huge amounts of data are collected, analyzed, and submitted to rigorous analysis. Take the example of **Grimm's law**, establishing a set of regular correspondences between early Germanic stops, fricatives and the stop consonants of certain other centum Indo-European languages, using mostly Latin and Greek for illustration. Notice that no experiments were (or could be involved), and yet this is a remarkable part of the foundations of modern scientific linguistics. Does research of this kind lead to predictions, in addition to its explanatory power? It certainly does and the predictions can be spectacular. Saussure developed his laryngeal theory, based on observation and generalization of known Indo-European languages. Much later, Hittite texts on clay tablets were discovered, showing explicitly the laryngeals predicted by Saussure for Proto-Indo-European, and also establishing that Hittite was Indo-European. As in geology, anthropology, astrophysics, and in fact science in general, crucial theory was developed through extensive observation.

Gibbs does not seem aware of any of this, and mistakenly calls research of this nature **post-hoc**. But post-hoc means something different, namely "the fallacy where we believe that because one event follows another, the first must have been a cause of the second." Gibbs

seems to think that post-hoc means analyses produced after observation of data, rather than through experiments. Well, for one thing, such analyses are not post-hoc, and for another, there is nothing wrong with them: they are the bedrock of science.

The work on blending fits solidly within this ageless scientific method of seeking the most general explanation for the maximum amount of known facts. It involves discovering new data, understanding its relation to previously known data, showing that it's not handled satisfactorily (or at all) by existing theories and proposing accounts that will subsume all the data (new and old).

And incidentally, this is exactly the way blending theory developed and evolved. Turner and I first came upon cases of metaphor that did not fit the standard source-target model, and we initially conceived a simple blending model that would fare better. But this immediately led us to look for other cases that might require such models. And suddenly it turned out that there was a deluge of such data. At the beginning, only the most noticeable cases were invoked (the buddhist monk, the debate with Kant, the regatta, imaginary numbers ...) But that in turn led to looking at more familiar data (e.g. counterfactuals) from this novel perspective, which revealed the possibility (and desirability) of a far more inclusive explanatory theory, with multiple blends, optimality principles, and so forth.

What else does Gibbs have to say about science? Well, he sanctimoniously invokes the Popperian creed that any account must be "falsifiable". Then he suggests that blending is not yet clearly falsifiable, but then he concedes at the same time that frameworks are not falsifiable in themselves, only particular hypotheses within frameworks. Gibbs is not familiar with much recent philosophy of science, showing the limits of falsifiability. In fact, Popper himself came to the conclusion that his falsifiability criterion would not work for geology or astronomy. And that it would not work for evolutionary biology either, which led Popper to write that "Darwinian evolutionary theory failed to satisfy that criterion so it was not a scientific theory but only a metaphysical research programme".

The real question that Gibbs should be asking is: can frameworks be improved to deal with novel data, and can frameworks be abandoned in the face of challenging evidence? Blending did not falsify metaphor theory; rather it showed that considerable additional data existed that could be handled by an improved framework, namely conceptual integration. That framework has been improved and modified significantly over the years, for instance by recognizing the key operations of compression. The equivalent of Popper's famed falsifiability is really the following: a wide range of data can be analyzed within the blending framework, but in principle other data might be found that contradict principles of this framework and demand either an improvement or a replacement. What happened with metaphor theory illustrates exactly this type of evolution. Just as we found data supporting a revision and extension of the initial metaphor theory, it is up to everyone to look for such data (linguistic or not) with respect to

possible improvements (or replacements - God forbid) of blending theory, or indeed to simply reanalyze existing data in a more perspicuous way.

Now there is some confusion in the article by Gibbs. He starts out by giving examples of complex metaphors that require blending theory, and he rejoices that blending has come along, since “no psychological model could come close to capturing what people may do to comprehend [such cases]”. But then he seems to chide blending for not explicitly formulating reasonable alternatives for empirical examination. But then he writes (in seeming contradiction with what just precedes) that “blending theory is far more comprehensive in the scope of meaning constructions it can explain, and has indeed shown that it is a more satisfactory account than several alternative theories for different linguistic phenomena (e.g. counterfactuals)”.

All this confusion really comes from the fact that Gibbs, as a psychologist, is interested in the very legitimate issue of real time processing. His work on metaphor for example addressed a genuine empirical issue: are some observed metaphors of everyday language just dead metaphors processed as single chunks of meaning, or do subjects actually activate source and target domains in producing or understanding such expressions? I suspect that Gibbs would like to do the same for blending, and see to what extent the theoretical account fits with real time processing.

This is a good project, and it is a project for psychologists like Gibbs to work on. But there are difficulties. Gibbs asks: “must people actually create complex blended spaces to understand what speakers intend by the expression John is digging his own grave ?” Notice that there is some overlap here with your question no. 6 and Harder’s objection. But Gibbs is explicitly concerned with psychological processing, and he seems to think that blending is unduly complex.

Part of my answer is the same as for Harder, namely that once blending is available to the brain, it is done effortlessly. But in itself, this still doesn’t show that, easy or not, it’s actually what’s happening. How can the psychologist tell? The main tool at the psychologist’s disposal is the idea that more complexity correlates with greater cognitive effort, that can then be measured experimentally. But in fact this key assumption is unwarranted in the case of blending and compression, or for that matter in the case of vision or motion. As noted earlier in this interview for the Martina example and others like it, if the context is clear and totally familiar to the “subject”, a very long and complex causal chain can apparently be constructed on the fly effortlessly. On the other hand, out of context, subjects are not even able to guess the meaning of the Martina example: there is cognitive effort but no result.

Given all this, we need to dig deeper. If cognitive science were as advanced as modern physics, there would be processing models all the way to the neural level and experimental procedures for confirming (or falsifying) such models. We have nothing remotely that precise, and so psychology is forced to operate at an intermediate level.

What I find bizarre is that Gibbs seems to blame blending theory for the difficulties with making or checking claims about processing. But as I stressed earlier, and as Gibbs himself acknowledges, blending has followed rigorous scientific steps in building and motivating its account. It is really up to the psychologist to follow this up with clever tests for processing, just as Gibbs and others (Boroditsky²²) did for metaphor. Gibbs is a psychologist with much sympathy for linguistic work and thinks that there is a need for blending scholars to “gain the attention and respect of psychologists.” This goes both ways. Linguists in the past have not seen psychology as immensely helpful²³. Cognitive linguists on the other hand have shown an exceptional willingness to collaborate with psychologists.

Future

ML & JL: What developments and potentialities of the theory of conceptual integration do you *project* today? And what are your current research interests?

GF: It is remarkably hard (without a crystal ball) to predict or even just to project developments and potentialities of any research program. If I had been asked about the future of mental spaces in 1992, there would have been no mention of conceptual integration and blending, even though a year later that was a major turning point. Asked about the future of blending research in 1999, I would not have answered “compression”, even though that was in fact the next big step. What I can note today is that there is a considerable amount of work underway, which goes far beyond linguistics and extends to a wide array of different domains. Much of that work, or references to it, can be accessed online through **mentalspace.net** (—> BLENDED SPACES).

There is of course in that list a great deal of research in cognitive linguistics, especially semantics, and the conceptualization of time as in Piata (2013), Pagán Cánovas & Teuscher (2013), Coulson & Pagán Cánovas (2013), Aparta. Also work on grammatical constructions, metaphor, image schemas (*Image Schema Combinations and Complex Events* 2019), counterfactuals, prosody, and I expect that all this work will go on and keep on yielding fruitful results.

Then there is substantial blending work in computational modeling and creative systems, as in *Concept Invention* 2018, and the COINVENT project (Future and Emerging technologies), neural networks. Research of this type into the nature of creativity and modeling of conceptual integration and creative processes will certainly persist and flourish. I look forward to advances in the modeling of compression and emergent structure.

22 Boroditsky, L. Metaphoric structuring: Understanding time through spatial metaphors. *Cognition*, 75(1), 1-27. 2000.

23 Chomsky highlighted shortcomings of psychology’s approach to language in his review of Skinner’s *Verbal Behavior*. Formal semantics and generative syntax have paid little attention to psychology.

The mental space and blending framework has been useful, and hopefully will continue to be so, in the study of specific fields. Music is one, as in Antovic' 2018 (emergence of musical concepts through conceptual blending) and Arndt 2017. Mathematics is another, following my early work on complex (imaginary) numbers (with Turner), and Lakoff and Núñez's explanation of the evolution of many mathematical ideas through conceptual blending. See Alexander 2011 (*Blending in Mathematics*), Bing & Redish 2007 (*The cognitive blending of mathematics and physics knowledge*). Then there have also been fascinating studies that fall into literature, philosophy, theology, recent ones being Bonifazi 2018, Gomola 2018 (early Christian discourse), Budelmann & LeVen (2014), Cánovas & Jensen 2013 (Timeline in poetic metaphors), Cook 2010 (Shakespeare). Much more will undoubtedly be done in such areas. Film and art also lend themselves to brilliant work, as in Morley (2016), Rubba (2009).

Outstanding research on sign language (Liddell, 2003) and anthropology (Sorensen 2006 - *A Cognitive Theory of Magic*) deserve to be pursued, extended, and explained further to practitioners in these fields.

All these directions (and a few others, for example multimedia, gesture, and design) have started to be explored from a mental space and blending perspective, and so we can expect developments in each one. But of course (and even better) some unforeseen potentialities may be discovered and lead elsewhere.

As to my own current interests, I continue to work in linguistics and semantics, broadly conceived (Fauconnier, 2018), with continuing interest in finding out more about compression (Fauconnier, 2013). Very generally, I believe, as stated in some of my answers in this²⁴ interview, that language in context expresses far more than is visible in the words and syntax. I have suggested that much of meaning was largely hidden (invisible) and I have called this "the dark matter of semantics". Understanding this extraordinary aspect of human communication²⁵ and conceptualization will require far greater attention and analysis than it has received so far. I have some other projects as well, pursuing cognitive-mathematical work on Gödel and Cantor that I started a while ago, and also showing the nature of philosophical paradoxes, such as the Liar, or Curry's paradox, when seen from a mental space, discourse-building perspective.

Thank you for the generosity of your answers, Fauconnier!

References

ALEXANDER, J. C. Blending in mathematics. *Semiotica*. 1-48, 2011.

ANTOVIĆ, M. Persuasion in musical multimedia: A Conceptual Blending Theory Approach.

²⁴ Fauconnier, Gilles. *Mysteries of Meaning Construction*. *Proceedings of the Japanese Cognitive Linguistics Association*. 2013.

²⁵ Plenary lecture. *The Dark Matter of Semantics*. *4th UK Cognitive Linguistics Conference*, King's College, London. 2012.

In.: PELCLOVA, J.; LU, W. (eds.), *Persuasion in Public Discourse: Cognitive and functional perspectives*. Amsterdam, the Netherlands: John Benjamins, 2018.

_____. Schemas, grounds, meaning: On the emergence of musical concepts through conceptual blending. *Musicae Scientiae*, 22(1), 57-71, 2018.

APARTA, K. *Conventional Models of Time and Their Extensions in Science Fiction*. Master of Arts at the Jagiellonian University of Kraków, 2006.

ARNDT, M. *The Musical Thought and Spiritual Lives of Heinrich Schenker and Arnold Schoenberg*. Routledge, 2017.

BING, T.J. & REDISH, E.F. The cognitive blending of mathematics and physics knowledge. In *Proceeding of the Physics Education Research Conference*. Syracuse, NY. AIP Conf. Proc., 2007.

BORODITSKY, L. Metaphoric structuring: Understanding time through spatial metaphors. *Cognition*, 75(1), 1-27. 2000.

BUDELMANN, F.; LEVEN, P. “Timotheus’ Poetics of Blending: A Cognitive Approach to the Language of the New Music”. *Classical Philology*, Vol. 109, No. 3 (July 2014), 2014.

CÁNOVAS, C. P.; JENSEN, M. Anchoring Time-Space Mappings and their Emotions: The Timeline Blend in Poetic Metaphors. *Language and Literature*. 22:1. 45-59, 2013.

_____; TEUSCHER, U. 2013. Much more than money: Conceptual integration and the materialization of time in Michael Ende’s *Momo* and the social sciences. *Pragmatics & Cognition* 20:3. 546-569

COOK, A. *Shakespearean Neuroplay: Reinvigorating the Study of Dramatic Texts and Performance through Cognitive Science*. Palgrave Macmillan. 2010.

COULSON, S.; CÁNOVAS, P. Understanding Timelines: Conceptual Metaphor and Conceptual Integration. *Journal of Cognitive Semiotics*. 5(1-2). 198-219. 2013.

EPSTEIN, R. The definite article, accessibility, and the construction of discourse referents. *Cognitive Linguistics*, v. 12, n. 4, 2001.

FAUCONNIER, G. *La coréférence: Syntaxe ou sémantique?* Paris: Editions du Seuil. 1974.

_____. Invisible Meaning. *Proceedings of the Sixteenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, pp. 390-404, 1990.

_____. *Mental Spaces: Aspects of Meaning Construction in Natural Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

_____. *Mappings in Thought and Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

_____. Mysteries of Meaning Construction. *Proceedings of the Japanese Cognitive Linguistics Association*. 2013.

_____. *Ten Lectures on Cognitive Construction of Meaning*. Distinguished Lectures in Cognitive Linguistics. Leiden: Brill Books, 2018.

_____. Bibliography for Conceptual Blending and Mental Spaces [Online]. Available at: <http://www.cogsci.ucsd.edu/~faucon> (Accessed: 28 October 2020).

_____. Bibliography for Conceptual Blending and Mental Spaces [Online]. Available at: www.mentalspace.net (Accessed: 28 October 2020).

_____; TURNER, M. *The Way We Think: Conceptual Blending and the Mind's Hidden Complexities*. New York: Basic Books, 2002.

_____; TURNER, M. Conceptual Blending, Form, and Meaning. In.: Pierre Fastrez, ed. *Cognitive Semiotics*, special issue of *Recherches en Communication*, no. 19, 2004.

_____; TURNER, M. Rethinking Metaphor. In.: Ray Gibbs, ed. *Cambridge Handbook of Metaphor and Thought*. Cambridge University Press, 2008.

GIBBS JR, R. W. *Making good psychology out of blending theory*. *Cognitive Linguistics* 11, 347- 58. 2000.

GOMOLA, A. *Conceptual Blending in Early Christian Discourse: A Cognitive Linguistic Analysis of Pastoral Metaphors in Patristic Literature*. De Gruyter, 2018.

GRICE, P. Logic and Conversation. In.: P. Cole and J. Morgan (eds.). *Syntax and Semantics. Vol. 3: Speech Acts*. New York: Academic Press, 1975.

HARDER, P. *Mental spaces: Exactly when do we need them?* *Cognitive Linguistics* 14-1, 91-96, 2003.

JOHNSON, M. *The Body in the Mind: The Bodily Basis of Meaning, Imagination and Reason*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

KAY, P. *Words and the Grammar of Context*. Center for the Study of Language and Information: Stanford, California: Stanford University, 1977.

_____. *The Role of Cognitive Schemata in Word Meaning: Hedges Revisited*. Unpublished manuscript. 1979.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors We Live By*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

LAKOFF, G. *Women, Fire, and Dangerous Things*. University of Chicago Press: Chicago, 1987.

_____. NÚÑEZ, R. *Where Mathematics Comes From: How the Embodied Mind Brings Mathematics into Being*. Basic Books, 2000.

LANGACKER, R. W. *Foundations of Cognitive Grammar*. Stanford: Stanford University Press, 1987.

LIDDELL, S. K. *Grammar, Gesture, and Meaning in American Sign Language*. Cambridge University Press, 2003.

_____. Constructing the Meanings of Personal Pronouns. In.: Günter Radden, Klaus-Michael Köpcke, Thomas Berg, and Peter Siemund (eds.), *Aspects of Meaning Construction*, 171-187. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins, 2007.

MORLEY, S. The Paintings of Yun Hyong-Keun as 'Emergent Blended Structures. *Journal Third Text*. DOI: 10.1080/09528822.2016.1192419.

PIATA, A. Conventuality and Creativity in the Conceptualization of Time in Modern Greek: Metaphors and Blends in Language and Literature. Ph.D. dissertation. University of Athens, 2013.

POPPER, K. *The Logic of Scientific Discovery*. London: Allen, 1959.

RUBBA, J. The dream as blend in David Lynch's Mulholland Drive. In.: EVANS, V.; POURCEL, S., (eds.). *New Directions in Cognitive Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 2009.

SØRENSEN, Jesper. *A Cognitive Theory of Magic*. Altamira Press. (Cognitive Science of Religion Series), 2006.

SWEETSER, E. *From Etymology to Pragmatics: The Mind-as-Body Metaphor in Semantic Structure and Semantic Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. Compositionality and Blending: Semantic Composition in a Cognitively Realistic Framework. In Theo Janssen and Gisela Redeker (eds.). *Cognitive Linguistics: Foundations, Scope and Methodology*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1999.

TALMY, L. Force Dynamics in Language and Thought, *Papers from the Parasession on Causatives and Agentivity*. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1985.

TRAVIS, C. *The True and the False: The Domain of the Pragmatic*. Amsterdam: John Benjamins, 1981.

TURNER, M. *Reading Minds: The Study of English in the Age of Cognitive Science*. Princeton University Press, 1991.



**FUNDAMENTALS OF CONTEMPORARY FORMAL SEMANTICS:
AN INTERVIEW WITH GENNARO CHIECHIA
FUNDAMENTOS DA SEMÂNTICA CONTEMPORÂNEA:
UMA ENTREVISTA COM GENNARO CHIERCHIA**

Genaro Ciercchia (Harvard University) ¹

Ana Paula Quadros Gomes (UFRJ)²

Roberta Pires de Oliveira (UFSC/UFPR/ CNPq)³

ABSTRACT

The interview surveys the main topics that constitute common-ground in contemporary semantics aiming at introducing a map to guide students' education as linguists.

KEYWORDS: Education, Natural Language Semantics, Formal

RESUMO

A entrevista revisa os principais tópicos que constituem conhecimento compartilhado na semântica contemporânea, com o objetivo de apresentar um mapa de estudos para a formação do linguista.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Semântica das Línguas Naturais, Formal

1 Haas Foundations Professor of Linguistics at Harvard University and Professor of Philosophy at Harvard University (USA); awarded the Guggenheim Fellow in 2019.

2 She works at Pos-Vernáculas and Pos-Linguística - Faculdade de Letras/ UFRJ - and at Proflind - Museu Nacional. She coordinates Lambda (a Linguistic Lab) and GESE (a CNPq Research Group, together with Maria Lucia Leitão de Almeida).

3 CNPq's researcher (level 1D) and presently a chair in CNPq's Linguistic Area Committee. Full Professor at Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), where she is a member of Licenciatura em Letras and of Pós-Graduação em Inglês (PPGI). She is also a member of Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal do Paraná (UFPR).



Presentation

Gennaro Chierchia has been described as one of “the most beloved linguists of our times, who has proposed some of the most exciting ideas in semantics.”⁴ A Linguistics and Philosophy Professor at Harvard University (Cambridge, MA, USA), Chierchia authored, with Sally McConnell-Ginet, the famous textbook *Meaning and Grammar: An Introduction to Semantics* (MIT Press, 1990). In Brazil, the translation of his more recent, but equally well-known textbook, named *Semantica, Le Strutture del Linguaggio* (1997), and translated to Portuguese by Rodolfo Ilari, Luiz Arthur Pagani and Lígia Negri, in 2003 played a crucial role in the field. Besides, he authored the book *Logic in Grammar* (Oxford University Press, 2013). The extension of his work is impressive; we will mention only a few examples: the articles “Reference to Kinds across Languages” (Natural Language Semantics, 1998), “Plurality of mass nouns and the notion of “semantic parameter” (Springer, 1998) and “Scalar implicatures and their interface with grammar (Annual Review of Linguistics, 2017). Within the many and diverse semantic issues his work has become a seminal reference for the question of how the mass/count opposition affects grammar stands out. This interview, performed by Roberta Pires de Oliveira, who has been his research partner and fellow professor at Harvard, surveys the main topics that constitute common ground in contemporary semantics, while aiming at introducing a map to guide students’ education as semanticists. The interview was divided in blocks, each one exploring a distinct subtopic. The final edition of the material was up to an admirer of both researchers, Ana Paula Quadros Gomes⁵.

(i) Boolean Core

Roberta: Let’s think about young linguists who want to work within the tradition of formal semantics: what is the basic level of knowledge they have to attain in order to understand contemporary research? Let’s design an ideal one-year program.

Gennaro: To begin with, we should avoid talking about foundational issues, because if we do, we are going to get stuck immediately. One of the characteristics of modern semantics is that we have made progress on many substantive issues and we can rely on widely shared formalisms that are somehow neutral on foundational questions. For instance, let’s avoid discussing what truth conditions “really” are.

Roberta: Ok. Common ground in semantics has increased substantially since the beginning of the 70’s, when Montague’s program got to be integrated within generative linguistics (PARTEE, 2014).

4 <https://www.gf.org/fellows/all-fellows/gennaro-chierchia/>

5 Professor at Universidade Federal do Rio de Janeiro (FL/UFRJ). Member of Pós-graduação em Linguística (UFRJ), Pós-graduação em Letras Vernáculas (UFRJ) and Mestrado Profissional em Linguística e Línguas Indígenas - PROFLLIND (Museu Nacional/UFRJ).

Gennaro: Yes, at that time, there was very little common ground. So, let's review the areas where, I believe there is widespread agreement nowadays. The first is what one might call the Boolean Core: the fact that negation, conjunction, and disjunction have a Boolean, cross categorial character, in the sense that you can coordinate through disjunction and conjunction across a wide range of syntactic categories, not necessarily with the same word⁶, but with words that have a similar logical behavior.

Roberta: In all languages, connectives may combine across categories, as in:

1. a. John is reading and Mary is smoking
- b. John and Mary are reading. (nouns)
- c. John is reading and writing. (verbs)
- d. John is tall and fat. (adjectives)

In a naïve perspective, the meaning of the sentences in (1) is so trivial. Nobody pays attention to them. And yet the paradigm in (1) displays something important: the cross-categorial nature of conjunction. In (1a) we conjoin sentences, in (1b) proper names, in (1c) verbs, and in (1d) adjectives. One could imagine deriving the sentences (1b) - (1d) via ellipsis. But relying solely on ellipsis is problematic in view of sentences like (2). Sentence (2a) does not convey the same information as (2b):

2. a. Somebody talks and reads
- b. Somebody talks and somebody reads.

This motivated the introduction of cross categorial Boolean operators (which can be defined using the lambda-operator). In 2020, the Boolean core is standard background knowledge and we want our students to grasp these tools very quickly. What an amazing explosion of knowledge we had had in these last few years, hasn't we? Not only in technical terms, but also the need to deeply understand language variation (MATTHEWSON, 2001), language acquisition (CRAIN, 1991), and the development of experimental methods in semantics. We know that not all languages have a conjunctive connective like 'and', not all languages have determiners or nominal quantifiers (MÜLLER & BERTUCCI, 2012, among others about Karitiana). Obviously, we all agree that we cannot do without very basic concepts like that of 'function'. The meaning of 'smokes' consists in the ability to split the world into those who smoke and those who don't. This is the way language works on us. The Boolean Core is one of the basic features of semantics, across languages. And this is important!

Gennaro: Exactly.

⁶ E.g. in Latin the enclitic *-que* is mostly used for NP-level conjunction, while *et* and *ac* are used for sentence level coordination. But the interpretation of the two coordinating particles displays a related logic.

(ii) **Quantifiers and Binding**

Gennaro: A domain where much is shared is quantifiers and binding. That typically involves the interpretation of pronouns, and scope assignment. By scope assignment I mean what goes on in interpreting sentences like:

3. At least a technician and a pilot inspected every plane.

Roberta: Well, this sentence has more than one interpretation. We might imagine that every plane scopes over at least a technician and a pilot, meaning that every plane is such that it was inspected by at least a technician and a pilot, as represented in (4):

4. [Every plane₁ [at least a technician and a pilot inspected t₁]]

It leaves a trace that must be bound...

Gennaro: There are two main views on scope: on one view, scope is positional: scope is derived by moving (covertly) the quantified noun phrase to a designated position, where it is intended to be interpreted. Like in Classical Logic, the position of the quantifier determines its scope. This view is represented in (4). The other view, instead, relies on type lifting mechanisms.⁷

Roberta: Very briefly, type lifting (or type shifting) is a mechanism used to explain how certain expressions seem to have multiple meanings in a regular, predictable way. Partee (1986) shows this for the nominal domain. A referential Noun Phrase like *John* has a meaning at the level of individuals (type *e*). But it can be conjoined with quantifiers as in *John and some friends*; here it's as if *John* got lifted to a quantifier phrase, of type $\langle\langle e, t \rangle, t \rangle$. If type shifting is needed anyway, then we may try to use it to explain scope assignment without using movement. At the same time, we also know that movement is needed anyway. So both movement and type lifting are independently needed in grammar.

Gennaro: Right. And both movement and type-lifting as theories of scope wind up confronting similar problems: for the movement approach, where is it that you can put a quantifier? For the type lifting approach, where is it that you can apply a certain type lifting that would enable the quantifier to assume that particular scope? It is interesting to have different formal devices that can do similar things. In this instance, on the one hand we have the classical devices of quantifier binding or lambda abstraction, on the other, we can do similar things with type lifting. And so we wonder whether the way we compute scope and binding in our heads, our own mental 'software', is more like the first device or more like the second. The two systems are extensionally equivalent in that they compute the same scope configurations for the same string of words as in (3). Everything that you can express in one theory you can express in the other. There are standard translations between the two. But does the one we are

⁷ Heim & Kratzer (1998) solves the ambiguity via movement; Jacobson (1999), using type shifting and variable free semantics.

actually using resemble more the first or the second? This looks like a well-designed empirical question, although it might be very hard, in fact, to decide. And this is my understanding of one of the fundamental features of the *Generative Enterprise*: what matters is not so much the weak generative capacity, but the strong one, which has to do with the structures through which speakers actually perform their computations.

Roberta: Could you say more about those capacities?

Gennaro: Very roughly, if you are talking about a formal language, the weak generative capacity is simply the strings that you are able to generate, and the strong generative capacity are the trees that represent the computations through which you generate them, and the abstract categories that you use in building those trees. And the same applies to semantics. Combinatory logic and classical logic are inter-translatable, they have the same weak generative capacity, but the ways in which entailments are proven are very different, depending on the logic. The steps through which you have to go to prove things vary.

Roberta: And our minds may be one way or another. Which model is closer to the way our mind/brains work? But in so far as natural languages are concerned, there is a consensus that all languages have generalized quantifiers.

Gennaro: At some level, yes. Although it is claimed that there are languages that don't have determiner-quantifiers.

Roberta: Yes, Karitiana, (Tupian family, Arikém branch or subfamily, a language spoken in Brazil), might not have nominal determiner-quantifiers.

Gennaro: Exactly, so Karitiana wouldn't have nominal generalized quantifiers. It might still have, though, some form of generalized quantifier, in the sense of a relation between sets. If we agree to call generalized determiner a relation between sets, and leave it open whether they are sets of individuals or sets of events, which is at the basis of the difference between *every* and *always*, then it might be possible to claim that all languages have generalized quantifiers.⁸

Roberta: What about Binding?

Gennaro: Binding theoretic questions constitute another fundamental area of inquiry, right at the interface between syntax and semantics. By that, I mean things like the interpretation of reflexives versus non reflexives pronouns, and what has come to be known as weak and strong crossover. Strong crossover is subsumed under Principle C of the Binding Theory of Chomsky's Pisa Lectures, under the assumption that traces are assimilated to referential expressions. Consider:

5. *Who₁ does he₁ think [t₁ deserves the prize]?

⁸ The classical paper on generalized quantifiers is Barwise & Cooper (1981).

The question in (5) is never interpreted as a question about who is such that he thinks that he deserves the prize. In principle, it ought to be possible for the sentence in (6) to have the interpretation represented by the indexing you see there. But that doesn't happen. Why? If we regard the trace t in (5) on a par with a proper noun, then we rule out the coindexing in (6) as a Principle C violation and we can exclude the unwanted interpretation.

Weak cross over deals with forms of deviance that are not as severe as (5). Here is a well-known example:

6. * Who₁ does his mother₁ love t_1 ?

The sentence in (6) cannot be interpreted as: who is such that his mother loves him. Again, a priori such an interpretation ought to be possible; but we just can't formulate the intended question using the structure in (6).

We have to bear in mind that there are two main ways of implementing the idea of binding: one that uses variable, and the one that doesn't.⁹ They both would have to confront the same set of phenomena. With variables, one sees almost immediately how the description of the phenomena goes. In a variable free semantics, the basic idea for binding is that pronouns have no meaning; they are the identity function and then there is an operation of function composition that passes this information up until you find the binder. And that's where all the work has to be: when can you pass it up, when you can't. If both theories give the same results, then we can maybe see this issue as one of mapping again: is the syntax of natural languages going to be more naturally mapped in a semantics with or without variables?

A further important related area of inquiry is non c-command anaphora.

Roberta: The classic example of non c-command anaphora is the donkey sentence in (7) where it is co-referent with a donkey, even though a donkey does not c-command it, because it is inside a relative clause:

7. Every farmer who has a donkey beats it.

Gennaro: The Stoic philosophers are credited to have individuated the problem. In modern times, it was Peter Geach (1962) who resurrected it.

Roberta: Heim (1982) and Kamp (1981) gave different answers to the problem of non C-command anaphora, both in a dynamic setting. This is also one of the topics of your 1995 book on the dynamics of meaning. We come back to this when we talk about presuppositions.

Gennaro: Yes, the main competitors are representational theories, like Kamp's DRT, Dynamic Semantics, and Situation based semantics. But the phenomena and generalizations

⁹ The main stream in linguistics uses binding with variables, see Heim & Kratzer (1998), for instance. See Jacobson (1999) for binding without variables.

pertaining to non c-command anaphora are largely agreed upon. This is the general point that emerges over an over throughout ongoing research in semantics: a broad set of intriguing generalizations and a number of theoretically interesting competing approaches.

Roberta: Quantifiers is the heart of natural languages!

(iii) **Events and Argument Structure**

Gennaro: A third important chapter in the first-year curriculum for Semantics is the existence of event arguments. This is a theme that is important to go through with first year students because both the empirical problem and the theoretical explanation are by now fairly easy to state. It is not that you cannot do adverbial modification without events, but it is certainly more complicated because you have to resort to axioms on predicate modification that eventually look arbitrary.

Roberta: The comparison is between approaches to adverbs like slowly in (8a).¹⁰ Let's consider the sentences in (8):

8. a. John walked slowly.
b. John walked.

One might treat slowly as a predicate-level operator, something along the lines of Montague (1974): [slow ($\lambda w \lambda x$. walk_w x)] (j). A problem that appears immediately is then that (8a) does not entail (8b): on this view, walk slowly and walk are two different, possibly unrelated, predicates. A way out is to write axioms that warrant the entailment. But then the entailment from (8a) to (8b) is stipulated, and not a natural consequence of the system, as it should be.

Now imagine that we have such an axiom, something like $\forall w \forall p \forall x$ [slow_w (P) (x) \rightarrow P_w (x)]. This axiom warrants that (8a) entails (8b). Now, consider that we may add another adverb as in (9):

9. a. John walked slowly in the park. \rightarrow in the park (slow($\lambda w \lambda x$. walk_w (x)))(j)
b. John walked in the park.

(9a) plus a generalization of the axiom on predicate modification to in the park will entail (8b), but it will not entail (9b) (i.e. it won't allow 'dropping the 'intermediate' modifier). So we need other axioms. And so on. Since we can keep adding adverbial phrases, we will have to keep adding axioms. There is nothing in principle that blocks this mechanism, but entailments should be a natural consequence of the semantic rules, and on this view of predicate modification, they are not. Moreover, the predicate-operator approach predicts scope interaction if there is more than one adverb as (9a), but this prediction is not borne out.

¹⁰ The argument can be found in Parsons (1990), chapter 4.

Gennaro: Yes. That's a good case where positing an abstract event-argument helps: it makes us understand better the way modification works. By that I do not mean to say that events are abstract!

Roberta (laughing): I was wondering how come events are abstract... Davidson thought they were particulars, individuals as you and me.

Gennaro: They are not abstract! But the event argument is not overtly expressed in the argument structure of verbs, and in this sense the event argument is abstract. But by assuming that there is such an argument, predicate modification starts looking normal. The hypothesis of an event-argument forces one to rethink argument structure in a radical way. This area right now is still wide open. It was Parsons (1990) who really made the argument against Montague's proposal on verb modification. Davidson (1967) was looking for an extensional theory of adverbial modification. His ultimate goal was noble, he was 'naturalizing meaning', trying to avoid positing 'intensional entities'. But he didn't really give a linguistically based argument in favor of his view of verb modification.

Roberta: His aim was not adverbial modification in natural languages.

Gennaro: Yes, even though adverbs were his evidence in favor of his way of naturalizing meaning. They were being used as a reason to have intensions; Montague wanted to say that *slowly* is a predicate modifier, as you have just described. Davidson didn't want that because that would derail his "naturalization of meaning without intensionality". Moreover, Davidson wanted to do better than Quine who said that adverbs form new predicates. The problem with forming any new predicate is: how do you determine its meaning? If you have a property, you can say that it is a function from a property to a property. But if you don't want to have properties, what do you do? At any rate, it was really Parsons who made the argument against Montague's view, and provided a linguistically based argument to adopt Davidson's view of predicate modification.

Roberta: Parsons brought to our attention the Diamond entailment pattern represented by the arrows:

10. a. Brutus stabbed Cesar in the back with a knife
- b. Brutus stabbed Cesar in the back
- c. Brutus stabbed Cesar with a knife
- d. Brutus stabbed Cesar

The pattern of entailments is immediately explained if adverbs are treated as predicate of events.

Parsons shows that the operator view could not derive this pattern in a natural way. A knock-down argument!

Gennaro: Yes, this is the argument. So events were introduced as covert arguments of the verb and the notion of function argument structure changed.

Roberta: Davidson just introduced the event argument as an extra argument. One place predicate, like *run*, turn into two places predicate: $\text{Run}(x, e)$, the runner and the event of running.

Gennaro: And then immediately comes the idea of having verbs being just predicates of events and feed the arguments via thematic roles.

Roberta: This is the Neo-davidsonian view. It assumes that the predicate *run* only has an event variable: $\text{Run}(e)$. There is no argument for the runner. The runner is introduced via thematic roles, which are relations between the event and other individuals. That is, *John runs* analyzed as:

$$11. \quad \exists e [\text{Runing}(e) \wedge \text{Agent}(e, j)]$$

There is a running event and the agent of this event is John. As a consequence, the difference between arguments and adjuncts becomes somewhat blurred, since both are added using conjunction as in (11).

Gennaro: One can rebuild the distinction between arguments and adjuncts. That's what Parsons did with his "sub-atomic" semantics. He assumed that the analysis in (11) was a matter of lexical decomposition, so that in a way his theory is the union of the classical theory and Davidson's insights. He simply said that a verb like *hit* would be decomposed in:

$$12. \quad \text{hit} = \lambda x \lambda y \lambda e [\text{hitting}(e) \wedge \text{patient}(e, x) \wedge \text{Agent}(e, y)]$$

A more radical departure from the classical theory of argument structure (i.e. the view that predicates are typed according to the number of arguments they take) is to assume that *hit*, *run* and all verbs are just a unary predicate of event; arguments are added in via thematic role in the syntax, not in the lexicon.

Roberta: where everything is done by adjunction. It is worth mentioning that Kratzer (2002) has a kind of intermediate, asymmetric proposal, according to which only the external argument (typically, the agent) is added in the syntax. These are different ways of understanding the lexicon, the syntax, and their relations...

Gennaro: Yes. There is still a lot to be explored in this area. It is also important to keep in mind that the notion of function argument structure is inclusive of relation changing mechanisms, things like passive, anti-passive, causative, raising, etc., which are all ways of changing the basic function/argument structures. These are operations that in principle you can handle in the lexicon. In the 80's there were long debates on whether passive and the like happened in the syntax or in the lexicon. It is very natural to think of passive as an operation that

applies to a relation and shifts around the arguments, in a sense (see, e.g. DOWTY, 1978)¹¹. The question, though, is exactly how this happens. All these issues fall under the rubric of events and argument structure, one of the fundamentals.

Our fourth fundamental is going to be NP modification and relative clauses.

(iv) NP modification and Relative Clauses

Gennaro: Relative clauses are one of the keys to the grammar of a language, always. They are beautiful! Here is a weakly theory bound definition of relative clause: it is a sentence that is used as a NP modifier, as in:

13. The city that has public transportation is better off.

The moment you have NP modification, you unleash the power of recursion in a massive way because if NPs corresponds to concepts, and you enable concepts to be modified by clauses, then there is no limit to how many concepts you can form!

Roberta: The concept of city, and the concept of city which has public transportation, and the concept of a city that has ecologically free public transportation: The city that has public transportation that is ecologically free is better off. We are free to create concepts, exploiting recursion.

Gennaro: This is a very striking feature of languages. And, then, also in this domain of NP modification, we have adjectives, scales and degrees; superlatives and comparatives.

Roberta: NP modification is a huge area of study. We all know about the small whale that is big. Adjectives are at the heart of NP modification, and they are predicates on their own. Consider the sentences in (14):

14. a. That is a small whale.
b. And yet, that is pretty big.

It is not only how to account for our intuitions that (14a) and (14b) can be true at the same time about the same object in the world, but the controversy with respect to degrees, which comparable to the controversies on the inclusion of events in semantics. Should we understand that big is a relation between an individual and a degree on a scale? Or is it the case that the comparison is part of a shared common ground?

Gennaro: This is a beautiful controversy! One of the most interesting ongoing one. There are essentially a couple of strategies.

¹¹ See Cançado (2005) among others.

Roberta: The issue here is the denotation of adjectives. There are two ways: to postulate that some adjectives, degree adjectives, have a degree argument - another “abstract”, covert argument which denotes another kind of entity in our ontology, degrees -, or to treat adjectives as predicates, without a degree argument.¹²

Gennaro: Yes, that seems to be pretty much it. On one theory, *John is tall* is represented as tall(j,d), i.e. John is d-tall, where d is some contextually given degree (e.g. 1.75 meters). On the second theory, *John is tall* is represented as tall(C)(j), where C is a contextually given comparison class; tall(C)(j) says that j falls among the tall members of C. These two approaches are naturally connected to two different ways of thinking of comparatives and superlatives.

Roberta: There are some languages that might not have adjectives, as Kuikuro (Karib) and Kotiria (Wanano)¹³. And there are languages that compare using a different structure.

Gennaro: That’s another very interesting topic, cross linguistic semantics! Degrees certainly map very well onto the syntax of a language like English. The criteria that people use when they study comparatives in under-represented languages is to check whether there are expressions like *er* as in *greater* in English. The reason is that there are two basic strategies across languages to express comparison: the English way *John is taller than Bill* versus a strategy that would say something like *John is tall and Bill is not*, where there is no comparative morpheme but the meaning is the same as John is taller than Bill. In many languages comparatives do not use morphemes like *er*.

Roberta: In those languages it is not clear that we need degrees, is that right?

Gennaro: Right. *John is taller than Bill* matches very naturally to “the degree to which John is tall is higher than...”, but the other way doesn’t, even though it means the same thing. It is less clear that we need degrees in such languages. Some scholars have pushed the non-degree line very far; Heather Burnett, for instance. It is called ‘delineation semantics’, and it is based, properly speaking on super-valuations.¹⁴

Roberta: the idea of using super-valuation to treat adjectives is quite natural, if we remember that adjectives are related to the Sorites Paradox, which has to do with vagueness: A man with a full head of hair is obviously not bald. Now we take one single hair, and he is still non-bald. Then we take another one, and another one, and another one, eventually we take all his hair, but then we don’t want to say that he is still not-bald, you want to say that he is bald. But when did he stop being haired and turned into a bald man? Super-valuation is one of the tools to deal with this kind of paradox.

12 Kennedy (1997) uses degrees whereas Klein (1980) does not.

13 Quadros Gomes (2015)

14 Burnett (2014). Pires de Oliveira & Mendes de Souza (2018).

Gennaro: Yes. If you have these two people and you have to make a decision of who is tall among those two, how do you do it?

Roberta: We compare them.

Gennaro: Sort of. One might say that *tall* is vague; but given any two people, you know who would you call tall, between those two. Moreover, if I am taller than you, then any way of applying *tall* must be such that if you call yourself tall, you should apply *tall* to me as well. So there are more ‘delineations’ in which I am tall than those in which you are tall. That’s how you reconstruct degrees on a delineation semantics.

Roberta: I see. The difference is, in one case, tall is a property from individuals to degrees and, in the other, it is a property of individuals, which is vague. So it can only be defined in the comparison itself and in context.

Gennaro: This is an area of great development. Kamp brought it up very early on.

Roberta: His famous paper on adjectives is from 1975.

Gennaro: Yes, and his student, Ewan Klein (1980) was the first to develop a theory of comparatives based on it. In a way, degrees are the newcomers. Cresswell (1976) introduced them. Adjectives, degrees, comparatives, belong to this big topic: NP modification.

Two other big themes are still missing from our curriculum: one is embedding and complementation; and the other is modalities. Embedding and complementation will lead us to things like propositions and properties.

Embedding and Complementation.

Roberta: There are different ways of introducing the idea of embedding. Frege (1980, original 1892) shows that the denotation of an embedded sentence cannot be its “normal” denotation, that is a truth value, because that would mislead us into incorrect belief attributions. Consider (15a) and (15b). Suppose both are true. Even so, one is not allowed to conclude (15c), and the reason is clear: Peter may not know that (15b) is the case, and to report his beliefs as (15c) is to distort what he believes:

15. a. Peter believes that Brazil is in South America.
 b. Brazil has the largest rain forest in the world.
 c. Peter believes that the largest raining forest in the world is in South America

Frege argues that the denotation of an embedded clause is “indirect”; namely, its ordinary meaning (a “thought”), not its ordinary denotation (a truth value). The idea that embedded clauses denote a proposition is not the only proposal on the market, but it can certainly account,

in a natural way, for the facts above. Very briefly, the idea is that *believe* is a relation between an individual and a proposition. Moreover, propositions can be thought of as sets of worlds. So, (16a) can be taken to say that in all the worlds compatible with Peter's beliefs, it is the case that it is raining. Since propositions, qua sets of worlds, form a Boolean algebra, we can easily explain the continuation in (16b):

16. a. John believes that it is raining.
 b. Mary too believes the same and that it is cold

The same in (16b) refers to the proposition *it is raining*, which can be conjoined with the proposition *it is cold*, if propositions have a Boolean structure.

Gennaro: The view of propositions as sets of worlds leads us to other problems, e.g. the problem of omniscience.

Roberta: This is a difficult issue. If propositions are sets of worlds, and one believes *p*, then one also believes all of *p*'s consequences. The same is true about desires, and all other propositional attitudes. So if (17a) is true, then (17b) must be true, since mathematical propositions are true in every world (and hence they all entail each other):

17. a. John believes that $2 + 2 = 4$.
 b. John believes that 997 is a prime number.

Of course, our minds do not work like that. It may well be that (19a) is true and (19b) false, as John may have no idea of what prime numbers are, for instance.

That means that maybe we need something more fine-grained than propositions. Properties may be? You argue that properties come into play when we have to explain the denotation of infinitive and gerundive clauses as in:

18. Pavarotti enjoys singing La Traviatta.

Your paper on De Se (CHIERCHIA, 1989) makes clear that propositions cannot be the denotations for this type of complementation; for them, we need properties. Consider:

19. Pavarotti enjoys singing La Traviata and Giuseppe enjoys it too.

Gennaro: If *enjoy* is a relation between people and propositions, then the first clause in (19) says that Pavarotti stands in the enjoy-relation with the proposition *Pavarotti sings La Traviata*; and that is indeed what Pavarotti enjoys. The second clause of (19), then, ought to mean that Giuseppe enjoys that same proposition, namely that Pavarotti sings La Traviata. But that is not so. The most natural reading of the second sentence in (19) is that Giuseppe enjoys singing La Traviata too. On the other hand, if *enjoy* expresses a relation between Pavarotti and the property of singing La Traviata, then the second sentence says that Giuseppe stands in the

enjoy-relation to that same property, which seems right. Moreover, relations like *enjoy* that involve properties are special. They are De Se relations, which are tied to the interpretation of PRO. In (19), Pararotti attributes to himself the property of enjoying singing La Traviata. And transitive intensional verbs, like *want* or *seek* belong to this same cluster of issues.

Roberta: Each one of this is a topic in itself! Intensional verbs are hard. Montague (1974) is one of the first proposals on this score, right? The issue is the denotation of such verbs. Although there are proposals, none of them, as far as I know, can explain all the facts. These verbs show the properties of intentionality: their object does not have wide scope, and its existence is not warranted. (20a) may be true even if there is no particular cat that John is looking for; on the other hand, for (20b) to be true, there has to be some particular cat that John is eating:

20. a. John is looking for a cat
 b. John is eating a cat.

6. Modality

Gennaro: The topic of modality is very rich as well. It includes conditionals, modal verbs and adverbs, generics, imperatives.

Roberta: We have already introduced Possible world semantics, intensionality, propositions and properties; we have also assumed syntactic structures in the generative tradition. The idea of a PRO, for instance. Now we move to modality. This is a flourishing field of research, with intense and exciting debates going on. And so beautiful. The way it allows us to understand what a possibility is: a way the world could be. It is very much influenced by Kratzer' seminal work (2012) which is something everyone should know. Her proposal treats modal auxiliaries as context sensitive, and it explains the different flavors of modality that might be conveyed by:

21. Peter must leave.

Peter is obliged to leave, or given the circumstances his best move is to leave. There is a lot to be explored here. This is just a very brief introduction, right?

Gennaro: Yes, for we have got to at least mention presuppositions and implicatures, phenomena that kind of cut across among so many different aspects of grammar.

7. Presupposition and Implicatures

Roberta: Yes, they cut cross all the phenomena we have listed, they are deeply connected to dynamic semantics, and the notion of context, which has already appeared in our discussion of Modality.

Gennaro: Yes, presuppositions are ubiquitous. We find them in determiners, embedding, tense... A very beautiful example! Again, what is the set of presuppositional phenomena is largely agreed upon.

Roberta: The famous example of the king of France!

Gennaro: Yes; and the field of implicatures, particularly quantity implicatures, is also super rich. This is one of the areas that is undergoing a very intense debate.

Roberta: There is a lot of experimental work in both these areas. Take the case of factive verbs, the famous case of (22):

22. a. John stopped smoking.
 b. John hasn't stopped smoking.

The intuition is that these sentences can only be felicitously uttered in contexts where it is part of the common ground that John used to smoke; both, in other words, presuppose that John used to smoke. However, the presupposition seems to vanish away in contexts such as:

23. If John has ever smoked, he stopped smoking.

Someone who utters (23) is not committed to the belief that John used to smoke, the speaker conveys that she does not know whether he used to smoke or not. Your 1995 book is devoted to formally account for this phenomenon (known as the projection problem) in a dynamic framework. You have dealt with hard issues such as presuppositions with quantifiers (CHIERCHIA, 1995):

24. a. Every student parked his bike outside the building.
 b. Every student who parked his bike illegally got it towed

(24a) seems to presuppose that every student has a bike, whereas in (24b) the presupposition seems to be that some students have a bike.

In your 2013 book you discuss, among other things, implicatures, in particular, quantity implicatures. Since Grice's (1975) famous paper, there is an increasing consensus about quantity implicatures. The idea is that to utter (25) can commit one to the belief that not all of the students passed the exam:

25. Some students passed the exam.

It is easy to construe (25) as conveying that some but not all students passed. This implied meaning seems to vanish in downward contexts as in (26):

26. If some students pass the exam, I will be happy.

The speaker will be even happier, if all the students pass the exam. Historically, Grice

was the one who came up with the idea of generalized implicatures as conversational inferences that are normally computed, though they are cancelable (and not attached to a particular item). Horn (1972) made a very important contribution when he detected that the inferential reasoning relied on scales of information. The Gricean reasoning works roughly as follows: We observe that the speaker used ‘some’ when she could have used ‘all’ which is more informative, in a context where both are relevant; this must be so because she does not believe that all the students failed the exam (assuming that she is well informed and cooperative). The derivation of this quantity implicature is common ground nowadays, but there are a number of issues that we have to understand. For instance, are they locally or globally computed?¹⁵ You furthermore claim that implicatures are behind a whole range of other grammatical phenomena, including polarity and factivity in your recent Chierchia (2019).¹⁶

Gennaro: I know. Complicated but interesting things...

Roberta: This is just too much! (laughing)

Gennaro: Yes, but there is no escape: students have to be introduced to the basics of all the phenomena we just mentioned. What helps is that they are all rooted in robust, and mostly agreed upon sets of phenomena and generalizations.

Roberta: The set of phenomena is ok, but what about the formal apparatus? It takes a long training to understand the logical languages.

Gennaro: The formal apparatus you build little by little...

What is next? What does one study, after the fundamentals? There is so much interesting stuff out there: We mentioned polarity. But also questions, focus, plurals, mass versus count, bare nouns, incorporation... The study of meaning is making huge progress.

Roberta: Thank you!

References

BARWISE, J.; COOPER, R. Generalized quantifiers and natural language. *Linguistics and Philosophy*, v. 4, p. 159–219, 1981.

BURNETT, H. A delineation solution to the puzzles of absolute adjectives. *Linguistics and Philosophy*, v. 37, p. 1-39, 2014.

¹⁵ Grice has a global view on implicatures, Chierchia (2017) shows that they must be computed locally, at the CP level. Chemla & Spector (2011) present experimental data that supports the local view.

¹⁶ Pires de Oliveira (2020).

CANÇADO, M.. Posições Argumentais e Propriedades Semânticas. *DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo: PUCSP. v. 21, n.1, p. 23-56, 2005.

CHEMLA, E.; SPECTOR, B. Experimental Evidence for Embedded Scalar Implicatures. *Journal of Semantics*, v. 28, p. 359-400, 2011.

CHIERCHIA, G. Anaphora and attitudes de se. In: BARTSCH, R.; VAN BENTHEM, J.; VAN ENDE BOAS, P. (eds.), *Semantics and Contextual Expression*. Dordrecht: Foris, 1989, p. 1-31.

_____. *Dynamics of meaning: anaphora, presupposition, and the theory of grammar*. Chicago: Chicago University Press, 1995.

_____. *Semantica, Le Strutture del Linguaggio*, Bologna, Italy: il Mulino, 1997.

_____. Plurality of mass nouns and the notion of “semantic parameter”. In: ROTHSTEIN, S. (org.), *Events and grammar*. Springer, Dordrecht, 1998. p. 53-103.

_____. Reference to kinds across language. *Natural language semantics*, v. 6, n. 4, p. 339-405, 1998.

_____. *Semântica*. Londrina, Campinas: Editora da UEL, Editora da Unicamp, 2003.

_____. *Logic in Grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

_____. Scalar implicatures and their interface with grammar. *Annual Review of Linguistics*, v. 3, p. 245-264, 2017.

_____. Factivity meets polarity: On two differences between Italian vs. English factives. In: ALTSHULER, D.; RETT, J. *The Semantics of Focus, Degrees and Times. Essays in honor of Roger Schwarzschild*. New York: Springer, 2019, p. 111-134.

_____. Origins of Weak Crossover: when Dynamic Semantics meets Event Semantics. *Natural Language Semantics* [Internet]. 2020; 28 :23–76. Publisher’s Version.

_____. Mass vs. Count: Where do we stand? Outline of a theory of semantic variation. In: KISS, T.; PELLETIER, F. J.; HUSIC, H. (eds), *The Semantics of the Mass/Count Distinction: Recent Developments and Challenges*. Cambridge, UK: Cambridge University Press; Forthcoming.

_____. On Being Trivial: Grammar vs. Logic. In: SAGI, G.; WOODS, J. (eds.), *The Semantic Conception of Logic: Essays on Consequence, Invariance, and Meaning*. Cambridge, UK: Cambridge University Press; Forthcoming.

CHIERCHIA, G; MCCONNELL-GINET, S. *Meaning and Grammar. An Introduction to Semantics*. Cambridge: the MIT Press, 1993.

CHIERCHIA G.; PIRES DE OLIVEIRA. Contemporary issues in natural language semantics: An interview with Gennaro Chierchia. *Delta* [Internet]. 2020; 36 (1) :1-25. Publisher's Version.

CRAIN, S. Language acquisition in the absence of experience. *Behavioral and Brain Sciences* v. 14 (4), p. 597-612, 1991.

CRESSWELL, M.J. The semantics of degree. In: PARTEE, B. (ed.). *Montague Grammar*. New York: Academic Press, 1976, p. 261-292.

DAVIDSON, D. The logical form of action sentences. In: RESCHER, N. (ed.), *The Logic of Decision and Action*. Pittsburgh: Pittsburgh University Press, 1967, p. 81-120.

DOWTY, D. *Word Meaning in Montague Grammar*, D. Reidel, Dordrecht, 1978.

FERREIRA, M. *Curso de Semântica Formal*. Berlin: Language Science Press, 2019.

FREGE, G. *Translations from the philosophical writings of Gottlob Frege*. Oxford: Blackwell, 1980.

GEACH, P. *Reference and Generality: An Examination of Some Medieval and Modern Theories*. New York: Ithaca Cornell University Press, 1962.

GRICE, H.P. Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. (eds.) *Syntax and Semantics*. Volume 3. New York: Academic Press, 1975.

HEIM, I.; KRATZER, A. *Semantics in generative grammar*. Malden: Blackwell, 1998.

HEIM, I. *The Semantics of definite and indefinite NPs*. PhD Dissertation, University of Massachusetts at Amherst, 1982.

HORN, L.R. *On the semantic properties of logical operators in English*. Ph.D. thesis. University of California Los Angeles, 1972.

JACOBSON, P. Towards a Variable-Free Semantics. *Linguistics and Philosophy*, v. 22, n. 2, p. 117-184, 1999.

KAMP, H. Two theories about adjectives. In KEENAN, E. (ed.), *Formal Semantics of Natural Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975, p.123-155.

_____. A Theory of Truth and Semantic Representation, in: GROENENDIJK, J.; JANSSEN, Th.; STOKHOF, M. (eds.). *Formal Methods in the Study of Language*, Mathematisch Centrum, Amsterdam, 1981, p. 277–322.

KEENAN, E.L.; FALTZ, L.M. *Boolean Semantics for natural language*. Dordrecht: D. Reidel.

KENNEDY, C. *Projecting the adjective*. PhD Dissertation. University of California at Santa Cruz, 1997.

KLEIN, E. A semantics for positive and comparative adjectives. *Linguistics and Philosophy*, v. 4, p. 1-45, 1980.

KRATZER, A. *The event argument and the semantics of verbs*. Amherst: BePress, 2002.

_____. *Modals and Conditionals. New and Revised Perspectives*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

MATTHEWSON, L. Quantification and the nature of crosslinguistic variation. *Natural Language Semantics* 9 (2), p. 145-189, 2001.

MONTAGUE, R. *Formal Philosophy: Selected Papers by Richard Montague*. New Haven: Yale University Press, 1974.

MULLER, A.; BERTUCCI, R. Sintagmas Nominais Nus Expressam a Distinção Definido VS Indefinido?. In: PIRES DE OLIVEIRA, R.; PERUCCHI MEZARI, M. (org.). *Nominais Nus: um olhar através das línguas*. Campinas: Mercado de Letras, 2012, p. 149-184.

PARSONS, T. *Events in the semantics of English: a study in subatomic semantics*. Cambridge: The MIT Press, 1990.

PARTEE, B. H. Noun phrase interpretation and type-shifting principles. In: GROENENDIJK, J.; JANSSEN, Th.; STOKHOF, M. (eds.). *Studies in discourse representation and the theory of generalized quantifiers*. GRASS 8, 1986, p. 115.143.

_____. A brief history of the syntax-semantics interface in Western formal linguistics. *Semantics-Syntax Interface* 1.1, p. 1-20, 2014.

PIRES DE OLIVEIRA, R. A conjectura de Chierchia e a logicidade das línguas naturais. *Fórum Linguístico*, v. 17, p. 4701-4713, 2020.

PIRES DE OLIVEIRA, R.; MENDES SOUZA, L. Um rascunho para a semântica de muito: explorando a Semântica de Delineação. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 60, p. 222-241, 2018.

QUADROS GOMES, A.P. Línguas Indígenas Brasileiras: O novo campo de provas dos universais linguísticos. *LIAMES*, v. 15, p. 149, 2015



A SEMANTIC ANALYSIS OF THE *FIRE* RADICAL IN CHINESE UMA ANÁLISE SEMÂNTICA DO RADICAL FOGO EM CHINÊS¹

Danqing Huang², Dirk Geeraerts³ and Weiwei Zhang⁴

ABSTRACT

Fire has played an essential role in human civilization. FIRE as such is not only a basic but also a crucial concept in human language, including Chinese. In Chinese, FIRE *huǒ*火 acts as an independent character that is often used as a radical in many composite characters. Considering the fact that Chinese radicals are typically regarded as the semantic components within the composite characters to indicate broader concepts and categories of the characters, the FIRE radical is expected to determine the lexical meaning of composite characters one way or another. Since the independent use of the FIRE character precedes its function as a radical, we hypothesize that the semantic development of the FIRE radical will be influenced by those of the FIRE character. Therefore, we first carried out a semantic analysis of the FIRE character in previous research. The present paper studies the semantic structure of the global extensions of the FIRE radical, i.e. the original senses of the composite characters of the FIRE radical that are expected to have developed from the senses of the FIRE character. This analysis shows that, like the FIRE character, the semantic structure of the FIRE radical is still a radial network with prototypical features. However, the FIRE radical showcases semantic developments that occur independently of the FIRE character.

KEYWORDS: Chinese character; *fire* radical; global extension; prototype; radial network

RESUMO

O fogo tem desempenhado um papel essencial na civilização humana. FOGO, como tal, não é somente um conceito básico como também crucial nas línguas humanas, incluindo o chinês. Em chinês, FOGO *huǒ*火 atua como um caractere independente que é frequentemente usado como um radical em muitos caracteres compostos. Considerando o fato de que os radicais chineses são tipicamente considerados como os componentes semânticos dentro de caracteres compostos para indicar conceitos e categorias mais amplos dos caracteres, espera-se que o radical FOGO determine o significado lexical de caracteres compostos de uma forma ou de outra. Uma vez que o uso independente do caractere FOGO precede a sua função como um radical, hipotetizamos que o desenvolvimento semântico do radical FOGO será influenciado pelos desenvolvimentos do caractere FOGO. Portanto, primeiramente efetuamos uma análise semântica do caractere FOGO em estudos anteriores. O presente artigo investiga a estrutura semântica das extensões globais do radical FOGO, isto é, os sentidos originais dos caracteres compostos do radical FOGO que esperamos ter se desenvolvido dos sentidos do caractere FOGO. Esta análise mostra que, como o caractere FOGO, a estrutura semântica do radical FOGO é ainda assim uma rede radial com características prototípicas. No entanto, o radical FOGO coloca em evidência desenvolvimentos semânticos que ocorrem independentemente do caractere FOGO.

PALAVRAS-CHAVE: Caracter Chinês; Radical Fogo; Extensão Global; Protótipo; Rede Radial.

1 "Funding: This research was supported with a grant from the China Scholarship Council–CSC (File No. 201708330249)."

2 Quantitative Lexicology and Variational Linguistics (QLVL), University of Leuven. E-mail: danqing.huang@kuleuven.be

3 Quantitative Lexicology and Variational Linguistics (QLVL), University of Leuven. E-mail: dirk.geeraerts@kuleuven.be

4 Quantitative Lexicology and Variational Linguistics (QLVL), University of Leuven. E-mail: weiwei.zhang@kuleuven.be



1. Introduction

As a product of nature, fire can be considered as one of the earliest phenomena humans experienced. Ever since people learned how to start fire by themselves, fire has played an important role in human lives. Naturally, FIRE has been one of the most basic and important concepts in human language, including the Chinese language. In Chinese, FIRE *huǒ* 火 is one of the earliest pictographic characters that developed from oracle bones inscriptions (甲骨文 *jiǎ-gǔ-wén*). In *Shuo Wen Jie Zi*, the authoritative dictionary from the Han dynasty (1st century CE) which is the first dictionary to analyze the structure of Chinese characters and the motivation of character formation based on the categorization of radicals, FIRE *huǒ* 火 is defined as in example (1) provided by HUANG, *et al.* (forthcoming).

(1). 物体燃烧时产生的光和焰。‘firelight and flames produced by burning’ (XU, 1988; LUO, 1991)

火，燬也。南方之行，炎而上。象形。凡火之属皆从火。

‘Fire, is burning things down. It refers to south. In the process of burning, light, heat and flames are released. Fire is an pictographic character and all semantically ‘fire’-related characters contain FIRE as the radical.’

(*Shuo Wen Jie Zi*, ‘An Analysis and Explanation of Characters’)

Since FIRE is an independent pictographic character (independent characters 独体字 *dú-tǐ-zì*), it can also be used to form composite characters (合体字 *hé-tǐ-zì*)⁵ where it functions as a semantic or phonetic indicator (e.g. see HUANG, *et al.* forthcoming; WANG, 2016, p. 97; YEH, *et al.*, 2017). More specifically, when the FIRE character is used as a semantic indicator in a composite character, it is usually referred to as the FIRE radical. Radicals in the Chinese writing system indicate that the overall lexical meaning of a composite character is somehow linked to a broader semantic category (see CHEN, 2012). For instance, the character 炊 *chuī* ‘to cook’, which takes the FIRE radical (火) on the left is obviously linked to FIRE since the burning fire was the obvious tool for preparing food throughout most of human history. When the FIRE character functions as a phonetic indicator in a composite character, the overall phonetic sound of the composite character typically rhymes with the phonetic sound of the FIRE character. For example, the phonetic sound of the character 伙 *huǒ* ‘partner; mate; companion’ is the same as the phonetic sound of the FIRE character *huǒ*.

If the FIRE radical determines the lexical meaning of composite characters to a certain extent, the question arises as to how the semantic developments of FIRE as an independent character and FIRE as a radical compare. Given that the FIRE character appeared earlier than

5 In terms of the internal structure, characters can be divided into independent characters and composite characters (see QIU, 1988, p. 10). The main criteria to distinguish between the two types of characters is whether the characters can be decomposed into smaller meaningful components. If a character is formed at least by two individual components, then it is a composite character. If not, the character is usually formed directly by strokes, which is considered as an independent character. (see YANG, 2017, p. 436).

the FIRE radical, it is hypothesized that the semantic developments of the FIRE character may somehow influence those of the FIRE radical. Therefore, it is crucial to first investigate the historical semantic change of the FIRE character before turning to the semantic development of the FIRE radical in composite characters. The diachronic analysis of the FIRE character was the object of a first study investigating the semantic structure of the FIRE character (HUANG, *et al.* forthcoming). The study reveals that the internal semantic structure of the FIRE character “radiates from the inner circle to the outer area, with senses developing from the core to the periphery” (HUANG, *et al.* forthcoming) and “the diachronic development of the FIRE character has characteristics of prototype-based networks” (HUANG, *et al.* forthcoming; also see e.g. GEERAERTS, 1989, 1997, 2006, 2007). In particular, the core circle of the semantic structure refers to the prototypical FIRE as well as the features of the prototypical FIRE, i.e. to fire in the most literal, material sense, and to the phenomena that can be used to describe the burning process, for example BURNING, ENERGY, FLAMES, HEAT, LIGHT, and RED. Figurative senses that developed from the core circle typically appear in the peripheral area, with metaphor and metonymy as the main underlying mechanism of semantic extensions. Specifically, most extensions are linked to the core circle through one of the facets just mentioned, like flames or color. (HUANG, *et al.* forthcoming).

The analysis of the FIRE character in HUANG, *et al.* (forthcoming) suggests that the semantic network of the FIRE radical is a radial network with prototype characteristics since all the senses of the composite characters should be linked one way or another to the senses of the FIRE character. In terms of the different semantic mechanisms, metaphor, metonymy, generalization and specialization are expected to be the main driving forces for semantic change. We hypothesize that the senses of the composite characters featuring the FIRE radical develop from two types of extension: the global extensions and the local extensions. On the one hand, the FIRE radical may go through semasiological changes. That is to say, the original or prototypical senses of all the composite characters containing the FIRE radical are expected to have developed from the senses of the FIRE character, which we will refer to as *global extensions*. Given that the global extensions are linked to FIRE, we expect the senses of the global extension to overlap with the senses of the FIRE character. That is to say, these senses develop in the same semantic fields of the FIRE character. On the other hand, composite characters can go through internal semantic change individually, which we will refer to as the *local extensions*. Local extensions may come about through two different mechanisms. On the one hand, local extensions may develop from global extensions, so that these local extensions are indirectly linked to FIRE. For example, the metonymic sense ‘to ignite fire’ of the composite character 烽 *fēng* develops from its original sense ‘beacon fire or signal fire’. Obviously, such figurative extensions are still linked to FIRE through different mechanisms such as metonymy. On the other hand, local extensions may also occur when composite characters go through an independent semantic change. For example, a local extension ‘the final exclamation particles’ of

the composite character 然 *rán* ‘to burn’ came into being through grammaticalization, which we will illustrate in Section 2.2.1 in detail. In such local extensions the link to FIRE is nonexistent. Hence, it is possible that composite characters also develop senses that are different from those of the FIRE character. Many factors influence this type of local extensions, which we intend to explore in details in the coming case studies.

To test these hypotheses and assumptions, the present study takes the first step. That is, describing the semantic structure of global extensions of the composite characters featuring the FIRE radical. The local extensions of the composite characters featuring the FIRE radical will be dealt with in the follow-up studies. We illustrate the method and analysis in Section 2 and Section 3 respectively. The study concludes in Section 4 with discussion.

2. Method

2.1. Data processing

The data stem from *The Great Chinese Dictionary of Characters* (GCDC, 《汉语大字典》) (XU, 1988), which is the largest dictionary of Chinese characters with a wide coverage of characters and materials. As for many dictionaries, the first senses listed in the GCDC are what the dictionary considers the original sense. This ‘original sense’ of characters is the sense that carries the original motivation of character formation. More specifically, in the case of composite characters, the original sense shows the rationale behind how a composite character was formed, including why a certain radical or phonetic indicator was used to form the character. Applied to the present analysis, the original sense listed in the dictionary reveals why the FIRE radical was used to form the composite characters. Therefore, we collected the first senses of all the composite characters of the FIRE radical from the GCDC and built a semantic structure based on the semantic relations that hold between the senses. After collecting the first senses, we cleaned the data before analysis.

1. The following types of senses were excluded from the data:
 - a. Senses that are irrelevant to FIRE, such as place names or family names.
 - b. Senses that are indicated by compound words rather than an independent character. For example, the sense ‘smoke’ among the senses of the composite character 爇 *ài* is denoted by a two-character compound (viz. 爇 *liè*-爇 *ài*) that is formed by 爇 *ài*. So the sense ‘smoke’ is not a direct sense of the composite character 爇 *ài*. Therefore, such senses were not used in the data.
 - c. Senses for which there is no semantic information in the dictionary. For example, the

character 燿 is listed in the dictionary as one of the composite characters of the FIRE radical. However, the dictionary does not provide semantic and phonetic information for this character.

d. Senses that emerged through phonetic loaning. Jiang (1989, p. 196–202) categorized two types of phonetic loan characters. One refers to “the colloquial words with no corresponding characters that borrow the graphemic forms from homonyms that already had graphemic forms” (HUANG, *et al.* forthcoming), which is referred to as 假借字 *jiǎ-jìè-zì*. The other type refers to 通假字 *tōng-jǐǎ-zì* where “a lexical item borrows written forms from homonyms while having its own graphemic character” (HUANG, *et al.* forthcoming). In short, senses that developed through phonetic borrowing are to a certain extent synonymous homonyms linked through phonetic similarity. Hence, there is no motivation between the graphemic representation and the radical regarding the phonetic loaning senses, which is beyond the scope of the present study.

2. Some characters are recognized as polyphonic and polysemous characters (多音多义字 *duō-yīn-duō-yì-zì*) in the GCDC. In these cases, we followed the dictionary instructions and collected the first sense of the separate pronunciation as the original sense of a different lexical item. For example, the composite character 焦 is a polyphonic and polysemous character. When it is pronounced as *jiāo*, it refers to ‘burned’ whereas when it is pronounced as *qiáo*, it refers to a place. To distinguish the two lexical items, the two senses were both recognized as independent senses and marked as 焦 *jiāo* ‘burned’ and 焦 *qiáo* ‘a place name’ respectively.

3. Some characters may be listed in their traditional written form as well as their simplified written form⁶, such as the graphemic character 灯 *dēng*, which is recognized as the simplified written form of the traditional written form 燈 *dēng*, which means ‘illumination tools’. In such cases, both forms are merged as one lexical item in the data, viz. 灯(燈) *dēng* ‘illumination tools’. However, one issue stated by Jiang (2015, p. 24) is that different traditional characters with different lexical meanings have been graphemically merged as the same simplified written form. That is to say, the simplified characters may have senses originating from different lexical items. Therefore, simplified characters were checked individually before being merged with their traditional written equivalent. For example, the simplified character 灯 *dēng* is also used to refer to the lexical item ‘fire’, which is articulated as *dīng*. In this case, the graphemic character 灯 which expresses ‘fire’ and articulates *dīng* cannot be seen as the simplified character of the traditional written form

6 Simplified characters (简体字 *jiǎn-tǐ-zì*) refer to the standard Chinese characters mainly used in mainland Chinese after 1950s, which are simplified in strokes and overall structure. Also see (https://en.wikipedia.org/wiki/Simplified_Chinese_characters) for more details.

燈 *dēng* ‘illumination tools’. Hence, 灯 *dīng* ‘fire’ was considered as a separate sense or lexical item. In cases like these, the phonetic information given by the dictionary is used to differentiate lexical items.

4. Some senses listed in the GCDC can be represented by several variant written forms. The variant graphemic forms of certain sense are typically listed as “同某” ‘same as X’, “后作某” ‘later as X’, and “也作某” ‘also as X’ in the dictionary. That is to say, multiple graphemic characters are used to refer to the same sense. For example, the variant characters 焦 *jiāo* and 隹 *jiāo* both refer to the meaning ‘burned’. They are graphemically similar in that the first 焦 *jiāo* takes the variant FIRE radical (灬, four dots)⁷ in the bottom whereas the second 隹 *jiāo* takes the original FIRE radical in the bottom. Such characters are referred to as variant characters (异体字 *yì-tǐ-zì*) representing an identical meaning. In a broad sense, variant characters are different writing styles for the same character due to chronological, geographical or dialectal factors (see JIANG, 1989, 190–192; QIU, 1988, p. 205–208). In other words, regarding the synonymous sense, variant characters are graphemically interchangeable (see ZHANG, 2017, p. 34). In this case, we merged all graphemic representations of the shared sense as one lexical item in the data. For example, the variant characters 焦 *jiāo* ‘burned’ and 隹 *jiāo* ‘burned’ were merged as 焦 (隹) *jiāo* ‘burned’. However, not all variant characters share the same radical. For example, the sense ‘chimney of the stove which is made for making bricks and tiles; also, a mud-made oven for temporary use’ is shared by the variant characters 焠 *yì* with the FIRE radical and 埆 *yì* with the EARTH radical. It is clear why both radicals are involved: FIRE and EARTH are two related concepts of the same lexical item ‘chimney of the stove or a mud-made oven’. However, whether the two concepts are competing with each other or one of the radical dies out is beyond the scope of the present study, which can be an interesting topic in the future research. Since the FIRE radical is still involved in one of the variant characters, we still merged such variant characters as for example 焠 (埆) *yì* ‘chimney of the stove which is made for making bricks and tiles. It also refers to a mud-made oven for temporary use.’ Although variant characters are graphemically equivalent to each other regarding the sense they share, they are not necessarily equivalent to each other regarding their other senses (ZHANG, 2017, p. 34). Therefore, the graphemic forms of the variant characters should only be merged for the sense they share. For example, the character 焦 is articulated as *jiāo*, which it refers to ‘burned; wounded’ and has variant counterparts 隹, 隹, 隹 and 隹. However, when 焦 is pronounced as *qiáo*, it is the name of historical place. Hence, 隹, 隹, 隹 and 隹 can only be merged with 焦 *jiāo* as variant characters of the meaning ‘burned; wounded’, i.e. 焦 (隹, 隹, 隹, 隹) *jiāo*, but not 焦 *qiáo* ‘a place name’.

⁷ In order to save writing space when it comes to structurally complicated written forms, many radicals are portrayed in a variant form, such as the variant FIRE radical (灬, four dots), which represents the burning fire in the characters (see WANG, 2016, p. 102).

2.2. Cases that were not displayed in the analysis

Some of the cases that were gathered during the data collection process were not included in the analysis. The senses that were excluded were categorized into three main types as well as a number of sub-types as follows:

1. Senses that are not semantically linked to the FIRE radical
 - a) graphemic misinterpretations
 - b) phonetic indicators
 - c) phonetic borrowing
 - d) function words
2. Senses with unclear graphemic history
3. Senses that are possibly linked to local extensions

2.2.1. Senses that are not semantically linked to the FIRE radical

The first type of cases consists of senses where the link between FIRE and the lexical meaning is non-existent. These can be further subdivided into a number of subtypes. The first subtype involves the composite characters where part of the graphemic representation may be mistaken for the FIRE radical. For example, we found that some senses of the composite characters containing the FIRE radical describe animals, such as 𩺰(魚) *yú* ‘fish’, 熊 *xióng* ‘bear’ and 燕 *yàn* ‘swallow’ (see XU, 1963). Typically, we found that for these pictographic characters denoting animals, the part that represents the animal’s tail, feet or head tends to be recognized as the FIRE radical due to their graphemic similarity. For example, the bottom part of the composite character 𩺰(魚) *yú* ‘fish’ attempts to depict the dendritic shape of the fish’s tail. Coincidentally, the graphemic representation of the fish’s tail and the FIRE radical on the right side of Figure 1 ended up looking the same over the course of their graphemic development. As a result, the fish’s tail was reinterpreted as the FIRE radical although there is no semantic link whatsoever with the radical.

(1). 水蟲也。象形。魚尾與燕尾相似。

‘(Fish) is an aquatic animal. It is a pictographic character. The tail of the fish tail is similar to the tail of the swallow.’

(*Shuo Wen Jie Zi*, ‘An analysis and explanation of characters’)

Figure 1. The characters of ‘fish’ (left) and ‘fire’ (right) in *Shuo Wen Jie Zi*



Since there is no apparent semantic link with the FIRE radical, some of these composite characters later changed their graphemic representation so as to no longer include the radical. For example, the more recent graphemic representation of ‘fish’ features a horizontal stroke at the bottom instead of the radical (魚). Other composite characters, however, have kept the radical, which raises the question as to whether the FIRE radical influences the semantic development of these characters. This is a question we intend to pursue in follow-up research.

The second subtype includes composite characters where the FIRE character is used as part of the phonetic indicator in the composite character rather than the radical. For example, FIRE is part of the character 粦 *lín* that is used as the phonetic element in the character 鄰 (鄰) *lín* ‘clear; crystalline’ to indicate that the overall sound of both characters rhyme with one another (see example 2). As a phonetic indicator, it is not surprising that FIRE does not contribute to the overall lexical meaning of those characters.

(2). 水生厓石間粦粦也。从火。粦聲。

‘Between the rocks are there where the clear water flows. (The character) takes 火⁸ as its radical whereas it rhymes with the character 粦 *lín*.’

(*Shuo Wen Jie Zi*, ‘An analysis and explanation of characters’)

The third subtype consists of senses that are shared by variant characters, which may be seen as instances of phonetic borrowing in other reference works. As discussed in section 2.1, phonetic borrowing refers to the process whereby a sense is typically a synonymous homonym that is linked to another sense or character through phonetic similarity. Naturally, in such senses, the radical does not contribute to the overall lexical meaning of the composite character. For example, the composite character 焦 *qiáo* featuring the FIRE radical is recognized as the variant character that shares the sense ‘wan and sallow’ with another variant character 憔 *qiáo* featuring the HEART radical in the GCDC. Given that the semantic motivation between the sense ‘wan and sallow’ and FIRE is not transparent and the sense ‘wan and sallow’ of the composite character 焦 *qiáo* featuring the FIRE radical is considered a phonetically borrowed sense of the character 憔 *qiáo* (which features the HEART radical in other dictionaries), the sense ‘wan and sallow’ is probably not motivated by the FIRE radical, so it is not included in the analysis.

8 火 *kuài* refers to ‘the sound of water flowing’.

Finally, senses that are used as function words are also not shown in the analysis. One reason for the functional use of composite characters is grammaticalization (e.g. see WANG, 2010, p. 554–555). Grammaticalization of the content words occurred when they were put in an unusual syntactic position, e.g. at the end of the sentence. This happened to 然 *rán*, which originally refers to ‘burn’. In order to make the sentence coherent and understandable, the lexical meaning of such characters bleached to a certain extent, which is why such senses are not relevant to FIRE and therefore they will not be covered in the analysis.

2.2.2. Senses with unclear graphemic history

The second type features senses or characters where the motivation between the FIRE radical and lexical meaning of the overall characters is not clear. The semantic motivation of the FIRE radical is not clear due to the lack of information in the dictionaries. This typically happens when the graphemic character already used in old Chinese and the materials concerning the motivation behind the character formation are difficult to get, for example the character 𤇀.

2.2.3. Senses that are possibly linked to local extensions

This type concerns the senses that may have developed from the local extensions of the composite characters containing the FIRE radical instead of the global extensions. For example, the composite character 烈 *jiǔ* ‘imposing lighter sentences’ may be seen as the extension of the local extension ‘FIRE as one of the punishments’.

3. Semantic structure of the global extensions

After cleaning the data and identifying the cases that will not be included in the analysis, we collected 497 senses for the analysis of the semantic structure of the global extensions. Using this dataset, we analyzed the potential mechanisms that underlie the global extensions. Based on the semantic relations that hold between the global extensions, we illustrate the semantic structure of the FIRE radical in Figure 2. The semantic structure of the FIRE radical mostly confirm our hypotheses. Firstly, it shows that the semantic structure of the global extensions is a radial network as we expected. That is, it is a semantic structure where all the senses develop from the core to the periphery. Secondly, the semantic structure of the FIRE radical and the FIRE character overlap with respect to the core circle as well as the semantic fields COOKING, ILLUMINATION and ‘fire as one of the five elements’. This is also in line with our hypothesis that global extensions are likely to fall into the same semantic fields as those present in the semantic structure of the FIRE character since the FIRE radical functions as a semantic indicator of FIRE in composite characters. Surprisingly, other semantic fields in Figure 2 are independent semantic extensions of the FIRE radical. For practical reasons, only one or a few representative senses were used to illustrate each global extension. For each example we provide a direct translation.

Figure 2. The semantic structure of the global extensions of the FIRE radical

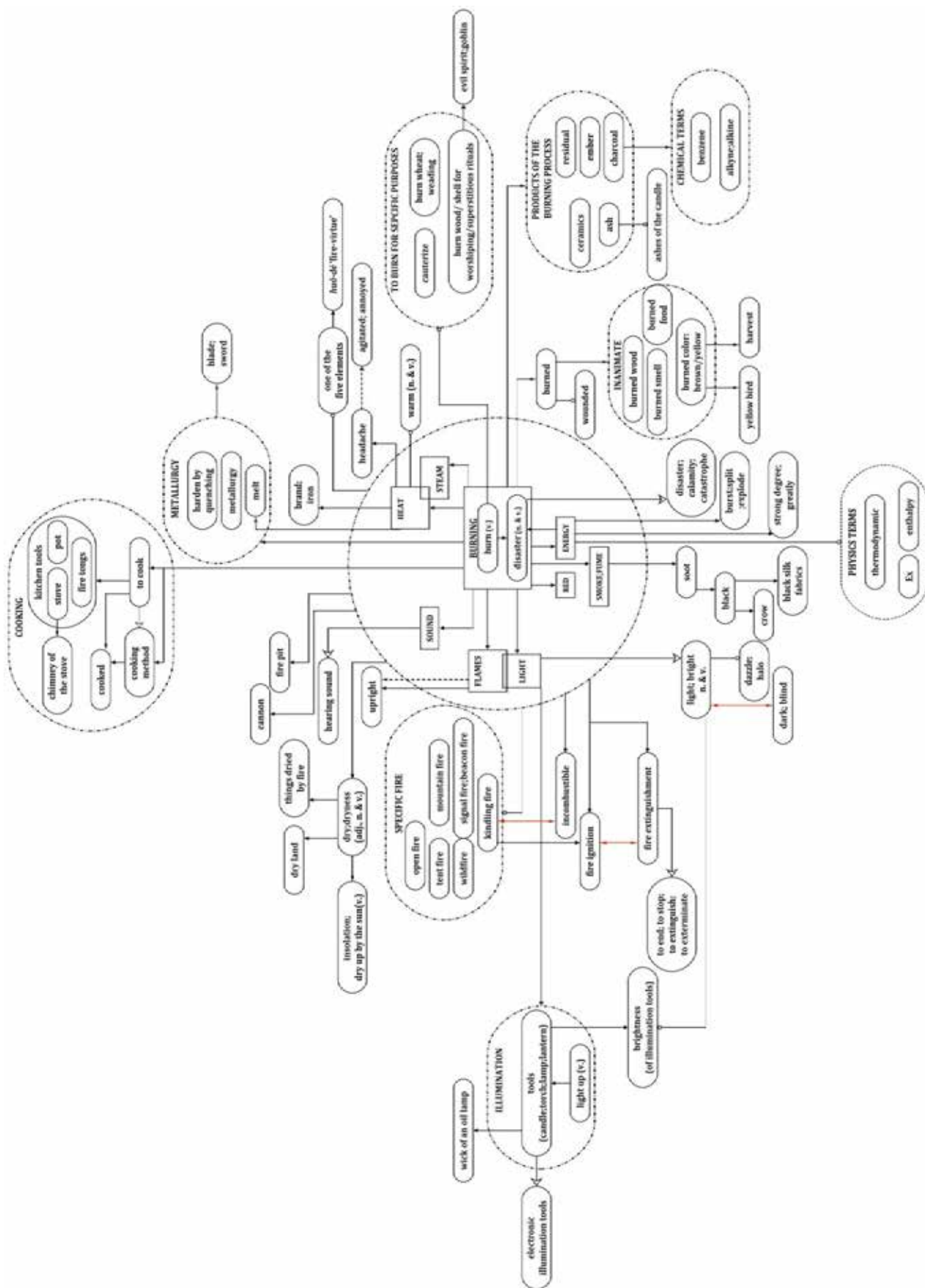
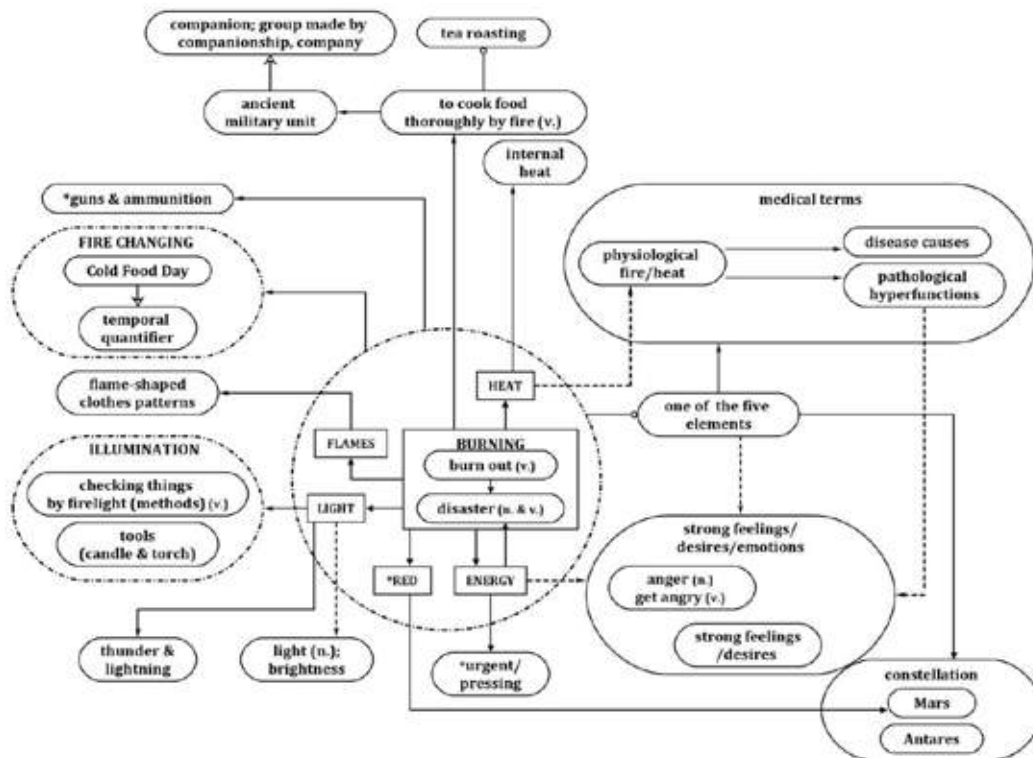


Figure 3. The semantic structure of the FIRE character



The legend used in all figures in this text includes as follows:

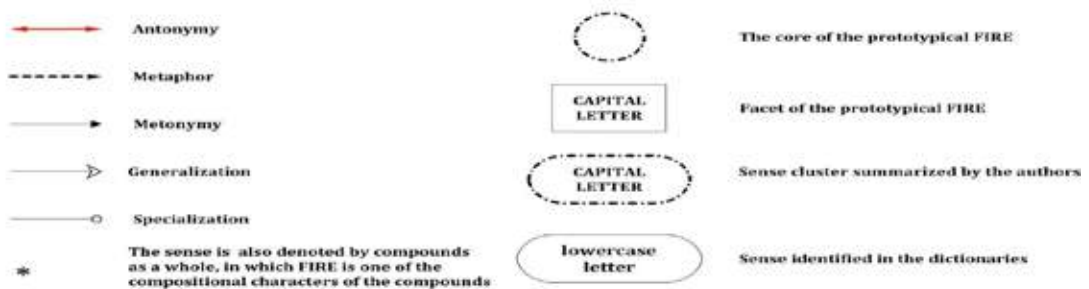
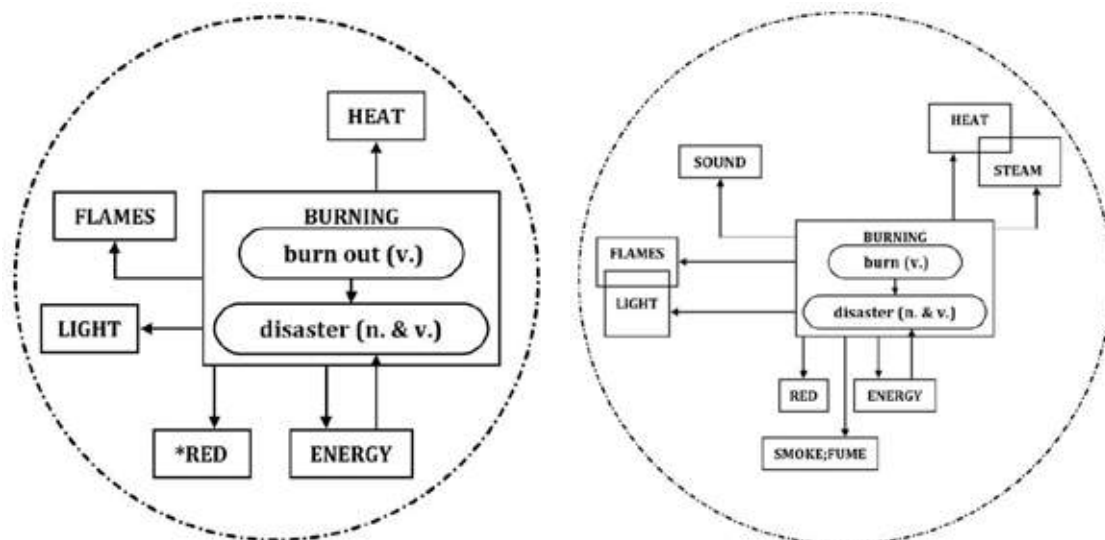


Figure 4. The core circles of the semantic structures of the FIRE character (left) and the FIRE radical (right)



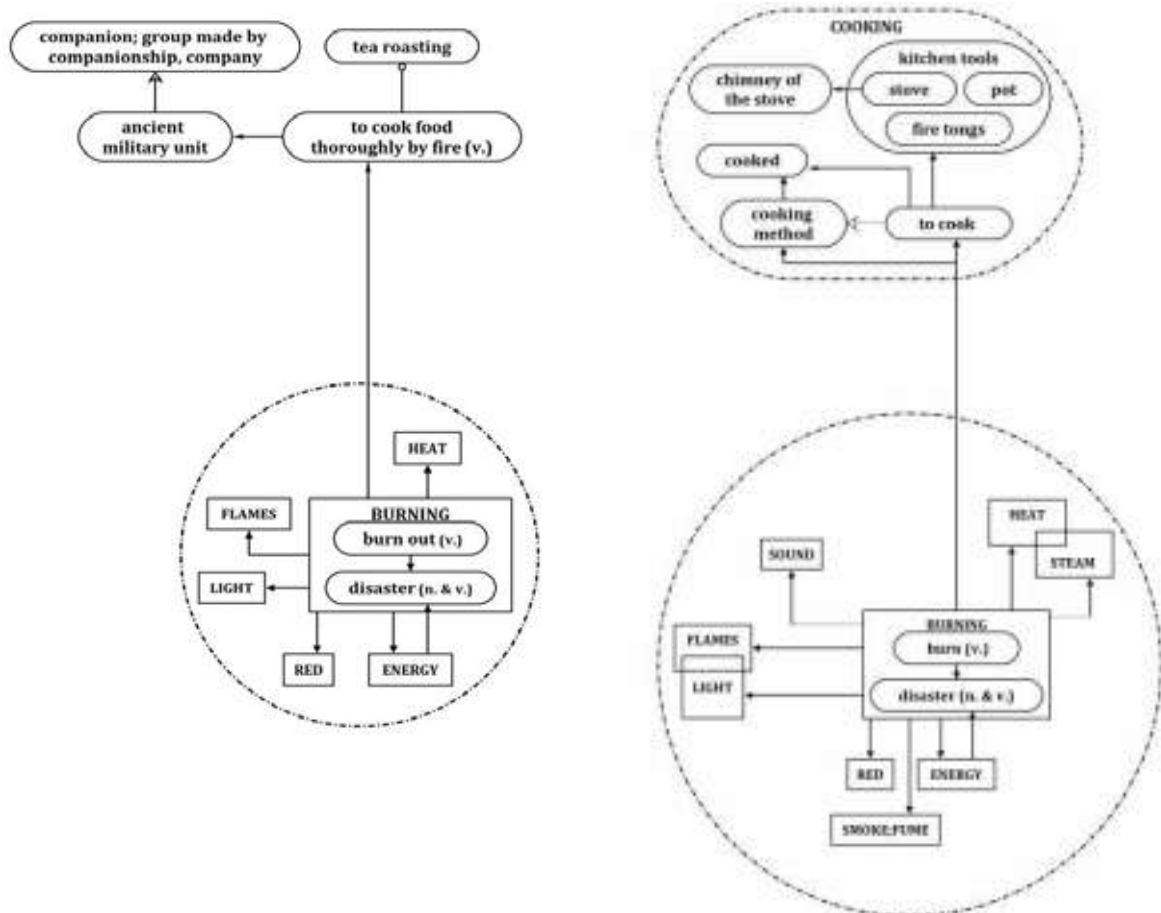
To begin with, the prototypical and the core circle of the semantic structures of both the FIRE character and the FIRE radical is the literal FIRE with its defining features such as LIGHT, HEAT, FLAMES, etc. The core circle of the FIRE character and the FIRE radical are juxtaposed in Figure 4. Figure 4 show that BURNING is the center in both semantic structures. Additionally, BURNING has two similar nuances in both structures, i.e. ‘burn out’; ‘burn’ and ‘fire as a natural disaster’. Both nuances ‘burn out’ and ‘burn’ can metonymically extend to the nuance ‘fire as a natural disaster’. Regarding the other facets that describe the literal FIRE, they all appear to be metonymically linked to BURNING given that they are present during the burning process in both prototypical circles. However, there are some new facets that appear in the semantic structure of the FIRE radical in addition to the prototypical facets BURNING, HEAT, FLAMES, LIGHT, RED and ENERGY, namely SOUND, STEAM and SMOKE; FUME. Additionally, some facets overlap with each other in the semantic structure of the FIRE radical. Specifically, FLAMES overlaps with LIGHT and HEAT overlaps with STEAM. For example, composite characters such as 料 *liào* and 映 *yǐng* both refer to 火光 *huǒ-guāng*: literally means the ‘firelight of the flames’. Similarly, the composite character 物 *xù* describes the gaseous products of burning, such as heat or steam. Such cases cannot easily be categorized in one single facet. Moreover, the prototypical facet RED is different in the two semantic structures. In the analysis of the FIRE character, we found that

...the FIRE character either refers to the color red directly by itself or it is used in its literal sense as a compositional part in compounds describing the ‘reddish’ sense as a whole. For instance, the notion RED is expressed by the FIRE character directly in the compound 火旗 *huǒ-qí* ‘red flag’ in quotation (19). In compounds such as 火红 *huǒ-hóng* ‘red (fiery-red)’, which as a whole is denoted ‘as red as fire’, the FIRE character may act as a redundant intensifier to express its literal meaning.”(HUANG, *et al.* forthcoming)

However, in the current analysis, the notion of red is directly denoted by the composite characters rather than compounds formed by the composite characters.

Now if we move on to the extended readings (the outer of circle the semantic structure), the question arises as to what extent the semantic structure of the composite characters (i.e. the FIRE radical) is different from the semantic structure of the FIRE character? It seems that the difference is substantial given that only three of the semantic fields of the FIRE character are kept in the semantic structure of the composite characters of the FIRE radical, namely COOKING, ILLUMINATION and ‘fire as one of the five elements’.

Figure 5. The COOKING extensions of the semantic structures of the FIRE character (left) and the global extensions of the FIRE radical (right)



In the semantic structure of the FIRE character, FIRE takes its literal sense and is used as a direct tool ‘to cook’, which further extends to senses ‘tea roasting’, ‘ancient military unit’ and ‘companion’ (for details, see HUANG, *et al.* forthcoming). In contrast, the semantic field COOKING in the composite character network is a bit more complicated. On the one hand, if you think of the notion of ‘to cook’ as the action to make food well-cooked, the notion of ‘to cook’ involves two nuances: i) the literal FIRE is used as the direct tool to cook the food as in the FIRE character network as in example (3), and ii) the literal fire is used as part of the tool to cook the food, which is typically referred as ‘a cooking method’ in the dictionary, as in example (4).

(3). 炙 (爇, 爇) *zhì*

烧烤,把去毛的兽肉串起来在火上薰烤。‘to broil or roast raw meat over the fire’

(4). 炖 (燉, 炖) *dùn*

把食物煨煮熟烂 ‘to stew food until it is fully cooked and tender.’

(5). 炒 (炒, 炒, 炒, 炒, 炒, 炒, 炒, 炒, 炒, 炒) *chǎo*

一种烹调方法。把食物或其他东西放在锅里加热翻动使熟或使干。

‘it is a kind of cooking method: to stir-fry food or things in the pan to make them well-cooked or dried.’

Whereas there is more or less direct exposure to the flames in the first case, the fire is merely the source of heat in the second case. In this regard, both nuances ‘to cook directly through fire’ and ‘to cook through methods in which fire is used as part of the tool’ are metonymic extensions of the literal FIRE. On the other hand, if we think of the second nuance as ‘a cooking method’ as defined in the dictionary, the second nuance may also be seen as a generalization of the first nuance ‘to cook directly through fire’. More specifically, if you think of modern cooking, the literal FIRE may not be used as part of the tool to cook, such as to steam or fry things on the induction cooker in which there is no burning fire involved. Moreover, if nuances i) and ii) are considered as the action ‘to cook’, i.e. to make food well-cooked, the third extension ‘cooked; cooked food’ may be seen as a metonymic extension from both nuances of the notion ‘to cook’. The next extension in the semantic field COOKING is ‘kitCHEN, tools’, exemplified in (6)–(8).

(6). 炆 (燂) *wēi* and 焗 *chén*

古代一种可移动的火炉。‘a kind of portable stove in the ancient times’

(7). 焗 *chán*

钳。‘fire-tongs’

(8). 爐 (炉) *lú*

供做饭、烧水、取暖、冶炼等用的盛火器具或装置。

‘containers or devices of fire that are used for cooking, boiling water, heating, smelting, etc.’

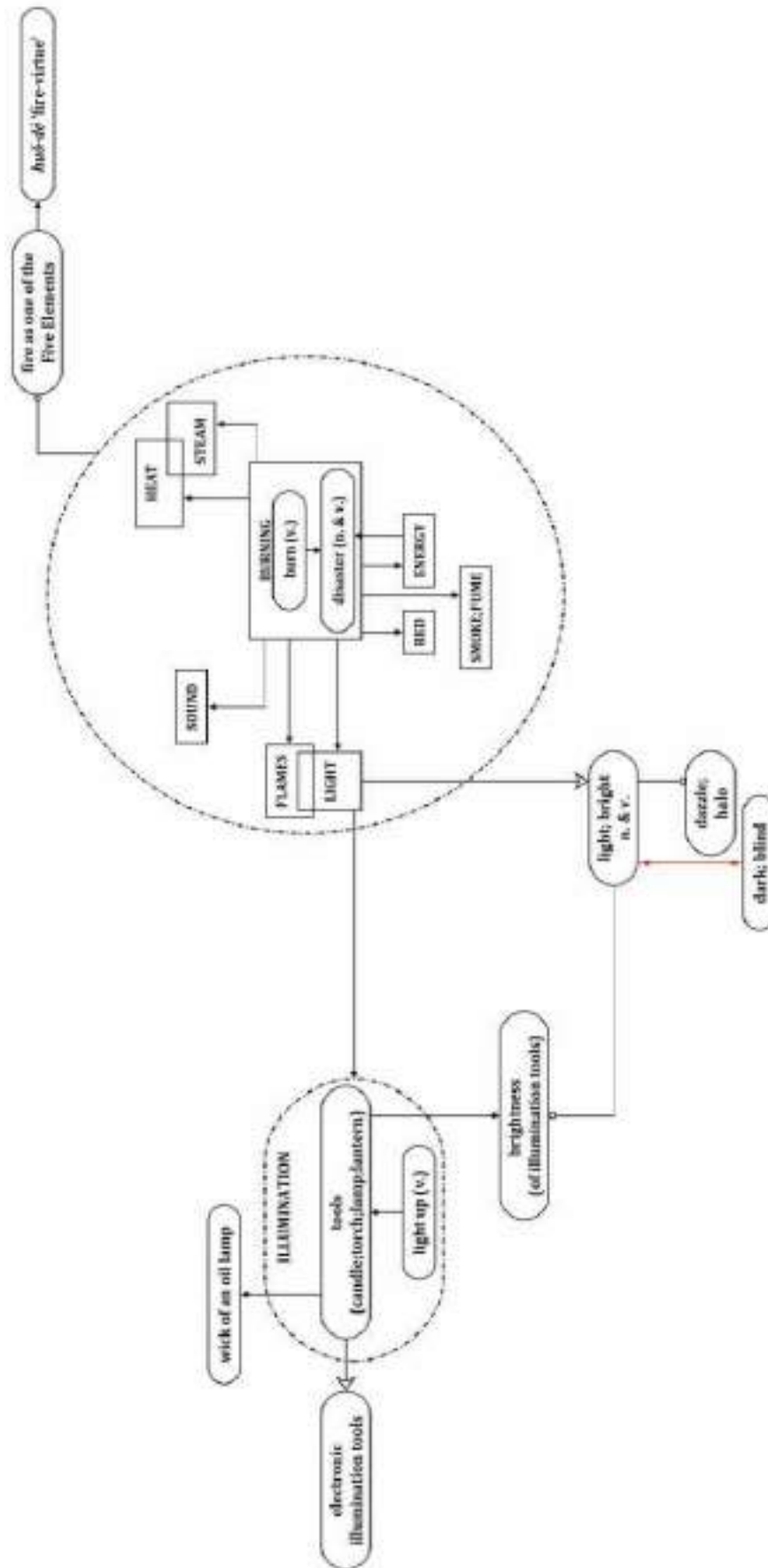
(9). 焗 (焗) *yì*

陶烟囱，砖瓦窑的烟囱。也指用土坯临时搭成的灶。

‘it refers to the chimney of the stove which is made for making bricks and tiles. It also refers to a mud-made oven for temporary use.’

There are again two ways in which FIRE is linked to ‘kitCHEN, tools’. Take sense (8) for example, 爐 (炉) *lú* refers to ‘containers or devices of fire (typically stove, oven, furnace etc.)’, in which FIRE is still used in its literal sense so it can be seen as a metonymic extension of the literal FIRE. On the other hand, the function of such ‘containers or devices of fire’ is for cooking, boiling water and so on, which may also be seen as a metonymy of ‘to cook’. ‘Chimney’, as an assistive facility to ventilate the kitCHEN, during cooking, in example (9) may be seen as a metonymy of the kitCHEN, tools such as ‘stove’.

Figure 6. The extensions 'fire as one of the five elements' and ILLUMINATION



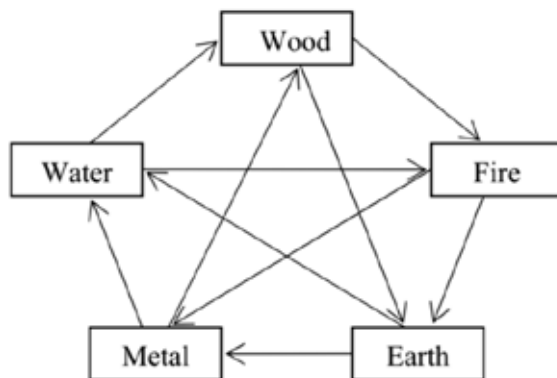
The semantic fields ‘fire as one of the five elements’ and ILLUMINATION remain more or less the same in the semantic structure of the composite characters compared to that of the FIRE character. Example (10) is the only metonymic extension regarding the semantic field ‘fire as one of the five elements’, which is a specialization of the literal FIRE. The five elements theory is a classic Daoism doctrine that is used to describe the dynamic balance of the universe. That is, each of the five elements develops from one another but also restrains each other as portrayed in Figure 7. More precisely, the outer arrowheads and inner arrowheads in Figure 7 reveal how the five elements develop from and restrain one another respectively (see YU, 2009, p. 106). Applied to example (10), 火德 *huǒ-dé* ‘fire-virtue’ comes from an ancient belief that the fate and destiny of a dynasty follows the rule of mutually promoting and restraining relations among the five elements. That is to say, the five elements represent five virtues. When a new virtue (i.e. one of the five elements) starts to generate from another, a new dynasty is expected to begin. The dynasties that start at the time when the element FIRE begins to generate are referred to as those with 火德 *huǒ-dé* ‘fire-virtue’.

(10). 燁 *zhōu*

火行。指犹火德，谓于五行中属火。

‘*Huǒ-xíng* refers to *huǒ-dé* ‘fire-virtue’, which belongs to FIRE of the five elements.’

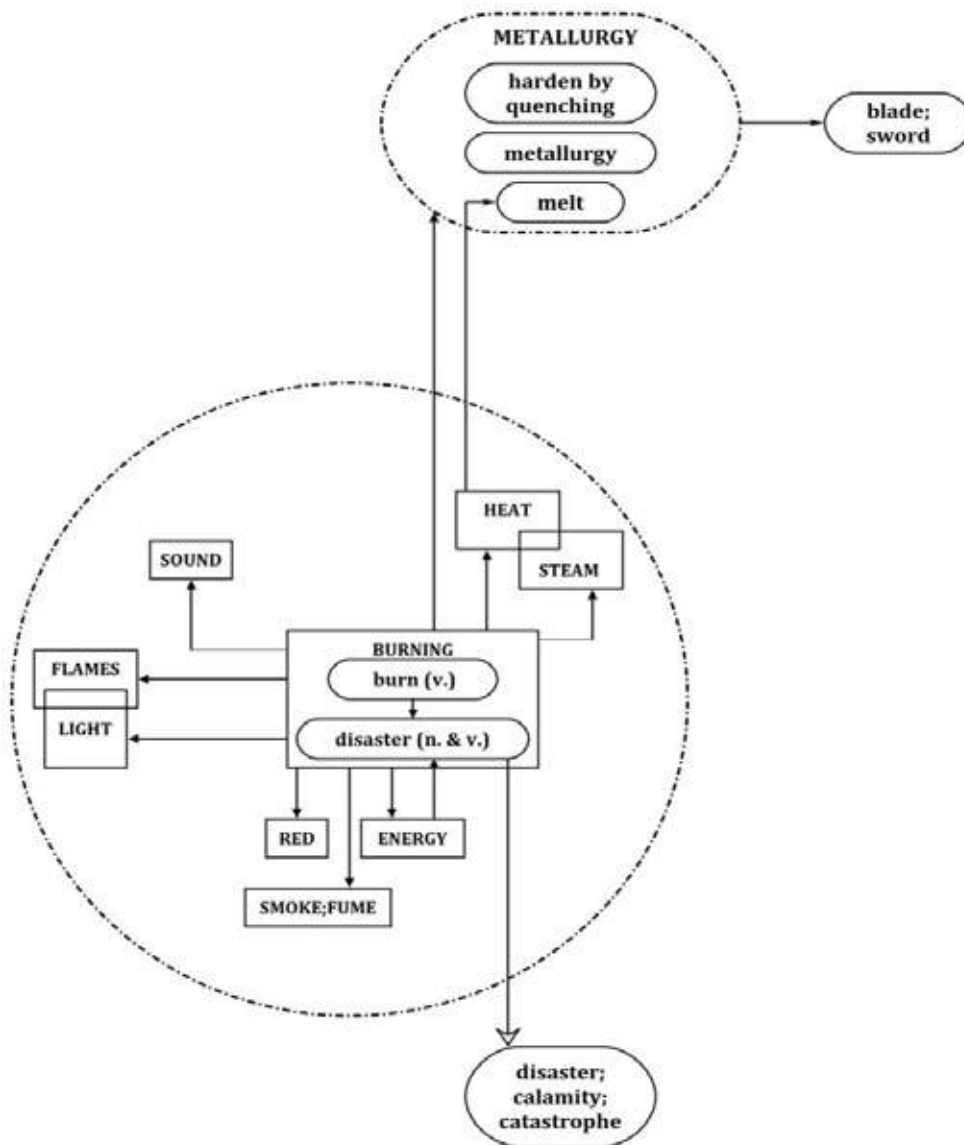
Figure 7. Relation of mutual promotion and restraint among the five elements (from CHEN,1989, p. 1000, translated by YU, 2009, p. 106, also see HUANG, *et al.* forthcoming)



Under the label ILLUMINATION, we grouped composite characters with the FIRE radical that refer to ‘illuminations tools such as candles, torches, etc.’, and those that describe the action of ‘lighting up’ such tools. Although such metonymies are also present in the FIRE character, there are some extensions within the scope of the FIRE radical that are not present in the FIRE character. The radical is present in characters with the meaning ‘wick of an oil lamp’ and ‘brightness’, but also in a number of characters referring to illumination tools that do not involve fire in its literal sense, but that work on electricity or other more modern energy sources. For example, the character 灯 *dēng* as an ‘illumination tool’ can refer to ‘modern lamp

of electricity’, in which the literal FIRE is not involved anymore. In addition, the LIGHT of the burning fire develops a generalization ‘light; bright’ that is not seen in the FIRE character. Moreover, ‘brightness (of illumination tools)’ and ‘dazzle; halo’ as a special type of light are seen as specializations that developed from ‘light; bright’. Interestingly, composite characters of the FIRE radical also generate antonymic meaning ‘dark; blind’ as opposed to ‘light; bright’.

Figure 8. The extensions of ‘disaster’ and METALLURGY



Except for the shared semantic fields discussed above, most semantic fields of the global extensions of the FIRE radical are not present in the FIRE character. Since all the extensions radiate from the core to the periphery through different semantic mechanisms, the different semantic fields will be introduced starting from the prototypical facet they originate from. Since BURNING is still the central facet of the core circle in Figure 4, the analysis starts with the extensions that develop from BURNING. First, the composite characters of the FIRE radical

with the meaning ‘fire as a natural disaster’ can also refer to ‘disaster; calamity; catastrophe’ in a broad sense in the semantic structure of the composite characters (see example 11).

(11). 災 (狄, 灾, 裁, 裁, 熯, 叇, 灾) *zāi*

原指自然发生的火灾。后泛指个人自然或人为的灾祸。

‘It refers to fire as a natural disaster, which gets further generalized to refer to disaster in general.’

A second cluster of extensions developing from the facet BURNING that is proper to the FIRE radical is related to METALLURGY. In general, the composite characters that are used to refer to senses exemplified in (12)–(16) describe a process where the literal FIRE is used to shape objects and elements such as metal. The literal FIRE can either be a direct tool or it can be used as part of a tool that ‘melts solid matter to liquid form’ in (12) thanks to its heating properties. Both senses are metonymically linked to the core circle through the facet BURNING. However, if FIRE is mostly used for its heating properties to melt solid matter, especially in the modern sense where it forms only part of a tool, then ‘melt’ can also be seen as a metonymy of the facet HEAT. This leads us to the sense ‘blade or sword’ (see example 16), which is the product of the melting process and can therefore be seen as a metonymy of METALLURGY.

(12). 煬(煬) *yáng*

熔化金属。‘to melt metal.’

(13). 熔 *róng*

以高温使固体物质转变为液态。如：熔铁。

‘to use high temperature to melt solid matter to liquid form, such as to melt iron.’

(14). 燹 *jiǎn*

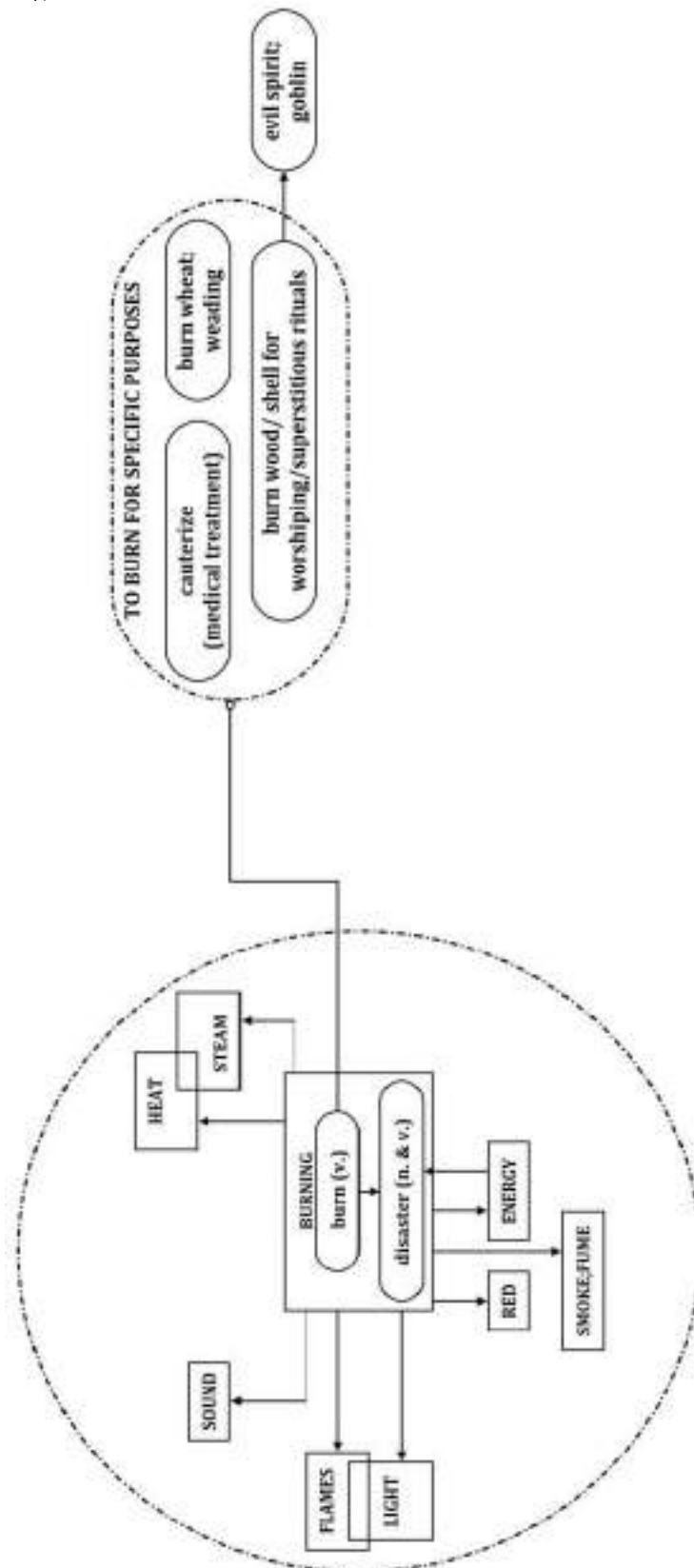
把烧红的铁浸入水中淬火，今称‘蘸火’。

‘to quench the red-hot iron by dipping it into the water, which is referred to as *harden by quenching*.’

(15). 刃 *gàng*

刃。‘blade or sword’

Figure 9. The extensions of TO BURN FOR SPECIFIC PURPOSES



Another semantic field that is connected to BURNING incorporates the senses where burning is used for a specific purpose (Figure 9), which includes ‘to cauterize as a medical treatment’, e.g. moxibustion treatment as in example (16); ‘to burn wheat’ for fertilizing the

earth or ‘to burn grass’ for weeding the earth, such as sense (17); and ‘to burn wood or shell for worshipping or superstitious rituals’, such as sense (18). Moreover, ‘to burn wood or shell for worshipping or superstitious rituals’ further extends to senses that are related to superstitious beliefs, for example ‘evil spirit; goblin’ as exhibited in (19).

(16). 灸 *jiǔ*

烧, 中医的一种医疗方法。用艾叶等制成艾炷或艾卷, 烧灼或熏烤人身的穴位。

‘a medical treatment of the Traditional Chinese Medicine (TCM): to burn or cauterize the acupuncture points of the body with moxa.’

(17). 烧 *xiǎo*

火烧杂草。‘weeding.’

(18). 烧 *dì*,

古代烧荆枝更递灼龟, 以占卜吉凶。

‘it is a ritual in ancient times: to burn the turtle shells to foretell good or ill luck.’

(19). 煞 *shà*

迷信的人指凶神。‘evil spirit; goblin’

Figure 10. The extensions of PRODUCTS OF THE BURNING PROCESS

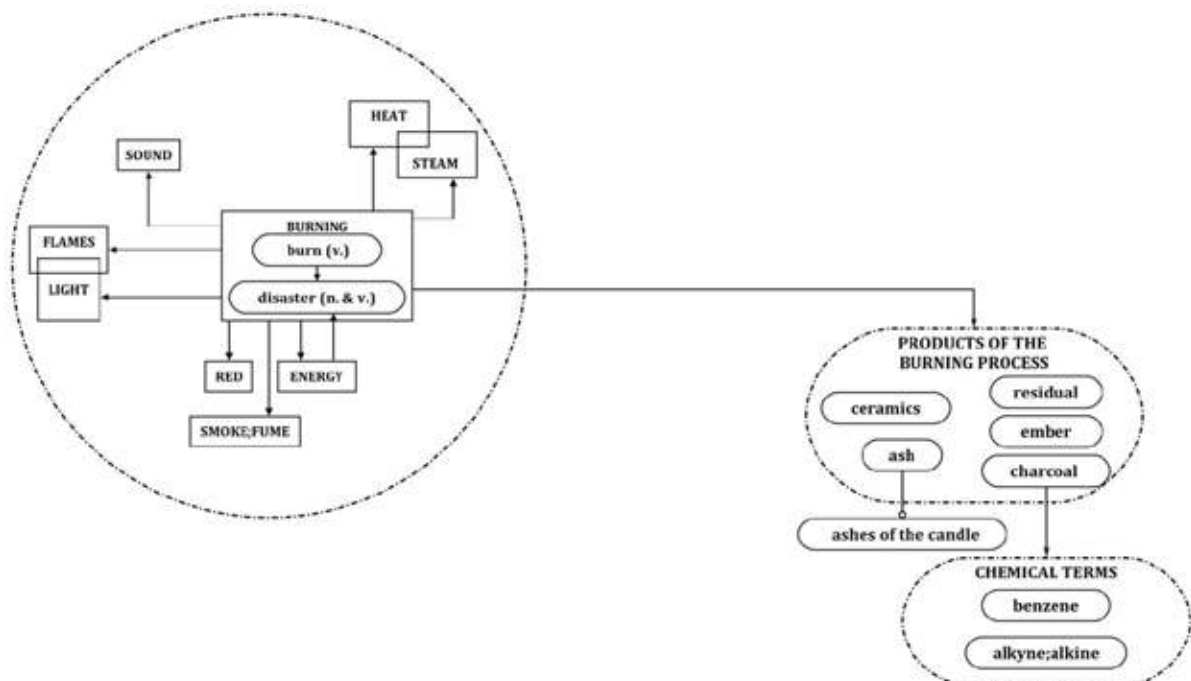


Figure 10 presents the semantic extensions of the semantic field PRODUCTS OF THE BURNING PROCESS, which includes the things produced after the burning process. The senses of this semantic field can be categorized in two types, namely the natural materials left after burning and the manufactured goods produced through burning. The first group typically includes ‘ash’, ‘residual’, ‘ember’ and ‘charcoal’ as in examples (20)–(25). A specialization of ash in the cluster is ‘ashes of the candle’ as in example (23). ‘Charcoal’ gives rise to the chemical terms ‘alkyne; alkine’ and ‘benzene’ through metonymy as in example (24). The semantic link between ‘charcoal’ and the chemical terms lies in the fact the chemicals are formed by carbon-bonds. Therefore, the FIRE radical is used to indicate the concept of “carbon” produced through “burning” in those chemical terms. Other senses in this semantic field include manufactured goods that are produced in a fire oven, such as ‘ceramics’ (example 25).

(20). 灰 (爍) *huī*

物质燃烧后剩下的粉末状的东西。

‘the ashes of burning things’

(21). 烬 *jìn*

焰余。‘embers’

(22). 炭 *tàn*

木炭。‘charcoal’

(23). 炷 (炷, 爇) *xìè*

灯烛余烬。‘the ashes or embers of the candle’

(24). 炷 *quē*

化学名词。指一类有机化合物，其中含有碳-碳叁键结构而具有很不饱和性。

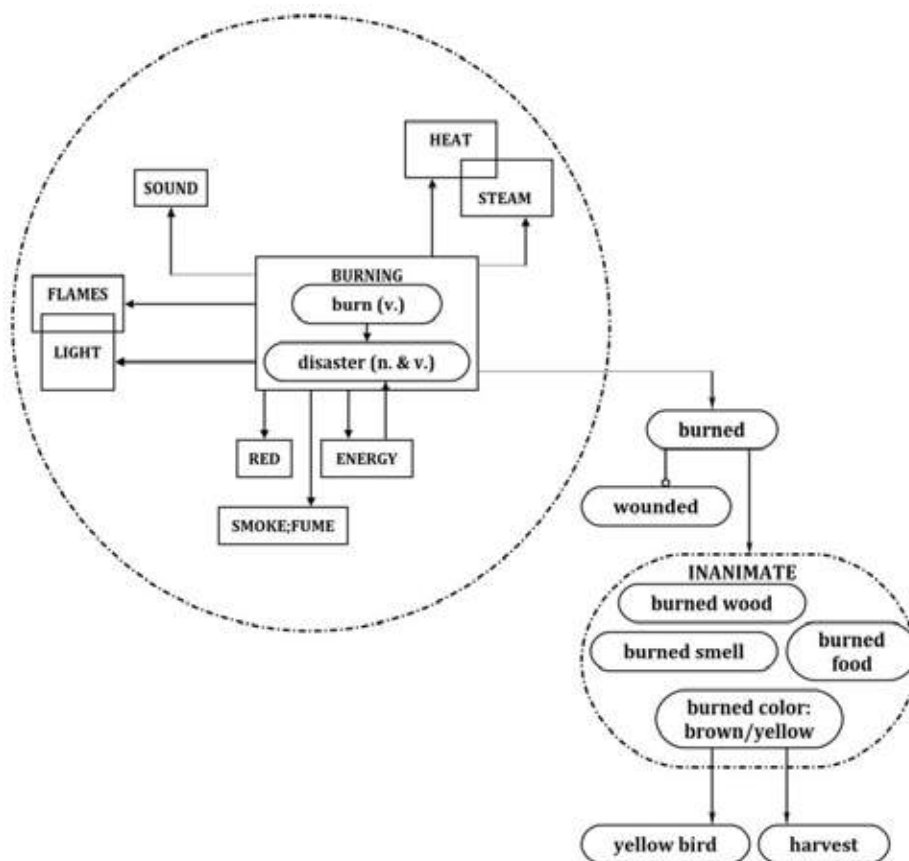
‘it is the chemical term of alkyne or alkine, which refers to a kind of organic compound that is very unsaturated because it contains the structure of the carbon-to-carbon triple bond.’

(25). 炷 *shí*

炷器，一种介于陶器和瓷器之间的制品，如水缸等，质地致密坚硬。

‘it refers to Ceramics of which the texture is something between pottery and porcelain.’

Figure 11. The extensions of being BURNED



The state of being BURNED (see 26) constitutes a further metonymic extension of BURNING, as shown in Figure 11. Not only inanimate things but also human or animals can get burned. When it comes to human or animals, the senses of the composite characters typically describe the status of ‘being wounded by fire or the heat of fire’ (see example 27) which is a specialization of the general ‘being burned’. When it comes to inanimate things, the senses of the composite characters typically describe the things incorporating the feature of ‘being burned’ rather than the ‘burned’ status itself. For example, these senses are typically (28) ‘burned color (yellow or brown)’, (29) ‘burned food or clothes’, (30) ‘burned smell’ and (31) ‘burned wood’. Since the color yellow is a feature of a kind of bird named 焉 *yān*, the ‘burn color’ may further metonymize as (32) ‘yellow bird’. In addition, since the golden color of the grains is reminiscent of the color of something that has been burned through fire, another metonymy that developed from the ‘burned color’ occur in example (33) ‘grain crop are ready for harvest’.

(26). 爍 (斃) *biē*

烧焦。‘burned’

(27). 燙 (燙) *tàng*

被火或高温灼痛或灼伤。‘burned or wounded by fire or heat.’

(28). 爍 *lán*

焦黄色。‘the burned color brown.’

(29). 糊 *hú*

食品经火变焦发黑;衣物等经火变黄、变黑。

‘burned food or clothes that turn into brown and black’

(30). 𤇗 *sī*

烧焦的气味。‘burned smell’

(31). 糟 (𤇗) *zāo*

烧焦的木头。‘burned wood’

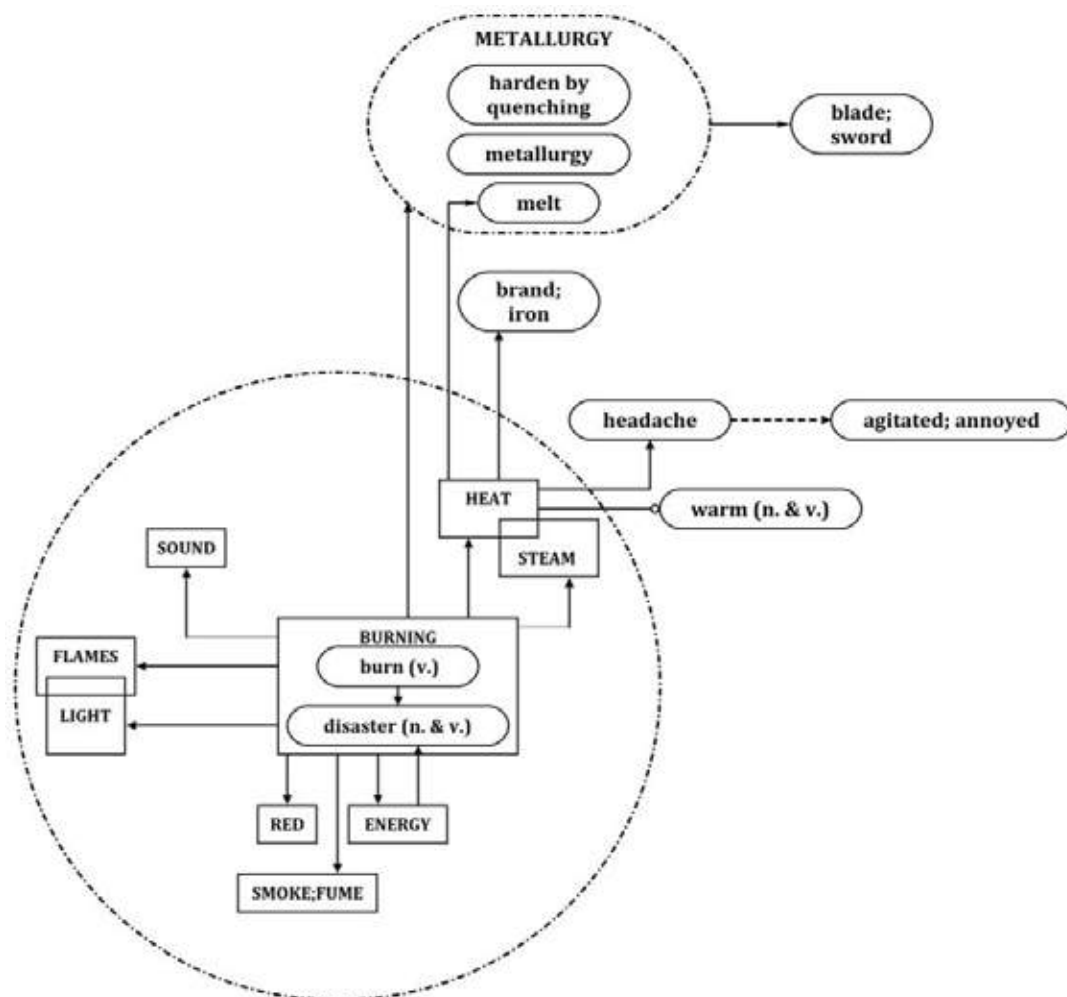
(32). 焉 (焉) *yān*

鸟名 (黄色的鸟) 。‘it refers to a kind of yellow bird.’

(33). 秋 (黍) *qiū*

秋，禾谷孰也。‘it refers to grain crop are ready for harvest.’

Figure 12. The extensions of the facet HEAT



Now let us have a closer look at the extensions of the FIRE radical regarding the facet HEAT in Figure 12. As the analysis of METALLURGY has shown, ‘melt’ may be a metonymy of HEAT. Example 34 shows that the literal FIRE can be used as an indirect tool to heat up the temperature to ‘brand or iron’ things. The composite character in example (35) describes the type of ‘headache caused by physiological heat’. According to traditional Chinese medicine belief, cold can be divided into 风热感冒 *fēng-rè-gǎn-mào* ‘common cold with wind-heat syndrome’ and 风寒感冒 *fēng-hán-gǎn-mào* ‘common cold with wind-cold syndrome’, which cause different types of headaches. The wind-heat type of cold and its corresponding headache are typically caused due to too much unbalanced internal heat within the human body. Therefore, the meaning ‘headache’ in (35) can be considered as a metonymic extension based on physiological experience. Since having a headache is generally uncomfortable, the feeling of being ‘agitated or annoyed’ may further extend from ‘headache’. ‘Warm’ in (36) can be seen as a specialization describing the milder degree of the more general type of heat associated with a burning fire.

(34). 烙 *lào*

用烧热的铁器烫，熨，使衣物平整或在物体上留下标志。

‘to use red-hot ironware to iron the clothes or to brand things.’

(35). 烦(烦) *fán*

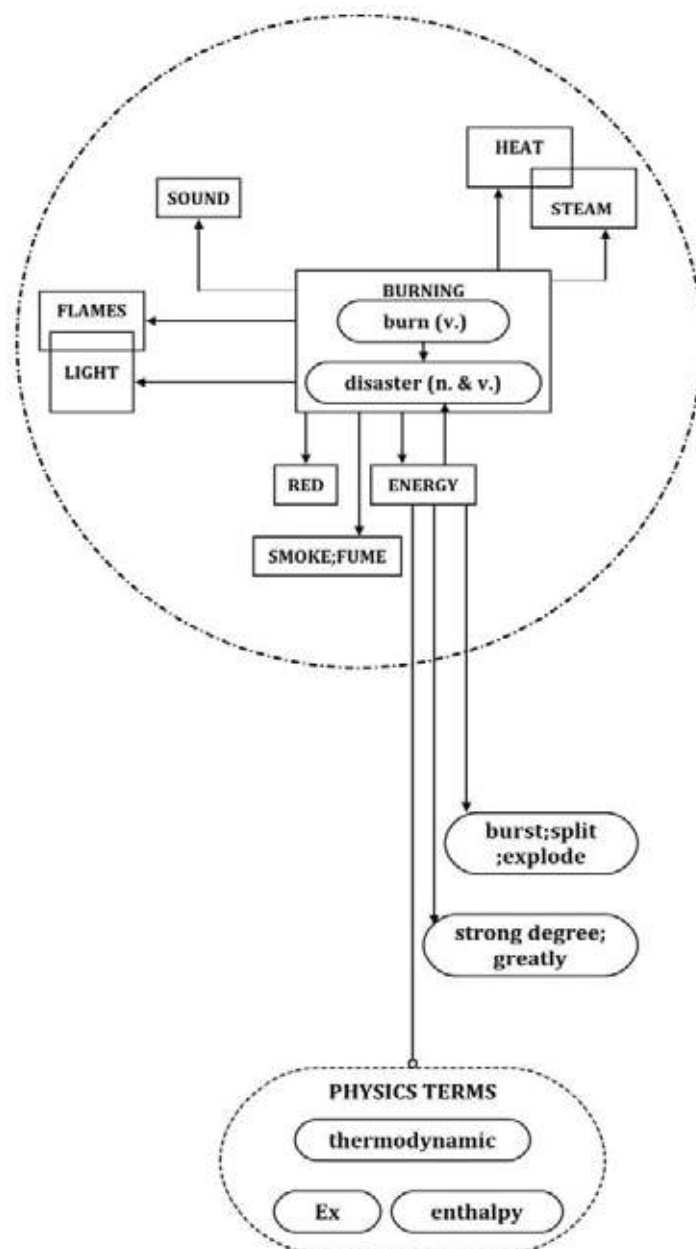
热头痛。引申为烦躁，烦闷。

‘it refers to the headache caused by physiological heat, which can be extended to describe agitation or annoyance.’

(36). 灵 *líng*

微温，温度不高。‘it refers to warm or, the temperature is not high.’

Figure 13. The extensions of ENERGY



The next facet of the prototypical FIRE is ENERGY. In the case study of the semantic structure of the FIRE character (HUANG, *et al.* forthcoming), the facet ENERGY did not develop many extensions except for its mutual metonymic relation with 'disaster'. By comparison, the facet ENERGY of the composite characters with the FIRE radical exhibit a number of additional extensions. Some extensions relate to terms in physics, more specifically to terms that describe the phenomena related to 'energy changes or thermodynamics'. Hence, the FIRE radical is used in these terms to indicate a type of strong energy (see example 37). If the ENERGY is so strong that it is out of control, things may suddenly 'burst; split; explode' as in (38). Following this line of development, composite characters that convey sense (39) 'strong degree; greatly' may also be a metonymy of strong ENERGY.

(37). 熵 *shāng*

物理学上指热能除以温度所得的商，标志热量转化为功的程度。

‘In physics, it refers to entropy or thermal charge that is used to measure the changes between work and energy in the thermodynamics.’

(38). 炸 *zhà*

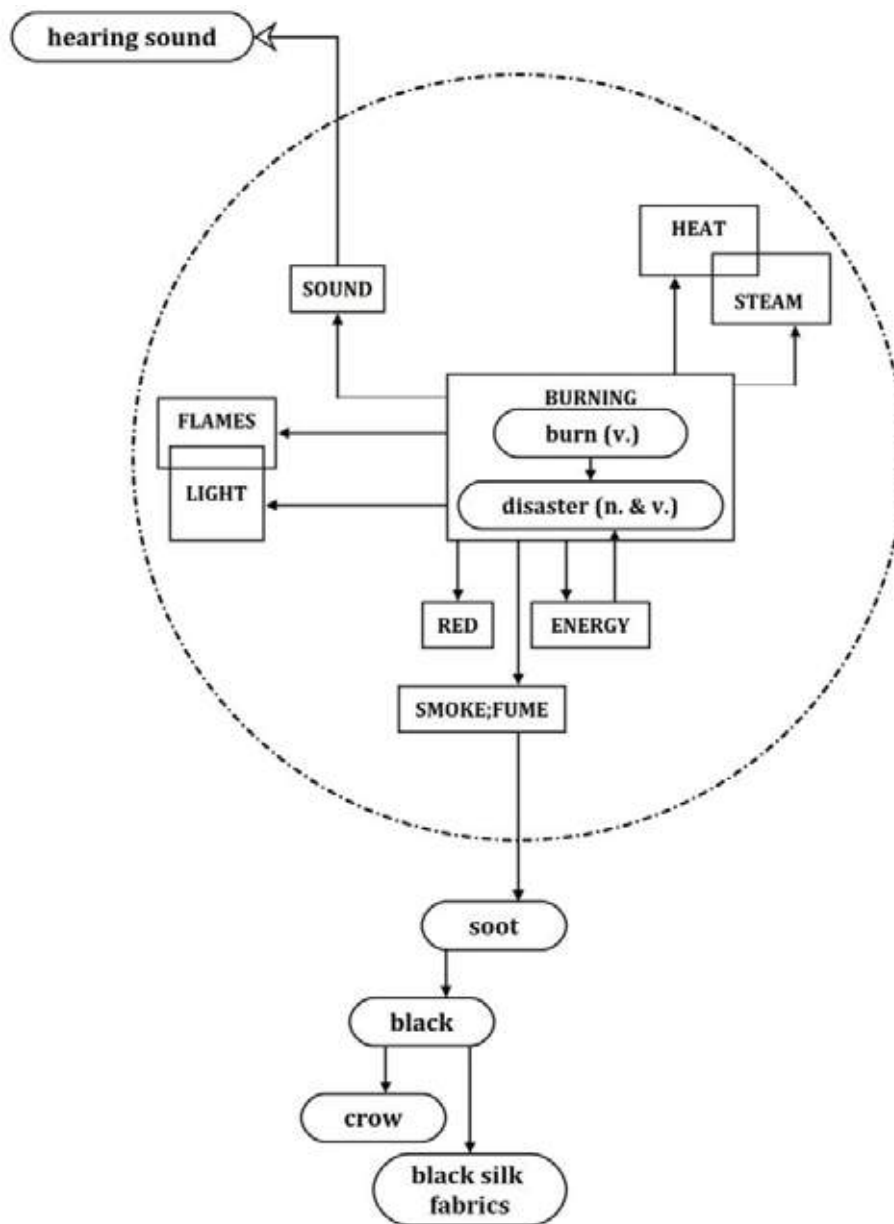
指物体突然破裂。

‘It refers to the sudden bursting or splitting or exploding of things.’

(39). 焯 *tuī*

盛 (程度深)。‘strong degree; greatly’

Figure 14. The extensions of SMOKE;FUME



As mentioned briefly in the description of Figure 4, the facets SOUND, STEAM and SMOKE; FUME are facets that do not appear in the prototypical circle of the semantic structures of the FIRE character. The facets SOUND and STEAM seem not to be as productive as the facet SMOKE; FUME. That is, SOUND is further generalized from ‘the sound of burning fire’ to ‘hearing sound in general’ (see example 40–46) whereas no semantic extensions are found to develop from STEAM. However, several extensions develop from the facet SMOKE; FUME. Since ‘soot’ refer to black ashes of the smoke, ‘black’ may be seen as a metonymy of ‘soot’. Also, due to the feature ‘black’, senses such as (44) ‘crow’ and (46) ‘black silk fabrics’ can also be indirectly linked to the literal FIRE and the FIRE radical through metonymy.

(40). 夙 *huǒ*

火发声。‘fire sound’

(41). 猷 *qiú*

耳中声。‘hearing sound’

(42). 煙 (烟, 𤇀, 𤇁) *yān*

物质燃烧时所产生的气壮物。

‘The gaseous substance produced by burning things.’

(42). 𤇂 (炘, 燿, 𤇃, 𤇄, 𤇅) *tái*

烟尘。烟气凝积而成的黑灰。俗称烟子。

‘It refers to the dust of the smoke or black ashes that is accumulated from smoke or fume of burning, which is also called soot.’

(43). 烏 *wū*

鸟名，乌鸦。‘crow’

(44). 𤇆(黑) *hēi*

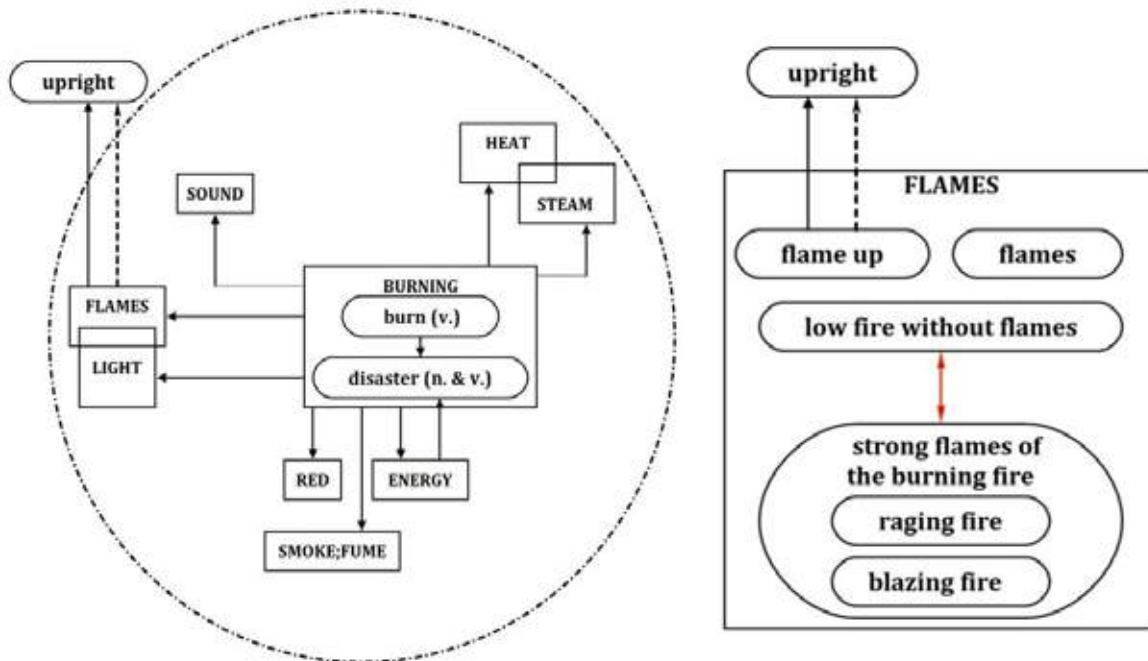
火所熏之色也。

‘It refers to color black that is the color of smoked things.’

(45). 𤇇 *tǎn*

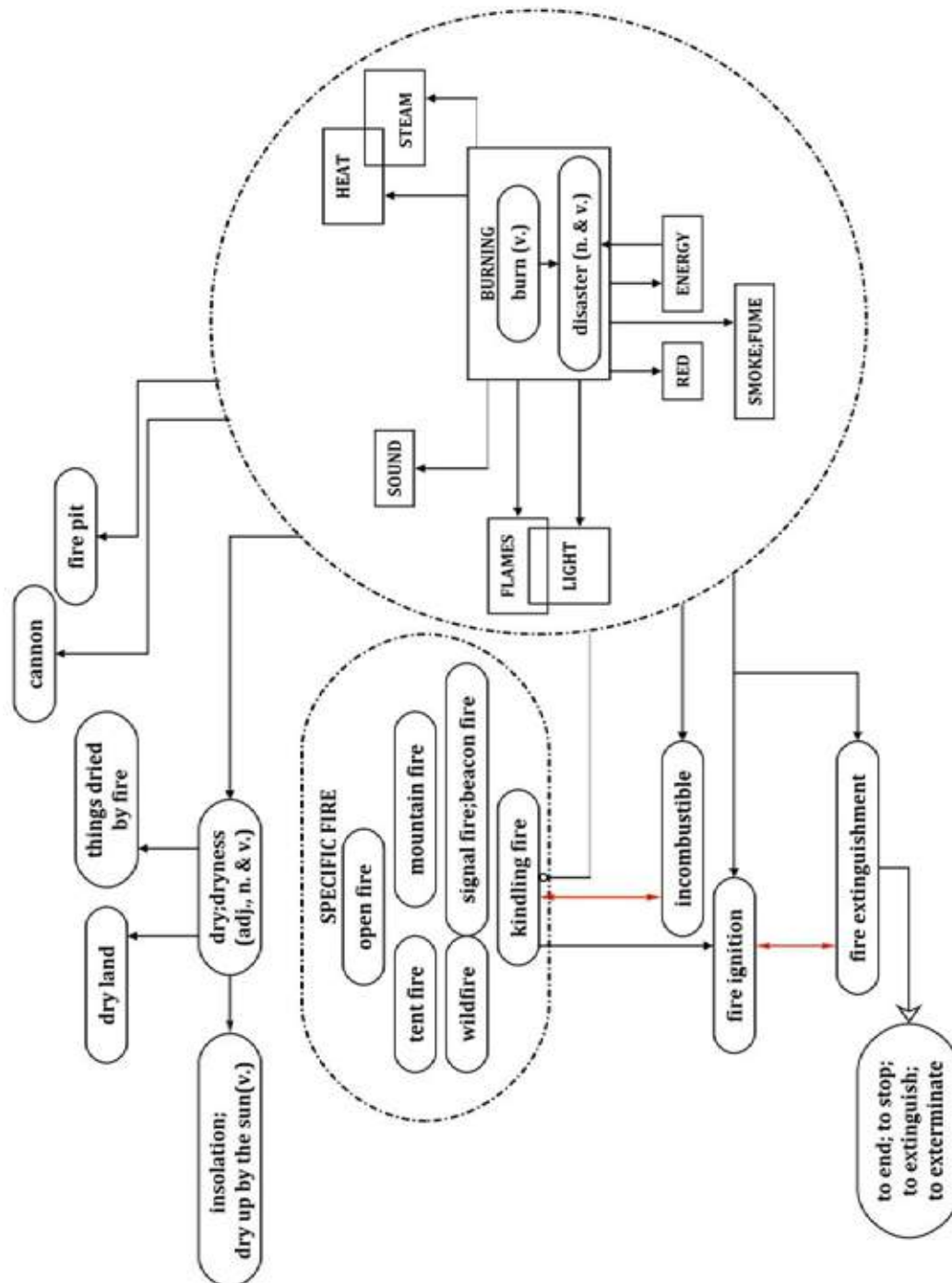
青黑色的丝织品。‘black silk fabrics’

Figure 15. The overview (left) and close-up (right) of the extensions of FLAMES



Since the facet LIGHT has already been discussed under Figure 6 and since the facet RED has no extensions, only the facet FLAMES remains, which is displayed in Figure 15. The extensions in this semantic field mainly convey the following meanings: i) ‘flames’, ii) ‘strong flames of the burning fire’ and iii) ‘flame up by wind’. First, it is not difficult to understand that some composite characters may express ‘flames’ and ‘firelight’ at the same time since FLAMES is a part of the burning fire. For instance, the characters 料 *liào* and 映 *yǎng* mentioned in Figure 4 express 火光 *huǒ-guāng* ‘firelight of the flames’. Second, since the intensity of the ‘flames’ can give an indication of the intensity of the burning fire, ‘strong flames of the burning fire’ incorporates two sub-notions in the form of the composite characters such as 焮 *mù* (火焮 *huǒ-chì* ‘fire-blaze’); 烜 *tōng* (火盛 *huǒ-shèng* ‘fire-magnificent’) and 熾 (焮) *pū* (火烈 *huǒ-liè* ‘fire-violent’). The senses of the composite characters 焮 *mù* and 烜 *tōng* typically describe the ‘burning fire’ as being ‘strong in intensity with flaming or blazing’. The sense of the composite character 熾 (焮) *pū* also describes the ‘burning fire’ but with flames that are strong and raging so that the fire is so violent, rampant and possibly out of control’. Interestingly, the composite characters can also convey the opposite sense ‘low fire without flames’, whereby flames are again used to gauge the intensity of the fire. This is reminiscent of the sense ‘dark; blind’ of the facet LIGHT, which shows that the FIRE radical may work in antonymic ways. The third extension of FLAMES is ‘flame up’ whereby the flames rise upwards due to external factors such as the wind. In this sense, ‘upright’ may be considered as a metonymy or a visual metaphor of FLAMES due to the upwards momentum of the burning flames.

Figure 16. The extensions of the literal FIRE



Besides the extensions of the facets, some extensions develop from the literal FIRE itself. These include metonyms, such as ‘fire pit’, ‘cannon’, and ‘dry or dryness (by fire)’, in which FIRE takes its literal sense. There are three more metonyms that developed from the extension ‘dry; dryness (by fire)’, namely ‘dried things (by fire)’, ‘dry land’ and ‘insolation; dry up by the sun’. Other metonyms of the literal FIRE are ‘fire ignition’, ‘fire extinguishment’ and ‘incombustible’ since a fire can be started or stopped. Interestingly, ‘fire ignition’ and ‘fire extinguishment’ are once again two antonymic extensions. Through a generalization, senses such as ‘to end; to stop;

to extinguish; to exterminate' developed from the sense 'fire extinguishment'. Furthermore, the senses subsumed under the semantic field SPECIFIC FIRE refer to types of fire that are found in a specific place (e.g. mountain fire) or used for a certain purpose (e.g. signal fire). 'Kindling fire' may generate the metonymic links with 'fire ignition' and 'incombustible' since 'kindling fire' is 'flammable'. Again, 'kindling fire' and 'incombustible' constitute antonyms.

4. Discussion

This study serves as the first step in the investigation of the semantic structure of the composite characters featuring the FIRE radical. By analyzing the semantic scope of the FIRE radical, we seek to discover what role the FIRE radical plays in the semantics of the composite characters it forms. More concretely, the study focuses on the global extensions, i.e. the extensions that develop from the senses of the FIRE character, as opposed to the local extensions, which result from internal semantic change of the composite characters. The present case study on the FIRE radical specifically is taken to be a case study of the way in which radicals as a whole undergo semantic change.

Although a thorough investigation of the local extensions is needed to offer a comprehensive account of the function of the FIRE radical, the global extensions offer us some valuable insights. Firstly, the analysis confirmed our hypothesis that the semantic structure of the global extensions of the FIRE radical is a radial network with prototype characteristics. The network therefore consists of a core circle and a peripheral area, with the structure radiating from the inner circle to the outer area. The core circle can also be referred to as the prototypical circle, which consists of FIRE in its most literal sense and the facets that can be used to describe the literal FIRE, namely BURNING, ENERGY, FLAMES, HEAT, LIGHT, SMOKE; FUME, SOUND, STEAM and RED. The peripheral area consists of the figurative senses of the composite characters that extended from the literal FIRE. Semantically, all extensions in the radial network are linked to one another through different mechanisms, which again develop from the core to the periphery.

The radial network of the FIRE radical shows features of prototype-based networks. To begin with, the radial network takes the shape of a semantic structure of family resemblance: "a family resemblance relationship takes form AB, BC, CD, DE. That is, each item has at least one, and probably several, elements in common with one or more items, but no, or few, elements are common to all items" (ROSCH and MERVIS, 1975, p. 574–575). More specifically, "the semantic structure of family resemblance is typically with clusters of meanings and overlapping readings in a radial network" (GEERAERTS, p. 1997:11). Applied to the present case study, family resemblance causes a definitional problem (see GEERAERTS, 1997, p. 21–22, 2007) with regard to the prototypical facets of the literal FIRE. More concretely, FIRE is complex process that may elicit different experiences in different people, which makes it difficult to capture all characteristic facets of FIRE in a single set of criteria. This definitional problem explains why the FIRE radical incorporates some facets that have no equivalent in the network of the FIRE character, namely SOUND, STEAM and SMOKE; FUME. This does not necessarily mean that the core circle of the FIRE radical and the FIRE character are different. Rather, SOUND,

STEAM and SMOKE; FUME may simply be less salient or less central facets of FIRE when it comes to the dictionary definition of FIRE compared to the other facets such as BURNING, HEAT, FLAMES, LIGHT and RED. It is possible that when the FIRE radical was used to create composite characters to enlarge the vocabulary, the pervasive sensory experience of hearing the crackling sound of fire, feeling or seeing steam, smoke and fume in the community as a whole may have driven the emergence of the composite characters featuring the FIRE radical that convey SOUND, STEAM and SMOKE; FUME as well as their extensions:

有火必有煙，煙最初是一種自然现象。人類學會用火以後，煙也可以人為地产生，有时利用煙來派上各種用場，如‘烽煙/狼煙’，。。。 [Where there is fire, there is smoke. Smoke originally is a natural phenomenon. Since mankind have learned how to use fire, smoke can also be made and used for various purposes, such as smoke of the beacon fire or burning wolf feces...](WANG, 2018, p. 384)

In addition, family resemblance effects also appear in the form of semantic clusters of extensions and overlapping readings of the senses. Likewise, all the global extensions of the FIRE radical that are linked through mechanisms such as metaphor, metonymy, generalization and specialization tend to cluster in groups. Extensions such as ‘fire ignition’ is linked to three different semantic fields, viz. the literal FIRE, ‘kindling fire’ and ‘fire extinguishment’ in Figure 16, which may be seen as a sense cluster of overlapping readings.

Another prototypical characteristic of the radial network of the FIRE radical is that the senses appear to be blurry at the edges, especially the facets. In the present case study, two pairs of facets overlap semantically. That is, FLAMES overlaps with LIGHT whereas HEAT overlaps with STEAM, from which composite characters that refer to ‘firelight of the flames’ and ‘heat and steam’ developed respectively. The reason for the blurred edges between senses is two-fold. For one, the demarcation of the facets is blurry because of the definitional problem (see GEERAERTS, 2007), viz. there is no single set of criteria to describe FIRE in its literal sense. Secondly, since FIRE is a complicated phenomenon where all facets occur simultaneously, it is natural that it is difficult to untangle the different facets of FIRE, and by extension, some senses cannot easily be categorized into a single facet.

The second finding about the FIRE radical and radicals as a whole is that radicals are semantically not the same as the character from which they derive; they have an independent semantic status. Although we expected that the global extensions of the FIRE radical share the same semantic fields as those of the FIRE character, the present study shows that except for COOKING, ILLUMINATION and ‘fire as one of the five elements’, most global extensions are not linked to the extensions of the FIRE character other than its literal sense. Hence, most global extensions are independent extensions of the FIRE radical.

Finally, regarding the different semantic mechanisms, metonymy appears to be the main driving force behind most global extensions, in which the FIRE radical refers to its most literal meaning, i.e. the burning fire, whereas metaphor, generalization and specialization produce fewer extensions in our data. So if the FIRE radical is mostly used to refer to the literal FIRE in

the composite characters and if the original meanings of the composite characters are extensions of the literal FIRE, the question arises as to whether the FIRE radical only contributes the literal sense of burning fire in the composite characters. Since burning fire was an important part of daily life in the past, it comes as no surprise that the global extensions, i.e. the original senses of all the composite characters featuring the FIRE radical, convey the meaning of burning fire through metonymy since they were introduced to accommodate the pervasive use of FIRE in different aspects of life. However, fire is no longer as central in modern society, which gave rise to an interesting phenomenon where the burning fire is no longer involved in the meanings of composite characters anymore. For example, if we think about ‘to cook’ in a modern sense: ‘to cook’ in the oven or on the induction cooker, where the literal FIRE is not used at all. The immediate question is to what extent this type of extension or semantic change happens and to what extent do the FIRE radical and the composite characters interact semantically.

The semantic structure of the global extensions partially reveals the semantic functions of the FIRE radical as well as radicals as a whole. To see the whole picture, we need to move on to the next case study of the semantic structure of the local extensions of the composite characters featuring the FIRE radical. Only then can we fully understand what role the radicals as a whole play in lexical change.

References

CHEN,, R. Water networks, the Chinese radical, and beyond. In.: LI, T. F. (eds.), *Compendium of Cognitive Linguistics Research* (Language and Linguistics), Vol.1. New York: Nova publishers, 2012, p. 91–115.

CHEN,, Z. 阴阳五行[Yin-yang and five elements]. In.: WENTAO, J. (eds.), *家庭医学全书* [Family medicine]. Shanghai: Shanghai Science and Technology Press, 1989, p. 997–1002.

GEERAERTS, D. (eds.). *Prospects and problems of prototype theory* (Thematic issue of *Linguistics*). Berlin: Mouton de Gruyter, 1989.

_____. *Diachronic prototype semantics. A contribution to historical lexicology* (Oxford Studies in Lexicography and Lexicology). Oxford: The Clarendon Press, 1997.

_____. *Words and other wonders: Papers on lexical and semantic topics* (Cognitive Linguistics Research 33). Berlin: Mouton de Gruyter, 2006.

_____. Family resemblances, radial networks, and multidimensional models of meaning. In.: FRIEND, M. L.; VAZ, P. R.; SANTANO, S. H. & CASANOVA, J. (eds.), *Proceedings of the XXX AEDEAN Conference*. Huelva: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Huelva, 2007, p. 1–11

HUANG,, D., GEERAERTS, D. & ZHANG, W. A. Diachronic Analysis of the FIRE Character. *Chinese Semiotic Studies*, forthcoming.

- JIANG, S. 古汉语词汇纲要 [Essentials of Ancient Chinese Lexical Semantics]. Beijing: Peking University Press, 1989.
- JIANG, S. 汉语历史词汇学概要 [Essentials of Historical Chinese Lexicology]. Beijing: The Commercial Press, 2015.
- LUO, Z. (eds.). 汉语大词典 [The great dictionary of Chinese], Vol. 7. Shanghai: Publishing House of The Great Dictionary of Chinese, 1991.
- QIU, X. 文字学概要 [Essentials of Chinese Philology]. Beijing: The Commercial Press, 1988.
- ROSCH, E. & MERVIS, C. B. Family resemblances: Studies in the internal structure of categories. *Cognitive Psychology* 7, 1975, p. 573–605
- WANG,, N. 汉字构形学导论 [Introduction of Chinese characters formation]. Beijing: The Commercial Press, 2016.
- WANG,, W. 汉语核心词的历史与现状研究 [Research on the history and current situation of Chinese core words]. Beijing: The Commercial Press, 2018.
- WANG,, Y. 中古汉语词汇史 [History of Ancient and Middle Chinese lexical]. Beijing: The Commercial Press, 2010.
- XU, S. 说文解字 [An analysis and explanation of characters]. Beijing: Zhonghua Book Company, 1963.
- XU, Z. (eds.). 汉语大字典 [The great dictionary of characters], Vol. 3. CHEN,gdu: Xinhua Winshare Publishing, 1988.
- YANG, H. The semantic categorization of radical “辵”(chù) in ShuoWenJieZi (《说文解字》). *US-China Foreign Language*, v. 15, n. 7, p. 429–436, 2017. <https://doi.org/10.17265/1539-8080/2017.07.003>.
- YEH,, S., CHOU, W. L. & HO, P. Lexical processing of Chinese sub-character components: Semantic activation of phonetic radicals as revealed by the Stroop Effect. *Scientific Reports*, v. 7, n. 1, p. 15782, 2017. <https://doi.org/10.1038/s41598-017-15536-w>.
- YU, N. *The Chinese HEART in a cognitive perspective: Culture, body, and language* (Applications of Cognitive Linguistics 12). Berlin: Mouton de Gruyter, 2009.
- ZHANG, F. . 汉语液体核心词研究 [Research on Chinese core words of LIQUIDS]. 江汉大学中国语言学学术文库 [The Collection of Chinese Linguistic Studies of Jianhan University] 1. Beijing: China Social Sciences Press, 2017.



**THE BRUCE WILLIS OF SANDWICHES: THE Y OF X IS Y OF Z
CONSTRUCTION ON ITS JOURNEY TOWARDS A PARAGON MODEL,
AS ONE WAY OF ACHIEVING INTERSUBJECTIVITY¹**

**O BRUCE WILLIS DOS SANDUÍCHES: A CONSTRUÇÃO Y DE X É Y
DE Z EM SUA JORNADA PARA UM MODELO PROTOTÍPICO, COMO
UMA FORMA DE ALCANÇAR A INTERSUBJETIVIDADE**

Rita Brdar-Szabó² e Mario Brdar³

ABSTRACT

The present article is concerned with innovative metaphorical expressions with proper nouns in a subtype of so-called XYZ constructions, such as *Is sad singleton Vladimir Putin the Jennifer Aniston of European politics?*, which link relatively disparate domains and which may cause interpretation difficulties, leading to the problem known as de Saussure's paradox. Veale (2014) believes that they are "double-edged comparisons that can cut both ways, since information inevitably flows in both directions, ... to meet in the middle to construct a blended mental image." We argue that such constructions are better explained as metaphors based on metonymic paragon models. A closer look at these constructions reveals that they are most of the time used in discourse in such a way that the speaker provides mapping-like statements justifying the pairing of X and Y: speakers create remarkable links between disparate domains on purpose, but they also attempt, in observance of the Gricean principle of cooperation, to facilitate the processing of such expressions and deliberately explicate what seem to be underlying mappings in keeping with the maxim of quantity until supplying enough information to safeguard the interpretation of the figurative expression in the direction of what they have in mind, i.e. ensuring intersubjectivity. In light of similar constructions without any explications, which can be analyzed as based on metonymic paragon models, we realize that spelling out the reasons for the pairings of proper nouns actually seems to function as a trigger for the online creation of novel paragons or quasi-paragons, or for an ad hoc modification of existing paragons. We claim that it is actually these explications that "cut both ways," i.e. apply to both X and Y, which means that we witness a dynamic (re)construal of meaning whereby a paragon model is strengthened or modified, or is being created.

KEYWORDS: blending; XYZ construction; intersubjectivity; paragon; mapping.

1 Financed by the Spanish Ministry of Science and Innovation (MICINN), the Spanish State Research Agency (AEI), and the European Regional Development Fund (FEDER) of the European Union project no. FFI2017-82730-P (*Description and explanation of figuration in and across languages: the development of a cross-linguistic analytical database*) and project no. PGC2018-101214-B-I00 (*Researching conceptual metonymy in selected areas of grammar, discourse and sign language with the aid of the University of Córdoba Metonymy Database*) (METGRADISL&BASE).

2 Eötvös Loránd University, Budapest, szabo.rita@btk.elte.hu

3 University of Osijek, mbrdar@ffos.hr



RESUMO

O presente artigo dedica-se às expressões metafóricas inovadoras com nomes próprios em um subtipo de construções XYZ, como *Is sad singleton Vladimir Putin the Jennifer Aniston of European politics?*, que ligam domínios relativamente discrepantes que podem causar dificuldades de interpretação, levando ao problema conhecido como “Paradoxo de Saussure”. Veale (2014) acredita que essas são “comparações de dois gumes que podem cortar nos dois sentidos, uma vez que a informação flui inevitavelmente nas duas direções, ... para se encontrar no meio para construir uma imagem mental mesclada”. Argumentamos que essas construções podem ser melhor explicadas como metáforas baseadas em um modelo prototípico metonímico. Um olhar mais atento sobre essas construções revela que, na maioria das vezes, são usadas no discurso de tal forma que o falante fornece declarações semelhantes a mapeamentos que justificam o pareamento de X e Y: falantes criam ligações notáveis entre domínios diferentes propositalmente, mas também tentam, em observância ao princípio da Cooperação de Grice, facilitar o processamento dessas expressões e explicar deliberadamente o que parecem ser mapeamentos subjacentes de acordo com a Máxima da Quantidade até fornecer informações suficientes para salvaguardar a interpretação da expressão figurativa na direção do que eles têm em mente, ou seja, garantir a intersubjetividade. À luz de construções similares sem qualquer explicação, que podem ser analisadas com base em modelos prototípicos metonímicos, percebemos que explicar as razões para os pareamentos de nomes próprios, na verdade, parece funcionar como um gatilho para a criação *online* de novos protótipos ou quase protótipos, ou para uma modificação *ad hoc* de protótipos existentes. Afirmamos que são realmente essas explicações que “cortam dos dois lados”, isto é, aplicam-se a X e Y, o que significa que observamos uma (re)construção dinâmica de significado por meio da qual um protótipo é reforçado ou modificado, ou está sendo criado.

PALAVRAS-CHAVE: Mesclagem conceptual; construções XYZ; intersubjetividade; protótipos; mapeamento.

Introduction

It is nowadays almost a commonplace of the conceptual metaphor theory to say that the function of metaphor is understanding, Lakoff and Johnson (1980: 36f) say that metaphor is “principally a way of conceiving of one thing in terms of another, and its primary function is understanding,” while metonymy “has primarily a referential function, that is, it allows us to use one entity to stand for another.” However, both of the above statements have to be relativized. While Lakoff and Johnson see metonymy as having primarily referential function they are aware of its additional functions and point out not only that metonymy is “naturally suited for focussing” (LAKOFF; JOHNSON, 1980, pp. 37ff), but that it can just like metaphor have a role in construal. It makes it possible for us to see and understand things in alternative ways.

However, figurative uses of lexical items, i.e. both metonymic and metaphorical ones, can occasionally lead, if not to misunderstanding, then at least to certain problems in understanding, as we show in Part 2. In fact, we could say that the more creative a metaphor or metonymy, or their combination, the more serious this problem becomes. This can be seen as a special variety of what is often referred to as the Saussurean paradox, introduced in 1.2. One of the solutions that is in keeping with Gricean maxims, as we illustrate on the example of the so-called figurative X is Y of Z constructions of the type *This is the Bruce Willis of sandwiches* in Part 3, is to attempt to achieve intersubjectivity by indicating in the context how these figurative

expressions are to be interpreted. We argue in Part 4 that these figurative X is Y of Z constructions are not to be analysed as cases of conceptual integration or blending, but as metaphorical expressions on their way to become metonymic paragon models.

Meaning in cognitive linguistics

One of the tenets of cognitive semantics, and more generally of cognitive linguistics, is that meaning making is an open and dynamic construal operation, and that the folk model of conduit metaphor (REDDY, 1979, 1993) is at odds with reality. This model implies that lexical items as well as larger units built of them, such as phrases, clauses or utterance, are containers holding and transmitting a certain amount of fixed semantic substance. On the contrary, for cognitive linguists the whole of language is a structured, but not a closed or fixed code. It is rather open-ended (GYŐRI; HEGEDÜS, 2011, p. 318) to a degree that is not detrimental to its functioning as a successful means of communication among humans. It is open for modification, extension, and is constantly negotiated in the course of usage events.

This also applies to the semantic aspects of language. Meanings are not fixed rigidly in advance and forever outside any context of usage, and they are not homogenous in the way that must be assumed for any modular approach to language to make sense, with its semantic primitives, strict encapsulation of “linguistic” knowledge, and such like. It is rather, as Lee (2001, p. 10) puts it, that: “... instead of thinking in terms of words as expressing ‘concepts’, we should think of them as tools that cause listeners to activate certain areas of their knowledge base, with different areas activated to different degrees in different contexts on use.”

In other words, meanings can be worked out only by enlisting our total encyclopedic knowledge organized in complex matrices of domains. In Langacker’s (1999, p. 379) words “... a lexical item takes on a subtly different value every time it is used, depending on which array of associated conceptions it happens to evoke on a given occasion, and the specific level of activation they achieve.”

The process of such online construction of figurative meaning is bound to be complex, dynamic and flexible, and its output can be revised at every step if necessary, further enriched with information, or subsequently depleted of it, depending on the cognitive mechanisms employed, mainly metonymy and metaphor.

Language change and the Saussurean paradox

The approach to meaning advocated by cognitive linguists implies that human language should be seen as being in constant flux, subject to changes of all kinds, not only semantic ones. However, accounting for changes in language is a huge challenge for many linguistic models. As Trask points out

... if a language is primarily an orderly system of relations, how is it that a language can change without disrupting that system? To put it another way, how can a language continue to be used effectively as a vehicle for expression and communication while it is in the middle of a change, or rather in the middle of a large number of changes? This puzzle is known as the **Saussurean paradox**, and it is not a trivial issue. (TRASK, 1996, p. 250)

Trask goes on to illustrate this by some analogies of other areas of human activity that are regulated by rules or norms:

How can anyone play football or chess successfully if the rules of football or chess are constantly being changed during play? How can an orchestra play a symphony if the score of the symphony is changing during the performance? How can a case be tried in court if the law is constantly changing during the trial? (TRASK, 1996, p. 250)

Specifically, the paradox is that:

Such analogies would appear to suggest that the constant changes in our language must of necessity have an adverse effect on our ability to use it successfully.

And yet this is not so. Apart from the handful of specialists who are deliberately looking for evidence of change in contemporary speech, people hardly ever even notice the existence of changes in their language; when we do notice a change, it is usually no more than a new word or two. When we recall how dramatically English has changed in the last 40 generations or so, since the time of Alfred the Great, this issue becomes altogether mysterious. How on earth can a language be transformed so utterly, in such a seemingly short time as 40 generations, while at the same time its speakers go on speaking it happily without being disturbed by the changes and usually without even noticing them? (TRASK, 1996, p. 250)

We remember well that for de Saussure the value of a unit or a linguistic sign in a linguistic system is determined by its relations to other elements in the system. If some relations change, the value of a unit changes. To use one of de Saussure's favourite metaphors or analogies, we can say that the value of a chess figure in a particular position on the table (relative to other figures) is different in a position when the player cannot legally move it from its value when it can move freely. If some of the units appear or disappear, the value of all the units with which it was in relation, or with which it enters a new one, also changes. Thus, if a rook is lost, this affects the king, because a possibility for castling is limited, and losing both rooks, makes it impossible; on the other hand, promoting a pawn that had managed to make it all the way to the other side of the board to another figure, such as a queen, rook, knight or a bishop, apparently affects the value of these figures.

So, in theory at least, the appearance or a disappearance of just a single word would affect the whole linguistic system and ultimately lead to its functioning less well. In practice, however, we know that this is normally not the case. What is more, the addition of a new element, e.g. of

a new word, may optimize a linguistic system, if not immediately, then at least after some time of reshuffling of relations within the system.

However, there is another possible locus of change, and therefore another possibility for disruption. Linguistic signs for de Saussure are units consisting of the signifier, or the form, and the signified, or the content, mutually linked by social convention. The link is arbitrary: there is absolutely no reason why a given linguistic form should be used to signify a given content and not some other.

If the link is arbitrary it can be loosened, and a new content may replace the old one. The social convention is of course very strong, and by preserving the originally arbitrary links, it preserves the functionality of the system. Due to the strength of the convention, an impression may arise that linguistic forms are vessels or containers for more or less fixed contents or meanings, as evidence by the above-mentioned conduit metaphor. But words and other linguistic units, as pointed out above, do not have (absolutely) fixed meanings. Admittedly, they exhibit some relatively stable basic or core semantics, but it is rather subject to construal, i.e. it can be elaborated from one context of use to another. But even their basic or core semantics may change over time.

These changes may be slow or quick, gradual or sudden, but very often they are fairly imperceptible. Sometimes they take place right in front of our nose and are plain to see, but as often as not they occur without being noticed at all. Let us illustrate this by two examples from Spanish and Portuguese, where lexemes became polysemous as a result of a series of metonymic shifts.

In the first example we consider the polysemy of *tienda*, which, according to *Diccionario de la lengua española* of the Royal Spanish Academy, can have the following meanings:

1. Armazón de palos hincados en tierra y cubierta con telas o pieles sujetas con cuerdas, que sirve de alojamiento o aposentamiento en el campo, especialmente en la guerra. (tent)
2. Toldo que se pone en algunas embarcaciones para defenderse del sol o de la lluvia. (awning/overhang)
3. Especie de toldo que se pone sobre los carros para defenderse del sol o de la lluvia. (awning/overhang)
4. Casa, puesto o lugar donde se venden al público artículos de comercio al por menor. (shop or store, “house, stall or place”)

It would be difficult to make any sense of this unless we start from the etymological source of the word, which is the PIE root **ten-* to ‘stretch’, giving in Latin *tendere*, with participle *tentus* ‘stretched; stretched out; extended; distended’, from which *tenta* was formed in Mediaeval Latin as a feminine singular noun use of *tentus*. It is obvious that we have a

metonymic shift from the concept of being extended/stretched to something that is extended/stretched, in other words we have a shift from a quality to an entity that exhibits this quality. From there we can follow a series of further metonymic shifts. First, this entity is associated with the function of shading or protection from rain (as in awning), due to which it is also associated with the area/ space covered that way, and then also including any mechanical support, yielding the concept of tent as a shelter for people in the countryside. The same structure was also used with one of its sides open in market places, which accounts for its generalization into the shop/store sense.

No less interesting is the Portuguese word for shop, *loja*. According to *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* (<http://michaelis.uol.com.br>), it has the following meanings:

- 1 ant O piso térreo de um prédio, geralmente usado como armazém ou oficina.
- 2 ant Átrio para entrada de carruagens.
- 3 Estabelecimento comercial onde se vendem mercadorias diversas ou um único produto: ...
- 4 Bot Cada uma das subdivisões de uma antena que contém os grãos de pólen; lóculo.

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa describes the word in a very similar fashion:

- 1 Estabelecimento de venda ou de comércio (ex.: loja de brinquedos).
- 2 Piso ao nível ou quase ao nível da rua.
- 3 Piso térreo de uma habitação que serve para armazenamento ou para apoio às atividades agrícolas (ex.: a loja está cheia de tralha; a enxada está na loja).
- 4 Templo maçônico (ex.: a maçonaria local possui lojas em vários municípios).

While there is a plausible link between the ‘shop’ sense and the storage or workshop sense, the link with the concept of being situated on the ground-level or street-level, or being used as a storage is a bit less immediately clear, let alone with the idea of being used for agricultural activities, or of the entrance hall for carriages. All of these make sense when seen as a series of metonymic shifts starting from the etymological source of the word. *Loja* is of course related to cognate Romance words, ultimately coming into Portuguese from Old French, where *loge* was used to refer to ‘arbour, covered walk-way.’ There are Mediaeval Latin words *lobia* and *laubia*, but this Old French word, just like the two Mediaeval Latin words, is believed to be derived from Frankish **laubija*, meaning ‘arbour, protective shelter made of foliage.’ This is, of course, related to Old High German *loupepa*, (which also had *louba* ‘porch, gallery,’ and *loub* ‘leaf, foliage’), ultimately coming from Proto-Germanic **laubq* ‘leaf, foliage.’ Note also that Modern German has *Laube* ‘bower.’

It will be seen that there are points of overlap between the Spanish and the Portuguese

word. First of all, we note that the history of both words starts from something that is stretched or placed above a place in order to protect it from rain or sun. In one case it is the foliage, in the other it is a piece of cloth or hide. From the idea of being protected above we have the shift to the whole consisting of the protective shelter and the space below it. It is further extended to a structure such that also has protection on three of its sides, one side being kept open. From there we move to a building or part of a building exhibiting the same structural schema that could, due to these structural properties, be used for various activities. Two closely related activities among these are manufacturing and selling various objects, and the word in question may come to be used to refer to a place in which they take place, later specializing to just a place where something is sold, i.e. a shop. A locality with this particular structure and function can as a rule exist on the ground level, or the street level, which explains another extension of *loja*.

Figurative shifts and the problem of understanding

What we have just seen are series of metonymic shifts that took place in stages over a protracted period of time, based on conceptual contiguity, and where the immediate context is enough for a hearer to decide what is actually meant. However, in some cases, there may obtain metonymic indeterminacy. An utterance may contain two expressions that can both be interpreted metonymically, but one of these metonymies blocks the other. In other words, the two potential metonymies are in a paradigmatic relationship, i.e. in complementary distribution. Brdar and Brdar-Szabó (2003) analyze a number of predicative adjectives with or without prepositional complements that can be conventionally used in an utterance like *He was clear on that issue* to refer to a speech act ('to speak clearly on some issue'), where the speech act itself is not explicitly coded in the expression but conventionally evoked via a predicational metonymy⁴ MANNER (OR LINGUISTIC ACTION) FOR LINGUISTIC ACTION. A sentence like:

(1) *I'll be brief.*

can in fact be interpreted in two ways, not only as containing a predicational metonymy of the above type, but also as containing a referential metonymy. It lends itself to an analysis in which the subject, which in our examples always denotes a person, i.e. the speaker, stands for his/her utterance:

(2) *I'll be brief.* ('My speech/words, etc. will be brief')

4 Within the framework of a pragmatic typology of metonymies proposed in Panther and Thornburg (1999: 335f), expressions like the one highlighted in (1) are characterized as instances of propositional metonymy. Propositional metonymies come in two subtypes. In a predicational metonymy, illustrated in (1), one propositional content stands for another propositional content, while in a referential metonymy, exemplified in the alternative analysis of the same utterance in (2), one referring expression, usually a noun phrase, is the vehicle for an implied target that is also a referring expression normally realized as a noun phrase. The third type of discourse-pragmatic metonymy, extensively discussed in Thornburg and Panther (1997) and Panther and Thornburg (1998), is illocutionary metonymy where one illocutionary act stands for another illocutionary act.

This SPEAKER FOR UTTERANCE metonymy can be seen as a special case of the more ubiquitous PRODUCER FOR PRODUCT metonymy, or SPEAKER FOR SPEAKER'S LINGUISTIC ACTION (Panther, 2005: 375). Ruiz de Mendoza (fc) aligns examples like (2) with hypallage, or transferred epithet, along the lines of *sad novel* (a novel that makes readers sad). *I'll be brief* ascribes 'brevity' to the speaker, but this description is epiphenomenal. Only one of these can be activated at a time, either the predicational or the referential metonymy. One might suppose that this is just a rare, special case of rivalry between two metonymies, but it can be observed with many cases of the MANNER FOR THE ACTIVITY metonymies across several domains, as shown in in Brdar-Szabó and Brdar (2003).

In some cases of metonymic indeterminacy or vagueness a single metonymic vehicle allows simultaneous access to two potential targets. The following headline of a news article would normally be interpreted so that *Budapest* as a metonymic vehicle has the city council as its target:

(3) *Relief and disappointment as **Budapest** gives up 2024 Olympic dream⁵*

Note, however, that the first sentence of the article says the following:

(4) *Hungarians displayed a mixture of disappointment and relief on Thursday after the government ended **Budapest's** bid to host the 2024 summer Olympic Games in the face of growing popular opposition.*

This indicates that the initial assumption about the first mention of *Budapest* was incorrect, as the interpretation now moves in the direction of the CAPITAL FOR GOVERNMENT metonymy. It actually turns out that the formal cancellation was filed by the city council and not the government itself. This means that our headline actually blends two metonymies sharing the same vehicle, viz. metonymic source. In other words, we have a sort of indeterminacy, or uncertainty, as to the reference of the metonymically used name of the capital city, at least of a post-hoc type, after reading into the article.

Indeterminacy is, however, much more frequent in the case of metaphors. The metaphorical shift may be recognized as such, but the addressee may be left puzzled as to what is intended, or may simply interpret the metaphor in a way that deviates in some respects from what was intended by the speaker. As we know very well, metaphorical mappings are always partial – it is not the whole target domain that is overwritten by the whole of the source domain. Conceptual metaphor is all about highlighting or focusing on certain elements and hiding or defocusing others, and these processes take place on two opposed ends, what happens on one end need not be a reflection of what happens on the other.

The iceberg metaphor is very popular when talking about culture, organizations, thinking,

⁵ Available at <<https://www.dailymail.co.uk/wires/reuters/article-4252598/Olympics-Relief-disappoint-ment-Budapest-gives-2024-Olympic-dream.html>>. Accessed on 23/2/2017.

etc., but we can turn the tables and apply it to the conceptual metaphor itself, i.e. what we see are just the labels for the two domains, the rest is more or less invisible. In a recent article Barnden (fc) uses the following example:

(5) *Peter's the bubbles in Mary's champagne.*

to show that one and the same metaphor can be interpreted differently, depending on the kind of (current) beliefs one has “about people, bubbles, champagne.” Peter may be construed as the source of excitements in Mary’s life, exploiting the role of the bubble in the enjoyment of a glass of sparkling wine. However, it is possible that the metaphor means that Peter’s role in Mary’s life is peripheral, as bubbles are just pockets of air immersed in wine, not part of the wine substance. Without any further context, and even sometimes despite the context, the interpretation will depend on the hearer’s current beliefs, which may match what was intended by the speaker or not.

Whenever communicating, the hearer (and the speaker) normally have a Theory of Other Mind. As Tomasello (1999, pp. 14-15) points out “... the child comes to experience herself as a mental agent—that is, a being with thoughts and beliefs that may differ from those of other people as well as from reality...”

However, on the basis of just hearing example (5), the hearer cannot be certain and would need to allow for alternative interpretation.

Towards intersubjectivity via mappings understood in terms of Gricean Maxims

What we have seen here is just one aspect of a more general perennial problem known in cognitive linguistics as intersubjectivity. This is the question of how humans succeed or fail in achieving conceptual alignment, i.e. how they come to share more or less the same thoughts following some communicative acts involving language and/or some other communication system. It is clear that the Saussurean paradox, i.e. the fact that human languages are prone to change, only makes the problem of achieving intersubjectivity worse.

Verhagen (1995, 2005) argues that in the prior treatment of a number of linguistic phenomena, too much attention was spent on the object of conceptualisation rather than on what goes on in the conceptualizer. Verhagen (2005, p. 28) shows on three areas of the grammar – negation, finite complementation and discourse connectivity – that in such constructions the speaker presents content to the hearer in such a way that the latter is led to particular interpretations, attempting to attain inter-subjectivity.

In the rest of this article we are concerned with a particular case of figurative uses of proper names in a particular constructional environment that results in their change into more common-like nouns. The particular constructional environment in question is often referred to as the XYZ construction. It comes in many subtypes, but we will just concentrate on the

figurative cases where the element Y is realized as a proper name used to indicate some property attributed to X, as far as the category or domain specified by Z is concerned.

Our main aim will be to show that, in keeping with Verhagen's claim, the speaker presents the figurative construction in such a way that it may lead the hearer closer to the intended interpretation. In other words, the speaker provides some clues, specifically what looks like metaphorical mappings in the co(n)text, which are supposed to guide us as close as possible toward what the speaker has in mind.

We believe that what we witness here is in keeping with Grice's Cooperative Principle, as well as with Gricean Maxims of Quantity and Manner (although seemingly flouting the latter):

The Maxim of Quantity

Make your contribution as informative as is required

Do not make your contribution more informative than is required

The Maxim of Manner

Avoid obscurity of expression

Avoid ambiguity (p. 45-46)

Be brief (avoid unnecessary prolixity)

Be orderly

The figuratively used proper name that functions as Y in the construction in question, we will argue, may in due time develop from something metaphor-like into a more or less well familiar metonymic paragon model, as a result of which they no longer need to be propped up by specifying intended mappings in the context in order to interpret them in a way intended by the speaker.

Figurative X is Y of Z constructions and the problem of the meaning of Y

Figurative X is Y of Z constructions introduced

We assume here the notion of grammatical constructions as defined by Goldberg (1995, p. 4): "a form-meaning pair $\langle F_i, S_i \rangle$ such that some aspect of F_i or some aspect of S_i is not strictly predictable from C's component parts or from other previously established constructions." This is echoed in Croft (2001, p. 18), for whom constructions are "pairings of form and meaning that are at least partially arbitrary."

As mentioned before, in this article we are concerned with one type of the XYZ family of constructions, specifically with the subtype containing a proper name as Y and an inanimate or animate NP as X, such as:

(6) *The Bruce Willis of sandwiches. It will ninja kick your stomach, it will fight terrorists, it will reunite your family and cure your lingering toe fungus...*⁶

⁶ Available at <http://freewilliamsburg.com/graham-deli> >. Accessed on 21/10/2010.

(7) Active verbs are the **Bruce Willis of a press release**. They grab the reader, move the action along, and leave a trail of mangled, bleeding corpses in their wake.⁷

(8) Designed to be waterproof (even around the zipper area), too, the Space Case is the **Bruce Willis of the suitcase world**.⁸

(9) *Flamingo Tongue Snail*

The **Bruce Willis of the ocean** suffers no harm and is truly unbreakable. In fact, the snail becomes toxic by absorbs venom from sea fans, much to the demise for their predators.⁹

(10) *Yanis Varoufakis, the Bruce Willis of Greek fiscal policy*¹⁰

Veale (2014) notes a difference between examples like (6-8), where incongruity obtains because an individual Y is used to describe an inanimate X, or an X that is an animal or plant (9), and more conservative examples, such as (10), characterized by analogy as both X and Y are humans. However, there are also instances where both X and Y are inanimate:

(11) *I'm proud of it because Gibson is **the Mercedes of guitars**. It's not just any brand; it's the most high-profile guitar manufacturer in the world.*

(12) *The Bumberide is **the Mercedes of strollers**. There, I said it. We pushed this thing, fully loaded with a kid and all the assorted kid gear we could cram into it, up hills and over grass, through dirt and gravel and nuclear waste (ok, I'm stretching it a bit here), and it performed with extreme awesomeness.*

The XYZ family of constructions

The construction type we are concerned with here is just one in a family of related constructions. A number of researchers have observed that constructions may form a family of related constructions, e.g. the resultative construction can be seen as an intricate network of more specific constructions (cf. GOLDBERG; JACKENDOFF, 2004; PEÑA CERVEL, 2016, 2017). XYZ constructions are also a family of related more specific constructions, some of which are more literal, while some are figurative.

While general affinities within families and their core members at the macro- and the meso-constructional level (TRAUGOTT, 2008a) are relatively well outlined, we know much less about the nitty-gritty details of individual micro-constructions that populate “the bottom of the mental constructicon” (HOFFMAN, 2013, p. 315). We use the term micro-construction in the sense of Traugott (2008a and b), Trousdale (2008), Traugott and Trousdale (2010), i.e. as deeply entrenched, substantive constructions populating the bottom of the mental constructicon.

7 Available at < <https://writegoodtheblog.com/2012/10/>>. Accessed on 26/10/2012.

8 Available at < <https://www.trafalgarc.com/real-word/six-pieces-revolutionary-luggage-will-transform-way-travel/>>. Accessed on 21/10/2019.

9 Available at < <http://awesomeocean.com/top-stories/bizarre-sea-creatures/>>. Accessed on 21/10/2019.

10 Available at < <https://imgur.com/gallery/ZGXOc8w>>. Accessed on 21/10/2019.

In order to shed more light on the relationships between individual micro-constructions in the XYZ family, on the core and peripheral members of the micro-family, and on how this family extends, we first examine some features shared by the construction as a whole as well as those that can be invoked so as to distinguish between members of the family (cf. Brdar 2017).

XYZ constructions have received a lot of attention in cognitive linguistics, from their first mention in works by Turner and Fauconnier. Typical realizations of the construction family exhibit the following constructional schema:

- (13) *Rodney Mullen* is *the Einstein among skateboarders*
X COP Y Z

Where Z can be realized as a possessive expression in the genitive (*of Zs*) or as a prepositional phrase introduced in most cases by the preposition *of*, though other prepositions are also possible (e.g. *among*). In addition to these three elements, Turner and Fauconnier point out that there is also an element W that is normally not mentioned explicitly but which relates to Y in the same way that Z relates to X:

- (14) *Jones is the Ronaldo of MMA, whereas Anderson is Zidane.*
X (Jones) Z (MMA fighting)
Y (Ronaldo) W (football)

Most of the time the element W can easily be inferred, even if it is not explicitly mentioned in the context. In the following example it is explicitly mentioned:

- (15) *Humboldt is the Shakespeare of travelers – as much superior in genius to other travelers as Shakespeare to other poets.*

This construction is ubiquitous and found in many languages. Here we show some examples from German (16-17), Spanish (18-19), and Polish (20-21):

- (16) Doch wie sieht es aus, das perfekte Modell, *der George Clooney oder die Angelina Jolie unter den Taschen*? Die Tasche, die einen Stauraum bietet wie ein Multi-Van, die robust ist wie Rocky...¹¹

“But what does it look like, the perfect George Clooney or the Angelina Jolie among bags? The bag which offers as much space as a multi-van, which is as robust as Rocky...”

- (17) Die Show wird vom mehrfachen Pyrotechnik-Weltmeister Joachim Berner inszeniert – er ist *der Lionel Messi unter den Pyrotechnikern*.¹²

11 Available at <<https://www.schuhstation.de/taschen/aktentasche/>> Accessed on 21/10/2019.

12 Available at <<https://www.stuttgarter-zeitung.de/inhalt.lichterfest-killesberg-lichterfest-der-lionel-messi-der-feuerwerkskunst.c719dcb0-3d35-4a59-bdfa-cc46e4a285bd.html>>. Accessed on 21/10/2019.

“The show is designed by multiple pyrotechnics world champion Joachim Berner – he is the Lionel Messi among pyrotechnicians”

(18) *Estos son los Jordan, Phelp y Messi de los robots*¹³

“These are the Jordans, Phelp and Messi among robots”

(19) *Roberto Innocenti, una de las leyendas vivas de la ilustración, de esos autores increíbles que revolucionaron el género en el último cuarto de siglo XX, es como el Meryl Streep de los libros ilustrados, versátil, impecable en su técnica y profundo en sus recursos y temas.*

“Roberto Innocenti, one of the living legends of book illustration, one of those incredible authors who revolutionized the genre in the last quarter of the 20th century, he is like the Meryl Streep of illustrated books, versatile, impeccable in his technique and profound in his resources and themes”

(20) *Helvetica jest tym w typografii czym Toblerone wśród czekolad.*¹⁴

“Helvetica is in typography what Toblerone is among chocolates”

(21) *Prawda jest taka, że Liebherr to jest mercedes wśród lodówek, ale nawet mercedesy nie są bezawaryjne.*¹⁵

“The truth is that Liebherr is a Mercedes among refrigerators, but even Mercedes is not faultless”

Note the translations of (15) into various languages:

German:

(22) *Humboldt ist der Shakespeare der Reisenden.*

Spanish:

(23) *Humboldt es el Shakespeare de los viajeros.*

Portuguese:

(24) *Humboldt é o Shakespeare dos viajantes.*

Italian:

(25) *Humboldt è lo Shakespeare dei viaggiatori.*

Croatian:

13 Available at <<https://www.mediatrends.es/a/102460/robots-deportistas-robocup-2016-cristiano-ronaldo-lionel-messi-michael-phelps/>>. Accessed on 29/9/2017.

14 Available at <<http://www.postermuseum.pl/wirtualne-muzeum/kolekcja-plakaty-obcego-/5,strona.html>>.

15 Available at <<http://piekielni.pl/10075>>. Accessed on 21/10/2019.

(26) *Humboldt je Shakespeare među putnicima.*

Hungarian:

(27) *Humboldt az utazók Shakespeare-je.*

There are several subtypes. In addition to what we have seen so far, there is also a biclausal variant:

(28) “*Soleimani is to terrorism sort of what Trump is to real estate,...*”¹⁶

X Z Y W

Turner and Fauconnier include here also some subtypes that are more or less perfectly literal:

(29) *Elizabeth II is the queen of England.*

While it is obvious that it structurally follows the pattern, it is also more than obvious that such examples are non-figurative and are therefore of no interest for us here. Actually, X is also of less interest for us, as the real locus of figurative action is Y prep Z.

The XYZ constructions as blends

What all these constructions, however, share according to Turner and Fauconnier, even the most literal ones, is that their meaning arises through blending: “XYZ construction is specialized to evoke blending” (TURNER; FAUCONNIER, 1999. p. 413). This also applies to simple cases, as explained by Steen and Turner (2013):

This XYZ construction has routine everyday uses, as in “Paul is the father of Sally.” It has been analyzed by (Turner 1991, 1998, Fauconnier & Turner 2002). XYZ contains the “y-of” construction. A “Y of” expression prompts us to perform the following operations:

1. Call up an input space for the relational frame containing y (the element named by Y).
2. Construct a blended space.
3. Project from the element y selectively to create an element y’ in the blend.
4. Provide for a w in the input space that will bear an appropriate relationship to y.
5. Project from that element w selectively to create an element w’ in the blend.
6. Project the y-w relationship selectively onto y’-w’ in the blended space.

¹⁶ This example is from Brdar (2017).

7. Provide open-ended connectors from y' and w' in the blend. We expect these connectors to make connections at some point.

8. Expect the open-ended connector from w' in the blend to connect to something picked out by the noun phrase that will follow 'of.'

Veale (2014, p. 16) also believes that these are “double-edged comparisons that can cut both ways, since information inevitably flows in both directions, from Y to X (the real message) *and* from X to Y (the humorous bonus), to meet in the middle to construct a blended mental image.” This interpretation is in our opinion more appropriate in the case of XYZ constructions in which both X and Y denote persons, as in (6), or (just) perhaps if both X and Y denote inanimates. But even then, as we will show, this is not binding.

Veale may be right in the first part of his comment when he talks about “double-edged comparisons that can cut both ways” (2014, p. 16). However, it is not necessarily the case that “information *inevitably* flows in both directions” (ibidem). But even when it does, it does not automatically mean that we are dealing with a case of information meeting “in the middle to construct a blended mental image” (ibidem). Constructions like (6-15) do not involve genuine blending as they are better explained as metaphors based on metonymic paragon models (LAKOFF, 1987, pp. 87-88) or on the member of the category for property metonymy where well-known individuals are metonymically recategorized as a class on the basis of their salient property (KÖVECSES; RADDEN, 1998, p. 54).

It is clear that in (24),

(30) *Is sad singleton Vladimir Putin the Jennifer Aniston of European politics?*¹⁷

The target domain, i.e. Vladimir Putin, gets something from the source domain (Jennifer Aniston). However, on closer inspection, we realize that the source domain does not get any elements of the target domain, i.e. Jennifer Aniston inherits no attributes of Vladimir Putin. In other words, there is no two-way traffic in the sense predicted by the blending theory (as also adopted by Veale): what sentence (30) is about is not a fictive creature resembling both Putin and Aniston at the same time. There is, however, another outstanding property of such examples that goes unmentioned by the proponents of the blending approach. This property can be, as a rule, noticed in most cases in somewhat broader context.

The crucial point is that such constructions are accompanied by some sort of explications that look like ordinary metaphorical mappings that happen to be spelled out. The phenomenon of explication is not unique to our XYZ constructions. It can be found whenever some relatively or absolutely novel elements are introduced. This is the case, for example, when abbreviations are introduced.

¹⁷ Available at <<http://www.independent.co.uk/voices/comment/ghosts-of-christmas-past-what-effect-could-posting-pictures-of-nativity-plays-have-on-the-next-9937919.html>>. Accessed on 1/12/2017.

(31) *Do you have to lift your head to see the computer screen clearly? Do you suffer from a strained neck or shoulder muscles? These are among the most common complaints in today's work place. You are suffering from CVS – **Computer Vision Syndrome**.*

(32) *The soldiers call them **VBIEDs**, pronounced VeeBids, for **vehicle borne improvised explosive device**.*¹⁸

This of course does not apply when abbreviations are used to actually hide meanings in texting:

(33) **MOM** (mother over shoulder), **POS** (parent over shoulder), **PAL** (parents are listening), **PIR** (parent in room), **LMIRL** (let's meet in real life), **IDKWTD** (I don't know what to do), **TWD** (texting while driving), **CTN** (cannot talk now)

Explications in context are also characteristic of (novel) blends:

(34) *So why don't I like **edutainment**? The problem is with the way that creators of today's edutainment products tend to think about learning and education. Too often, they view education as a bitter medicine that needs the sugar-coating of entertainment to become palatable ...*¹⁹

(35) *This season, add versatility to your look with a sweater that's worn as outerwear. Our Seymours River **Swacket** combines the soft comfort of merino wool sweaters with the biker jacket silhouette...*²⁰

Finally, we find the same with similes. As we can see from the following examples with Bruce Willis, in some cases the explications have to do with his role in a particular film, while in some other cases they characterize him in more general terms:

(36) *OpenStack is like **Bruce Willis from the sixth sense**... It just doesn't realize that it's been dead the whole time.*²¹

(37) *But Clark strategist Chris Lehane rightly says that Lieberman is like "**Bruce Willis in The Sixth Sense: He's dead and doesn't know it yet.**"*²²

(38) *The trick is versatility. While his counterpart in this debate specializes on the offensive end, Smart can draw whistles on both sides of the ball, selling the slightest contact to warrant a charge or getting cheap free throws. Smart is like **Bruce Willis--his acting talent is undeniable, but he just never gets the recognition he deserves.***²³

18 Available at <https://www.waywordradio.org/vbied_1/>. Accessed on 1/12/2017.

19 Available at <<https://web.media.mit.edu/~mres/papers/edutainment.pdf>>. Accessed on 1/12/2017.

20 Available at <<https://www.timberland.com/shop/womens-seymours-river-merino-wool-swacket-7664j019>>. Accessed on 1/12/2017.

21 Available at <<https://twitter.com/cxi/status/999668627891601408>>. Accessed on 29/11/2019.

22 Available at <<https://slate.com/news-and-politics/2004/01/wesley-clark-invades-new-hampshire.html>>. Accessed on 4/7/2020.

23 Available at < https://www.silive.com/sports/2019/01/who_would_win_best_actor_in_th.html?Output

(39) *That was exactly what I wanted. You got wounded, you loose skills, you have to try harder. 'It is like Bruce Willis, right? Wounded, bleeding but still fighting back!'*²⁴

(40) *We are talking about Ford. Yes, Ford. If I could compare Ford to a Hollywood actor, I would say it is like Bruce Willis in one of the Die Hard flicks. Although he is hungover and broken, John McClane gets stitched up, pissed off and takes care of business.*²⁵

(41) *Eeezy – didn't we have this exact point made last year by you? I thought I showed you that PAA had made 2-3x operating profits? TBH I can't be bothered to go through all results again to check but maybe the post can be found. PAA is like Bruce Willis, refusing to die and re-living the same scenario year after year.*²⁶

When talking about mappings Kövecses (2002: 12) says that “to know a conceptual metaphor is to know the set of mappings that applies to a given source-target pairing.” It is these mappings that provide much of the meaning of the metaphorical linguistic expressions (or linguistic metaphors) that make a particular conceptual metaphor manifest. Not all mappings are equally important. Kövecses (2000: 83) talks about central as those that relate to the main meaning focus: “Let us call mappings like these *central mappings*. Mappings are central if they map what we have called the main meaning focus of the source (i.e. central knowledge) onto the target.” The explications that we have documented above do not exactly qualify as central or as elements of central knowledge, at least not in all cases.

Why is X the Y of Z? Spelling out the mappings

The figurative bit in our example (30), repeated and expanded here as (42), actually stretches over a larger portion of the text:

(42) *Is sad singleton Vladimir Putin the Jennifer Aniston of European politics? Since splitting with his wife, Lyudmila (VladMila called it a day in June 2013), the **unlucky-in-love** leader has **healed his heart by focusing on his passions** – mainly shirtless horseriding, waging war in Ukraine and predicting the recovery of the rouble. At his annual press conference on Thursday, however, Vlad finally opened up about his heartache. “Everything is fine – do not worry,” he reassured the concerned journalist.*

This paragraph apparently puns on the many relations of Jennifer Aniston after her breakup with Brad Pitt as well as on the fact that she practices yoga and budokan karate. This text does not stop here, but goes on with making fun of politicians because the next paragraph takes up Tony Blair:

Type=amp> Accessed on 30/1/2019.

24 Available at < <https://boardgamesthattellstories.wordpress.com/2013/01/29/are-you-designing-game-you-better-have-vlaada-chvatil-in-your-testing-group/>>. Accessed on 30/11/2019.

25 Available at < <http://www.autospies.com/news/REVIEW-Does-Ford-s-Fiesta-Have-What-It-Takes-To-Be-A-Game-Changer-53790/>>. Accessed on 4/7/2020.

26 Available at < <https://uk.advfn.com/stock-market/london/parallel-media-PAA/share-chat?from=375&page=379>>. Accessed on 4/7/2020.

(43) *Putin is not the only statesman to have been taken off guard by a sudden interest in his love life. The irrelevant yet ubiquitous former PM Tony Blair – the Kerry Katona of European politics? – probably hoped the interview in The Economist would focus on his vision for peace in the Middle East and various charitable endeavours. Alas, all anyone really wants to know is this: was he schtupping Mrs Murdoch or what?*

An important package of information on Kerry Katona is necessary in order to understand this. Kerry Jayne Elizabeth Kay (*née* Katona, formerly McFadden and Croft; born 6 September 1980) is an English singer and media personality best known for her television work, predominantly in light entertainment and reality shows. In 1999, 18-year-old Katona rose to fame as a member of *Atomic Kitten*, an all-female pop trio. After marrying Brian McFadden and taking his surname, Katona moved into television work, appearing on and presenting a mix of light-entertainment programmes such as *Britain's Sexiest...*, *Loose Women*, and *elimiDATE*. She appeared on Lily Savage's *Blankety Blank* in 2001. In February 2004, she won the third series of the British reality TV show *I'm a Celebrity... Get Me Out of Here!* That July, she and McFadden appeared as judges on the RTÉ talent show *You're a Star*, which was used to select the Republic of Ireland's Eurovision Song Contest entry. Between 2007 and 2009, Katona was the subject of three MTV reality shows: *Kerry Katona: Crazy in Love*, *Kerry Katona: Whole Again*, and *Kerry Katona: What's the Problem?* In late 2009, Katona attempted to become a contestant on *Celebrity Big Brother 2010*, but was rejected by the show's executives after she failed the required psychological tests. Katona's latest reality show *Kerry Coming Clean* aired on 24 June 2010. Katona also featured in two series of *Kerry Katona: The Next Chapter*. Katona was a contestant on *Dancing on Ice Series 6* with English ice skater Daniel Whiston. Katona was the first housemate to enter the *Big Brother House* for the 2011 series of *Celebrity Big Brother* alongside Amy Childs and Tara Reid and others. Tony Blair gets here two properties from Kerry Katona: being irrelevant and ubiquitous, but Kerry Katona does not get anything Blair-like.

These explications that we have observed can be sparse, or, on the contrary, very rich, and sometimes even somewhat enigmatic. As for their position, we see that they can come in front of the XYZ construction, or follow it:

(44) *People shove peanut butter, nastily, into too many things. It's an unhealthy obsession. Peanut Butter is the Miley Cyrus of spreadable edibles.*²⁷

Consider now some examples with Lady Gaga as the source domain, with various kinds of explications:

(45) *Red Velvet is the Lady Gaga of layer cakes. Dramatic, over-the-top, in-your-face and artificially colored. You either love it or hate it.*²⁸

²⁷ Available at <<https://comicvine.gamespot.com/forums/battles-7/peanut-butter-vs-jelly-1530845/?page=2>>. Accessed on 22/11/2014

²⁸ Available at <https://www.heraldextra.com/lifestyles/food-and-cooking/recipes/red-velvet-the-lady-gaga-of-cakes-wears-well-during-the-holidays/article_ebcf9e8e-40b6-11e2-9d7b-0019bb2963f4.html>. Accessed on 15/12/2011.

(46) *The Ulster Fry is the Lady Gaga of breakfasts - a terrible thing to behold. It's sort of wrong yet at the same time it gets your attention.*²⁹

(47) *Cornell is the Lady Gaga of the law-school world. Both are white hot, but the explanations behind each's popularity don't fully add up.*³⁰

(48) *Not capable of accepting the "this is the way we've always done it" attitude, **Claudia is the Lady-gaga of the New Zealand Legal Industry, challenging the norm and bringing fresh ideas to add efficiency and flair to a traditional profession.***³¹

What all these examples reveal is that figurative X is Y of Z constructions are most of the time used in authentic discourse in such a way that the speaker provides explications justifying the pairing of X and Y, thus ensuring the basis for achieving intersubjectivity:

(49) *Coriander is the Gwyneth Paltrow of the herb world – some people love it, some people don't.*³²

(50) *Beaches are the Valium of the travel world. They soothe, they relax, they make you realize that "real life" occasionally needs escaping.*³³

We claim that Veale was not entirely wrong. It is actually these explications that “cut both ways,” i.e. apply to both X and Y. They are not typical mappings in formal terms. Normal metaphorical mappings usually do not appear in utterances, but they are more likely to appear in the case of deliberate use of innovative, creative expressions. What they do is not qualify X in terms of properties of Y, at least not always, but rather emphasize (sometimes even hyperbolically) the qualities of Y, which may be well-known and/or obvious, but they simultaneously help strengthen or further build the paragon model of Y by adding fresh pieces of information. This means that we witness a dynamic (re)construal of meaning whereby a paragon model is strengthened or modified, or is just being created from scratch. At the same time, these explications form a basis that provides clues as to how the expressions is to be interpreted, thus helping intersubjectivity.

The role of metonymic paragon models in figurative X is Y of Z constructions

As pointed out by Veale (2014), some XYZ constructions are congruous, while some are incongruous. In the former, X and Y belong to domains that are in an analogous relation, as in (10), where both X and Y refer to human beings (Varoufakis – Bruce Willis). This is also true of (51) and (52) because both X and Y are objects:

29 Available at <<https://fakeplasticsouks.blogspot.com/2017/05/>>. Accessed on 1/7/2017.

30 Available at <<https://www.wsj.com/articles/BL-LB-24576>>. Accessed on 3/2/2010.

31 Available at <<https://www.lawfest.nz/personnel/claudia-king/>>. Accessed on 5/7/2020.

32 Available at <<https://www.movenourishbelieve.com/nourish/pick-of-the-week-a-guide-to-everyday-garden-herbs/>>. Accessed on 14/5/2013.

33 Available at <<https://www.pinterest.com/pin/624663410799069160/>>. Accessed on 29/9/2020.

(51) *Milka is the Mercedes of chocolates*³⁴

(52) *Valrhona, keenly sought by patissiers for its purity, is known as ‘the Ferrari of chocolates’ and available up to 85pc cocoa butter.*³⁵

As can be seen from (51-52), Y is in some cases not accompanied by any explications, and actually appears to need no such explications in order to work. These seem to be genuine examples of the so-called metonymic paragon models. According to Lakoff (1987: 87), a paragon is an individual member or a set of individual members of a category “who represent either an ideal or its opposite.” Needless to say, paragons can be based not only on humans, but also on organizations and inanimate objects.

A paragon model is essentially metonymic (just like stereotypes, etc.) as an ideal member of a category stands for the whole category. Barcelona (2003, 2004: 364) improves on Lakoff’s analysis as he demonstrates that the model is based on two metonymies, first the name of the bearer of a given outstanding property comes to stand for the property in question, which is followed by the ideal member of a category for the whole category. Thus, the paragon *Shakespeare* that we have seen before stands for the class of writers that have an immense literary talent. As a result, *Shakespeare* becomes a class name and is in part coded as a common noun as far as its grammatical behaviour is concerned.

As pointed out in Brdar and Brdar-Szabó (2007), the axiological notions ‘best of’ and ‘worst of’ as the most problematical in the paragon model arise in another metonymic tier due to the imposition of a scalar model (Israel 1997, 1998) on these contrastive properties. The scalar model allows the metonymic mappings of the type WHOLE SCALE FOR UPPER/LOWER END OF SCALE (cf. RADDEN; KÖVECSSES, 1999, p. 32), whereby the property is interpreted as being exhibited to the maximum, either in the positive or negative sense. The scalar model and this type of metonymy have been shown to motivate a number of hyperbolic expressions in Brdar-Szabó and Brdar (2010), but also lexical reduplications (BRDAR; BRDAR-SZABÓ, 2011) as well as some intensifying adjective compounds (BRDAR; BRDAR-SZABÓ, 2013).

The constructions in most of our examples, however, seem to be creative, novel expressions. It could be hardly claimed that Ys in these examples have already attained the status of anything close to paragons in the above sense – there is simply no unique property with which they could be identified. Rather, speakers seem to engage in creating an ad hoc quasi-paragon model, the reasons for which (mostly ephemeral) are typically explicitly stated in the context. In a manner of speaking, these are attempts at creating some cultural models that are open and dynamically structured in the sense they do not preclude revisions and additions. Consider how Jennifer Anniston is characterized in a blog, effectively creating a kind of a model:

34 This example is from Brdar (2017).

35 Available at < <https://www.independent.ie/life/food-drink/heres-to-an-easter-full-of-chocolate-26644577.html>>. Accessed on 29/3/2010.

(53) *If I were in a stressful laboratory situation — part of some study with a circular web of EEGs attached to my head — and scientists made me look at photos of Jennifer Aniston, I feel my heart rate would slow to a relaxed pace. The electrical activity along my scalp would tranquilize with the comfort of Jennifer Aniston’s taut smile and swimming pool colored eyes. We’ve known Jennifer Aniston’s face for a long time now; can conjure it as quickly as a childhood phone number, as our own belly-buttons.*

Jennifer Aniston is a brand sold to us in a way that is vague enough for mass-consumption. She is a perpetual Woman in Her Thirties. She is the idea of doing yoga in your living room (sans DVD). She is that thing of drinking six to eight glasses of water a day. Or she is a symbol of a woman broken-hearted; “Jen: I can’t stop loving Brad.” Jennifer Aniston is flattened so that we can project people we know or believe that we are onto her; because as humans we can never see the thing we are looking at but only how it reflects ourselves back.³⁶

The following examples with Gwyneth Paltrow and Monica Lewinsky reflect in their mapping-like comments some of the popular beliefs about them:

(54) *But **carrots**? They’re just out there, shrieking, “Hi, we’re some carrots! Love us for it!” They never have to prove themselves. They are **the Gwyneth Paltrow of the food world**. They’d make the most stylish vegetable list, even wearing a pink ballgown three sizes too big.³⁷*

(55) ***The mushroom-stuffed ravioli was the Gwyneth Paltrow of pastas: smooth, blond and lightweight, paired with white asparagus spears, poached quail eggs...***³⁸

(56) *Small Car. **BMW Mini Cooper. The Gwyneth Paltrow of small cars: racy, stylish, and oh, so fashionable.***³⁹

(57) *Indeed, this is **the Monica Lewinsky of burgers: Oversized, juicy, a little messy, a burger that you know you should resist, but you simply can’t.***⁴⁰

(58) *While John Sprung, television executive at Paramount studios said: “This has turned out to be **the Monica Lewinsky of digital television. Everybody knows the truth; nobody cares enough to do anything about it.**”⁴¹*

Metaphorically speaking, they are as open as Wikipedia, anybody can contribute her or his bit, which is always open to revision by other participants in the project. While paragons may be said to belong to offline, archived collective memory, these quasi-paragons are part of

36 Available at < <https://thoughtcatalog.com/rachel-r-white/2013/04/arent-we-all-jennifer-aniston/>>. Accessed on 16/11/2019.

37 Available at < <https://hotelsongs.tumblr.com/post/16138163914/i-think-a-man-ought-if-he-can-help-it-to-behttps://thoughtcatalog.com/rachel-r-white/2013/04/arent-we-all-jennifer-aniston/>>. Accessed on 15/ 11/ 2019.

38 This example is from Brdar (2017).

39 This example is from Brdar and Brdar-Szabó (2007: 137).

40 Available at < <https://www.newsweek.com/american-beat-bills-burgers-127013>>. Accessed on 8/7/2006.

41 Available at < https://www.tech-notes.tv/Archive/tech_notes_053.htm >. Accessed on 8/7/2006.

online collective memory that must be kept alive unless it perishes or gets transformed into something more permanent.

Concluding remarks

It has been suggested that figurative XYZ constructions are “double-edged comparisons that can cut both ways, since information inevitably flows in both directions, from Y to X (the real message) *and* from X to Y (the humorous bonus), to meet in the middle to construct a blended mental image.” Although these constructions seem at first sight to be very good candidates for an analysis based on conceptual integration we have provided evidence that they do not involve genuine blending and that they are better explained as metaphors based on metonymic paragon models, and actually progressing towards a paragon status.

Authentic discourse data indicates that speakers very often provide explications guiding the listener towards the intended interpretation. What these explications do is not qualify X in terms of properties of Y, at least not always, but rather emphasize (sometimes even hyperbolically) the qualities of Y, which may be well-known and/or obvious, but they simultaneously help strengthen or further build the paragon model of Y by adding fresh pieces of information. This means that we witness a dynamic (re)construal of meaning whereby a paragon model is strengthened or modified, or is just being created from scratch. Speakers engage in creating ad hoc quasi-paragon models, the reasons for which (mostly ephemeral) are typically explicitly stated in the context. In a manner of speaking, these are attempts at creating some cultural models open to revisions and additions. At the same time, these explications form a basis that provides clues as to how the expressions is to be interpreted, thus helping intersubjectivity.

The humorous effect is in part due to the unexpected pairing of two entities, but not to any sort of clash of their properties in the blended space, which is a common place in analyses carried out along the lines of the blending theory. This humorous effect stems from the fact that the expectation that paragons should evoke some property of stellar importance (something memorable, essential which marks the referent as either best or worst in its category) is actually not fulfilled, as the explications usually point out something trivial, ephemeral, often negative.

References

BARCELONA, A. Names: A metonymic “return ticket” in five languages. *Jezikoslovlje*, v. 4, pp. 11–41, 2003.

BARCELONA, A. Metonymy behind grammar: The motivation of the seemingly “irregular” grammatical behavior of English paragon names. In: RADDEN, G.; PANTHER, K.-U. (eds.). *Studies in linguistic motivation*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004, p. 357–374.

BARNDEN, J. Metaphor and irony: messy when mixed. In: SOARES DA SILVA, A. (ed.), *Figures: Intersubjectivity and usage*. Amsterdam: John Benjamins, fc.

BRDAR, M. Intensification and metonymy in some XYZ constructions: From the Bible to Einstein. *LaMiCus – Language, Mind, Culture and Society*, 1, p. 110–134, 2017.

BRDAR, M. Intensification and metonymy in some XYZ constructions: From the Bible to Einstein. *LaMiCus – Language, Mind, Culture and Society*, 1, p. 110–134, 2017.

BRDAR, M.; BRDAR-SZABÓ, R. Metonymic coding of linguistic action in English, Croatian and Hungarian. In: PANTHER, K.-U.; THORNBURG, L. (eds.). *Metonymy and pragmatic inferencing*. Amsterdam: John Benjamins, 2003, p. 241–266. <https://doi.org/10.1075/pbns.113.17brd>

BRDAR, M.; BRDAR-SZABÓ, R. When Zidane is not simply Zidane, and Bill Gates is not just Bill Gates: Or, Some thoughts on online construction of metaphonymic meanings of proper names. In: RADDEN, G.; KÖPCKE, K.-M.; BERG, TH.; SIEMUND, P. (eds.), *Aspects of meaning construction*. Amsterdam: John Benjamins, 2007, p. 125–142. <https://doi.org/10.1075/z.136.09brd>

BRDAR, M.; BRDAR-SZABÓ, R. Intensification of adjectives and adverbs by means of reduplication in Germanic, Romance, Slavic and Finno-Ugric languages. In: OEBEL, G. (ed.), *Intensivierungskonzepte bei Adjektiven und Adverbien im Sprachenvergleich. Crosslinguistic Comparison of intensified adjectives and adverbs*. Hamburg: Verlag Dr. Kovač, 2011, p. 293–344.

BRDAR, M.; BRDAR-SZABÓ, R. Some reflections on metonymy and word-formation. *ExELL. Explorations in English Language and Linguistics*, v. 1, p. 40–62, 2013.

BRDAR-SZABÓ, R.; BRDAR, M. “Mummy, I love you like a thousand ladybirds”: Reflections on the emergence of hyperbolic effects and the truth of hyperboles. In: BURKHARDT, A.; NERLICH, B. (eds.), *Tropical truth(s). The epistemology of metaphor and other tropes*. Berlin: Walter de Gruyter, 2010, p. 383–427.

CROFT, W. *Radical construction grammar: Syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

FAUCONNIER, G.; TURNER, M. Conceptual integration networks. *Cognitive Science*, v. 22, p. 133–187, 1998.

FAUCONNIER, G.; TURNER, M. *The way we think: Conceptual blending and the mind's hidden complexities*. New York: Basic Books, 2002.

GOLDBERG, A. *Constructions: A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

GOLDBERG, A.; JACKENDOFF, R. The English resultative as a family of constructions. *Language*, v. 80, p. 532–568, 2004.

GRICE, H. P. Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. (eds.). *Syntax and semantics*, Volume 3. New York: Academic Press, 1975, p. 41–58.

GYŐRI, G.; HEGEDŰS, I. A cognitive approach to the methodology of semantic reconstruction: The case of Eng. *chin* and *knee*. In: Allan, K.; Robinson, J. A. (eds.), *Current methods in historical semantics*. Berlin: de Gruyter Mouton, 2011, p. 313–333.

HOFFMANN, TH. Abstract phrasal and clausal constructions. In: HOFFMANN, TH.; TROUSDALE, G. (eds.). *The Oxford handbook of construction grammar*. Oxford: Oxford University Press 2013, p. 307–328.

ISRAEL, M. The scalar model of polarity sensitivity. In: FORGET, D.; HIRSCHBÜHLER, P.; MARTINEAU, F.; RIVERO, M. L. (eds.). *Negation and polarity: Syntax and semantics*. Amsterdam: John Benjamins, 1997, p. 209–229.

ISRAEL, M. *The rhetoric of grammar: Scalar reasoning and polarity sensitivity*. Ph.D. Dissertation, U.C. San Diego, 1998.

KÖVECSES, Z. The scope of metaphor. In: Barcelona, A. (ed.), *Metaphor and metonymy at the crossroads: A cognitive perspective*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000, p. 79–92.

KÖVECSES, Z. *Metaphor: A practical introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

KÖVECSES, Z.; RADDEN, G. Metonymy: Developing a cognitive linguistic view. *Cognitive Linguistics*, v. 9, n. 1, p. 37–77, 1998. <https://doi.org/10.1515/cogl.1998.9.1.37>

LAKOFF, G. *Women, fire, and dangerous things. What categories reveal about the mind*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

LANGACKER, R. W. *Grammar and Conceptualization*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1999.

LEE, D. *Cognitive linguistics: An introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

PANTHER, K.-U. The role of conceptual metonymy in meaning construction. In: RUIZ DE MENDOZA, F. J.; PEÑA CERVEL, S. (eds.), *Cognitive linguistics: Internal dynamics and interdisciplinary interaction*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2005, p. 353–386.

PANTHER, K.-U.; THORNBURG, L. A cognitive approach to inferencing in conversation. *Journal of Pragmatics*, v. 30, n. 6, p. 755–769, 1998. [https://doi.org/10.1016/S0378-2166\(98\)00028-9](https://doi.org/10.1016/S0378-2166(98)00028-9)

PANTHER, K.-U.; THORNBURG, L. The potentiality for actuality metonymy in English and Hungarian. In: PANTHER, K.-U.; RADDEN, G (eds.), *Metonymy in language and thought*. Amsterdam: John Benjamins, 1999, p. 333–357.

PEÑA CERVEL, M. S. Argument structure and implicational constructions at the crossroads. *Review of Cognitive Linguistics*, v. 14, p. 474–497, 2016.

PEÑA CERVEL, M. S. Revisiting the English resultative family of constructions: A unifying account. In: RUIZ DE MENDOZA IBÁÑEZ, F. J.; LUZONDO OYÓN, A.; PÉREZ SOBRINO, P. (eds.). *Constructing families of constructions: Analytical perspectives and theoretical challenges*. Amsterdam: John Benjamins, 2017, p. 175–204.

RADDEN, G.; KÖVECSES, Z. Towards a theory of metonymy. In: PANTHER, K.-U.; RADDEN, G. (eds.). *Metonymy in language and thought*. Amsterdam: John Benjamins, 1999, p. 17–59.

REDDY, M. J. The conduit metaphor: A case of frame conflict in our language about language. In: ORTONY, A (ed.), *Metaphor and thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979, p. 284–324.

REDDY, M. J. The conduit metaphor: A case of frame conflict in our language about language. In ORTONY, A. (ed.), *Metaphor and thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, p. 164–201.

STEEN, F.; TURNER, M. Multimodal construction grammar. In: Borkent, M.; Dancygier, B.; Hinnell, J. (eds.), *Language and the creative mind*. Stanford: CSLI Publications, 2013, p. 255–274.

THORNBURG, L., & PANTHER, K.-U. Speech act metonymies. In: LIEBERT, W.-A.; REDEKER, G.; WAUGH, L. R. (eds.). *Discourse and perspective in cognitive linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1997, p. 205–219.

TOMASELLO, R. L. *The cultural origins of human cognition*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

TRASK, R. L. *Historical linguistics*, London: Arnold, 1996.

TRAUGOTT, E. C. The grammaticalization of NP of NP patterns. In: BERGS, A.; DIEWALD, G. (eds.). *Constructions and language change*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2008, p. 23–45.

TRAUGOTT, E. C. ‘All that he endeavoured to prove was ...’: on the emergence of grammatical constructions in dialogical contexts. In: KEMPSON, R.; COOPER, R. (eds.). *Language change and evolution*. London: Kings College Publications, 2008, p. 143–177.

TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. Gradience, gradualness and grammaticalization: how do they intersect? In: TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. (eds.), *Gradience, gradualness and grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 2010, p. 19–44.

TROUSDALE, G. Constructions in grammaticalization and lexicalization: evidence from the history of a Composite Predicate Construction in the history of English. In: TROUSDALE, G.; GISBORNE, N. (eds.). *Constructional approaches to English grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2008, p. 33–67.

TURNER, M. *Reading minds. The study of English in the age of cognitive science*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1991.

TURNER, M. Figure. In: KATZ, A.N.; CACCIARI, C.; GIBBS, R.W. JR. (eds.). *Figurative language and thought*. New York: Oxford University Press, 1998, p. 44–87.

TURNER, M; FAUCONNIER, G. A mechanism of creativity. *Poetics Today*, v. 20, n. 3, p. 397–418, 1999.

VEALE, T. The ABCs of XYZs: Creativity and conservativity in humorous epithets. In: MANJALY, J.; INDURKHYA, B. (eds.) *Cognition, experience, and creativity*. New Delhi: Orient Blackswan, 2014, p. 135–154.

VERHAGEN, A. Subjectification, syntax, and communication. In: Stein, D.; Wright, S. (eds.). *Subjectivity and subjectivisation: Linguistic perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 103–128.

VERHAGEN, A. *Constructions of intersubjectivity. Discourse, syntax, and cognition*. Oxford: Oxford University Press, 2005.



PROVOCAÇÕES MORFOLÓGICAS À GRAMÁTICA COGNITIVA

MORPHOLOGIC PROVOCATIONS TO COGNITIVE GRAMMAR

Janderson Lemos de Souza¹

RESUMO

Este artigo discute motivações semânticas sobre a morfologia nos termos da gramática cognitiva, modelo da linguística cognitiva. Para tanto, recupera as distinções entre *coisa e relação, tipo e instância, autonomia e dependência, analisabilidade e composicionalidade*, tendo em vista demonstrar que a morfologia tem lugar desde o início do modelo e defender a articulação entre a formação de significados e a formação de palavras com base na polissemia. O enfoque no uso criativo das construções (produtividade) implica deslocar a prioridade de um processo cognitivo de domínio geral, a esquematização, para um processo cognitivo de domínio específico, a instanciação. A principal conclusão é que a noção de interface morfologia-semântica é menos adequada ao modelo que a concepção da morfologia como uma das manifestações da semântica.

PALAVRAS-CHAVE: Morfologia; Semântica; Gramática Cognitiva; Linguística Cognitiva.

ABSTRACT

This paper addresses semantic motivations to morphology in the terms proposed by cognitive grammar, a model of cognitive linguistics. For such, it recapitulates the distinctions thing vs relation, type vs instance, autonomy vs dependence, analyzability vs. compositionality. The main aim is demonstrating that morphology is present since the beginning of the model and defending the articulation between meaning-formation and word-formation on the basis of polysemy. The focus on the creative use of constructions (productivity) implies the shift of priority from a domain-general cognitive process (schematization) to a domain-specific cognitive process (instantiation). The primary conclusion is that the so-called morphology-semantics interface is less adequate to the model than the conception of morphology as one the manifestations of semantics.

KEYWORDS: Morphology; Semantics; Cognitive Grammar; Cognitive Linguistics.

¹ Professor do Departamento de Letras (área de Estudos da Linguagem) e do Programa de Pós-graduação em Letras (área de Estudos Linguísticos) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). E-mail: janderson.souza@unifesp.br



Delimitando a questão

Este artigo parte da afirmação de que:

Morphology has never been a focus in Cognitive Grammar (CG), but neither has it been ignored. A wide range of morphological problems, issues, and phenomena have been addressed in general presentations of the framework and in its application to particular languages. The CG approach to morphology follows directly from certain fundamental principles: dynamicity; the usage-based approach; the functional basis of language; and structure residing in flexible assemblies. (LANGACKER, 2019, p. 1)

Meu objetivo é demonstrar que a gramática cognitiva tem feito bem mais que não ignorar a morfologia, exatamente porque ajusta aos fundamentos da linguística cognitiva o tratamento a questões que o lexicalismo gerativo formulou de maneira original na história da linguística, especialmente aos processos de formação palavras. Isso se dá, inclusive, com a preservação de termos, como *lexema* e *item lexical*, ressaltada a rejeição à autonomia forte da sintaxe, o que confere aos termos e às questões outro olhar epistemológico, em que a semântica não é um adorno, e sim a razão de ser da gramática.

A posição defendida é que não somente a gramática cognitiva não ignora a morfologia, como é o modelo da linguística cognitiva que mais atenção dispensa à morfologia. Não por acaso, Basilio (2010), ao cotejar a abordagem gerativa e a abordagem cognitiva à formação de palavras, se restringe às proposições da gramática cognitiva. No entanto, minha adesão crítica me leva a identificar pontos em que o modelo incorre na agenda que ajudou a superar.

Em Lemos de Souza (2010), adoto a gramática cognitiva para propor um tratamento à formação de substantivos a partir de verbos, em particular, e à formação de palavras, em geral, tratamento que depende da ampliação do papel da polissemia no modelo. Neste artigo, mantenho a proposta e pretendo ir além: explicitar que a proposta mira num nível de especificidade maior que o privilegiado pelo modelo, razão por que parece faltar à gramática cognitiva o devido espaço à morfologia.

Na afirmação de partida, vemos que Langacker (2019) submete o tratamento de questões morfológicas a princípios fundamentais, tais como a abordagem baseada no uso. Deixando de lado a apropriação do “baseado no uso” pela linguística funcional, oponho-me à crítica segundo a qual a gramática cognitiva nunca implementou o que sempre professou: amparar suas análises em dados do uso, e não em dados de introspecção.

A razão que identifico para tal fato é que o modelo sempre teve em vista o significado construcional, o *construal* imposto por uma construção, e não o significado do item lexical. O ponto aqui é que “A constructional schema’s semantic pole constitutes a **constructional meaning**, the schema’s contribution to the overall meaning of composite expressions” (LANGACKER, 2009, p. 14).

Ressalte-se que o modelo dá margem a que o termo *construção* seja associado a dois diferentes níveis de generalidade:

In CG, grammatical patterns are represented by means of schemas. A **construction** is defined as either an expression (of any size), or else a schema abstracted from expressions to capture their commonality (at any level of specificity). Expressions and the patterns they instantiate are thus the same in their basic nature, differing only in degree of specificity. (LANGACKER, 2009, p. 2)

O “esquema abstraído de expressões” remete a um dos processos de domínio geral caracterizados pelo modelo: esquematização. As expressões remetem à direção oposta, em que esquemas são preenchidos: trata-se de instanciação, que, num modelo que visa à generalidade, não corresponde a um processo cognitivo de domínio geral e guarda relação direta com o que o lexicalismo gerativo define como produtividade. Aliás, *produtividade* é um dos termos preservados pela gramática cognitiva.

Pelos mesmos motivos que informam este artigo, Almeida, Lemos de Souza e Kewitz (2018) distinguem entre *construção*, *expressão*, *esquema* e *molde*. Construção em relação à unidade da gramática, esquema em relação ao resultado da esquematização (de baixo para cima), expressão em relação ao esquema preenchido via instanciação (de cima para baixo) e molde em relação à disponibilidade cognitiva para a formação de expressões (produtividade).

Naquela publicação, tratamos da formação de preposições complexas e postulamos dois moldes: preposição + substantivo + preposição (PSP) e preposição + advérbio + preposição (PAP). Ainda não tínhamos nos detido nos exemplos que a literatura oferece de preposições formadas com advérbios, como “em cima de”, “embaixo de” e “acerca de” (cf. Castilho, 2010, p. 588). Em Kewitz, Almeida e Lemos de Souza (2020), flagramos um lapso despercebido pela tradição ao demonstrarmos que “cima” e “cerca” são substantivos e “baixo” um adjetivo em função de substantivo para ser o escopo de uma preposição. Do contrário, teríamos afirmado, em Almeida, Lemos de Souza e Kewitz (2018), que há tão-somente o molde PSP, o que reforça a conclusão de que a classe das preposições não é de todo fechada por incluir uma classe aberta.

A necessidade de distinguir entre esquemas e moldes se deve exatamente à independência entre a esquematização como processo de domínio geral e a instanciação como processo de domínio específico. Por exemplo, expressões como “calvície”, “imundície” e “planície” deflagram a esquematização de [A + ície]. A indisponibilidade de [A + ície] para a formação de novas expressões revela que se trata de um esquema, e não de um molde. Já expressões como “velhice”, “chatice” e “burrice” deflagram a esquematização de [A + ice]. A disponibilidade de [A + ice] para a formação de novas expressões revela que se trata de um esquema (produto da esquematização) e de um molde (disponível para a instanciação).

A propósito, dado o número finito das unidades reais que correspondem a [A + ície] em contraste com o número infinito das unidades potenciais que correspondem a [A + ice], a

suplantação da construção improdutiva pela produtiva caracteriza mais um exemplo da atuação da morfologia na mudança da língua. Ao longo deste artigo, tal atuação será associada à instanciação de uma construção por uma unidade morfológicamente complexa, numa sucessão de camadas morfológicas.

Aqui enfatizo que a falta de atenção à generalidade do esquema (tipo) e à especificidade da expressão (instância) é o que leva à cobrança – que considero indevida – ao modelo por dados do uso. Afinal, os dados reunidos num *corpus* serviriam ao levantamento de expressões, esquemas preenchidos, enquanto o significado construcional se situa nos esquemas não preenchidos. O que une esquemas e expressões é que:

Both specific expressions and abstracted schemas are capable of being entrenched psychologically and conventionalized in a speech community, in which case they constitute established **linguistic units**. Specific expressions with the status of units are traditionally recognized as lexical items. More schematic units correspond to what is traditionally regarded as grammar. The difference, though, is a matter of degree, and in CG these form a continuum. (LANGACKER, 2009, p. 2)

Em outras palavras, é a rotinização que confere status de unidade a esquemas e expressões, e a rotinização é um fenômeno inerente ao uso. Portanto, a ausência de dados do uso na gramática cognitiva não apenas não trai o projeto de modelo baseado no uso, como propicia a articulação entre a linguística cognitiva e a linguística de corpus, especialmente no que diz respeito à quantificação das colocações a partir das quais os esquemas são apreendidos. Seguindo a metodologia adotada pela gramática cognitiva, a introspecção é adotada na análise dos dados neste artigo (cf. Gibbs Jr., 2006).

Meu interesse no significado lexical explica por que, em Lemos de Souza (2010), não desdubro o significado das construções [V + ção] e [V + mento] nos elementos previstos pelo modelo: especificidade, foco, proeminência e perspectiva. Lá e na última seção deste artigo, defendo a tese segundo a qual a instanciação de uma construção é motivada, não só mas sobretudo, pela polissemia.

Recuperando distinções

Exposto o entendimento de que a gramática cognitiva é um modelo baseado no uso que não se dedica ao levantamento de expressões, e sim ao polo semântico das construções, sejam elas disponíveis ou indisponíveis para a formação de novas expressões, retome-se do modelo outro processo de domínio geral: categorização. Graças a ele, língua e mundo oferecem experiências a categorizar, sendo as palavras um dos tipos de fenômenos a distribuir em categorias.

No âmbito da língua, a categorização é considerada o processo que resulta, não só mas também, em polissemia. Soares da Silva (2006) enfatiza que é a categorização que constitui

o caráter qualitativo da polissemia, concebida, por conseguinte, como categorização de significados. A tarefa de identificar que significados levam a que significados por meio da mudança de perspectiva, da incidência da metáfora ou da atuação da metonímia, rastreando a categorização, como o autor faz quanto ao verbo “deixar”, não se confunde com a identificação da polissemia como um estado de coisas estabelecido, sendo este o expediente adotado neste artigo.

Passo, então, às distinções que a gramática cognitiva formula, tendo em vista associar a polissemia como uma das motivações à formação de palavras. Começo pela distinção entre *tipo* e *instância*.

Na seção anterior, o que se viu Langacker (2009, p. 2) fazer com o conceito de construção foi exatamente permitir seu entendimento como tipo (esquema) ou instância (expressão). Meu emprego do modelo é que inclui a defesa de que construção seja entendida como tipo, tendo em vista evitar que se conceba um modelo baseado no uso apenas como um modelo que cuida de instâncias.

A distinção entre *tipo* e *instância* permite entender outra, entre léxico e gramática: “(...) **lexicon** can be characterized as residing in fairly specific symbolic assemblies, and **grammar** in more schematic ones” (LANGACKER, 2008, p. 22). Novamente, o nome do modelo se revela autoexplicativo quanto ao seu compromisso com a generalidade. Daí, como visto, o significado construcional ser mais geral que o significado lexical e ser o que interessa ao modelo.

Os tipos, por sua vez, só se distinguiram entre morfológicos e sintáticos uma vez instanciados:

All of this holds for both morphological and syntactic patterns. If we wish to make a distinction, we can do no better than follow the tradition of drawing the line at the level of the word. **Morphology** is then described by schematic assemblies (like *N+less*) whose instantiations are no larger than words, and **syntax** by assemblies (like *N₁+less N₂*) with multiword instantiations. (LANGACKER, 2008, p. 24)

Aqui se poderia acusar o modelo de incorrer em circularidade por isolar a instanciação como critério para a distinção entre morfologia e sintaxe e por apelar para um subproduto indesejável do lexicalismo gerativo, o conceito de palavra (cf. Lemos de Souza, 2013). A circularidade estaria em ignorar que [N + less] é um esquema abstraído de uma palavra enquanto [N₁ + less N₂] é um esquema abstraído de mais de uma palavra como efeito do processo de esquematização. Não é, portanto, a instanciação desses esquemas que revelará que um é morfológico e outro é sintático.

A meu ver, o modelo promove um salto explanatório ao abandonar o conceito de palavra e adotar o status de unidade, permitindo a distinção entre morfologia e sintaxe sem isolar a instanciação, e sim apontando a alternância entre a instanciação e a esquematização. Como

pretendo desenvolver na seção 4 deste artigo, a instanciação é o processo de domínio específico que permite tratar a produtividade como um fenômeno semanticamente motivado, com consequências fonológicas.

Outra distinção que recupero é entre *autonomia* e *dependência*. A assimetria ou o alinhamento A/D está presente desde a origem da gramática cognitiva.

Para Langacker (1987):

On the basis of this analysis, we expect A/D asymmetry and the stem/affix distinction to be more tenuous in composite forms where neither morpheme can occur alone. An example is provided by the large family of forms having *re-*, *ex-*, *trans-*, *per-*, *de-*, etc. as initial elements, and *-ceive*, *-port*, *-fer*, *-duce*, *-tain*, etc. as final elements (e.g. *receive*, *pertain*, *export*, *deduce*, *transfer*). Despite their limited semantic analyzability, speakers can segment these forms into structurally significant subparts because of the many combinations observed. (p. 360)

Aqui as noções de radical e afixo, legadas pela tradição, com a qual, como vimos na citação anterior, a gramática cognitiva concorda em diferentes pontos, são caracterizadas pela autonomia e pela dependência. Entretanto, mais importante que classificar formas como radicais ou afixos me parece a condição de elemento variável (autônomo) ou invariável (dependente) em cada construção.

Para Langacker (2008):

Elaboration sites point to a fundamental aspect of linguistic organization. They indicate that certain structures, by their very nature, do not stand alone but require the support of others – they are dependent on other, more autonomous structures for their own manifestation. Thus dependent structures cannot be described independently, in their own terms, but only in relation to the autonomous structures that support them. As a consequence, a dependent structure refers schematically to an autonomous, supporting structure as an intrinsic aspect of its own characterization. This schematic substructure functions as an e-site when the dependent structure combines with an autonomous one.

The asymmetry between autonomous and dependent components, referred to as A/D-alignment, is a general feature of language design. (p. 199)

Aqui, o alinhamento A/D é associado ao próprio desenho da linguagem, sem exclusividade a radicais e afixos. Retomando o exemplo [N + *less*], o variável N se caracteriza pela autonomia enquanto o invariável *less* se caracteriza pela dependência, sem recair na discussão sobre *less* ser um sufixo mas sem embargo a que se pergunte por que *less* veio a ser o elemento fixo na construção [N + *less*], o que propicia o emprego diacrônico da gramática cognitiva.

Em Langacker (2019), a manifestação mais recente do modelo, dedicada exatamente ao lugar da morfologia:

More usual is for the components of complex words to exhibit the asymmetry reflected in the labels **stem** and **affix**. These can be characterized in terms of fundamental notions of CG (Tuggy 1992). Key factors are **autonomy/dependence** and the abstraction of units from usage events. (p. 11)

Como se vê, o autor retoma a associação entre o alinhamento A/D e a morfologia, reforça que o processo de esquematização opera no uso da língua e resgata o nexo entre ser um radical e ser autônomo e ser um afixo e ser dependente.

Para explicar por que esse é um dos pontos em que o modelo incorre em dificuldades que ele mesmo permite superar, passo à distinção entre *coisa* e *relação*. Ela se soma à articulação entre ser um radical e ser autônomo, de um lado, e ser um afixo e ser dependente, de outro, na medida em que ser um radical implica autonomia por destacar uma coisa enquanto ser um afixo implica dependência por destacar uma relação.

At the semantic pole, a prime example of unipolar A/D-alignment is the distinction between things and relationships. For typical cases (and with certain oversimplifications), we can say that things are conceptually autonomous and relationships are dependent. It is possible for a physical entity (e.g. a rock, a table, or a cat) to be conceptualized in and of itself, without its relationship to other objects being invoked in any crucial or salient way. By contrast, a relationship is conceptually dependent on its participants. (LANGACKER, 2008, p. 200)

Aqui opto por não recapitular os conceitos desde a origem do modelo porque não identifico oscilação em sua aplicação. Nesta seção, dedicada a distinções que me parecem cruciais para o entendimento da gramática cognitiva, em geral, e de sua abordagem à morfologia, em particular, recupero a distinção entre *coisa* e *relação* tendo em vista acompanhar o raciocínio segundo o qual o destaque (*profile*) é uma das dimensões semânticas de toda e qualquer construção.

Tal distinção é aplicada tanto, como visto acima, à distinção entre radical e afixo, num expediente que considero excusado, quanto à definição das classes de palavras, num expediente que considero contribuir para a abordagem integrada anunciada por Langacker (1987).

Much the same is true for classes defined semantically. What makes something a noun, for example, is not that it bears any special label, or is found on a list of category members that have to be learned as such. What makes it a noun is rather an intrinsic aspect of its meaning: the fact that it profiles a thing. In similar fashion, the count/mass distinction depends on whether this thing is construed as being bounded, and the common/proper distinction depends on whether the specified type is conceived as having multiple instances (fig. 10.3). (LANGACKER, 2008, p. 336)

Nesta apropriação do modelo, com vistas a ressaltar a condição da morfologia como manifestação das motivações semânticas que organizam toda a gramática, sem os embaraços criados por teorias contra as quais a linguística cognitiva se insurge, rejeito a articulação radical/autonomia vs afixo/dependência e preservo a articulação coisa/autonomia vs relação/

dependência. Somente assim me parece possível todo o debate sobre palavras se converterem em afixos ou sobre afixos se converterem em palavras ceder espaço à investigação sobre as motivações semânticas para uma relação se converter em coisa ou uma coisa em relação. Isso nos leva de volta à exploração diacrônica do modelo.

Silva (2019), em seu estudo sobre a construção [multi + S], que se instancia em expressões como “multiletramento” e “multiprocessador”, demonstra que “multi” remete ao adjetivo latino “*multus*” na origem de um percurso histórico que culmina em sua condição de elemento fixo da construção [multi + S] do português. Com isso, a autora contorna a discussão sobre o que é um radical ou um afixo em prol de uma discussão sobre as razões para uma construção ter um elemento fixo e um elemento variável: o elemento fixo contribui para o significado construcional (relativo ao esquema) enquanto o elemento variável contribui para a produtividade da construção (relativa ao molde).

Mantidas categorias como palavra, radical e afixo, a distinção entre coisa e relação tolhe o poder explicativo do modelo:

An expression's grammatical category is determined by the nature of its profile (Langacker 1987a: chs. 5-7, 1987b). A noun profiles a thing (abstractly defined), as does a nominal. A verb profiles a process, as does a finite clause. A process is characterized as a relationship apprehended by tracking its development through time. Adjectives, adverbs, and prepositions profile various kinds of relationships that are non-processual. (LANGACKER, 2009, 111-112)

Isso porque, se adjetivos destacam uma relação e afixos são afixos porque destacam uma relação, então a deriva do adjetivo latino “*multus*” a elemento fixo da construção portuguesa [multi + S] tem de ser descrita como uma evolução de relação a relação tão-somente, sem se distinguir da formação de um adjetivo a partir de verbo ou de verbo a partir de adjetivo. O mais relevante é a evolução de elemento variável e, conseqüentemente, disponível para instanciar diferentes construções do latim a elemento fixo e, conseqüentemente, constitutivo do *construal* da construção [multi + S] do português: um elemento é variável para viabilizar a construção como molde, a produtividade; um elemento é fixo para viabilizar a construção como esquema.

Com isso, deixamos de ter palavras, radicais e afixos mas não perdemos de vista a distinção entre nomeação e predicação. Tanto o adjetivo do latim quanto o elemento fixo da construção [multi + S] do português conservam a função de predicar. Por isso, o destaque de relação se mantém. No entanto, o poder explicativo do modelo permite ir além de flagrar um caso de evolução de relação a relação, na medida em que associa o destaque à configuração estrutural de uma construção. A deriva se revela no convívio em uso de palavras como “*multidão*”, herdada, logo ilustrativa da atuação de “*multus*” como elemento variável a instanciar uma construção do latim, e palavras como “*multitarefa*”, vernácula, logo ilustrativa de “*multi*” como elemento invariável de uma construção do português.

Encerro esta seção com a distinção entre analisabilidade e composicionalidade. Trata-se da distinção mais difundida entre as aplicações do modelo, cujo compromisso com a composicionalidade parcial guarda relação direta com a distinção entre o significado construcional e o lexical. O enfoque do modelo na motivação semântica da gramática tanto preserva a independência entre analisabilidade e composicionalidade quanto articula a relação entre a analisabilidade e o polo fonológico com a relação entre a composicionalidade e o polo semântico:

When established as lexical items, symbolically complex expressions vary in their degree of **analyzability**, defined as the extent to which speakers recognize the semantic contributions of component elements. Novel expressions are fully analyzable, since the speaker has to construct them from component elements on the basis of their meanings. Established expressions may be less analyzable. They come as prepackaged assemblies, whose composite forms and meanings are well-known and well-rehearsed, so it is not essential that the component structures be mentally accessed individually. (LANGACKER, 2009, p. 26)

Essa articulação é fundamental para o raciocínio esboçado na próxima seção. Na apropriação do modelo neste artigo, associo a analisabilidade à sobreposição de camadas morfológicas (ou construcionais) e à arquitetura da sílaba. A formação de palavras se dá em condições de máxima analisabilidade ao passo que a aquisição de palavras formadas em estágios anteriores da língua pode não apenas se dar como Langacker (2009) prevê.

Além de “prepackaged assemblies”, as unidades se submetem tanto à remontagem da camada morfológica inferior quanto à formação de outra palavra em camada morfológica superior, a depender da frequência de uso das palavras envolvidas, dando margem à mudança linguística (cf. Lemos de Souza, 2016). Novamente, isso exige o contraste entre o elemento variável e o elemento invariável de uma construção como indicativos dos dois graus enfatizados neste artigo: o variável em função do significado lexical, o invariável em função do significado construcional.

Explorando a produtividade

Esta seção é dedicada à exploração da gramática cognitiva como modelo capaz de descrever e explicar a formação de palavras. A separação entre a formação de palavras como parte da alçada da morfologia e a formação do significado como parte da alçada da semântica é a primeira das artificialidades a abandonar.

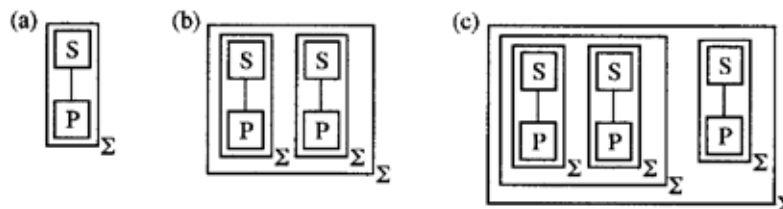
Dar esse passo implica submeter os fenômenos de forma aos fenômenos de sentido e identificar a alternância entre processos cognitivos de domínio geral e processos cognitivos de domínio específico. Para isso, identificar o significado construcional cede prioridade ao significado lexical como resultado da compatibilização do significado construcional com

um processo cognitivo de domínio específico: a instanciação. Enfocar tal processo me leva a traduzir como sobreposição de camadas construcionais o que foi pensado como sobreposição de camadas morfológicas por regras e a eleger a arquitetura da sílaba como parâmetro de analisabilidade.

Começo por recuperar da literatura a concepção da complexidade estrutural como camadas de base + afixo segundo o lexicalismo gerativo:

(...) a palavra morfológicamente complexa, ou seja, a palavra que contém mais de um elemento, é estruturada basicamente como a combinação de uma base com um afixo. Essa base pode, por sua vez, ser complexa, isto é, também estruturada em termos de base e afixo. Assim, podemos ter vários níveis ou camadas na estrutura de uma palavra. Vejamos, por exemplo, as palavras *centro*, *central*, *centralizar*, *descentralizar*, *descentralização*. A primeira palavra (*centro*) é constituída apenas pela base, embora se possa considerar que esta apresente uma vogal temática. A segunda palavra (*central*) é formada pelo acréscimo do sufixo *-al* à base; a terceira (*centralizar*), formada pelo acréscimo do sufixo verbalizador *-izar* à base, constituída pelo adjetivo *central*; a quarta (*descentralizar*) é formada pelo acréscimo do prefixo negativo *des-* à base verbal *centralizar* e, finalmente, a quinta (*descentralização*) é formada pelo acréscimo do sufixo substantivador *-ção* à base *descentralizar*. Vemos, pois, que, em todos os níveis, temos uma construção de base + afixo. (BASILIO, 1987, p. 15)

O que a autora formulou como acréscimo de camadas morfológicas por regras de formação de palavras me parece contemplado pela gramática cognitiva como instanciação de uma construção por outra construção estruturalmente simples ou complexa, repercutindo diretamente na analisabilidade e na composicionalidade:



(LANGACKER, 2008, p. 15)

No entanto, o modelo não associa a instanciação de uma construção à polissemia da outra a atuar como elemento variável. Por exemplo, a citada construção [N + less] do inglês pode ter sua instanciação associada não apenas à caracterização semântica de um substantivo como palavra que destaca uma coisa. Assim, a polissemia de “*flaw*” interfere na formação de “*flawless*”, bem como a polissemia de “*speech*” interfere na formação de “*speechless*”, e não apenas a condição de “*flaw*” e “*speech*” como coisas. Mas por que o modelo deveria fazê-lo?

A meu ver, porque não basta ser um N para instanciar a construção [N + less] do inglês ou ser V para instanciar as construções [V + ção] e [V + mento] do português. Já não seria pela concepção formal das classes de palavras porque, como visto, as classes são definidas

semanticamente pela gramática cognitiva. Seria pelo fato de o significado da expressão formada nem sempre capturar todos os significados da construção que instancia o molde que resulta na expressão.

Por exemplo, as construções [V + ção] e [V + mento] parecem igualmente disponíveis à instanciação assim como legaram ao português expressões resultantes de instanciações que remetem à formação da língua, como pelo verbo “depor” em “deposição” e “depoimento”. Os exemplos são de expressões antigas exatamente para permitir ver a baixa analisabilidade: a relação entre “pôr” e “posição” remete à forma que exprime aspecto conclusivo (“*positum*”) enquanto a relação entre “pôr” e “poimento” remete à forma que exprime aspecto inconclusivo (“*ponēre*”).

A excepcionalidade fonológica do que se vê em “poimento”, uma forma presa, segue um padrão em que os processos que afetam as formas mais simples diferem dos processos que afetam as formas mais complexas. Por exemplo, o verbo “ter” não é nominalizado como “tenção” mas os verbos “reter”, “deter” e “conter” são nominalizados como “retenção”, “detenção” e “contenção”.

Em virtude de uma transformação fonética das vogais interiores o segundo elemento dos compostos latinos se desfigura freqüentemente, tornando às vezes irreconhecível a relação do composto com o primitivo. Assim, ao lado de *facio*, temos *reficio*, *conficio*; ao lado de *teneo*, *retineo*; de *tango*, *contingo*; de *salto*, *insulto*; e assim por diante. (MAURER Jr., 1959, p. 246)

Curiosamente, por mais que se repita que, na gramática cognitiva, uma construção consiste num polo fonológico (P na figura acima) e num polo semântico (S na figura acima), considerações fonológicas não costumam frequentar abordagens à gramática com base na linguística cognitiva. A razão de explorar a distinção entre analisabilidade e composicionalidade neste artigo é exatamente lembrar que é a fonologia que informa sobre a analisabilidade das expressões: “A matter requiring further discussion is the non-distinctness of phonology from lexicon and grammar” (LANGACKER, 2019, p. 16).

O desfigurar-se a que se refere Maurer Jr. (1959) é precisamente o fenômeno em que me deterei adiante, restringindo-o ao âmbito da sílaba. Antes, no entanto, retorno à polissemia de “depor”. Os significados envolvidos na formação de “deposição” e “depoimento” são parafraseáveis como derrubar, no domínio EVENTO, e como narrar, no domínio ATO DE FALA.

Os substantivos “deposição” e “depoimento” também permitem ver a instanciação de construções por expressões complexas – no caso, resultantes da instanciação de [de + X], cujo elemento fixo “Exprimia em latim a princípio afastamento no sentido ‘de cima para baixo’ (...)” (SAID ALI, 2001, p. 155). A experiência corpórea cima-baixo corresponde a um arquétipo conceitual na gramática cognitiva (cf. Langacker, 2008), em face do qual o significado de “deposição” e o de “depoimento” são instâncias do movimento de cima para baixo: movimento

de pessoa que cai de um cargo em “deposição”, movimento de palavras que caem da boca em “depoimento”.

Apontam para a possibilidade e generalização de que a polissemia, produto da categorização que reúne significados, pode motivar a formação de palavras, produtos da distribuição de significados, casos como [claro + idade] / [claro] + eza, [render + ção] / [render + mento], [salvar + ção] / [salvar + mento], [abster + ção] / [abster + nte].

Ressalto que esta proposta de articulação entre a formação de significados e a formação de palavras exige o discernimento entre (i) a polissemia da expressão estruturalmente simples, como “pôr”, ou complexa, como “depor”; (ii) a seleção de diferentes significados associados à mesma expressão, simples ou complexa, por diferentes construções, como os de “depor” por [X + ção] e [X + mento]; e (iii) a polissemia da palavra estruturalmente complexa, como “deposição” e “depoimento”, na relação que guarda com os processos morfológicos – neste caso, a formação de substantivo a partir de verbo (cf. Basilio, 2004).

O destaque de coisa ou de relação elimina a distinção entre (i) e (iii) por se aplicar tanto a expressões morfológicamente simples quanto a expressões morfológicamente complexas. No entanto, a produtividade de uma construção, que a eleva de esquema a molde, revela a necessidade de distinguir entre (i) e (iii), sem prejuízo à identificação dos processos que incidem tanto na polissemia de expressões morfológicamente simples quanto na de expressões morfológicamente complexas, como a perspectivização, a metáfora e a metonímia (cf. Soares da Silva, 2006, Langacker, 2008, 2009, Dancygier; Sweetser, 2014), mas com foco na independência entre as polissemias envolvidas, diretamente relacionadas à frequência de uso de cada palavra.

A articulação entre a formação da polissemia por meio da categorização de significados e a formação de palavras por meio da instanciação de construções por diferentes significados de construções polissêmicas é o ponto central desta seção. Do contrário, ter-se-ia de dizer tão-somente que o português dispõe de duas construções a serviço da formação de substantivos a partir de verbos, sem captar os domínios em que a polissemia se distribui.

Não se exclui, com isso, a possibilidade de duas construções serem instanciadas pelo mesmo significado de uma expressão. Aí o destaque supre a ausência de (ii), acima, na medida em que *coisa* e *relação* disputam o foco, um dos elementos do *construal*.

Por exemplo, [V + ção] e [V + mento] podem ser instanciadas por “medicar”. No entanto, “medicação” é uma *coisa* que não se afasta totalmente da *relação* processual destacada por “medicar”, ou seja, a *relação* não sai do foco. Daí “medicação” corresponder ao ato de medicar. Já “medicamento” é plenamente *coisa*, ou seja, a *relação* é completamente subfocalizada. Daí “medicamento” corresponder a remédio, como nas seções em farmácias. Quanto a esta outra

distribuição semântica, apontam para a possibilidade de generalização casos como [divertir + ção] / [divertir + mento] e [monitorar + ção] / [monitorar + mento].

Em outras palavras, “medicação” é uma *coisa* que, diferentemente do previsto pelo modelo, não se dissocia do escaneamento dinâmico. Já “medicamento” é uma *coisa* que se comporta como previsto pelo modelo, revela escaneamento estático. Assim, a distinção entre *coisa* e *relação* não me parece absoluta, como a própria subdivisão de *coisa* em *count* (conceitualização da coisa como delimitada) e *mass* (conceitualização da coisa como não delimitada) em Langacker (2008, p. 336) permite ver (v. seção 2).

Afinal, as unidades formadas graças à produtividade de construções como [V + ção] e [V + mento] são regiões (*mass* em Langacker, 1987, 2008) em sua interpretação verbal e episódios (*count* em Langacker, 1987, 2008) em sua interpretação nominal. Por exemplo, a interpretação de “declaração” como ato de declarar e a de “inflação” como ato de inflar correspondem a regiões enquanto a interpretação de “declaração” como documento (por metonímia) e a de “inflação” como índice econômico (por metáfora) consistem em episódios, e a interpretação verbal associa a coisa destacada pelo substantivo de chegada à relação destacada pelo verbo de partida.

A polissemia não somente explica a não sinonímia entre “deposição” e “depoimento” ou entre “medicação” e “medicamento”, quanto ao significado lexical, como também motiva a formação de redes de construções, quanto ao significado construcional. Em sua conferência para a promoção a Professor Titular do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a linguista Maria Lucia Leitão de Almeida descreveu a rede ilustrada pelas palavras “autor”, “autoria” e “autoridade”.²

A linguista demonstrou que a construção [X + or] se revela em rede com as construções [X + ia] e [X + idade] na história do português brasileiro, como em “autor”, “autoria” e “autoridade”. A flutuação entre a nomeação e a predicação remete ao clássico “defunto autor ou autor defunto” e faz com que “a condição de ser X” se conserve em “autoridade” e “brevidade” graças à predicação, e não à filiação de “autor” à classe dos substantivos ou à de “breve” à classe dos adjetivos. A linguista também demonstrou que o par [V + or] e [S + ia] pode ser semanticamente caracterizado como agente/lugar da ação, como em “procurador”/“procuradoria”, “defensor”/“defensoria”, “promotor”/“promotoria”, ou agente/ação, como em “curador”/“curadoria”, “relator”/“relatoria”, sempre sob a atuação da metonímia.

2 Conferência “A primazia do sentido sobre a forma: estudo de caso em português”, apresentada em 15 de dezembro de 2017 na Faculdade de Letras da UFRJ. A conferência não entra nas referências bibliográficas por não ter sido publicada mas tem sua publicidade garantida pelo processo administrativo de promoção na carreira.

Mas por que não há o par “professor”/“professoria”? A linguística cognitiva é uma teoria que rejeita a previsibilidade em favor da motivação. Por isso, as construções até aqui apresentadas nem esgotam as redes que integram nem impedem de identificar outras redes, como a que se vê entre “professor” e “professorado”, “doutor” e “doutorado”. O que dizer, então, de “aluno” e “alunado”? Que a expressão, com ou sem complexidade estrutural, mantém seu destaque: “aluno” é tão coisa quanto “professor” e “doutor”.

A exploração da gramática cognitiva em que venho insistindo permite, ainda, a distinção entre fenômenos morfológicos que a tradição, com as armas de que dispunha, igualou. Os fenômenos em vista são a formação de um elemento invariável a partir de outros elementos invariáveis, como “aria” a partir de “ário” e “ia”, e a rede formada pelas construções [X + or] e [X + ia] nos termos acima.

Quanto a **-aríe**, seria neste caso coincidência fortuita, mas nada de estranhar, considerando-se que **-ía** se sobrepõe naturalmente a outros sufixos, como o de agente, etc. (e.g. **tor + ia: sabedoria, recebedoria; oso + ia: port. aleivosia**). Como o sufixo **-arius** é muito mais vivaz na Dácia, é natural que surgissem derivados com a sobreposição de **-ía** a este sufixo. A não admitir que houve aqui coincidência resultante de evolução independente tardia, teríamos que supor que não só **ía**, mas também **aríe** já eram usuais no latim vulgar antes da separação, e isto é menos provável ainda do que a existência do simples **-ía**. (MAURER Jr., 1951, p. 93)

Como se vê, o autor equipara a formação de “aria” à combinação de “or” + “ia” e à de “oso” + “ia”. Nos termos propostos neste artigo, com base na gramática cognitiva, trata-se de fenômenos distintos, e nenhum deles se resume na combinação de formas.

O primeiro fenômeno é a mescla, responsável pela formação do elemento invariável “a/eria”. Associada a esse é a existência da construção [X + a/eria], produtiva no português brasileiro, a exemplo de “hamburgueria”, “açaiteria” e “risadaria” (cf. Souza, inédito). Langacker (2008, 2009) menciona a mescla para a caracterização da metáfora não mais como correspondência (*mapping*). Aqui me refiro à manifestação da mescla na morfologia. O olhar dirigido a produtos se interessaria em classificar “depor” como derivação ou composição, “escragiário” como cruzamento e “aria” como um sufixo. Meu olhar dirigido a processos cognitivos identifica a mescla como causa desses epifenômenos.

O outro fenômeno é a participação das construções [X + or] e [X + ia] numa rede, como na conferência da linguista Maria Lucia Leitão de Almeida. Assim, é possível associar “sabedoria” e “comedoria” à rede formada por [X + or] e [X + ia], em que “saber” e “comer” instanciam [X + or] para a formação de “sabedor” e “comedor” e estas instanciam [X + ia] para a formação de “sabedoria” e “comedoria”, e associar “hamburgueria” à produtividade da construção [X + a/eria].

A mescla como causa da formação do elemento invariável de uma construção (como “aria”) se soma à deriva de um elemento de variável a invariável (como “multi”). Já as redes de construções permitem uma abordagem da produtividade como fenômeno semanticamente motivado.

Exploradas a sobreposição de construções e o papel da polissemia na formação de palavras tendo em vista a composicionalidade, retorno à fonologia como parâmetro da analisabilidade, explorando a arquitetura da sílaba. Para isso, limito-me a recuperar processos fonológicos descritos com base em regras (exatamente como a sobreposição de camadas morfológicas) para revê-los nos termos da gramática cognitiva.

Langacker (2019) afirma que a fonologia é outro campo pouco explorado pela gramática cognitiva. No entanto, desde Langacker (1987), a distinção entre *autonomia* e *dependência* é estendida à fonologia: vogais são consideradas autônomas, consoantes são consideradas dependentes.

Uma crítica à gramática cognitiva (cf. Traugott; Trousdale, 2013) é que a definição da construção como consistente num polo fonológico e um polo semântico seria restritiva. A meu ver, trata-se de outra crítica infundada, especialmente por insistir na distinção entre semântica e pragmática.

A concepção de construção como consistente em um polo fonológico e um polo semântico não se traduz em cisão entre os polos, conforme explicitado por Langacker (2008, 2009, 2019). O status de unidade é semântico, por rotinização em uso, mas repercute na coesão fonológica. Daí a inspiração de Bybee (2010) para formular um processo de domínio geral não previsto na gramática cognitiva: o *chunking*.

Assim, o modelo pode abrigar todos os processos fonológicos que dizem respeito à arquitetura da sílaba. Certamente, não como fenômenos de forma por si, e sim como fenômenos de forma inerentes à instanciação dos moldes.

Um exemplo sincrônico que permite ilustrar tanto a desnecessidade do conceito de palavra quanto uma condição ideal para a instanciação é a expressão “apartear”, formada pela instanciação de [X + ar] pela unidade “à parte”³. Ministros do STF, quando desejam interromper um colega durante a leitura de seu voto, costumam perguntar se podem apartear o colega. O domínio é ATO DE FALA, a pressuposição é que a leitura deve ir do início ao fim sem interrupção, mas o protocolo de polidez permite comentários à parte. Aqui se tem um X que extrapola o limite da palavra, donde, mais uma vez, a desnecessidade do conceito. O que se mantém é o status de “à parte” como unidade, logo disponível para instanciar [X + ar].

3 Pode-se argumentar que é o substantivo “aparte” que instancia a construção [X + ar]. O argumento é válido mas apenas desloca a discussão da formação de “apartear” para a formação de “aparte”. Não acolho a análise alternativa por submeter a formação de “aparte” à formação de “apartear”, e não o inverso.

Outro exemplo sincrônico é fornecido por Souza (inédito): “pão de queijaria”. A grafia poderia levar a crer que se trata da formação de “queijaria”, em que o escopo (um componente do foco, por sua vez, componente do *construal*) levaria à interpretação PÃO VINDO DE QUEIJARIA. No entanto, trata-se de LUGAR ONDE SE VENDE PÃO DE QUEIJO, com o escopo recaindo sobre a unidade simbólica “pão de queijo”: [pão de queijo + a/eria]. Mais uma instanciação por unidade forjada pela rotinização, e não pelo status de palavra.

Um fenômeno diacrônico que também permite ilustrar a dispensabilidade do conceito de palavra é a expressão “reivindicar”, formada também pela instanciação de [X + ar] pelo sintagma “*rei vindicatio*” (em português, vindicação da coisa). O caráter herdado da formação implica baixa analisabilidade e composicionalidade.

Ressalto, no entanto, que a formação da unidade remeter a outra sincronia não necessariamente resulta em baixa analisabilidade e composicionalidade. Um exemplo que tais propriedades se conservam altas é “sensaboria”. Novamente, o status de unidade não coincide com o status de palavra: [sem sabor + ia].

Numa seção dedicada à produtividade, importam as condições ideais de analisabilidade e composicionalidade. Em tais condições, o caráter autônomo das vogais e o caráter dependente das consoantes influem na arquitetura da sílaba.

Diferentemente da concepção dos processos fonológicos com base nas noções de regra e palavra, a concepção dos processos fonológicos como base nas noções de construção e unidade simbólica leva a ver a formação de [à parte + ar] como exemplo de condição ideal de analisabilidade por não incluir nenhuma perda fonológica. Em português, os graus de perda fonológica vão do ajuste da estrutura silábica, como em [legal + izar], em que a coda no elemento variável se torna ataque na expressão resultante da instanciação, à quase total desfiguração do elemento variável, a exemplo do que Maurer Jr. (1959) aponta. Entre os extremos, há apenas a perda da vogal final, como em [cabo + ear], ou consoante final, como em [inflar + ção]; a perda da coda acompanhada da neutralização do núcleo, como em [emagrecer + mento] e [bater + mento], padrão que outrora afetou [depor + mento]; ou a perda de toda a sílaba, como em [produzir + ção] e [delatar + ção].

Como evidência da independência entre analisabilidade e composicionalidade, a presença do mesmo processo fonológico leva ao mesmo grau de analisabilidade mas não necessariamente ao mesmo grau de composicionalidade. Por exemplo, [relatar + ção] e [delatar + ção] exibem o mesmo processo de supressão da sílaba final na instanciação. No entanto, a relação semântica entre “delatar” e “delação” está cognitivamente ativa, donde não haver motivação para a formação de “delacionar”; já a relação entre “relatar” e “relação” está cognitivamente inativa, donde haver motivação para a formação de “relacionar”.

Como o caminho da etimologia à pragmática (Sweetser, 1990) deixa rastros, a polissemia de “relação” guarda o vestígio de “relatar” no significado equivalente ao de LISTA, como em “relação de ingredientes”. Tal vestígio, contudo, não é suficiente para manter “relatar” semanticamente acessível camada morfológica abaixo. Então, estabelece-se entre “relatar” e “relação” o mesmo que entre “solver” e “solução”: transparência morfológica (alta analisabilidade) com opacidade semântica (baixa composicionalidade), donde a independência dos dois parâmetros na gramática cognitiva, diferentemente do que preferem Traugott e Trousdale (2013).

O preço fonológico máximo é a perda da sílaba final somada à alteração da vogal da sílaba anterior à final, como em [redigir + ção] e [coligir + ção]. Se a sílaba anterior à final for travada, perde a coda, como em [infringir + ção]. Esse não é um fenômeno observável em construções produtivas, conforme enfatizado na seção anterior: “Novel expressions are fully analyzable, since the speaker has to construct them from component elements on the basis of their meanings. Established expressions may be less analyzable” (LANGACKER, 2009, p. 26).

Tais exemplos me permitem finalizar remetendo ao ponto de partida: o caráter baseado no uso da gramática cognitiva. Tendo em vista que “redigir” e “redação” são quase igualmente usuais enquanto “coligir” e “colação” não, o falante não parte de “redação” para remontar “redigir”, ambos estão disponíveis. Já “colação” é usado apenas na expressão “colação de grau” por universitários e na expressão “trazer à colação” por operadores do direito.⁴

Entre universitários, verifica-se a remontagem do não usado a partir do usado, “colar” a partir de “colação”, a exemplo da perda apenas da coda, como em [inflar + ção], condição padrão de analisabilidade do verbo a partir do substantivo deverbal. Entre operadores do direito, “coligir” e “colação” são tão igualmente usados quanto “redigir” e “redação” fora do judiciário. A disponibilidade cognitiva de ambas as expressões não leva à remontagem de uma a partir da outra.

Concluo esta seção sem a pretensão de esgotar os processos fonológicos previstos na literatura. Meu objetivo é associar os fenômenos relativos à arquitetura da sílaba às condições de analisabilidade nos termos da gramática cognitiva, em sua articulação com a composicionalidade. Trata-se tão-somente de uma exploração do polo fonológico da construção a fim de evitar a suposta restrição da linguística cognitiva ao polo semântico.

4 Novamente, formulo a questão de forma simplificada para preservar seu caráter incidental num debate mais amplo. A rigor, é forçoso considerar a polissemia de “grau”, metaforicamente motivada para a nomeação de um título obtido gradativamente, donde “graduação”. Por sua vez, “coligir” é morfológicamente complexo, o que remete à polissemia caracterizada pelos processos de formação de palavras. Por fim, é necessário considerar a frequência da expressão “colação de grau”, que lhe confere autonomia em relação ao sintagma verbal correspondente. Logo, ao isolar a reconstituição de “colar” a partir de “colação”, retrinjo-me a um dos aspectos da questão, tendo em vista identificar o papel da morfologia na mudança linguística.

Concluindo

Estas provocações morfológicas à gramática cognitiva consistem em unir o dito e o não dito por Langacker (1987, 2008, 2009, 2019). As considerações sobre os processos fonológicos remetem ao polo fonológico da construção, a que associa a analisabilidade. As considerações sobre a polissemia remetem ao polo semântico da construção, a que associa a composicionalidade. Elas respondem às afirmações de Langacker (2019) de que o modelo dedica pouca atenção à fonologia e à morfologia. Mais que escolher um fenômeno linguístico para ilustrar o poder descritivo e explicativo do modelo, começo por defender seu caráter baseado no uso num estrato de generalidade acima do que se verifica com o levantamento de expressões em *corpora*. Seria esperado, então, que as provocações explorassem a generalidade do significado construcional, mas ela se revela o ponto de partida para discutir o significado lexical.

O objetivo foi articular o que a linguística cognitiva, em geral, e a gramática cognitiva, em particular, acumulam de conhecimento sobre a formação de significados com o que a linguística gerativa, em geral, e a gramática gerativa, em particular, estabelecem como problemas a que toda teoria deve responder, nomeadamente a formação de palavras.

Para tanto, preservo os problemas, abandono parte do acervo conceitual empregado pelo lexicalismo gerativo e procuro demonstrar que distinções formuladas pela gramática cognitiva permitem um tratamento unificado da formação de significados e da formação de palavras. Com construções em vez de regras, unidades em vez de palavras e sem categorias de formas herdadas da tradição lexicológica, convido a ver que a polissemia organiza tanto os significados de uma unidade quanto sua disponibilidade para instanciar uma construção alçada à condição de molde.

O modelo eleito para dirigir as provocações permite articular o dito (distinções fundamentais em prol da descrição do significado construcional) e o não dito (aplicação das mesmas distinções em prol da descrição do significado lexical), integrando:

- a centralidade da polissemia com características próprias em expressões morfológicamente simples e em expressões morfológicamente complexas, dado que a complexidade estrutural remete às classes de palavras envolvidas, definidas com base na distinção entre coisa e relação, mas também ao processo morfológico envolvido, definido com base nas motivações semânticas para se formar coisa a partir de coisa (ex.: [menino + inho]), coisa a partir de relação (ex.: [inflar + ção]) e relação a partir de coisa (ex.: [sabor + oso]);
- a relação entre a polissemia da construção instanciada e a polissemia da expressão formada pela instanciação como parâmetro de composicionalidade;

- a formação de palavras como redistribuição dessas diferentes polissemias ou como (sub) focalização da coisa ou da relação;
- o papel da morfologia na variação, como no convívio entre “colar” e “coligar” a partir de “colação”, em função do acesso à camada morfológica abaixo mediante diferentes processos fonológicos conforme os fatores idade e letramento;
- o papel da morfologia na mudança, como na:
 - suplantação de “coligar” por “colar” sem nenhuma indagação sobre onde entra a cola, estritamente pela aposta na analisabilidade máxima, em que “colação” guardaria com a camada morfológica inferior a mesma relação que “inflação”;
 - formação do elemento invariável de uma construção por mescla (ex.: “aria”) ou evolução de um elemento variável (ex.: “multi”);
 - a arquitetura da sílaba como parâmetro de analisabilidade no que diz respeito à instanciação como processo inerente à produtividade em termos cognitivistas.

A integração entre fenômenos tradicionalmente associados a diferentes ramos da linguística configura uma agenda de pesquisa que teste os limites da gramática cognitiva sem adesão passiva nem crítica como pretexto para a proposta de um modelo alternativo, com menos densidade epistemológica. O cerne da proposta aqui esboçada é a centralidade da polissemia, seja pela atuação da categorização, seja pela sua influência na formação de palavras, concebida como redistribuição semântica morfológicamente sinalizada.

A principal conclusão é pela necessidade de considerar a alternância entre processos de domínio geral, como a categorização, com vistas ao significado construcional, e processos de domínio específico, como a instanciação, com vistas ao significado lexical associado à produtividade dos moldes. Assim, o farto repertório conceitual dedicado ao significado construcional (especificidade, foco, proeminência e perspectiva) cede espaço a uma abordagem ao significado lexical com base na articulação entre a categorização quanto à formação de significados e a instanciação quanto à formação de palavras, no vértice mesmo entre a generalidade da gramática e a especificidade do léxico.

Referências

ALMEIDA, Maria Lucia Leitão de; LEMOS DE SOUZA, Janderson; KEWITZ, Verena. Preposições complexas: moldes e modos. In: TENUTA, Adriana; COELHO, Sueli (org.). **Uma abordagem cognitiva da linguagem: perspectivas teóricas e descritivas**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2018, p. 157-180.

BASILIO, Margarida. **Teoria lexical**. São Paulo: Ática, 1987.

BASILIO, Margarida. Polissemia sistemática em substantivos deverbais. **Ilha do Desterro**, Florianópolis, n. 47, 2004, p. 49-71.

BASILIO, Margarida. Abordagem gerativa e abordagem cognitiva na formação de palavras: considerações preliminares. **Linguística**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, 2010, p. 1-14.

BYBEE, Joan. **Language, usage, and cognition**. Cambridge, Cambridge University Press, 2010.

DANCYGIER, Barbara; SWEETSER, Eve. **Figurative language**. New York: Cambridge University Press, 2014.

LANGACKER, Ronald. **Foundations of cognitive grammar**. V. I: theoretical prerequisites. Stanford: Stanford University Press, 1987.

LANGACKER, Ronald. **Cognitive grammar: a basic introduction**. Oxford, New York: Oxford University Press, 2008.

LANGACKER, Ronald. **Investigations in cognitive grammar**. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2009.

LANGACKER, Ronald. Morphology in cognitive grammar. In: AUDRING, Jenny; MASINI, Francesca (ed.). **The Oxford handbook of morphological theory**. Online publication (www.oxfordhandbooks.com): jan. 2019, p. 1-21.

LEMOS DE SOUZA, Janderson. **A distribuição semântica dos substantivos deverbais em -ção e -mento no português do Brasil: uma abordagem cognitiva**. UFRJ, tese de doutorado, 2010. Orientação: Maria Lucia Leitão de Almeida. Co-orientação: Carlos Alexandre Gonçalves.

LEMOS DE SOUZA, Janderson. Formas livres e formas presas: um clássico revisitado com olhar cognitivista. **Linguística**, Rio de Janeiro, v. 12, 2016, p. 131-146.

MAURER Júnior, Theodoro Henrique. **A unidade da România Ocidental**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1951.

SILVA, Adriana Carvalho da. “**Multiletramento**”, “**multimodalidade**”, “**multitela**”, “**multitv**”: a construção [multi + X] no português brasileiro segundo a gramática cognitiva. UNIFESP, dissertação de mestrado, 2019. Orientação: Janderson Lemos de Souza.

SOARES DA SILVA, Augusto. **O mundo dos sentidos em português**: polissemia, semântica e cognição. Coimbra: Almedina, 2006.

SOUZA, Mariana Pimentel Lopes de. “**Açaiteria**”, “**esmalteria**”, “**risadaria**”: a construção [X + a/eria] no português brasileiro segundo a gramática cognitiva. UNIFESP, dissertação de mestrado, inédito. Orientação: Janderson Lemos de Souza.

TRAUGOTT, Elizabeth; TROUSDALE, Graeme. **Constructionalization and constructional changes**. Oxford: Oxford University Press, 2013.



REDOBRAMENTO, RECURSÃO E VERBOS DE MOVIMENTO EM PORTUGUÊS

DOUBLING, RECURSION AND MOTION VERBS IN PORTUGUESE

Verena Kewitz¹

RESUMO

Neste artigo apresento um dos padrões de representação do movimento em português, especificamente quando há redobramento da informação do percurso no verbo e em expressões preposicionadas ou adverbiais. Para tanto, retomo o conceito de redobramento sintático apresentado por Moraes de Castilho (2005, 2011), atrelado ao Princípio de Recursão da Abordagem Multissistêmica (CASTILHO 2015). Com base na Semântica Cognitiva, mais especificamente na proposta de Talmy (1985, 2000b), descrevo dados do português arcaico com alguns verbos de movimento (*entrar; sair; subir* etc.) em que se observa o redobramento da informação de percurso. Ao final, coloco algumas questões e encaminhamentos para pesquisas futuras.

PALAVRAS-CHAVE: Verbos de movimento; Redobramento; Recursão; Português Arcaico

ABSTRACT

The aim of this paper is to present motion verbs lexicalization patterns in Portuguese, namely the one in which path information happens twice in the sentence. These patterns have been proposed by Talmy (1985, 2000b) who has divided languages in two main groups: *verb-framed* and *satellite-framed* languages, according to the way they encode path and manner information in motion events. Based on Old Portuguese data, I will focus on some semantic problems about doubling constructions, namely those usually called redundant constructions. Such phenomena has been deeply analysed by Moraes de Castilho (2005), with particular attention to syntactic structures and types. As Castilho (2015) proposes, doubling construction is one of the many phenomena that evidence the Principle of Recursion, together with repetition, reanalyses and so on. Therefore, doubling path information, apart from manner verbs in Portuguese, may provide some other elements for language typology of motion events.

KEYWORDS: Motion verbs; Reduplication; Recursion; Old Portuguese

¹ Doutora em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo, USP. Atua como professora e pesquisadora na área de Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo. E-mail: kewitz@usp.br



Introdução

A forma como descrevemos o que vemos e como vemos as coisas à nossa volta revela aspectos importantes sobre a relação entre a linguagem e a cognição. Dentre esses aspectos, destaca-se o movimento, considerado como uma das experiências humanas mais fundamentais, já que está ligado às nossas habilidades, rotina e comunicação.

Há pelo menos três décadas, muito se tem pesquisado sobre o movimento em diversas línguas e sob diversos pontos de vista. Mas talvez seja no campo da Linguística Cognitiva, e sobretudo da Semântica Cognitiva, que mais pesquisas tenham sido e venham sendo feitas, impulsionadas pelos estudos de Talmy (1985, 2000b) sobre os padrões de lexicalização do movimento. Para o autor, as línguas podem ser, *grosso modo*, classificadas em dois grandes grupos, a depender de como a informação sobre o percurso do movimento se lexicaliza. Descrevo esse modelo brevemente na primeira seção deste artigo, e algumas pesquisas que identificam outros padrões em várias línguas.

Em seguida, discuto os conceitos de redobramento sintático e do Princípio de Recursão, propostos, respectivamente, por Moraes de Castilho (2005) e Castilho (2015), que servem de base para explicar casos como *entrar dentro*, *sair fora* etc. Na última parte, apresento alguns dados com verbos de movimento, como *entrar*, *sair*, *subir* etc., extraídos de textos do português arcaico (XIII a XVI), em que o percurso é marcado também em outros elementos. A partir disso, coloco algumas questões e encaminhamentos de pesquisas futuras.

Antes de prosseguir, é preciso esclarecer duas decisões importantes neste artigo. Primeiramente, faço uso do termo *padrões de representação* do movimento no lugar de *padrões de lexicalização*, termo cunhado por Talmy (1985, 2000b) e adotado por boa parte dos pesquisadores. Essa decisão se faz necessária pela constante discussão sobre mudança linguística no quadro da Teoria de Gramaticalização, processo geralmente colocado em contraposição ao de Lexicalização. Além disso, a definição de lexicalização de Talmy leva em conta observar quais informações espaciais se apresentam na raiz dos verbos e quais se situam nos chamados satélites. Para evitar esse ruído, portanto, adoto um termo mais geral (representação do movimento). Outros dois termos que utilizo aqui são *movimento*, equivalendo a *deslocamento*, sem o compromisso de estabelecer diferenças entre eles, e *percurso*, numa sorte de tradução livre de *path*, expresso por diversas expressões nas línguas, como preposições simples e complexas, advérbios, dêiticos etc².

A segunda decisão diz respeito à análise qualitativa dos dados extraídos de textos do português arcaico em edições filológicas disponíveis no *Corpus Informatizado do Português*

2 Outros termos para *path* podem ser trajetória ou caminho. As expressões que representam o percurso são o que Talmy (2000b) define como *satellite*. Neste artigo, quando usar o termo *satellite* será sem o compromisso de apresentar sua definição e as classes de palavras que se inserem nessa categoria; será tão somente para distinguir o verbo de movimento das demais classes.

Medieval (doravante, CIPM). Utilizo os termos *mais ou menos frequente* ou *recorrente* somente com base na observação do que foi encontrado nesse *corpus* e na literatura especializada de forma muito geral, sem o compromisso com a quantificação de dados.

Essa decisão se baseia nos pressupostos do modelo de Tradições Discursivas, que propõe, dentre outros pressupostos metodológicos importantes, o cuidado com afirmações baseadas em quantificações de dados de textos de tipologia e extensão diversas. Especificamente, deve-se atentar para o fato de um determinado item ou expressão não aparecer num certo tipo de texto simplesmente porque não há ali espaço para seu uso, não significando que tenha havido mudança linguística de qualquer ordem (cf. JACOB 2001, KABATEK 2006).

2. Padrões de representação do movimento

O movimento no espaço físico é um dos domínios experienciais mais básicos em nossa vida cotidiana, o que, para muitos pesquisadores, explica uma tendência cognitiva ao dinamismo na linguagem (Talmy 2000a, Egorova *et al.* 2018).

A categoria espacial de movimento talvez também seja uma das mais estudadas em diversas teorias formalistas, funcionalistas; mas obtendo maior destaque na Linguística Cognitiva (doravante, LC). Neste artigo vou me concentrar nos estudos de Talmy (1985, 1987, 1991, 2000a, 2000b)³, que gerou um conjunto considerável de pesquisas sobre a tipologia semântica do Movimento em diversas línguas, críticas e novas propostas ao longo dos últimos trinta anos.

Um evento de movimento envolve, basicamente, algum tipo de deslocamento da Figura (ou parte dela) a um ou mais Objetos de Referência (doravante, OR)⁴. Além desses dois componentes e do movimento em si, outros observados são o *percurso* e o *modo* do movimento.

A questão central para Talmy no estudo de eventos de movimento (1985, 2000b) foi observar em quais classes de palavra ou formas se encontram as informações de *percurso*. Dessa forma, as línguas foram classificadas em dois grandes grupos: línguas *verb-framed* e línguas *satellite-framed*⁵. No primeiro grupo estão línguas como turco, japonês, coreano, as línguas românicas etc., e no grupo inserem-se línguas como inglês, alemão, chinês etc. No primeiro grupo, o percurso é expresso na raiz do verbo, ao passo que as línguas do segundo

3 Embora os primeiros estudos de Talmy sobre os padrões de lexicalização tenham sido publicados na década de 1980, me baseio na reedição de seus trabalhos nos dois volumes de *Towards a Cognitive Semantics* (2000a, 2000b).

4 Figura é a entidade que tem sua localização estática ou dinâmica determinada em relação a um Objeto de Referência (ou Fundo), como em *O menino correu até a porta*, em que *O menino* é a Figura e *a porta* é o objeto selecionado para a localização dinâmica (*correu*) da Figura. Os termos usados por Talmy (2000a), entre outros autores, são *Figure* e *Ground*.

5 Batoréo (2000) traduz esses termos como *línguas centradas no verbo* e *centradas no satélite*, respectivamente. Prefiro não traduzi-los aqui pelo fato de não discutir a definição do termo *satélite*, pois alguns autores incluem os advérbios (*out*, *off*) e os prefixos (*en-* como em *enterrar*), enquanto outros colocam todos os itens de classes fechadas na categoria dos satélites (preposições, posposições, prefixos, advérbios etc.).

grupo apresentam mais frequentemente o modo ou a causa do movimento no verbo, ficando o percurso expresso nos chamados satélites (*satellites*). Exponho brevemente a seguir esses dois padrões.

2.1 Movimento + Co-evento

Esse padrão diz respeito à combinação (ou confluência) dos componentes semânticos de movimento e um co-evento, podendo ser este o *modo* ou a *causa* do movimento. O inglês é uma típica língua desse padrão, conforme os exemplos (1) a (3) a seguir (adaptados de TALMY 2000b: 28):

(1) The rock	slid	down	the hill.
A pedra	escorregou	abaixo/para baixo de	a colina.
FIGURA	MODO DO MOVIMENTO	PERCURSO	OR
“A pedra escorregou colina abaixo”			

(2) The bottle	floated	into	the cave.
A garrafa	flutuou	para dentro de	a gruta.
FIGURA	MODO DO MOVIMENTO	PERCURSO	OR
“A garrafa flutuou para dentro da gruta”			

(3) The napkin	blew	Off	the table.
O guardanapo	soprou	da/para longe de	a mesa
FIGURA	CAUSA DO MOVIMENTO	PERCURSO	OR
“O guardanapo caiu da mesa por causa do vento” ou “O guardanapo voou da mesa por causa do vento”			

Nos exemplos (1) e (2), os verbos *slide* e *float* contêm, ao mesmo tempo, as informações de movimento e modo: a pedra se move escorregando, e a garrafa, flutuando. No exemplo (3), estão embutidas no verbo *blow* as informações de movimento e causa: o guardanapo voa da mesa por causa da ação do vento, ainda que este não esteja expresso. Segundo Talmy (2000b), línguas classificadas como *satellite-framed* fazem uso dessas expressões cotidianamente.

2.2 Movimento + Percurso

Nessa tipologia, estão combinadas na raiz do verbo ao mesmo tempo as informações de movimento e do percurso. Se o modo ou a causa do movimento forem expressos, serão através de uma construção gerundiva ou adverbial, e não na raiz do verbo. Retomando o exemplo (2) acima para o inglês, Talmy (2000b: 49) ilustra a diferença entre os padrões *satellite-framed* e *verb-framed* acrescentando exemplo do espanhol:

(2a) [Ingl.] The bottle *floated* [= mover-se flutuando] *into the cave*.

mov.^{to}. + modo

percurso

(4) [Esp.] La botella *entró* [= mover-se para dentro] a la cueva *flotoando*.mov.^{to}. + percurso

modo

Tanto em espanhol quanto em português, o exemplo (4) talvez seja o mais recorrente, por ser mais natural ou vernacular, conforme propõe (Talmy 2000b), mas a estrutura em (4b) não seria estranha, ainda que menos frequente em português:

(4) a. A garrafa entrou na gruta flutuando. [VERB-FRAMED]mov.^{to} + percurso

modo

b. A garrafa flutuou para dentro da gruta. [SATELLITE-FRAMED]mov.^{to} + modo

percurso

A classificação de Talmy (2000b) gerou várias críticas e propostas, que não serão discutidas detalhadamente aqui. Apenas para ilustrar, vale observar que línguas como o inglês (*satellite-framed*) também têm disponíveis verbos que combinam o percurso e o movimento, usados cotidianamente, como *approach*, *arrive*, *cross*, *follow*, *return*, *rise*, entre outros. Situações como essa do inglês, e de outras línguas, permitem que as críticas em geral proponham tanto outras classificações quanto a flexibilização dessa dicotomia colocando os dois padrões como tendências (cf. CIFUENTES FÉREZ 2008, ZLATEV; YANGKLANG 2004, SAMPAIO *et al.* 2009, CROFT *et al.* 2010, entre outros).

Os estudos de Slobin (1996, 2004, 2005a, 2005b) baseados em testes controlados e traduções de obras em diversas línguas⁶ demonstram algumas dessas diferenças, dentre as quais destaco o que ele chama de ‘percurso complexo’ (*complex path*). Segundo o autor, línguas *satellite-framed*, como o inglês, apresentam estruturas com apenas um verbo e vários elementos de percurso (exemplo 5), ao passo que línguas *verb-framed*, como as línguas românicas, raramente permitem esse tipo de estrutura, preferindo a segmentação da descrição da cena de movimento em diversas sentenças com um verbo e um OR (exemplo 6):

(5) He still *wandered on*, *out of* the little high valley, *over* its edge, and *down* the slopes beyond. (SLOBIN 2005a: 119)

(6) *Continou avançando, saiu* do vale alto e estreito, e *desceu* as ladeiras além. (SLOBIN 2005a: 120)

Essa constatação revela, de um lado, os recursos formais disponíveis nas diversas línguas naturais para expressar diversos aspectos do ESPAÇO e, de outro lado, possíveis pistas de como as culturas conceptualizam e focalizam certas informações relacionadas às categorias cognitivas básicas como localização e deslocamento no espaço, perspectiva, quantidade etc. No caso do português especificamente, há ainda poucas pesquisas sobre as tendências de representação do

6 Os dados das diversas línguas foram obtidos a partir da descrição das cenas nas *Frog Stories* (contendo apenas imagens) e obras como *The Hobbit* de Tolkien (os exemplos 5 e 6 são extraídos dessa obra).

movimento nessa linha teórica⁷, eventuais diferenças entre as variedades do português ou em diferentes situações comunicativas.

Ao estudarem expressões de movimento em diversas línguas, alguns pesquisadores observaram um outro padrão em que a informação do percurso se distribui de formas diversas, como *redundant path phrases* (ASKE 1989, p. 11) e *doubling framing* (CROFT *et al.* 2010, p. 208). O primeiro autor afirma que o espanhol vernacular parece dar preferência a não expressar o percurso somente no verbo, mas também em sintagmas (preposicionais/adverbiais) que expressam o percurso, como *Juan subió arriba, Juan bajó abajo, Juan entró adentro* etc. (op. cit.). Em nota, Aske (op.cit. p. 14) afirma ainda que “em francês o mesmo parece estar acontecendo, como Eve Sweetser me lembrou, como em monter en haut, descendre en bas etc.” (sublinhados do autor⁸).

Essa observação de Aske será retomada por Croft *et al.* (2010, p. 208) para inserirem esse tipo de construção em sua proposta, incluindo assim a dupla marcação “*doubling framing*”, ou seja, o enquadramento do evento com a informação de percurso no verbo e nos sintagmas, ao lado dos demais tipos (*verb-framing, satellite-framing*, entre outras).

Algo semelhante se observa no italiano, segundo Iacobini; Masini (2006, p. 08), em construções como *entrare dentro* (“entrar dentro”) e *uscire fuori* (“sair fora”) que contém partículas de reforço (*dentro* e *fuori*) da informação do percurso já constante na raiz dos verbos. Por fim, Sampaio *et al.* (2009) identificaram a obrigatoriedade de dupla marcação em amondawa (língua da família Tupi falada na Amazônia) tanto no verbo quanto em posições. O foco da pesquisa desses autores foi apresentar todos os padrões de lexicalização do movimento em amondawa, o que eles chamaram de *distribuição semântica do movimento*.

Apesar de esses estudos identificarem outras construções para além das duas tipologias propostas por Talmy (2000b), nenhum deles explora de fato eventuais diferenças semânticas entre a representação do percurso de forma duplicada e não duplicada. Retomo essa questão na próxima seção, entre outras que serão colocadas.

3. Padrões de representação do movimento no português

Em outra ocasião, examinei os padrões de representação do movimento na variedade paulista do português num conjunto de textos dos séculos XVIII a XX de tipologia diversa, como memórias e diários de viagem, cartas pessoais e inquéritos orais (KEWITZ 2009, 2011). Constatei, por exemplo, maior frequência do padrão *verb-framed* com verbos como *entrar, sair, subir, descer, chegar, passar, ir, vir*, entre outros, e as especificações do percurso do movimento pelas diferentes projeções de determinadas preposições como *em, de, a, para* e *por*, como nos exemplos (7) e (8). Paralelamente, ainda que em menor número, também foram encontradas ocorrências do padrão *satellite-framed* com verbos de modo do movimento, tais como *correr*,

7 Embora haja várias pesquisas envolvendo a categoria cognitiva de ESPAÇO, as que tomam-na como foco são as de Batoréo (2000), Santos Filho (2013, 2018), Kewitz (2009, 2010, 2011), entre outros.

8 Original: *In French the same thing seems to be going on, as Eve Sweetser reminded me, e.g. monter en haut, descendre en bas, and so on.*

escorregar, nadar, pular, saltitar, deitar, escavar etc., exemplificado em (9) a seguir⁹:

(7) A Senhora Condeça do Vimieiro Irmaã, e SucceSsora de Lopo de Sousa, reivindicou a Sua Capitania, e expulsou o Conde aos 30. de Novembro de 1622., e devendo não paSsar das Barras da Bertioga, e Pernágoá, a introdusiraõ Seos Procuradores nas déz legoas, e outras terras da Casa de Monsanto: (...) [Mem FGMD, XVIII]

(8) 4.º emfim por se terem despedido alguns homens *que* deviaõ conservar-se, (...) o Mestre das Maquinas, *que* devia não só servir para as refazer econservar, (...) devera continuar, ensinando anoSsa gente, *que* já está muito adiantada, sem haver precisaõ nenhuma de*que* venhaõ obreiros *defora*. [Mem JB, XIX]

(9) As lupas, (...) são demaziado grandes, e por isso levaõ muito tempo aformarem-se, e (...) pela maior parte mal feitas, que se escavaçaõ no malho, e deitaõ muita escoria, (...) e hé preciso accumular em cima muito carvaõ, que se sepoderia poupar. [Mem JB, XIX]

Apesar de os padrões de representação do movimento exemplificados em (7) e (8) serem os mais recorrentes em português, outras combinações puderam ser identificadas, tais como o movimento e parte da Figura (*chutar, cuspir*), movimento e OR (*costear, embarcar, aportar*), além das combinações de mais de dois elementos (cf. KEWITZ 2011).

O outro padrão identificado no português brasileiro se refere à duplicação da informação do percurso do movimento. Em Kewitz (2010, 2011) rotulei esse padrão como *percurso redobrado*, a partir dos fenômenos de redobrimento sintático estudados por Moraes de Castilho (2004, 2005). Nos exemplos (10) a (13) a seguir, o percurso do movimento é expresso tanto no verbo quanto nas expressões preposicionadas ou adverbiais¹⁰:

(10) Inf. (...) im são luis tem uma: :: uma uma igreja da mercedes... tem uma/ diz que tem eu num vi ainda porque a igreja só fechada a igreja abri só pa limpá ela mas depois só continua fechada...tem uma mesinha di mármori qui aqueli tempu num tinha nada po padri subí po po frei subí pa pregá u evangelhu num tinha nada né? ...intão subia im cima duma mesinha... intão nessa igreja lá tem uma uma mesinha lá qui tem us dois pé do frei do frei garvão... [FB10, XX]

(11) Inf. ah (posu fio) é pra cá...esse é pra cá...(posu fio) a senhora pa chegá lá a senhora tem que descê lá embaxo... tem uma estrada que sobe nu vira naquela estrada? [FB02, XX]

(12) Oófisial olandes [...] prometeume desahir fora deste porto para odeSanctos [Seb2, XVIII]

(13) (...) agora mediSse hua India, *que* o Capitam da aldeia tinha ordem do Senhor Joseph para vegiar as Indias, *que* entraSsem dentro desta Casa a levar alguã couza, compena de Serem a Soutadas, (...) [AI, Carta 19, XVIII]

9 No Anexo ao final do artigo são listadas as siglas das fontes e *corpora* utilizados na coleta de dados. Assim, nos exemplos são identificados entre [] o tipo e/ou conjunto de texto pelas siglas e o século.

10 Não será apresentada nem analisada aqui a distinção entre preposição e advérbio.

Os exemplos (12) e (13) revelam que expressões rotuladas como pleonasma pelas gramáticas normativas não são exclusivas da oralidade, tampouco de falantes menos escolarizados (exemplos 10 e 11), como afirma, por exemplo Cunha (1982):

(do grego *pleonasmós* “demasia, excesso, redundância”) é a superabundância de palavras para enunciar uma ideia, como se vê nestes passos, em que se procura reproduzir a fala popular:

“ – *Entre cá dentro*, disse o morgado.” (C.C.Branco QA, 224)

(...) *Suba p’ra cima* desse trono (...) Mas o melhor é *descer cá p’ra baixo*, real senhor” (C.C.Branco BP, 161)

“E aquela saudade parece que *saiu para fora* do meu peito (...)” (S.Lopes Neto, CGLS, 302)

Pleonasma vicioso: (...) só se justifica para dar maior relevo, para emprestar maior vigor a um pensamento ou sentimento. Quando nada acrescenta à força da expressão, quando resulta apenas da ignorância do sentido dos termos empregados, ou da negligência, é uma falta grosseira. (CUNHA 1982, p. 579)

Os gramáticos são unânimes em considerar casos como *subir para cima*, *descer para baixo/abaixo*, *entrar dentro/para dentro* e *sair fora/para fora* como redundância, erro ou ainda ignorância do sentido das expressões¹¹. A recorrência desses casos em documentos escritos até por volta do século XVIII, mais formais, controlados e formulaicos, pode indicar que essas expressões não eram consideradas redundantes, ao lado de vários outros tipos de dupla marcação de algum referente na mesma sentença, como *me a mim*, *lhe a ele* etc. Alguns desses fenômenos de redundância são considerados erros, ao passo que outros são inseridos entre as figuras de linguagem, abonados pelos exemplos extraídos de grandes obras da literatura (portuguesa e brasileira) nas gramáticas normativas.

Esse fenômeno, chamado mais amplamente de redobramento sintático, conforme mencionado antes, foi minuciosamente estudado por Moraes de Castilho (2004, 2005), com base em dados do português dos séculos XIII a XVI, além de dados de oralidade. Alguns dos casos levantados pela autora incluem duplicação de marcas de posse (*seu* + Sintagma Preposicionado), dupla negação, quantificadores (MORAES DE CASTILHO 2005, p. 33-34), exemplificados em (14) a (16), além dos objetos direto e indireto ‘pleonásticos’ referidos nas gramáticas normativas (exemplos 17 e 18, extraídos de CUNHA 1982, p. 580):

(14) [XIII DSG 9:35] *E o monge Libertino outrossi deitou-se ante os pees de seu abade e disse-lhi que aquele mal que el recebera non fora per sa crueza do abade, mais fora per sa culpa del mesmo.* [o possessivo *seu* como redobro de um SP]

(15) [XIII CSM1 193:12] *Enton cuidei logo como me partisse / daquesta terra que **neun non me visse**, [duplicação da negação]*

11 Dentre eles destacam-se Cunha; Cintra (1985) e Rocha Lima (1972), cujas colocações reverberam em diversas outras gramáticas normativas.

(16) [XV VS 43:18] *E todas almas que jaziam em aquelle lago todas se faziã prenhes.*
[duplicação de quantificador]

(17) “*Letras vencidas, urge pagá-las*” (M. de Assis, OC, 539)

(18) “*À doente trouzeram-lhe uma xícara de caldo (...)*” (A. Garrett, O, 426)

O redobramento é definido por Moraes de Castilho (2005, p. 32) como a “ocorrência de duas categorias ligadas pelo processo de correferencialidade”, uma delas sendo um clítico acusativo, dativo ou locativo, e a outra um Sintagma Preposicionado, Sintagma Nominal ou “um pronome pessoal forte do tipo *ele*”. Em outro trabalho, Moraes de Castilho (2011) acrescenta aos fenômenos de redobramento as construções de tópico (deslocamento à esquerda de diversas funções sintáticas com retomada pronominal na mesma sentença) e a correlação em sentenças com os pares *não só... mas também, assim como... assim, tão/tanta... que*, entre outros. Nesse sentido, a definição de redobramento passa a ser o fato de que “uma dada classe X ocorre juntamente com uma classe Y”, as quais são preenchidas por categorias desde uma palavra até construções. Nessa relação uma determinada “função é preenchida mais de uma vez” (op. cit., p. 270).

Por fim, um outro fenômeno de redobramento é estudado por Castilho *et al.* (2019), a concordância, por levarem em conta que a recorrência de marcas de plural (como em *as casas grandes e eles estão cansados*) também deve ser vista como um caso de redundância. Segundo os autores, “a concordância é uma relação de compartilhamento de traços gramaticais entre dois termos” (op. cit., p. 289), o que está atrelado ao princípio de recursão (cf. CASTILHO 2015). Exponho adiante um pouco mais desse princípio.

No quadro da Abordagem Multissistêmica (CASTILHO 2007, 2010), define-se a língua como um conjunto de produtos, divididos razoavelmente em Discurso, Léxico, Gramática e Semântica, e de processos, divididos entre os correspondentes aos produtos. Nenhum desses produtos e processos é central nessa abordagem, sendo os dispositivos sociocognitivos de ativação, reativação e desativação os responsáveis pela articulação dos produtos e dos processos. Os três princípios da Abordagem Multissistêmica, descritos adiante, operam dinamicamente e simultaneamente, o que insere a linguagem entre os sistemas complexos. A base dessa proposta está na observação minuciosa do que acontece na conversação, a exemplo dos trabalhos do *Projeto de Gramática do Português Falado* (JUBRAN 2015 Org., entre outros).

O Princípio de Projeção é definido por Castilho (2012, 2015) como o momento em que ativamos propriedades lexicais, discursivas, semânticas e gramaticais, o que resulta na construção de palavras, sentenças, tópicos discursivos, sentidos etc. O Princípio de Recursão, por sua vez, diz respeito à reativação de propriedades nos quatro subsistemas (CASTILHO 2015, CASTILHO *et al.* 2019), a exemplo da reanálise e do redobramento, no subsistema da Gramática, processos estes mais estudados em diversas teorias (Gerativismo, Gramaticalização etc.). Por fim, o Princípio de Elipse (CASTILHO 2015) é responsável pela desativação de propriedades, categorias, palavras etc., correspondendo a apagamentos fonológicos, morfológicos e sintáticos no subsistema da Gramática, aos desvios do tópico discursivo em andamento através de parênteses e digressões no Discurso, e assim por diante nos demais subsistemas.

A proposta que coloco aqui é a de que os casos ilustrados a seguir, em (19) a (22), sejam incluídos no fenômeno de redobramento, demonstrando mais claramente a atuação do Princípio de Recursão:

- (19) a. Ora vej'eu que est aventurado / já Pedr'Amigo e que lhi fez Deus bem, / ca nom desejou do mund'outra rem / senom aquesto que há já cobrado: / ãa ermida velha que achou; / e entrou dentro; e pois que i entrou, / de sair dela sol nom é pensado. [CEM349, XIII]
- b. Onde aconteceo que hũũ filosofo chegou ao paaço dhũũ principe ã vestidura uil e nũca o leixarõ entrar dentro, pero o prouou muytas uezes. [OE, XV]
- c. O pay era preto e gentil-homem de bom corpo, mayor que o do filho, e estão con todos seus arcos e vestidos, como trazião e trazem sendo vivos. Pois queremdo entrar dentro pella porta, [CRB, XVI]
- (20) a. Quenq(ue)r q(ue) out(ro) ensarrar en sa casa q(ue) morar ou mãdar ensarrar p(er) força a omees q(ue) ã seyã de seu senhorio & ão o leyxar sayr fora da casa, peyte #XXX m(a)r(auidi)s, [FR, XIII]
- b. E este medês embargo, e muyto mais, ha no poer dos sabujos, ca, poendo-os en outra entrada que non fosse a derradeira, muyto menos o poderia achar, ca non ha tam boo sabujo que tanto podesse desenvolver, demais sayrem duas ou tres vezes fora pollas saydas e entradas. [LM, XIV]
- c. (...), estando estes fidalgos em Çepta, aquelle filho de Gomçallo Nunez, (...) assy avia nobres comdições & costumes &, porque avia dias que ão sayra fora da çidade, chamando-o aquella a que se nenhũa criatura vyvemte pode escomder, [CDPMen, XV]
- (21) a. Ca lhe semelhava que ele e seu irmão La[n]çarot deciam de ãa cadeira e sobiam sobre dous cavalos grandes, e diziam ãũ ao outro: (...) [DSGraal, XIII/XV]
- b. E o cõde dõ Pero ãçores, (...) deulhe a terra e foi se pera el rey d'Aragõ mui bẽ acõpanhado. E, quando chegou hõde el rey era, sobio en çima de hũũ cavalo brãco e pos hũa corda a seu pescoço commo [se] fose preso [CGE, XIV]
- c. E bem tenho que em este caso mais cãe por se firmar em elles, que recebem delles ajuda proveitosa. E achei certo avysamento pera, quando a besta sobe per algũa sobida muyto alta, [LEBC, XV]
- (22) a. (con)uẽ a ssaber, assi en casas com(m)o en viñas com(m)o en aruores com(m)o en resios, assi commo estam c(er)çadas de deredor de vallo a vallo [DN, HGP105, 1289, XIII]
- b. E elles, quando esto ouvirom, armaronse logo ho mais toste que poderom e cavalgarõ em seus cavallos. E os mouros, como erã muytos ademais, fezeron de sy quinze aazes; e assi foro daquella maneira ataa onde estavã os ifãtes e cercarõnos todos arredor. [CGE, XIV]

- c. E asy o ffez el rey que naquelle dia começou a fazer obra em suas casas e cercar a cidade ao redor, [CRB, XVI]

A informação do percurso do movimento está presente tanto na raiz dos verbos *entrar*, *sair*, *subir* e *cercar* quanto nas expressões preposicionadas / adverbiais que eles projetam, podendo ser esquematizados razoavelmente assim:

Esquematização dos exemplos (19) a (22)

verbo	satélites¹²
<i>entrar</i>	<i>(para) dentro</i>
MOVER PARA DENTRO	DENTRO
<i>sair</i>	<i>(para) fora</i>
MOVER PARA FORA	FORA
<i>subir</i>	<i>para cima / acima</i>
MOVER PARA CIMA	CIMA
<i>cercar</i>	<i>arredor</i>
MOVER EM VOLTA	EM VOLTA / AO REDOR ¹³

Fonte: Elaboração própria

Procurei colocar exemplos de vários séculos e tipos de texto para atestar que as expressões espaciais com a dupla marcação do percurso estão presentes no português desde os primeiros textos, ao contrário do que prescrevem os gramáticos. Mas aqui cabe perguntar em que medida as estruturas com e sem redobramento (como *entrar dentro* e *entrar em/por* etc.) representam diferentes cenas espaciais. Do ponto de vista da Semântica Cognitiva, cada preposição (simples e complexa) tem a função primária de perspectivizar (cf. KEWITZ *et al.* 2018) e, assim, estaríamos diante de cenas distintas ou, ao menos, nuances de recorte da cena espacial. Por outras palavras, seriam as expressões *entrar em X* e *entrar dentro de X* representativas de perspectivas distintas da mesma cena espacial? Essa pergunta só poderá ser respondida em outro momento, comparando-se dados de diferentes séculos e textos¹⁴. Retomo essa questão nas considerações finais do artigo.

Outra questão que surgiu, ao observar dados do CIPM, se refere ao verbo *descer*. Costuma-se listá-lo com o demais - *entrar*, *sair* e *subir* sobretudo - pelo fato de ser usado em estruturas redobradas como *descer para baixo*. No entanto, esse verbo no português arcaico ora aparece na forma *descender* (do latim *descendere*), ora na forma *decer/descer*, ambas com o sentido de MOVIMENTO PARA BAIXO e de PROCEDÊNCIA POR GERAÇÃO (daí o uso atual de *descendente*),

12 Utilizo aqui o termo *satélite* a partir da terminologia de Talmy (2000a, 2000b) sem o compromisso de discutir a pertinência desse termo, nem as categorias que compõem essa classe. Trata-se apenas de um jeito simples de incluir nessa categoria as preposições (simples e complexas) e os advérbios. A respeito da distinção entre essas duas classes, remeto o leitor aos estudos de Lemle (1984), Teixeira (2001) e Castilho (2010), entre outros. Para uma discussão sobre as propriedades formais e semânticas das preposições complexas, v. Almeida *et al.* (2018).

13 Nos textos do português arcaico consultados, não ocorre a expressão *em volta (de)*, mas apenas *ao redor / derredor / arredor* redobrando o movimento circular com o verbo *cercar*.

14 Além de observar dados de textos de tipologia distinta, vale lembrar que é também crucial considerar as diferentes tradições discursivas dos textos. Também relevante será observar os dados em contextos semelhantes de uso dos verbos e das expressões representativas do percurso do movimento.

como mostram os exemplos (23) e (24) a seguir:

(23) MOVIMENTO PARA BAIXO

- a. E entõ decendeo o enperador do cauallo cõ piedade e fez aly justiça da morte daquel filho da viuua. [OE, XV]
- b. E imdo por a veigua que hee amtre a Feira e Çaffra, o Mestre dõ Martinhanês começou de deçer muy rijo da çerra domde estava com suas gemtes e cõ outros muitos que lhe depois recreçerão, mostramdo de dar na oste do Comde. [CDJI, Parte 2, XV]

(24) PROCEDÊNCIA POR GERAÇÃO

& se hy n(on) ouu(er) fillo léédimo. fiquẽ áá mayor filla léédima se a hy ouuer. E esto seia guardado en todos aq(ue)les q(ue) de uos decerẽ léédimos p(er)a todo semp(re). E sse uos don A(ffons)o meu filço non ouu(er)des filço ou filya léédima; os dauãdictos Castelos e vilas; tornesse a'IRey d(e) Port(ugal). E out(r)ossi se uosso filço. ou uossa filya. ou uosso neto. ou uossa neta. ou os out(r)os q(ue) decerẽ de uossa semẽ||te|| léédimamẽ||te|| {tre} nõ ouuerẽ filyo léédimo. ou filya léédima. ou irmao. ou irmáa. ou tyo. ou tya. ou out(r)o p(ro)pĩquo que decẽda léédimamẽte de uossa semẽ||te||. e o linagẽ que decer d(e) uos léédimamẽte for estinto; os sobred(i)c(t)os Castelos e vilas tornesse A'IRey de Port(ugal) sen neua (con)tenda e sen nẽuũ enbargo. E uos nẽ neúú q(ue) de uos decenda nõ possades doar. nẽ uender. nẽ cãbyar. nẽ empenorar. [Carta de doação ao Infante D. Afonso das vilas e dos castelos de Marvão, Portalegre e Arronches, Chancelaria de D. Afonso III, CA012, 1271, XIII]

Nos exemplos (23a) e (23b), as formas *descender* e *descer* aparecem com o sentido de movimento para baixo, ambos com a indicação do ponto inicial do percurso pela preposição de (*do cauallo*, *da çerra*, respectivamente). No exemplo (24) as duas formas (*descer* e *descender*) aparecem recorrentemente no sentido de procedência por geração, marcada pela preposição *de*.

A forma *descer* (grafada *decer* no português arcaico) aparece com menor frequência do que os demais verbos aqui retratados. Essa constatação também mereceria pesquisas mais aprofundadas pelo fato de certas informações espaciais serem mais ativadas do que outras considerando, por exemplo, os pares nos eixos espaciais como *cima-baixo*, *frente-trás* etc¹⁵.

Voltando à questão central do artigo, apesar da baixa ocorrência de *descer/descender* no CIPM com sentido de movimento para baixo, é preciso fazer aqui algumas ressalvas: (i) no *Dicionário de Verbos do Português Medieval* (DVPM), não consta uma entrada para *descer*, apesar de ser encontrado no *corpus*; há apenas a entrada para *descender* em que se apresentam os dois sentidos exemplificados em (23) e (24); (ii) para a observação de dupla marcação do percurso com *descer*, é importante atentar para o fato de as expressões espaciais com *baixo* começarem a aparecer nos textos do século XV, conforme atestam Kewitz *et al.* (2020), a partir de outros autores:

15 Batoréo (2000), por exemplo, constata menor frequência de uso de expressões com *trás* comparando-se com outras dos eixos vertical, horizontal e transversal. Para mais detalhes sobre os eixos espaciais, razoavelmente equivalentes aos esquemas imagéticos propostos por Lakoff (1987), v. Castilho (2006, 2010), entre outros.

A explicação para a ausência de *baixo* em construções com sentido locativo é dada por Said Ali (1971 [1921]), Mattos e Silva (1989) e Costa (2004): a expressão indicativa de espaço /inferior/ no português até o século XV era *fundo*. (...) Said Ali (1971: 191) aponta que as locuções *em baixo, para baixo* etc. apareciam ainda muito timidamente no século XV. No entanto, encontramos várias construções com *baixo* em textos do século XV para indicar a orientação espacial /inferior/ (...). (KEWITZ *et al.* 2020, p. 332)

Assim, foi necessário buscar dados não apenas com o verbo *descer* em suas diferentes formas, como também as expressões com *fundo* (*a fundo, em fundo*), como se vê no exemplo (25) a seguir:

(25) Os castelaños, vemdo que el Rey tinha aimda de passar o rio que o Comde ja tinha passado e que avia de decer a elle per hũa ladeira a ffumdo, poseram se muitos a cavallo pera os arremesar a de cima, [caa] o podiam bem fazer a seu salvo. [CDJI, Parte 2, XV]

Apesar disso, o exemplo (25) foi um dos poucos dados de redobro do percurso do MOVIMENTO PARA BAIXO encontrados no CIPM. A explicação para isso pode estar atrelada ao uso de outra expressão indicativa de espaço /inferior/, frequente nos textos dos séculos XIII e XIV. Trata-se de *juso* (ou *iuso*), proveniente do latim *iusum*, forma reduzida de *deorsum*, que significava justamente PARA BAIXO, EMBAIXO (cf. MACHADO FILHO 2013, p. 289). Alguns poucos exemplos foram encontrados, como se vê em (26) a (28):

(26) Mui gran dereit' é d' as bestias obedecer ... / Aquel logar a pe dun mont' está / en que muitas cabras montesas á; / ond' estraña maravilla avêo ja, / ca foron todas ben juso decer [CSM052, XIII]

(27) Quando aquest' ouve dito aquel herege sandeu, / log' a aquela omagen a cinta lle decendeu / juso como a moller virgen, e logo lle descreceu /o ventr', assi come ante que foss' ela conceber. [CSM306, XIII]

(28) E Galaaz chamou os outros e disse-lhes: – Vinde e ergamos esta pedra e veremos que há sob ela. E eles decerom juso e el filhou a pedra e ergueo-a alto e vio de juso ão corpo tam queimado e tam marteirado de fogo que nom há [h]omem que o visse que nom devesse a haver dele doo. [DSGraal, XIII/XV]

Esses dados demonstram que o redobrimento do percurso do movimento /inferior/ já ocorria desde os primeiros textos portugueses, assim como com os demais verbos (*entrar, sair, subir* e *cercar*). Nos textos dos séculos XIII e XIV, são usados *juso* e *fundo* na indicação de percurso do movimento /inferior/; nos textos do século XV, ao lado de *fundo*, aparecem as expressões com *baixo*; e a partir do século XVI essas parecem ser as expressões representativas do espaço /inferior/ por excelência no português em suas várias construções (*debaixo, abaixo, embaixo, para baixo, por baixo* e *por debaixo*). Apesar de não ter encontrado dados com *descer abaixo/para baixo* no CIPM, o redobrimento ocorre com o verbo *cair* + *ajuso* (exemplo 29) e *cair* + *abaixo* (30), semelhantemente ao que ocorre em italiano na expressão *cadere giù* (IACOBINI 2009, p. 32):

(29) E veeron outros cristãos que leixara el rei dõ Paayo na cova contra elles e mataron delles muytos. E os que poderõ escapar foronsse a Levana, que he na ribeira do ryo Deva, e acolheronsse aa serra e sobyron ã cima do monte. E o monte cayu com elles ajuso ã fũdo do rio e morreron ally todos so a augua e so as penas. [CGE, XIV]

(30) e por ver e dar synal de tudo o que vya, amdava com a cabeça tão amede de hũa bamda e da outra que quasy estive pera cahir do cavallo abaixo com o syso perdido, e não he muito de espantar dos grandes gastos d elles, pois que o dinheiro he tanto, e tem tão grandes riquezas. [CRB, XVI]

Os dados acima se assemelham às ocorrências do italiano *cadere giù* atestadas por Iacobini (2009, p. 32) em textos de Dante Alighieri (sécs. XIII-XIV), a que se somam *entrare dentro*, *tirare fuori* etc. A título de generalização, apresento no quadro abaixo a origem dos verbos levantados neste artigo, *entrar*, *sair*, *subir*, *descer/descender*, *cercar* e *cair*, e os sentidos atribuídos pelos dicionários:

Quadro 1. Etimologia e sentidos dos verbos *entrar*, *sair*, *subir*, *descer/descender*, *cercar* e *cair*

Verbo	étimo	sentidos espaciais básicos
<i>Entrar</i>	lat. <i>intrare</i>	deslocar-se/mover-se de fora para dentro
<i>Sair</i>	lat. <i>salire</i>	deslocar-se/mover-se de dentro para fora
<i>subir / sobir</i>	lat. <i>subire</i>	deslocar-se/mover-se para cima, mover-se para um lugar mais alto
<i>descer / descender</i>	lat. <i>descendere</i> ou origem contro-vertida	deslocar-se/mover-se para baixo movimentar-se no sentido do mais alto para o mais baixo
<i>Cercar</i>	lat. tardio <i>circare</i>	mover (algo) em volta/ao redor, delimitar, circundar ou proteger uma área, impedir a passagem
<i>Cair</i>	lat. <i>cadere</i>	mover-se de cima para baixo; ir ao chão

Fontes: Machado Filho (2013), *Dicionário de Verbos do Português Medieval* e *Dicionário Aulete Digital* (elaboração própria)

Retratei esses verbos pelo fato de serem os que mais frequentemente ocorrem¹⁶ com redobramento da informação do percurso do movimento, ou seja, essa informação está tanto no verbo quanto nas expressões preposicionadas ou adverbiais na mesma sentença, como já mencionado anteriormente.

Considerações finais

Algumas questões e observações foram colocadas ao longo do artigo, mas mais do que respostas, apresento outras questões ou observações numa sorte de encaminhamento de pesquisas futuras. Como ponto de partida, retomo o Princípio de Recursão do quadro da Abordagem Multissistêmica (CASTILHO 2015) para pensá-la em conjunto com as operações de conceitualização da Semântica Cognitiva, como a Perspectiva (TALMY, 2000a, 2000b).

16 É possível que outros verbos de movimento ocorram com redobramento, mas certamente esses são os que tanto frequentam as listas de pleonasmos nas gramáticas quanto os que ocorrem em diversos *corpora*.

O Princípio de Recursão tem sido observado mais detidamente nos subsistemas da Gramática, a exemplo dos casos de redobramento sintático (duplicação de pronomes, construções de tópico, concordância) e de reanálise (fronteiras de constituintes), e do Discurso, como os processos de Repetição, Correção e Paráfrase (cf. JUBRAN Org. 2015). No Léxico, a recursividade costuma ser aplicada em casos de relexicalização de preposições como *desde* (de + ex > des > des + de > desde), *perante* (per + ante) etc. Já na Semântica, Castilho (2015) insere os casos de sinônimos ou palavras de sentido próximo. No entanto, considerando processos como polissemia, invariância, metáfora, metonímia etc., estudados sobretudo no quadro da Semântica Cognitiva, o Princípio de Recursão semântica pode ser observado em outros fenômenos, como é o caso da dupla marcação do percurso do movimento nos exemplos mostrados com *entrar*, *sair*, *subir*, *descer*, *cair* e *cercar* em dados do português arcaico.

Assim, o redobramento engloba não só elementos sintáticos, mas também semânticos, sem que se atribua a única função de ênfase, como se vê nas gramáticas normativas. Nesse caso, a pergunta em relação ao redobramento pode ser recolocada da seguinte forma: que sentido está sendo reativado em cada fenômeno de redobramento? Retomando os casos analisados por Moraes de Castilho (2005), Castilho *et al.* (2019) e aqueles apresentados neste artigo para expressões de movimento, proponho o seguinte quadro (exemplos adaptados dos autores para fins de simplificação):

Quadro 2. Sistematizando os fenômenos de redobramento

Fenômenos ou elementos redobrados	Sentido	Exemplos
Construção de Tópico (Sujeito, Objeto Direto, Objeto Indireto, Complemento Oblíquo, Adjunto)	Foco no referente (tema)	<i>O menino ele foi embora</i> <i>Vi-o a ele</i> <i>Dei-lhe a ele</i> <i>E esta moça casou com ela o João</i>
Pronomes possessivos	Posse	<i>sa madre dela</i>
Pronomes locativos e temporais	Lugar e Tempo	<i>aqui em casa; hoje neste dia</i>
Elementos de negação (pronomes, advérbios)	Negação, exclusão	<i>Nenhum não me viu</i> <i>Nunca jamais disse isso</i>
Concordância verbal (CV) e nominal (CN)	Quantidade e Gênero	<i>Todos os caras falam muito (CV)</i> <i>As casas amarelas (CN)</i>
Verbo de percurso + expressões de percurso	Percurso do Movimento	<i>entrar dentro, sair fora, subir para cima, descer para baixo, cair abaixo, cercar em volta</i>

Fonte: elaboração própria

O quadro acima permite observar a atuação do Princípio de Recursão tanto sintática quanto semanticamente. No entanto, se o redobramento corresponde a expressar a mesma informação duas vezes, estaríamos então diante de casos de variação com expressões que não codificam o redobro? Ou seja, as expressões redobradas e não redobradas seriam alternantes na construção de um mesmo evento ou cena e, nesse sentido, *entrar dentro da casa* e *entrar na casa* seriam

variantes? De acordo com a Semântica Cognitiva, *dentro de* e *em* perspectivizam a cena do deslocamento distintamente e assim não seriam variantes, ainda que *dentro de* e *em* remetam ao Esquema Imagético de *container* (cf. LAKOFF 1987). E o mesmo se aplica aos demais verbos e expressões de redobramento retratados aqui.

Outra questão, atrelada à anterior, diz respeito ao que se vê na literatura sobre redobramento em algumas línguas, especialmente as românicas: as chamadas *partículas de reforço* (cf. IACOBINI; MASINI 2006) têm mesmo essa única função? Pela definição de redobramento dada por Moraes de Castilho (2005), em que X e Y são correferenciais, talvez seja possível responder afirmativamente. No entanto, pela função primária das preposições de estabelecer uma determinada *perspectiva*, a resposta terá de ser negativa.

Para resolver esse suposto impasse entre a observação das formas e dos sentidos, mais pesquisas são necessárias. Adicionalmente, mais pesquisas são necessárias para outros casos levantados neste artigo e outros não mencionados, mas que são igualmente dignos de nota, quais sejam:

(a) A análise das configurações espaciais dos verbos *entrar*, *sair*, *subir*, *descer*, *cair* e *cercar* em diferentes projeções (*a*, *para*, *em*, *de*, *por*, dêiticos locativos e preposições complexas), além daquelas levantadas aqui.

(b) Uma análise apurada dos usos metafóricos desses mesmos verbos, como em *entrar em conflito*, *entrar para a política*, *sair do prumo*, *descer dos tamancos*, *sair na avenida*, *subir na vida*, *cerca a galinha de todos os lados*, *cair em tentação*, entre tantas outras.

(c) O percurso histórico das construções com *baixo*, *fundo* e *juso* no português para a expressão de espaço /inferior/.

(d) A possibilidade de colocar o português não como uma língua exclusivamente *verb-framed* (cf. TALMY 2000b), mas sobretudo como uma língua de padrões híbridos por também abrir espaço para o uso de verbos de modo do movimento (*caminhar*, *correr*, *saltar*, *saltitar*, *deslizar* etc.), assim como o inglês (*satellite-framed*). Além disso, a dupla marcação de informações espaciais, seja no verbo e preposições / advérbios, seja em outros elementos, pode apontar para uma tipologia distinta ou mais flexível das línguas naturais, já que várias delas apresentam as chamadas expressões redundantes (cf. SAMPAIO *et al.* 2009, IACOBINI 2009, entre outros).

(e) Não menos importante é a análise dos fenômenos e aspectos elencados acima a partir da tipologia textual em que os dados ocorrem. Por outras palavras, não é porque um determinado item linguístico ou sentido não aparece em determinado período que significa que a língua tenha mudado, e sim apenas que certos tipos de textos, com suas tradições discursivas, não dão margem ao uso dessas formas (cf. JACOB 2001, KABATEK 2006, entre outros).

Referências

ALMEIDA, M. L. L.; LEMOS DE SOUZA, J.; KEWITZ, V. Preposições complexas: moldes e modos. In A. M. Tenuta; S. M. Coelho (orgs.) *Uma abordagem cognitiva da linguagem: perspectivas teóricas e descritivas*. Belo Horizonte: FALE UFMG, 2018, p. 157-179.

ASKE, J. Path predicates in English and Spanish: A closer look. In: *Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, 1989, p. 1-14.

BATORÉO, H. *Expressão do Espaço no Português Europeu Contributo Psicolinguístico para o Estudo da Linguagem e Cognição*, Lisboa: FCT e Fundação Calouste Gulbenkian, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, [Dissertação de Doutoramento, Lisboa: FLUL, 1996]. 2000.

CASTILHO, A. T. de. Proposta funcionalista de mudança linguística: os processos de lexicalização, semanticização, discursivização e gramaticalização na construção das línguas. In T. Lobo; I. Ribeiro; Z. Carneiro; N. Almeida (orgs.) *Para a História do Português Brasileiro*. Vol.VI: Novos dados, Novas análises, Tomo I. Salvador: EDUFBA, 2006, p. 223-296.

CASTILHO, A. T. de. Abordagem da língua como um sistema complexo. Contribuições para uma nova Linguística Histórica. In: A.T. de Castilho; M.A. Torres Morais; R.E.V. Lopes; S.M.L. Cyrino (Orgs.) *Descrição, história e aquisição do português brasileiro. Homenagem a Mary A. Kato*. Campinas: Pontes / Fapesp, 2007, p. 329-360.

CASTILHO, A. T. de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTILHO, A. T. de. Princípio de Projeção. In A. P. Sedrins; A. T. de Castilho; M. A. Sibaldo; R. B. de Lima (Orgs.) *Por amor à Linguística: miscelânea de estudos linguísticos dedicados à Maria Denilda Moura*. Maceió: EDUFAL, 2012, p. 29-64.

CASTILHO, A. T. de. O que se entende por língua e por gramática. 2ª versão do primeiro capítulo de *Nova Gramática do Português Brasileiro*, ms., 2015.

CASTILHO, A. T. de; MORAES DE CASTILHO, C. M.; MARONEZE, B.; BUIN-BARBOSA, E.; CALDEIRA, M.; FERNANDES, F. O.; OLSEN, J. Diacronia da Concordância. In Castilho, A.T. de (org.) *História do Português Brasileiro*, vol. 5: Mudança sintática das construções: perspectiva funcionalista. São Paulo: Contexto, 2019, p. 284-400.

CIFUENTES FÉREZ, P. *Motion in English and Spanish: A Perspective from Cognitive Linguistics, Typology and Psycholinguistics*. PhD. Dissertation, English Philology, Murcia University. 2008. Disponível em <<http://www.tesisenred.net>>. Acesso em 13 de março de 2019.

CROFT, W.; BARÐDAL, J.; HOLLMANN, W.; SOTIROVA, V.; TAOKA, C. Revising Talmy's typological classification of complex event constructions. *Contrastive studies in construction grammar*, 10, 2010, 201-236.

CUNHA, C. F. *Gramática da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Mec/Fename, 1982.

CUNHA, C. F.; CINTRA, L. F. L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

Dicionário Aulete Digital. Disponível em <<http://www.aulete.com.br/>>. Último acesso em 12/02/202.

Dicionário de Verbos do Português Medieval. Disponível em <<https://cipm.fcsh.unl.pt/verbos/indiceverbos.jsp>>. Acesso em 12/01/2020.

EGOROVA, E.; TENBRINK, T.; PURVES, R. S. Fictive motion in the context of mountaineering. *Spatial Cognition & Computation*, 18(4):259–284, 2018.

IACOBINI, C. The role of dialects in the emergence of Italian phrasalverbs. *Morphology*, 19, 15-44, 2009.

IACOBINI, C; MASINI, F. The emergence of verb-particle constructions in Italian: locative and actional meanings. *Morphology*, v. 16, n. 2, p. 155-188, 2006.

JACOB, D. ¿Representatividad lingüística o autonomía pragmática del texto antiguo? El ejemplo del pasado compuesto. In Jacob, D.; Kabatek, J. (eds.) *Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica. Descripción gramatical – pragmática histórica – metodología*. Frankfurt am Main: Vervuert; Madrid: Iberoamericana, p. 153-176, 2001.

JUBRAN, C. C. S. (org.) *Construção do texto falado*. Vol. 1. Gramática do Português Culto Falado no Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

KABATEK, J. Tradições discursivas e mudanças lingüísticas. In: T. Lobo; I. Ribeiro; Z. Carneiro; N. Almeida (orgs). *Para a história do português brasileiro*. Tomo II. Salvador, EDUFBA, p. 505-530, 2006.

KEWITZ, V. A noção de deslocamento no Português Paulista: uma abordagem cognitiva. In Hora (org.) *Anais do VI Congresso Internacional da Abralín*. João Pessoa: Idea. CD-ROM. 2009.

KEWITZ, V. Double path: a typology of Brazilian Portuguese. In Silva, A. S; Martins, J. C.; Magalhães, L.; Gonçalves, M. (eds.) *Actas do Congresso Internacional de Comunicação, Cognição e Media*. Braga: Aletheia / Univ. Católica de Braga, p. 153-168, 2010.

_____. A representação de movimento no Português Paulista. *Filologia e Linguística Portuguesa*, v. 13(1), p. 89-125, 2011.

KEWITZ, V.; ALMEIDA, M. L. L. de; LEMOS DE SOUZA, J. Algumas dimensões espaciais: o caso de *cerca, cima e baixo*. In Ilari, R.; Basso, R. (orgs.) *História do Português Brasileiro*, vol. 8: História da Semântica do Português Brasileiro. São Paulo: Contexto, p. 302-345, 2020.

KEWITZ, V.; ALMEIDA, M. L. L. de; LEMOS DE SOUZA, J.; GONÇALVES, C. As preposições: aspectos históricos e usos atuais. In Lopes, C. (org.) *Mudança sintática das classes de palavra: perspectiva funcionalista*. Vol. 4 de *História do Português Brasileiro* [coordenação geral de Ataliba T. de Castilho]. São Paulo: Contexto, p. 294-385, 2018.

LAKOFF, G. *Women, Fire and Dangerous Things: what categories reveal about the mind*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

LEMLE, M. *Análise sintática*. São Paulo: Ática, 1984.

MACHADO FILHO, A. V. *Dicionário Etimológico do Português Arcaico*. Salvador: EDUFBA, 2013.

Diadorim, Rio de Janeiro, vol. 22, número 2, p. 328-348, 2020.

MORAES DE CASTILHO, C. M. Locativos, fóricos, articuladores discursivos e conjunções no português medieval. Gramaticalização de *ende/en* e de *porende/porém*. *Filologia e Linguística Portuguesa*, vol. 6: São Paulo: Humanitas, p. 53-100, 2004.

_____. *O Processo de redobrimento sintático no português medieval. A formação das perífrases de estar*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, tese de doutoramento, 2005.

_____. Inventários e Testamentos como documentos linguísticos. *Filologia e Linguística Portuguesa*, Vol. 13(1), p. 261-285, 2011.

ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 30ª edição (1992 [1972]).

SAMPAIO, W., SINHA, C.; SILVA SINHA, V. Mixing and mapping: motion, path and manner in Amondawa. In: J. Guo, E., Lieven, N. Budwig, S. Ervin-Tripp, K. Nakamura, Ş. Özlişkan (eds.), *Crosslinguistic Approaches to the Study of Language. Research in the Tradition of Dan Isaac Slobin*. London and New York: Psychology Press, 649-667, 2009.

SANTOS FILHO, D. G. *Padrão tipológico do português: um estudo dos vestígios de satélites na expressão do movimento e do trajeto*. Dissertação de Mestrado (Linguística), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Florianópolis, 2013. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/123133>>. Acesso em 13/08/2018.

_____. *A expressão do modo de movimento no português brasileiro*. Tese de Doutorado (Linguística), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Florianópolis, 2018. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/198776>>. Acesso em 17/01/2020.

SLOBIN, D. I. Two Ways to Travel: Verbs of Motion in English and Spanish. In Thompson, S.; Shibatani, M. (eds.) *Grammatical Constructions: Their Form and Meaning*. Oxford: Clarendon Press, p. 195-219, 1996.

SLOBIN, Dan I. The many ways to search for a frog: Linguistic typology and the expression of motion events. In S. Strömquist; L. Verhoeven (eds.), *Relating events in narrative: Typological and contextual perspectives in Translation*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, pp. 219-257, 2004.

_____. Relating Narrative Events in Translation. In D. Ravid; H. B. Shyldkrot (eds.) *Perspectives on language and language development: Essays in honor of Ruth A. Berman*. Dordrecht: Kluwer, p. 115-129, 2005a.

_____. Linguistic representations of motion events: What is signifier and what is signified? in C. Maeder; O. Fischer; W. Herlofsky (eds.) *Iconicity Inside Out: Iconicity in Language and Literature 4*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, p. 307-322, 2005b.

_____. What makes manner of motion salient? In M. Hickmann; S. Robert (eds.) *Space in languages: Linguistic systems and cognitive categories*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, p. 59-82, 2006.

TALMY, L. How Language Structures Space. In: *Spatial Orientation*. New York: Plenum. 225–282, 1983.

TALMY, L. Lexicalization patterns: Semantic structure in lexical forms. In T. Shopen (ed.) *Language typology and lexical descriptions*: Vol. 3. Grammatical categories and the lexicon. Cambridge: Cambridge University Press, p. 36-149, 1985.

_____. Lexicalization Patterns: Typologies and Universals. *Cognitive Science Report*, n. 47. Cognitive Science Program. University of California, Berkeley, 1987.

_____. Path to realization: A typology of event conflation. *Proceedings of the Seventeenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistic Society*, p. 480-519, 1991.

_____. *Towards a Cognitive Semantics. Vol. I: Concept Structuring Systems*. Cambridge, Massachusetts, MIT Press, 2000a.

_____. *Towards a Cognitive Semantics. Vol. II: Typology and Process in Concepts Structuring*. Cambridge, Massachusetts, MIT Press, 2000b.

TEIXEIRA, J. *A verbalização do espaço: modelos mentais de frente/trás*. Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho. Coleção Poliedro, 2001. Disponível em <<http://hdl.handle.net/1822/4517>>. Acesso em 04/01/2017.

ZLATEV, J.; YANGKLANG, P. A third way to travel: The place of Thai and serial verb languages in motion event typology. In S. Stromqvist; L. Verhoeven (eds.) *Relating events in narrative: Typological and contextual perspectives*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, p.159-190, 2004.

ANEXO: Siglas das fontes e corpora utilizadas nos exemplos

CIPM - *Corpus Informatizado do Português Medieval* (<<https://cipm.fcsh.unl.pt/>>. Último acesso em 23/03/2020)

Século XIII

CA = Chancelaria de Afonso III

CEM = Cantigas de Escárnio e Maldizer

CSM = Cantigas de Santa Maria

DN HGP = Documento Notarial - História do Galego-Português (Clarinda Maia)

DSGraal = Demanda do Santo Graal (cópia do séc. XV, de um possível original francês do séc. XIII)

FR = Foro Real

Século XIV

CGE = Crónica Geral de Espanha

LM = Livro de Montaria

Século XV

CDJI = Crônica de Dom João I (Partes 1 e 2)

CDPMen = Crônica de Dom Pedro de Meneses

LEBC = Livro da Ensinança do Bem Cavalgar Toda Sela (Dom Duarte)

OE = Orto do Esposo

Século XVI

CRB = Crônica dos Reis de Bisnaga

PHPP II - *Corpus do Projeto de História do Português Paulista (I e II)*

AI (séc. XVIII) = Cartas de Aldeamentos de Índios, in Simões, José da S.; Kewitz, Verena (2006) *Cartas Paulistas dos séculos XVIII e XIX*. Humanitas, São Paulo, CD-ROM. Disponível em <<http://phpp.fflch.usp.br/corpus>>. Último acesso em 17/10/2019.

Seb (séc. XVIII) = *Militares e Capitão Mór de São Sebastião e Vila Bela (1721-1819)*, in Simões, José da S. (2007) *Sintaticização, discursivização e semanticização das orações de gerúndio no português brasileiro*. Tese de Doutorado, FFLCH, USP, Vol. II. Disponível em <<http://phpp.fflch.usp.br/corpus>>. Último acesso em 17/10/2019.

Mem FGMD (séc. XVIII) = *Memória Histórica da Capitania de São Paulo*, escrita por Frei Gaspar da Madre de Deus. Edição semidiplomática Simões *et al.* (2013a), disponível em <<http://phpp.fflch.usp.br/corpus>>. Último acesso em 11/10/2019.

Mem JB (séc. XIX) = *Memoria economica e metallurgica sobre a fabrica de ferro de Ypanema Sorocaba*, 1820, escrita por José Bonifácio de Andrada e Silva. Edição semidiplomática por José da Silva Simões, 2007. Disponível em <<http://phpp.fflch.usp.br/corpus>>. Último acesso em 15/10/2019.

FB (séc. XX) = *Filologia Bandeirante*. Inquéritos orais com falantes analfabetos ou de baixa escolaridade, da zona rural (SP, MT, GO, MG), Projeto *Filologia Bandeirante* (coord. pelo Prof. Dr. Heitor Megale, USP). Material inédito.



**PLASTICIDADE DISCURSIVO-TEXTUAL:
MECANISMOS DE REANÁLISE
TEXTUAL AND DISCURSIVE PLASTICITY:
MECHANISMS OF REANALYSIS**

Graça Rio-Torto¹

RESUMO

Cada ‘classe de palavras’ está prevalentemente associada a determinadas funções e processos de constituição do enunciado: os nomes à referenciação, os adjetivos à predicação. A cada nome ou a cada adjetivo estão associados representações semânticas e conceituais mais prototípicas, mas em texto ou em situação discursiva tais representações podem sofrer alterações substanciais, que os colocam até nos antípodas da sua polaridade matricial. Será aqui explorada a capacidade de alguns nomes e adjetivos assumirem novos valores discursivos e pragmático-funcionais, em vista ao conhecimento das suas condições e dos seus efeitos de uso, uma vez amplamente documentado que os critérios semanticamente não multifactoriais e não ancorados no uso não são suficientes para descrever e explicar a plasticidade discursivo-textual e pragmático-funcional de algumas palavras, no seu uso concreto em situação de interação. No decurso deste estudo observam-se alguns mecanismos de reanálise funcional — gramaticalização, dessemanticização, discursivização, (inter)subjectificação, expressivização — que os itens lexicais sofrem em situação de uso.

PALAVRAS-CHAVE: Reanálise; Plasticidade textual e discursiva; Semântica Cognitiva; Gramaticalização; (Inter)subjectificação.

ABSTRACT

Each class of words is mainly associated with certain functions and processes of discursivisation: the names to the referenciation, the adjectives to the predication. Each name or adjective is associated with prototypical semantic and conceptual representations, but in text or in discursive situation such representations can undergo substantial changes, which can place them in the antipodes of their polarity matrix. The ability of some names and adjectives to assume new discursive and pragmatic-functional values will be explored here, in view of the knowledge of their conditions and their effects of use, once widely documented that non-multifactorial semantic criteria are not sufficient to describe and explain the discursive-textual and pragmatic-functional plasticity of some words, in their interactive use. In this study, some mechanisms of functional reanalysis are observed — grammaticalization, dessemanticization, discursivification, (inter)subjectification, expressivization — that lexical items suffer in a situation of use.

KEYWORDS: Reanalysis; Textual and discursive plasticity; Cognitive semantics; Grammaticalization; (Inter)subjectification.

¹ Professora Catedrática de Linguística da Universidade de Coimbra. Autora de numerosas publicações na área da Linguística. Atua na graduação e na pós-graduação. Diretora do Doutorado em Linguística do Português: <https://apps.uc.pt/courses/pt/course/7361>



Introdução

No âmbito de uma perspectiva pragmaticista e de uso da língua, que aqui se adota, importa explicitar algumas das premissas que norteiam a reflexão que se segue: (i) a delimitação do semantismo de cada unidade lexical não pode deixar de ter em conta a sua funcionalidade, a qual em caso algum é isolável do uso efetivo, do comportamento textual, discursivo e pragmático de cada palavra; na senda de Moura Neves (2011, 2018a, 2018b), esta perspectiva será denominada de “Linguística funcional baseada no uso”; (ii) a imersão discursivo/textual dos itens pode obrigar à sua recolocação numa nova classe (categorial, semântica), diversa da mais matricial e/ou prototípica, em função dos processos — predicação, referenciação, quantificação, intensificação — de constituição do enunciado e da interação verbal; (iii) o significado é flexível e perspectivista (SOARES DA SILVA, 2006), porque baseado no uso e no co(n)texto deste; (iv) a reanálise categorial/funcional dos itens, por força dos seus valores de uso, permite considerar escalas de prototipia — escalas de gramaticalização, de discursivização, de perspectivização, de deslizamentos figurais de sentido —, nas quais os usos de cada um gradientemente se posicionam, e que a gramática cognitivista das construções (LAKOFF, 1987, GOLDBERG, 1995, entre muitos outros) sustenta.

Um dos princípios do paradigma funcional da linguagem, o da iconicidade (relação de motivação entre forma e significado) é amiúde contornado e/ou enriquecido. Como na língua nada ocorre por acaso, há mecanismos de natureza cognitiva que ajudam a esclarecer o comportamento das unidades sígnicas que codificam os conteúdos conceptuais para fins comunicativos/interativos.

Os efeitos do uso no significado envolvem processos de alteração semântica que se podem traduzir por abstratização ou por genericização, por figuratividade (metaforização, metonimização, metaftonimização), por subjectificação, por expressivização, por desbotamento, por indistinção ou até mesmo por esvaziamento semântico. A perda/inexistência de iconicidade é patente em estruturas opacas, nas quais a relação entre forma e significado é/ parece ser arbitrária, no sentido de que se perdeu total ou parcialmente o significado original. A iconicidade é igualmente patente em construções cujo sentido é difuso, plural e/ou dotado de forte plasticidade, requerendo informações contextuais para a delimitação deste. Observaremos de que modo são codificados pelo Português do Brasil e pelo Português europeu (doravante PB e PE) alguns desses processos de transformação de sentidos em função do seu uso discursivo-textual, qual a interação entre diferentes mecanismos de reanálise (DETGES; WALTEREIT, 2002), quais os custos de processamento da opacidade ou da difusividade sémicas. Serão analisadas estruturas diversas, nomeadamente algumas que se prestam a leituras com elevado factor de expressividade e de interacionalidade.

Para além dos processos cognitivos (metáfora, metonímia, metaftonímia) presentes na construção textualizada do sentido das palavras, o significado destas exhibe também juízos de valor não atribuíveis a tais processos, mas ao mecanismo de subjetivização (ATHANASIADOU *et al.*, 2006; TRAUGOTT, 2010), amplamente valorizado pela Linguística Funcional e pela

Linguística Cognitiva. A manifestação do ‘ponto de vista’, constitutivo da categorização, está presente de forma quase sistemática em construções de predicação, tipicamente portadoras de significados caracterizados por juízos de valor e pela subjectividade, que não podem ser ignorados. A subjectificação torna-se constitutiva do significado da construção, algo bem patente nos derivados e nos afixos avaliativos (RIO-TORTO, 1993). A presença de uma forte componente subjectiva no semantismo de uma unidade lexical é até visível em lexemas técnicos; por definição, estes seriam tendencialmente mais unívocos; mas, por vezes, quando denominam realidades negativas (cf. *carcinoma*), acabam por ser objeto de valoração disfórica.

Os modelos radiais ou escalares de categorização permitem partir dos significados mais rotinizados para os menos rotinizados, por forma a descortinar o papel dos processos cognitivos e do ‘ponto de vista’ no desenvolvimento dos novos semantismos das palavras, nas construções discursivas (de nomeação, de predicação) de que fazem parte. No quadro seguinte encontram-se as construções a analisar.

Quadro 1 – Construções em análise neste texto

Construções
(um(a)) Senhor(a) (de)
(um/a) Bosta de
Resmas (de)
(um) Puto de
(uma) Puta de
(um/a) Baita de
Horrores (de); Podre de;
Bestial; Brutal; Tremendo

Fonte: elaboração própria

Graus de iconicidade/transparência e de projeção figural

O ser humano associa às entidades, propriedades, situações e aos itens lexicais que as codificam significações relacionadas com as suas experiências individuais e coletivas, mais/ menos experienciadas ou corporalizadas (‘embodied’). O grau de controlo que podemos exercer sobre entidades, propriedades, situações, o grau de importância (funcional, afetiva) que lhes atribuímos, o grau de empatia/antipatia que aquelas nos suscitam, o grau de (in)sucesso na interatividade que permitem, faz com que o semantismo idiossincrático e convencionalizado de que se rodeiam seja fulcral para o falante, para o interlocutor e, portanto, para a interação interpessoal.

As propriedades das entidades/situações convocadas para a expressão da (inter) subjectividade e/ou para a interação podem ter natureza variada, objectiva ou subjectiva, e

podem ser propriedades estereotipicamente ligadas a entidades ou situações, ou propriedades que o falante lhes associa *ad hoc* para otimizar a interação verbal.

Há propriedades mais icônicas e de processamento mais transparente e, nesse sentido, menos oneroso ²: em *TOP*, em *SHOW* ou nas formas verbais *AMEI* e *CHOQUEI*, tão usadas no Brasil, o sentido das palavras é transparente e não sofre alterações contextuais de monta. Já em *BARIL*, usado em Portugal em contexto informal, coloquial e familiar, com valor de ‘muito bom; ótimo’, sinalizando entusiasmo ou aprovação, a transparência semântica é nula, até pela origem obscura do mesmo, contribuindo porventura também para que o seu uso seja predominante na linguagem dos jovens, e não na dos mais séniore. O mesmo se diga de *QUE NEM É BOM!*, muito usado por jovens em Portugal, significando ‘muito, excessivo, demais’.

A relação entre as propriedades objetivas de um ser ou objeto, como a dimensão, e a sua (des)valorização é muito variável: há objetos mais pequenos que, não obstante os riscos que representam, são mais amistosos, por serem mais controláveis (cf. (1) *faquinha* vs. *facalhão*); mas a dimensão mais reduzida pode implicar menor valorização (cf. *jacarezinho* vs. *jacarezão*), em função de variáveis diversas, como o valor económico (cf. (2)):

(1). O ladrão ameaçou com uma *faquinha* vs. O ladrão ameaçou com um *facalhão*

(2). Os caçadores capturaram um *jacarezinho* vs. Os caçadores capturaram um *jacarezão*

À luz do padrão/valor de referência ‘perigosidade’, um *jacarezinho* pode ser encarado como mais empático — também porque mais inofensivo — do que um *jacarezão*. Em todo o caso, a avaliação (apreciativa, depreciativa) e a medição, ambas claramente perspectivizadas, não só trabalham em estreita articulação, como também configuram zonas de construção de sentidos transversais a quase todas as áreas do léxico.

Em construções do tipo de “um X de um N”, em que X tem valor predicativo, há casos em que o sentido da avaliação subjetiva não oferece dúvidas interpretativas, porque escorado no sentido convencionalmente estabelecido na comunidade.

(3). *um safado de* um jogador.

(4). *um idiota de* um jogador.

(5). *um bosta de* um jogador.

Com efeito, no caso do *SAFADO* e *IDIOTA*, o sentido de cada um dos predicadores é transparente e não sofre alteração no contexto de uso explicitado. Já no caso de *BOSTA*, do latim medieval *bostar*, *-aris* ‘curral de bois, estábulo’, o sentido concreto de ‘Excremento de gado bovino, ‘excremento de qualquer tipo’, ‘coisa sem qualidade, sem importância, sem utilidade’ sofre transformação figural, de tipo metaftonímico, passando a predicar ‘Indivíduo covarde, amoral ou sem dignidade’ (Dicionário Priberam da Língua Portuguesa³).

² Sobre a relação entre grau de iconicidade, transparência e velocidade de processamento, (MARTELOTTA; VOTRE; CEZARIO, 1996, p. 23).

³ Disponível em: < <https://www.priberam.pt/dlpo/>>. Acesso em: 04 set. 2018.

O valor predicativo de «*um bosta de um X*» facilmente se relaciona com o valor matricial de *bosta*, e o valor negativo deste será linearmente herdado a partir do original.

O mesmo pode acontecer em estruturas do tipo “um(a) SENHOR(a) (de um) N” (cf. FOLTRAN & NÓBREGA, 2016, cujos dados empíricos são inspirados nos destes autores):

- (6). Ela sempre vai a *umas senhoras* festas.
- (7). Foi *uma senhora de* uma festa!
- (8). Que *senhoras* apresentações! Fez *duas senhoras* apresentações no Carnegie Hall.
- (9). Ela comprou *um senhor* aspirador de pó.
- (10). Eu não fiquei traumatizado, mas levei *senhores* sustos!
- (11). Conseguiu *dois senhores cargos* no senado/Conseguiu *um senhor de* um cargo!

Nestes casos, do valor inicial de SENHOR (latim *senior*, *-oris* ‘mais velho’), ‘indivíduo distinto’ (Dicionário Priberam da Língua Portuguesa⁴), projeta-se uma ressemanticização no sentido de um valor predicativo de ‘excelente, grande, ótimo’, já dicionarizado.

Em ambas as circunstâncias estão presentes características típicas de um processo de gramaticalização que, segundo Heine; Claudi & Hünnemeyer (1991), são as seguintes e percorrem o seguinte trajecto, no âmbito do conteúdo:

pessoa > objeto > atividade > espaço > tempo > qualidade

Com efeito, em BOSTA e em SENHOR/A há um processo de reanálise, de ressemanticização, de trajetória do +concreto > - concreto, uma vez que os itens lexicais que designam entidades do mundo concreto são utilizados, à luz de um processo analógico, para designar conceitos/objetos de conceptualização mais abstratos (no sentido de menos tangíveis):

BOSTA deixa de denotar ‘excremento’ para predicar negativamente um ‘indivíduo sem dignidade’;

SENHOR/SENHORA deixa de denotar ‘indivíduo/a’ para adquirir um valor predicativo claramente encarecedor, favorável, positivo, já presente na conceptualização associada à denominação de *senhor/senhora*, em construções do tipo «porta-se como um senhor/uma senhora, e não como um/uma qualquer!».

Nas construções em apreço, SENHOR/SENHORA é recategorizado e reanalisado como adjetivo (*senhoras* festas). Adiante veremos que PUTO/PUTA passam de N a adjetivos (*puta emprego*) e a advérbios (*puta gelada, não ver putto*).

Algo de similar se verifica com construções de quantificação, como *MONTES DE, PILHAS DE, RESMAS DE, PALETES DE*. Estas construções funcionam essencialmente como

⁴ Disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/senhor>>. Acesso em: 04 set. 2018.

expressões quantitativas nominais de pluralidade vaga (não precisa, não cardinal) e elevada, as quais, por este facto, se permitem uma leitura concomitante ‘de grande intensidade’. Há desbotamento semântico do semantismo referencial de *MONTE, PILHA, RESMA, PALETE, CHARTER*, acompanhada de uma ressemanticização de ‘quantidade plural’ para > ‘grandes quantidades/grande intensidade de N’: *montes de vergonha; pilhas de lixo; paletes de turistas em Lisboa; resmas de casinhas brancas*:

(12) «Quando visitámos a Barroca Grande pela última vez, já as resmas de casinhas brancas, enfileiradas umas atrás das outras como num comboio, se haviam esvaziado». (Disponível em <<https://www.linguateca.pt/CETEMPUBLICO/resmas>>. Acesso em: 04 out. 2018)

A propósito destas construções “expressão de QUANT + DE + N”, afirma Brito (2013, p. 363-364) que:

nas expressões quantitativas com forma nominal o nome de quantidade tem um estatuto híbrido funcional/lexical: *funcional*, porque constitui uma forma de quantificação, e *lexical*, porque há interdependência entre a natureza semântica do primeiro e do segundo nome. Mas há uma gradação em relação a essa interdependência lexical: ela é fraca com nomes como *dúzia*, uma vez que este se pode usar com qualquer tipo de nome quantificável. [...] A interdependência lexical é forte com nomes de medida (*litro, grama*), uma vez que a escolha do nome de quantidade depende da natureza sólida ou líquida da matéria que está a ser objeto de quantificação.

Nas situações mais prototípicas, como resultado de um processo de gramaticalização, o item torna-se mais gramatical, assumindo posições mais fixas e tornando-se mais previsível no que diz respeito ao seu uso. Pelo contrário, como resultado de um processo de discursivização, o item torna-se menos gramatical, assumindo funções interativas e relacionadas com o processamento do discurso; por via de regra, o item perde as restrições gramaticais típicas de seus usos originais e vê o seu leque de possibilidades de colocação aumentado.

No caso de *montes de, pilhas de, resmas de* com valor quantificador/intensificador, os nomes deixam de ter um sentido literal e estrito para adquirirem, por metaftonímia e por gramaticalização, um valor mais abstrato de quantificador (‘grande quantidade de’), também marcado por maior subjectificação e expressividade favoráveis. *Montes de* caracteriza-se por uma interdependência lexical mais fraca do que *pilhas de/resmas de*, pois se combina, respetivamente, com entidades ± tangíveis (montes de lixo, montes de vergonha/medo) e +tangíveis (pilhas/resmas de lixo, *pilhas/resmas de vergonha/medo).

“Baita (de)”, “um(a) puta de X”

Dada a imotivação em termos de não composicionalidade morfo-lexical, o sentido de *baita/baita de* é, muito provavelmente, difícil de depreender, mesmo em co(n)texto, até mesmo para falantes de português língua materna não familiarizados com a construção. Nas frases exclamativas, os valores de intensificação são menos opacos. Tipicamente, quando modifica N,

baita denota ‘muito grande’, e quando modifica *A* denota ‘intenso’.

De acordo com o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa⁵, os sentidos mais prototípicos são os de ‘Que é muito grande, Que está bem desenvolvido, Que tem boa aparência ou boa qualidade’ (13), (15) e o de intensidade (14), nomeadamente quando adjacente a um adjetivo (16). Dados análogos registam-se em Foltran & Nóbrega (2016).

(13). *Um baita de um animal.*

(14). Caiu *uma baita* chuva.

(15). Boas ideias! *Baitas* negócios.!

(16). Que *baita* falta de caráter!

(17). Foram *uns baita* sacanas com a pobre menina.

Construções similares são as de “PUTO + Adj.” ou “Verbo + PUTO” (em *não ver puto*), muito usada no PE, sobretudo em linguagem coloquial e dos estratos mais jovens e “UM/UMA PUTA DE X” — ao que creio mais usada no PB que no PE.

Como é sabido, *puta* ‘meretriz’ é a forma feminina de *puto*, do lat. vulgar *püttus*, -i ‘rapazinho, menino’ (CUNHA, 1987). Na linguagem informal (Dicionário Priberam da Língua Portuguesa⁶), *puto* denota não apenas ‘menino, rapazinho, criança ou jovem do sexo masculino’, mas também

1. ‘(Portugal, Informal) ‘coisa nenhuma, nada’ (ex.: *não percebi puto*)’;
2. ‘(Brasil, Informal) dinheiro, tostão, vintém (ex.: *não pode ir de férias, porque não tem (um) puto*)’; e
3. como adjetivo, ‘[Informal] muito zangado (ex.: *estou puto da vida*)’

Nos exemplos abaixo, retomados de Foltran & Nóbrega (2016), PUTA é um intensificador, denotando ‘muito bom’ ou ‘muito/intenso’.

Em “UM/UMA PUTA DE X” torna-se problemático para um falante não nativo descodificar se o sentido de intensificador do adjetivo ou do advérbio é marcado de forma favorável ou desfavorável.

(18). Um *puta* emprego ‘um muito bom emprego’

(19). Um *puta* livro ‘um bom livro’.

(20). Ela sempre tem umas *putas* ideias ‘umas muito boas ideias’.

(21). Um *puta* de um carro.

5 Disponível em <<https://www.priberam.pt/dlpo/baita>>. Acesso em: 04 set. 2018.

6 Disponível em <<https://www.priberam.pt/dlpo/puto>>. Acesso em: 12 set. 2018.

(22). Que *puta* dor de cabeça!

(23). Uma cerveja *puta* gelada ‘uma cerveja muuuuuito gelada, não havendo como inferir se tal é percebido como bom ou mau’

De acordo com informação pessoal de Maria José Foltran, a quem agradeço publicamente, quando usado como modificador, a avaliação de ‘puta’ é sempre engrandecedora, intensificadora e tendencialmente positiva, i. e., trata-se de algo predicado como muito bom (*um puta carro, um puta livro, um puta professor, uma puta escola, umas putas ideias*). Mesmo que se faça referência a algo desagradável, como um funeral, em «foi um puta funeral» estamos a falar de um evento com muita gente, muitas flores, algo pomposo. No caso de o nome modificado denotar algo conotado como negativo, desagradável, como *uma dor de cabeça*, em «Que puta dor de cabeça!» predica-se uma dor de cabeça muito intensa, máxima. Os exemplos em que *puto/puta* modifica adjetivos serão mais raros de encontrar, mas neles a propriedade expressa pelo adjetivo é interpretada como sendo máxima (*Um cara/sujeito puta nojento* equivale a ‘um cara/sujeito muuuito nojento’). O mesmo se aplica no PE ao uso adverbial e intensivo de *puto*, em *não ver puto* ‘não ver absolutamente nada’.

Embora em graus variáveis, o predicador PUTA ainda terá ressonâncias negativas em muitas situações (cf. *puta de vida!*). Nos cotextos acima, o seu valor transitou do extremo negativo para o positivo ou para o maximizante, num movimento de união de extremos/opostos que ocorre amiúde na vida e na língua.

Estamos perante um caso inequívoco de subjetivização, encarada como “(...) tendência a converter significados fundamentados na referência externa objectiva em significados baseados na atitude interna do falante (...)” (SOARES DA SILVA, 2006, p. 103). A perspectivização/a avaliação (positiva ou negativa) do falante tem motivações nem sempre fáceis de descortinar, irrefutáveis/irrefragáveis, porque não passíveis de contraditório.

Nos casos em que ocorrem as construções mais cristalizadas ou fixas do tipo de “UM X DE UM Y”, há maior fixidez sintática no uso de N, que se pode fazer acompanhar de incremento categorial, como em PUTO/PUTA que, de N, podem ser recategorizados como A e/ou como Adv.

Como assinalam Foltran & Nóbrega (2016), o valor intensificador/quantificador de certos nomes transformados em predicadores e/ou intensificadores é acompanhado de propriedades típicas dos predicadores: tendência para uso preferencial em contextos de não definitude, participação em frases exclamativas e em construções com duplicação do determinante em sintagmas indefinidos; tendência para rejeição de cotexto predicativo.

Bestial, brutal: oscilações de polaridade

Bestial tem origem no latim tardio BESTĪĀLIS ‘como um animal’, de BESTĪA, estando atestado, a fazer fé em CUNHA, 1987, desde o séc. XV.

No Dicionário Priberam da Língua Portuguesa⁷, apenas é descrito como ‘Próprio de besta; Brutal; Estúpido; Grosseiro; Repugnante’, sendo efetivamente este o sentido mais antigo e ainda atestado:

⁷ Disponível em <<https://www.priberam.pt/dlpo/bestial>>. Acesso em: 04 out. 2018.

(24). «Metido atulhadamente no negro porão de um navio, na acumulação bestial dos corpos, na promiscuidade dos suores, sem disciplina, sem água, com a indiferença pelo corpo que dá a miséria do destino, em que estado chega ao seu desgraçado fim aquela miserável criatura condenada, com a sua camisa única e a sua calça solitária?» (Disponível em <<https://www.linguateca.pt/CETEMPublico/>>. Acesso em: 04 out. 2018)

(25). «Cargas e descargas feitas às costas de «profissionais» que têm na força bestial o único bem disponível para venda.» (Disponível em <<https://www.linguateca.pt/CETEMPublico/>>. Acesso em: 04 out. 2018)

Este adjetivo ganhou novos valores na segunda metade do século XX, tendo sido muito usado no PE coloquial, como se atesta em:

(26). «De vez em quando descubro um tipo **bestial** que me entusiasma, o Kundera, por exemplo;» (Disponível em <<https://www.linguateca.pt/CETEMPublico/>>. Acesso em: 04 out. 2018).

(27). «De um momento para o outro, o irlandês Eddie Irvine passou de «besta» a **bestial**, fazendo esquecer os erros que tantas vezes lhe apontaram». (Disponível em <<https://www.linguateca.pt/CETEMPublico/>>. Acesso em: 04 out. 2018)

Nas 310 ocorrências de *bestial* no Corpus Brasileiro v. 6.0, disponível em <<https://www.linguateca.pt/aceeso/corpus.php?corpus=CBRAS>> (Acesso em: 4 out. 2018), domina o valor mais matricial do adjetivo, equivalendo a ‘Próprio de besta; Brutal; Grosso; Repugnante’. Apenas na construção fraseológica «de besta a bestial», o valor do adjetivo é encarecedor:

(28). «A direção tricolor ‘tá naquela situação de ser considerada besta ou **bestial**, como dizia o técnico Oto Glória» Corpus Brasileiro v. 6.0, disponível em <<https://www.linguateca.pt/aceeso/corpus.php?corpus=CBRAS>> (Acesso em: 04 out. 2018)

Este adjetivo, com este valor, já se encontra atualmente em desuso, na linguagem dos mais jovens, tendo sido substituído por outros equivalentes considerados mais expressivos⁸, como, no PE *baril*, *genial*, *top*. Todavia, no Dicionário Priberam da Língua Portuguesa⁹ não está ainda registrado o valor de encarecimento positivo associado ao seu uso coloquial. Com efeito, *um dia bestial*, *um concerto bestial*, *um acordo bestial*, *um resultado*, *um desfecho bestial*, são algo de inequivocamente bom, formidável, sensacional, magnífico. No Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa¹⁰, *bestial* já figura com este valor de ‘(coloquial) formidável, sensacional, magnífico’.

8 Veja-se a troca de impressões entre António Campos, octogenário amigo do ex-primeiro ministro português José Sócrates, a propósito da visita que fez a este no Estabelecimento Prisional de Évora, e o jornalista: «— Fui lá, tenho trocado correspondência. Saio de lá esfrangalhado. Um gajo não consegue ajudar porque não há acusação», diz. — E Sócrates continua a resistir? “É um tipo com uma resistência bestial. Não se vai abaixo.” (Claro. António Campos. O fundador do PS que regressou para apoiar Sócrates. *Jornal i*, 02-05-2015. Disponível em <<https://online.sapo.pt/artigo/389377/antonio-campos-o-fundador-do-ps-que-regressou-para-apoiar-socrates?secao=Portugal..>>. Acesso em: 8 set. 2018.

9 Disponível em <<https://www.priberam.pt/dlpo/bestial>>. Acesso em: 04 out. 2018

10 Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/linguaportuguesa/bestia>. Acesso em: 05 set. 2018.

Esta mudança de polaridade não ocorre apenas com *bestial*, adjetivo matricialmente associado a algo percebido como negativo, que vê o seu valor semântico reanalisado no sentido antagônico, passando a denotar algo altamente encarecido: ‘formidável, sensacional, magnífico’. Tenha-se em conta que algo relativo a besta (‘animal’) era algo de grandes proporções, enorme, algo que impressiona ou que pode ser digno de admiração, passando a predicar espetacularidade, impressão favorável, admiração, aprovação.

Assim acontece também com *brutal*, embora o semantismo deste adjetivo possa ser infletido em função do nome a que se associa, apresentando assim uma polaridade de geometria variável.

Brutal, do latim *brutalis*, *-e* (CUNHA, 1987), ‘Próprio de bruto; Desumano, incivil. [Informal] Que impressiona ou é digno de admiração’, equivalendo a ‘espetacular, impressionante’ (Dicionário Priberam da Língua Portuguesa¹¹).

Ou seja, de ‘extremamente negativo’ pode passar a denotar ‘muito bom, superlativo, espetacular, extraordinário’, como o atesta a descrição que o Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa¹² fornece, e que se reproduz:

Quadro 2. Descrição de *brutal* no Dicionário infopédia da Língua Portuguesa

1. próprio dos animais; animal, ferino
2. cruel; desumano; violento; selvagem
3. muito rude; grosseiro
4. que impressiona profundamente; chocante
5. *coloquial* enorme ou muito intenso; descomunal; excessivo
6. *coloquial* fora do comum; fantástico; extraordinário.

Fonte: elaboração própria

Neste dicionário, como na generalidade dos dicionários de Língua, o semantismo das unidades lexicais é ordenado em função de uma linha diacrónica — do mais antigo e matricial para o mais moderno —, o que tem como consequência que os valores mais comuns dos tempos modernos, porque menos literais, mais figurais ou mais coloquiais, figuram em último lugar, ainda que sejam os mais representados.

Em função do cotexto, a atitude subjetiva pode ainda ser favorável ou desfavorável: *X é brutal* pode ser péssimo (*acidente brutal, ataque brutal*), ótimo (*concerto brutal; filme/espetáculo brutal, passeio brutal*) ou ambos (*cena brutal*).

O valor de intensidade pode ser negativo ou positivo, em função da realidade predicada, estando na relação direta com esta, como se observa através dos dados a seguir extraídos do *CETEM.PUBLICO*¹³. O destacado é nosso.

11 Disponível em <<https://www.priberam.pt/dlpo/brutal>>. Acesso em: 04 set. 2018.

12 Disponível em <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/linguaportuguesa/>>. Acesso em: 05 set. 2018.

13 Disponível em <<https://www.linguateca.pt/CETEMPublico/>>. Acesso em 04 out. 2018.

(29). O sucesso macroeconómico é incontestável, mas como resultado de se ter continuado, no essencial, nos trilhos estabelecidos por Pinochet; de aí deriva uma **brutal realidade social**: na revista *Veja* de 31 de Março, o ministro da Fazenda do Chile [...] reconhece 35 por cento, em 1991, de pobreza absoluta. (Disponível em <<https://www.linguateca.pt/CETEMPUBLICO/>>. Acesso em: 04 out. 2018.)

(30). Essa colonização peculiar não prosseguia interesses nem exploração da terra da **maneira brutal** como a Europa se lançou desde o século XVIII à ocupação do mundo. (Disponível em <<https://www.linguateca.pt/CETEMPUBLICO/>>. Acesso em: 04 out. 2018.)

(31). Com todos os indicadores a apontarem o arranque dos projectos da Fundação para 1996, incluindo a construção do museu na Praça de Espanha, Monjardino sublinha que a instituição está a ser empurrada «para um **investimento brutal** num espaço de tempo muito curto. (Disponível em <<https://www.linguateca.pt/CETEMPUBLICO/>>. Acesso em: 04 out. 2018.)

(32). A sua **dança é brutal**, enérgica, acrobática. (Disponível em <<https://www.linguateca.pt/CETEMPUBLICO/>>. Acesso em: 04 out. 2018.)

(33). Considerada uma superespecial por excelência, com todas as condições para propiciar uma boa visão do acontecimento ao público, em total segurança, **a diferença** para a homónima da Figueira da Foz [...] é **brutal**. (Disponível em <<https://www.linguateca.pt/CETEMPUBLICO/>>. Acesso em: 04 out. 2018.)

(34). «A pedido de muitas famílias [...] está aí a rebentar nas bancas o livro “**Enorme, Brutal, Colossal 2012**”, da Editora ASA. Não, não é o Orçamento do Estado, é uma criteriosa compilação de 80 dos melhores cartoons de 2012 manufacturados por [...] Henrique Monteiro, **Enorme, brutal, colossal 2012** em 04.04.13. (Disponível em <https://henricartoon.pt/2013/04/04/>. Acesso em: 8 set. 2018)

(35). Que *concerto brutal!* Obrigado Valpaços, foi uma noite inesquecível! (#amorelectro. Disponível em <<https://www.facebook.com/AmorElectroPT/concerto-brutal/1410271942359892/>> set. 2017)

(36). *Brutal! O melhor concerto de sempre dos The Gift! Uma noite mágica!* (A. Fonseca, 17 de novembro de 2012 <https://ptpt.facebook.com/TheGiftOfficial/posts/brutal!...concerto.../402937719778469>)

Por defeito, depreendemos que o adjetivo tem um valor intensivo, maximizante, de sentido altamente encarecedor, favorável, em

(37). Foi **brutal**. (Disponível em <<https://www.linguateca.pt/CETEMPUBLICO/>>. Acesso em: 04 out. 2018)

(38). Acaminhada é **brutal**. (Disponível em <<https://www.linguateca.pt/CETEMPUBLICO/>>. Acesso em: 04 out. 2018)

Podre de, horrores de, tremendo (de)

Nos casos em epígrafe as construções que matricialmente denotam ou se aplicam a algo que é extremo e percebido como mau, invertem o seu valor e predicam algo de muito bom, muito intenso, em grande quantidade.

A associação entre EXTREMO – INTENSIDADE MÁXIMA – MUITO BOM é algo que se inscreve na linha da metáfora conceptual *MORE IS BETTER* (LAKOFF & JOHNSON, 1980) e de espetacularização do brutal, na qual **Horrores de** pode significar, como acontece hoje em dia, na linguagem coloquial, ‘muito, intenso, apreciado’, já aliás dicionarizado (cf. **Horrores de** ‘Muito, bastante, bem, nível muito grande, em grande quantidade; Coisas horríveis’.).

(39). Nossa, aquele livro vendeu **horrores!** = ‘vendeu muito’

(40). Como Vender HORRORES utilizando o Bing Ads - (YouTube - 19/10/2016. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=L4a0K_0tnvU>. Acesso em: 22 junh. 2020).

O sentido negativo («Ele faz horrores com aqueles animais quando ninguém tá por perto»; *par=25691*: Sofri horrores. (*Corpus São Paulo*)) está sofrendo concorrência com o valor quantitativo, intensivo e não necessariamente pejorativo de *Horrores de turistas, de gente*: pelo contrário, o valor encarecedor/apreciativo, sendo mais expressivo, está muito em voga. Este valor também se regista no PB:

(41). Já **facilita** horrores. (CORPO C-ORAL-BRASIL v. 5.0. Disponível em <<https://www.linguateca.pt/aceso/corpus.php?corpus=CORALBRASIL>>. Acesso em: 22 junh. 2020)

(42). Mas, como isso não aconteceu, o alemão entra para história como campeão mundial e vai **faturar** horrores. (Disponível em <<https://www.linguateca.pt/CETENFolha/>>. Acesso em: 22 junh. 2020).

Uma vez mais, os extremos tocam-se. A transição de polaridade subjetiva negativa para positiva não é inédita ou inesperada na língua. A relação entre belo e horror, a estética do horror/horrendo ou a beleza do trágico são estereótipos conceptualizados há muito e muito glosados. A relação entre o excesso e o mal também, mas de igual modo o nexos entre o excessivo, mesmo que inicialmente negativo, e a positividade também está enraizada na língua: recorde-se que *X é brutal* pode ser péssimo (*acidente brutal*), ótimo (*concerto brutal*) ou ambos (*cena brutal*).

Em várias áreas do saber e da ciência (neurociências, biotecnologia, sociologia, marketing), há sinais de sentido contrário no que toca à relação entre Mais/menos e Melhor/pior, e que estão patentes em impressionantes títulos de artigos científicos:

(43). MENOS É MAIS: KL Hyde et al. Cortical thickness in congenital amusia: when less is better than more. 2007. CK Hsee. Less is better: When low-value options are valued more highly than high-value options. 1998; F. Varoquaux et al.. Less is better: new approaches for seedless fruit production. 2000.

(44). MAIS É MENOS: B. Schwartz. *The paradox of choice: Why more is less*. 2004.

(45). MAIS É MELHOR: D Kahneman et al. When more pain is preferred to less: Adding a better end. 1993; “When more blame is better than less: The implications of internal vs. external attributions for the repair of trust after a competence-vs. integrity-based trust violation”; Peter H. Kim et al. When more blame is better than less: The implications of internal vs. external attributions for the repair of trust after a competence-vs. integrity-based trust violation. 2006.

(46). MAIOR NÃO É MELHOR: DB Downey. When bigger is not better: Family size, parental resources, and children’s educational performance. 1995.

(47). MAIS É (necessariamente) MELHOR (QUE MENOS)? C. A O’Reilly. Individuals and information overload in organizations: is more necessarily better?. 1980.

Do mesmo modo, *PODRE DE RICO* equivale a ‘muitíssimo rico’ (tenha-se em conta que *podre* denota um grau extremo de maturação) e o valor negativo de *podre* desaparece. Do extremo negativo (*podre de bêbedo*) facilmente se transita para o extremo positivo, mormente quando o adjetivo modificado se situa num espectro de avaliação encarecedora (*podre de chique*).

Também TREMENDO, do latim *tremendus*, -a, -um ‘Que faz tremer; horrível. Espantoso; extraordinário. Grande; formidável.’ (Dicionário Priberam da Língua Portuguesa¹⁴) pode ter valor encarecedor. Observem-se os dados seguintes, colhidos em Foltran & Nóbrega (2016).

(48) um *tremendo* vendaval.

(49) Deu um *tremendo* (de um) vexame.

(50) Conseguiu algumas *tremendas* vantagens.

(51) Ele é um *tremendo* sacana.

(52) Que *tremenda* cara de pau!

O valor matricial, porventura mais transparente, porque composicional e, nessa medida, mais icónico, deu lugar a um valor metaforizado que serve motivações e desígnios intersubjectivos e interactivos. Acontece que o valor composicional não é mais o processado pela maior parte dos falantes, pelo que o valor derivado e convencionalizado, que em teoria poderia ser menos transparente, mais opaco/mais arbitrário para um não nativo, acabará por ser o dominante e, como tal, o que se encontra amplamente partilhado, não apenas na língua portuguesa, mas também na inglesa (*tremendous* ‘very great in amount or level, or extremely good’¹⁵).

14 Disponível em <<https://www.priberam.pt/dlpo/tremendo>>. Acesso em: 04 set. 2018.

15 Cambridge Advanced Learner’s Dictionary & Thesaurus. Cambridge University Press. Disponível em <<https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles>>. Acesso em: 8 set. 2018

Considerações finais

No transcurso das alterações semânticas, motivadas nomeadamente pelo uso discursivo-textual, pode haver lugar à passagem de um estágio (mais) icónico e transparente para um estado (mais) opaco e arbitrário, ou um percurso em sentido inverso.

Muitas vezes os estágios de chegada das trajetórias de mudança correspondem a fases em que os itens empalidecem o seu significado, passando a significar algo mais genérico, menos específico e em que ganham acrescidos ou novos valores funcionais e/ou expressivos.

Em ambos os casos há trajetória do mais referencial para o menos referencial, caracterizada pela perda de significação com referência extralingüística e aquisição de significados baseados em dados funcionais, sejam gramaticais, discursivos ou pragmáticos. Não raro as reanálises semânticas são acompanhadas de mudanças de polaridade subjetiva/expressiva, no sentido do mais/menos favorável e apreciado. As transferências figurais no significado têm com consequência perdas de transparência na relação entre as duas faces do signo, mas ganhos avultados em termos de funcionalidade e de (inter)subjetividade.

Os dados analisados ilustram uma situação de gradiências a vários níveis. Por um lado, há um grau maior de motivação/iconicidade em que a construção se mantém mais transparente (*um(a) senhor(a) de, um/a bosta de, resmas de*), mas mais expressiva, denotando semantismos mais gramaticalizados, mais genéricos, com densidade referencial mitigada. Por outro lado, registra-se um grau elevado de opacidade (*baita de*), que ganha em expressividade acrescida quando há alteração no discurso da polaridade subjectiva matricial (*uma puta de ‘um bom’*). Por último, há a considerar as construções mais variáveis e de plasticidade máxima (*horrores de, podre de, brutal, bestial, tremendo*): cada um admite três valores e não apenas um, processando uma enorme economia de recursos com um poder funcional e expressivo maximizado, utilizando com mestria os Princípios do Poder Expressivo e o da Economia Maximizados.

Apetece dizer, com Francesca Citron e Adele Goldberg (2014), que *Metaphorical sentences are more emotionally engaging than their literal counterparts*, mas também que enunciados com forte carga expressiva são emocionalmente mais envolventes, apelativos e mobilizadores.

No quadro 3 sintetiza-se o comportamento das construções analisadas, tendo em conta os graus de iconicidade e de opacidade, as (in)alterações na classe matriz e nas de uso atual, e as (in)variações nos valores subjetivos a cada uma associados.

Sinal dos tempos, os símbolos usados traduzem:

(1) 	aprovação
(2) 	desaprovação
(3) 	aprovação ou desaprovação

Quadro 3. Graus de iconicidade, opacidade e valores subjetivos das construções em análise

Grau de iconicidade	Grau de opacidade	Construções	Classe		Valor subjectivo	
			matriz	> de uso	matricial	em texto
Baixo		(um) Puto de	N	Adj./adv./ Intensif.		
	Elevado	(uma) Puta de				
Mto baixo		(um/a) Baita de	Adj./N	Intensif.		
Máximo		(um(a)) Senhor(a) (de)	N	Pred./Intensif.		
	Baixo	(um/a) Bosta de	N	Pred./Intensif.		
		Resmas (de)	N	Quant/Intensif.		
Variável: Plasticidade Máxima	Variável	Horrores (de) Podre de; Bestial; Brutal; Tremendo	N Adj.	Pred./Quant/ Intens. Pred./ Intensif.		

Fonte: Elaboração própria

As alterações mais significativas encontram-se sinalizadas com diferentes cores (cf. *uma puta de; horrores (de); podre de; bestial; brutal; tremendo*), explicitando assim mudanças de sentido subjetivo.

Na grelha elaborada, as alterações subjetivas mais acentuadas não estão estritamente correlacionadas com alterações de ‘classe de palavras’, e respetivas funções (com destaque para denominação e sua reconversão em Adj./adv./Intensif.), estando igualmente presentes em alguns casos de transição de N > A, e também em casos de permanência N/N e A/A. A plasticidade máxima verifica-se com as construções *Horrores (de)*, *Podre de*, *Bestial*, *Brutal* e *Tremendo*, todas matricialmente objeto de depreciação subjetiva, mas atualmente também — ou mesmo predominantemente — usadas com valor apreciativo, encarecedor e expressivo.

Referências

ATHANASIADOU, A.; CANAKIS, C.; CORNILLIE, B. (eds.). *Subjectification. Various Paths to Subjectivity*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2006.

BING ADS - YouTube - 19/10/2016. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=L4a0K_0tnvU>. Acesso em: 22 junh. 2020).

BREBAN, T. *English adjectives of comparison: Lexical and grammaticalized uses*. New York: De Gruyter Mouton, 2010.

BRITO, A. M.. Categorias sintáticas. In: MATEUS, M. H. M. *et al.*, *Gramática da Língua Portuguesa*. 5ª edição, revista e aumentada. Lisboa, Caminho, 2003, p. 323-432.

Cambridge Advanced Learner's Dictionary & Thesaurus. Cambridge University Press. Disponível em <<https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles>>. Acesso em 8 set. 2018).

CETENFOLHA. Disponível em <<https://www.linguateca.pt/CETENFolha/>>. Acesso em: 22 junh. 2020.

CETEM.PUBLICO. Disponível em <<https://www.linguateca.pt/CETEMPublico/>>. Acesso em: 04 set. 2018.

CITRON, F. MM; GOLDBERG, A. E. Metaphorical sentences are more emotionally engaging than their literal counterparts. *Journal of cognitive neuroscience*, v. 26, n. 11. p. 2585-2595, 2014.

CLARO, L. A. C.. O fundador do PS que regressou para apoiar Sócrates. *Jornal i*, 02-05-2015. Disponível em <<https://online.sapo.pt/artigo/389377/antonio-campos-o-fundador-do-ps-que-regressou-para-apoiar-socrates?seccao=Portugal>>. Acesso em 8 set. 208.

CORPUS C-ORAL-BRASIL v. 5.0. Disponível em <https://www.linguateca.pt/acesso/corpus.php?corpus=CORALBRASIL>. Acesso em: 22 junh. 2020.

CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987 [1982].

DAVIES, M.; FERREIRA, M. J. (Eds.). *Corpus do português*. United States: National Endowment for the Humanities. Disponível em: <<http://www.corpusdoportugues.org/>>. Acesso em: 05 set. 2018.

DETGES, U.; WALTEREIT, R.. Grammaticalization vs. Reanalysis: a Semantic-Pragmatic

- Account of Functional Change in Grammar. *Zeitschrift für Sprachwissenschaft*, v. 21(2), p. 151-195, 2002.
- Dicionário infopédia da Língua Portuguesa* [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2018. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/linguaportuguesa/>. Acesso em: 05 set. 2018.
- Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2013. Disponível em <<https://www.priberam.pt/dlpo/>>. Acesso em 04. set. 2018.
- DOWNEY, D. B. When bigger is not better: Family size, parental resources, and children's educational performance. In: *American Sociological Review*, v. 60(5), p. 746, October 1995.
- FELIPPE, B. D.. *A polissemia de 'coxinha' no português paulista: uma abordagem segundo a Gramática das Construções Cognitiva*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Letras - área de Estudos Linguísticos: Linguagem e Cognição. GUARULHOS – SP. 2019
- FOLTRAN, M. J.; NÓBREGA, V.. Adjetivos intensificadores no Português Brasileiro: propriedades, distribuição e reflexos morfológicos”. *Alfa (São José Rio Preto)* [online], v. 60, n. 2, p. 319-340, 2016.
- GOLDBERG, A. E.. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- KAHNEMAN, D. *et al.* When more pain is preferred to less: Adding a better end. *Psychological Science*, v. 4, n. 6, p. 401-405, Nov., 1993.
- HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: University Chicago Press, 1991.
- HETZRON, R. On the relative order of adjectives. In: Hansjakob SEILER (Ed.), *Language universals*. Tübingen: Gunter Narr, 1978, p. 165-184.
- KIM, P.H. *et al.* When more blame is better than less: The implications of internal vs. external attributions for the repair of trust after a competence-vs. integrity-based trust violation. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, v. 99, n. 1, p. 49-65, 2006.
- HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- HSEE, C. K. Less is better: When low-value options are valued more highly than high-value options. *Journal of Behavioral Decision Making*, v.11, n. 2, p. 107-121, June 1998.
- HYDE, K. L. *et al.* Cortical thickness in congenital amusia: when less is better than more. *Journal of Neuroscience*, v. 27(47), pp. 13028-32, 2007.
- LAKOFF, G. & JOHNSON, M. *Metaphors We Live By*, University of Chicago Press, 1980.
- LAKOFF, G. *Women, Fire, and Dangerous Things: What Categories Reveal About the Mind*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- LANGACKER, R. Subjectification. *Cognitive Linguistics* v. 1, n. 1, p. 5-38, 1990.
- Diadorim*, Rio de Janeiro, vol. 22, número 2, p. 349-366, 2020.

MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S.; CEZARIO, M.M. O paradigma da gramaticalização. In: MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S.; CEZARIO, M.M. *Gramaticalização no português do Brasil. Uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1996, p. 24-41.

MENDONZA IBÁÑEZ, F. J. R.de. El modelo cognitivo idealizado de tamaño y la formación de aumentativos e diminutivos en español. *Revista española de lingüística aplicada*, vol. Extra 1, p. 355-373, 2000.

MONTEIRO, H. *Enorme, brutal, colossal 2012 (04.04.13)*. Disponível em <https://henricartoon.pt/2013/04/04/>. Acesso em 8 set. 2018.

MOURA NEVES, M. H. de. *Gramática de usos do português*, 2ª ed. revisada, São Paulo: Editora da UNESP, 2011.

MOURA NEVES, M. H. de. *Gramática Funcional*. São Paulo: Contexto. 2018b.

MOURA NEVES, M. H. de. *A gramática do português revelada em textos*. São Paulo, Editora da UNESP, 2018a.

Online Etymology Dictionary, 2001-2018. Disponível em < <https://www.etymonline.com/>>. Acesso em: 05 set. 2018.

O'REILLY, C. A. Individuals and information overload in organizations: is more necessarily better?. *Academy of Management Journal*, v. 23(4), 684-696, 1980.

Projeto AC/DC: corpo Corpus Brasileiro. Disponível em <<https://www.linguateca.pt/acesso/corpus.php?corpus=CBRAS>>. Acesso em 04 out. 2018).

RIO-TORTO, G.. *Formação de palavras em português. Aspectos da construção de avaliativos*. Doutorado em Letras, especialidade Linguística Portuguesa. Universidade de Coimbra. 1993. Também disponível em <<http://hdl.handle.net/10316/44236>>.

SCHWARTZ, B. *The paradox of choice: Why more is less*. New York: HarperCollins Publishers, 2004.

SOARES DASILVA, A. *O mundo dos sentidos em português: polissemia, semântica e cognição*. Coimbra: Almedina, 2006.

TALMY, L.. Lexicalization patterns: Semantic structure in lexical forms. In SHOPEN, T. *Language typology and syntactic description: Grammatical categories and the lexicon 3*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 57-149.

TRAUGOTT, E.. (Inter)subjectivity and (inter)subjectification: A reassessment. In DAVIDSE, K.; VANDELANOTTE, L.; CUYCKENS, H. (eds), *Subjectification, Intersubjectification and Grammaticalization*. Berlin/New York, 2010, Walter de Gruyter, p. 29-72.

VAROQUAUX, F. et al.. Less is better: new approaches for seedless fruit production. *Trends in Biotechnology*, v.18(6), pp. 233-42, 2000.

VELOSO, R.; RAPOSO, E. P. O adjetivo e o sintagma adjetival. In: RAPOSO, E. P. et al. (orgs.), *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, vol. 2, p. 1357-1493.



A PALAVRA COMO ARMA: METÁFORAS DE GUERRA NA CONCEPTUALIZAÇÃO DO ANTAGONISMO VERBAL

WORD IS WEAPON: WAR METAPHORS IN THE CONCEPTUALIZATION OF VERBAL ANTAGONISM

Solange Coelho Vereza¹

RESUMO

Apoiando-se na Teoria da Metáfora Conceptual (TMC), que se insere na área da Linguística Cognitiva, este artigo tem como objetivo investigar a natureza dos mapeamentos cognitivos, e seus efeitos de sentido, que são projetados do domínio-fonte GUERRA para diferentes domínios-alvo. Exploraremos, a partir da análise de 10 memes da internet, o modo com que elementos do *frame* GUERRA, como domínio-fonte, é projetado (mapeados) em domínios-alvo que dizem respeito a formas de antagonismo verbal e sua “arma” principal: a palavra. Os conceitos de *mapeamento* (FAUCONNIER, 1997), *metáfora conceptual* (LAKOFF; JOHNSON (1980 [2002])) e *metáfora situada* (VEREZA, 2013) representam a base teórico-metodológica da discussão empreendida a partir do *corpus*. A análise, além de corroborar o postulado da corporeidade que está no cerne da linguística cognitiva, revelou, mais especificamente, como a metáfora conceptual PALAVRA É ARMA licencia uma série de mapeamentos *online* (metáforas situadas) que evidenciam a ubiquidade da conceptualização bélica de PALAVRA e seus efeitos subjetivos.

PALAVRAS-CHAVE: mapeamentos; metáforas de guerra; metáfora situada; *frames*.

ABSTRACT

Drawing on Conceptual Metaphor Theory (CMT), which falls within the area of Cognitive Linguistics, this article aims to investigate the nature of cognitive mappings, and their meaning effects, which are projected from the source domain WAR upon different target domains. We will explore, from the analysis of 10 internet memes, the way elements of the frame WAR, as a source domain, are projected on target domains that refer to different forms of verbal antagonism and their main “weapon”: the word. The concepts of *mapping* (FAUCONNIER, 1997), *conceptual metaphor* (LAKOFF; JOHNSON (1980 [2002])) and *situated metaphor* (VEREZA, 2013) represent the theoretical and methodological background of the discussion undertaken on the basis of the corpus. The analysis, as well as corroborating the postulate of embodiment that is at the heart of Cognitive Linguistics, revealed, more specifically, how the conceptual metaphor WORD IS WEAPON licenses a series of online mappings (situated metaphors) that evidence the ubiquity of the warlike conceptualization of WORD and its subjective effects.

KEYWORDS: mappings; war metaphors; situated metaphor; frames.

¹ Professora Titular do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: svereza@uol.com.br .



Introdução

Na obra publicada em 1980, *Metaphors we live by*, George Lakoff e Mark Johnson introduzem uma concepção de metáfora que viria revolucionar o modo com que pesquisadores e estudiosos dos fenômenos semânticos, de um modo geral, compreendiam e abordavam o que era visto, desde a tradição clássica, como uma figura de pensamento. A nova visão de metáfora não apenas deslocou o *locus* da metáfora da linguagem para o pensamento (entendido pelos dois autores como “sistema conceptual”), como ampliou consideravelmente o seu papel na própria construção sociocognitiva da realidade. Esse redimensionamento conceitual da metáfora se deve ao fato de que

a metáfora está infiltrada na vida cotidiana, não somente na linguagem, mas também no pensamento e na ação. Nosso sistema conceptual comum, em termos do qual não só pensamos, mas também agimos, é metafórico por natureza. (LAKOFF; JOHNSON (1980 [2002], p. 45)

Logo no capítulo introdutório do livro, Lakoff e Johnson ilustram essa nova perspectiva com um exemplo do que veio a ser chamado “metáfora conceptual”: “Para dar uma ideia de como um conceito pode ser metafórico e estruturar uma atividade cotidiana, começemos pelo conceito DISCUSSÃO e pela metáfora conceptual DISCUSSÃO É GUERRA”. (LAKOFF; JOHNSON (1980 [2002], p. 46). É importante salientar que, nesse mesmo parágrafo, os autores, pela primeira vez na literatura, apresentam dois importantes aspectos de sua teoria que seriam determinantes no modo com que, a partir de então, pesquisadores iriam fazer referência ou mesmo mostrar sua filiação a essa perspectiva. O primeiro é o uso do termo “metáfora conceptual”, que indica o estatuto epistemológico da metáfora como figura do pensamento. Desse modo, a metáfora conceptual se contrasta com o conceito tradicional de metáfora: uma figura de linguagem, praticamente restrita ao discurso poético ou retórico. Em segundo lugar, a marcação gráfica de uma metáfora conceptual, escrita em caixa alta, seria um indicador, convencionalizado, de seu papel cognitivo e não apenas linguístico e circunscrito a um dado evento comunicativo.

O que interessa mais diretamente à discussão aqui pretendida é a escolha dos autores pela metáfora conceptual DISCUSSÃO É GUERRA (*ARGUMENT IS WAR*, no original em inglês) e o modo com que essa foi explorada com o intuito de demonstrar a ubiquidade da metáfora, na perspectiva cognitiva, e sua presença em várias expressões linguísticas, como as que seguem²:

- Seus argumentos são *indefensáveis*.
- Ele *atacou* todos os pontos fracos de minha argumentação.
- Suas críticas foram *direto ao alvo*.
- *Destruí* sua argumentação.
- Jamais *ganhei* uma discussão.

² Os exemplos foram retirados da página 46, da versão da obra em português, que recebeu o título *Metáforas da vida cotidiana* (2002), sendo traduzida pelo grupo GEIM, coordenado por Mara Sophia Zanotto.

Essas e outras expressões linguísticas encontradas na língua (no caso, língua inglesa) evidenciariam a força cognitiva da metáfora conceptual DISCUSSÃO É GUERRA, a elas subjacente. Assim, a metáfora conceptual “licenciaria” todas essas expressões (convencionais ou criativas), imprimindo uma clara coerência semântica entre elas.

A dicotomização entre as dimensões cognitiva e linguística da metáfora, ou seja, entre metáforas conceptuais e expressões linguísticas metafóricas, foi um marco importante da Teoria da Metáfora Conceptual (TMC), tendo importantes implicações teóricas e analíticas. A metáfora conceptual não seria apenas “um modo específico de expressão” que se caracterizaria por “falar de uma coisa no lugar de outra”, mas, de fato, *pensar* em uma coisa em termos de outra, e até mesmo *agir* em torno de uma coisa em termos de outra.

Essa visão, no que se refere à metáfora conceptual DISCUSSÃO É GUERRA, foi assim explorada pelos autores:

É importante perceber que não somente falamos sobre discussão em termos de guerra. Podemos realmente ganhar ou perder uma discussão. Vemos as pessoas com quem discutimos como um adversário. Atacamos suas posições e defendemos as nossas. Ganhamos e perdemos terreno. Planejamos e usamos estratégias. Se achamos uma posição indefensável, podemos abandoná-la e colocar-nos numa linha de ataque. Muitas das coisas que fazemos numa discussão são parcialmente estruturadas pelo conceito de guerra. Embora não haja batalha física é uma batalha verbal, que se reflete na estrutura de uma discussão-ataque, defesa, contra-ataque etc. É nesse sentido que DISCUSSÃO É GUERRA é uma metáfora que vivemos em nossa cultura, ela estrutura as ações que realizamos numa discussão. (LAKOFF; JOHNSON (1980 [2002]. p. 47)

Ao apresentar, logo no capítulo introdutório, a metáfora DISCUSSÃO É GUERRA e suas evidências linguísticas para ilustrar a nova concepção, de base cognitiva, da metáfora, Lakoff e Johnson (ibid.) apontam para um domínio-fonte, GUERRA, que, em pesquisas posteriores, como será discutido mais adiante, se revelou assustadoramente produtivo em nossa língua e cultura. Afinal, a conceptualização de muitas áreas subjetivas da experiência humana, a partir de lentes bélicas, não pareceria, para muitos, um gesto sociocognitivo moralmente louvável. No entanto, esse gesto, como sabemos, não é deliberado e, muitas vezes, nem mesmo consciente: ele surgiria como resultado da “sabedoria poética”, que o filósofo Giambattista Vico já havia descrito no século XVIII (HASKELL, 1987) e a Linguística Cognitiva (LC), a partir do postulado da corporeidade, ressignificou dentro do paradigma experiencialista. Segundo Silva (2006),

As metáforas conceptuais não são arbitrarias, antes, se fundamentam na experiência humana mais básica, particularmente na experiência corpórea ou modo como o corpo funciona e interage com o mundo. [...] A metáfora é assim um dos elementos fundamentais do experiencialismo ou realismo corpóreo (SILVA, 2006, p. 133).

Dentro dessa perspectiva, o objetivo deste artigo é explorar a natureza dos mapeamentos, e seus efeitos de sentido, que são projetados do domínio-fonte GUERRA para diferentes domínios-alvo. Em um primeiro momento, trataremos do conceito de “mapeamento” e suas implicações para a caracterização de metáforas conceptuais. Exploraremos, a seguir, o *frame* GUERRA como domínio-fonte, e o modo com que elementos desse domínio são projetados (mapeados) em domínios-alvos que dizem respeito a formas de antagonismo verbal e sua “arma” principal: a palavra.

Mapeamentos metafóricos

O Dicionário Online de Português³ apresenta a seguinte definição para o substantivo “mapeamento”: “ato ou efeito de mapear”. Por sua vez, o verbo “mapear” é assim definido: “expor através de um mapa; construir ou confeccionar um mapa de algo ou de algum lugar”. Os exemplos apresentados pelo Dicionário, como em (1), porém, apontam para um uso metafórico de mapear, uma vez que o “mapa” resultante da ação de mapear (mapa de uma dada situação, como emprego, pandemia etc.) não é necessariamente o mapa geográfico pressuposto na definição.

(1) Em 2007, criaram o Comitê para o Emprego dos Refugiados Palestinos no Líbano (FCEP, na sigla em inglês), com o objetivo de **mapear** a situação do emprego nos campos de refugiados do país e apontar soluções. (*Folha de S.Paulo*, 07/07/2009)

O conceito de “mapeamento” na LC, no entanto, não implica “um modelo (um mapa) da estrutura subjacente de um dado lugar (uso literal) ou de uma situação ou evento (uso metafórico)” (VEREZA, 2020). A ideia de “projeção” parece ser central para a compreensão dessa noção dentro da perspectiva cognitivista, assumindo, na teoria, duas formas diferentes, porém complementares.

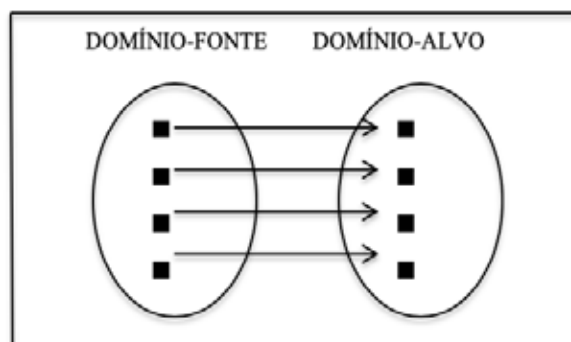
Em primeiro lugar, o mapeamento na construção de sentidos, segundo Coulson (2001), seria o processo de seleção de elementos de um *frame*, de caráter bem geral, com base nas especificidades do contexto (endo ou exofórico, seguindo os termos de Halliday e Hasan (1976) de uma dada situação comunicativa). Essa seleção de determinados elementos do *frame*, e não de outros, seria responsável pelo *construal* de objetos de discurso. O exemplo explorado por Coulson (COULSON, 2001, pp 13-17) é o uso da palavra “bola”, que, dependendo do contexto, pode recrutar elementos que perfilam o sentido de bola de futebol, bola de boliche ou até mesmo, de forma metonímica, uma melancia (a forma pelo objeto) - como no caso de crianças brincando de jogar bola com a fruta e uma delas diz, após o jogo, que a “bola” (a melancia) era muito pesada. Há, assim, um mapeamento de elementos do *frame* mais geral e abstrato BOLA sobre o sentido específico de “bola” em um determinado contexto.

Já o mapeamento, no caso da metáfora, envolveria projeções ou *transporte* (conceito

3 Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/mapeamento>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

inscrito, etimologicamente, no próprio termo *metáfora*), de elementos de um domínio-fonte (ou um *frame* A) para um domínio-alvo (um *frame* B): ou seja, o mapeamento seria de natureza *interdomínio*:

Figura 1: mapeamento metafórico



As projeções não são estabelecidas, no entanto, entre os domínios como um todo, mas apenas entre elementos específicos do domínio “A” (fonte) e elementos correlacionáveis (ou correlacionados pela própria projeção) do domínio “B” (alvo), com base naquilo que se queira realçar e, conseqüentemente, encobrir. Esse processo (*highlighting* e *hiding*) foi explorado teoricamente por Lakoff e Johnson (1980 [2002]) como sendo um aspecto central da metáfora conceptual. A figura 1 ilustra esse mapeamento, apesar de não mostrar os elementos de ambos os domínios que *não* foram correlacionados; caso o fossem, não teríamos uma metáfora, mas possivelmente uma sinonímia (considerando apenas os elementos semânticos e não pragmáticos). Fauconnier (1997, p. 9) sugere, assim, que os “mapeamentos projetam parte da estrutura de um domínio para outro”⁴, estruturando tanto metáforas conceptuais, compartilhadas sociocognitivamente pelos membros de uma comunidade discursiva, quanto metáforas situadas (VEREZA, 2013), produzidas, deliberadamente, em eventos comunicativos específicos e a eles circunscritas.

GUERRA como domínio-fonte

Vários estudos com base na Teoria Conceptual da Metáfora (por exemplo, Carvalho, 2012; Flusberg, Matlock & Thibodeau, 2018) têm evidenciado a produtividade significativa do *frame* GUERRA como domínio-fonte. Isso não parece ser uma surpresa quando tratamos de culturas em que o antagonismo entre indivíduos, grupos sociais e até mesmo nações, exacerbado no cenário de guerra, parece marcar a história da humanidade (ANDRE, 2012). Essa ubiquidade de GUERRA como fonte de mapeamentos metafóricos pode ser explicada pelo fato de que

muitos tópicos frequentes de discussão se assemelham à guerra. Eles compartilham relações estruturais e podem evocar emoções semelhantes. Tudo, desde argumentos, esportes, política e relacionamentos a cuidados de saúde, fenômenos biológicos fundamentais (por exemplo, espécies “invasoras”) e até pesquisas científicas têm algo em comum com a guerra. Argumentos, política

4 No original: *Mappings will project part of the structure of one domain onto another* (Tradução nossa).

e esportes, por exemplo, são como guerra porque envolvem um conflito entre forças opostas, exigem decisões estratégicas a serem tomadas sobre como alocar recursos, desdobrar-se com o tempo e ter vencedores e perdedores identificáveis. Como resultado, o domínio guerra pode servir como um domínio-fonte adequado para estruturar o modo com que nos comunicamos e pensamos sobre uma ampla gama de tópicos. (FLUSBERG, MATLOCK & THIBODEAU, 2018, p. 4)⁵

Um domínio-alvo, cuja base semântico-cognitiva é estruturada, em grande parte, pelo domínio-fonte GUERRA, é o FUTEBOL. Esse domínio é conceptualizado em termos de guerra a partir de um grande número de projeções que, de tão convencionalizadas linguística e cognitivamente, tornam praticamente impossível falarmos e pensarmos no futebol (ganhar-perder um jogo, o artilheiro do jogo, vitória-derrota, defesa-ataque etc.) sem evocarmos o *frame* GUERRA. Rocha (2017) propôs o seguinte esquema para mostrar alguns dos principais mapeamentos da metáfora FUTEBOL É GUERRA:

Figura 2: Mapeamentos de FUTEBOL É GUERRA

Domínio Fonte = GUERRA	Domínio alvo = FUTEBOL
• (a) uma guerra	• (a) um campeonato de futebol
• (b) a batalha	• (b) o jogo de futebol
• (c) o campo de batalha	• (c) o campo de futebol
• (d) a população de uma cidade, um país	• (d) os torcedores de um clube, uma seleção
• (e) os soldados (combatentes)	• (e) os jogadores
• (f) países (Estados, nações)	• (f) clubes (times)
• (g) Generais (comandantes)	• (g) técnicos de futebol
• (h) artilheiros	• (h) atacantes goleadores
• (i) táticas de guerra	• (i) táticas de jogo
• (j) vítimas (mortos)	• (j) clubes, times derrotados
• (k) feridos	• (k) Clubes (times) em desvantagem
• (l) Vencedores da guerra	• (l) ganhadores do jogo (partida)
• (m) arruinar o adversário	• (m) golear
• (n) fuzilar	• (n) chutar com (violência) força contra o gol (a meta) adversária
• (o) canhão	• (o) chute potente desferido contra a meta adversária
• (p) bala (balaço)	• (p) bola chutada em alta velocidade contra o gol adversário

Fonte: Rocha (2017)

5 No original: *Many common topics of discussion resemble war. They share structural relations and can evoke similar emotions. Everything from arguments, sports, politics, and relationships to healthcare, fundamental biological phenomena (e.g., “invasive” species), and even scientific research have something in common with war. Arguments, politics, and sports, for example, are like war because they involve a conflict between opposing forces, require strategic decisions to be made about how to allocate resources, unfold over time, and have identifiable winners and losers. As a result, the domain of war can serve as an apt source domain to structure how we communicate and think about a wide range of topics.* (Tradução nossa)

Pela sua ubiquidade como fonte de projeções nos mais diversos tópicos (domínios-alvo), faz-se necessário, no momento, examinar, mesmo que brevemente, algumas definições de dicionários, além de usos do termo “guerra” em um *corpus* eletrônico.

O *Dicionário Online de Português* oferece as seguintes definições para o termo “guerra”:

- 1- Luta armada entre nações ou entre partidos; conflito armado entre povos ou etnias diferentes, buscando impor algo pela força.
- 2- Combate armado; conflito: a manifestação terminou em guerra.
- 3- Qualquer luta sem armas: guerra ideológica, religiosa.
- 4- Conflito hostil: guerra entre escolas.
- 5- Luta declarada contra algo prejudicial: guerra à dengue.

Podemos observar que o sentido que parece recrutar quantitativa e qualitativamente os elementos canônicos ou prototípicos de GUERRA parece ser contemplado na definição (1). A definição (2), apesar de implicar agressão física, não envolve o conflito armado “entre povos e etnias”. As definições (3), (4) e (5), por sua vez, parecem se afastar da estrutura prototípica de “guerra”, uma vez que não há conflito físico, mas um antagonismo de ideias ou um enfrentamento formalizado e sistemático de uma dada situação vista como ameaçadora (“guerra à dengue”, como em (5)).

Do mesmo modo, o *Dicionário Michaelis Online*⁶ oferece definições que parecem indicar uma escala que vai do sentido mais prototípico (possivelmente mais literal: (1)), àqueles menos prototípicos (possivelmente mais metafóricos (2), (3), (4) e(5)), escala essa que pode ser concebida como uma “estrutura radial” (LAKOFF, 1987):

- 1- Luta armada entre nações, etnias diferentes ou partidos de uma mesma nação, por motivos territoriais, econômicos ou ideológicos: “Nada entendia de guerras, de estratégia, de tática ou de história militar; a sua sabedoria a tal respeito estava reduzida às batalhas do Paraguai, para ele a maior e a mais extraordinária guerra de todos os tempos” (LB2).
- 2- Qualquer luta ou combate com ou sem armas; combate, conflito, disputa.
- 3- por ext A arte militar.
- 4- Administração, negócios e burocracia militares.
- 5- Hostilidade acirrada e oposição a alguém: O casal vivia constantemente em guerra.

Os sinônimos de “guerra” propostos pela página *Dicionário-Sinônimo*⁷ e a forma com que foram organizados na página, ou seja, a partir de quatro sentidos, também refletem o grau de proximidade ou distância do sentido mais prototípico (1)

6 Disponível em: < <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=MxNL> > Acesso 23 Jul.2020.

7 Disponível em:< <https://www.dicionario-sinonimo.com/sinonimos-guerra>>Acesso em 16 Jul 2020.

1- Luta armada entre duas nações, partidos, etnias:

batalha, conflito, confronto, conflagração, armada.

2- Qualquer tipo de luta:

luta, combate, briga, disputa, peleja, contenda, porrada, enfrentamento, pugna, escaramuça, bulha, lide, refrega.

3- Operações militares:

expedição, empresa, campanha.

4- Desentendimento:

desentendimento, desavença, discórdia, oposição, hostilidade, rivalidade, inimizade.

Uma aspecto relevante acerca da etimologia da palavra “guerra” seria o fato dessa “proceder do germânico *werra* (de onde virá igualmente o *war* inglês), cujo significado inicial não era o de conflito sangrento, mas algo mais na linha da discordância, que podia nascer de uma simples discussão verbal e chegar, no máximo, a um duelo”⁸. Ou seja, o sentido mais abstrato, normalmente associado a mapeamentos metafóricos, precedeu o seu sentido mais concreto, presente nas definições (1) propostas pelos dois dicionários mencionados anteriormente, aparentando desafiar, assim, um dos postulados centrais da TMC: a suposta direcionalidade “concreto para abstrato” da metáfora.

Para verificar a frequência dos usos mais ou menos prototípicos do item lexical “guerra”, por meio de seus colocados, em um corpus autêntico, realizou-se uma breve pesquisa na página do *Corpus do Português*⁹. Os dez primeiros colocados desse item lexical (figura 3) indicam, em sua maioria (como pode ser observado em uma breve leitura dos textos em que as linhas de colocados se inserem), acontecimentos de guerra reais, seguindo a primeira aceção de “guerra” acima mencionada, que tem um caráter não-metafórico.

Figura 3: Colocados de “guerra”

	CONTEXTO	FREQ	TODOS	%	IM
1	MUNDIAL	18589	157332	11.82	7.04
2	SEGUNDA	10352	181628	5.70	5.99
3	CIVIL	10041	125699	7.99	6.48
4	CONTRA	5600	581357	0.96	3.42
5	FRIA	5399	26624	20.28	7.82
6	DURANTE	3991	535218	0.74	3.04
7	PRIMEIRA	3597	447381	0.80	3.16
8	COLONIAL	3056	22465	13.60	7.24
9	II	2919	102958	2.84	4.98
10	DOS	1962	248592	0.79	3.14

Fonte: Corpus do Português

De modo semelhante, uma pesquisa em língua inglesa, Vereza (2008) constatou, após

8 Disponível em: < <https://www.dicionarioetimologico.com.br/> > Acesso em 18 Jul 2020.

9 Disponível em: < <http://www.corpusdoportugues.org/> > Acesso em 18 Jul 2020.

o exame dos textos em que as linhas de “*concordance*” se inseriam, que a maioria dos dez colocados mais frequentes do item lexical *war* (guerra) instanciava a conceptualização mais concreta, literal (não-metafórica) do *frame* WAR: *civil, during, end, post, agaisnt, since, first, before, years, between, year, now, crimes, prisoners, peace, country, go, ground, long*. No entanto, a preposição *against* (contra) indica, com frequência significativa, usos metafóricos desse item, como por exemplo:

Many women now realise that rape is a **war against women**.

An American **war against the evil of cigarette papers**

But in the **war against sloppy English** in the playgro

the essays in Peter Shaw’s `The **War Against the Intellect**

Já uma busca na Plataforma *Google* com a expressão “guerra contra” indicou, da mesma forma do que em inglês, vários usos metafóricos do item lexical “guerra”, como por exemplo:

- **guerra contra** as cadeias de suprimento
- **guerra contra** o globalismo
- **guerra contra** as armas
- **guerra contra** a imprensa
- **guerra contra** redes sociais
- **guerra contra** a verdade
- **guerra contra** o câncer
- **guerra contra** os germes
- **guerra contra** a dengue
- **guerra contra** a Covid-19

No geral, são guerras contra comportamentos, ideias, tendências, políticas públicas e, com alta frequência, doenças, principalmente a COVID-19, por ser a fonte da pandemia do novo Coronavírus, que se alastrou, e ainda se alastra (durante a elaboração deste artigo) no mundo todo. As metáforas de guerra no enfrentamento de doenças são muito frequentes, sendo objeto de pesquisas na área da Linguística Cognitiva, uma vez que a conceptualização de DOENÇA como INIMIGO parece ser consolidada em diferentes línguas e culturas (ver, por exemplo, HENDRICKS, DEMJÉN, SEMINO & BORODITSKY, 2019).

Em todos os usos metafóricos identificados, o que parece ser mapeado, essencialmente, é o elemento “antagonismo”, que, traduzido em termos concretos e físicos, toma forma de uma

luta, ou, com uma estrutura ainda mais complexa, a partir de projeções de vários elementos, de uma guerra. No caso da metáfora com que iniciamos a presente reflexão, DISCUSSÃO É GUERRA, esse antagonismo é lexicalizado nos seguintes termos, que constituem o grupo “4”, proposto pelo Dicionário de Sinônimos, mencionado anteriormente neste trabalho:

“Guerra” como *desentendimento*:

desavença, discórdia, oposição, hostilidade, rivalidade, inimizade.

Esse antagonismo pode ir também para “as vias de fato”, como indica a figura (4), o que caracteriza muito do que hoje entendemos como violência doméstica:

Figura 4: “vias de fato”¹⁰



Sabe-se, no entanto, que a agressão física não é a única forma de violência. Há a “guerra psicológica”, ou, em termos jurídicos, “violência psicológica” ou “agressão emocional”, que toma a forma de comportamentos violentos como “ameaças, constrangimentos, humilhações, chantagens”¹¹, condutas hoje também punidas pela Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, publicada em 7/8/2006. Nesse tipo de agressão, as palavras viram as armas dessa guerra psicológica; o agressor, o inimigo, e a mulher, a vítima. E é sobre a metáfora conceptual PALAVRA É ARMA, um desdobramento cognitivo da metáfora superordenada DISCUSSÃO É GUERRA, que nos debruçaremos na seção a seguir.

A palavra como arma: uma análise

Em acontecimento recente, com grande repercussão nas redes sociais, envolvendo uma entrevista feita por um apresentador de um noticiário de TV com um líder sindical, a respeito de uma paralisação de metroviários (que acabou não acontecendo), houve inúmeras postagens de comentários feitos por internautas, em sua maioria exaltando a resposta do sindicalista à

¹⁰ Disponível em <<https://carreiradoadvogado.com.br/2017/04/20/vias-de-fato-e-violencia-sexista/>>
Acesso em: 20 Jul 2020.

¹¹ Ver página do Tribunal de Justiça do Distrito Federal: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/violencia-psicologica-contra-a-mulher>>. Acesso em 25 Jul.2020.

pergunta do jornalista. Nessa pergunta, parecia haver uma crítica subliminar ao movimento grevista, que, segundo o entrevistador, não estaria considerando as necessidades de transporte da população no meio da pandemia do novo Coronavírus. O líder sindical responde, de modo bastante assertivo, que a falta de solidariedade não vinha da parte dos metroviários, mas sim dos bilionários que estariam ficando ainda mais ricos durante a pandemia. Muitas das reações de internautas, em forma de comentários na página de uma revista online¹², mostravam apoio à resposta do líder sindical, perspectivando uma cena de “luta verbal”. Alguns exemplos de tais comentários:

- “Nossa, Senhora, o jornalista *levou uma direta no queixo*, heim?”
- “Olha, (jornalista), você está bem aí? Foi um *pisão bem violento*. Aguenta agora”.
- “*Toma na cara* aí, distraído” • “*Uma voadora no meio dos peitos*, bicho!”
- “*Uma sapatada* dessas... alegrou minha tarde”.
- “Parabéns, podemos dizer que foi um p* *tapa na cara do apresentador*”
- “O (líder sindical) será o *operador de guilhotina*”.
- “Rapaz, o cara simplesmente *jantou* o (jornalista) ao vivo”.

Os comentários instanciam mapeamentos do domínio-fonte LUTA, uma extensão de GUERRA, para o cenário de um embate físico de caráter mais individual, por meio dos seguintes veículos: “levar uma direita”, “pisão”, “toma na cara”, “voadora” (um golpe típico de artes marciais), “sapatada”, “tapa na cara”. Já o verbo “jantar”, usado metaforicamente (“jantar o oponente”), é assim definido no dicionário da plataforma *Google*: levar vantagem sobre; superar, suplantar: “jantou o adversário nos últimos minutos”. Esse mapeamento parece indicar uma correlação entre o ato de comer e o de, ao mesmo tempo, acabar (exterminar) com o alimento devorado.

Em todo caso, a “luta” travada entre o entrevistador e o entrevistado é de natureza verbal e não física, o que caracteriza o domínio-alvo DISCUSSÃO. Nessa arena bélica, as palavras tornam-se armas e, como tais, são experiencialmente vivenciadas pelos adversários dessa luta/ guerra. Esse mapeamento específico da metáfora conceptual DISCUSSÃO É GUERRA, pela sua ubiquidade em nossa língua e cultura, pode ser abordado, como já afirmado anteriormente, como uma metáfora conceptual em si mesma: PALAVRA É ARMA.

Para investigar as instanciações verbais e multimodais dessa metáfora, procuramos memes de internet na plataforma *Google*, a partir da opção “imagens” e dos termos de busca “palavras armas”. Selecionamos, como *corpus*, dez memes, entre os vários que apareceram nos

¹² Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cultura-lazer/rodrigo-bocardi-resposta/>. >. Acesso em: 30 Jul. 2020.

resultados da busca, que serão brevemente analisados a partir dos mapeamentos metafóricos neles identificados. Examinaremos como esses mapeamentos ao mesmo tempo evocam e exploram, cognitiva e discursivamente, a metáfora conceptual DISCUSSÃO É GUERRA.

Ao discutirmos os memes, lançaremos mão do conceito de “metáfora situada”, além do de “metáfora conceptual”, para nos referirmos aos mapeamentos específicos encontrados no *corpus*. Segundo Vereza (2013), as metáforas situadas pertencem ao domínio cognitivo-discursivo, pois são fenômenos pertinentes a um evento específico do discurso. As metáforas situadas são deliberadas e podem ser vistas como uma poderosa ferramenta retórica e/ou argumentativa na construção de objetos do discurso.

Figura 5: Palavra como arma ¹³

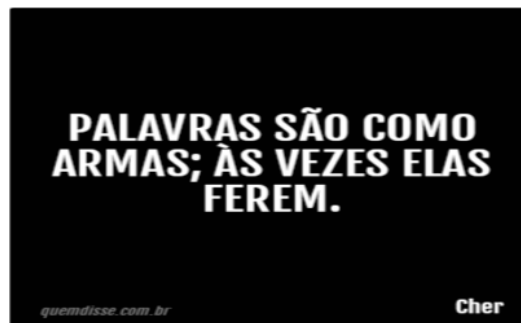


Figura 6: Palavra como arma sem gatilho ¹⁴

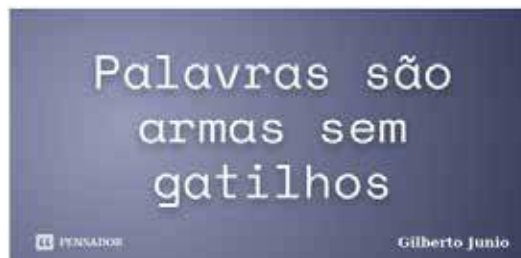


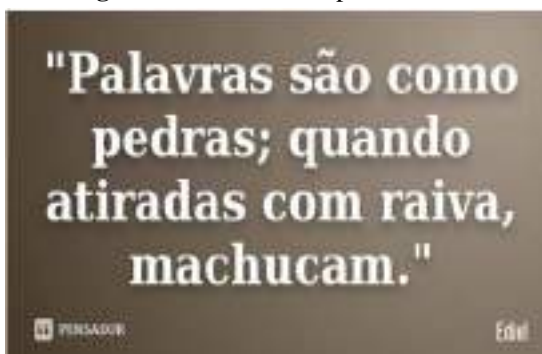
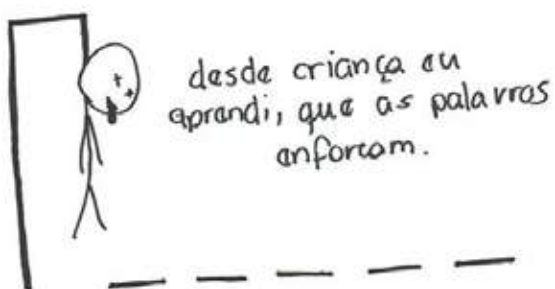
Figura 7: Palavra como espada¹⁵



13 Disponível em : <<https://quemdisse.com.br/frase/palavras-sao-como-armas-as-vezes-elas-ferem/98490/>> . Acesso em: 20 Jul. 2020.

14 Disponível em <<https://www.pensador.com/frase/MjIwMTk5Nw/>>. Acesso em: 20 Jul. 2020.

15 Disponível em: <https://aminoapps.com/c/cristaos-amino/page/blog/palavras-machucam/1opr_owu6u0EYpGWaD14mr8XEYDnK11kMk> . Acesso em: 20 Jul. 2020.

Figura 8: Palavra como urtiga¹⁶**Figura 9:** Palavra como pedra¹⁷**Figura 10:** Palavra como força¹⁸**Figura 11:** Palavra como bomba¹⁹

16 Disponível em: <<https://montink.com/produto/palavras-machucam>>. Acesso em: 20 Jul 2020.

17 Disponível em: <<https://www.pensador.com/frase/MjMwOTIyMA/>>. Acesso em: 20 Jul.2020.

18 Disponível em: <https://aminoapps.com/c/desabafe-5393916/page/blog/as-palavras-enforcam/rVeM_05teur1aLvvg3BbNoK53386Qm8Zm4>. Acesso em: 20 Jul. 2020.

19 Disponível em: <<https://saopaulonaoquersercinza.wordpress.com/tag/palavras-machucam/>>. Acesso em: 20 Jul. 2020.

Figura 12: Palavra como revolver²⁰



Figura 13: Palavra como flecha²¹



Figura 14: Palavra como faca²²



Figura 15: Palavra/língua como fogo²³



20 Disponível em: <<https://www.imgrum.pw/tag/machucam>>. Acesso em: 20 Jul. 2020.

21 Disponível em: <<https://www.pinterest.com/bts4321/pra-salvar-dps-2/>>. Acesso em: 20 Jul. 2020.

22 Disponível em: <<https://www.pinterest.com/pin/801500064903751107/>>. Acesso em: 20 Jul. 2020.

23 Disponível em: <<https://me.me/i/lingua-a-como-fogo-uma-sca-pode-iniciar-um-incendio-9784864>>. Acesso em: 20 Jul. 2020.

Figura 16: Palavra/língua como cobra²⁴

Nos memes encontrados a partir da busca feita na plataforma *Google*, apresentados nas figuras de 5 a 16, identificamos mapeamentos que podem ser abordados como especificações da metáfora conceptual PALAVRA É ARMA, que se torna explícita através do símile na figura 1 “Palavras são como armas” e da metáfora na figura 2 “Palavras são armas sem gatilho”.

Os mapeamentos dos memes representam metáforas situadas, que têm como domínio-fonte um tipo específico de *arma* e como domínio-alvo a *palavra*. Assim, as metáforas situadas identificadas seriam as seguintes:

Palavra é espada

Palavra é revolver

Palavra é urtiga

Palavra é flecha

Palavra é pedra

Palavra é faca

Palavra é forca

Palavra é fogo

Palavra é bomba

Palavra é cobra

Todas as metáforas situadas seriam, portanto, instanciações específicas, deliberadas e, em grande parte, circunscritas aos contextos em que se inserem. A metáfora conceptual que as licencia seria PALAVRA É ARMA, que, por sua vez, seria uma projeção de um elemento do domínio-fonte da metáfora mais abrangente DISCUSSÃO É GUERRA. O elemento mapeado, assim, de GUERRA seria *arma*.

Cada arma especificada nas metáforas situadas “machucaria” ou “mataria” de um modo particular. Dessa forma,

- A palavra-espada *fere/corta*;
- a palavra-urtiga *queima/arde*;
- a palavra-pedra *atinge/machuca*;
- a palavra-forca *enforca*;
- a palavra-bomba *explode*;

²⁴ Disponível em <<https://linomar31.wordpress.com/2014/08/20/o-cuidado-com-a-lingua/>>. Acesso em: 20 Jul. 2020.

- a palavra revolver *atira/mata*;
- a palavra-flecha *fura/ferre/mata*;
- a palavra-faca *corta*;
- a palavra-fogo *queima* e
- a palavra-cobra *envenena*.

Os desdobramentos das metáforas situadas em ações e efeitos que esses causam são, com exceção das figuras 13 e 16, explicitados nos próprios memes, como os das figuras 14 e 15:

“Palavras cortam mais do que facas; elas não perfuram a pele, rasgam a alma”

“A língua é como fogo: uma faísca pode iniciar um incêndio e destruir uma floresta inteira.”

No primeiro caso, a pele (pertencente ao domínio concreto, literal, que é o lugar do corpo atingido diretamente pela arma-faca), dá lugar à alma, que, no domínio abstrato, seria a fonte de sentimentos, o alvo das palavras. No segundo caso, o poder destruidor do fogo, que “causa incêndios e destrói florestas”, é projetado para o poder das palavras, cuja “devastação” se dá em nível puramente subjetivo.

Observa-se que, na Figura 15, temos uma metonímia bastante convencional “a língua pela palavra”. Aqui, a metonímia conceptual (LAKOFF; JOHNSON (1980 [2002]) PARTE DO CORPO POR UMA DE SUAS FUNÇÕES é recrutada, como, por exemplo, nas expressões metafóricas convencionalizadas: *meu braço direito*; *mão na roda*; *o cabeça da turma*, *ombro amigo* e *língua ferina*.

As metáforas situadas identificadas, portanto, são traduzidas, em seus domínios-fonte, de “palavras-como-armas” para os efeitos subjetivos que elas produzem. Os exemplos a seguir, retirados de páginas da Internet, evidenciam esses efeitos, na expressão dos sentimentos deles resultantes: a dor física, experienciada corporeamente, em maior ou menor grau, por todos os indivíduos, é projetada para a dor psicológica, aparentemente com grande eficácia cognitiva:

- As palavras duras me atingiram como *uma bofetada*.
- Suas palavras doem mais do que uma *facada*...
- Suas palavras me atingiram mais do que se eu fosse *fuzilada*, mais do que se estivessem *arrancando o meu coração* ou até mesmo mais do que se eu estivesse *morta*.
- As palavras *me quebraram*, cai de joelhos e fiquei sem saber o que dizer. • Eu sou sensível às palavras que me *machucam*.
- Com meia dúzia de palavras, você me *feriu* profundamente.

Considerações finais

As metáforas situadas exploradas neste estudo, ancoradas pela metáfora DISCUSSÃO É GUERRA, mostram como as experiências sensório-motoras são fontes de importantes conceptualizações, corroborando, assim, a hipótese defendida pelo *Realismo Corpóreo* (LAKOFF & JOHNSON, 1999, p. 74). A “guerra de palavras”, com suas diversas armas manipuladas pelo “inimigo” (o oponente em uma discussão), provoca ferimentos e dor. Dessa forma, muitos dos elementos que compõem o *frame* (ou a “cena”) de guerra, que inclui o *inimigo*, as *armas*, os *ferimentos*, as *vítimas* e os *efeitos* das armas nas vítimas, são mapeados no cenário-alvo do antagonismo verbal, mostrando como a metáfora estrutura a experiência humana e, por essa razão, seu papel em muito transcende o âmbito da linguagem. Como afirma, metaforicamente, Geary (2012, p. 73), “metáforas não são babados retóricos na beirada do que pensamos: elas estão no próprio coração do pensamento”²⁵.

Muitas vezes, o que desencadeia a guerra, pode ser também fonte de paz. Afinal, GUERRA não é o único *frame* que é convocado como domínio-fonte na conceptualização de PALAVRA. Palavras podem também ser percebidas, sentidas e vivenciadas como algo que acalma, acalenta, diverte e que traz paz:

Figura 17: a palavra pacificadora²⁶



O nosso foco teórico e analítico no *frame* GUERRA como domínio-fonte, que licencia muitas metáforas em nossas língua e cultura, junta-se ao esforço empreendido na direção de atender o “compromisso sociosemiótico” da Linguística Cognitiva (GEERAERTS, 2016). A guerra metafórica está no nosso cotidiano: colocamo-nos em estado de guerra contra acontecimentos, situações e, principalmente, contra quem vemos como adversários. Buscar, portanto, compreender, teórica e analiticamente, o papel cognitivo-discursivo do enquadramento de PALAVRA como ARMA, nesse cenário de GUERRA, surge como uma contribuição, mesmo que modesta, para a reflexão sobre o tema, que gera, inclusive, novas perguntas e novos caminhos para futuras investigações. Entre esses caminhos, apontamos o papel dos esquemas

25 No original: *Metaphors are not rhetorical frills at the edge of how we think. They are at the very heart of it.* (Nossa tradução)

26 Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=MeqQOa_nke0#:~:text=#ora%C3%A7%C3%A3o%20#focoemcristo%20#Deus>. Acesso em: 20 Jul. 2020.

imagéticos (LAKOFF, 1987), principalmente aqueles que se inserem na “dinâmica de forças” (TALMY, 1988), em que haveria um *agonista* e um *antagonista*. A hipótese a ser explorada seria a de que as palavras-armas, personificadas ou como metonímias (instrumento pelo portador do instrumento), exerceriam a função de antagonista, e suas “vítimas”, o agonista. Essa perspectiva teórico-analítica teria o potencial de trazer luz à conceptualização do “antagonismo verbal” abordado neste trabalho.

Finalmente, um caminho também promissor seria o exame das metáforas de GUERRA a partir da perspectiva crítica da metáfora (GOATLY, 2007), com foco na dimensão ideológica dos mapeamentos estudados e seus efeitos de sentido.

Os caminhos à frente, portanto, são muitos; como o são as perspectivas que a Linguística Cognitiva oferece para trilhá-los. Não poucas vezes as próprias perspectivas são percebidas como estando “em guerra”, como assim interpreta Gibbs (2017), em seu livro *Metaphor wars* (Guerras das metáforas). No entanto, em consonância com Andre (2012), vejo esse possível conflito como visões que mais se complementam do que se excluem; mais dialogam do que se antagonizam. E é para esse diálogo que este estudo procura contribuir.

Referências

- ANDRÉ, J. G. O conceito de antagonismo na filosofia política de Kant. *Trans/Form/Ação*, v.35, n.2. p. 31- 49, 2012.
- CARVALHO, S. N. A guerra nas palavras: uma análise crítica da metáfora conceptual na retórica do Presidente George W. Bush e de seus colaboradores. In: VEREZA, S. (Org.). *Sob a ótica da metáfora*. Niterói: EDUFF, 2012, p. 213-235.
- COULSON, S. *Semantic leaps: frame shifting and conceptual blending in meaning construction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- FAUCONNIER, G. *Mappings in thought and language*. Cambridge, Cambridge University Press, 1997.
- FLUSBERG, S.; MATLOCK, T.; THIBODEAU, P. War metaphors in public discourse. *Metaphor and Symbol*, v.33, n. 01, p.1-18, 2018.
- GEARY, J. I. *Is an other: the secret life of metaphor and how it shapes the way we see the world*. Nova Iorque: Harper, 2012.
- GEERAERTS, D. The sociosemiotic commitment. *Cognitive Linguistics*, v. 27, n. 4, p. 527-542, 2016.
- GIBBS, R. W. *Metaphor wars: conceptual metaphors in human life*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

GOATLY, A. *Washing the brain: metaphor and hidden ideology*. Amsterdam: John Benjamins, 2007.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. *Cohesion in English*. Londres: Longman: 1976.

HASKELL, R. Giambattista Vico and the discovery of metaphoric cognition. In: HASKELL, R. (Org.). *Cognition and symbolic structures: the psychology of metaphoric transformation*. Norwold: Ablex, 1987, p. 67-82.

HENDRICKS, R.; DEMJÉN, Z.; SEMINÓ, E.; BORODITSK L. Emotional implications of metaphor: consequences of metaphor framing for mindset about cancer. *Metaphor and Symbol*, vol. 33, n. 4, p. 267-279, 2019

LAKOFF, G. *Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, G. ; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Cambridge: Cambridge University Press.1980. *Metáforas da vida cotidiana*. Tradução pelo grupo GEIM. São Paulo: Educ/Campinas: Mercado de Letras, 2002.

LAKOFF, G. ; JOHNSON, M. *Philosophy in the Flesh*. Nova Iorque: Basic Books, 1999.

ROCHA, C. R. M. *A linguagem bélica do futebol: suas manifestações e suas implicações dentro e fora dos campos*. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

SILVA, A. S. *O mundo dos sentidos em português*. Coimbra: Almedina, 2006.

TALMY, L. Force dynamics in language and cognition. *Cognitive Science*, vol.12, n.01, p.49-100, 1988.

VEREZA, S. “Metáfora é que nem...”: cognição e discurso na metáfora situada. *Signo*, v. 38, n. 65, p. 2-21, 2013.

_____. Exploring metaphor in corpora: a study of “war” in corpus generated data. In: ZANOTTO, M.; CAMERON, L.; DEIGNAN, A. *Confronting metaphor in use: an applied linguistic approach*. Amsterdam: John Benjamins, 2008, p. 163-181.

_____. “Moral da história”: macromapeamentos cognitivo-discursivos como estratégia argumentativa. 2020. *No prelo*.



**A CATEGORIZAÇÃO EM PERSPECTIVA SOCIOCOGNITIVA DE UM
AFRICANISMO DO PORTUGUÊS DO BRASIL:
O ITEM LÉXICO XERECA**
**THE CATEGORIZATION OF AN AFRICANISM IN BRAZILIAN
PORTUGUESE FROM A SOCIOCOGNITIVE PERSPECTIVE:
THE LEXICAL ITEM XERECA**

Aurelina Ariadne Domingues Almeida¹

RESUMO

Apresentam-se resultados de uma pesquisa empreendida que objetivou compreender a variação categorial do item léxico *xereca* no português do Brasil. O estudo norteou-se por pressupostos da Linguística Cognitiva, de sorte que travou diálogos com autores como Salomão (2011; 1997), Lakoff (1987), Rosch (1978), Silva (2015; 2010), além de pressupostos teóricos da Teoria da complexidade, apresentados por Morin (1999) e Capra (2006). No tocante ao seu desenho metodológico, foi desenvolvido através da abordagem qualitativa do corpus, formado por textos postados na internet; teve natureza exploratória, descritiva e interpretativa e buscou compreender as ocorrências no contexto de uso. Concluído o trabalho, constatou-se que esse item do léxico pode ser inserido pelo conceptualizador em diferentes categorias e seu grau de prototipicidade depende de quem o usa e de onde o usa.

PALAVRAS-CHAVE: Linguística Cognitiva. Categorização. Variação. Palavrão. Xereca.

ABSTRACT

The current article presents the results of a research that aims to comprehend the categorical variation of the lexical item “xereca” in Brazilian Portuguese. The study was guided by assumptions from Cognitive Linguistics, in such a way that it dialogues with authors like Salomão (2011; 1997), Lakoff (1987), Rosch (1978), Silva (2015; 2010), in addition to theoretical assumptions of the Theory of complexity, presented by Morin (1999) and Capra (2006). Regarding its methodological design, the study was developed through a qualitative approach to the corpus, constructed by texts posted in the internet; it had an exploratory, descriptive and interpretative nature and sought to understand the occurrences in its context of use. After the research was completed, it was observed that this word can be inserted by the conceptualizer in different categories and its degree of prototypicality depends on who uses it and where it is used from.

KEYWORDS: Cognitive Linguistics. Categorization. Variation. Bad word. “Xereca”.

¹ Doutora em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora associada do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (ILUFBA), atuando na sua Graduação em Letras e no seu Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC). Coordena o Grupo de Estudos em Semântica Cognitiva (GESCOG), associado ao Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR). E-mail: ada.domingues@gmail.com



Palavras iniciais

Os chamados africanismos, embora tenham chegado a terras brasileiras, em geral, em tempos de escravidão, ainda, são, no plano da Linguística, parcamente estudados, apesar dos esforços de pesquisadores como Castro (2005; 1995; 1983), Peter (2008) e outros.

Entre os estudos já realizados, no âmbito da lexicografia, ao tratar do léxico português como um todo, procedeu-se a um trabalho de sistematização de saberes acerca dessa parte do léxico do português. A consulta a verbetes destinados a africanismos, em diferentes dicionários, revela a existência de restrições no tocante a seus usos, o que reflete o fato de esses não encontrarem sempre chancela na oralidade mais formal nem respaldo no uso da escrita de prestígio.

As mencionadas restrições ocorrem - mas não somente - com os africanismos da categoria *sexualidade*, com clara exceção do item léxico *bunda* que conseguiu, em geral, propagar-se em face de variadas direções de uso e tomou, inclusive, espaço dos latinos *cu* e *rabo*, os quais passaram a ser recategorizados, no português do Brasil, como *palavrões*, conforme demonstra Almeida (no prelo).

Como membros da ampla categoria *sexualidade*, itens léxicos que referenciam os órgãos sexuais/genitais humanos sejam masculinos, como *binga*, *chibata*, *manjuba*, ou femininos, como *tabaca*, *xibiu*, e *xoxota*, são categorizados pelos falantes-escreventes-conceptualizadores como *informais* e/ou *chulos*, e/ou *pejorativos*, e/ou *imorais* etc., podendo, inclusive, ser compreendidos como membros da categoria mais geral dos *palavrões* ou ser entendidos como elementos pertencentes a mais de uma categoria entre as que aqui foram anteriormente elencadas e a outras mais gerais, como *partes do corpo humano*.

Em face do exposto, considerou-se a necessidade de refletir sobre como são categorizados esses itens no Brasil, espaço em que emergiu uma língua - chamada de português do Brasil ou português brasileiro - constituída, inicialmente, através dos contatos entre os escravizadores e os escravizados africanos, além dos indígenas (ora não destacados), tendo essa língua emergido das (re)conceptualizações e (re)categorizações das experiências vivenciadas por esses diferentes povos em solo americano e, também, das conceptualizações e categorizações daqueles já nascidos do lado de cá do Atlântico, de modo tal que, das inter-relações de uma complexa rede de redes ântropo-bio-psico-geo-sócio-histórico-cultural-político-ideológica, surgiram novas realizações languageiras na chamada América, advindas do princípio ordem-desordem-organização, conforme anuncia Morin (2009 [1999]).

Por serem diversas as questões a serem discutidas acerca do objeto de estudo em destaque, neste artigo, serão expostas tão somente considerações atinentes ao item léxico *xereca*; assim sendo, este texto tem por objetivo apresentar resultados de um trabalho empreendido acerca da categorização desse item léxico, tendo sido o estudo realizado a partir das concepções teóricas do sociocognitivismo, considerando autores como Salomão (1997, 2010), Silva (2015;

2010; 2009), da Teoria da Complexidade ou Teoria Sistêmica, atentando-se para as discussões feitas por pensadores como Capra (2006 [1996]); Capra e Luise (2014); Varela e Maturana (2001[1984]) e Morin (2009 [1999]), e ainda traçando breves diálogos com estudiosos de outras áreas da própria Linguística, como Marcuschi (2007), e de outros campos do saber como Foucault (2017).

O estudo realizado possui cariz qualitativo, descritivo, exploratório, interpretativo e documental. Para alcançar o objetivo de expor os resultados parciais alcançados com a sua realização, este texto encontra-se estruturado da seguinte forma: 2) Aportes teóricos: a categorização: 2.1) A categorização em perspectiva ecológica; 3) Dos usos: 3.1) Das descrições e prescrições: o registro em dicionários; 3.2) Dos usos de itens léxicos da categoria órgão sexual-genital feminino; 3.3) Dos usos do item léxico *xereca* na imprensa; 3.4) Dos usos na imprensa e de usos em esferas oficiais; 3.5) Dos usos nas redes sociais e 3.6) O que escreventes-conceitualizadores-categorizadores sabem sobre o item léxico *xereca*: diálogos entre internautas e 4) Outros usos: novas perspetivações, além das considerações finais e das referências.

2. Aportes teóricos: a categorização

No âmbito da Linguística Cognitiva, considera-se que a linguagem é essencialmente significado, e que, através do seu uso, o mundo é “traduzido” em categorias, pois, conforme destaca Rosch (1999), sem a categorização, função primária da vida, não seria possível aprender a partir da experiência. Além disso, pode-se afirmar que as categorias não são discretas, nem têm limites determinados, nem homogeneidade; por isso, seus membros podem ser mais ou menos representativos. Compreende-se ainda que sendo seus limites difusos, os elementos de uma categoria estão em contato e sobreposição com os de outras categorias adjacentes. Ademais, em uma dada organização categorial, o nível básico possui proeminência conceptual em relação aos demais, quer sejam mais gerais, quer sejam mais específicos.

No âmbito da semântica dos protótipos, postula-se que o significado é organizado em categorias em que haveria membros mais prototípicos do que outros, sendo uns mais centrais e outros mais periféricos; os elementos de uma categoria teriam distintos graus de representatividade ou saliência, juntando-se por semelhanças de família ou similaridades parciais (SILVA, 2015).

As categorias não seriam delimitadas por traços fixos, devido à própria natureza do significado que, por sua parte, seria: 1) perspectivista, logo, subjetiva, 2) dinâmica, flexível e mutante, sendo, por isso, as categorias uma interpretação humana do mundo que lhe circunda; 3) enciclopédica, de sorte que as categorias dependem das experiências da espécie humana no plano do sensorial e identitário e 4) baseada no uso e na experiência, de tal modo que uma categoria só poderia ser compreendida através de exemplos autênticos que circulem socialmente.

As características da prototipicidade atrelam-se à variação semântica. As categorias não têm limites claros, de modo que os elementos de uma categoria podem sobrepor-se, como aqui já observado. A não homogeneidade implica, no plano onomasiológico, que as diferentes expressões se interconectem a um mesmo conceito, podendo apresentar diferentes graus de proeminência, interpretada de acordo com sua frequência. Conforme destaca Pizarro Pedraza (2014, p. 48):

O significado [...] siempre se construye desde una perspectiva concreta. En Lingüística Cognitiva, se refieren a este fenómeno como estructuración y lo definen como la relación entre el hablante y la situación que conceptualiza. En el estudio de la variación onomasiológica [...] En primer lugar, en el eje vertical, el hablante puede expresar determinado concepto con distintos grados de especificidad o esquematicidad: un mismo contenido conceptual se puede estructurar de manera distinta por medio de distintas estrategias de estructuración conceptual. [...]. Este debe entenderse como el nivel de concreción según el que se organizan las categorías internamente, por lo que está relacionado con el concepto de taxonomía y con la teoría del nivel básico [...]. Además, el hablante también puede expresar un concepto dado mediante un área conceptual distinta (eje horizontal), a partir de otros dominios de la realidad. Cuando esto sucede, se establecen relaciones semánticas entre la categoría meta (la del referente; del inglés, target) y la categoría origen (mediante la que se expresa el referente; del inglés, source), de entre las que destacan las metafóricas y metonímicas, por su relevancia en esta disciplina.

Como destaca Pizarro Pedraza (2014), um dos princípios básicos da Linguística Cognitiva é o de que a metáfora conceptual responde à relação conceptual que os humanos estabelecem entre duas categorias diversas, dois domínios da experiência distintos, o alvo que se conceptualiza a partir de outra categoria, a origem, sendo a metáfora conceptual manifesta na linguagem por meio de expressões metafóricas quer sejam verbais, quer imagéticas ou verbo-imagéticas, entre outras possibilidades de materialização. Também, a metonímia conceptual serve para conceptualizar realidades com auxílio das categorias com as quais se relacionam alvo e fonte. A metonímia se estabeleceria em um mesmo domínio, ainda que estudiosos considerem que a noção de domínio seja inadequada, pois os limites entre uns e outros são difusos e subjetivos, além de que a própria metonímia nem sempre se manifesta dentro de um mesmo domínio, por isso, há quem prefira retomar a classificação segundo padrões metonímicos gerais baseados em relações de contiguidade (PIZARRO PEDRAZA, 2014).

No plano da seleção onomasiológica, as preferências dos conceptualizadores-categorizadores no discurso não são aleatórias e revelam padrões de uso relacionados a aspectos nem sempre linguísticos, mas contextuais, sociais e culturais (GEERAERTS et al., 1994). Por isso, considerou-se, no seio da Linguística Cognitiva, como demonstrou Silva (2009) e Salomão (1997, 2010), entre outros, a premência em unir a perspectiva social aos estudos cognitivistas elaborando a abordagem interdisciplinar denominada sociocognitivismo, aqui posta em destaque.

2.1 A categorização em perspectiva ecológica

A perspectiva do fenômeno da categorização adotada por Rosch (1978) foi considerada uma ruptura em relação à tratamento tradicional do fenômeno pautado em condições necessárias e suficientes. Apesar dos ganhos significativos da sua proposta inicial, essa abordagem tem conhecido críticas por se achar distanciada das práticas discursivas. Sobre essa questão, Marcuschi (2007, p. 135) afirma: “no geral, os autores, desde Aristóteles, passando por Eleanor Rosch, John Lakoff, Mark Johnson e outros sempre trataram as categorias como formas de *representação do mundo* [...]”. Atualmente, sabe-se que as abordagens sociointeracionistas, como a de Mondada (2000; 1997), têm se destacado, assim como as reformulações feitas a partir da proposta de Rosch (1978), como os estudos desenvolvidos por Lakoff (1987) e outros.

Em face das distintas preocupações postas por diferentes pensadores no âmbito da compreensão do fenômeno da categorização, pergunta-se: se a categorização é uma tarefa essencial para existência humana, como esse fenômeno ocorre sendo parte de uma ecologia que envolve, entre outras dimensões da vida, os espaços interacional e discursivo dos falantes-escreventes?

Para elaborar uma primeira reflexão acerca da questão antes posta, pode-se recorrer a Silva (2015, p. 203), quando retoma dois atuais conceitos no âmbito das ciências cognitivas:

[...] o [conceito] mais antigo e popular de corporização (embodiment) ou bases corpóreas e sensório-motoras da mente, da cognição e da linguagem e o mais recente de situacionalidade sociocultural (sociocultural situatedness) ou modos pelos quais mentes individuais e processos cognitivos são configurados por interações sociais e culturais. Nesta perspectiva, a cognição é situada, já que a atividade cognitiva tem sempre lugar em um contexto sociocultural; é distribuída, pela repartição do esforço cognitivo entre dois ou mais indivíduos e entre eles e os seus instrumentos cognitivos; e é sinérgica, como atividade de colaboração entre indivíduos, cujos mecanismos são a imitação e os recentemente descobertos “neurónios espelho”.

Além de Silva (2015), pode-se também relembrar Marcuschi (2007, p. 136), ao ponderar que: “[...] a produção de categorias seria uma atividade sócio-cognitiva situada em contextos culturais específicos na tentativa de construir o conhecimento”. Ainda nesse sentido, o autor assegura: “conhecer não é um ato de identificação de algo discreto existente no mundo e mediado pela linguagem: conhecer é uma atividade sócio-cognitiva produzida na atividade inter-subjetiva [...]” (MARCUSCHI, 2007, p. 139).

E ainda para pensar sobre a categorização em perspectiva ecológica, pode-se buscar amparo no pensamento de Maturana e de Varela (2001 [1984], p. 28) que sobre o ato de conhecer observam: “[...] quando examinamos mais de perto como chegamos a conhecer esse mundo, descobriremos sempre que não podemos separar nossa história das ações - biológicas e sociais - a partir das quais ele aparece para nós”. E ainda ressaltam que: “[...] não se pode

tomar o fenômeno do conhecer como se houvesse “fatos” ou objetos lá fora, que alguém capta e introduz na cabeça” (MATURANA; VARELA, 2001 [1984], p. 31). Finalmente, esses dois pensadores apresentam dois aforismos fundamentais em relação à compreensão do conhecer: **“todo fazer é um conhecer e todo conhecer é um fazer”** e **“tudo o que é dito é dito por alguém”** (Grifos dos autores, MATURANA; VARELA, 2001 [1984], p. 32).

Há, então, **o ser humano que age para conhecer o mundo e conhecendo faz o mundo para o próprio ser humano**, logo, o conhecer e o organizar o conhecimento é um ato situado ecologicamente na biologia e no espaço social da humanidade. Em face dessa observação, para tratar da visão ecológica da categorização, recorre-se ao pensamento de Capra (2006 [1996] p. 25), quando trata da visão sistêmica da ciência:

O novo paradigma pode ser chamado de uma visão de mundo holística, que concebe o mundo como um todo integrado, e não como uma coleção de partes dissociadas. Pode também ser denominado visão ecológica, se o termo “ecológica” for empregado num sentido mais amplo e mais profundo que o usual. A percepção ecológica profunda reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos, e o fato de que, enquanto indivíduos e sociedades, estamos todos encaixados nos processos cíclicos da natureza (e, em última análise, somos dependentes desses processos).

Afinal, somos parte desse processo, porque somos, também, natureza.

Ao refletir sobre as considerações dos diferentes autores aqui colocados em pauta e considerando o fenômeno da categorização, indaga-se: como um conceito da categoria sexualidade - portanto parte de uma categoria que normalmente sofre tabuísmo - e atualizado no português do Brasil por um item léxico advindo de uma língua de um povo escravizado, é categorizado na ecologia contemporânea, entendendo ecologia tal como proposta por Capra (2006 [1996])?. Para procurar compreender a questão antes elaborada, parte-se para a apresentação do estudo dos usos do item léxico *xereca* na sociedade brasileira contemporânea, tendo escolhido o contexto *on-line*, a partir de usos identificados por meio do *Google*, por considerar que se poderia ter acesso a usos autênticos que, de fato, circulam socialmente.

3. Dos usos

Antes de discutir sobre os usos feitos *on-line*, desenvolveu-se uma breve reflexão acerca da descrição e da prescrição feita sobre o item léxico em dicionários que circulam na sociedade brasileira, nomeadamente, consultou-se o verbete para a entrada *xereca* de três obras lexicográficas contemporâneas, a saber: Houaiss (2017), Aulete (2017) e Michäelis (2017). A seguir, tecem-se algumas considerações a propósito dos verbetes consultados.

3.1 Das descrições e prescrições: o registro em dicionários

O dicionário Houaiss (2017) define o item léxico *xereca* como “genitália externa feminina; vulva”, e, seguindo Castro, aponta o quicg. (*kileka*), como sua origem etimológica, informando, ademais, por meio da marcas de uso *B.* e *tab.*, que, de um lado, se trata de um brasileirismo, isto é, “[...] palavra ou locução (dialetismo vocabular) [...] privativa do português do Brasil” (HOUAISS, 2017) e, de outro, informa que o item léxico é visto socialmente como um tabuísmo, portanto como sendo uma “palavra, locução ou acepção tabus, consideradas chulas, grosseiras ou ofensivas demais na maioria dos contextos”. Ainda conforme essa obra lexicográfica, esses itens do léxico “são os chamados palavrões e afins, e referem-se ger., [...] aos órgãos e funções sexuais [...]” (HOUAISS, 2017).

A definição apresentada pelo dicionário Aulete (2017), para o item *xereca*, é próxima àquela encontrada no Houaiss (2017): “A genitália feminina; VULVA”; no verbete dessa obra, não se oferece propriamente uma origem etimológica, uma vez que compreende ser o seu étimo obscuro. E também, como o Houaiss (2017), remete-o para a categoria dos tabuísmos², oferecendo, ademais, a marca de uso *joc.*, logo, compreendendo-o como sendo algo que “[...] 2. que faz rir, que provoca o riso; ENGRAÇADO” (AULETE, 2017).

Já o dicionário Michaëlis (2017) define-o por meio do sinônimo “vulva” (“conjunto dos órgãos sexuais externos femininos, situados na abertura que leva à vagina” MICHAËLIS, 2017) e marca-o como sendo um uso *vulg.*, como fizeram os outros dois dicionários antes citados, portanto, compreende-o como algo “1 Relativo ou pertencente ao vulgo, à plebe; popular [...] 3 que revela ser de qualidade inferior; baixo, grosseiro”, quanto à sua etimologia, informa tratar-se de um “voc. expr.”.

No que concerne à origem, apenas, o Houaiss (2017) entende-o como um africanismo; quanto à categoria, os dicionários, em suas definições, colocam-no na esfera dos órgãos genitais, com exceção do Michêles que o entende como membro da categoria órgão sexual³. Da consulta empreendida aos dicionários, concluiu-se que o item, ao menos em tese, faz-se ausente na variedade do português de Portugal, que é compreendido como membro da categoria tabuísmo, logo, como uma palavra com um uso restrito, censurada por pudor ou por crença, sendo ainda vista como popular e jocosa.

2 O Aulete (2017) não possui uma entrada para tabuísmo; em *tabu*, localiza-se a seguinte acepção “[...] 2. Que é proibido: *Sexo já foi assunto tabu*. 3. Que não pode ser feito ou pronunciado por ferir o pudor, a moral, os costumes.»

3 No Aulete (2017), o sinônimo *vulva* é definido como: “Conjunto dos órgãos sexuais externos femininos, situados na abertura que leva à vagina”.

3.2 Dos usos de itens léxicos da categoria órgão sexual-genital feminino

Gregório Duvivier (2017)⁴, no texto *Sobre o vasto léxico referente aos órgãos reprodutores e suas nuances*, assegura:

Talvez, por machismo linguístico, não haja palavra que vá passar despercebida quando o assunto é o órgão sexual feminino. A palavra “vagina”: é prima do pênis; tem cheiro de álcool-gel. Soa mal, lembrando um cruzamento das palavras “faxina” e “varginha”. Seus equivalentes mais ingênuos são infantis demais. Enquanto a palavra “perereca” remete às partes impúberes, a palavra “xoxota” tem conotação cômica, talvez pela repetição, raríssima no português, da letra x. Na cama pode causar gargalhada. Já a palavra buceta pode dar um susto nas almas mais pudicas. Tive dificuldade até em escrevê-la aqui. Talvez seja o caso de desmistificá-la. Ou de inventar uma nova. Em Portugal há a cona. Talvez seja o caso de importá-la. Enfim, precisamos falar sobre isso.

No texto de Duvivier (2017), o item léxico *xereca* não é mencionado, mas, por meio desse texto, toma-se conhecimento acerca das conceptualizações do órgão sexual-genital da mulher. Para ele, não haveria, na sociedade brasileira, palavra que passasse incólume para referenciar esse órgão e conclui que se faz premente tratar dos usos das palavras da sexualidade feminina. Disto, fica uma indagação, entre outras tantas possíveis: por que Duvivier não teria citado o item *xereca*? Como esse item léxico seria compreendido pela sociedade brasileira? Seria visto como uma palavra que carrega o odor dos consultórios médicos? Lembraria coisas ruins? Seria entendido como infantil? Cômico? Assustador? Seria mesmo uma palavra tabu? Jocosos? Vulgar, como prescrevem por meio das marcas de uso os dicionários? Seria mesmo uma palavra ultrajante, por isso evitada? Ou simplesmente foi esquecida por não ser corriqueira? Ou por não fazer parte dos conhecimentos do autor do texto?

Enfim, não há como responder aqui as questões antes suscitadas, mas, com a leitura deste texto, pôde-se refletir sobre o fato de as pessoas terem crenças e refletirem estereótipos sociais acerca da sexualidade da mulher. Ainda sobre o texto, saliente-se, por um lado, tratar-se de uma escrita masculina, o que não deve ter passado ileso no momento da sua elaboração e o fato de ter sido publicado em um jornal de grande circulação nacional, ligado a um grupo de poder embrenhado em uma dada teia ideológico-social. Observe-se, por outro lado, que, independentemente de quem seja a pessoa produtora do texto e o seu veículo de circulação, a perspectivação dos elementos da categoria *sexualidade* é “tensionada”, de tal modo que diferentes sentidos sociais são elaborados e misturam-se em rede onomasiológica amplamente produtiva, com *tabuísmos*, registros *informais*, *familiares*, *chulos* etc. Isto mostra que a categorização linguística se acha inter-relacionada à categorização de uma cognição social, formando um complexo, isto é, um tecido junto, conforme pensa os teóricos da complexidade,

4 Agradeço à Professora Doutora Sandra Cavalcante (PUC-MINAS) o acesso ao texto de Duvivier (2017).

a exemplo de Morin (1999).

Ao ficar constatado que Duvivier (2017) não menciona esse item, em seu texto, procedeu-se a mais uma indagação: haveria registro do seu uso no domínio discursivo da imprensa? Afinal, seria esse um *palavrão* que sofreria restrições de uso em diferentes esferas sociais? Ou haveria a liberdade para usá-lo nessa esfera social? Se sim, como se faz o seu uso? Todas essas questões atrelam-se ao modo como é categorizado ecologicamente esse conceito e sua face material, isto é, como é categorizado o item léxico aqui posto em pauta.

Na sequência, produzem-se algumas considerações sobre o seu uso em uma pequena amostragem da rede textual da imprensa. Para localizar os usos, procedeu-se à busca por esse item no *Google*. Vale observar que foram identificados 1.610.000 registros dessa palavra. Diante de um número tão expressivo, foram-se selecionando as postagens referentes à esfera jornalística. Após identificadas essas postagens, procedeu-se à leitura integral do texto e foi se desenvolvendo paulatinamente o estudo cujos resultados serão a seguir expostos. Faz-se necessário observar que ficou decidido conservar a ortografia, a pontuação, a acentuação e a concordância das postagens constituintes do corpus estudado, mesmo quando havia equívocos em relação ao uso da escrita mais monitorada do português, assim como ficou resolvido manter os espaçamentos da digitação e a formatação das postagens, isto considerando a manutenção da originalidade do material textual coletado.

3.3. Dos usos do item léxico *xereca* na imprensa

Na Revista *Galileu*, afirma-se:

[...] grande parte das mulheres ainda é incapaz de nomear as estruturas que compõem seu sistema reprodutor [...] A maioria também prefere recorrer a apelidos quando precisa se referir a ela [...] “aquela cujo nome não se fala”, a vagina, possui “mais de 4 mil apelidos (des)conhecidos” (PATROCÍNIO, 2012, s.p.).

Sinônimos para vagina



Fonte: Revista Galileu.

Disponível em: <http://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2015/12/vagina-como-ela-e.html>

Assume-se, no texto, a existência da espécie de nome “normativo” - *vagina* - e de outros que seriam suas alcunhas, e ao mesmo tempo em que se registra esse nome da categoria da

biologia e mais especificamente da anatomia, surge a revelação de as mulheres preferirem fazer uso de cognomes. Mas, entre milhares de possibilidades, apresentam-se, tão somente, nove. Alguns são categorizados, em dadas situações, como palavrões, mas são registrados, nesse texto, porque o *frame*, que o emoldura, licencia a presença dessas palavras. Em meio a tantas possibilidades, *xereca* foi rememorada, o que demonstra seu incrustamento conceptual no domínio onomasiológico do português brasileiro; talvez, por isso, aí se registre esse africanismo imperiosamente.

3.4. Dos usos na imprensa e de usos em esferas sociais

Através de textos da esfera jornalística, tomou-se conhecimento de sua utilização em espaços oficiais. Assim, foi identificada a existência de um glossário do SUS (Sistema Único de Saúde), em que se apresentam centenas de termos que têm seus usos vetados no Sistema do Cartão Nacional de Saúde. Ao verificar o multimodal que acompanha o texto, identificou-se que *xereca* é o termo número 656, entre as palavras que devem ser silenciadas no espaço do SUS. Constata-se, assim, que, na esfera social da saúde pública, são expostas as palavras tidas como tabuísmos para depois silenciá-las:



Fonte: IG São Paulo. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2016-11-03/sus-lista-glossario-terminos-zoeira.html>

No texto, informa-se: “[...] o documento⁵ traz um verdadeiro ‘glossário’ de zoeiras, com 678 termos “proibidos” (IG, 2016, s.p.), constituído basicamente por termos da sexualidade. Quem escreve o texto não os categoriza como *palavrões*, mas como “termos com apelo sexual”⁶. O texto revela então o uso do item léxico *xereca* e dos outros 677 termos na esfera social da saúde, uma vez que a lista foi constituída por termos que, em algum momento, foram

5 O referido documento acha-se disponível no seguinte endereço: <http://datasus.saude.gov.br/images/standalone/REGRAS%20DE%20HIGIENIZA%C3%87%C3%83O%20E%20QUALIFICA%C3%87%C3%83O%20DE%20INFORMA%C3%87%C3%95ES%20DO%20CADASTRO%20NACIONAL%20DE%20USU%C3%81RIOS%20DO%20SUS.pdf> Acesso em 24.02.2017.

6 No texto, afirma-se: “[...] palavrões e dos já mencionados termos com apelo sexual [...]. A conjunção aditiva e agrega os termos de cunho sexual aos chamados palavrões.

empregados por usuários do Sistema Único de Saúde. Além disso, demonstrou que *xereca* se encontra em sinonímia com *xana*, *xaninha*, *xibio*, *xota*, formando a rede onomasiológica da categoria órgão *sexual-genital feminino*.

Se por um lado, apresentaram-se, no vocabulário do SUS, esses termos para silenciá-los, por outro, ocorre o uso do item léxico *xereca* por crianças no espaço escolar, conforme demonstra outro texto da esfera jornalística, nomeadamente, a reportagem *Eles querem falar de sexo*, que expressa, como revela o seu próprio título, o fato de crianças sentirem, em algum momento, a necessidade de abordar a sexualidade, apesar da opressão da sexualidade infantil apontada por Foucault (2017). O texto foi escrito considerando uma questão feita por uma aluna à professora, em uma situação corriqueira de sala de aula (“Professora, por que a minha xereca pisca quando vejo um homem e uma mulher se beijando na televisão?”). Sobre a mencionada pergunta, escreve-se:

a pergunta, feita por uma aluna de 8 anos para a orientadora educacional Dilma Lucy de Freitas durante uma aula para a 3ª série de uma escola particular de Florianópolis, poderia provocar diversas reações na professora. Se ela mostrasse espanto e indignação, por exemplo, as crianças deduziriam que sentir essas coisas deve ser anormal. Se fingisse não ter escutado, os pequenos achariam que é melhor não falar sobre o corpo (e, mais tarde, sobre a sexualidade). Dilma respondeu que o corpo recebe estímulos: um cheiro gostoso de comida faz a gente sentir vontade de comer e um vento frio faz a pele se arrepiar. Do mesmo modo, algumas imagens (como o casal que se beija) estimulam os órgãos sexuais e por isso a vagina se contrai (“pisca”). A aluna, satisfeita com a informação, foi brincar. (GENTILE, s.d, s.p)

Aqui, vale pontuar o uso da sinonímia denotacional por parte da autora do texto que substitui *xereca*, usado pela criança, pelo termo *vagina*, usado na esfera da anatomia, conforme marca o dicionário Houaiss (2017), em contraposição ao uso mais familiar e informal daquele outro item léxico. Além disso, essa substituição feita pela autora do texto demonstra que tanto *vagina* quanto *xereca* são itens de nível básico, enquanto *órgão sexual* é unidade mais geral⁷.

Já em uma notícia, que se intitulada *Apelou!!! Isidório pega em “xereca”, fala de “sapatão” e envia recado para as mães*⁸. *Assista!*, fica expresso o seu uso, em um título de

7 Um fragmento deste mesmo texto foi postado, no site *fórum.cifraclub*. Afora as críticas feitas ao conteúdo do artigo publicado pela revista, por meio dos comentários, é possível observar como o item léxico *xereca* pode ser compreendido pelos conceptualizadores-categorizadores-leitores desse site: uma pessoa estranha o uso do termo e a outra o considera vulgar (“o legal é que ela já aprende o um nome vulgar do seu órgão desde criança... com 8 anos acho que ainda rolava os pipi, popo e pepeca (na minha época, claro). Disponível em: <http://forum.cifraclub.com.br/forum/11/216344/> Acesso em: 25.02.2017.

8 Disponível em: <http://www.suburbioonline.com/apelou-isidorio-pega-em-xereca-fala-de-sapatao-e-envia-recado-para-as-maes-assista/> Acesso em: 24.02.2017.

um texto jornalístico, embora seja este uso aspeado⁹. Além disso, no vídeo que o acompanha, o pastor e deputado Sargento Isidório¹⁰ e, na época da postagem, em 07.05.2016, candidato à prefeitura de Salvador, empregou tanto o item *xereca* quanto *xoxota*¹¹ ao se referir ao corpo de sua mãe, logo, observa-se que um filho pode livremente referir-se a uma parte do corpo materno com esse africanismo, sem maiores pudicísmos.

Os usos nos textos da esfera jornalística demonstram a fluidez do fenômeno da categorização. Assim, se, de um lado, o item léxico *xereca* foi escrito para ser proibido no SUS, de outro, na escola, esse teve espaço enunciativo garantido¹², ainda que o seu uso tenha motivado a escrita de um texto abordando a necessidade de assegurar o direito das crianças a terem sexualidade. Por outro lado, ainda, ficou demonstrado que o mesmo foi usado por um pastor-deputado-militar-candidato à prefeitura de uma grande cidade brasileira e que ele não deve categorizá-lo como um *palavrão* nem mesmo como um *tabuísmo*; afinal, usou-o em referência ao corpo de sua mãe¹³.

Se os textos da esfera jornalística demonstraram a fluidez da categorização do item léxico aqui posto em pauta, o que revelam os seus usos nas redes sociais *on-line*? Recorreu-se a essas redes, por considerar que os usos feitos nesses espaços virtuais, até certo ponto, possuem alguma liberdade, no âmbito linguístico.

3.5 Dos usos nas redes sociais

Recentemente, circulou nas redes sociais o fato da jovem atriz Bruna Marquezine aparecer, em um vídeo, cantando uma música com o item léxico *xereca*. O jogador Neymar Jr., estrela do Barcelona, também, está cantarolando o mesmo *funk* no vídeo. Mas, embora ele possua uma grande visibilidade no país, esse fato foi silenciado e, na legenda, no vídeo do *Youtube*, apenas, afirma-se que a atriz está cantando uma música com um *palavrão* e entre parênteses aparece *Xereca*. Afora questões ideológicas que envolvem a legenda do vídeo postado no *Youtube* - aqui interconectadas à metonímia BRUNA MARQUEZINE POR TODAS AS PESSOAS DO VÍDEO/PARTE PELO TODO - essa postagem demonstra pela 1ª vez no corpus o item em pauta como membro da categoria *palavrão*, funcionando como um membro mais específico dessa categoria. Vale observar que nem os dicionários consultados, em seus verbetes, fizeram menção

9 A entrada *aspa* é assim definida no dicionário Houaiss (2017): “sinal gráfico ger. alceado, que delimita uma citação, título de obra, denominação comercial etc., ou us. para realçar certas palavras ou expressões, sentidos figurados, gírias etc. [...]”. No caso o uso, deve ter sido feito para realçar o item *xereca*.

10 O pastor Isidoro gerou algumas polêmicas, quando concorreu à prefeitura da capital baiana.

11 Na fala de Isidório parece haver diferenças conceituais entre os itens *xereca* e *xoxota*, enquanto aquele se refere à parte externa do órgão sexual-genital da mulher, o segundo parece ter sido usado para se referir ao canal vaginal da mulher.

12 É preciso observar que, nem sempre, a escola garante espaço para falar da sexualidade humana, uma vez que, também nesse espaço, pode haver silenciamentos a respeito desta questão.

13 Observa-se, porém, que, nem sempre, Isidório comportou-se como o esperado de um pastor, como um deputado, ao longo da campanha para a prefeitura de Salvador.

direta à presença de *xereca* nessa categoria.

Jovens brasileiros cantando *funk*



Disponível em: www.youtube.com/watch?v=f_a0f-gG-m8 Acesso em: 28.02.2017.

Apesar da legenda remeter *xereca* à categoria *palavrão*, o item foi empregado na música como membro da categoria órgão da sexualidade, metonimicamente, focalizando o sexo e deixando como fundo o fato de, também, ser membro da categoria órgão genital:

Então tu pega o telefone, desbloqueia a tela
 Vai no seu contato e procura o número dela
 Pra ligar pra ela, pra ligar pra ela
 Hoje deu uma vontade de comer a xereca dela
 Pra ligar pra ela, pra ligar pra ela
 Hoje deu uma vontade de comer a xereca dela¹⁴

Vale observar que, afóra a música *Oh novinha*, de Mc Don Juan, - cantada pelos jovens Bruna Marquezine, Neymar Júnior e amigos -, na *internet*, circulam outros *funks* em que se emprega, também, esse item léxico como membro mais específico da categoria órgão sexual, a exemplo das composições *Xereca*, de Mc Loirinho, *Gruda Xereca na Pica*, de Mc GW, e de *Não existe xereca feia, feio é não comer xereca*, de Mc Orelha. O que revelariam esses usos? *Informalidade*? Aqui, não fazem, certamente, parte da categoria *tabuísmo*, pois são ditos livremente, sem constrangimentos. Então, em uma dada interação, um conceito-expressão pode ser lançado em determinada categoria, mas, em outra, pode ser remetido a uma categoria diferente.

Além de usos, a *internet* possibilita ter acesso a saberes elaborados pelos escreventes-conceitualizadores-categorizadores e o *Yahoo! Respostas* pode colaborar significativamente para a sistematização de parte desses saberes, conforme demonstrará a próxima seção deste artigo.

¹⁴ Disponível em: <https://www.letras.mus.br/mc-don-juan/nao-abandona/> Acesso em: 28.02.2017.

3.6 O que escreventes-conceitualizadores-categorizadores sabem sobre o item léxico *xereca*: diálogo entre internautas¹⁵

O *Yahoo! Respostas* permite acessar parte da escrita de alguns escreventes-conceitualizadores-categorizadores sobre o item léxico aqui em destaque¹⁶, por isso, é válido consultá-lo, o que foi feito, a partir da busca pelo item léxico *xereca* e, levando em consideração, apenas, resultados acerca das relações linguageiras sobre o seu uso¹⁷.

Entre as perguntas constantes do *Yahoo! Respostas*, havia uma voltada para a sua etimologia: “De onde vem o nome *xereca*?”¹⁸. Como resposta, inicialmente, postou-se o poema *A criação da xoxota* de Mário Quintana, demonstrando a sinonímia denotacional entre *xereca* e *xoxota*; outra pessoa, por sua parte, assegura, em seu comentário, que esse item veio de *Xerecândia*, expressando que esse nome acha-se em plena vitalidade, de modo a interconectar-se a novas criações léxicas; em outra resposta, um internauta afirma importar pouco de onde vem esse nome, revelando que questões atinentes à origem de uma palavra nem sempre interessam às pessoas; já outro diz querer saber a sua origem, evidenciando o seu interesse pelo étimo desse item; por fim, outro internauta afirma, em sua resposta, não saber de onde veio esse nome, mas assevera que o referente é bom (“que é bão é bão”). Por meio dessa consulta ao *Yahoo! Respostas*, pôde-se identificar o uso de dois membros da rede onomasiológica órgão sexual-genital feminino, bem como pôde-se constatar a possibilidade de criação de novos itens léxicos por meio de novas perspetivações do domínio da experiência da sexualidade feminina.

No mesmo diapasão, mais uma pergunta constante do *Yahoo! Respostas* achava-se atrelada, de alguma forma, à origem desse nome: “Alguém aki saberia me dizer o porque do nome XERECA para o órgão sexual feminino?? *Xereca* vem de Cheiro?? no caso seria *xereca* por estar sempre com um xeirinho particular???”¹⁹. Aqui, percebe-se a imaginação humana agindo, a fim de compreender metonimicamente o que desconhece, no caso, a etimologia da palavra *xereca*. Esse uso revela como a língua não é constituída de partes desconexas, mas se encontra em plena relação com outras linguagens, outras modalidades do sentido, no caso

15 Lembra-se o fato de terem sido mantidos ortografia, pontuação, acentuação, concordância, digitação e espaçamentos como nas postagens originais, como anteriormente já informado, considerando a originalidade dos textos dos internautas.

16 Disponível em: https://br.answers.search.yahoo.com/search?fr=uh3_answers_vert_gs&type=2button&p=xereca. Acesso em: 22.02.2017.

17 As postagens que tratavam das relações sexuais humanas foram desconsideradas. Assim chamadas como “A minha *xereca* não para de coçar?”, “Quem já depilo a *xereca* toda com pinça vo fazer isso amanhã?”, de um modo geral, não foram consideradas, exceto se dessem pistas acerca do uso desse item léxico, em contrapartida “De onde vem o nome *xereca*”, “Alguém aki saberia me dizer o porque do nome *xereca* para o órgão sexual feminino??” passaram a constituir o corpus do estudo, cujos resultados são aqui apresentados.

18 Disponível em: https://br.answers.yahoo.com/question/index;_ylt=AwrC1C0OHqxY_hsAiyz6Qt.;_ylu=X3oDMTB y O H Z y b 2 1 t B G N v b G 8 D Y m Y x B H B v c w M x B H Z 0 a W Q D B H N I Y w N z c g --?qid=20070527084358AArBhMe. Acesso em: 22.02.2017.

19 Disponível em: https://br.answers.yahoo.com/question/index;_ylt=AwrC1C0OHqxY_hsAlyrz6Qt.;_ylu=X3oDMTB y M H Z O N G 9 y B G N v b G 8 D Y m Y x B H B v c w M 3 B H Z 0 a W Q D B H N I Y w N z c g --?qid=20070825075201AAFwPql. Acesso em: 22.02.2017.

quem foi que inventou isso mais pegou geral, quanto as crianças se elas ainda forem inocentes vão achar que Xereca é uma Banda de Pop/Rock. Abraços!” e 15) olá o órgão da mulher o vagina. é assim mesmo as pessoas ã falam mais vagina ou pênis. falam xereca bu.ce.ta etc. é mais fazer o que né os tempos mudou. e as pessoas perderam os respeito”.

Após o estudo das respostas dadas para a questão antes citada, observou-se que *xereca* se encontra em sinonímia denotacional com *boceta*, *vagina*, *xoxota*, *xana*, *perereca*, *perseguida*; que, também, é membro mais específico das categorias órgão sexual feminino, órgão e *parte íntima da mulher*, sendo concebido, ainda, como membro em outras categorias que seriam as das palavras *vulgares*, *populares* e *indecentes*. Além disso, alguém hiperbolicamente afirma que não se usa mais o item *vagina* em detrimento de *xereca* e de *boceta*.

Mais uma pergunta foi considerada para a elaboração do estudo empreendido, porque revela os membros da rede onomasiológica da qual faz parte esse item: “você tem pipi, ou xereca?²¹”, para qual foram postadas nove respostas, mas apenas um comentário foi levando em consideração: “1) xereca, xota, piriquita²²”; isto porque demonstra o fenômeno da sinonímia em funcionamento em um uso cotidiano.

Ainda possibilita conhecer aspectos concernentes à sinonímia a seguinte questão: “qual a diferença de xereca, prá *xoxot@?²³” e as respostas foram sete, aqui, transcrevem-se quatro²⁴: 1) “nenhuma! abraços”; 2) “Nenhuma. É tudo vagina”; 3) “A diferença é só o nome. Refere-se à tokinha do pal”; 4) “Xereca é de baiana, xoxot@ é de funkeira. Bj”. Quando perspectivam apenas o referente, os falantes-escreventes tendem a não perceber diferenças entre os usos de *xereca* e *xoxota*, mas quando se pautam nos usos sociais começam a perceber distinções, como quando aventam que uma é usada na Bahia (*xereca* baiana) e outra no Rio (*xoxota* funkeira). Aqui, vale ressaltar, ainda, a metaftonímia²⁵ VAGINA É ESPAÇO PROFUNDO PARA CONTER PARTE DO SEU POSSUIDOR (“tokinha do pal”), estruturada pelo esquema imagético RECIPIENTE,

21 Disponível em: https://br.answers.yahoo.com/question/index;_ylt=AwrC1C0OHqxY_hsAmyrz6Qt;_ylu=X3oDMTBvYznU4cmNpBGNvbG8DYmYxBHBvcwM5BHZ0aWQDBHN1YwNzcg--?qid=20121004160023AAvsZql Acesso em 22.02.2017.

22 1) “Eu tenho um pipi, mas gostaria muito de ter uma xereca à minha disposição”; 2) “Sou Hermafrodita”; 3) “PERGUNTA PRA SUA MÃE”; 4) “TENHO UMA PICA ENORME E BRANCA NO SEU ***”; 5) “sua mae sabe!!!!!!!!!!!!”; 6) “anaconda”; 7) “eu tenho uma pika muito gostosa vc quer meu amor” e 8) “Seu a avatar é ridiculo sou um sexo indefinido lol!”. Disponível em: https://br.answers.yahoo.com/question/index;_ylt=AwrC1C0OHqxY_hsAmyrz6Qt;_ylu=X3oDMTBvYznU4cmNpBGNvbG8DYmYxBHBvcwM5BHZ0aWQDBHN1YwNzcg--?qid=20121004160023AAvsZql Acesso em: 22.02.2017.

23 Disponível em: https://br.answers.yahoo.com/question/index;_ylt=AwrC1C0OHqxY_hsAkyrz6Qt;_ylu=X3oDMTBvYznU4cmNpBGNvbG8DYmYxBHBvcwM1BHZ0aWQDBHN1YwNzcg--?qid=20150610133941AAtr4fa Acesso em 22.02.2017.

24 Foram desconsideradas as seguintes respostas por não se relacionarem ao objeto de estudo: 1) “parece que xereca eh uma vagina fedida. e xo.xota é uma vagina peluda. é o que eu imagino qndof alam essas palavras kkkkkkkk”; 2) “Imagem de XOXOT@ pode postar pq só tem interesse para homens” e 3) Vinicius Brasil/Membro desde: April 15, 2014/Pontos: Nível: 1/Total de respostas: 13/Pontos nesta semana:-38”. Disponível em: https://br.answers.yahoo.com/question/index;_ylt=AwrC1C0OHqxY_hsAkyrz6Qt;_ylu=X3oDMTBvYznU4cmNpBGNvbG8DYmYxBHBvcwM1BHZ0aWQDBHN1YwNzcg--?qid=20150610133941AAtr4fa Acesso em: 22.02.2017.

25 Termo proposto por Goossens (2003) para se referir à interação entre os fenômenos metafórico e metonímico.

palavra que eu não posso falar.”; 9) “essa palavra já foi moda?”; 10) “Nunca esteve na moda!”. No caso em tela, percebe-se que os internautas têm conhecimento acerca da variação temporal e espacial, bem como se nota que algumas pessoas desconhecem essa palavra, o que demonstra, também, a fluidez da rede onomasiológica, uma vez que, para essas pessoas, a sinonímia entre *vagina* e *xereca*, por exemplo, não acontece.

Por fim, considerando a pergunta: “Como é a sua xereca? capô de fusca, aquelas pequeninas, aberta, greluda”³², pôde-se fazer uma reflexão sobre a categoria órgãos sexuais-genitais femininos, já que essa indagação possibilitou saber que *xereca* pode funcionar como elemento mais geral de uma categoria, a partir da relação metonímica TODO PELA PARTE, demonstrando a fluidez das categorias e o fato de elas emergirem da experiência ecológica da interação humana. Afinal, em outras postagens, *xereca* era um membro mais específico, em relação à órgão sexual-genital.

4. Outros usos: novas perspectivas

Nas postagens do site *Yahoo! Respostas*, foram identificados dois itens léxicos neológicos: *Xerecândia* e *xerecuda*. O primeiro é um item onomástico - provavelmente com um uso bastante efêmero³³, característico da modernidade líquida, conforme postula Bauman (2000) - e o segundo é uma nova construção que, talvez, encontre maior possibilidade de adoção e propagação³⁴. Embora ainda não se encontre em dicionários como o Houaiss (2017), a consulta ao *Google* revela 402.000 resultados em 0.25 segundos³⁵ para *xerecuda*.

Ademais, com a consulta à esfera jornalística realizada, foi localizado, através do texto *Indeferiram a candidatura da Xereca! Que maldade!*, que uma senhora candidatou-se à vereadora de Mongaguá, pelo Pv, na coligação Prp - Pc do B, usando a alcunha *Xereca*, logo, localizou-se um neologismo semântico, em que a expressão *Xereca* interconecta-se a um uso antroponímico. Ao nomear-se dessa maneira, a conceptualizadora utilizou-se de uma metonímia ÓRGÃO SEXUAL- GENITAL FEMININO POR PESSOA/PARTE PELO TODO, gerando uma nova compreensão do seu uso e, com isso, procedeu a uma nova recategorização, de modo que, nessa notícia, *Xereca* acha-se como membro da categoria dos *antropônimos*. Salienta-se, porém, que, embora tenha conhecido essa recategorização, esse item léxico, ainda, é percebido como um uso *chulo* e, por isso mesmo, motivou a facção da notícia, troçando da situação e ironizando a candidata (*Indeferiram a candidatura da Xereca! Que maldade!*).

Ainda na esfera da categoria da *onomástica*, identificou-se, na rede social *Facebook*, a

32 Vale observar que as respostas foram: “dois pontos né?” e “melhor que da sua mãe”. Disponível em: <https://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20091101101316AAvtsx6> Acesso em 22.02.2017.

33 No *Google*, não foi localizado usos de *Xerecândia*, embora tenha sido identificado o onomato *Xerecolândica*.

34 Já a produção de funk em que esse item do léxico é utilizado: MC Lan - XERECUDA (Lan RW) Lançamento 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XjwvDf8NIzw> Acesso em: 06.03.2017.

35 Consulta realizada em 06.03.2017.

existência da página *Xereca*; nesse caso, ocorreu uma reconceptualização diferente daquela antes citada, ainda que resulte na mesma categorização, isto é, *Xereca* acaba sendo lançada na categoria geral dos itens onomásticos. Mas se na notícia o uso da alcunha foi motivo para chufa, agora, o seu emprego se deu como um modo de empoderar as mulheres e o feminismo interseccional, conforme afirma-se na própria página³⁶. Subjaz a esse uso léxico onomástico a metonímia ÓRGÃO GENITAL-SEXUAL FEMININO POR PÁGINA FEMINISTA DE REDE SOCIAL/MULHERES, PRODUTORAS DA PÁGINA POR SEUS ÓRGÃOS SEXUAIS-GENITAIS e ainda MODERADORA DE PÁGINA POR ÓRGÃO GENITAL-SEXUAL FEMININO.

Página Xereca



Disponível em: <https://www.facebook.com/xerecaxereca/?fref=ts>

Seria preciso focalizar, ainda, a multimodalidade da página, mas esse enfoque ampliaria a discussão para além do espaço da apresentação preliminar deste estudo; então, essa abordagem será exposta em outra oportunidade.

Considerações finais

De um lado, o africanismo *xereca* pode fazer parte, junto com o latino *vagina* e outros itens léxicos, da categoria *tabuísmo*, e, ainda, pode se encontrar entre os membros das categorias das *palavras informais, familiares e populares*, podendo, até mesmo, ser considerado um elemento da categoria *palavrão*, o que não parece ocorrer com outros itens provenientes do latim, como *vagina*, já anteriormente citado. Por outro lado, a compreensão do item *xereca* como elemento que pode fazer parte da categoria das *palavras informais e familiares*, talvez, se atrele à sua vitalidade e às novas perspetivações metafóricas e metonímicas que têm surgido no cotidiano das sociedades brasileiras, gerando construções neológicas, ainda que efêmeras, conforme a ideologia da modernidade líquida dos nossos tempos.

Por fim, deve-se pontuar que, com a realização deste estudo, constatou-se que não há

³⁶ Na página, informa-se: “xereca é uma página feminista interseccional! ♥♥♥” e, no histórico, comenta-se: “essa página tem como foco o empoderamento feminino e fortalecimento do movimento feminista interseccional”. Disponível em: Disponível em: <https://www.facebook.com/xerecaxereca/?fref=ts> Acesso em: 25.02.2015.

como compreender cognição sem interação, uma vez que os usos emergem das interações entre distintos elementos constituintes da ecologia humana na ecologia do mundo, bem como verificou-se que o cognitivo, o geográfico, o histórico, o social, o individual, o ideológico, o cultural são dimensões que se acham em interconexão no fenômeno da categorização humana e, ainda, que cada categorização nova é uma emergência de uma interação e que o todo integrado de uma rede onomasiológica não é uma simples coleção de partes dissociadas.

Referências

Apelou!!! Isidoro pega em “xereca”, fala de “sapatão” e envia recado para as mães. Assista!. Disponível em: < <http://www.suburbioonline.com/apelou-isidorio-pega-em-xereca-fala-de-sapatao-e-envia-recado-para-as-maes-assista/>>. Acesso em: 24.02.2017.

AULETE DIGITAL. Dicionário on-line. Disponível em: < <http://www.aulete.com.br/>>. Acesso em: 27.02.2017.

BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CAPRA, F. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. Trad. Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Cultrix, 2006.

CASTRO, Y.P. de. Das línguas africanas ao português brasileiro. *Afro-Ásia*, (UFBA), Salvador, v. 14, p. 81-101, 1983.

CASTRO, Y. P. de. Dimensão dos Aportes Africanos no Brasil. *Afro-Asia*,(UFBA), Salvador, v. 16, p. 24-35, 1995.

CASTRO, Y. P. de. *A influência das línguas africanas no português brasileiro*. In: Secretaria Municipal de Educação – Prefeitura da Cidade do Salvador (Org.). Salvador: Secretaria Municipal de Educação, 2005.

DUVIVIER, G. “Sobre o vasto léxico referente aos órgãos reprodutores e suas nuances”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 20 fev. 2017. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/gregorioduvivier/2017/02/1860219-sobre-o-vasto-lexico-referente-aos-orgaos-reprodutores-e-suas-nuances.shtml>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2017.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 4 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2017.

GENTILE, P. (s.d.). “Eles querem falar de sexo.”. *Revista Nova Escola*, 01 abril 2006 Disponível em: <<http://acervo.novaescola.org.br/formacao/eles-querem-falar-sexo-431419.shtml>> Acesso em: 24 de fevereiro de 2017.

GEERAERTS , D.; GRONDELAERS, S.; BAKEMA, P. *The Structure of Lexical Variation*.

Meaning, Naming, and Context, Berlin, Mouton de Gruyter, 1994.

GOOSSENS, L. Metaphonymy: the interaction of metaphor and metonymy in expressions for linguistic action. In: DIRVEN, René; PÖRINGS, Ralf (eds.). *Metaphor and Metonymy in Comparison and Contrast*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, p. 349-377, 2003.

HOUAISS. Dicionário on-line. Disponível em: <<https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-0/html/index.htm#0>>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2017.

Indeferiram a candidatura da Xereca! Que maldade!. Jornal O EXpresso, 12 de setembro de 2016. Disponível em: < <https://jornaloexpresso.wordpress.com/2016/09/12/indeferiram-a-candidatura-da-xereca-que-maldade/>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2017.

LAKOFF, G. *Women, Fire and Dangerous Things*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

MARCUSCHI, L. A. *Cognição, linguagem e práticas interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MATURANA, H. R.; VARELA, F. J. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. Tradução de Humberto Mariotti e Lia Diskin. São Paulo: Palas Athena, 2001. Original publicado em 1984.

MICHAËLIS ON-LINE. Dicionário on-line. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em 27 de fevereiro de 2017.

MONDADA, L. Processus de catégorisations et construction discursive des catégories. In: Dubois, D. (Org.). *Catégorisation et cognition: de la nova perception au discours*. Paris: Kimé, p. 291-313, 1997.

MONDADA, L. Pour un approche de activités de catégorisation. In: Gajo, L. *Interactions et acquisition en contexte*. Freiburg: Editions Universitaires, p. 99-127. 2000.

MORIN, E. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Tradução de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand, 2009. Original publicado em 1999.

PATROCÍNIO, C. A vagina como ela é. *Revista Galileu*, 29 dez 2015. Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2015/12/vagina-como-ela-e.html>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2017.

PETTER, M. O léxico compartilhado pelo português angolano, brasileiro e moçambicano. *Veredas-Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*. Porto Alegre: Evangraf, Universidade de Coimbra, v. 9, 2008.

ROSCH, E. (1978). Principles of categorization. In E. Rosch & B. B. Lloyd (Eds.), *Cognition and categorization*. Hillsdale, NJ: Erlbaum. Reprinted in: Margolis, E. and Laurence, S. (Eds.). *Concepts: Core readings*. Cambridge, MA: MIT Press, 1999.

SALOMÃO, M. M. M. Gramática e interação: o enquadre programático da hipótese sócio-cognitiva sobre a linguagem. *Veredas*, UFJF - JUIZ DE FORA, v. 1, n.1, p. 23-29, 1997.

_____. *Entrevista com Maria Margarida Martins Salomão sobre a linguística cognitiva e suas relações com outras ciências*. Entrevista concedida a Maria Jussara Abraçado Almeida. *Cadernos de Letras da UFF*, v. 41, p. 15-25, 2011.

SILVA, A. S. da. O cognitivo e o social nos estudos linguísticos: inimigos íntimos? Alexandra FIÉIS & Antónia COUTINHO (eds.), *Textos Seleccionados do XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 511-525, 2009.

_____. Palavras, significados e conceitos: o significado lexical na mente, na cultura e na sociedade, *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Letras e Cognição*, 41: 27 - 53, 2010.

_____. Léxico, cognição e contexto Saliência, conceptualização situada e evidência quantitativa. In: ALMEIDA, A. Ariadne Domingues; SANTOS, Elisângela Santana dos.; SOLEDADE, Juliana. *Saberes lexicais*. Salvador: EDUFBA, 2015

SUS cria ‘glossário’ para evitar zoeiras em cadastros e vira piada na internet. *Último Segundo, IG*, São Paulo, 03 nov 2016. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2016-11-03/sus-lista-glossario-termos-zoeira.html>>. Acesso em: 24.02.2017.



**A METÁFORA NO ENSINO: UMA ANÁLISE DE SEU POTENCIAL
COMO RECURSO PEDAGÓGICO EM VIDEOAULAS DO YOUTUBE**
**METAPHOR IN TEACHING: AN ANALYSIS OF ITS POTENTIAL AS
PEDAGOGICAL RESOURCE ONLINE CLASSES ON YOUTUBE**

John Richart Schabarum¹
Rove Luiza de Oliveira Chishman²

RESUMO

O presente artigo trata da ocorrência de metáforas conceituais e de suas respectivas expressões metafóricas em videoaulas do *YouTube*, assim como apresenta avanços nas discussões e análises realizadas por Schabarum e Chishman (2020) nesse mesmo contexto. Nesse sentido, o objetivo geral do trabalho é averiguar o caráter pedagógico da emergência de metáforas em videoaulas. Para isso, tomamos como base os pressupostos teóricos de Cameron (1999, 2003) e Semino (2008). Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa tem caráter qualitativo e conta, como *corpus* de pesquisa, com a transcrição de duas videoaulas de Biologia sobre sistema imunológico provenientes do *YouTube*. Foram adotados, como recursos metodológicos, um dicionário de termos de ciências biológicas e uma ferramenta de pesquisa em *corpus* eletrônico. Os resultados indicam que as metáforas conceituais as expressões metafóricas por elas licenciadas são amplamente empregadas nas videoaulas analisadas e representam conceitos científicos com gradação e precisão distintas, já que as expressões metafóricas que representam nosso entendimento sobre conceitos científicos podem ser classificadas como técnicas, subtécnicas ou constitutivas de teoria, conforme postula Cameron (2003). Essas metáforas e expressões metafóricas apresentam, contudo, um ponto em comum: funcionam como recurso pedagógico eficiente.

PALAVRAS-CHAVE: Expressões Metafóricas; Representação e Ensino de Conceitos Científicos; Tipologia Metafórica; Videoaulas do *YouTube*; Sequências Didáticas.

ABSTRACT

This article deals with the occurrence of conceptual metaphors and their respective metaphorical expressions in YouTube video lessons, as well as presenting advances in the discussions and analyzes carried out by Schabarum and Chishman (2020) in the same context. Therefore, the general objective of the work is to investigate the pedagogical character of the emergence of metaphors in video lessons. For this, we take as a basis the theoretical assumptions of Cameron (1999, 2003) and Semino (2008). From a methodological point of view, this research has a qualitative character and has, as a research corpus, the transcription of two video lessons from YouTube. As a methodological resource, a dictionary of biological sciences terms and an electronic corpus research tool were adopted. The results indicate that the conceptual metaphors and the metaphorical expressions licensed by them are widely used in the analyzed video lessons and represent scientific concepts with different gradation and precision, since the metaphorical expressions that represent our understanding of scientific concepts can be classified as sub-technical, technical, or technical and theory-constitutive, as postulated by Cameron (2003). These metaphors and metaphorical expressions, however, have one thing in common: they function as an efficient pedagogical resource.

KEYWORDS: Metaphorical Expressions; Representation and Teaching of Scientific Concepts; Metaphorical Typology; YouTube video lessons; Didactic Sequences.

1 Mestre em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada da UNISINOS (Universidade do Vale do Rio dos Sinos). E-mail: johnschabarum@gmail.com

2 Professora Titular da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Coordenadora do grupo de pesquisa SemanTec e Pesquisadora CNPq (Processo Número 308754 / 2018-2). E-mail: rove@unisinis.br



Introdução

Com a publicação da obra *Metaphors We Live By* em 1980, por Lakoff e Johnson, estabeleceu-se um novo paradigma para a compreensão do funcionamento do fenômeno metafórico: a metáfora deixava de ser considerada como simples adorno literário e passava a ser concebida como um relevante processo cognitivo, por meio do qual entendemos um conceito em termos de outro. De acordo com esses autores, a relevância do fenômeno pode ser atestada por duas razões: a primeira é que nos valemos de conceitos mais concretos para conceber os mais abstratos e o fazemos via uma série de mapeamentos ou projeções mentais entre tais domínios. Para ilustrar a questão, observemos a metáfora conceptual DISCUSSÃO É GUERRA, composta por dois conceitos ou domínios, em que DISCUSSÃO é o conceito abstrato (domínio-alvo) e GUERRA, o conceito concreto (domínio-fonte). Logo, concebe-se DISCUSSÃO em termos de GUERRA. Uma prova disso é que essa metáfora conceptual motiva várias outras metáforas linguísticas subjacentes em nossas interações diárias, como, por exemplo, *ele derrubou meus argumentos, tive de fugir do debate, ele venceu a discussão...* A segunda razão que justifica a importância do fenômeno é sua pervasividade, isto é, sua difusão em diferentes contextos de interação que vão muito além de obras literárias.

Outros autores confirmaram os postulados de Lakoff e Johnson (2002 [1980]), principalmente no que diz respeito à pervasividade, verificando a presença de metáforas em discursos em áreas como política (MUSOLFF, 2004), publicidade (FORCEVILLE, 1996; COOK, 2001), negócios (EUBANKS, 2000), saúde (SONTAG, 1988; REISFIELD e WILSON, 2004), mídia (NERLICH e HALLIDAY, 2007), psicologia (LEARY, 1990), ciência (KUHN, 1993), química (BROWN, 2003), biologia (KELLER, 1995; TEMMERMAN, 2012) e educação/ ensino (CAMERON, 2003; SEMINO, 2008; SCHABARUM e CHISHMAN, 2020).

A partir das referências elencadas, verifica-se que a pervasividade metafórica é consenso científico; entretanto, embora o fenômeno perpassasse nossas interações e as diversas áreas e contextos, a aplicabilidade da metáfora como estratégia pedagógica é um tema que ainda carece de investigações adicionais; isto é, seu uso, capacidade e precisão na explanação e representação e ensino de conceitos científicos ainda precisa ser mais bem compreendidos, logo, há a necessidade de se avançar nas descrições e análises já apontadas em Cameron (2003), Semino (2008) e Schabarum e Chishman (2020). Isto posto, este estudo tem como objetivo geral averiguar o caráter pedagógico da emergência de expressões metafóricas (ou veículos metafóricos) em videoaulas de Biologia. Este estudo também conta com objetivos secundários: (i) classificar as expressões metafóricas, seguindo a tipologia proposta por Cameron (2003), em subtécnicas, técnicas e técnicas constitutivas de teoria, (ii) – quantificar as sequências didáticas e as expressões metafóricas, levando em conta a distinção que há entre as expressões que se

enquadram na tipologia proposta por Cameron (2003) das que não se enquadram na tipologia, a fim de verificar quais se apresentam como as mais profícuas e em quais sequências didáticas isso ocorre.

No que se refere à estrutura deste artigo, após esta seção introdutória, a seção 2 trata da contextualização teórica da metáfora nos âmbitos científico e educacional; a seção 3 apresenta os procedimentos metodológicos; a seção 4 expõe os resultados e as análises; e, por fim, constam a seção conclusiva e as referências.

A metáfora conceptual no discurso científico e no ensino

Semino (2008), postulante de uma perspectiva mais abrangente de fenômeno metafórico, cuja concepção leva em conta tanto o caráter cognitivo quanto linguístico-discursivo para explicar o funcionamento do fenômeno, afirma que, por muito tempo, dentro do que se concebe como visão tradicional de ciência, postulava-se que a linguagem usada para descrever os fenômenos observados deveria ser o mais neutra e objetiva possível. Ainda, de acordo com a autora, no meio científico, o uso de metáforas era tido, por alguns, como irrelevante e, por outros – a exemplo de Hobbes (1997 [1651]) –, como pernicioso. A fim de ilustrar melhor seu ponto de vista, reproduzimos um excerto de Hobbes (1997, p. 44), que afirma o seguinte:

Em demonstração, em conselho e em toda busca rigorosa da verdade, às vezes é suficiente; a não ser que às vezes o entendimento precise ser aberto por alguma similitude adequada, e então há até o uso da fantasia. Mas, para as metáforas, elas são, nesse caso, totalmente excluídas. Por ver que professam abertamente engano, admiti-las em conselho, ou raciocínio, era manifestar loucura. (**Tradução nossa**)³.

Na opinião de Semino (2008), com o advento da Teoria da Metáfora Conceptual (LAKOFF E JOHNSON, 2002), ficou evidente que a posição defendida por Hobbes (1997) estava equivocada. Como justificativa, a autora argumenta que, além da demonstração do emprego metafórico nas interações cotidianas para a representação quase inevitável e inconsciente de conceitos abstratos habituais como o AMOR e a RAIVA, as metáforas também são empregadas constantemente no discurso científico; e, como exemplo disso, cita os conceitos *big bang*, efeito estufa, buracos negros e código genético. O emprego de metáforas no discurso científico, de acordo com Semino (2008), pode ser explicado, porque, quando os cientistas usam a língua para reportar suas descobertas, a objetividade e a neutralidade nem sempre são possíveis. Isso, segundo a autora, pode ser explicado em virtude de duas razões que foram ignoradas por Hobbes (1997) e pelo senso comum. A primeira diz respeito aos fenômenos observados e, portanto,

³ “In demonstration, in council, and all rigorous search of truth, sometimes does all; except sometimes the understanding have need to be opened by some apt similitude, and then there is so much use of fancy. But for metaphors, they are in this case utterly excluded. For seeing they openly profess deceit, to admit them into council, or reasoning, were manifest folly.” (HOBBS, 1997, p. 44).

estudados pelos cientistas, os quais, em muitos casos, não estão disponíveis ao nosso sistema perceptual, ou seja, aos nossos sentidos – como, por exemplo, a visão. Dito de outro modo, isso significa que os fenômenos nem sempre podem ser observados diretamente. Por isso, a fim de que sejam capazes de observá-los, é necessário o auxílio de instrumentos; nesse caso, ocorre a observação indireta, cujos resultados requerem interpretações por parte dos cientistas. Por vezes, de acordo com a autora, essa observação instrumental ocorre parcialmente, acarretando a necessidade de inferência para preencher as lacunas e, assim, explicar outros processos que estão (ou podem estar) envolvidos na ocorrência do fenômeno observado. Um exemplo disso é o comportamento de partículas subatômicas, como os prótons, nêutrons e elétrons, que são difíceis de observar, ou outras, ainda menores, como os neutrinos, quarks, glúons, fótons, grávitons e bósons, cuja observação se dá de maneira parcial, isto é, por meio de instrumentos, inferências e deduções. A segunda razão refere-se ao conhecimento científico ou aos “fatos”, os quais são construídos via uso da língua e interações sociais, envolvendo negociação, argumentação, persuasão e comprometimento; e a metáfora tem demonstrado papel relevante nessas estratégias discursivas.

A emergência de metáforas parece ser, em alguns campos científicos, tão necessária – como, por exemplo, na genética (KELLER, 1995; TEMMERMAN, 2012) –, que seu emprego passa a ser incluído na terminologia da área, processo que Temmerman (2012) define como lexicalização metafórica. As expressões metafóricas (ou veículos metafóricos como também são denominados por Semino, 2003) DNA é informação, código genético, mensagens genéticas, cópia do DNA, o dicionário do código genético, entre outras, são exemplos do que vem a ser o processo de lexicalização. De acordo com Temmerman (2012), essas expressões metafóricas, parecem subjazer à compreensão dos princípios e dos mecanismos do funcionamento da vida.

Alguns estudos têm destacado a presença e a importância de metáforas (e de expressões metafóricas) na composição de materiais didáticos; e, como exemplos, podemos destacar os estudos de Gil (2012), Andrade (2010), Neto, Fossile e Herênio (2015) e Cameron (1999, 2003). Nesta linha de estudos da metáfora, a pesquisa desenvolvida por Cameron (2003) se apresenta como a mais relevante, em virtude de a autora tratar da presença sistemática de metáforas nas interações entre alunos e professores em sala de aula e em materiais didáticos. Em sua pesquisa, a autora verificou que as metáforas cumpriam diversos papéis, como, por exemplo, organizar as aulas, apresentar sequência de conteúdos, dar exemplos de conceitos e, o mais frequente deles, representar/explicar conceitos científicos. Cameron (2003) chegou a essa conclusão classificando as transcrições das suas interações no que ela chama de sequências didáticas. De acordo com a autora, a metáfora é a menor unidade discursiva analisável e a aula é a maior. Nesse sentido, a sequência didática é vista como unidade discursiva intermediária entre as duas anteriores. A definição e os critérios para se chegar a cada sequência discursiva, assim como às suas subunidades constam no quadro abaixo:

Quadro 1 - A Estrutura do Gênero Discursivo aula: tipos de sequências didáticas

<p>1 ENQUADRAMENTO</p> <p>1.1 ORGANIZAÇÃO</p> <p>O professor dá instruções ou informações sobre o equipamento e a logística das atividades da sala de aula.</p> <p>1.2 GERENCIAMENTO DE AGENDA</p> <p>O professor fala sobre o conteúdo ou o processo de um evento discursivo vindouro.</p>
<p>2 EXPLANAÇÃO</p> <p>2.1 EXPLICAÇÃO</p> <p>O professor explica um conceito, ação, habilidade etc. para os alunos.</p> <p>2.2 EXEMPLIFICAÇÃO</p> <p>O professor usa a língua, a realidade, ou uma ação física para dar um exemplo de um conceito, ideia etc.</p>
<p>3 CHECANDO COMPREENSÃO</p> <p>O professor faz questionamentos para checar a compreensão do conteúdo do evento discursivo anterior.</p>
<p>4 RECAPITULANDO</p> <p>O professor recapitula ou reformula tudo ou parte do conteúdo do evento discursivo ao final de uma aula ou estágio de uma aula.</p>
<p>5 RETORNO</p> <p>5.1 RETORNO AVALIATIVO</p> <p>O professor faz comentários sobre a qualidade do trabalho ou performance dos alunos.</p> <p>5.2 RETORNO ESTRATÉGICO</p> <p>O professor sugere como os alunos podem melhorar as suas performances.</p>
<p>6. CONTROLE</p> <p>O professor usa a língua para parar ou prevenir comportamentos indesejados por parte dos alunos.</p>
<p>7. CONFIGURAÇÃO DE PROBLEMAS</p> <p>O professor ajuda os alunos a resolver um problema por meio de perguntas cujas respostas constroem uma solução para o problema.</p>
<p>8. SONDAÇÃO</p> <p>O professor pergunta por informações genuinamente desconhecidas.</p>
<p>9. OUTROS</p> <p>A fala do professor que não se encaixa em nenhum dos elementos anteriores.</p>

Fonte: Adaptação e tradução de Cameron (2003, p.83).

Cameron (2003), em sua pesquisa, verificou a seguinte distribuição metafórica em relação às sequências didáticas: em sua maioria, as metáforas emergiram nas sequências didáticas de

recapitulação, organização da agenda e retorno avaliativo. Essas sequências didáticas foram responsáveis por mais da metade da emergência metafórica. Um terço de todas as metáforas foram encontradas nas sequências didáticas de controle, retorno estratégico e explicações. Por fim, em concentração mais diminuta, houve a ocorrência de metáforas nas sequências de exemplificação, verificação da compreensão, organização e sondagem. Essas conclusões sugerem que, não havendo presença de metáforas apenas nas sequências didáticas de explanação (explicação ou exemplificação), conforme a hipótese inicial da autora, mas também em outras sequências como a organização de agenda, controle e retorno (tanto avaliativo quanto estratégico) a metáfora, além de funcionar como elemento propagador de conteúdo ideacional, também funciona como elemento de caráter afetivo, criador de vínculos entre professores e alunos.

Dado o caráter distinto das unidades discursivas aula presencial e videoaula, não se pode esperar que a emergência metafórica seja a mesma, na medida em que não é comum haver sequências didáticas como organização, retorno e controle; contudo, a fragmentação da transcrição de uma videoaula em sequências didáticas objetivando uma análise da distribuição das sequências comuns à unidade aula presencial, pode sugerir facetas ainda desconhecidas no potencial pedagógico metafórico.

Outro ponto pertinente é que, a partir de suas observações, Cameron (2003) verificou que as metáforas nem sempre representam os conceitos do mesmo modo; isto é, há diferenças no detalhamento e, portanto, na precisão com que representam esses conceitos – e isso pode interferir no alcance dos objetivos pedagógicos propostos pelo professor em suas aulas. Objetivando descrever melhor o funcionamento e a aplicabilidade dessas metáforas como recurso pedagógico, Cameron (2003) propôs uma tipologia que consiste nas seguintes categorias: (a) subtécnica, (b) técnica e (c) técnica constitutiva de teoria.

De acordo com a autora, as expressões metafóricas subtécnicas são aquelas que não são convencionalmente usadas nas discussões sobre o funcionamento do fenômeno ou conceito que pretendem representar; além disso, não compõem o rol terminológico que constitui a teoria. Para ilustrar essa categoria, Cameron (2003) dá como exemplos de expressões metafóricas (veículos metafóricos) empregadas para representar o funcionamento do coração e de suas partes, como as artérias e o sangue, referidos, respectivamente, como sendo um aparelho ajustável, com tubos ou dutos, e um sistema de transporte do corpo. Além disso, a autora ainda assevera que as expressões metafóricas subtécnicas não são convencionalmente usadas nas discussões sobre o funcionamento do coração, assim como não são empregadas na constituição da própria teoria. As implicações disso, de acordo com Cameron (2003), é que as expressões metafóricas subtécnicas funcionam como um recurso para introduzir o aluno no universo de termos técnicos da área de forma progressiva.

Seu uso se dá, essencialmente, para fins pedagógicos. Semino (2008, p. 149) ainda

contribui dizendo que “[...] elas apelam ao conhecimento que os falantes já possuem (sobre o transporte, tubos e máquina ajustáveis), objetivando explicar alguns aspectos do domínio-alvo”. (Tradução nossa)⁴. Em outras palavras, com base nas definições/descrições das expressões metafóricas subtécnicas apresentadas pelas autoras, em nossa visão, é possível sugerir que elas têm a função de simplificar, ao máximo, sua conceptualização, isto é, de facilitar a representação do entendimento de conceitos e de fenômenos científicos inéditos para o aluno.

Para apresentar a categoria das expressões metafóricas técnicas, Cameron (2003) também se vale das que representam o coração, como *câmaras* e *paredes*, convencionalmente empregadas para se referir às cavidades e aos tecidos internos do órgão. Segundo a autora, essas expressões metafóricas (ou veículos metafóricos) são consideradas técnicas em virtude de seu uso corrente na comunidade científica, embora não reflitam com precisão o modo como ele funciona. Semino (2008), em relação a esse exemplo, afirma que o funcionamento do coração não é normalmente modelado em termos do conceito de construção.

Por fim, as expressões metafóricas técnicas constitutivas de teoria são empregadas para explicar de forma mais precisa o fenômeno estudado e que, portanto, passaram a integrar formalmente o vocabulário técnico-científico da área. Como exemplo de expressões metafóricas técnicas constitutivas de teoria, Cameron (2003) aponta as expressões *bombeando* e *bomba* para referir-se ao funcionamento do coração. A autora (2003) justifica a classificação dessas expressões metafóricas em tal categoria em virtude de serem empregadas de maneira bastante convencional na área da cardiologia e por descreverem de modo mais preciso o seu funcionamento quando comparadas às metáforas técnicas. Como exemplo dessa convencionalidade e precisão, Cameron (2003) aponta a metáfora CORAÇÃO É UMA BOMBA, empregada pela primeira vez no século XVII, por William Hervey, quando pretendia explicar o funcionamento do órgão. Semino (2008), refletindo sobre essa categoria metafórica, aponta que esse tipo de metáfora conceptual, assim como suas expressões metafóricas manifestas, torna-se metáfora técnica constitutiva de teoria por explicar, com maior precisão e de forma análoga, os conceitos pretendidos. Isso ocorre, segundo Semino (2008), em virtude de essas metáforas apresentarem um número mais elevado de correspondências entre o domínio-fonte e o domínio-alvo, sem que esse raciocínio cause distorções ou incompatibilidades que possam levar os espectadores a conclusões equivocadas sobre o funcionamento dos fenômenos, principalmente no caso dos de difícil observação a olho nu. Além disso, a autora também advoga que, para que as metáforas se tornem, de fato, parte de teorias, precisam ajudar as pessoas a entenderem, de maneira simples, os fenômenos em termos de domínios conceptuais que representem/descrevam o funcionamento de objetos e atividades humanas comuns. Por conseguinte, corroborando os postulados de Cameron (2003), Semino (2008) aponta para a importância do papel desempenhado pelas metáforas e suas expressões metafóricas correlatas nas interações pedagógicas em materiais didáticos, que consiste em

4 “[...] they appeal to the knowledge that readers may already have (about transport, tubes and adjustable machines) in order to explain some aspects of the target domain.” (SEMINO, 2008, p. 149).

permitir que falemos e pensemos sobre um domínio experiencial em termos de outro. Isso pode ser usado para ajudar estudantes a entender fenômenos desconhecidos ou não familiares em termos de fenômenos aos quais eles já estão habituados. Desse modo, a autora assevera que, além de esclarecer determinados tópicos ou conceitos, as metáforas podem ajudar os estudantes a se lembrarem deles com mais facilidade, assim como manipulá-los mentalmente por meio da imaginação, fazer inferências e resolver problemas.

Mais especificamente, no âmbito das videoaulas, Schabarum e Chishman (2020) investigaram a emergência de - e a relação entre – as metáforas novas/criativas e as convencionais. Além disso, os referidos autores também analisaram a relação entre o que Semino (2008) chama de padrões textuais e sua influência na emergência de metáforas novas/criativas e convencionais. Para isso, os autores dividiram suas análises com base em duas categorias: (i) as metáforas conceptuais já descritas na literatura e (ii) as metáforas discursivas mais abrangentes, inferidas com base nos postulados de Semino (2008). Segundo Schabarum e Chishman (2020), estas últimas, inclusive, apresentam potencial cognitivo. Os autores, além disso, verificaram que as metáforas criativas (sejam conceptuais ou discursivas) não se restringem apenas ao âmbito literário, mas também estão presentes no gênero ou unidade discursiva denominada videoaula. Do mesmo modo, os autores verificaram que, ao contrário do que se esperava, as metáforas criativas não só não eram inexistentes nesse contexto, como muito menos escassas. Aliás, dada sua alta ocorrência, as metáforas criativas dividem espaço com as metáforas denominadas convencionais, isto é, aquelas que já estão consagradas pelo uso, sendo que muitas delas, justamente por essa razão, encontram-se dicionarizadas.

Além disso, os autores verificaram que os padrões textuais⁵ parecem exercer um certo tipo de influência na emergência dessas metáforas. Por conseguinte, os referidos autores concluíram que a extensão foi o padrão textual com maior influência na emergência de metáforas, sejam elas conceptuais ou discursivas. Por outro lado, Schabarum e Chishman (2020) chegaram à conclusão de que a repetição é o padrão textual com maior influência na emergência de metáforas convencionais conceptuais e discursivas. Em menor escala, a recorrência foi o padrão textual que influenciou a emergência tanto das metáforas criativas, sejam conceptuais ou discursivas, quanto das convencionais conceptuais ou discursivas.

Os autores também sugerem que as metáforas podem ser úteis como recurso pedagógico, dada a sua alta ocorrência nesse contexto, contudo, esse aspecto não foi devidamente aprofundado pelo autores, de modo que eles se limitam a destacar importância das metáforas criativas, na medida que, dada sua natureza imaginativa e original, podem promover o ensino e o aprendizado de conceitos científicos por meio de anglos inéditos; isto é, ainda não explorados.

5 Os padrões textuais postulados por Semino (2008) são: repetição, recorrência, agrupamento, extensão, combinação, mistura, oposição entre metafórico e literal, sinalização e as relações intertextuais. Eles encontram-se todos descritos e exemplificados em Schabarum e Chishman (2020).

Por conseguinte, é pertinente pontuar que este estudo, embora tome o mesmo *corpus* para servir de base para as descrições e análises não se confunde com o estudo de Schabarum e Chishman (2020) pelas seguintes razões: (a) o estudo de Schabarum e Chishman (2020) possui objetivo geral e secundários distintos do atual estudo, isto é, Schabarum e Chishman (2020) analisaram o *corpus* por meio do fenômenos da novidade e convencionalidade metafórica, assim como a influência que os padrões textuais exercem nesse processo. Neste estudo, conforme já expusemos, pretende-se averiguar o caráter pedagógico da emergência de metáforas e de expressões metafóricas, assim como classificá-las consoante a tipologia proposta por Cameron (2003). Além disso, pretende-se quantificar as sequências didáticas, as expressões metafóricas enquadradas na tipologia de Cameron (2003) e as que não se enquadram, de modo que seja possível verificar quais são as sequências didáticas e as metáforas mais proficuas. Nesse sentido, entendemos que esse estudo dispõe de todos os elementos necessários para se distinguir do anterior (SCHABARUM e CHISHMAN, 2020), podendo promover avanços e contribuições significativas à área.

A partir da discussão teórica disposta nesta seção, é possível constatar que as metáforas, independentemente de lentes teóricas darem, ora um enfoque maior em seu componente linguístico, ora no conceptual, desempenham considerável papel na elaboração de teorias científicas, bem como na representação e no ensino de conceitos.

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, e a constituição de seu *corpus* se deu por meio da coleta de dados de transcrição de legendas de videoaulas da plataforma de vídeos denominada *YouTube*.

A coleta de dados de legenda de videoaula na referida plataforma justifica-se em virtude da volumosa quantidade de dados, nesse caso, de aulas de Biologia. A escolha da coleta de dados nesse contexto, em detrimento de outras áreas das ciências, justifica-se em razão da escassa quantidade de estudos nessa área em comparação a outras disciplinas das ciências naturais.

As legendas foram coletadas em duas videoaulas que versam sobre o sistema imunológico. A escolha das videoaulas em questão teve como critério a pertinência do tema que abordam e que está presente nos currículos escolares. Em outras palavras, isso significa que o tema está incluso, de modo amplo, na Base Nacional Comum Curricular, sob o código EF07CI10; e, de forma específica, no Referencial Curricular Gaúcho, sob os códigos EF07CIRS-1, EF07CI10RS-2 e EF07CI10RS-3, além de, é claro, estar presente nos currículos das escolas de Ensino Médio e na prova do ENEM. Consequentemente, o tópico em questão será estudado por todos os estudantes brasileiros.

No tocante à extração e compilação do *corpus* desta pesquisa, apontamos os seguintes

procedimentos: (i) extração das legendas (transcrições automáticas de fala dos vídeos) que constam como opção ao usuário do *YouTube*; e (ii) transposição das transcrições para um arquivo de formato .doc (*Word*) e conferência do grau de equivalência da legenda e do áudio do vídeo. Vale ressaltar a importância de realizarmos a conferência, haja vista que a geração da transcrição ocorre de forma automática por meio de reconhecimento de voz, de modo que é comum haver algum nível de discrepância entre o áudio e a transcrição.

No que se refere ao aspecto formal de apresentação das transcrições, decidimos empregar a fonte Courier New, tamanho 10, assim como enumeramos cada um dos “turnos” (emissão de fala do professor), a exemplo do procedimento adotado nos trabalhos com transcrição de dados de fala-em-interação de Cameron (2003).

A fim de alcançar os objetivos elencados na seção introdutória, valemo-nos de cinco etapas metodológicas, que consistem em:

(a) Identificar as expressões metafóricas (veículos metafóricos). Para realizar essa etapa, valemo-nos de uma análise de cada enunciado por meio de leitura cuidadosa de cada sequência didática, tendo como critério o *MIP*⁶ desenvolvido pelo grupo PRAGGLEJAZ (2007), que propõe os seguintes pontos:

1. Leia todo o discurso-texto para estabelecer uma compreensão geral do significado.
2. Determine as unidades lexicais no discurso do texto.
3. (a) Para cada unidade lexical no texto, estabeleça seu significado no contexto, isto é, como ela se aplica a uma entidade, relação ou atributo na situação evocada pelo texto (significado contextual). Leve em conta o que vem antes e depois da unidade lexical.
(b) Para cada unidade lexical, determine se ela tem um significado contemporâneo mais básico em outros contextos que não aquele no contexto dado. Para nossos propósitos, os significados básicos tendem a ser:
 - Mais concreto (o que eles evocam é mais fácil de imaginar, ver, ouvir, sentir, cheirar e saborear);
 - Relacionado à ação corporal;
 - Mais preciso (em oposição à vago);
 - Historicamente mais antigo.Os significados básicos não são necessariamente os significados mais frequentes da unidade lexical.
- (c) Se a unidade lexical tem um significado corrente-contemporâneo mais básico em outros contextos que no contexto dado, decida se o significado contextual contrasta com o significado básico, mas pode ser entendido em comparação com ele.
4. Se sim, marque a unidade lexical como metafórica. (PRAGGLEJAZ, 2007, p. 3; SEMINO, 2008, p. 12).

6 Sigla em inglês para Metaphor Identification Procedure (Procedimento de Identificação de Metáforas). Trata-se de método criado pelo grupo PRAGGLEJAZ (2007) para identificar palavras usadas metaforicamente no discurso, a fim de estabelecer o que se enquadra na categoria das metáforas linguísticas – ou, como também são denominadas, expressões metafóricas.

Conforme se pode verificar nos postulados do *MIP* (PRAGGLEJAZ, 2007), a menor unidade de análise é o item lexical. Entretanto, de acordo com Cameron (2003) e Semino (2008), tudo depende do que se considera uma expressão metafórica: um item lexical individual ou uma expressão multivocabular. Nesse sentido, as autoras argumentam que o analista pode escolher entre essas duas possibilidades, quando há casos em que isso possa ocorrer concomitantemente; isto é, um item lexical pode ser entendido como metafórico se analisado isoladamente e também se analisado em conjunto com palavras próximas, na medida em que forma, com essas palavras circundantes, uma expressão metafórica multivocabular. Nos casos em que há a possibilidade de escolher entre analisar o item lexical ou a expressão multivocabular, decidiremos pela segunda opção, pois julgamos que, em virtude de este estudo não ter caráter quantitativo, é a opção que alcança, de forma satisfatória, os objetivos propostos neste estudo.

(b) Classificar as expressões metafóricas (metáforas linguísticas ou veículos metafóricos) encontradas na tipologia preconizada por Cameron (2003), que, conforme já apontamos, consiste em expressões metafóricas subtécnicas, técnicas e técnicas constitutivas de teoria. Para realizar tal procedimento metodológico, levamos em conta os critérios apontados por Cameron (2003). Ao mesmo tempo, a fim de corroborar a classificação das expressões metafóricas na tipologia descrita, consultamos um dicionário de terminologia da área, denominado Dicionário de Ciências Biológicas e Biomédicas, publicado em 2015 pelos pesquisadores Marcos Marreiro Vilella e Marcela Lencine Ferraz. Consideramos que tal procedimento metodológico é essencial para dar lastro à análise das expressões metafóricas que foram classificadas como técnicas constitutivas de teoria. Nos casos limítrofes, recorreremos à pesquisa em uma ferramenta de *corpus* eletrônico de Língua Portuguesa. O *corpus* de que nos valem para realizar tal verificação se chama Corpus do Português *NOW* (*News on the Web*).⁷

(c) Subdividir as transcrições completas das videoaulas, classificando-as em sequências didáticas, com base nos critérios postulados por Cameron (2003), que foram dispostos no quadro 1 da seção 2 deste artigo. A nomenclatura de cada sequência didática está disposta de modo centralizado, entre parênteses e em itálico, a fim de que não seja possível confundi-la com os dados das transcrições.

(d) Quantificar as sequências didáticas presentes em cada videoaula, assim como quantificar as expressões metafóricas encontradas em cada uma das sequências. A quantificação de expressões metafóricas foi realizada distinguindo as expressões metafóricas que não se identificam/enquadram na tipologia de Cameron (2003) daquelas que se enquadram. Dessa maneira, pôde-se constatar quais sequências didáticas se apresentam como sendo as mais

⁷ Esse *corpus* faz parte do Corpus do Português, criado pelo professor Dr. em Linguística Mark Davies e sua equipe da *Brigham Young University* e financiado pela *The National Endowment for the Humanities*, em 2012. De acordo com informações do próprio autor, na data de 01/04/2020, o *NOW* vinha sendo diariamente atualizado com novas entradas. Esse *corpus* é constituído de notícias da *web* em Língua Portuguesa e composto por mais de 1 bilhão de palavras. No corpo deste artigo, o referido *corpus* é citado da seguinte maneira: *NOW* (2020).

produtivas à emergência metafórica para cada uma das expressões inclusas, ou não, na tipologia metafórica de Cameron (2003).

(e) Estabelecer relações entre os dados. Este último procedimento consistiu no estabelecimento de relações entre os resultados obtidos após a realização dos procedimentos elencados acima e o ensino-aprendizagem de conceitos científicos.

A próxima seção é destinada à apresentação dos resultados e à sua análise.

Resultados e análise de dados.

Nesta seção, apresentamos os resultados obtidos quanto à aplicação dos procedimentos metodológicos nas duas videoaulas que versam sobre o sistema imunológico. Na sequência, descrevemos as análises de cada vídeo.

Análise da videoaula “Sistema Imunológico” - Professora Beth

A primeira videoaula cuja análise é apresentada nesta seção tem como tema o sistema imunológico; é ministrada pela professora Beth, do canal Beth Biologia, que contava, em 01/04/2020, com 5.860 inscritos. Além disso, nessa mesma data, a videoaula contabilizava 62.936 visualizações⁸.

Em resposta ao procedimento metodológico de análise (b), iniciamos pela verificação da presença de expressões metafóricas técnicas constitutivas de teoria na transcrição da videoaula em questão. Os resultados obtidos, após a análise realizada e a consulta ao Dicionário de Ciências Biológicas e Biomédicas, de Vilella e Ferraz (2015), indicam que as expressões metafóricas que se enquadram nessa categoria são os itens lexicais *auxiliar* e *matador*. Os excertos 1 e 2 apontam as ocorrências das expressões metafóricas mencionadas.

Excerto 1
(Sequência didática: explicação)

75: então **amores** a

76: gente tem dois tipos de imunidade ativa

77: natural: a imunidade humoral que é

78: aquela que age como se fosse **um**

79: **batalhão de elite como se fosse o Bope, o Bope**

80: olha galera olha a musiquinha do Bope

81: então na realidade essa música esse processo de ação

⁸ A referida videoaula pode ser encontrada, na íntegra, no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=mSFy3GINMjs&t=11s>.

- 82: **de soldadinhos** né como se
- 83: você tivesse realmente **sendo atingido**
- 84: **por um inimigo** que você vai **travar**
- 85: realmente uma **guerra**
- 86: **disparar armas metralhadoras** contra os **invasores**
- 87: eles caracterizam a nossa imunidade humoral
- 88: é o grande defensor
- 89: o **general do Bope**
- 90: ele chama-se linfócito T **auxiliar**
- 91: o linfócito T **auxiliar** **amores** é **quem**
- 92: primeiro **visualiza** a presença de um
- 93: micro-organismo de um alergênico ou
- 94: mesmo de uma toxina no seu corpo
- 95: então o que é que ele vai fazer
- 96: ele **vai chamar a galera**
- 97: **que vai trabalhar** porque ele **fica sentado na mesa dele**
- 98: **atendendo o telefone só visualizando pela tela da**
- 99: **televisão** dele onde existe no seu corpo **invasores**
- 100: mas ele não sai do lugar dele
- 101: esse linfócito T o **auxiliar**
- 102: aí ele **chama** a **galera** que vai
- 103: **pra combate** tátátátátátá
- 104: é a **galera** chamada de linfócito B
- (Sequência didática: configuração de problema)
- 105: o que é que o linfócito B vai fazer?
- 106: se você **tiver sido atingido** por
- 107: um antígeno artificial que a gente chama de vacina

Fonte: adaptado de Profa. Beth (2016).

Excerto 2

(Sequência didática: explicação)

138: a **fera** a **força** o linfócito T **matador** o citotóxico

139: o **cara** que é o **cara** mesmo

140: ele é o **Super-Homem**

141: ele é um **super-herói**

142: ele **vai chegar** onde está o vírus

143: **avisado** pela interleucina e fagocita

144: o macrófago ele mata o vírus **bebês** que está

145: ali dentro e acabou infecção viral

Fonte: adaptado de Profa. Beth (2016).

Conforme apontam os excertos 1 e 2, as expressões metafóricas *auxiliar* e *matador* representam as funções dos linfócitos no combate aos antígenos – nesse caso, *os invasores*. Esta última expressão metafórica (veículo metafórico) também foi pesquisada no dicionário de Vilella e Ferraz (2015); e, embora não tenha sido encontrada uma entrada específica para o termo, verificamos a expressão *microrganismos invasores* na redação das definições dos termos *anticorpo* e *macrófago*; logo, os critérios para sua classificação como expressão metafórica técnica constitutiva de teoria foram preenchidos.

Os resultados também indicam a ocorrência de casos limítrofes entre expressões metafóricas técnicas e subtécnicas, nos termos dispostos no excerto 3.

Excerto 3

(Sequência didática: explicação)

46: a imunidade ativa natural

47: a imunidade natural **amores**

48: muitas vezes ela é **silenciosa**

49: o seu corpo tenta **silenciosamente**

50: resolver o problema da infecção já

51: te **alertando** apenas com a pequena

52: elevação da temperatura que a gente

53: chama de febre

Fonte: adaptado de Profa. Beth (2016).

Buscamos determinar se essas expressões metafóricas consistiam em usos episódicos do professor, caso em que seriam consideradas subtécnicas, ou se eram empregadas com alguma frequência no meio acadêmico pelos cientistas, caso em que seriam técnicas. Nesse sentido,

para determinar a classificação do termo *alerta*, realizamos uma pesquisa na ferramenta de corpus *NOW* (2020), utilizando a opção *collocates*, em que inserimos os termos *corpo* e *alerta*.

Quadro 2 – Pesquisa em *NOW* (2020) com os Termos *corpo* e *alerta*

Número	Ocorrência relevante do <i>corpus</i>
1	“[...] o sono’, como é conhecida essa desorientação, é um alerta do corpo para anunciar que não está pronto para acordar completamente já que o tempo de descanso [...]”
2	“[...] acordo com o fisioterapeuta Bruno, as dores agudas é o principal alerta que o corpo dá para dizer que você precisa procurar um tratamento [...]”
3	“[...] como quinoa e soja. Confira abaixo cinco sinais de alerta emitidos pelo corpo caso haja deficiência de proteína. # 5 sinais de a baixa ingestão de proteínas [...]”
4	“[...] cansaço começa a aparecer com mais frequência. — São sinais de alerta do corpo dizendo que está precisando de descanso. Além disso, as dores musculares que costumam [...]”
5	“[...] o a ambientes escuros e sujos. O medo funciona como alerta do corpo e não depende de a nossa vontade. Está presente em todas as fases de [...]”

Fonte: *NOW* (2020).

Uma vez que a composição do *corpus* empregado neste estudo não se dá, exclusivamente, por meio de notícias provenientes do domínio discursivo da popularização da ciência, é preciso ter cautela ao rotular qualquer expressão metafórica encontrada nos dados como, inequivocamente, técnica. Entretanto, julgamos que, com base nos resultados obtidos por meio da pesquisa no *corpus* *Now* (2020) e na exclusão das ocorrências do escopo das outras classificações (subtécnica e técnica constitutiva de teoria), pode-se, em alguma medida, indicar essa classificação. Tendo isso em mente, a análise dos resultados sugere que a expressão metafórica *alerta* pode ser classificada como técnica. Além disso, os dados apontaram um número surpreendentemente alto de ocorrência de expressões metafóricas subtécnicas na videoaula analisada. No excertos 1 e 2, as expressões metafóricas subtécnicas são as seguintes: *um batalhão de elite, o Bope, de soldadinhos, sendo atingido, por um inimigo, travar uma guerra, disparar armas e metralhadoras, general do Bope, quem visualiza, vai chamar, a galera, que vai trabalhar, fica sentado na mesa dele, atendendo o telefone*, só visualizando pela tela da televisão, *chama, galera, pra combate, galera, tiver sido atingido, fera, força, o cara, Super-homem, super-herói*. As expressões metafóricas *um batalhão de elite, o Bope, de soldadinhos* são empregadas para representar as células do sistema imunológico. A ação dos antígenos (dos “invasores”) é representada por meio da expressão *por um inimigo*. A reação do sistema imunológico do corpo humano à ação dos antígenos é representada por meio das expressões metafóricas *sendo atingido por um inimigo, travar uma guerra, disparar armas e metralhadoras*. O linfócito T é representado por meio as expressões metafóricas *o general do*

Bope, quem, a fera, a força, o cara, o super-homem, o super-herói. A aproximação e a análise dos antígenos realizada pelo linfócito T é representada pelas expressões metafóricas *visualiza, vai chamar a galera, fica sentado na mesa dele, atendendo o telefone*, só visualizando pela tela da televisão, *vai chegar*. Já os linfócitos B são representados pelas expressões metafóricas *a galera que vai trabalhar, a galera que vai pra combate*.

O excerto 2 apresentou a ocorrência de uma expressão metafórica em forma de símile, *como se fosse o Bope*. Do mesmo modo, o excerto 4 apresenta outra expressão metafórica subtécnica nessa forma.

Excerto 4

132: macrófago o macrófago chega e fagocita o vírus

(Sequência didática: configuração de problemas)

133: E faz o que?

(Sequência didática: explicação)

133: Começa ah...

134: liberar gente **como se fosse umas luzes**

135: **piscando** uma proteína chamada de

136: interleucina que sai da membrana do macrófago

Fonte: adaptado de Profa. Beth (2016).

A expressão metafórica *como se fosse umas luzes piscando* é empregada pela professora Beth para representar uma proteína liberada pelo macrófago, a fim de marcar o alvo.

Desse modo, a emergência das expressões metafóricas relacionadas ao domínio conceptual GUERRA parece indicar que as metáforas conceptuais O CORPO HUMANO É UM CAMPO DE BATALHA (LAKOFF, ESPENSON e SCHWARTZ, 1991; LAKOFF, 1994) e A DOENÇA É UM INIMIGO (LAKOFF, ESPENSON e SCHWARTZ, 1991; LAKOFF, 1994) são produtivas para a conceptualização de conceitos científicos relacionados ao sistema imunológico e, portanto, para o seu ensino.

Ao realizarmos o procedimento metodológico que trata da quantificação das sequências didáticas e das expressões metafóricas que representam conceitos científicos, ou não (metáforas usadas pelo professor para outras finalidades, como, por exemplo estreitar vínculos afetivos com os alunos), presentes na referida videoaula, chegamos aos seguintes resultados representados no quadro 3:

Quadro 3- Quantificação de Sequências Didáticas e de Expressões Metafóricas emergentes na Videoaula Sistema Imunológico da Profa. Beth (2016)

Sequência didática	Quantidade de sequências didáticas	Quantidade de expressões metafóricas de todos os tipos
Gerenciamento de agenda	5 = 12,82%	6 = 6%
Organização	1 = 2,56%	5 = 5%
Explicação	17 = 43,58%	62 = 62%
Exemplificação	3 = 7,69%	1 = 1%
Recapitulação	1 = 2,56%	5 = 5%
Configuração de problemas	10 = 25,64%	17 = 17%
Outros	2 = 5,12%	4 = 4%
Total	39 = 100%	100 = 100%

Fonte: criado pelos autores.

Analisando-se os resultados acima, verificamos que as sequências didáticas explicativas apresentaram-se como sendo as mais produtivas para a emergência metafórica de todo tipo, isto é, incluem-se aí as metáforas empregadas para representar conceitos científicos (subtécnicas, técnicas e técnicas constitutivas de teorias) e as metáforas que não servem especificamente a esse propósito. A análise dos dados demonstra que uma das causas que pode explicar o alto índice de metáforas encontradas nas sequências didáticas de explicação se deve ao fato de que, nessa videoaula, essas sequências também são as mais numerosas; portanto, é natural que o número de expressões metafóricas (metáforas linguísticas) também seja. Além disso, os dados indicam que as sequências didáticas de configuração de problemas e de gerenciamento de agenda também apresentaram índices metafóricos expressivos.

Dando sequência ao procedimento metodológico de quantificação, que trata especificamente das expressões metafóricas que representam conceitos científicos, circunscritas na tipologia de Cameron (2003), chegamos aos seguintes resultados:

Quadro 4 – Quantificação das Expressões Metafóricas que Representam Conceitos Científicos (tipologia de Cameron, 2003) em Relação às Sequências Didáticas na Videoaula da Profa. Beth (2016)

Sequências Didáticas	Expressões Metafóricas Subtécnicas	Expressões Metafóricas Técnicas	Expressões Metafóricas Técnicas Constitutivas de Teoria	Total de Expressões Metafóricas
Gerenciamento de agenda	-	-	-	-
Organização	-	-	-	-
Explicação	36 = 76,6%	03 = 75%	06 = 85,71%	45 = 77,59%
Exemplificação	05 = 10,64%	-	-	05 = 8,62%
Recapitulação	-	-	-	-
Configuração de problemas	06 = 12,76%	01 = 25%	01 = 14,29%	08 = 13,79%
Outros	-	-	-	-
Total	47 = 100%	04 = 100%	07 = 100%	58 = 100%

Fonte: criado pelos autores.

A análise dos dados do quadro 4 indica que a videoaula ministrada pela Prof.^a Beth (2016) apresenta as três categorias metafóricas descritas por Cameron (2003). As mais produtivas foram as expressões metafóricas subtécnicas. Embora em muito menor número, houve a presença de expressões metafóricas técnicas constitutivas de teorias, em virtude de comporem a terminologia da área, são compulsórias – fato que, já previsto por Temmermann (2012), derruba a visão proposta por Hobbes (1997 [1651]) de que a metáfora é inútil, indesejável e imprecisa; posição essa de Temmermann (2012), que, aliás, já havia sido corroborada pelo estudo de Schabarum e Chishman (2020).

Outro ponto que merece destaque é a quantidade de expressões metafóricas (veículos metafóricos) subtécnicas empregadas pela prof.^a Beth (2016) nessa videoaula, que, embora não gozem da mesma precisão das técnicas constitutivas de teoria, por meio da criatividade com que são empregadas, têm o potencial pedagógico para descrever/explicar/representar, por outros ângulos, o conceito já representado pelas expressões metafóricas técnicas constitutivas de teoria. Isso, de acordo com nosso ponto de vista, ajuda o aluno na conceptualização dos conceitos apresentados. Por conseguinte, pode-se traçar um paralelo entre as expressões metafóricas descritas pelo estudo de Schabarum e Chishman (2020), classificadas como novas e criativas, e as expressões classificadas como subtécnicas. Embora Schabarum e Chishman (2020) tenham observado o papel relevante que esse tipo de metáfora apresenta nas videoaulas, a classificação na tipologia postulada por Cameron (2003), sua quantificação, assim como a quantificação das sequências didáticas presentes neste estudo, em nossa opinião, apresentam um expressivo avanço na descrição do fenômeno metafórico no contexto de ensino por videoaulas.

No que se refere aos resultados dispostos no quadro 4, verificou-se que as expressões metafóricas subtécnicas são muito mais expressivas quando comparadas as outras, de modo que também emergem, em maior número nas sequências didáticas explicativas. Do mesmo modo, verificamos que a sequência didática de geração de problemas, continua se mantendo como a segunda colocada nessa distribuição, demonstrando que a Prof.^a Beth (2016), além de fazer um expressivo emprego das metáforas representativas de conceitos em suas explicações, também o faz na configuração de problemas para seus alunos.

A próxima seção trata dos resultados e da análise de mais uma videoaula com o mesmo tema; é ministrada, porém, pelo professor Kennedy Ramos.

Análise da videoaula “Sistema Imunológico” - Prof. Kennedy Ramos

A videoaula cuja análise está disposta nesta seção versa também sobre o sistema imunológico. É ministrada pelo professor Kennedy Ramos, do canal Bio Explica, que, à data de 02/04/2020, contava com 650 mil inscritos. A videoaula em questão, no mesmo período,

contabilizava 364.071 visualizações⁹.

Como resultado da execução do procedimento metodológico (c), obtivemos a ocorrência de expressões metafóricas subtécnicas, técnicas e técnicas constitutivas de teoria.

As expressões metafóricas técnicas constitutivas de teoria que foram encontradas na videoaula em questão são as seguintes: *auxiliador*, *matador*, *killer(s)*, *informação*, *de memória*, *na memória*, *via*. A fim de corroborar a análise, realizamos a consulta de cada um das expressões metafóricas classificadas como técnicas constitutivas de teoria no Dicionário de Ciências Biológicas e Biomédicas, sendo o resultado positivo; isto é, todas as expressões metafóricas analisadas como tal, em virtude de representarem de modo fidedigno os fenômenos que pretendem ilustrar, passaram a compor o rol terminológico da área.

A distinção entre expressões metafóricas técnicas e técnicas constitutivas de teoria parece ser tênue em alguns casos. Segundo a tipologia proposta por Cameron (2003), a principal diferença entre elas reside no fato de que as técnicas, embora usadas convencionalmente em debates e meios científicos por profissionais de suas respectivas áreas de atuação, não refletem, estritamente, nossas conceptualizações, isto é, o nosso entendimento sobre funcionamento dos fenômenos. Por outro lado, as expressões metafóricas técnicas constitutivas de teoria, por refletirem, mais fielmente, o nosso entendimento sobre certos fenômenos, acabam se tornando unidades terminológicas; isto é, são empregadas como termos técnicos para se denominar esses conceitos.

Durante as análises, algumas expressões metafóricas encontradas, dada a sua natureza, demonstraram-se como casos limítrofes entre técnicas e técnicas constitutivas de teoria. Desse modo, mais uma vez, recorreremos à consulta ao dicionário de Vilella e Ferraz (2015). O primeiro caso considerado limítrofe consultado no dicionário terminológico foi a expressão metafórica *apresentar(am)*; e, como resultado, encontramos a seguinte definição:

Apresentadoras de antígeno, células – *Imuno*. São as APC's. Grupo de células que desempenham a função de exibir fragmentos do antígeno associados ao MHC na sua superfície, para assim ativar as células do sistema imune a desenvolver uma resposta específica. (**Grifos do autor**). (VILELLA; FERRAZ, 2015, p. 29).

Com base nessa definição, é possível verificar que a função desenvolvida pelas células fagocitárias (fagócitos e macrófagos) é representada com algum grau de fidelidade pela expressão metafórica *apresentar(am)*, sendo, por isso, inclusa no rol terminológico da área. Com base nesse resultado, optamos por classificá-la como expressão metafórica técnica constitutiva de teoria.

⁹ A videoaula em questão pode ser assistida, na íntegra, por meio do seguinte link: https://www.youtube.com/watch?v=IW_pOyMy74w&t=172s&list=PLh1nSI6Y-RoMkTa357_rh0J2xO7MJE29T&index=6.

Outra expressão que se apresentou como um caso limítrofe durante a análise foi o vocábulo *migra*. A função dessa expressão metafórica é representar o movimento que os linfócitos, monócitos, leucócitos e macrófagos realizam dentro do corpo humano. A consulta à obra terminológica em busca do item lexical em questão apontou que o termo não consta como uma entrada. Entretanto, em uma busca avançada nesse mesmo dicionário, verificamos sua presença na redação da definição de outra entrada, nesse caso, para o termo *anáfase*.

Anáfase – *Gen.* Fase da divisão celular. Na mitose ocorre em uma única etapa e na meiose em duas, denominadas, respectivamente, anáfase I e II. Durante a divisão mitótica, cada cromossomo-filho, originado das cromátides irmãs, ***migra*** para os pólos da célula, através do encurtamento das fibras do fuso. (VILELLA; FERRAZ, 2015, p.19). (**Grifos nossos**).

Com base no emprego do termo *migra* realizado pelo dicionário na redação da definição acima, chegamos à conclusão de que ele compõe o rol terminológico da área e, portanto, pode ser classificado com uma expressão metafórica técnica constitutiva de teoria, respeitando-se os critérios expressos por Cameron (2003).

Por sua vez, expressão metafórica *linha de defesa* refere-se ao conjunto de ações que nosso sistema imunológico realiza contra os antígenos. Embora o termo exato não tenha sido encontrado como entrada para consulta no dicionário, a expressão consta na redação da aceção da expressão *imunidade inata*:

Imunidade inata – *Imuno.* ***Primeira linha de defesa*** do organismo contra um patógeno. É rápida e envolve as barreiras epiteliais, células fagocitárias, células NK, sistema complemento e citocinas. (VILELLA; FERRAZ, 2015, p.212). (**Grifos nossos**).

Em uma primeira análise, poder-se-ia argumentar que, a exemplo da expressão metafórica *migrar*, a expressão *linha de defesa* poderia ser classificada como expressão metafórica técnica; contudo, embora a expressão não se apresente como entrada no dicionário terminológico, encontramos outras variações (sinônimos) da expressão na redação de outras definições, como, por exemplo, *as defesas*, *processo de defesa imunológico*, *mecanismos de defesa do hospedeiro*, *células de defesa*, *fenômeno de defesa* e *defesa contra infecções*. Com base nesse resultado, optamos por classificar a expressão *linha de defesa* como expressão metafórica técnica constitutiva de teoria.

Outra expressão que demonstrou ser de classificação limítrofe foi *corpos estranhos*, empregada na videoaula para se referir aos antígenos. A consulta ao dicionário demonstrou que, embora não houvesse entrada específica para a expressão, a entrada do termo *antígeno* atesta sua presença no rol terminológico da área das ciências biológicas ao apresentar os sinônimos

patógeno ou *molécula estranha*, conforme se pode observar na citação a seguir: “**Antígeno – Imuno**. Patógeno, ou molécula *estranha* ao organismo, que é capaz de ativar o sistema imune. Se liga ao TCR (receptor de células T) ou a um anticorpo.” (VILELLA; FERRAZ, 2015, p. 26). (**Grifos nossos**). Além disso, após aplicação da pesquisa avançada, verificamos que a expressão exata *corpos estranhos* foi encontrada na redação de outras definições, como, por exemplo, nas de *cálculo*, *anticorpo* e *dispneia*. Nesse sentido, decidimos classificar a expressão metafórica *corpos estranhos* como técnica constitutiva de teoria.

O termo *invasores* também foi consultado no dicionário terminológico para averiguar sua presença. O resultado da pesquisa demonstrou que, embora não houvesse entrada específica para o termo, há ocorrência desse item lexical nos verbetes *anticorpo* e *macrófago*. Desse modo, também optamos por classificar essa expressão metafórica como técnica constitutiva de teoria.

Conforme ficou demonstrado, a consulta ao Dicionário de Ciências Biológicas e Biomédicas (VILELLA; FERRAZ, 2015) demonstrou ser um recurso essencial, processo no qual constatamos que as classificações entre expressões metafóricas técnicas e técnicas constitutivas de teoria se constituem como casos fronteira.

A exemplo do que ocorreu com a distinção entre expressões metafóricas técnicas e técnicas constitutivas de teoria, a diferenciação das expressões metafóricas técnicas e subtécnicas, em alguns casos, também se apresentou como sutil. Nesses casos, a pesquisa na ferramenta de *corpus* foi essencial para a classificação, pois consideramos que, na hipótese de haver ocorrências dessas expressões no *corpus* pesquisado, configurar-se-ia um forte indicativo de que não se trataria de uma expressão metafórica de uso específico ou situacional por parte do professor (uso subtécnico), mas de uma expressão metafórica de uso corrente – isto é, técnica.

A expressão metafórica *comer*, que se refere ao processo de fagocitose, foi o primeiro caso de classificação limítrofe quanto à tipologia adotada por Cameron (2003). Dessa maneira, a fim de verificar o emprego técnico de tal expressão, pesquisamos esse item lexical no *NOW* (2020), fazendo uso da opção *list*, responsável por exibir todas as ocorrências do termo no *corpus*. Entretanto, como essa pesquisa resultou em 25.176 ocorrências, tornou-se impossível verificar manualmente uma a uma. Desse modo, decidimos fazer uso da opção *collocates*, que é responsável pela opção de buscar concordâncias em que duas ou mais palavras ocorrem muito próximas. Como há várias categorias de linfócitos, realizamos as pesquisas do termo *comer* com os seguintes termos: *linfócitos*, *leucócitos*, *macrófagos*, *fagócitos*, *monócitos* e *neutrófilos*. O quadro abaixo demonstra os resultados da pesquisa com essa opção.

Quadro 5 – Pesquisa no *corpus NOW* (2020) dos Termos Comer, Linfócito, Leucócito, Monócito, Neutrófilo, Macrófago e Fagócito

Número	Ocorrência relevante do <i>corpus</i>
1	“[...] será ‘comido’ , ou seja, englobado e destruído, pelo leucócito . A este processo dá-se o nome de fagocitose. Podes ver um vídeo [...]”
2	“[...] Eu compararia essas manifestações à um sistema imunológico soltando macrófago e comendo tudo o que vê pela frente, é o povo abrindo o [...]”
3	“[...] corpo, é o monócito que deve atacar os seres invasores, tornando-se um macrófago, trocando em miúdos, ele ‘come’ os germes. O excesso de [...]”
4	“[...] encaminha os monócitos para o local infectado. Este se ativa, transformando-se em macrófago , uma célula capaz de ‘comer’ micro-organismos invasores. Os monócitos tipicamente se [...]”
5	“[...] será ‘comido’ , ou seja, englobado e destruído, pelo leucócito . A este processo dá-se o nome de fagocitose. Podes ver um vídeo [...]”

Fonte: *NOW* (2020).

Avaliamos que as ocorrências dispostas no quadro 5 corroboram a classificação de expressão metafórica técnica para o termo *comer* nessa videoaula, além de demonstrar seu caráter convencional para a representação do fenômeno da fagocitose.

A expressão metafórica *amadurecer*, empregada pelo professor para referir-se ao processo de preparação e crescimento de diferentes tipos de linfócitos, de acordo com Vilella e Ferraz (2015), não pertence ao rol terminológico da área de ciências biológicas. Logo, não pode ser classificada como expressão metafórica constitutiva de teoria. Consideramos, também, esse caso como limítrofe e, assim, recorreremos, novamente, à pesquisa no *NOW* (2019). Usamos a opção *collocates* com os termos *timo*, que é o local do corpo onde linfócitos costumam crescer (além da medula óssea), da própria expressão *medula óssea* e do item lexical *amadurecer*. Obtivemos os seguintes resultados.

Quadro 6 – Pesquisa em *NOW* (2020) com os Termos *Amadurecer*, *Medula Óssea* e *Timo*

Número	Ocorrência relevante do <i>corpus</i>
1	“[...] os linfócitos T originam-se em a medula óssea e amadurecem em o timo . Os linfócitos B transformam-se em células plasmáticas que produzem [...]”
2	“[...] até a glândula timo , onde eles dividem-se e amadurecem . Os linfócitos T aprendem como diferenciar o que é própria do organismo [...]”
3	“[...] infância, alguns linfócitos migram para o timo , onde amadurecem e se transformam em células T. Em condições normais, a maioria de os linfócitos [...]”
4	“[...] qualquer forma, como alguns linfócitos de o tipo T amadurecem em o timo , existem inúmeras células fagocitárias que transportam, através de a [...]”
5	“[...] ou fígado fetal, vão ao timo onde amadurecem e posteriormente vão ao sangue. Os linfócitos T desempenham a resposta celular [...]”

6	“[...] como fragmentos ósseos. Os neutrófilos amadurecem em a medula óssea em aproximadamente 2 semanas. Após entrarem em a corrente sanguínea, eles circulam [...]”
7	“[...] Os linfócitos B originam-se e amadurecem em a medula óssea , enquanto que os linfócitos T originam-se em a medula óssea e amadurecem [...]”
8	“[...] derivados de uma célula tronco (célula-mãe) de a medula óssea e amadurecem até transformarem-se em plasmócitos, os quais secretam anticorpos [...]”
9	“[...] de vigilância. Permanecem em a medula óssea e amadurecem transformando-se em células B. As células B reconhecem materiais [...]”

Fonte: NOW (2020)

As ocorrências expostas no quadro 6 corroboram nossa análise no sentido de apontar para o uso técnico e corrente da expressão metafórica *amadurecer* para descrever o fenômeno de crescimento dos diferentes linfócitos.

Dando sequência às análises, foram verificadas as seguintes expressões metafóricas subtécnicas: *agredir* e *briga*, que se referem à produção de substâncias tóxicas específicas para cada antígeno, conforme se pode verificar no excerto 5.

Excerto 5

(Sequência didática: explicação)

280: o linfócito T CD8+ por sua

281: vez começa a produzir substâncias

282: tóxicas específicas para esse antígeno

283: por isso que o nome dele é **matador** ou

284: citotóxico o que ele vai fazer

285: esse linfócito T **matador** ele vai lá na

286: bactéria e começa a **agredir** a bactéria

287: daí o nome **agredir** a célula

288: diretamente com substância tóxica tudo

289: bem enquanto isso está acontecendo está

290: acontecendo essa **briga** e ele passa

Fonte: adaptado de Prof. Kennedy (2018).

Conforme é possível verificar no excerto 5, as expressões metafóricas *agredir* e *brigar* representam a resposta do sistema imunológico, mais especificamente do linfócito T, em relação aos antígenos. Como a resposta do linfócito T ao antígeno não é exatamente uma *briga*

ou *agressão* e dado que seu emprego foi pontual nessa videoaula, as expressões metafóricas cumprem claramente a função de expressões metafóricas subtécnicas.

Outra expressão metafórica subtécnica encontrada foi *fera*, conforme disposto no excerto 6.

Excerto 6
(*Sequência didática: outros*)

862: canal clique no botão ao lado e se

863: inscreva não esqueça também de **navegar**

864: por mais videoaulas agora se o objetivo é

865: ficar **fera** em Biologia conheça o site

Fonte: adaptado de Prof. Kennedy (2018).

A expressão *fera* é empregada objetivando representar alguém que é muito competente em alguma área do conhecimento. Como não representa o especialista (*expert*) com o nível de detalhamento necessário, sua classificação como expressão metafórica subtécnica parece correta.

Atendendo ao próximo procedimento metodológico, quantificamos as sequências didáticas e as expressões metafóricas averiguadas na transcrição da videoaula em evidência. Os resultados são apresentados pelo quadro 7:

Quadro 7 – Quantificação de Sequências Didáticas e de Expressões Metafóricas emergentes na Videoaula Sistema Imunológico do Prof. Kennedy (2014)

Sequência didática	Quantidade de sequências didáticas	Quantidade de expressões metafóricas de todos os tipos
Gerenciamento de agenda	32 = 21,19%	37 = 20,67%
Organização	1 = 0,66%	0 = 0%
Explicação	58 = 38,41%	103 = 57,54%
Exemplificação	4 = 2,64%	2 = 1,11%
Recapitulação	14 = 9,27%	17 = 9,49%
Configuração de problemas	17 = 11,25%	8 = 4,46%
Outros	24 = 15,89%	12 = 6,70%
Retorno estratégico	1 = 0,66%	0 = 0%
Total	151 = 100%	179 = 100%

Fonte: criada pelo autor.

A análise quantitativa das expressões metafóricas não identificadas com a tipologia de Cameron (2003) evidencia, mais uma vez, que o índice dessas expressões nas sequências explicativas é o mais expressivo quando comparado às outras sequências. Outro ponto que merece destaque é que, quando comparamos a distribuição de sequências didáticas dessa

videoaula com a aula da Prof^a Beth (2016), verificamos que Prof. Kennedy (2014) fez uso de todas os tipos de sequências. Além disso, a quantificação disposta no quadro 7, sugere que uma regularidade começa a tomar forma: o número expressivo de expressões metafóricas dispostas nas sequências didáticas de gerenciamento de agenda.

Dando prosseguimento ao procedimento quantitativo, o quadro 8 dispõe os índices de expressões metafóricas em relação ao número de sequências didáticas circunscritas na tipologia de Cameron (2003).

Quadro 8 – Quantificação das Expressões Metafóricas que Representam Conceitos Científicos em Relação às Sequências Didáticas na Videoaula do Prof. Kennedy (2014)

Sequências Didáticas	Expressões Metafóricas Subtécnicas	Expressões Metafóricas Técnicas	Expressões Metafóricas Técnicas Constitutivas de Teoria	Total de Expressões Metafóricas
Gerenciamento de agenda	02 = 10,53%	-	-	02 = 1,78%
Organização	-	-	-	
Explicação	14 = 73,69%	18 = 90%	55 = 75,34%	87 = 77,69%
Exemplificação	01 = 5,26%	-	01 = 1,37%	02 = 1,78%
Recapitulação	-	02 = 10%	13 = 17,82%	15 = 13,4
Configuração de problemas	01 = 5,26%	-	04 = 5,47%	05 = 4,46%
Outros	01 = 5,26%	-	-	01 = 0,89%
Total	19 = 100%	20 = 100%	73 = 100%	112 = 100%

Fonte: criado pelos autores.

Na videoaula em questão, diferentemente do que ocorreu com a videoaula ministrada pela prof.^a Beth (2016), as expressões metafóricas técnicas constitutivas de teoria foram as mais produtivas. Embora a Prof^a Beth (2016) tenha representado/ensinado conceitos relacionados ao sistema imunológico via expressões metafóricas subtécnicas, os dados demonstram que, analisando-se as metáforas sob o prisma cognitivo, o sistema imunológico é conceptualizado em termos do domínio GUERRA (LAKOFF; JOHNSON, 2002; SEMINO, 2008). Por conseguinte, ainda em comparação à videoaula da Profa. Beth (2016), as expressões metafóricas subtécnicas foram bem menos frequentes, circunstância que, de acordo com nossa avaliação, deixa a videoaula menos interessante e pode restringir a conceptualização de certos conceitos por parte dos alunos – o que, conseqüentemente, pode dificultar a sua compreensão.

Na próxima seção, expomos as conclusões deste estudo.

Conclusões

A título de conclusão, iniciamos reiterando que o referencial teórico selecionado para estudar o fenômeno da emergência metafórica em videoaulas demonstrou ser bastante adequado. A concepção de metáfora advogada por Semino (2008) nos dá margem para estudar todas as metáforas no mesmo grau de importância, sejam elas linguísticas (expressões metafóricas), conceptuais – cognitivas, na visão de Lakoff e Johnson (2002) – ou potencialmente conceptuais, como a própria autora as denomina em alguns casos.

Tendo em vista que o objetivo geral deste estudo foi averiguar o caráter pedagógico da emergência de metáforas e de expressões metafóricas em videoaulas, e com base nas evidências obtidas por meio da análise dos resultados, chegamos à conclusão de que as metáforas, sejam elas linguísticas ou conceptuais, possuem um enorme potencial pedagógico. Diferentemente do que pensava Hobbes (1997 [1651]), seu uso não é inútil ou prejudicial – muito pelo contrário, os resultados e as análises apontam na direção dos postulados de Cameron (1999, 2003) e Semino (2008) de que as metáforas e as expressões metafóricas constituem um importante recurso pedagógico para professores. Neste estudo, demonstrou-se que, além de as expressões metafóricas se configurarem com um recurso pedagógico elas também, em alguns casos, parecem ser imprescindíveis, ou obrigatórias, como no caso das expressões metafóricas constitutivas de teoria, posição corrobora a visão de Temmermann (2012). Este estudo, todavia, propõe e alcança alguns avanços em comparação aos estudos anteriores (CAMERON, 1999, 2003; SEMINO, 2008 e SCHABARUM E CHISHMAN, 2020), como, por exemplo, a descrição da relação existente entre três aspectos do fenômeno metafórico em videoaulas: (a) a emergência de expressões metafóricas que se enquadram na tipologia de Cameron (2003) (subtécnicas, técnicas e técnicas constitutivas de teoria), com (b) as expressões metafóricas em geral, isto é, as que não se enquadram na tipologia de Cameron (2003), e com (c) as sequências didáticas nas quais elas costumam emergir.

O objetivo secundário (i) deste estudo foi classificar as expressões metafóricas (veículos metafóricos) na tipologia proposta por Cameron (2003) em subtécnicas, técnicas e técnicas constitutivas de teoria. Os resultados evidenciaram que a tipologia da autora é adequada para analisar as expressões quanto à sua gradação na precisão da representação de conceitos (conceptualização), mais especificamente os científicos. A este respeito, os resultados indicaram que, em ambas as videoaulas, houve a ocorrência de expressões metafóricas relativas à tipologia apresentada por Cameron (2003); isto é, verificamos as expressões técnicas constitutivas de teoria, técnicas e subtécnicas. Para realizar a distinção entre essas expressões metafóricas, a pesquisa no dicionário terminológico e, principalmente, a consulta ao *corpus* eletrônico *NOW* (2020) demonstraram ser procedimentos metodológicos imprescindíveis, já que as expressões técnicas, em alguns casos, foram de difícil classificação. Essas expressões demonstraram estar, ora mais próximas das subtécnicas, ora mais próximas das técnicas constitutivas de teoria.

Ainda quanto ao caráter das expressões metafóricas no que tange à sua tipologia,

chegamos a outras constatações pertinentes: houve a ocorrência de duas expressões metafóricas subtécnicas que se apresentaram em forma de símile. Essa descoberta também vai ao encontro de Semino (2008) e Schabarum (2008) que já haviam previsto esse tipo de comportamento metafórico. Ainda sobre os símiles, Schabarum e Chishman (2020) verificaram que eles se apresentaram, em maior parte como expressões metafóricas novas e criativas, e, nesse estudo, verificamos que as essas expressões metafóricas costumam ser empregadas por professores na função de metáforas subtécnicas, o que, sem dúvida, representa mais uma contribuição aos estudos realizados por esses autores.

No que se refere ao objetivo secundário (ii), pode-se dizer que a quantificação de sequências didáticas e o estabelecimento de relações entre ambos os grupos de expressões metafóricas apresentou resultados interessantes. O primeiro deles foi verificar que, embora as videoaulas tenham caráter e organização distintos das aulas presenciais, muitas sequências didáticas são compartilhadas. Outro ponto é que, embora as videoaulas tenham apresentado diferenças entre a quantidade de sequências didáticas empregadas em maior ou menor número por cada professor, verificou-se que algumas são mais frequentes, como a explicação e o gerenciamento de agenda. As sequências didáticas de explicação, em ambas as videoaulas, apresentaram, de longe, o maior índice de produtividade metafórica geral, seguida pelas sequências de gerenciamentos de agenda, configuração de problemas, recapitulação e outros; o que sugere que, além de servir à explicação de conceitos, as metáforas também se propõem a outras funções, conforme apontam Cameron (2003), Semino (2008) e Schabarum e Chishman (2020).

No que se refere, especificamente à quantificação das expressões metafóricas identificadas com a tipologia de Cameron (2003), verificou-se que os números apresentaram direções opostas: enquanto na videoaula da Prof^a Beth (2016) as metáforas subtécnicas apresentaram um maior índice, nas aulas do Prof^o Kenny (2014), ocorreu justamente o inverso, ou seja, as expressões metafóricas técnicas constitutivas de teoria foram as mais numerosas; embora, tanto as subtécnicas quanto as técnicas constitutivas de teoria emergiram, majoritariamente, nas sequências didáticas de explicação. O significado desses resultados, de acordo com nossas análises, sugere que cada professor apresenta um método distinto para explicitar/ensinar os conceitos científicos ensinados; ora mais criativamente, como no caso da Prof^a Beth (2016), que o fez por meio do uso recorrente de metáforas subtécnicas, ora de maneira mais convencional, como no caso do Prof^o Kenny (2014). Os resultados quantitativos, apresentam, contudo, um ponto em comum: o massivo uso de expressões metafóricas como recurso pedagógico para explicar os conceitos.

Por fim, com base nos resultados e nas análises deste estudo, pode-se concluir que o emprego de metáforas e de expressões metafóricas se apresentam como um recurso pedagógico bastante eficaz, se não indispensável, para o ensino e o entendimento de conceitos científicos e, nesse sentido, parece-nos interessante que os professores sejam encorajados a fazer uso dele a fim de tornar as explicações desse conceitos mais abrangentes e interessantes para os alunos.

Referências

ANDRADE, A. D. de. *A metáfora no Discurso das Ciências*. 2010.174 f. Dissertação (Mestrado em Letras-Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2010.

BROWN, T. L. *Making Truth: Metaphor in Science*. Urbana, Illinois: University of Illinois Press, 2003.

CAMERON, L. *Metaphor in educational discourse*. London: Continuum. 2003.

_____. *Identifying and describing metaphor in spoken discourse data*. In: CAMERON, L. LOW, G. (Orgs.). *Researching and Applying Metaphor*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 105-134.

COOK, G. *The Discourse of Advertising*. London: Routledge, 2001.

DAVIES, M. *Corpus of News on the Web (NOW)*. Disponível em: <https://www.corpusdoportugues.org/now/>, 2020. Acesso 02 abr. 2020.

EUBANKS, P. *A War of Words in the Discourse of Trade: The Rhetorical Constitution of Metaphor*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2000.

FORCEVILLE, C. *Pictorial Metaphor in Advertising*. London: Routledge, 1996.

GIL, M. M. *Metáfora no ensino de língua materna: em busca de um novo caminho*. 2012. 156 f. Dissertação (Mestrado em Letras- Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2012.

HOBBS, T. *Leviathan*. (Org.) HAY, Rod. London: McMaster University Archive of the History of Economic Thought, 1997. Originalmente publicado em 1651.

KELLER, E. F. *Refiguring Life: Metaphors of Twentieth-century Biology*. New York: Columbia University Press, 1995.

KUHN, T. S. *Metaphor in Science*. In: ORTONY, Andrew (Org.). *Metaphor and Thought*. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 533-542.

LAKOFF, G.; ESPENSON, J.; SCHWARTZ, A. *Master Metaphor List*. 2ª ed. California: Cognitive Linguistics Group University of California at Berkeley, 1991. Disponível em: <http://araw.mede.uic.edu/~alansz/metaphor/METAPHORLIST.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2020.

LAKOFF, G. *Conceptual Metaphor Home Page*. California, University of California, Berkeley, 22 mar. 1994. Disponível em: <http://www.lang.osaka-u.ac.jp/~sugimoto/MasterMetaphorList/MetaphorHome.html>. Acesso em: 03 abr. 2020.

LAKOFF, G. JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. Tradução ZANOTTO, Mara Sophia et al. São Paulo: Editora Mercado de Letras, 2002. Originalmente publicado em 1980.

LEARY, D. E. *Metaphors in the History of Psychology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

MUSOLFF, A. *Metaphor and Political Discourse: Analogical Reasoning in Debates about Europe*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2004.

NETO, A. C. da S.; FOSSILE, D. K.; HERÊNIO, K. K. P. A Metáfora no Livro Didático de Ensino Médio: um Estudo Feito a partir dos Manuais Aprovados Pelo PNLD 2014. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v.12, n.3, p.7 71 - 785, 2015.

NERLICH, B.; HALLIDAY, C. Avian flu: the creation of expectations in the interplay between science and the media. *Sociology of Health and Illness*, Leeds, Inglaterra, Vol. 29, n.1, p. 46-65, Jan.-Feb., 2007.

PRAGGLEJAZ. MIP: a method for identifying metaphorically used words in discourse. *Metaphor and Symbol*. Oxford, v. 22, n.1, p. 1-39, 2007.

PROFA. BETH. Sistema Imunológico. Mountain View: Google, 2016. (12 min 48 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mSFy3GINMjs>. Acesso em: 01 abr. 2020.

PROF. KENNEDY RAMOS. *Sistema Imunológico*. Mountain View: Google, 2018. (34 min 48 s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=IW_pOyMy74w&list=PLh1nSI6Y-RoMkTa357_rh0J2xO7MJE29T&index=5. Acesso em: 02 abr. 2020.

REISFIELD, G. M. WILSON, G. R. Use of Metaphor in the Discourse on Cancer. *Journal of Clinical Oncology*, Alexandria, Virginia, v. 22, n.19, p. 4024- 4027, set-out, 2004.

SCHABARUM, J. R.; CHISHMAN, R. L. de O. Creative metaphors in video lessons: the relationship between the novel and the conventional. *Revista Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v.28, n.2, p.721-746, 2020. DOI: 10.17851/2237-2083.28.2.721-746. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/16321>. Acesso em 23 ago. 2020.

SEMINO, E. *Metaphor in Discourse*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

SONTAG, S. *AIDS and its Metaphors*. London: Penguin, 1988.

TEMMERMAN, R. Metáforas pelas quais as biociências vivem. In: SIQUEIRA, M; OLIVEIRA, A. F. S. de. (Orgs.). *Cadernos de Tradução – Linguística Cognitiva*. 31ª ed. Porto Alegre: Instituto de Letras da UFRGS, 2012. P. 127-142.

VILELLA, M. M.; FERRAZ; M. L. *Dicionário de Ciências Biológicas e Biomédicas*. 2ª ed. São Paulo: Atheneu, 2015.



OS NOMES NUS EM CABOVERDIANO: UM PANORAMA GERAL BARE NOUNS IN CAPE VERDEAN: A GENERAL OVERVIEW

Wânia Miranda¹

RESUMO

No presente artigo trataremos das características gerais do sintagma nominal do caboverdiano. Exploraremos a questão dos nomes nus, em uma perspectiva semântica, observando uma das estratégias de expressão de genericidade na língua, bem como as interpretações definida e indefinida dos nomes nus. A nomenclatura nomes nus é utilizada neste trabalho para se referir aos nomes sem a presença de determinantes. Essa denominação serve à literatura para contrapor nomes com a presença de determinantes a nomes sem essa presença, considerando que os primeiros sejam a forma mais usual nas línguas em geral. Defendemos que, pelo menos em caboverdiano, os nomes nus seriam a forma padrão na língua. A presença de determinantes, por outro lado, é guiada por estratégias específicas. A partir de dados coletados em trabalho de campo na ilha de Santiago e dados retirados de trabalhos prévios sobre a língua, apresentaremos as características gerais dos nomes nus do caboverdiano, na variedade de Sotavento. Partindo do fato de que os nomes em caboverdiano, em sua maioria, não precisam ser acompanhados de determinantes, veremos que as noções de pressuposição e unicidade serão relevantes dentro do sintagma nominal da língua e podem favorecer determinadas leituras ou interpretações do nome nu em detrimento de outras.

PALAVRAS-CHAVE: Caboverdiano; Nomes Nus; Sintagma Nominal; Semântica; Línguas de Contato.

ABSTRACT

In this paper I will present some of the characteristics of Cape Verdean noun phrase. I will explore strategies of genericity expression in the language, as well as defined and undefined interpretations of bare nouns adopting a semantic perspective. According the literature *bare nouns* are the most common form in languages in general. We argue that, at least in Cape Verdean, bare nouns would be the standard form in the language. The presence of determinants, on the other hand, is guided by specific strategies. Based on data from fieldwork and from previous studies, we will present the general characteristics of bare nouns in Cape Verdean, specifically in Sotavento variety. Notions of presupposition and uniqueness are relevant in ours analysis. Considering the fact that most Cape Verdean nouns do not need to be accompanied by determinants, we will try to verify what may or not guide certain *bare nouns* interpretations over others.

KEYWORDS: Cape Verdean; Bare Nouns; Noun Phrase; Semantics; Language in Contact

1 Professora Adjunta do Curso de Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB/Campus dos Malês.



Introdução

A língua Caboverdiana oferece alguns desafios para o linguista, pois, apresenta questões de notória dificuldade de serem abordadas, especialmente no que diz respeito ao sintagma nominal e ao paradigma pronominal. No que diz respeito ao sintagma nominal, o fato de possuir características não atestadas em outras línguas acaba por despertar o interesse dos estudiosos da língua.

Os nomes, em caboverdiano², não são, em geral, acompanhados de qualquer determinante. A introdução de novos referentes e expressão de quantificação podem estar associadas à partícula *un/uns*. A presença de *un(s)*, contudo, não é obrigatória para que um dado sintagma nominal (NP) possa ser interpretado como indefinido³. A língua lança mão ainda da partícula *kel/kes* para veicular, entre outras coisas, definitude. Este emprego, todavia, também não se dá de modo usual⁴.

O presente trabalho debruça-se sobre a questão dos *nomes nus* na língua e as estratégias semânticas de interpretação desses nomes. A partir de dados coletados em trabalho de campo⁵ realizado na ilha de Santiago, Cabo Verde, no ano de 2012, e com base em análises e dados de trabalhos anteriores, como os de Baptista (2007), discutiremos as estratégias da língua para veicular as noções de genericidade, definitude e indefinitude, uma vez que essas leituras prescindem da presença de determinantes. Defendemos que, em caboverdiano, os *nomes nus* seriam a forma padrão na língua. A presença de determinantes, por outro lado, é guiada por estratégias específicas, uma vez que são ocorrências menos frequentes.

A nomenclatura *nomes nus* é utilizada neste trabalho para se referir aos nomes sem a presença de determinantes. Essa denominação serve à literatura para contrapor nomes com a presença de determinantes a nomes sem essa presença, considerando que os primeiros sejam a forma mais usual nas línguas em geral. Veremos que a noção de pressuposição e unicidade será relevante dentro do sintagma nominal do caboverdiano, podendo favorecer determinadas

2 O caboverdiano é falado no arquipélago de Cabo Verde, na costa ocidental africana. É considerada uma língua de contato, formada no contexto de Expansão Colonial português, por volta do século XV, através do contato entre o português europeu e as diversas línguas africanas levadas para o arquipélago àquela época. Nos estudos sobre esta língua, as variedades linguísticas são divididas em Sotavento e Barlavento. As variedades de Barlavento são faladas nas ilhas ao norte do arquipélago, enquanto as variedades de Sotavento são faladas nas ilhas ao sul. No presente artigo, analisamos dados da variedade de Sotavento, especificamente, da ilha de Santiago, onde está localizada a capital do país, a cidade de Praia.

3 É importante observar que estudos na área da semântica são recentes tanto na língua caboverdiana quanto nas línguas crioulas, em geral.

4 Para mais detalhes sobre *kel/kes*, no que diz respeito às suas propriedades semânticas, ver Miranda (2013, 2015).

5 Os dados coletados pela autora do trabalho fazem parte de um *corpus* que conta com dez horas de gravações de conversas espontâneas, testes semânticos de aceitabilidade e questionários. Grande parte dos dados foram coletados na ilha de Santiago, em 2012. Parte dos testes semânticos de aceitabilidade e questionários foram aplicados, após a viagem de campo e análise inicial dos dados, com a colaboração de professores em Cabo Verde e falantes caboverdianos residentes no Brasil.

leituras ou interpretações do nome nu em detrimento de outras.

Na próxima seção exploraremos algumas noções teóricas a respeito dos nomes nus em dados do português brasileiro, a partir dos trabalhos de Carlson (1977) e Müller (2003; 2004), e da noção de pressuposição, baseados em Cançado (2012) e Gomes & Sanchez-Mendes (2018), que serão importantes para a discussão dos dados da língua caboverdiana.

Na seção três (3) discutiremos os nomes nus na língua caboverdiana, para tanto, apresentamos, apoiado no trabalho de Baptista (2007), algumas análises realizadas sobre os nomes nus no caboverdiano e discutiremos essas análises com base na hipótese defendida neste trabalho. Importante lembrar que as análises previamente realizadas sobre o sintagma nominal do caboverdiano são, em sua grande maioria, sintáticas.

Na mesma seção, discutimos as estratégias para veicular a noção de genericidade na língua, bem como veicular a interpretação definida e indefinida dos nomes nus do caboverdiano. A partir dos dados coletados, veremos quais são essas estratégias utilizadas na língua e como elas possibilitam as diferentes interpretações. Por fim, apresentaremos as conclusões finais do presente texto.

Sobre os Nomes Nus e a Noção de Pressuposição: Breve Apresentação Teórica

Nessa seção, apresentaremos, em linhas gerais, duas noções importantes para a discussão acerca do sintagma nominal do caboverdiano, a saber: *nomes nus* e *pressuposição*. Perceberemos, ao longo das análises dos dados do caboverdiano e a partir do entendimento teórico, tanto do comportamento dos nominais nus, quanto da pressuposição, que esta língua apresenta algumas particularidades em relação a outras línguas, como o português brasileiro, por exemplo.

Os nomes nus

Na tradição semântica, um dos trabalhos mais citados dentro da literatura sobre os *nomes nus* é o de Carlson (1977). No artigo em referência, o autor divide a leitura dos plurais *nus*⁶ em dois tipos básicos: genérico (1) e existencial (2):

- (1) Cavalos são mamíferos.
- (2) Eu vi transeuntes recusar ajuda ao ferido.

(MÜLLER, 2003, p. 68)

A respeito dos tipos básicos de leitura dos plurais *nus* feita por Carlson (1977), seria possível descrever a leitura genérica como incorporando um quantificador do tipo universal,

6 Carlson (1977) chama de *bare plurals* os sintagmas nominais não precedidos de determinantes. No português brasileiro, no entanto, nem sempre a forma plural sem artigo será a mais natural para expressar o sentido de plurais nus do inglês (MÜLLER, 2003).

exemplificado na sentença em (3), com o quantificador universal *todos*. A leitura existencial, por sua vez, seria descrita como incorporando um quantificador equivalente ao plural do artigo indefinido, por exemplo, *alguns*, na sentença em (4):

(3) Todos os cavalos são mamíferos.

(4) Eu vi alguns transeuntes recusar ajuda ao ferido.

(MÜLLER, 2003, p. 68)

Na perspectiva de Carlson (1977) os plurais *nus* comportam-se, tanto sintática quanto semanticamente, como nomes próprios. Um exemplo disso seria seu comportamento em contextos opacos ou intensionais que ocorrem em sentenças com verbos do tipo *acreditar*, *querer*, *achar*, *imaginar* etc. Nesses contextos, não é possível fazer a substituição de expressões que tenham a mesma referência no mundo, pois a relevância reside no sentido das expressões que compõem a oração subordinada e não na referência. Observe-se a sentença a seguir, com o nome *Deputado Estadual* no singular acompanhado do artigo indefinido *um*:

(5) Maria quer falar com um Deputado Estadual.

No exemplo em (5), há duas leituras possíveis. Na primeira, representada em (6a) a seguir, o Deputado Estadual existe e é intenção da Maria falar com ele; já na segunda leitura, em (6b), na sequência, falar com um Deputado Estadual está embutido no desejo da Maria e esse Deputado não precisa sequer existir.

(6) a. Existe alguém que é Deputado Estadual e Maria deseja falar com este alguém.

b. Maria deseja falar com qualquer pessoa que seja Deputado Estadual.

Compare-se (5) com os dados (7), com um plural nu (*economistas progressistas*), e (8), com um nome próprio (*Carlos*), retirados de Müller (2003, p. 69). A sentença (7) não permitiria uma leitura em que *economistas progressistas* existam necessariamente. Tanto em (7) quanto em (8) não há leitura ambígua, e é esse o comportamento que Carlson (1977) atribui aos plurais *nus* do inglês. Em síntese, os *nomes nus* não gerariam leitura ambígua em contextos opacos, o que seria equivalente ao comportamento dos nomes próprios no mesmo contexto.

(7) Maria deseja falar com *economistas progressistas*.

(8) Maria deseja falar com *Carlos*.

Deve-se observar que, em alguns casos de contextos transparentes, a mesma ambiguidade gerada em (5) pode ser produzida por um modalizador deôntico, situado no domínio do dever em verbos como *ter* e *dever*, exemplificado em (9), ou seja, nesta sentença há igualmente uma leitura na qual o Deputado Estadual existe e Maria deve falar com ele; e uma segunda leitura em que falar com um Deputado Estadual está relacionada ao dever da Maria e esse Deputado não precisa sequer existir.

(9) Maria deve falar com um Deputado Estadual.

A análise sobre a denotação dos plurais nus do inglês apresentada por Carlson (1977) não poderia, entretanto, ser aplicada a todas as línguas. No português brasileiro, singulares nus também podem veicular uma leitura genérica, como se pode observar em (10). Todavia, o singular nu não é uma condição necessária para se obter a leitura genérica, argumento exemplificado em (11).

As sentenças (10) e (11), embora suscitem leitura genérica, são interpretadas com base em dois processos distintos (MÜLLER, 2003, p. 163; GOMES & SANCHEZ-MENDES, 2018, p. 61), apresentados na sequência.

(10) Brasileiro gosta de futebol.

(11) O gato tem quatro patas.

A sentença (10), com o singular *nu*, diz: “geralmente, se alguém é brasileiro, gosta de futebol”. A generalização envolve a sentença inteira, ou seja, o conteúdo como um todo expressa generalização. Em (11), por sua vez, “ter quatro patas é uma propriedade que se aplica à classe dos gatos” refere-se a toda a classe de entidades. A genericidade, nesse caso, é uma propriedade do sintagma nominal e não da sentença.

Para Müller (2003), no PB, as sentenças genericamente quantificadas preferem o singular *nu* - (10) - ao passo que a expressão de referência à espécie pode ser denotada pelo sintagma nominal definido — (11).

Ainda, de acordo com a análise de Müller (2003, p. 165) o definido genérico tem sua referência determinada, em grande parte, pelo conhecimento partilhado e não tanto por seu conteúdo lexical. Diante da ambiguidade de muitas expressões nominais, que trazem uma leitura genérica e uma leitura específica, e também de muitas sentenças com leitura episódica e leitura de quantificação genérica, Müller (2003, p. 168) apresenta alguns testes para verificar se determinada expressão nominal ou sentença tem leitura genérica ou não.

A autora argumenta que sentenças genericamente quantificadas podem ser parafraseadas, de maneira aproximada, com advérbios sentenciais como *necessariamente*, *geralmente* ou *tipicamente*. O teste em (13b) mostra que essa não é uma sentença genericamente quantificada, uma vez que o uso do advérbio sentencial *geralmente* a torna agramatical⁷.

(12) a. Gatos perseguem ratos.

b. Gatos tipicamente perseguem ratos.

(13) a. Gatos acabam de chegar na sala.

b. *Gatos geralmente acabam de chegar na sala.

⁷ Exemplos (12), (13) e (15) foram adaptados.

(14) a. Político fala muito.

b. Geralmente, político fala muito.

(MÜLLER, 2004, p. 6)

(15) *Político está falando muito agora na sala 235.

No português brasileiro (PB), os *nomes nus* singulares seriam agramaticais em posição de sujeito de sentenças episódica (15), (17) e (18) (MÜLLER, 2004, p. 11; GOMES & SANCHEZ-MENDES, 2018, p. 61).

(16) Menino brinca de herói.

(17) *Menino estava brincando de herói agorinha há pouco.

(MÜLLER, 2004, p. 11)

(18) *Homem tropeçou numa pedra e torceu o tornozelo.

(GOMES & SANCHEZ-MENDES, 2018, p. 61)

Os *nomes nus* em posição de sujeito, no português brasileiro (PB), teriam sempre interpretação genérica. Não seria possível uma interpretação específica ou existencial para esses casos, mesmo em sentenças episódicas — ver (19).

(19) Judeu está fazendo jejum hoje.

(MÜLLER, 2004, p. 11)

Leitura existencial: #Tem judeu que está fazendo jejum hoje.

Leitura genérica: A maioria dos judeus está fazendo jejum hoje.

Entretanto, em algumas situações, o PB parece admitir interpretações episódicas associadas a nominais *nus* em posição de sujeito. É o caso, por exemplo, do uso (em alguns dialetos, ao menos) de nomes comuns muito familiares, que se comportam quase como nomes próprios, como pode ser observado em (20), de sentenças com verbo topicalizado como em (21) ou, em alguns dialetos, de sentenças com o objeto topicalizado, conforme (22).

(20) Mãe passou lá em casa na semana passada.

(21) Caiu água que não acabava mais ontem à tarde.

(22) O outro que morava na praia, carro matou na estrada.

(OLIVEIRA & MIRANDA, 2011)⁸

⁸ O dado (22) foi retirado de Oliveira e Miranda (2011). O referido trabalho foi fruto do Projeto-Piloto IPHAN/USP “Levantamento etnolinguístico de comunidades afro-brasileiras de Minas Gerais e Pará”, coordenado pelas professoras Dras. Margarida Petter e Márcia Oliveira, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - USP. Esse projeto insere-se no quadro do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), que visou inventariar a diversidade linguística brasileira.

É preciso acrescentar, contudo, que tais exemplos são menos frequentes, pelo menos na região sudeste do Brasil, que os explorados por Müller (2004) e Gomes & Sanchez-Mendes (2018).

A noção de pressuposição

A noção de pressuposição⁹ será importante para as análises dos *nomes nus* no caboverdiano. De forma breve, além de relacionar-se com o sentido das expressões lexicais contidas nas sentenças, a pressuposição também se refere a um conhecimento prévio, extralinguístico, compartilhado entre o falante e o ouvinte e seria desta forma, uma noção semântico-pragmática (CANÇADO, 2012; GOMES & SANCHEZ-MENDEZ, 2018). As pressuposições não fazem parte do conteúdo assertado, no entanto, a estrutura linguística é o que nos oferece os elementos para derivar o conteúdo pressuposto (ILARI & GERALDI, 1987, p. 76 em CANÇADO, 2012; GOMES & SANCHEZ-MENDEZ, 2018).

Chierchia & McConnell-Ginet (1996) observam que, grosso modo, a ideia seria a de que a pressuposição de uma sentença (S) restringe ou limita a classe de contextos (C) relativos aos quais (S) pode ser enunciada de maneira feliz ou adequada. A pressuposição de (S) deveria ser satisfeita por um contexto (C) a fim de que (S) possa ser assertada, ou seja, para que um enunciado de (S) seja satisfatório naquele dado contexto.

A sentença (23a) pressupõe a sentença (23b) e o conteúdo de (23a) implica que (23b) é tomado como certo. Nesse caso, presumir que Joana tomava vinho no café da manhã é necessário para que a sentença faça sentido ao ouvinte, mesmo se esse fato não for previamente conhecido. No presente exemplo, a expressão “parar de” serve como gatilho da pressuposição (GOMES & SANCHEZ-MENDES, 2018, p. 35), tornando-a disponível.

(23) a. Joana parou de tomar vinho no café da manhã.

b. Joana tomava vinho no café da manhã.

O conteúdo pressuposto de uma dada sentença se mantém inalterado mesmo quando essa sentença for negada (24b), ou colocada em uma forma interrogativa (24c), ou ainda como uma condicional antecedendo uma outra sentença (24d), pois as pressuposições permanecem independentemente da mudança do valor de verdade da sentença.

(24) a. José emprestou o carro dele para Pedro.

b. Não é verdade que José emprestou o carro dele para Pedro.

c. José emprestou o carro dele para Pedro?

d. Se José emprestou o carro dele para Pedro, Pedro deve estar contente.

⁹ Para uma discussão mais detalhada sobre pressuposição, ver Ilari & Geraldi (1987); Chierchia & McConnell-Ginet (1996); Cançado (2012); Gomes & Sanchez-Mendes (2018), entre outros.

No caso da sequência de sentenças em (24), o fato de o carro pertencer a José permanece inalterado e, esse conteúdo compartilhado pelas sentenças, é chamado de pressuposição (CANÇADO, 2012; GOMES & SANCHEZ-MENDEZ, 2018).

Nomes nus no caboverdiano

Partindo do fato de que, em caboverdiano, os nomes prescindem da presença de determinantes (MIRANDA, 2013; 2015), verificaremos, nesta seção, quais são as estratégias que possibilitam ou favorecem as diferentes interpretações. Para tanto, apresentaremos com base em Baptista (2007) algumas análises já realizadas sobre os nomes nus, discutindo-as com base na hipótese defendida, a saber, de que os nomes nus são a forma padrão na língua. Em seguida, evidenciaremos as estratégias utilizadas para veicular as leituras genéricas das sentenças e as interpretações definida e indefinida dos nomes nus.

Análises prévias e questões gerais

Uma das análises mais amplas realizadas sobre o sintagma nominal do caboverdiano foi empreendida por Baptista (2007). A autora define nomes nus como nomes sem determinante aberto, que podem ou não carregar a marca de plural. Afirma que há, em caboverdiano, dois tipos de determinantes que marcam número, mas não gênero: o artigo indefinido *un* e sua contraparte plural *uns*. No campo da definitude, *kel* e sua contraparte plural *kes* poderiam exercer um papel de determinante definido, embora sua função primeira seja a de demonstrativo (BAPTISTA, 2007, p. 62 e 63; MIRANDA, 2015).

Em caboverdiano, *un(s)* tanto em sua forma singular, quanto em sua forma plural, pode desempenhar várias funções na língua. Pode atuar como numeral, determinante indefinido ou, ainda, como quantificador. O NP introduzido por *un* pode ser interpretado como específico ou não específico. A contraparte singular, quando acompanha entidades abstratas, comporta-se como quantificador, já a contraparte plural, por outro lado, pode comportar-se como um quantificador quando acompanhada de entidades contáveis (BAPTISTA, 2007, p. 65 a 67; MIRANDA, 2013).

Embora existam algumas questões a serem esclarecidas quanto ao comportamento de *un* no caboverdiano, principalmente em relação ao possível comportamento como quantificador tanto de sua contraparte singular quanto plural, não nos aprofundaremos, no presente artigo, na análise de suas diferentes funções. Adotaremos, portanto, para as nossas discussões sobre os nominais *nus* em caboverdiano, as análises realizadas previamente por Baptista (2007).

Segundo a autora, embora uma das funções de *un(s)* seja introduzir um novo referente, sua presença não é requerida para que dado NP seja interpretado como informação nova (BAPTISTA, 2007). Tanto nomes sem a presença de *un(s)* quanto nomes acompanhados por ele podem ter as mesmas interpretações, ou seja, nomes com ou sem a presença de *un(s)* são passíveis de serem interpretados como indefinidos específicos, não específicos ou, ainda, como

nomes quantificados.

Para fatos como esse, Dryer (2011a) aponta que nas línguas em que há apenas o determinante indefinido, como Tauya, da Papua-Nova Guiné, a presença desse determinante, na grande maioria das vezes, não é obrigatória. Assinala também que, nessas mesmas línguas, um NP sem artigo pode ser interpretado igualmente como definido ou como indefinido.

Para Baptista (2007) os *nomes nus* do caboverdiano apresentam alto grau de variabilidade interpretativa, o que os torna passíveis de serem interpretados como genérico, definido específico (singular ou plural), definido não específico (singular), indefinido específico (singular ou plural), indefinido não específico (singular e plural). A interpretação relevante seria, então, capturada através de pistas no próprio texto ou fora dele (contextuais).

Além desses fatos, a ausência de um determinante ou de marcador plural não implicaria que o nome possua denotação massiva. Os dados (25) e (26) são apresentados para exemplificar, respectivamente, a leitura atômica e não atômica de nomes como *djentis* (pessoas)¹⁰:

(25)	Ta	ben	djentis	di	stranjeiru	ki		ta	ben,
	HAB	vir	pessoas	PREP	estrangeiro	PRON.CONJ.PREP		HAB	vir
	Ta	ben	buska-m		pa'N	konta-l		storia	di (...)
	HAB	vir	buscar-1SG.OBJ		PREP' 1SG.OBJ	contar-3SG.OBJ		história	PREP

Tem gente que vem de fora do país, vem me buscar para eu lhe contar (para ele) história de (...)

(BAPTISTA, 2007, p. 74)

(26)	Ta	ben	djentis	di	stranjeiru	ki		ta	ben,
	HAB	vir	pessoas	PREP	estrangeiro	PRON.CONJ.PREP		HAB	vir
	Ta	ben	buska-m		pa'N	konta-s		storia	di (...)
	HAB	vir	buscar-1SG.OBJ		PREP' 1SG.OBJ	contar-3PL.OBJ		história	PREP

Tem gente que vem de fora do país, vem me buscar para eu lhes contar (para eles) história de (...)

(BAPTISTA, 2007, p. 74)

Em (25), observa-se o nome *djentis* sendo retomado com o pronome objeto de terceira pessoa do singular (-l), que é o que identifica a leitura atômica do nome *gente*, ao passo que, na sentença (26), o mesmo nome é retomado pelo pronome objeto de terceira pessoa do plural (-s),

10 Abreviaturas: 1SG/2SG/3SG: 1ª / 2ª / 3ª pessoa do singular; 1PL / 2PL / 3PL: 1ª / 2ª / 3ª pessoa do plural; ADV: advérbio; CONJ: conjunção; DEM: demonstrativo; DET: determinante; GRAU: flexão de grau; HAB: aspecto habitual; NEG: partícula de negação; OBJ: objeto; PFV: perfectivo; POSS: possessivo; PREP: preposição; PST: passado; PRON: pronome; T: pronome tônico.

revelando a leitura não atômica de *djentis*.

Ainda nesta mesma análise, a marcação do *status* de definitude do nome seria vista como desnecessária se a consciência coletiva ou a unicidade da entidade a tornasse familiar aos interlocutores. Seria, por exemplo, o caso de fenômenos naturais como *txuba* (chuva), ou entidades únicas, como *sol*. Outra razão para a ocorrência de *nomes nus*, conforme Baptista (2007, p. 74), seria o fato de haver indivíduos e outros elementos que são parte da experiência e conhecimento comum dos interlocutores.

Em nossas análises, contudo, a definitude ou o *status* de definido do nome não precisa estar associado a um item lexical, há outras estratégias, além das apontadas por Baptista (2007) que possibilitam a interpretação definida do nome em caboverdiano (MIRANDA, 2013).

Em análises anteriores, os nomes nus definidos singulares tenderiam a ser encontrados em posição de sujeito, enquanto os indefinidos singulares aparecem na posição de objeto (BAPTISTA, 2007, p. 77). Observamos, no entanto, com base em nossas análises, que estas seriam apenas tendências da língua, sendo possível encontrar, indefinidos específicos e genéricos (27) em posição de sujeito.

(27) Amigu ka ta faze keli.
amigo NEG HAB fazer DEM
Amigo não faz isso.

(BAPTISTA, 2007, p. 77)

Ademais, na perspectiva da autora, outros elementos na sentença, tais como tempo e aspecto, podem direcionar o ouvinte à interpretação correta. A oposição genérico *versus* episódico também influencia na interpretação relevante (BAPTISTA, 2007, p. 77).

Defendemos, porém, que a interpretação definida e indefinida do nome, em caboverdiano, não estaria tão atrelada à posição sintática, mas sim a estratégias semânticas de interpretação, conforme apresentaremos ao longo deste artigo.

Leitura genérica no caboverdiano

Ao que parece, nem as análises sobre os plurais *nus* do inglês, nem tampouco as análises sobre os nomes nus do português brasileiro, podem ser aplicadas ao caboverdiano.

Na discussão teórica sobre os nomes nus, vimos que, no português brasileiro, são geralmente agramaticais em posição de sujeito de sentenças episódicas (ver exemplos 17 e 18)¹¹. Além do mais, quando em posição de sujeito, tendem a receber interpretação genérica.

11 Vale relembrar, porém, que em algumas regiões do país, essa ocorrência torna-se aceitável, ver exemplos de 20 a 22, na subseção que discute os nomes nus.

Em caboverdiano, por outro lado, nomes nus são gramaticais em posição de sujeito de sentenças episódicas, conforme sentença (28), com o nome nu, *mudjer* (mulher). Neste caso, além do nome nu poder ocorrer em posição de sujeito em uma sentença episódica, pode gerar uma leitura existencial, tal como apresentado logo após o dado (28). Este fato já aponta o comportamento distinto dos nomes nus do caboverdiano em relação ao português brasileiro e ao inglês.

- (28) Mudjer \emptyset gosta d'el, \emptyset fika ku el ala.
 Mulher PFV gostar PREP'3SG PFV ficar PREP 3SG ADV
 (A) *mulher gostava dele e ficou com ele lá.*

(BAPTISTA, 2007, p. 77)

Interpretação: Existe um x, tal que x é mulher e x gostava dele.

Nossa hipótese é a de que, em caboverdiano, os *nomes nus* seriam a forma *default* na língua e, tanto o inglês quanto o português brasileiro não possuem *nomes nus* como a forma padrão do sintagma nominal. Este fato por si só produziria importante diferença em relação ao comportamento sintático e semântico dos *nomes nus* em caboverdiano e condicionaria a interpretação existencial do nome nu em posição de sujeito em sentenças episódicas.

Com base nesta primeira característica e nas que apresentaremos ao longo dessa seção, defendemos que os nomes do caboverdiano devem ser analisados de modo distinto aos do português brasileiro, ou aos de qualquer outra língua em que os nomes geralmente sejam acompanhados de determinantes.

Além disso, diferentemente do que fora apontado por Baptista (2007, p. 80) não atribuímos à ocorrência dos nomes nus no caboverdiano a uma tendência à economia. A autora questiona, em seu trabalho, a ocorrência do uso de determinantes em caboverdiano em contraste com a utilização de determinantes em línguas como o francês e o inglês, atribuindo à utilização dos nomes nus em caboverdiano a uma propensão à economia.

De acordo com a autora, quando o falante julga que há informação situacional suficiente, eles tendem a respeitar o princípio do mínimo esforço. Conforme apontamos, não partilhamos dessa análise. Mais uma vez, partindo do princípio de que, na língua caboverdiana, os nomes nus são a forma padrão e que o comportamento dos elementos que compõem o sintagma nominal deve ser analisado de modo distinto ao de línguas como o francês, o inglês e o português, o princípio do mínimo esforço não se sustenta (MIRANDA, 2013).

A interpretação genérica das sentenças em caboverdiano não é explorada por Baptista (2007), contudo, a autora apresenta um *insight* importante para nossas análises. Observe-se a sentença em (29):

- (29) João ta bebe garafa di vinhu
João HAB beber garrafa PREP vinho
João bebe garrafa de vinho.

(BAPTISTA, 2007, p. 76)

Para a autora, em (29), *garafa di vinhu* pode ser interpretada como definido específico, como indefinido não específico e, ainda, como indefinido específico. Para melhor explicitação, apresentamos as interpretações em (30a), (30b) e (30c), respectivamente:

- (30) a. João bebe as garrafas de vinho (armazenadas na adega).
b. João bebe garrafas de vinho (a noite toda).
c. João bebe garrafas de vinho (que datam de 1985).

A interpretação precisa de *garrafas de vinho*, conforme Baptista (2007), varia de acordo com o sentido da marca aspectual de habitualidade *ta*, contexto geral ou a ancoragem de advérbios e modificadores.

A nosso ver, em (29), há realmente uma interpretação ambígua de *garafa di vinhu* que deverá ser explicitada pelo contexto, no caso do dado em questão. Observamos, no entanto, que não é a marca aspectual de habitualidade que tornará a interpretação do nome saliente, nesse caso, a marca de habitualidade favorece uma interpretação genérica da sentença, que se configura como uma estratégia separada da estratégia interpretação do nome como definido e indefinido. Essa questão é abordada nessa e nas próximas subseções.

Sobre as sentenças genéricas, é importante reiterar que não descrevem eventos particulares, mas sim regularidades, além de denotar espécies. De acordo com nossas análises, uma das estratégias que favoreceriam a leitura genérica das sentenças, conforme mencionado anteriormente, é a presença da marca aspectual verbal de habitualidade — *ta*.

A sentença (31), com a marca de habitualidade antes do verbo, diz que a *cachupa*¹² leva, em geral, três horas para ficar pronta. Em (32), a interpretação da habitualidade é bastante clara. Importante lembrar que a ausência da marca de habitualidade pode gerar uma leitura episódica, mesmo com nome nu, como é possível observar nas sentenças (33) e (34)¹³.

- (31) Katxupa ta dura tres óra pa sta prontu.
Cachupa HAB durar três hora PREP estar pronta
(A) Cachupa leva três horas para ficar pronta.

(INVERNO & SWOLKIEN, 2003, p. 187)

12 Prato típico de Cabo Verde feito à base de milho.

13 Exemplos adaptados.

- (32) Amigu ka ta faze keli
 amigo NEG HAB fazer DEM
Amigo não faz isso.

(BAPTISTA, 2007, p. 77)

- (33) Katxupa ∅ dura tres óra pa sta prantu
 Cachupa PFV durar três hora PREP estar pronta
(A) Cachupa levou três horas para ficar pronta.

- (34) Amigu ka ∅ faze keli
 amigo NEG PFV fazer DEM
 (O) Amigo não fez isso.

A sentença em (35)¹⁴, com leitura genérica e também com marca de aspecto habitual, diz: “Em geral, eu conto papelão e recebo dois contos por isso”. Trata-se de uma sentença genericamente quantificada. A genericidade, nesse caso, envolve toda a predicação. Observe-se que a marca de habitualidade encontra-se antes dos dois verbos *konta* e *recebê*. Mais uma vez, a ausência da marca aspectual faz com que não seja possível capturar a leitura genérica, exemplificado em (36), pois, em caboverdiano, a ausência de qualquer marca aspectual antes de verbos não estativos indica que estes estão no passado.

- (35) N ta konta papelon N ta recebê dôs kontu
 1SG HAB contar papelão 1SG HAB receber dois conto
Eu conto papelão e recebo dois contos.

- (36) N ∅ konta papelon N ∅ recebê dôs kontu
 1SG PFV contar papelão 1SG PFV receber dois conto
Eu contei papelão e recebi dois contos.

Em (37) observa-se uma interpretação semelhante: “Em geral, eu trabalho na estação de chuvas”, com a marca aspectual de habitualidade antecedendo o verbo.

- (37) Mas ami, N ta trabadja azagua
 ADV 1SG.T 1SG HAB trabalhar estação-de-chuva
Mas eu, eu trabalho na estação de chuvas.

(BAPTISTA, 2007, p. 67)

Na sentença (38) é possível observar que, a despeito da presença do quantificador *todo*, a leitura genérica é favorecida pela marca aspectual de habitualidade. No exemplo em questão, tem-se os verbos *flaba* e *karega* antecidos por *ta*. Apresentamos em (39) a mesma sentença sem a marca aspectual, para uma melhor visualização do contraste entre as duas leituras.

14 Os dados em caboverdiano apresentados sem referência bibliográfica foram coletados pela autora em trabalho de campo, na ilha de Santiago.

(38) Tudu mundo ta flaba ki mudjer sta
 Todo mundo HAB falar.PST PRON.CONJ.PREP mulher estar

pa ten fidju ka ta karega sacu sal, ka ta karega simentu
 PREP ter filho NEG HAB carregar saco sal NEG HAB carregar cimento
Todo mundo dizia que mulher que está para ter filho não carrega saco de sal, não carrega saco de cimento.

(39) Tudu mundo ∅ flaba ki mudjer sta
 Todo mundo PFV falar.PST PRON.CONJ.PREP mulher estar

pa ten fidju ka ∅ karega sacu sal, ka ∅ karega simentu
 PREP ter filho NEG PFV carregar saco sal NEG PFV carregar cimento
Todo mundo disse que mulher que está para ter filho não carregou saco de sal, não carregou saco de cimento.

Observamos, em adição à análise de Baptista (2007), que, embora menos frequente, a leitura genérica pode ser veiculada também por verbos estativos no caboverdiano, conforme dados (40) e (41)¹⁵.

(40) Tradison di badiu ten txeu kuza: kotxi midju
 Tradição PREP badio ter muito coisa esmaga milho

kotxi na pilon bu kotxi bu bentia bu tra farelu bu po
 esmaga PREP pilão 2SG esmaga 2SG separa 2SG tirar farelo 2SG por

katxupa riba i bu fase masa fase tenteren ku pexi o ku leti.
 cachupa em.cima e 2SG fazer massa fazer tenterén com peixe ou com leite
*Tradição de Badio tem muitas coisas: mói milho, mói no pilão, você mói, separa, tira o farelo, coloca a cachupa em cima, e faz a massa, faz tenterén com peixe ou com leite.*¹⁶

(BAPTISTA, 2007, p. 71)

(41) Kela k'e nos kumida tradicional
 Esta PRON.CONJ.PREP'ser 1PL.POSS comida tradicional

fixon ku xeren ku tenterén.
 feijão com xerém com tenterén

Esta que é nossa comida tradicional: feijão com xerém, com tenterén.

(BAPTISTA, 2007, p. 71)

Diante dos dados apresentados, é possível observar que o caboverdiano parece comportar-se de modo distinto ao português brasileiro quanto à expressão de genericidade. Müller (2003,

¹⁵ Os verbos estativos, na língua caboverdiana, apresentam um comportamento distinto quanto à interação com as marcas aspectuais verbais. Não exploraremos esta questão por não ser o foco do presente trabalho. Para mais detalhes sobre a interação entre marcas aspectuais e os verbos em caboverdiano, ver Quint (2009; 2010).

¹⁶ Tenterén: comida tradicional para o preparo da cachupa ou xerém de milho torrado.

p. 154) observa que, no português brasileiro, assim como no inglês, as sentenças genéricas “parecem não possuir nenhuma característica formal, quer em sua estrutura sintática, quer na marcação morfológica de seus constituintes, que as distingua superficialmente das outras sentenças da língua”, o que não parece ser o caso do caboverdiano.

No que concerne à leitura genérica das sentenças no caboverdiano, podemos conjecturar, conforme os dados, que a marca aspectual de habitualidade apresenta-se como uma das estratégias que a torna saliente (MIRANDA, 2013). A ausência desta marca pode favorecer a leitura episódica, mesmo com *nomes nus*. Os verbos estativos também podem veicular uma leitura genérica, embora menos frequentes. Além disso, a expressão da genericidade em caboverdiano não estaria necessariamente atrelada à presença de qualquer determinante, conforme já apontado, mesmo em sintagmas nominais de referência a espécies¹⁷.

Interpretação definida dos nomes nus em caboverdiano

Nas línguas que possuem artigo definido, a interpretação definida do sintagma nominal é comumente veiculada quando da presença desse artigo junto ao nome e uma das propriedades semânticas que distinguem o artigo definido de outros determinantes é a pressuposição de unicidade da extensão modificada por ele, enquanto os demais determinantes não geram tal pressuposição.

C. Lyons (1999) observa que a unicidade assinala que há somente uma entidade que satisfaz determinada descrição. Essa unicidade, contudo, não é absoluta, mas entendida como relativa a um contexto particular.

Em (42) a pressuposição de unicidade do nome modificado pelo artigo definido se mantém, mesmo que, nesse caso específico, ele se refira a uma classe.

(42) O gato tem quatro patas.

Consoante às nossas análises, em caboverdiano — assim como em outras línguas que não possuem artigo definido — a interpretação definida do nome não prescinde da pressuposição de unicidade, mesmo sem um artigo definido. Por conseguinte, essa pressuposição pode ser considerada uma das estratégias para a captura de tal interpretação.

Aqui, corroboramos a afirmação de Baptista (2007, p. 70) de que os determinantes podem estar ausentes se a informação suficiente quanto ao *status* de (in)definitude for provido por outras estratégias, sejam sintáticas, semânticas ou ainda relativas ao tempo verbal.

A autora observa que a marcação do *status* de definitude, ou referencial, do nome é vista como desnecessária se o conhecimento partilhado entre os falantes ou ainda a unicidade da entidade a torna familiar aos interlocutores (BAPTISTA, 2007, p. 74). Entretanto observamos, novamente, que o *status* de definitude não precisa estar associado a um item lexical. Diante

¹⁷ Observamos, porém, que não estamos discutindo, no presente artigo, outras estratégias que podem favorecer leituras genéricas, como, por exemplo, a presença do quantificador *tudu*, tal como evidenciado no exemplo (39).

disso e, levando em conta o fato de a grande maioria dos nomes em caboverdiano prescindirem da presença de determinantes, a noção de pressuposição de unicidade da entidade é vista como uma das estratégias para a captura da interpretação definida do nome em caboverdiano e pode ser marcada por estratégias sintáticas ou semânticas.

Vale ressaltar que, em nossas análises, as estratégias de leitura genérica da sentença e de interpretação do nome não estão necessariamente relacionadas. Em outras palavras e diferentemente do que fora apontado por Baptista (2007, p. 77), a leitura genérica da sentença não implica, necessariamente, que não se pode ter uma interpretação definida do nome (MIRANDA, 2013).

Nas sentenças (43) e (44), a estratégia sintática utilizada para gerar a pressuposição de unicidade é a retomada do nome através do pronome de terceira pessoa *e/el* (ele). Em (43), o nome nu (*saku simentu*) tem sua pressuposição de unicidade garantida pela sua retomada, logo em seguida, através do pronome *e*. Observe-se a presença da marca de habitualidade antes dos verbos *bem* e *trazedu*, que favorece a leitura genérica. A interpretação de (43) é semelhante à capturada em (41), apesar da unicidade do nome, a leitura da sentença é genérica.

(43) saku simentu e ta bem lá Somada káru ta trazedu di lá
saco cimento 3SG HAB vir ADV Assomada carro HAB trazer.PST PREP ADV
O saco de cimento, ele vem lá da Assomada, o(s) carro(s) que trouxe/traziam de lá.

Em (44) também é possível observar a ocorrência do nome nu *maridu*. De acordo com nossa hipótese, o fato de os nomes nus serem a forma padrão da língua faz com que as diferentes leituras sejam capturadas por meio de estratégias distintas. Neste caso, assim como em (43), a leitura definida do nome é garantida pela retomada através do pronome de terceira pessoa do singular *el*. Observe-se que o nome nu ocorre duas vezes na sentença e o pronome de terceira pessoa torna a interpretação definida saliente.

(44) Inton maridu N Ø vivê ku'el uns ténpu má maridu ben móri
Então marido 1SG PFV viver PREP'3SG DET tempo mas marido vem morrer
*Então, (meu) marido, eu vivi com ele um tempo, mas ele já morreu.*¹⁸

(RODRIGUES, 2007)

Em (45) observa-se, igualmente, a pressuposição de unicidade. Diferentemente dos exemplos anteriores, esta pressuposição não é gerada pela retomada do nome através de um pronome, mas sim, pelo conhecimento partilhado entre os falantes. Mais especificamente, a entidade (Câmara dos Deputados ou dos Vereadores) faz parte do conhecimento partilhado (*common ground*) entre os informantes e é única, em um comportamento semelhante ao dos nomes próprios.

18 Mesmo levando em conta que em sociedades monogâmicas tem-se, pelo menos perante a lei, apenas um único marido, ainda consideramos a utilização da retomada do nome através da terceira pessoa do singular, como uma estratégia sintática que gera a pressuposição de unicidade da entidade.

- (45) Ma N ta trabadja gosi ku kanbra
 Mas 1SG HAB trabalhar agora PREP câmara
Mas eu trabalho agora com a Câmara (prefeitura).

(BAPTISTA, 2007, p. 72)

Em (46), não obstante a marca aspectual verbal de habitualidade e, conseqüentemente, da leitura genérica, observa-se que a entidade é única, semelhante ao observado em (43). Ou seja, é a língua caboverdiana que se ouve todos os dias em Cabo Verde e faz parte do *common ground* dos falantes.

- (46) Pamodi kriolu nu ta obi tudu óra
 Porque crioulo 1PL HAB ouvir tudo hora
Porque (o) crioulo a gente ouve toda hora.

Müller (2003, p. 158) observa que, para o português brasileiro, o fato de haver uma sentença genérica não implica necessariamente que a generalização recaia sobre o sujeito ou ainda que o sujeito possua necessariamente uma interpretação de espécie. A nosso ver, essa análise pode ser aplicada também ao caboverdiano.

O nome *auto-káru*, no caso de (47), motiva uma interpretação definida. Aqui, observamos que o *auto-káru* esperado era único, aquele que iria para Vila Nova.

- (47) N Ø péra auto-káru N bai lá Vila Nova
 1SG PFV esperar auto-carro 1SG ir ADV Vila Nova
Eu esperei o ônibus, eu fui lá para Vila Nova.

Não se observa, em (47), a presença da marca de aspecto habitual antes do verbo. A ausência de qualquer marca aspectual antes de verbos não estativos indica que estes estão no passado. Tem-se aí uma sentença episódica, em que a verdade ou a falsidade dependem de um lugar e tempo específicos.

Importa ainda destacar que, tanto em (43) quanto em (47), a interpretação é definida e não específica, ou seja, embora pressuponha unicidade, o nome não aponta para um ser em particular no mundo.

Em (48), também há a interpretação definida do nome nu *kabesa* (cabeça) gerada pela pressuposição de unicidade, do mesmo tipo exemplificado nas sentenças (45) a (47). É a cabeça do marido que está doente e ela é única, levando em conta que os seres humanos possuem uma única cabeça. Aqui, a interpretação gerada é a definida específica, ou seja, aponta para uma entidade específica no mundo¹⁹.

19 Como já mencionamos, a marcação do aspecto verbal dá-se de modo distinto em verbos estativos, como *ter*. Logo, em tais casos, essa não seria uma noção relevante para a captura das diferentes leituras das sentenças.

- (48) Nha maridu ten cinku anu ku kabesa mariada
1SG.POSS marido ter cinco ano PREP cabeça doente
Meu marido tem cinco anos que está doente da cabeça.

Conforme apontado, a pressuposição de unicidade, que pode ser veiculada na língua através de estratégias sintáticas e semânticas, possibilita a interpretação definida dos nomes em caboverdiano. Vimos duas estratégias relevantes para a língua caboverdiana: a retomada do nome nu através do pronome de terceira pessoa do singular, e a unicidade gerada pelo conhecimento partilhado, quando o nome nu se refere a entidades únicas, como a língua caboverdiana, a câmara de deputados ou a cabeça de alguém, por exemplo.

Reiteramos ainda que, a interpretação do nome não está, necessariamente, ligada à posição sintática, conforme dados (46) e (47) em que os nomes não são sujeitos das sentenças e, não obstante, possuem interpretação definida. Para mais, pudemos verificar que as sentenças genéricas não impedem a interpretação definida dos nomes (MIRANDA, 2013).

Ainda, os nomes não precisam estar acompanhados de qualquer determinante para serem interpretados como definidos. O caboverdiano, considerado no presente trabalho como uma língua que possui nomes nus como forma *default*, evidencia diferentes estratégias para a pressuposição de unicidade associada à interpretação definida dos nomes.

Em suma, e de modo distinto ao que fora apontado por Baptista (2007, p. 77), apontamos que a interpretação dos nomes parece estar mais associada às noções semânticas do que às funções sintáticas dos elementos das sentenças.

Interpretação indefinida dos nomes nus no caboverdiano

Diferentemente da leitura definida, na indefinidade parece haver certa neutralidade quanto à unicidade do referente. Para C. Lyons (1999) no NP indefinido o falante parece estar ciente do que é referido, mas o ouvinte não.

Em (49) observamos a ausência de marca aspectual verbal, o que ancora esse evento em um momento passado. Diante disso, podemos considerar (49) como uma sentença episódica, o que, de partida, produziria uma leitura não genérica. No que concerne à interpretação dos nomes, aqui poderia haver mais de um médico, mais de um enfermeiro e mais de um servente arrumando a informante. Não há requerimento, nem tampouco estratégia sintática ou semântica, que indique ser apenas um de cada.

Neste ponto, nossa análise difere novamente da de Baptista (2007). Segundo a autora, em caboverdiano, um nome nu é interpretado como referencial (definido ou indefinido) se a sentença for episódica (BAPTISTA, p. 77). No entanto, esse não parece ser o caso de (49).

(49) Lá dentu du hospital ∅ rumanu ami. Dotor,
 ADV dentro PREP hospital PFV arrumando 1SG.T doutor

nfermér(u) (serventi) tudu rumanu ami
 enfermeiro servente tudo arrumando 1SG.T

Lá dentro do hospital, (eles) me arrumaram. Doutor(es), enfermeiro(s), servente(s), todos me arrumaram.

Em (50), (51) e (52), do mesmo modo que em (49), além de as sentenças serem episódicas, não há requerimento ou qualquer estratégia — sintática ou semântica — que indique serem as entidades únicas. Não é possível observar pressuposição de unicidade do nome *doce* em (50), por exemplo. A informante diz que já fez doce para vender e, no contexto específico, não há interpretação de que seja apenas um único doce.

(50) Ami dja fasi dosi pa bendi (...) ami dja bendi paozinhu. . .
 1SG.T ADV fazer.PST doce PREP vender 1SG.T ADV vender pão.GRAU

Eu já fiz doce para vender (...) Já vendi pãozinho ...

Na sentença (51), o nome *rabidante* também possui a interpretação indefinida. A ausência das estratégias apresentadas na subseção anterior impede que esta entidade seja interpretada como única e, novamente, esta interpretação não está atrelada ao verbo.

(51) Li era só rabidante ki moraba
 ADV ser.PST só vendedor PRON.CONJ.PREP morar.PST

Aqui, era só vendedor (ambulante) que morava.

Do mesmo modo que nas sentenças anteriores, não é possível dizer que a *kova* era única em (52). Neste contexto, a interpretação é de que a informante realizou a ação de cavar a cova mais de uma vez, independentemente se foi no mesmo dia, durante o ano, ou durante toda sua vida. A neutralidade quanto à unicidade do referente neste caso, e nos anteriores, torna possível a interpretação indefinida do nome.

(52) Ami dja ∅ kavu kova simentéra
 1SG.T ADV PFV cavar cova sementeira

Eu já cavei cova na sementeira.

Podemos observar, diante dos dados apresentados, que a pressuposição de unicidade é uma estratégia importante para a interpretação dos nomes nus na língua caboverdiana. Quando há a pressuposição de unicidade, independentemente da estratégia, se pela retomada do referente ou se pelo conhecimento partilhado, os nomes são interpretados como definidos, caso não haja essa pressuposição de unicidade, ou seja, caso haja uma neutralidade quanto à unicidade da extensão, a interpretação indefinida do nome nu é favorecida em caboverdiano (MIRANDA, 2013).

Considerações Finais

No presente trabalho, apresentamos alguns dos comportamentos dos nomes nus do caboverdiano. Aqui temos, em síntese, duas noções relevantes: a interpretação dos nomes e as diferentes leituras das sentenças.

Sobre as diferentes leituras das sentenças, observamos que uma das estratégias e, talvez, a mais frequente, que possibilita a leitura genérica é a presença da marca aspectual de habitualidade — *ta* —, que aponta para regularidades. A ausência dessa marca, por outro lado, geraria outras leituras, como vimos na subseção que trata da interpretação genérica das sentenças do caboverdiano. Embora não seja o objetivo do presente trabalho, ressaltamos que também há, na língua caboverdiana, outras marcas aspectuais verbais que podem veicular leituras diferentes.

As interpretações definida e indefinida dos nomes, por seu turno, seriam favorecidas em sentenças episódicas, mas não só. Verificamos que, mesmo em sentenças com leitura genérica, os nomes nus podem ser interpretados como definidos através da pressuposição de unicidade.

Em caboverdiano, a pressuposição de unicidade do nome é veiculada por diferentes estratégias, considerando que a língua não possui um determinante definido e que os nomes nus são a ocorrência padrão na língua. Exemplos dessas estratégias apresentadas foram a retomada anafórica do nome através do pronome de terceira pessoa do singular, e o fato de a entidade (única) fazer parte do conhecimento partilhado entre os falantes. Em suma, a pressuposição de unicidade seria uma das principais estratégias para a interpretação definida dos nomes na língua caboverdiana.

A ausência dessa pressuposição, por outro lado, levaria à interpretação indefinida dos nomes, mesmo em sentenças episódicas. Embora sejam necessárias mais análises sobre as diferentes interpretações dos nomes nus da língua caboverdiana, é possível observar, com base nos dados e análises do presente trabalho, que esta língua, de fato, comporta-se, no que diz respeito ao sintagma nominal e aos nomes nus em particular, de maneira diferente a línguas como o português brasileiro, o inglês e o francês.

Por fim, ao propor os nomes nus como a forma *default* dos nomes em caboverdiano, entendemos que as análises poderiam ser simplificadas, na medida em que o questionamento não recairia mais sobre o motivo pelo qual os determinantes são omitidos na língua, mas sim o porquê e em quais situações eles ocorrem, uma vez que diferentes estudos sobre a língua já apontaram que a ocorrência de nomes acompanhados de determinantes é bem menos frequente do que a ocorrência de nomes nus (BAPTISTA, 2007; VEIGA, 2002; QUINT, 2010, MIRANDA, 2013; 2015; entre outros).

Diante disso, o foco das análises não seria mais comparar os nomes do caboverdiano a

línguas que possuem nomes acompanhados de determinantes como forma padrão, mas estaria em analisar as diferentes estratégias (sintáticas, semânticas ou pragmáticas) de interpretação dos nomes nus em caboverdiano, conforme análise realizada no presente trabalho.

Referências

BAPTISTA, M. *On the syntax and semantics of DP in Cape Verdean Creole*. In: Baptista, M. & Guéron, J. (eds.) *Noun Phrases in Creole Language: a multi-faceted approach*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2007, p. 61-105.

C. LYONS, C. *Definiteness*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

CANÇADO, M. *Manual de Semântica: noções básicas e exercícios*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

CARLSON, G. A unified analyses of the english bare plural. *Linguistics and Philosophy* 1, p. 413-456, 1977.

CHIERCHIA, G. & S. McConnell-Ginet. *Meaning and Grammar: An Introduction to Semantics*. Cambridge, MA: MIT Press, 1996.

DRYER, M. S. Indefinite Articles. In: *The World Atlas of Language Structures Online*. pp. 1-1. 2011a. Disponível em: <<http://wals.info/:Munich:Max Planck Digital Library>> Acesso em: 27 de fevereiro de 2020.

GOMES, A. Q. & SANCHEZ-MENDES, L. Para conhecer semântica. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

ILARI, R. & J. W. GERALDI. *Semântica*. São Paulo: Ática, 1987.

INVERNO, L. & D. SWOLKIEN. O artigo definido zero em dois contextos específicos no português do Brasil e no crioulo de Cabo Verde. *Biblios* 1 (I), p. 179-192, 2003.

MIRANDA, W. *O sintagma nominal do caboverdiano: uma investigação semântica*. Dissertação (Mestrado em Linguística) do Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2013.

_____. Kel e a expressão de definitude em caboverdiano. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 425-450, 2015.

MÜLLER, A. L. A semântica do sintagma nominal. In: Müller, A. L.; Negrão, E. V. & Foltran, M. J. (orgs.) *Semântica Formal*, São Paulo: Editora Contexto, 2003, p. 61-74.

_____. A expressão da genericidade nas línguas naturais. In: Müller, A. L.; Negrão, E. V. & Foltran, M. J. (orgs.) *Semântica Formal*, São Paulo: Editora Contexto, 2003, p. 154-172.

_____. Tópico, Foco e Nominais nus no PB. In: Foltran, M. J. (ed.) *Sentido e Significação: em torno da obra de Rodolfo Ilari*, São Paulo: Contexto, 2004, p. 77-95.

OLIVEIRA, M. S. D. & MIRANDA, W. O NP estendido em Jurussaca: uma breve análise do sintagma nominal. *I Seminário Internacional do GELIC (Grupo de Estudos em Línguas em Contato)*, USP, São Paulo, novembro, 2011.

QUINT, N. *O Caboverdiano de bolso*. France: Assimil, 2009.

_____. *Vamos Falar Caboverdiano: Língua e Cultura*. Paris: L'Harmattan, 2010.

RODRIGUES, U. R. d. S. *Fonologia do Caboverdiano: das Variedades Insulares à Identidade Nacional*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, 2007.

VEIGA, M. *O caboverdiano em 45 lições*. Praia: INIC, 2002.



**SOBRE AS PREPOSIÇÕES DE TRAJETÓRIA DO PORTUGUÊS
BRASILEIRO: TIPOLOGIA E VALOR ASPECTUAL
ON PATH PREPOSITIONS IN BRAZILIAN PORTUGUESE:
TYPOLOGY AND ASPECTUAL VALUE**

Thayse Letícia Ferreira¹

Renato Miguel Basso²

RESUMO

Neste trabalho, investigamos no quadro da semântica formal as preposições de trajetória do português brasileiro (PB) representadas por ‘de’, ‘por’, ‘até’ e ‘para’. Utilizando a tipologia para essa classe desenvolvida por Zwarts (2005, 2008), buscaremos uma classificação e uma interpretação semântica para esses itens. Além disso, sabendo que certos PPs direcionais podem alterar propriedades dos eventos denotados pelo VP, objetivamos compreender o comportamento dessa classe frente às propriedades acionais dos eventos. Assim, discutindo a relação entre os domínios verbal e preposicional, demonstraremos que preposições e PPs não-cumulativos e direcionados para o ALVO da trajetória, desde que incluam esse ponto em sua denotação, podem alterar a telicidade do evento. Dentre as classes discutidas, apenas as preposições de FONTE não permitem uma leitura télica para um VP de movimento porque tratam da posição mínima de uma trajetória espacial.

PALAVRAS-CHAVE: Preposições Espaciais; Trajetória; Semântica de Eventos; Verbos de Movimento.

ABSTRACT

In this paper, we investigate path prepositions in Brazilian Portuguese (BrP), represented by ‘de’ (‘from’), ‘por’ (‘through’), ‘até’ (‘up to’) and ‘para’ (‘to’), within the framework of formal semantics. Adopting the typology developed by Zwarts (2005, 2008), we offer a classification and a semantic interpretation for these items. In addition, given that certain directional PPs can change the properties of the event denoted by the VP, we aim to understand the behavior of this class of PPs in relation to aspectual properties of events. Thus, by discussing the relationship between the verbal and the prepositional domains, we demonstrate that prepositions and GOAL-oriented non-cumulative PPs can change the event’s telicity, as long as they include a maximal point in their denotation. Among the classes discussed, we argue that only SOURCE prepositions do not allow a telic reading for a motion VP, because they deal with the minimum position of a spatial path.

KEYWORDS: Spatial Prepositions; Path; Event-based Semantics; Motion Verbs.

1 Mestre pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar.

2 Prof. Dr. da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar.



Introdução

As preposições espaciais são investigadas por uma ampla literatura, tanto na vertente formal quanto na vertente funcional da linguística (JACKENDOFF, 1983; MACKENZIE, 1992; CASTILHO, 2004; ZWARTS, 2005). Nesses trabalhos, propõe-se uma distinção básica entre as preposições e locuções que codificam a noção de espaço, que coloca, de um lado, (i) os itens locativos, que simplesmente localizam uma entidade (chamada geralmente de FIGURA) em relação a outra (geralmente chamada de FUNDO), e, de outro lado, (ii) os itens direcionais, associados a uma trajetória, indicando o deslocamento ou movimento da FIGURA em relação a um ponto específico do FUNDO.

De modo esquemático, pode-se dizer que as preposições locativas denotam uma relação de localização inerte (LOC) entre FIGURA e FUNDO, envolvendo a região que essas entidades ocupam, seu *eigenplace* (cf. WUNDERLICH, 1991); por esse motivo, preposições e expressões locativas podem ser combinadas a estruturas com verbos estativos, tais como ‘estar’ e ‘permanecer’, como em (1). As preposições e expressões direcionais, por sua vez, são associadas a um caminho a ser percorrido (PATH), veiculando uma relação dinâmica entre as entidades envolvidas na localização; como consequência, esses itens integram naturalmente estruturas com verbos de movimento, como ‘caminhar’, ‘nadar’, ‘voar’, entre outros (SVENONIUS, 2010), conforme as sentenças em (2) abaixo ilustram³.

- (1) a. Joana está na escola.
b. O cachorro permaneceu atrás da porta.
c. O gato ficou embaixo da mesa.
- (2) a. Joana caminhou pelo parque.
b. O pássaro voou da gaiola.
c. Maria nadou até a praia.

Essa distinção entre lugar e trajetória apresenta, também, uma contraparte sintática (JACKENDOFF, 1983; DEN DIKKEN, 2010; PANTCHEVA, 2011): as preposições de trajetória estão em uma posição hierárquica superior em relação aos itens locativos, como nos esquemas abaixo, em que temos a representação de uma estrutura locativa à esquerda, e uma direcional à direita (adaptado de GEHRKE, 2008, p. 20). Essa hierarquia é evidenciada por preposições como ‘into’ e ‘onto’ do inglês (JACKENDOFF, 1983), por exemplo, em que a

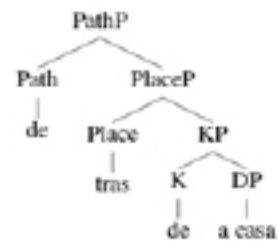
³ Preposições locativas também podem aparecer em estruturas de movimento, no entanto, nesses casos, entende-se que o FUNDO é o local no qual o movimento ocorre, como em “Joana caminhou no parque”. Ou seja, a relação entre FIGURA e FUNDO evocada para esse tipo de sentença não é dinâmica, no sentido de haver uma aproximação ou distanciamento entre essas entidades. A combinação de uma preposição de trajetória a um verbo estativo, por outro lado, é menos comum, gerando, para alguns casos, sentenças agramaticais como “*o pássaro está da gaiola” e “*Maria permaneceu até a praia”.

preposição direcional contém em sua estrutura a preposição locativa.

Figura 1: 'atrás da casa'



Figura 2: 'de trás da casa'



Neste trabalho, investigamos o funcionamento de algumas das preposições de trajetória do português brasileiro (e.g. 'de', 'por', 'ao redor de', 'em volta de', 'para' e 'até'), cuja estrutura sintática contém o núcleo PathP (Figura 2), buscando descrever essa classe formalmente com base na tipologia de Zwarts (2005, 2008) e compreender sua interação com verbos que denotam eventos de movimento atélicos, tais como 'correr' e 'pular'. O primeiro objetivo decorre do fato de que embora haja uma ampla gama de trabalhos a respeito das preposições espaciais do português brasileiro (cf. PERINI-SANTOS, 2011; WIEDEMER, 2013; GARCIA, 2018), pouco se investiga o comportamento semântico desses itens de um ponto de vista formal. Conforme apontam Ilari *et al.* (2015), em geral, as preposições são descritas por meio de uma lista de sentidos não relacionados, que sugere o significado espacial como sendo o mais básico do item (BECHARA, 2009; ROCHA LIMA, 2011), sem, no entanto, avançar em uma explicação sobre em que consiste, exatamente, esse significado espacial. Tendo isso em vista, neste trabalho pretendemos amenizar essa lacuna, apresentando uma classificação formal para as preposições de trajetória, baseada em propriedades semânticas motivadas independentemente, tais como cumulatividade.

O segundo objetivo, relacionado à interação entre os domínios verbal e preposicional, associa-se a uma questão já bastante explorada pela literatura (DOWTY, 1979; FILIP, 2004; ZWARTS, 2005; GEHRKE, 2008; RAMCHAND, 2008; SAEED, 2016): por que certos PPs de trajetória podem interferir na construção dos eventos denotados pelo VP, tornando télicos VPs atélicos? Esse fenômeno é ilustrado pelas sentenças em (3) e (4) abaixo, em que 'até' garante uma leitura télica para o evento de 'correr', ao passo que 'para' pode resultar em uma leitura télica, como evidenciado pela combinação do adjunto 'em x tempo' à estrutura, ou atélica, em que interpretamos que a FIGURA não alcançou o FUNDO ao final do evento de movimento.

- (3) a. Pedro caminhou (*em duas horas/por duas horas). [atélico]
 b. Pedro caminhou até o mercado (em duas horas/*por duas horas) [télico]

- (4) a. Pedro correu (*em duas horas/por duas horas). [atélico]
b. Pedro correu para a escola (?em uma hora/por uma hora). [(a)télico]

Na literatura, tem sido apontado que preposições de trajetória orientadas para o ALVO do movimento são as responsáveis por interferir nas propriedades acionais da estrutura⁴. A ideia é que uma trajetória pode ser entendida como uma estrutura escalar, sobre a qual um limite pode ser aplicado, assim, dado que telicidade é um fim potencial que precisa ser atingido quando o evento se encerra, as preposições de ALVO podem ser associadas à propriedade de telicidade porque dizem respeito precisamente ao limite de uma estrutura espacial (NAM, 2003; FILIP, 2004; GROLLA, 2004; COSTA, 2014; LEAL & OLIVEIRA, 2016; LEAL, OLIVEIRA & SILVANO, 2017). Essa hipótese parece, de fato, explicar a sistematicidade com que encontramos eventos télicos construídos com a preposição ‘até’, porém, não esclarece satisfatoriamente as seguintes questões: (i) ‘para’ é uma preposição orientada para o ALVO, mas não gera, *necessariamente*, um evento télico; (ii) a locução ‘em direção a/de’ também trata do ALVO do movimento, mas *nunca* licencia uma leitura télica para a sentença; e (iii) certas preposições de ROTA, como ‘através’, e locuções como ‘em volta de’ em associação a um evento de movimento *podem* gerar um evento télico.

- (5) Pedro correu para a escola em 10 min./por 10 minutos.
(6) *Pedro correu em direção à escola em 10 minutos.
(7) Pedro correu através do pátio em 10 minutos/por 10 minutos.
(8) Pedro andou em volta da casa em 10 minutos/por 10 minutos.

Note-se que nem ao menos o conjunto das preposições de ALVO apresenta um comportamento uniforme quanto à construção de telicidade, conforme já apontado por Leal e Oliveira (2016). Segundo esses autores, embora ‘para’ e ‘até’ possam ser classificadas como preposições de ALVO télicas, a telicidade de ‘para’ é menos natural, porque essa preposição apenas indica uma relação de ordenação para a escala do percurso, definindo um ponto final arbitrário para o deslocamento, assim, quando há uma interpretação télica para uma sentença com verbo de movimento juntamente com ‘para’, o ponto final arbitrário é reinterpretado como um grau máximo, que consiste precisamente na contribuição de ‘até’ para a estrutura (LEAL & OLIVEIRA, 2016, p. 533; FERREIRA & BASSO, 2019). Embora essa explicação seja interessante, não abarca o fato de ‘em direção a’ nunca permitir uma leitura télica e, também, não dá conta da observação de que outras preposição que não são orientadas para o ALVO, como ‘através’ e ‘em

⁴ Por propriedades acionais, nos referimos a traços como “duratividade”, “dinamicidade” e “telicidade”, que permitem, por exemplo, estabelecer a classificação vendleriana de eventos em, *stativos*, *accomplishments* e *achievements*. A ideia é que a presença de certas preposições interage com o valor desses traços, tornando, por exemplo, um evento atélico em télico.

volta de’, podem oferecer o traço de telicidade para o evento.

Tendo isso em vista, neste trabalho, objetivamos explicar esse quadro mais amplo das preposições de trajetória do PB em interação com verbos de movimento na construção de telicidade, uma vez que não são apenas as preposições ‘até’ e ‘para’ que licenciam uma leitura télica para o evento. Para tanto, utilizamos a proposta algébrica de Zwarts (2005, 2008) para as preposições de trajetória, buscando propriedades semânticas mais finas desses itens que possam ser responsáveis pelo comportamento observado nas sentenças acima. Visando atingir nossos objetivos, apresentamos, na primeira seção, as preposições a serem descritas e analisadas, baseadas em uma tipologia mínima, que divide a classe em três grandes grupos: as preposições que expressam FONTE, ALVO e ROTA⁵. Em seguida, na seção “A tipologia direcional de Zwarts (2005, 2008): trajetórias e aspecto preposicional”, apresentaremos a tipologia sugerida por Zwarts (2005, 2008), buscando estabelecer uma correspondência entre essa proposta e os dados do PB, oferecendo, também, uma interpretação semântica para esses itens que permitirá individualizar particularmente ‘até’, ‘para’ e ‘em direção a’ a partir do tipo de relação que cada preposição estabelece com o ALVO.

Após a apresentação dessa tipologia, discutiremos as propriedades das preposições direcionais que identificam cada classe (a saber, conectividade, cumulatividade e reversibilidade), etiquetando as preposições do PB a partir de um cruzamento das características mencionadas, que gera quatro grupos: preposições que indicam transições, ciclos, progressões e continuações. Nesse quadro, é esperado que as preposições de trajetória do tipo transição e ciclo gerem eventos télicos, por serem não-cumulativas. Assim, para verificarmos a validade dessa hipótese em relação aos dados do PB, tratamos, na seção “Aspecto, PPs e trajetórias”, das classes acionais e dos testes linguísticos disponíveis para sua identificação, a fim de podermos reconhecer se a combinação de um evento atélico com uma preposição não-cumulativa tem como resultado uma interpretação télica para o evento.

Por fim, desenvolvemos a análise na seção “Eventos e suas trajetórias: uma análise das preposições direcionais do PB e a composição aspectual do VP”, buscando explicar o comportamento das preposições de trajetória do PB quando combinadas a um predicado verbal atélico que aceita complementação direcional. Por questões de espaço, limitamos a investigação aos verbos ‘correr’ e ‘pular’, que veiculam eventos de movimento atélicos prototípicos. Com a análise, demonstraremos que a propriedade da cumulatividade de fato interfere no comportamento das preposições de trajetória na construção de telicidade, mas não é suficiente para se obter essa propriedade, dado que preposições de ROTA não geram eventos télicos,

⁵ Os termos FONTE, ROTA e ALVO são marcados em caixa alta porque correspondem a elementos primitivos ou “primitivos semânticos”, nos termos de Jackendoff (1983). As classes sugeridas por Zwarts (2005, 2008) serão grafadas em letras minúsculas porque derivam das três categorias mencionadas.

mesmo sendo não-cumulativas. Nesse sentido, nossa investigação respalda parcialmente a proposta de Leal e Oliveira (2016), pois demonstramos que a presença de uma posição final (ALVO) para o deslocamento é também necessária para se obter telicidade, porém, não basta que a preposição seja apenas orientada para o ALVO, ao final do movimento a FIGURA deve ter atingido o FUNDO para que o evento seja interpretado como télico; com isso, a preposição passa a indicar uma transição não-cumulativa, de tal modo que o limite temporal do evento coincide com o limite espacial da trajetória. Nas Conclusões, traçamos um resumo do caminho percorrido, da análise elaborada, bem como das questões em aberto.

As preposições de trajetória do português brasileiro

Nesta seção, apresentamos uma classificação mínima das preposições direcionais do português brasileiro (PB), explorando algumas de suas propriedades. Essas preposições estão associadas a uma trajetória espacial, e por conta disso são classificadas amplamente em três categorias que identificam um trecho distinto da trajetória em questão, podendo designar a parte inicial, intermediária ou final de um segmento ordenado do espaço. Ou seja, quando a FIGURA percorre uma dada trajetória, o FUNDO em relação ao qual a localização dinâmica se dá pode ser a porção FONTE (inicial) do percurso, a própria ROTA, sem envolver o início ou o fim da trajetória, ou, então, a porção final desse caminho, o ALVO. Cada uma das noções destacadas apresenta uma contraparte linguística, e tal fato pode ser observado na sentença abaixo, em que ‘de’ evidencia a FONTE da trajetória, ‘por’ lexicaliza a noção de ROTA e ‘para’ indica o ALVO do movimento⁶.

(9) Joana foi de casa para o trabalho pelo parque.

Nessa sentença, a FIGURA (Joana) percorre, portanto, uma trajetória que tem como parte inicial “a casa” (FUNDO¹_{FONTE}), como parte intermediária “o parque” (FUNDO²_{ROTA}) e como parte final “o trabalho” (FUNDO³_{ALVO}) e cada uma dessas partes é especificada por uma preposição, que tem como função relacionar a FIGURA ao FUNDO. Idealmente, ao movimentar-se, a FIGURA se afasta da FONTE, passa por diferentes pontos da ROTA e se aproxima do ALVO. No PB, segundo Ilari *et al.* (2015), ‘de’ e ‘desde’ são as preposições mais comuns para expressar a FONTE do movimento, ao passo que ‘por’ e ‘através’ indicam a ROTA a ser percorrida e ‘a’, ‘para’ e ‘até’, formam o conjunto das preposições direcionais de ALVO ou porção final da trajetória. Abaixo resumimos essa classificação, acrescentando às preposições sugeridas por Ilari *et al.* (2015) algumas locuções.

6 Aqui, estamos falando apenas de um modo informal sobre o que é uma trajetória. Na próxima seção, oferecemos uma definição formal para esse elemento espacial, mas devemos notar que utilizamos os termos ‘parte’ ou ‘porção’ para nos referirmos às noções de FONTE, ROTA e ALVO porque cada uma dessas noções corresponde a uma estrutura complexa. A ideia, então, é que uma trajetória é uma estrutura formada por três partes: um início, um meio e um fim, e cada uma dessas partes é articulada, à medida que é composta por uma sequência de pontos, ordenados em segmentos orientados (vetores) que indicam diferentes posições.

Quadro 1: classificação mínima das preposições direcionais do PB

FONTE ponto inicial da trajetória	ROTA pontos intermediários da trajetória	ALVO ponto final da trajetória
de, desde	por, através, ao longo de	a, para, até, em direção a

Fonte: adaptado de Ilari *et al.* (2015)

Conforme veremos na próxima seção, alguns itens da tipologia de Zwarts (2005, 2008) só podem ser traduzidos para locuções prepositivas em PB. Quando tratarmos desses casos, não nos ocuparemos de sua estrutura interna, mas apenas discutiremos os possíveis efeitos aspectuais que esses PPs podem gerar em estruturas com verbo de movimento, visando compará-los com as preposições direcionais simples⁷. Dada essa restrição, há, ainda, algumas considerações a serem feitas sobre os dados.

Primeiramente, deve-se notar que ‘desde’ é pouco usada com valor espacial, aparecendo com maior frequência nos domínios temporal (“desde ontem”) e escalar (“leu desde romance moderno até os clássicos”) (ILARI *et al.*, 2015, p. 197). Como consequência, teremos em nossa análise apenas ‘de’ como preposição de FONTE espacial. Em relação às preposições de ROTA, investigaremos ‘por’ e ‘através’; porém, é preciso dizer que há, aparentemente, outras possibilidades para veicular ROTA em PB, como as preposições ‘sobre’ e ‘sob’. No entanto, essas preposições indicam trajetória apenas quando combinadas a verbos que já expressam trajetória, sem necessariamente falar sobre a origem ou o final do percurso, como em ‘passar sob/sobre a ponte’; em geral, tais casos podem ser substituídos por compostos como ‘por cima’ e ‘por baixo’.

Um caso semelhante ao que ocorre com ‘sobre’ e ‘sob’ é discutido na literatura em relação à preposição ‘em’: assume-se que ‘em’ também integra o grupo das preposições direcionais, sendo orientada para o ALVO do movimento (cf. VIEIRA, 2009; ILARI *et al.*, 2015; AVELAR, 2017). No entanto, seguindo Rammé (2017) e Ferreira e Basso (2019), assumimos neste trabalho que ‘em’ apresenta apenas um valor locativo, sendo a interpretação de ALVO um falso sincretismo, decorrente da presença do verbo de movimento na estrutura. O que a preposição ‘em’ faz em sentenças como (10), abaixo, é garantir que ao final do movimento a FIGURA está dentro do ALVO, ou seja, ‘em’ especifica o tipo de relação de localização estática ao final do evento. Note que, em estruturas sem um verbo que denote deslocamento, ‘em’ não é (falsamente) interpretado como direcional: a sentença (11) apenas indica uma localização estática da FIGURA em relação ao FUNDO; tal fato é um indício de que ‘em’ deva ser classificada apenas enquanto

⁷ Nossa escolha decorre do fato de as locuções prepositivas envolverem um elemento nuclear que é, ainda, pouco investigado em PB (cf. Basso & Ferreira, 2020); notadamente, itens como ‘volta’, ‘fora’, ‘cima’ e ‘baixo’ dizem respeito a uma parte específica do FUNDO, denominada “parte axial” (SVENONIUS, 2006), identificada a partir da projeção de eixos que partem do objeto de referência para o espaço que o circunda. Dado a complexidade semântica e sintática que envolve itens axiais, a descrição e discussão das locuções prepositivas exigiria uma investigação mais aprofundada, que foge do escopo do presente artigo. Por conta disso, em nossa análise desconsideramos a composição interna dessas locuções e nos preocupamos apenas com os efeitos desses PPs em combinação com VPs atéticos de movimento.

uma preposição locativa.

(10) Pedro correu na farmácia.

(11) Ana almoçou no shopping.

Dentre as preposições de ALVO destacadas no Quadro 1, a preposição ‘a’ é muito menos usada no PB do que as outras possibilidades, principalmente na língua falada (cf. AVELAR, 2017); por conta disso, analisaremos apenas ‘para’ e ‘até’, em comparação com ‘em direção a’⁸. Essa primeira classificação das preposições direcionais será ampliada na próxima seção, mas destaca-se o fato de que a divisão da classe em três pontos distintos da trajetória é uma constante nos trabalhos que investigam essas preposições em diversas línguas (ZWARTS, 2005, 2008; PANTCHEVA, 2011; SAEED, 2016).

A tipologia de Zwarts (2005, 2008): trajetórias e aspecto preposicional

A classificação das preposições de trajetória em FONTE, ROTA e ALVO foi mobilizada por Zwarts (2005, 2008) na elaboração de uma teoria sobre trajetórias e sua interação com o aspecto verbal, que faz referência a propriedades como (a)telicidade e duratividade. Segundo Zwarts (2005, 2008), há propriedades das trajetórias denotadas por PPs espaciais que podem alterar certos valores acionais dos predicados verbais, conforme vimos com os exemplos de (3) a (8). Dado que PPs de trajetória podem provocar mudanças nas propriedades aspectuais/acionais de uma dada sentença, o autor assume que o comportamento das preposições é paralelo ao comportamento verbal, apresentando, analogamente, propriedades aspectuais, daí o termo “aspecto preposicional”.

No modelo de Zwarts (2005, 2008), PPs de trajetória denotam uma sequência de posições no espaço, que formam uma estrutura complexa com início, meio e fim, definida como um segmento de reta orientado entre pontos no espaço, um vetor (como definido no âmbito da “semântica de vetores espaciais”, de Zwarts (1997)). Como uma trajetória representa uma sequência de lugares adjacentes, cada trajetória é do tipo $\langle i, v \rangle$, pois mapeia o intervalo de números reais $[0,1]$, do tipo i , para vetores do tipo v , garantindo, assim, a ordenação da estrutura (cf. GEHRKE, 2008)⁹. O conjunto de trajetórias forma, assim, o domínio \mathbf{P} , no qual cada (sub) trajetória é representada por \mathbf{p} , de modo que $\mathbf{p}(0)$ representa a região de partida do movimento da FIGURA em relação ao FUNDO, $\mathbf{p}(1)$ a região de chegada e $\mathbf{p}(i)$ as posições intermediárias entre o início e o fim da trajetória; com isso, Zwarts (2005, p. 21) oferece a seguinte classificação das preposições do inglês:

8 Para uma comparação sistemática entre as preposições de ALVO do PB, incluindo as nuances de interpretação existentes entre estruturas como ‘correr até’ e ‘correr para’, ver Ferreira e Basso (2019).

9 O fato de que trajetórias e escalas envolvem mecanismos de ordenação permite aproximar essas duas estruturas, mas devemos ter em vista que são noções distintas, pois se um grau na escala é dado por $n+1$, ainda se tem n ; se uma FIGURA está na posição B da trajetória, ela não está na posição A.

Quadro 2: classificação das preposições de trajetória do inglês

Tipo de preposição	Parte da trajetória	at	in	on	above
FONTE	p(0)	from	out of	off	
ALVO	p(1)	to	into	onto	
ROTA	p(i)	via, past	through	across, over	over

Fonte: Zwarts (2005, p. 21)

Nesse quadro, cada parte da trajetória é associada a uma preposição locativa pois, segundo Zwarts (2008, p. 81), a maioria das preposições direcionais pode ser definida em termos das condições locativas que se impõem sobre partes particulares da trajetória. Em inglês, isso é facilmente visualizado e a divisão sintática dos PPs de trajetória em duas camadas, mencionada na introdução (Figura 2), pode ser vista como uma consequência desse fato: a preposição de ALVO ‘into’ é composta pela preposição locativa ‘in’ somada a ‘to’, logo, ‘into’ evoca a localização da FIGURA no interior do objeto FUNDO ao final do movimento. No português brasileiro, essa relação é opaca: as preposições ‘para’ e ‘até’, ambas orientadas para o ALVO, por exemplo, não trazem em si nenhum indício do tipo de relação que estabelecem com elementos locativos.

Antes de retomarmos os dados do PB e oferecermos uma definição mais detalhada para cada tipo de preposição de trajetória, apresentamos a expansão dessa classificação trazida por Zwarts (2008), na qual, além dos três grupos mencionados (FONTE, ROTA e ALVO), o autor postula outras quatro classes de preposições: as comparativas, constantes, geométricas e periódicas, sendo cada uma delas relacionada a um tipo particular de trajetória. O quadro completo desenvolvido pelo autor, tomando como base o inglês, é apresentado abaixo, sendo oferecida, na segunda coluna, uma representação esquemática de cada tipo de trajetória baseada na noção de fase de Fong (1997): o sinal “+” indica sempre a porção relevante da trajetória na qual a FIGURA se encontra no FUNDO; quando há sinais de “+” e sinais de “-”, a trajetória em questão possui duas fases, uma em que a relação PREP(FIGURA, FUNDO) é verdadeira e outra em que a relação não se sustenta¹⁰.

Quadro 3: tipologia das preposições de trajetória

Tipologia das preposições direcionais	Representação esquemática da trajetória	Exemplos do inglês
Preposições de FONTE	++++++ - - - - -	from
Preposições de ALVO	- - - - - ++++++	into
Preposições de ROTA	- - - - +++++ - - - -	over
Preposições comparativas	+++++++ ++++++	towards
Preposições constantes	+++++++ ++++++	through
Preposições geométricas	sem diagrama	around
Preposições periódicas	xxxxxxxxxxxx	around and around

Fonte: Adaptado de Zwarts (2008, p. 84)

¹⁰ Devemos notar que a repetição dos sinais de “+” é uma opção tomada por Zwarts (2005, 2008) para representar a complexidade de uma trajetória. *Grosso modo*, a ideia é que uma FONTE e uma ROTA não precisam ser representadas por uma única posição, mas podem tratar de uma sequência de posições. Em Pantcheva (2011), certas preposições de FONTE e de ROTA são representadas como “+-----” e “-----+”, como um modo de garantir que há uma única posição do FUNDO em que a relação PREP(FIGURA, FUNDO) é verdadeira. Como aqui estamos reportando o trabalho de Zwarts (2005, 2008) decidimos manter as representações sugeridas pelo autor.

Considerando que uma trajetória é uma estrutura ordenada de posições, as preposições de FONTE e de ALVO são representadas como polarizadas, pois as primeiras tratam de uma porção da trajetória que é associada ao início de um deslocamento, ao passo que as preposições de ALVO dizem respeito à porção final da trajetória, a ser potencialmente atingida quando o movimento é encerrado. Assim, para um PP como ‘do/até fundo da casa’, a região marcada como “+” seria ‘o fundo da casa’; como podemos ver em (12), com ‘de’ a marcação da região relevante para a interpretação é feita à esquerda, no começo da trajetória, porque essa é uma preposição do tipo FONTE, e com ‘até’ “+” aparece à direita porque ‘até’ indica um ALVO para o deslocamento.

- (12) a. Preposição de FONTE $p(0)+++++-----p(1)$ ‘do fundo da casa’
 b. Preposição de ALVO $p(0)-----+++++p(1)$ ‘até o fundo da casa’

Nas preposições de ROTA, o destaque positivo encontra-se no centro da estrutura, pois essa classe não envolve o início ou o fim do percurso, desse modo, uma preposição como ‘por’ é representada esquematicamente como “- - + + + - -”. As preposições comparativas, por sua vez, indicam a aproximação ou afastamento da FIGURA em relação ao FUNDO e poderiam ser tratadas como uma subclasse das preposições de FONTE e ALVO (cf. PANTCHEVA, 2011), pois são sempre direcionadas para um extremo da trajetória. Em PB, ‘para’ é uma candidata a representar essa classe, que pode ser também descrita por expressões como ‘para perto de’, ‘para longe de’, ‘em direção a’ e ‘na direção de’. Se, por exemplo, a FIGURA foi ‘em direção ao mercado’, cada parte da trajetória percorrida estará mais próxima do objeto de referência (o DP ‘o mercado’ = $p(1)$) do que de sua posição inicial ($p(0)$). É nesse sentido que essa classe é denominada comparativa. Uma trajetória comparativa que tem a FONTE como referência (FUNDO), como em ‘correu para longe da cerca’, indica que a cada etapa do movimento a FIGURA se afasta mais de $p(0)$.

As preposições constantes são associadas aos elementos de ROTA e não levam em conta nem a origem de um dado movimento nem a aproximação com uma posição final; essa classe faz referência apenas a um movimento contínuo, e idealmente uniforme, sobre um dado recorte da trajetória ($p(i)$). No Quadro 3, a representação imagética desse grupo consiste apenas em traços positivos, haja vista que a FIGURA sempre estará em contato com o FUNDO durante o movimento. Um exemplo em PB pode ser dado por ‘ao longo da estrada’:

- (13) João caminhou ao longo da estrada.

Seguindo a classificação oferecida por Zwarts (2008), podemos notar que as preposições geométricas não são associadas a nenhum diagrama, isso ocorre porque essa classe refere-se a trajetórias com características peculiares, como manter uma distância idealmente constante do FUNDO, apresentar curvatura e começar e terminar em uma mesma posição (i.e., para essas preposições $p(0)=p(1)$), o que permite, inclusive, que sentenças com um PP geométrico sejam

lidas como um evento singular ou uma repetição de eventos percorrendo essa dada trajetória. Um exemplo dessa classe seria a expressão ‘em volta de’, como na sentença (14) abaixo.

(14) João caminhou em volta do carro.

Para essa estrutura, a ideia é que a FIGURA (João) começa seu movimento em alguma posição junto/próxima ao carro, e caminha circulando esse objeto de referência (FUNDO) até chegar ao lugar de partida. Ou seja, ‘em volta de’ impõe a condição de que o ALVO do movimento coincida com o espaço da FONTE inicial, e, caso essas posições não coincidam, em uma situação na qual a FIGURA tenha apenas caminhado pela frente e por uma das laterais do FUNDO, por exemplo, não é possível dizer que alguém ‘caminhou ao redor de DP_{FUNDO} ’, pois o ciclo representado por essa locução não estaria completo. Note-se que a condição de coincidência entre $p(0)$ e $p(1)$ se aplica a uma única volta (leitura télica) e à repetição (arbitrária) de voltas (leitura atélica). Por fim, a última classe aventada pelo autor, das preposições periódicas, envolve um processo de repetição da trajetória associada à preposição, de modo iterativo, por isso o grupo é representado por um ‘x’ no Quadro 3. Essa classe pode ser exemplificada em PB por expressões como ‘para cima e para baixo’ e ‘de um lado para o outro’, em sentenças como (15) e (16) abaixo.

(15) João ficou indo pra cima e pra baixo.

(16) João correu de um lado para o outro a manhã toda.

Tendo apresentado a tipologia de trajetória de Zwarts (2008, p. 84), ilustramos com o quadro a seguir algumas possibilidades de preposições do PB para cada uma das classes postuladas pelo autor. Devemos ter em vista, nesse quadro, que a classe das preposições comparativas está associada às posições extremas da trajetória, i.e. FONTE e ALVO, as preposições constantes dizem respeito a uma ROTA e as preposições geométricas e periódicas envolvem uma trajetória mais complexa, com FONTE e ALVO.

Quadro 4: tipologia das preposições direcionais e os dados do PB

	Tipologia das preposições direcionais						
	FONTE	ALVO	ROTA	Comparativa	Constante	Geométrica	Periódica
Exemplo do PB	de, desde	a, até	por, através	para, em direção a, na direção de	ao longo de	em volta de	para cima e para baixo

Fonte: elaborado pelos autores

Como cada uma das classes aventadas por Zwarts (2005, 2008) parece se comportar como uma subclasse das preposições de FONTE, ROTA e ALVO, conforme indicamos acima, acreditamos ser importante tratar da semântica desses itens, ainda que ignorando sua constituição interna. Tendo, então, essa simplificação em vista, podemos explicitar a semântica desses itens utilizando a formalização proposta por Zwarts (2005, 2008), segundo a qual preposições de trajetória denotam conjuntos de posições no espaço. Além disso, utilizamos também algumas das funções espaciais propostas por Jackendoff (1983), uma vez que indicam de um modo claro

as condições locativas que podem ser aplicadas à trajetória: IN, quando a FIGURA pode estar dentro do FUNDO, seja no início ou no final do movimento, AT, quando a FIGURA não entra necessariamente no FUNDO, mas está em contato com alguma região relevante dele, e VIA, quando as posições limites de uma trajetória não são especificadas.

(17) João saiu do parque. [FONTE]

[[do parque]] = {p: há um subintervalo próprio I de $[0,1]$ que inclui 0 e consiste em todos os índices $i \in [0,1)$ para os quais $p(i)$ é IN(o parque)}¹¹

(18) João foi até o parque. [ALVO]

[[até o parque]] = {p: há um subintervalo próprio I de $[0,1]$ que inclui 1 e que consiste em todos os índices $i \in (0,1]$ para os quais $p(i)$ é AT(o parque)}

Como podemos ver, essas duas preposições orientadas para as partes limite da trajetória (FONTE e ALVO) são, na verdade, o inverso uma da outra e consistem em intervalos fechados em apenas uma posição extrema em sua denotação, representada por $[0,1)$ no caso da FONTE e $(0,1]$ no caso do ALVO. Em (19), temos uma preposição de ROTA, que, diferentemente das preposições de FONTE e ALVO, não conta com posições limite em sua representação, haja vista que a FIGURA se desloca pelo FUNDO sem a indicação de que partiu de uma FONTE específica e sem alcançar, ao final do movimento, um ALVO também determinado. Nesse caso, destaca-se apenas as posições intermediárias de um caminho a ser percorrido, portanto temos um intervalo aberto nos extremos da trajetória e a função VIA.

(19) João andou pelo parque. [ROTA]

[[pelo parque]] = {p: há um subintervalo próprio I de $[0,1]$ que não inclui 0 nem 1 e que consiste em todos os $i \in (0,1)$ para os quais $p(i)$ é VIA(o parque)}

Como exemplo de preposição comparativa, podemos tomar ‘para’, cuja denotação é apresentada em (20), ou a expressão ‘em direção a’, representada de modo simplificado no exemplo (21) abaixo.

(20) Ana caminhou para a farmácia.

[[para a farmácia]] = {p: há um subintervalo próprio I de $[0,1]$ que inclui 1 e consiste em todos os índices $i, j \in (0,1]$ para os quais se $p(i)$ é anterior a $p(j)$, então $p(j)$ está mais

¹¹ Como apontou um dos pareceristas anônimos, a quem agradecemos, os subintervalos de que tratamos em (17) e (18), e similares, podem ser conjuntos unitários de pontos espaciais que formam uma trajetória ou podem ser conjuntos que contêm mais de um elemento, desde que incluam, em ambos os casos, $p(0)$ (ou $p(1)$). A escolha por uma outra opção tem a ver, entre outras coisas, em como conceber no modelo as regiões relevantes para a interpretação, se como pontos ou conjuntos de pontos. Assim, para “João saiu de casa”, podemos tomar a parte relevante do FUNDO “a casa”, em nosso modelo, como uma única posição $p(0)$, ou como um conjunto de posições $p[0...n]$, desde que inclua $p(0)$ (e, obviamente, exclua $p(1)$) – o mesmo se dá *mutatis mutandis* para preposições de alvo.

próximo do ALVO do que $p(i)$ e potencialmente $p(j)=p(1)$

(21) João caminhou em direção ao parque.

[[em direção ao parque]] = { p : há um subintervalo próprio I de $[0,1]$ que inclui 1 e consiste em todos os índices $i, j \in (0,1)$ para os quais se $p(i)$ é anterior a $p(j)$, então $p(j)$ está mais próximo do ALVO do que $p(i)$ }

Note-se que as preposições comparativas indicam a aproximação de uma entidade em relação a outra, garantida pela relação ‘mais próximo de’ entre posições no espaço, o que separa ‘para’ de ‘até’: ‘até’ garante que a FIGURA atinge o ALVO quando o evento é encerrado, e ‘para’ permite uma interpretação na qual a FIGURA se aproxima do ALVO sem nunca entrar nesse FUNDO. Essa diferença de interpretação fica clara com o seguinte teste de acarretamento:

(22) a. Pedro foi para o parque, mas nunca chegou lá.

b. *Pedro foi até o parque, mas nunca chegou lá.

Se “Pedro foi até o parque” é verdadeira, então não é possível afirmar que a FIGURA não atingiu o FUNDO, ou seja, necessariamente “Pedro chegou no parque”; a primeira parte da sentença (22a), pelo contrário, permite afirmar que “Pedro não chegou no parque” e isso ocorre pelo fato de ‘para’, de um modo semelhante a ‘em direção a’, indicar apenas um movimento de aproximação da FIGURA em relação ao objeto de referência (cf. FERREIRA & BASSO, 2019). O que diferencia esses itens é o fato de que ‘para’ permite também uma leitura télica, segundo a qual a FIGURA atinge o ALVO quando o movimento se encerra, ao passo que ‘em direção a’ licencia apenas uma leitura atélica, isto é, se “Ana andou em direção à farmácia”, o FUNDO ‘a farmácia’ não foi atingido pela FIGURA, dado que há somente uma orientação para o movimento; prova disso é o fato de que podemos construir uma sentença como “Ana andou em direção à farmácia e chegou na loja que procurava”, em que o DP_{FUNDO} ‘a farmácia’ é uma orientação a ser seguida durante o evento de ‘caminhar’, mas não necessariamente é um destino final a ser atingido quando o evento se encerra, ou seja, com ‘em direção a’ é possível que a FIGURA interrompa seu deslocamento em uma posição anterior ao ALVO. Esse contraste pode ser explicado pelo fato de ‘em direção a’ ser orientado para um ALVO, mas conter um intervalo aberto para essa posição, enquanto que ‘para’ relaciona a FIGURA ao ALVO em um intervalo fechado, no qual há uma última posição potencial da trajetória a ser alcançada. Nesse sentido, ‘para’ não define um ponto final arbitrário para o deslocamento, conforme sugerem Leal e Oliveira (2016), mas sim uma posição final determinada, que pode não ser alcançada como consequência da cláusula de aproximação ‘mais próximo de’ (cf. FERREIRA & BASSO, 2019).

Há, ainda, um contexto bastante específico que demonstra o comportamento que o PP

‘em direção a’ apresenta em comparação à preposição ‘para’¹², note-se que embora ambos possam ser orientados para uma posição ALVO, apenas ‘em direção a’ pode ser combinado a eventos que têm uma orientação espacial, mas não tratam de um deslocamento nesse espaço (23), enquanto que apenas ‘para’ pode aparecer junto a eventos com um argumento beneficiário, em que há uma espécie deslocamento físico com um fim previsível (a transferência de um dado objeto para um beneficiário).

(23) a. Os muçulmanos rezam em direção à Meca.

b. ??Os muçulmanos rezam para a Meca.

(24) a. Ana deu um presente para Maria.

b. *Ana deu um presente em direção à Maria.

Conforme é possível observar, classificar o PP ‘em direção a’ acaba sendo uma tarefa bastante complicada, posto que a estrutura é associada a uma orientação para um ALVO, mas, ao mesmo tempo, parece se comportar como uma preposição constante, por indicar uma relação contínua e uniforme de aproximação entre a FIGURA e o FUNDO. A formalização oferecida para ‘em direção ao parque’ procura capturar precisamente isso ao afirmar que essa expressão denota um conjunto de trajetórias de modo que sua posição final ($p(1)$) é mais próxima ao parque do que sua posição inicial ($p(0)$), porém, como temos um intervalo aberto em $p(1)$, a FIGURA nunca irá atingir o FUNDO. Antes de passarmos às preposições constantes, devemos destacar que como um caminho em direção a um FUNDO não precisa ser linear, ou seja, pode haver, por exemplo, um trecho particular do percurso em que a FIGURA efetivamente se afasta do FUNDO – basta pensarmos num caminho cheio de curvas – é importante que a expressão ‘mais próximo de’ seja devidamente qualificada como um quadro de referência que inclua partes relevantes do percurso de modo que mesmo um afastamento numa determinada parte do percurso seja considerado mais próximo do FUNDO porque aumenta a trajetória que levará ao parque, no exemplo em questão. Com isso em vista, podemos tratar das preposições constantes, que em PB são exemplificadas por locuções como ‘ao longo de’, em (25), cuja formalização encontra-se logo abaixo do exemplo.

(25) Ana caminhou ao longo do rio.

[[ao longo do rio]] = { p : há um subintervalo próprio I de $[0,1]$ que não inclui 0 nem 1 e que consiste em todos os $i \in (0,1)$ para os quais $p(i)$ é paralelo ao maior eixo do rio}

Nesse caso, a trajetória é associada a uma ROTA e segue, constantemente, o eixo mais bem definido do rio, a partir do qual um caminho é elaborado. Tomemos, agora, o exemplo

12 Agradecemos a um dos pareceristas anônimos pelos exemplos em (23) e (24).

abaixo para a formalização de uma preposição geométrica:

(26) João caminhou em volta do campo.

[[em volta do campo]] = {p: **a.** para todo $i, j \in [0,1]$, $p(i)$ e $p(j)$ tem o mesmotamanho; **b.** somente $p(1)=p(0)$; e **c.** para cada direção há um i tal que $p(i)$ aponta para essa direção }

Essa formalização busca evidenciar a complexidade da trajetória denotada por esse tipo de preposição (é por isso também que ela não conta com diagramas como as demais). A ideia, basicamente, é que ‘em volta do campo’ denota uma trajetória possivelmente circular, que tem como ponto central (idealmente) o meio do campo; assim sendo, João, ao caminhar, desenha um círculo em volta do campo. Para tanto, deve haver um vetor¹³ \mathbf{i} que aponta para todas as direções possíveis (cláusula **c**), sendo os vetores do mesmo tamanho (cláusula **a**) e a posição final da trajetória igual a sua posição final (cláusula **b**)¹⁴. Finalmente, as preposições periódicas denotam um conjunto de trajetórias composto por uma sequência de trajetórias da mesma natureza, como ilustra o exemplo a seguir:

(27) João ficou indo de um lado para o outro do parque.

[[de um lado para o outro do parque]] = {p: p é uma sequência de trajetórias p_1, p_2, \dots, p_n tal que para cada elemento p_1, p_2, \dots, p_n ou esse elemento inclui $p(0)$ ou ele inclui $p(1)$ (ou seja, cada uma dessas trajetória termina em uma extremidade do parque) }

Com isso, atingimos o primeiro objetivo deste trabalho: apresentar a tipologia de Zwarts (2005, 2008) para as preposições de trajetória, aproximar os dados do PB às classes mencionadas e oferecer uma interpretação semântica, ainda que rudimentar, para esses itens. A tipologia apresentada e o tratamento das preposições de trajetória como denotando uma sequência de posições no espaço traz uma série de vantagens para sua análise semântica, algumas das quais veremos neste trabalho, ao relacionarmos essas preposições com propriedades aspectuais. Essa abordagem permite também explorar propriedades mais finas das trajetórias, e é esse o tópico que veremos na sequência.

13 Os vetores se referem a uma sequência de pontos espaciais ordenados. O recurso a vetores aqui se justificada na necessidade de garantir que o percurso é (idealmente) circular, e vetores são entidades que podem ser medidas e assim garantem tal restrição (Zwarts, 2005).

14 Como bem notou um dos pareceristas anônimos, a descrição que oferecemos aqui para “em volta do campo” é mais bem talhada para algo como “(caminhar) em círculo em volta do campo”, e alguns usos de “em volta do campo” são mais próximos de “ao longo do perímetro do campo”. Ou seja, “em volta do campo” pode ter uma interpretação constante (ou ROTA) ou uma interpretação geométrica – e isso não é um problema, pois nada impede que uma locução prepositiva tenha essas duas interpretações. Sobre isso, ressaltamos dois pontos: (i) a interpretação geométrica para “em volta do campo” é uma possibilidade que a teoria captura e (ii) a teoria também captura a interpretação como preposição constante (ou ROTA).

Propriedades das trajetórias: conectividade, reversibilidade e cumulatividade

Para podermos explorar a interação entre as preposições de trajetória e os sintagmas verbais, com o intuito de analisar as possíveis mudanças aspectuais resultantes, devemos primeiro identificar as propriedades semânticas das trajetórias que podem ser responsáveis pelo comportamento desses itens frente às mesmas propriedades dos VPs. Do ponto de vista geométrico-estrutural, Zwarts (2005, 2008, 2017) propõe três propriedades pelas quais avaliar e classificar as trajetórias, que são: **conexão, reversão e cumulatividade**.

A propriedade da conexão, ou conectividade, diz respeito à possibilidade de os extremos de duas trajetórias distintas estarem localizados em uma mesma região, ou seja, trata de indicar se uma dada trajetória **q** pode iniciar na mesma posição em que uma trajetória **p** se encerra. Lançando mão da formalização esboçada acima, podemos dizer que duas trajetórias **p** e **q** são conectadas se e somente se $p(1)=q(0)$, ou, em prosa, se o final da trajetória **p** é o começo da trajetória **q**, assim, se esse for o caso, **p** e **q** estão conectadas. De acordo com Zwarts (2008, p. 85), um conjunto não-vazio de trajetórias **X** pode ser caracterizado de dois modos:

(28) a. não-conectado sse não há nenhum $p \in X$ e um $q \in X$ conectado a ele;

b. conectado sse há (pelo menos) um $p \in X$ e (pelo menos) um $q \in X$ que se conecta com ele.

A propriedade da conectividade diz respeito à estrutura semântico-lexical das preposições (ZWARTS, 2005, p. 32) e pode ser entendida como uma operação de soma entre duas trajetórias da mesma natureza. Consequentemente, considerando as classes do Quadro 4, podemos dizer que apenas as preposições de FONTE e ALVO não são conectadas, pois, como os diagramas apresentados acima mostram, as trajetórias denotadas pelos itens dessas classes têm duas fases, então começam (ou terminam) em diferentes regiões espaciais, e assim não podem ser conectadas a uma outra trajetória do mesmo tipo, dado que obteríamos trajetórias diferentes, com começos e fins distintos. Para esclarecer isso, podemos pensar em uma preposição de FONTE como ‘de’, que sempre inclui a posição inicial da trajetória no objeto de referência (+) e sua posição final fora desse objeto (-), assim, ao concatenarmos uma nova trajetória que se inicie no final especificado pela fonte (-), essa nova trajetória estaria fora do espaço relevante de interpretação (+), não pertencendo à denotação da preposição. Ou seja, para uma sentença como “Joana saiu de casa”, há uma trajetória **p** cuja posição inicial ($p(0)$) está dentro da casa e a posição final ($p(1)$) fora da casa, assim, caso outra trajetória **q** do tipo FONTE “de casa” fosse conectada a essa estrutura, sua posição inicial ($p(0)$) já seria fora de casa, então a conexão de **p** e **q** não poderia ser descrita como “de casa”, uma vez que o início de **q** já é fora desse FUNDO. Em suma, uma preposição de trajetória tem a propriedade da conectividade se dadas duas trajetórias **p** e **q** a preposição se aplica às trajetórias individualmente e ao resultado de sua soma.

Embora as preposições de FONTE e ALVO não possam ser conectadas, esse não é o caso para todas as outras classes de preposições, com itens de ROTA, comparativos, constantes, geométricos ou periódicos é possível conectar uma trajetória a outra e obter, com isso, um percurso maior da mesma natureza. Se, por exemplo, João caminha em direção à farmácia, e depois caminha mais um pouco, as duas trajetórias estarão conectadas porque ambas podem ser descritas como ‘em direção à farmácia’, isto é, a trajetória **p** leva a FIGURA para mais perto do FUNDO e é isso o que a trajetória **q** também faz; situações semelhantes podem ser pensadas para ‘ao longo da avenida’, ‘ao redor da piscina’, ‘de cima para baixo na sala’ e ‘pelo parque’: se um indivíduo caminha trinta passos pelo parque, interrompe o movimento e caminha mais trinta passos, a conexão dessas duas trajetórias pode ser descrita como ‘pelo parque’.

A próxima propriedade relevante para entendermos o comportamento das preposições de trajetória é a reversibilidade, que se refere à possibilidade de uma dada trajetória poder ser invertida, ou seja, trata da direcionalidade de uma trajetória. Formalmente, a inversão da trajetória p , $\sim p$, atribui a todos os pontos $i \in [0, 1]$ a posição que p atribui a $(1-i)$; desse modo, o começo de p é o final de $\sim p$ e *vice-versa*. Dizemos então que um conjunto de trajetórias X é reversível se e somente se para todo $p \in X$, $\sim p \in X$, ou seja, uma trajetória é reversível se o caminho que leva da posição A à posição B envolve as mesmas regiões que levam da posição B à posição A: considerando uma sentença como “Pedro pulou pela cerca”, temos que no evento de ‘pular’ a FIGURA percorre uma trajetória que vai de um lado a outro da cerca ($A \rightarrow B$), assim, se a FIGURA deseja voltar à sua posição inicial, para o lado A do FUNDO ‘a cerca’, o evento reverso pode ser descrito também como “pular pela cerca” ($B \rightarrow A$). Note-se que para a reversibilidade basta que a FIGURA se encontre na mesma região espacial no início e no fim do movimento, desse modo, uma preposição reversível trata de uma trajetória que não apresenta uma direcionalidade inerente, tanto faz qual posição é tomada como inicial e qual posição é a final.

Retomando a tipologia de Zwarts (2005, 2008), podemos dizer que as preposições reversíveis pertencem às classes ROTA, constante, geométrica e periódica; logo, as não-reversíveis são as das classes FONTE, ALVO e comparativas. Isso pode ser observado na seguinte situação: se João caminhou em direção à igreja, a reversão dessa trajetória não é uma trajetória na denotação de ‘em direção à igreja’, mas sim na denotação de ‘em direção contrária à igreja’ (o mesmo vale para ‘para perto de’ vs. ‘para longe de’). Para as classes reversíveis, a FIGURA pode andar em volta da quadra em sentido horário ou em sentido anti-horário, por exemplo, assim como caminhar pelo parque na direção norte-sul ou na direção sul-norte.

A última das propriedades associadas às trajetórias é a cumulatividade, uma noção já bastante explorada na investigação dos domínios verbal e nominal (KRIFKA, 1998; LINK, 1998). A ideia aqui é a possibilidade de “somar” duas trajetórias, ou seja, tomar duas trajetórias que estão na denotação de um dado predicado, concatená-las e obter um resultado na denotação desse mesmo predicado. É uma abordagem semelhante àquela que Krifka (1998) e Rothstein

(2004) usaram para lidar com eventos: dois eventos são cumulativos se, *grosso modo*, sua “soma” tiver o mesmo tipo dos eventos individuais¹⁵. Para o caso das trajetórias, Zwarts (2008, p. 87) oferece a seguinte definição formal para cumulatividade: um conjunto de trajetórias X é cumulativo se e somente se para todas as trajetórias $p, q \in X$, se $p+q$ existe, então $p+q \in X$. Note-se que, para o autor, para que uma preposição de trajetória seja cumulativa, é necessário também que ela seja conectada, isso porque, sem essa condição, PPs sem nenhuma conexão seriam vacuamente cumulativos e esse não é o caso. Apesar disso, devemos observar que nem toda trajetória conectada será cumulativa.

Desse modo, as preposições de FONTE e ALVO são automaticamente não-cumulativas, dado que essas classes não são conectadas. Dentre as classes conectadas, as preposições comparativas, constantes e periódicas são cumulativas, já as preposições de ROTA e geométricas são não-cumulativas. Ou seja, preposições cumulativas são necessariamente conectadas em cadeia, já preposições não-cumulativas podem ser conectadas ou não. A ideia é que duas trajetórias p e q descritas como ‘até ALVO’ não apresentam referência cumulativa porque não podem ser nem ao menos conectadas. Conforme o esquema abaixo ilustra, se uma FIGURA caminha de A a B por uma trajetória p e essa sequência representa “caminhar até o parque”, então a trajetória q que vai de B a C não pode também ser descrita como “caminhar até o parque”, isto é, temos nesse caso duas trajetórias diferentes e não uma grande trajetória “até o parque”.

$$(29) (A \rightarrow^p B \rightarrow^q C) A \oplus B \oplus C \neq \text{“até o parque”}$$

Embora as preposições do tipo ROTA e geométrica sejam conectadas, elas se comportam de um modo semelhante às preposições de FONTE e ALVO quanto à cumulatividade, isso porque um PP como ‘em volta de’ ao ser conectado com outro PP ‘em volta de’ não indica uma única grande trajetória ‘em volta do DP_{FUNDO}’, mas sim duas trajetórias: se, por exemplo, “Ana andou em volta da casa” em uma trajetória p e percorreu outra trajetória q ‘em volta da casa’, então “Ana andou duas vezes em volta da casa”. Já se “Ana andou em direção à escola” em uma trajetória p ($A \rightarrow B$), interrompeu o movimento, e seguiu “andando em direção à escola” em uma trajetória q ($B \rightarrow C$), então necessariamente ($p+q$) descrevem ‘em direção à escola’, bem como p e q individualmente.

$$(30) (A \rightarrow^p B \rightarrow^q C) A \oplus B \oplus C = \text{“em direção à escola”}$$

Podemos dizer, então, que não apresentam referência cumulativa as trajetórias não conectadas e aquelas que, quando conectadas, expressam a repetição da trajetória dada pelo predicado (como ‘sair de casa’ + ‘sair de casa’ = ‘sair de casa duas vezes’ e não “sair de casa”

¹⁵ Para o caso dos eventos, dizemos que dois eventos e_1 e e_2 que são do tipo X são cumulativos sse e_1+e_2 é também do tipo X (i.e., dois eventos e_1 e e_2 na denotação de X são cumulativos se e_1+e_2 também estiver na denotação de X). Assim, atividades são cumulativas, mas não *accomplishments*: correr + correr = correr, mas pintar um quadro + pintar um quadro = pintar dois quadros.

por uma trajetória maior). Para uma trajetória cumulativa, como é o caso das preposições comparativas, se somarmos ‘em direção ao carro’ + ‘em direção ao carro’, teremos uma única trajetória (mais longa) que é ainda ‘em direção ao carro’, ou seja, a soma de p e q ainda pode ser descrita pela mesma preposição. Com essa discussão, podemos organizar as classes de trajetória associadas a cada preposição de acordo com as três propriedades que vimos, e apresentar uma classificação, na última linha, que sintetiza essas possibilidades:

Quadro 5: tipos de preposições direcionais e os dados do PB

Propriedade	Classificação da preposição			
	FONTE, ALVO	ROTA, Geométrica	Comparativa	Constante, Periódica
	de/desde, a/até	por/através, em volta de	para, em direção a	ao longo de, para cima e para baixo
Conexão	não	sim	sim	sim
Cumulatividade	não	não	sim	sim
Reversibilidade	não	sim	não	sim
	Transição	Ciclo	Progressão	Continuação

Fonte: elaborado pelos autores com base em Zwarts (2008, p. 88)

Como resumo, segundo Zwarts (2008, p. 88-89), podemos dizer que as transições são trajetórias que envolvem a mudança de um domínio espacial para outro (i.e., ‘de casa (para outro lugar)’, ‘(outro lugar) até o parque’), e por isso não são conectadas com outras trajetórias nem são cumulativas ou reversíveis. Os ciclos se referem a trajetórias que começam e terminam em um mesmo domínio espacial (i.e., ‘pelo parque’, ‘em volta do campo’), e por isso são conectados e reversíveis, mas quando somados se referem a duas trajetórias diferentes, sendo, portanto, não-cumulativos. As progressões se referem a trajetórias conectadas e cumulativas, mas não são reversíveis, porque, sendo associadas às noções de FONTE e ALVO, envolvem direcionalidade: a inversão de ‘ir para casa’ é ‘sair de casa’, um predicado totalmente diferente que não está sob a denotação de ‘para’. Finalmente, as continuações se referem a trajetórias constantes que podem ser somadas, conectadas e que não tem direcionalidade necessária.

De posse dessa tipologia, podemos avaliar, com dados do PB, as alterações aspectuais que podem ser desencadeadas ao combinarmos predicados verbais atélicos com PPs direcionais que denotam os diferentes tipos de trajetória que apresentamos. No modelo de Zwarts (2008), a previsão é que apenas PPs não-cumulativos (transições e ciclos) possam tornar télicos eventos atélicos, assim, para testarmos essa hipótese, apresentamos, na próxima seção, uma breve revisão das classes vendlerianas e suas principais características, discutindo especialmente os testes que podem detectar a telicidade dos eventos; mostramos, também, como uma trajetória espacial pode ser relacionada a um evento homomorficamente¹⁶.

16 Diversas críticas podem ser feitas à classificação oferecida por Zwarts (2005, 2008), a começar pelo fato de que mesmo sem a propriedade da conectividade as classes ainda assim apresentariam propriedades distintas que as individualizariam. Além disso, os nomes escolhidos para representar cada classe não parecem ser adequados ao

Aspecto, PPs e trajetórias

As classes vendlerianas, responsáveis pelo aspecto lexical, permitem organizar os predicados verbais de acordo com os diferentes tipos de eventos que denotam. Esses eventos, por sua vez, podem ser classificados com base em traços como [duração], [estatividade] e [telicidade], dando origem às quatro classes formadas por atividades, *accomplishments*, *achievements* e estativos, como no quadro abaixo, seguido por sentenças que ilustram suas propriedades.

Quadro 6: classes vendlerianas e seus traços identificadores

	duratividade	estatividade	telicidade
atividade	+	-	-
<i>accomplishment</i>	+	-	+
<i>achievement</i>	-	-	+
estativo	+	+	-

Fonte: elaborado pelos autores

- (31) Ana correu. [atividade = durativo, dinâmico, atélico]
(32) Ana pintou um quadro. [*accomplishment* = durativo, dinâmico, télico]
(33) Ana venceu a corrida. [*achievement* = não-durativo, dinâmico, télico]
(34) Ana ama Maria. [estativo = durativo, não-dinâmico, atélico]

O traço de duratividade refere-se ao evento ter alguma duração (pragmaticamente) relevante; o traço de dinamicidade refere-se ao evento envolver alguma mudança; finalmente, o traço de telicidade envolve um ponto final intrínseco do evento que, quando alcançado, indica seu término ou cessar. Diversos testes linguísticos capturam essas noções, dentre os quais há três mais utilizados, sendo o primeiro a (i) compatibilidade com adjuntos do tipo ‘por x tempo’: esse adjunto mede a duração de um (único) evento durativo (cf. (35) e (36)); por isso, quando combinado com eventos não-durativos, indica repetição de eventos (cf. (37)):

- (35) João correu por 20 minutos. [duração]
(36) João pintou o quadro por 2 dias. [duração]¹⁷
(37) João venceu a corrida por 10 anos. [repetição]

comportamento dos itens que as compõem. A noção de ciclo, por exemplo, é pouco intuitiva quanto pensamos nas preposições de ROTA, conforme bem apontou um dos pareceristas anônimos. Como neste trabalho apresentamos uma primeira aplicação dessa tipologia ao PB, decidimos manter os termos tal como definidos por Zwarts (2005, 2008), especialmente porque essa tipologia é muito explorada na literatura, assim, os dados do PB podem ser comparados aos de outras línguas.

¹⁷ A combinação de ‘por X tempo’ com eventos téllicos leva à interpretação que Basso (2007) chamou de “detelicização”: um evento télico perfectivo cujo *telos* não foi alcançado

O segundo teste a ser destacado é a (ii) compatibilidade das sentenças com adjuntos do tipo ‘em x tempo’, que, quando combinados a eventos télicos, indicam o tempo que levou para o *telos* de um dado evento ser atingido (cf. (38)); mas quando combinados com eventos atélicos, levam a uma interpretação denominada “incoativa”, ou seja, medem o tempo que o evento levou para começar e não mais sua duração até o alcance do *telos* (cf. (39)).

(38) João lavou a louça em 20 minutos. [télico]

(39) João nadou em 15 minutos. [incoativo]

Por fim, a (iii) compatibilidade com anafóricos do tipo ‘fazer o mesmo’ somente se dá com antecedentes que denotem eventos dinâmicos. O contraste entre as sentenças abaixo mostrar que ‘fazer o mesmo’ não é compatível com predicados que denotam eventos estativos, como ‘saber algo’ ou ‘amar’.

(40) Ana correu uma maratona e Pedro fez o mesmo. [*accomplishment*]

(41) a. *João sabe química, e Maria faz o mesmo. [estativo]

b. *Pedro ama chocolate e Ana faz o mesmo. [estativo]

Além dessas quatro classes acionais, a literatura reconhece também outras duas: a classe dos semelfactivos e a dos *degree achievements*. Os semelfactivos são eventos não-durativos e atélicos, como ‘bater (na porta)’, ‘pular (corda)’, etc.; por sua vez, os *degree achievements* são eventos durativos, télicos e dinâmicos, mas também graduais, de modo que a combinação com o adjunto ‘em x tempo’ não garante que eventos desse tipo atingiram seu *telos*¹⁸. Vejamos essa situação nos exemplos abaixo:

(42) a. João pulou corda por 10 minutos. [repetição]

b. João pulou corda em 10 minutos. [incoativo]

(43) a. A roupa secou por 10 minutos. [duração]

b. A roupa secou → a roupa está mais seca.

c. A roupa secou. → a roupa está seca.

d. A roupa secou em 10 minutos. [télico]

As sentenças em (42) demonstram que semelfactivos são próximos a atividades, e podem ser pensados, *grosso modo*, como repetições de atividades sem uma duração individual

18 Essa apresentação é, evidentemente, uma simplificação do que se discute na literatura. Há um trabalho bastante cuidadoso na análise dos *degree achievements* e dos *semelfactivos*, justamente porque uma classificação por traços não parece dar conta de seu comportamento. Por conta da extensão deste texto, não podemos fazer jus a toda a rica literatura sobre o tema, por isso destacamos apenas aquelas propriedades que serão relevantes para nossa análise, especialmente porque o verbo ‘pular’ é um semelfactivo.

pragmaticamente relevante (ROTHSTEIN, 2004). Diferentemente dos *achievements*, que também são não-durativos, mas são télicos, a combinação com ‘em x tempo’ gera uma leitura incoativa para essa classe. Os *degree achievements*, por sua vez, são exemplificados por verbos como ‘secar’ em (43), e carregam via de regra um traço de gradualidade, é por esse motivo que não há garantia de que o *telos* dessa classe foi alcançado, indicando apenas que ele está mais “próximo” de ser atingido do que em um estágio anterior do evento, como em (43b) e (43c); a interpretação de que o *telos* foi atingido é garantida pela presença de ‘em x tempo’, como em (43d). Podemos agora completar o quadro sobre as classes de eventos (ou classes acionais) como abaixo, em que ‘±’ representa que *degree achievements* podem ser interpretados como télicos graduais.

Quadro 7: tipologia dos eventos

	duratividade	estatividade	telicidade
atividade	+	-	-
<i>accomplishment</i>	+	-	+
<i>achievement</i>	-	-	+
estativo	+	+	-
semelfactivo	-	-	-
<i>degree achievement</i>	+	-	±

Fonte: elaborado pelos autores

Outra característica fundamental das classes acionais, frequentemente explorada nos estudos sobre o domínio aspectual, é o fato de que propriedades gramaticais dos argumentos dos predicados verbais podem mudar a classe acional do evento denotado. Assim, para o caso dos *accomplishments*, argumentos singulares e plurais com cardinalidade explícita garantem sua interpretação télica, ao passo que argumentos sem determinação – nus (singulares ou plurais) – resultam em uma interpretação atélica:

(44) João trocou o/os/dois pneu(s) do carro em 30 minutos.

(45) ?João trocou pneu/pneus do carro em 30 minutos.

Várias das propriedades mencionadas já foram exploradas pela literatura, e não temos como fazer jus a todas as propostas e investigações desenvolvidas. Por conta disso, vamos nos restringir a um tipo particular de construção que pode mudar a classe acional de um predicado verbal, e que é o foco deste artigo: sintagmas preposicionais de trajetória, como:

(46) João nadou até o barco em 5 minutos. [télico]

(47) a. João nadou para o barco em 5 minutos. [incoativo/télico]

b. João nadou em direção ao barco em 5 minutos. [incoativo]

A questão a ser colocada aqui é: de que modo os diferentes tipos de trajetória denotados por PPs direcionais mudam as classes acionais dos eventos denotados por predicados verbais do PB? Para responder a essa questão, o primeiro passo é determinar um modo de relacionar trajetórias a eventos, uma vez que se trata de uma associação entre domínios de naturezas distintas (espaço e evento). Na literatura, assume-se que o que permite mapear uma estrutura de trajetória e uma estrutura de evento é o fato de ambas apresentarem certas propriedades em comum: tanto trajetórias quanto eventos são restringidos por uma condição de adjacência, apresentam ordenação em termos de precedência e possuem partes próprias (cf. KRIFKA, 1998). A diferença é que o evento se desenrola no tempo, ao passo que uma trajetória se desenrola no espaço, desse modo, pode-se assumir que todo evento **e** será relacionado a uma trajetória **p** se a adjacência temporal de **e** corresponder à adjacência espacial de **p** e vice-versa.

Seguindo a proposta de Zwarts (2005, 2008), que, por sua vez, se apoia nas intuições encontradas em Verkyul (1993), Link (1998) e Krifka (1998), a relação entre trajetórias e eventos pode ser representada, então, por uma função que garanta o mapeamento homomórfico entre eventos e trajetórias, preservando suas estruturas. Tendo isso em vista, Zwarts (2005, p. 757) propõe a função espaço-temporal TRACE(**e**) que, quando aplicada a um evento, obtém como resultado justamente a trajetória percorrida no decorrer desse dado evento; assim, se **e** é um evento que envolve movimento, TRACE(**e**) resulta na trajetória de **e**. Generalizando, teremos (ZWARTS, 2005, p. 17):

$$(48) \llbracket V \text{ PP} \rrbracket = \{e \in \llbracket V \rrbracket: \text{TRACE}(e) \in \llbracket \text{PP} \rrbracket\}$$

Um predicado verbal como ‘caminhar até a farmácia’, usando a formalização apresentada aqui, pode ser representado como abaixo:

$$(49) \llbracket \text{caminhar até a farmácia} \rrbracket = \\ \{e \in \llbracket \text{caminhar} \rrbracket: \text{TRACE}(e) \in \llbracket \text{até a farmácia} \rrbracket\} = \\ \{e \in \llbracket \text{caminhar} \rrbracket: \text{TRACE}(e) \in \{p: p(1) \text{ é AT}(a \text{ farmácia})\}\}$$

Ou seja, de modo simplificado, ‘caminhar até a farmácia’ denota o conjunto de eventos de caminhar cuja trajetória é dada por uma série de posições (**p**) que se encerram na farmácia¹⁹. Usando outras noções básicas da semântica de eventos, podemos associar o sujeito da sentença ao evento denotado com o papel de TEMA, chegando à representação a seguir da sentença com um verbo no infinitivo:

19 Na fórmula em (49), a denotação de ‘até a farmácia’ é o conjunto de trajetórias (**p**) cuja posição final (**p**(1)) se encontra na farmácia, ou seja, é o conjunto $\{p: p(1) \text{ é AT}(a \text{ farmácia})\}$. Lembrando que **p** denota trajetórias compostas por pontos caracterizados por números contidos no intervalo $[0, \dots, 1]$, de modo que o começo de uma trajetória qualquer **p** é notado como **p**(0) e seu fim como **p**(1). Sobre a composição semântica, a função TRACE relaciona, de modo a restringir, eventos a trajetórias. Assim, em (49) temos o conjunto de eventos de caminhar restrito pela trajetória denotada por “até a farmácia”, de modo que, ao final, como mostra a fórmula temos um conjunto de eventos de caminhar cuja trajetória termina na farmácia.

(50) [[João caminhar até a farmácia]] =

{e ∈ [[caminhar]]: TRACE(e) ∈ [[até a farmácia]] & TEMA(e)=j}

Ao lidarmos com verbos finitos, podemos propor que o morfema de tempo-aspecto-modo (TAM) do verbo fornece informações contextuais ligadas à localização temporal do evento, promovendo também a quantificação da variável *e*. Com a função TRACE(*e*), que relaciona eventos e trajetórias, podemos avaliar qual é o resultado da combinação das propriedades acionais dos tipos de eventos do Quadro 7 com os tipos de trajetória apresentadas no Quadro 5. Obviamente, tal “combinatória” só ocorrerá quando representantes das classes acionais forem verbos de movimento aos quais a função TRACE(*e*) pode ser aplicada. Como boa parte dos verbos de movimento pertencem à classe das atividades, vejamos a combinatória entre essa classe de eventos e as trajetórias vistas acima, lembrando que, de acordo com a proposta de Zwarts (2005, 2008), é esperado que PPs não-cumulativos do tipo transição e ciclo gerem uma leitura télica para o evento, ao passo que PPs cumulativos, isto é, progressões e continuações, devem manter a leitura atélica do VP.

Eventos e suas trajetórias: uma análise das preposições direcionais do PB e a composição aspectual do VP

Como vimos, atividades são caracterizadas por serem dinâmicas, durativas e atélicas, e vários dos verbos dessa classe são verbos de movimento (RAMMÉ, 2014). Para iniciarmos nossa avaliação das relações entre os PPs direcionais e os VPs de movimento, tomemos como exemplo o verbo ‘correr’ para combiná-lo com diferentes tipos de trajetórias (transições, ciclos, progressões e continuações).

(51) a. João correu do parque.

transição: FONTE, não conectada, não cumulativa, não reversível

b. João correu até o parque.

transição: ALVO, não conectada, não cumulativa, não reversível

(52) a. João correu pelo parque.

ciclo: ROTA, conectada, não cumulativa, reversível

b. João correu em volta do parque.

ciclo: GEOMÉTRICA, conectada, não cumulativa, reversível

(53) Joana correu para o parque.

progressão: COMPARATIVA, conectada, cumulativa, não reversível

(54) a. João correu ao longo do parque.

continuação: CONSTANTE, conectada, cumulativa, reversível

b. João correu para cima e para baixo na rua.

continuação: PERIÓDICA, conectada, cumulativa, reversível

O verbo de atividade ‘correr’ aceita todos os tipos de trajetória propostos pela tipologia de Zwarts (2005, 2008). A próxima questão, então, é sobre suas propriedades aspectuais em cada uma das combinações acima, ou seja, se algum tipo de trajetória alterará seus valores aspectuais. Se sim, quais? Por quê? Tendo essas questões em vista, podemos investigar as possíveis mudanças nas propriedades aspectuais do VP que resultam de combinar um evento atético, denotado por ‘correr’, aos diferentes tipos de trajetórias, notadamente, investigamos se dá mudança no valor do traço de telicidade. Para avaliar a presença de tal mudança, utilizaremos ‘em x tempo’ e ‘por x tempo’, lembrando que, com eventos téticos durativos, ‘em x tempo’ indica o alcance do *telos*, e ‘por x tempo’ simplesmente determina a duração do evento, levando à interpretação de “detelicização”; com eventos atéticos durativos, ‘em x tempo’ resultara em uma interpretação incoativa e ‘por x tempo’, em uma interpretação de duração do evento.

Na literatura, por exemplo, assume-se que a propriedade da cumulatividade está diretamente associada à telicidade. Notadamente, para Dowty (1979), Krifka (1998) e Rothstein (2004), predicados não-cumulativos denotam eventos téticos, pois, como sua soma tem como resultado diferentes ocorrências de um dado evento, esses itens apresentam uma espécie de meta a ser atingida sem a qual o evento não pode ser descrito como tal. De modo análogo, espera-se que preposições não-cumulativas, como de FONTE e ALVO (transições) mapeiem eventos téticos, assim como os ciclos (ROTA, geométrica), que também são não-cumulativos; mas note que, no entanto, diferentemente das transições, esta última classe deve também permitir leituras atéticas porque ou não envolve as posições extremas de uma trajetória (ROTA) ou porque, por ser conectada, permite uma leitura de repetição de uma dada trajetória (geométrica). Finalmente, em relação às progressões e continuações, a previsão é que resultem necessariamente em eventos atéticos, pois são conectadas e cumulativas. A previsão dos efeitos aspectuais para os diferentes tipos de trajetória com VPs de movimento atéticos é resumida abaixo²⁰.

Quadro 8: previsão dos efeitos aspectuais de cada tipo de trajetória

tipo de trajetória	tipologia	previsão com evento atético de movimento
transição	FONTE, ALVO	evento tético
ciclo	ROTA, geométrica	evento tético ou atético
progressão	comparativa	evento atético
continuação	constante, periódica	evento atético

Fonte: elaborado pelos autores

Começamos a avaliar se tais previsões se sustentam pela análise das trajetórias do tipo “transição” (FONTE, ALVO) com ‘correr’, inserindo os adjuntos ‘em X tempo’ e ‘por X tempo’ na estrutura:

²⁰ Em outras palavras, como explicitamos no quadro 8, a ideia é que a combinação de um predicado que denota um evento atético, como ‘correr’, com uma transição resulta num evento tético, com um ciclo, em eventos téticos ou atéticos, e com progressão e continuações, em eventos atéticos. Obviamente, no nível sintático, essa combinação se refere à denotação do VP.

- (55) a. João correu do parque em 10 minutos. [incoativo]
b. João correu do parque por 10 minutos. [duração]
- (56) a. João correu até o parque em 10 minutos. [télico]
b. ?João correu até o parque por 10 minutos. [duração/repetição]

Diferentemente do esperado, a sentença (55a) não tem uma interpretação télica, como é o caso para (56a), em que o adjunto mede o tempo que levou para João chegar até o parque (i.e., alcançar o *telos* do evento) correndo. A sentença (55a) apresenta apenas uma leitura incoativa, dado que expressa o tempo que levou para João começar a correr a partir do parque, sem indicar um ponto de chegada ou algo que possa ser considerado como um *telos*, além de também não sinalizar por quanto tempo João correu. Essa estrutura, portanto, se alinha com uma sentença como “João nadou em 10 minutos”, na qual medimos não quanto tempo o sujeito ficou nadando, mas quanto tempo demorou para o evento começar.

O exemplo (55b) tem a interpretação esperada para eventos atélicos com ‘por x tempo’, indicando apenas a medição da duração do evento. Ou seja, a preposição ‘de’, que denota a posição inicial de uma trajetória (FONTE), não altera as propriedades aspectuais do evento, dado que os efeitos observados com os adjuntos ‘por x tempo’ e ‘em x tempo’ correspondem à previsão para a combinação de um VP atélico com esses sintagmas. Para uma preposição de ALVO, pelo contrário, os resultados indicam que estamos diante de um evento télico, pois em (56a) o adjunto mede o alcance do *telos* e em (56b) por mais que o efeito de detelicização não seja observado, podemos ter ou a interpretação de que ‘por 10 minutos’ foi o tempo que João ficou no parque após ter chegado nesse FUNDO ou, então, que o evento de ‘correr até o parque’ se repetiu ‘por 10 minutos’. De todo modo, ambas as leituras garantem que a FIGURA atingiu o ALVO ao final do movimento. Em relação às transições, portanto, é a orientação da trajetória que parece fazer diferença na composição aspectual, para além da propriedade de cumulatividade, conforme já apontado por Leal e Oliveira (2016).

A presente análise, então, corrobora a ideia de que preposições orientadas para o ALVO podem oferecer telicidade para o evento, o que é evidente, considerando que o mapeamento entre o evento e a trajetória é homomórfico e depende de uma progressão entre a estrutura espacial e a estrutura temporal, assim, uma posição final que encerra a trajetória será também tomada como uma posição final que encerra o desenvolvimento do evento. O que ainda resta explicar é o fato de que outras preposições associadas ao ALVO não geram necessariamente uma interpretação télica (‘para’) ou permitem apenas uma leitura atélica (‘em direção a’), enquanto que preposições que aparentemente não lexicalizam um ALVO (‘através’) podem tornar télicos eventos atélicos.

Discutimos, na sequência, os ciclos, cujos representantes são as preposições de ROTA e geométricas. Conforme dissemos na primeira seção, em PB a noção de ROTA é gramaticalmente realizada nas preposições ‘por’ e ‘através’, já as preposições geométricas identificadas por Zwarts (2005, 2008) são realizadas apenas por expressões como ‘em volta de’. Para comparar

ambas as categorias e averiguar sua relação com o cálculo aspectual, tomemos os seguintes exemplos, ignorando a composição interna da locução geométrica.

- (57) a. João correu pelo parque em 10 minutos. [télico/incoativo]
 b. João correu pelo parque por 10 minutos. [duração]
- (58) a. João correu em volta do parque em 10 minutos. [télico/incoativo]
 b. João correu em volta do parque por 10 minutos. [duração]

Conforme a previsão acima (Quadro 8), as sentenças em (57a) e (58a) têm tanto uma interpretação télica quanto atélica, mas devemos notar que a interpretação télica para (57a) é menos natural, nesse caso, parece que interpretamos o DP ‘o parque’ como uma extensão específica a ser percorrida, ou seja, a telicidade aí não parece ser obtida da preposição, mas sim de uma espécie de tema incremental dado pela extensão do FUNDO. A compatibilidade com ‘em x tempo’ comprova isso: caso ‘o parque’ seja entendido como uma medida específica a ser percorrida, ‘10 minutos’ é o tempo que João demorou para percorrê-lo. Segundo a leitura atélica, mais natural para esse caso, interpretamos que ‘em 10 minutos’ foi o tempo que João levou para iniciar sua corrida ‘pelo parque’ ou, então, em (58a) ‘em volta do parque’. As sentenças (57b) e (58b), por sua vez, garantem a interpretação de que uma parte do ciclo foi percorrida, evidenciando que, mesmo não sendo cumulativas, essas trajetórias permitem uma leitura atélica para o evento ao qual se combinam, possivelmente decorrente da propriedade da conectividade.

Com isso, algumas questões devem ser pontuadas: primeiramente, em oposição à hipótese de Zwarts (2005, 2008), devemos assumir que a não-cumulatividade não gera necessariamente eventos télicos, pelo fato de trajetórias não-cumulativas e conectadas poderem gerar um evento atélico. Porém, devemos notar que mesmo que estruturas geométricas, como ‘em volta de’, não sejam orientadas para um ALVO, há uma condição semântica para essas trajetórias, segundo a qual deve haver uma posição final (p(1)) coincidente com a posição inicial do deslocamento (p(0)). Ou seja, a denotação desse tipo de trajetória garante a existência de uma posição final que pode ser associada à delimitação temporal do evento. Novamente, observamos a presença de um ALVO na estrutura para que o evento seja lido como télico. Vejamos, agora, as progressões (trajetórias comparativas) e as continuções (trajetórias constantes e periódicas), que, diferentemente das trajetórias discutidas até o momento, são cumulativas.

- (59) a. João correu para o parque em 10 minutos. [télico/incoativo]
 b. João correu para o parque por 10 minutos. [duração]
- (60) a. João correu ao longo do parque em 10 minutos. [télico/incoativo]
 b. João correu ao longo do parque por 10 minutos. [duração]
- (61) a. João correu de um lado para o outro do parque em 10 minutos.
 [incoativo]
 b. João correu de um lado para o outro do parque por 10 minutos.
 [duração]

Todas as progressões e continuações se conformam, em uma primeira análise, às previsões vistas acima, pois trazem eventos atélicos com interpretações incoativas nos exemplos com ‘em x tempo’, ainda que com diferenças que devem ser mencionadas. Das sentenças (59a) e (60a) é possível obter também uma leitura télica, certamente menos acessível, em que se interpreta a trajetória “até o parque” (59a) ou “o parque” (60a) como uma extensão específica a ser percorrida, ou seja, associa-se uma meta a esse DP. Contudo, note que em tal caso não estaremos diante de uma continuação, mas sim de uma transição, que é não-cumulativa²¹. A mesma situação se aplica ao exemplo (61a) se considerarmos que ‘de um lado para o outro do parque’ recobre, uma única vez, toda a extensão do parque, ou seja, teríamos novamente uma trajetória de transição e não uma extensão cumulativa. Em relação à combinação dessas trajetórias com ‘por x tempo’, temos para todas as sentenças a interpretação de duração esperada, com destaque para (61b) em que a interpretação de repetição fica mais saliente.

Em resumo, podemos dizer que as previsões do Quadro 8, acima, são acertadas para a maioria dos casos: apenas as trajetórias transicionais de FONTE se comportam de um modo inesperado, pois resultam em eventos que ainda são atélicos. Antes de buscarmos uma explicação para isso, podemos abordar outro modo de testar a presença do traço de telicidade, através do chamado “paradoxo do imperfectivo”, segundo o qual somente eventos atélicos permitem o acarretamento de sua forma imperfectiva para a perfectiva, como nos exemplos abaixo:

(62) João estava trocando o pneu do carro → João trocou o pneu do carro.

(63) João estava passeando → João passeou.

Na sequência, aplicaremos esse teste às sentenças que analisamos acima, com a expectativa de que transições não permitam o acarretamento, que os ciclos sejam ambíguos, e que as progressões e continuações permitam o acarretamento em sua interpretação.

(64) **transições (FONTE, ALVO)**

a. João estava correndo do parque → João correu do parque.

b. João estava correndo até o parque → João correu até o parque.

(65) **ciclos (ROTA, geométrica)**

a. João estava correndo através do parque → João correu através do parque.

b. João estava correndo em volta do parque → João correu em volta do parque.

(66) **progressões (comparativa)**

a. Ana estava correndo em direção ao parque → Ana correu em direção ao parque.

21 Ou seja, se ‘ao longo do parque’, por exemplo, denotar toda a extensão do parque, tal trajetória não terá partes próprias, além de não ser conectável, e por isso será uma transição. No caso da preposição ‘para’, haverá uma comparação desta com ‘até’, o que a torna igualmente não-conectável e não-cumulativa.

(67) **continuações (constante, periódica)**

a. Ana estava correndo ao longo do parque → Ana correu ao longo do parque.

b. Ana estava correndo de um lado para o outro do parque → Ana correu de um lado para o outro do parque²².

Conforme mostram as sentenças, a previsão não é completamente satisfeita. De fato, progressões e continuações, permitem o acarretamento, assim como, em uma de suas leituras, os ciclos²³. A diferença, contudo, está nas transições, pois a sentença (64a) apresenta o acarretamento de sua versão imperfectiva para a perfectiva, algo que não deveríamos esperar dessa classe. Como explicar esses fatos?

Há diversas possibilidades a serem exploradas, como o fato de ‘correr’ ser um verbo de maneira de movimento mas sem direcionalidade (contraste, por exemplo, ‘correr’ com ‘sair’ ou ‘subir’), ou ainda o fato de as trajetórias de FONTE, apesar de serem transições, não oferecem um *telos*. Uma terceira possibilidade, que nos parece mais promissora, está associada também à noção de direcionalidade: apenas preposições que exijam o alcance de uma posição final, como ‘até’ e ‘em volta de’, geram necessariamente um evento télico, por mais que apresentem as mesmas propriedades semânticas que as preposições de FONTE ([-conexão], [-cumulatividade] e [-reversibilidade]). Essa observação se diferencia daquela feita por Leal e Oliveira (2016) porque envolve o alcance do FUNDO pela FIGURA ao final do evento e não apenas a orientação para um ALVO. Note-se que as preposições comparativas, embora sejam orientadas para o ALVO, não exigem que a FIGURA atinja o FUNDO quando o evento se encerra, realizando apenas posições intermediárias da trajetória p(i) que aproximam cada vez mais a FIGURA do FUNDO, é por esse motivo que podemos excluir o alcance do ALVO com ‘para’ e ‘em direção a’, mas não com ‘até’.

(68) a. Ana foi para o parque, mas resolveu voltar no meio do caminho.

b. Ana foi em direção ao parque, mas voltou no meio do caminho.

(69) *Ana foi até o parque, mas resolveu voltar no meio do caminho.

O que diferencia ‘para’ de ‘em direção a’ é especificamente o fato de que ‘para’ pode ser interpretada como uma preposição télica, mas ‘em direção a’ nunca licencia essa leitura, gerando

22 Como nota um parecerista anônimo, a quem agradecemos, é importante distinguir entre uma interpretação singular e uma interpretação plural para “de um lado para o outro do parque” em (67b). Para a leitura singular, podemos ter o cenário em que Ana é observada chegando a um lado do parque e partindo para o outro, mas não é vista chegando do outro lado. A leitura plural envolve completar o trajeto de uma ponta a outra do parque mais de uma vez. Nossas considerações se fazem com base na leitura plural.

23 Do mesmo modo que vimos anteriormente, se as trajetórias foram interpretadas como transições, ou seja, se ‘ao longo do parque’ se referir à extensão total do parque, o acarretamento não ocorre: “João estava correndo ao longo do parque” (i.e., por toda a extensão do parque) → “João correu ao longo do parque” (i.e., por toda a extensão do parque). É interessante notar a possibilidade de diferentes PPs direcionais veicularem diferentes trajetórias; a investigação dos fatores que permite essa flexibilidade certamente merece um tratamento aprofundado.

sempre eventos atélicos. Como ambas as estruturas são comparativas, portanto, cumulativas, seria esperado que nenhum desses itens licenciasse uma leitura télica para o evento. O que explica essa suposta telicidade gerada com ‘para’? Conforme vimos anteriormente, ‘para’ prevê que a FIGURA possa atingir o FUNDO ao final do movimento, de tal modo que quando isso acontece passamos a ter uma transição e o evento é lido como télico; pela condição ‘mais próximo de’, a FIGURA pode apenas se aproximar do FUNDO sem, no entanto, passar para essa região, nesse caso, obtemos a leitura atélica. Com ‘em direção a’ não há uma posição final que a FIGURA possa atingir no decorrer do percurso e, além disso, devemos notar que o nome ‘direção’ é cumulativo, ou seja, não há nada na semântica de ‘em direção a’ que permita esse PP atuar na sentença como uma transição, oferecendo telicidade ao evento. Portanto, ‘para’ pode ser não-cumulativo quando passa a se comportar como uma transição, já ‘em direção a’ será sempre cumulativo.

Essa análise preliminar nos oferece resultados interessantes, por harmonizar outras propostas já desenvolvidas na literatura, mostrando que propriedades semânticas subjacentes às classes das preposições de trajetória são relevantes para a construção de telicidade (cumulatividade), bem como a direção na qual o percurso se desenvolve. Ou seja, não-cumulatividade e orientação para o ALVO são ambas propriedades necessárias, mas sozinhas não são suficientes para a obtenção de telicidade, é preciso que o PP envolva as duas propriedades simultaneamente. Antes de sintetizarmos as conclusões alcançadas, é interessante tratar do comportamento de um verbo de movimento do tipo semelfactivo, como ‘pular’, que é, também, atélico.

(70) a. João pulou do trampolim.

transição: FONTE, não conectada, não cumulativa, não reversível

b. João pulou até a piscina.

transição: ALVO, não conectada, não cumulativa, não reversível

(71) a. João pulou pela cama elástica.

ciclo: ROTA, conectada, não cumulativa, reversível

b. João pulou em volta da piscina.

ciclo: geométrica, conectada, não cumulativa, reversível

(72) Joana pulou para a piscina.

progressão: comparativa, conectada, cumulativa, não reversível

(73) a. João pulou ao longo da piscina.

continuação: constante, conectada, cumulativa, reversível

b. João pulou de um lado para o outro da cama elástica.

continuação: periódica, conectada, cumulativa, reversível

O verbo ‘pular’, diferentemente de ‘correr’, não indica necessariamente deslocamento e, portanto, apesar de ser compatível com todos os PPs direcionais que vimos, resulta em interpretações diferentes. Vejamos isso ao avaliar sua compatibilidade com os adjuntos ‘em x tempo’ e ‘por x tempo’ – a expectativa para eventos semelfactivos é que ‘em x tempo’ resulte em interpretações incoativas, e ‘por x tempo’, quando aceitável, resulte em interpretações de repetição. Começemos pelas transições:

(74) a. João pulou do trampolim em 10 minutos. [incoativo]

b. João pulou do trampolim por 10 minutos. [repetição]

(75) a. João pulou até a piscina em 10 minutos. [télico]

b. João pulou até a piscina por 10 minutos. [repetição]

As sentenças em (74) se comportam de acordo com o esperado, pois em (74a) ‘em 10 minutos’ diz respeito ao tempo que a FIGURA levou para começar o evento e em (74b) ‘por 10 minutos’ mede o tempo durante o qual o evento de ‘pular’ se repetiu diversas vezes. Para o caso da preposição ‘até’, podemos alcançar a leitura incoativa desejada para ‘em x tempo’, mas a leitura preferencial é télica, em que o FUNDO ‘a piscina’ é interpretado como o ALVO a ser atingido com o pulo, nesse caso, “João deu diversos pulos até chegar na piscina”. Ou seja, temos novamente a presença de telicidade diante de uma posição final a ser alcançada quando o evento denotado pelo VP se encerra. Para os ciclos, exemplificados pelas sentenças abaixo, temos algo semelhante.

(76) a. João pulou pela cama elástica em 10 minutos. [incoativo]

b. João pulou pela cama elástica por 10 minutos. [repetição]

(77) a. João pulou em volta da cama elástica em 10 minutos. [incoativo]

b. João pulou em volta cama elástica por 10 minutos. [repetição]

Para os casos de (76a) e (77a), podemos ter também uma interpretação télica, não preferencial, ao considerar que as trajetórias relevantes nas duas sentenças têm a extensão total da cama elástica (tornando-as transições). Nesse caso, o movimento teria início em alguma parte da cama elástica $p(0)$ e só se encerraria quando essa mesma parte fosse atingida, caso em que as posições inicial e final coincidiriam $p(0)=p(1)$, assim, entende-se que tais trajetórias foram cumpridas em 10 minutos através de uma série de pulos. Por sua vez, como é esperado, as sentenças em (76b) e (77b) se referem a repetições, com duração de minutos, de pulos. Restam agora as progressões e continuações, apresentadas abaixo:

(78) a. João pulou para a piscina em 10 minutos. [incoativo]

b. ?João pulou para a piscina por 10 minutos. [repetição]

(79) a. João pulou ao longo da piscina em 10 minutos. [incoativo]

b. João pulou ao longo da piscina por 10 minutos. [repetição]

(80) a. João pulou de um lado para o outro da piscina em 10 minutos.

[incoativo]

b. João pulou de um lado para o outro da piscina por 10 minutos.

[repetição]

Novamente, o padrão se repete, pois temos interpretações incoativas para as sentenças em ‘a’, como é esperado (salvo os casos em que as trajetórias são consideradas como transições, e então surge a interpretação télica), e uma interpretação de repetição de evento para as sentenças em ‘b’. Como o verbo ‘pular’ denota um evento não-durativo, o teste do “paradoxo do imperfectivo” só levará em conta uma sequência de repetições de ‘pular’; tal sequência deve, por suas propriedades, ser considerada uma atividade, e a previsão é que a forma imperfectiva acarrete a forma perfectiva. Vejamos os exemplos a seguir:

(81) transições (FONTE, ALVO)

a. João estava pulando do trampolim → João pulou do trampolim.

b. João estava pulando até o parque → João pulou até o parque.

(82) ciclos (ROTA, geométrica)

a. João estava pulando pelo parque → João pulou pelo parque.

b. João estava pulando em volta do parque → João pulou em volta do parque.

(83) progressões (comparativa)

a. Ana estava pulando em direção ao parque → Ana pulou em direção ao parque.

(84) continuações (constante, periódica)

a. Ana estava pulando ao longo do parque → Ana pulou ao longo do parque.

b. Ana estava pulando de um lado para o outro do parque → Ana pulou de um lado para o outro do parque.

De fato, todos os acarretamentos esperados ocorrem, apenas com ‘até’ o teste não segue, pois para que um evento possa ser descrito como ‘pular até o parque’ é necessário que o último pulo dessa sequência seja transicional de uma posição exterior ao parque para dentro desse FUNDO. Se alguém ‘estava pulando até o parque’, não é possível garantir que ‘a chegada no parque’ ocorreu, por isso o acarretamento não segue. Diante do exposto, apresentamos a seguir um resumo das mudanças que ocorrem nas propriedades aspectuais disparadas pelas combinações entre predicados verbais que denotam eventos atéticos (atividades e eventos

semelfactivos) e os diferentes tipos de trajetórias em PB²⁴:

Quadro 9: leituras disponíveis pela combinação de de VPs atélcos de movimento, PPs direcionais e adjuntos temporais

Tipo de trajetória	correr			pular		
	adjuntos		paradoxo do imperfeito	adjuntos		paradoxo do imperfeito
	em x tempo	por x tempo	acarreta?	em x tempo	por x tempo	acarreta?
Transição FONTE	incoativo	duração	sim	incoativo	repetição	sim
Transição ALVO	télico	duração	não	télico	repetição	não
Ciclo ROTA	inc./télic.	duração	sim	incoativo	repetição	sim
Ciclo geométrica	inc./télic.	duração	sim	incoativo	repetição	sim
Progressão comparativa	incoativo	duração	sim	incoativo	repetição	sim
Continuação constante	incoativo	duração	sim	incoativo	repetição	sim
Continuação periódica	incoativo	duração	sim	incoativo	repetição	sim

Fonte: elaborado pelos autores

Ao compararmos o Quadro 8 com o Quadro 9, as maiores diferenças encontradas são com relação às transições que, em PB, não parecem necessariamente transformar eventos atélcos em télicos, por mais que sejam não-cumulativas. Conforme já apontamos, a explicação para tanto está na estrutura das preposições de FONTE e ALVO: o início de uma trajetória é a posição mínima desse tipo de estrutura, ao passo que o fim consiste em sua posição máxima, ao qual é possível associar a progressão do evento pela função TRACE(e). Ou seja, se a trajetória apresenta uma última posição que deve ser atingida, então, pela função TRACE(e), esse lugar pode ser associado a uma meta do evento, um *telos*. Para as preposições de ALVO essa relação é natural, é por isso que ‘até’ sempre transforma VPs de movimento atélcos em télicos, já as preposições de FONTE nunca poderão veicular telicidade, porque são relacionadas ao limite mínimo da trajetória.

Para as preposições de ROTA como ‘por’ e expressões como ‘em volta de’ e ‘ao longo de’, pode-se obter telicidade caso esses sintagmas veiculem justamente um percurso específico a ser completado, associado ao DP_{FUNDO}, apresentando, assim, uma posição máxima na trajetória em questão. Com a discussão, foi possível observar que o fato de a preposição ser não-cumulativa não é suficiente para garantir telicidade, bem como não basta que se trate de uma trajetória orientada para o ALVO, pois ‘para’ é ambígua entre uma leitura télica e outra atélica, ao passo que ‘em direção a’ só permite uma interpretação atélica para o evento. Para que o PP interfira nas propriedades aspectuais da sentença, é necessário, então, que apresente referência não-

24 No Quadro 9, apresentamos as leituras preferenciais geradas pela combinação do adjunto com os PPs direcionais e os VPs atélcos de movimento. Porém, é importante lembrar que diversas classes, como as preposições comparativas, constantes e periódicas, podem levar a uma leitura télica com ‘em x tempo’ caso o argumento FUNDO seja interpretado como uma meta a ser atingida, tal fato descaracteriza as classes enquanto tal e as transforma em uma trajetória de transição, logo, o comportamento télico passa a ser o esperado.

cumulativa e denote um deslocamento que será finalizado em uma posição ALVO (p(1)), de tal modo que o evento de encerra quando a FIGURA atinge o FUNDO.

Com isso, podemos dizer que as hipóteses de Leal e Oliveira (2016) e Zwarts (2005, 2008) explicam apenas parcialmente o funcionamento dos PPs de trajetória em combinação com verbos de movimento atélicos do PB, porém, a harmonização de suas ideias permite explicar o comportamento aparentemente caótico observado, de tal modo que qualquer preposição ou PP que denote uma transição para uma posição final (ALVO) pode oferecer telicidade para o evento, dado que o desenvolvimento da estrutura temporal do evento pode ser mapeado na estrutura espacial da trajetória, assim, a transição não-cumulativa da FIGURA para o FUNDO garante o encerramento temporal do evento.

Conclusões

Neste artigo, tivemos como objetivo (i) classificar as preposições de trajetória do PB com base na tipologia de Zwarts (2005, 2008) e (ii) avaliar quais mudanças esses PPs trazem para as propriedades acionais dos predicados verbais de movimento no português brasileiro. Ao apresentarmos a proposta de Zwarts (2005, 2008), classificamos as preposições do PB, como ‘de’, ‘para’, ‘até’, ‘em direção a’, ‘por’ e ‘em volta de’, a partir de três propriedades: conectividade, reversibilidade e cumulatividade, oferecendo, também, uma interpretação semântica para esses itens que deve, certamente, ser melhor elaborada em trabalhos futuros. Porém, apesar de se tratar de uma proposta incipiente, conseguimos observar propriedades finas que subjazem as preposições e podem explicar e individualizar itens que são associados a uma mesma classe, como as preposições ‘para’, ‘até’ e ‘em direção a’, todas tidas como preposições de ALVO. Com isso, encerramos nossa principal contribuição para os estudos sobre as preposições de trajetória do PB e acreditamos que, ao termos mobilizado a proposta de Zwarts (2005, 2008), já amplamente utilizada na literatura, facilitamos uma possível comparação entre os dados do PB e de outras línguas.

Nosso segundo objetivo foi alcançado ao termos explorado a interação das preposições de trajetória com os verbos ‘correr’ e ‘pular’, tipicamente eventos de movimento atélicos. Com a análise, observamos que apenas interferem no cálculo aspectual do evento preposições/PPs não-cumulativos e que garantem o alcance de uma posição final (ALVO) pela FIGURA quando o deslocamento se encerra. Nosso trabalho, então, demonstrou que as hipóteses encontradas na literatura explicam apenas parcialmente os dados do PB, pois embora não-cumulatividade seja necessária para a obtenção de evento télico, essa propriedade não é suficiente, dado que preposições de ROTA não oferecem telicidade para a estrutura mesmo sendo não-cumulativas. Analogamente, a ideia de que apenas preposições orientadas para o ALVO possam ser télicas é uma condição necessária, mas também não suficiente, dado que ‘em direção a’ é um PP orientado para o ALVO e nunca permite uma interpretação télica, por ser cumulativo. Concluimos, assim,

que telicidade pode surgir da relação entre VPs de movimento e PPs de trajetória se e somente se o PP é não-cumulativo, pode ser associado a uma posição final (p(1)=ALVO) e exige que a FIGURA atinja essa posição quando o movimento se encerra, ou seja, quando temos uma transição para um FUNDO do tipo ALVO. Essas constatações são, certamente, questões que merecem futuros aprofundamentos, como investigar se em outros domínios que não o espacial as generalizações podem ser mantidas. Aqui apenas realizamos uma investigação preliminar deste importante tópico, contribuindo para os estudos sobre os PPs de trajetória e sua interação com o domínio verbal.

Referências

AVELAR, J. Complementos direcionais em afro-variedades de português e espanhol. *Moderna Språk*, 111(2), 15-44, 2017.

BASSO, R. M. *Telicidade e detelicização: semântica e pragmática do domínio tempo-aspectual*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Campinas: UNICAMP, 2007.

BASSO, R. M.; FERREIRA, T. L. Sobre a estrutura dos PPs locativos no português brasileiro: N ou AxPart? *DELTA* [online]. 2020, vol.36, n.1, 2020360105. <https://doi.org/10.1590/1678-460x2020360105>.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. p. 334-335.

DEN DIKKEN, M. On the functional structure of locative and directional PPs. *Mapping spatial PPs*, v. 6, p. 74-126, 2010.

DOWTY, D. *Word Meaning and Montague Grammar*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1979.

FERREIRA, T. L.; BASSO, R. M. Preposições de ALVO no português brasileiro: uma comparação entre ‘para’ e ‘até’. *Revista Linguística*, v. 15, n. 3, p. 43-68. DOI: <http://dx.doi.org/10.31513/linguistica.2019.v15n3a27505>

FILIP, H. Prefixes and the delimitation of events. *Journal of Slavic Linguistics* 11.1:55–101, 2004.

GARCIA, D. D. PrepNet. Br: *uma proposta de representação semântica para as preposições do português*. Tese (Doutorado em Linguística), São Carlos: UFSCar, 2018.

GEHRKE, B. *Ps in Motion: On the Semantics and Syntax of P Elements and Motion Events*. PhD Thesis, Utrecht University. LOT Dissertation Series 184, 2008.

GROLLA, E. Prepositions, Scales and Telicity: A Case Study. In Vineeta Chand *et al.* (eds.) *WCCFL 23 Proceedings*. Somerville, MA: Cascadilla Press., pp. 293-303, 2004.

- ILARI, R. et. al. A preposição. In: ILARI, R. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil*: volume IV: palavras de classe fechada. São Paulo: Contexto, 2015. p. 163-310.
- JACKENDOFF, R. *Semantics and Cognition*. Cambridge, MA: MIT Press, 1983.
- KRIFKA, M. The origins of telicity. In: ROTHSTEIN, S. (ed.). *Events and Grammar*. Dordrecht: Kluwer, 197-235, 1998.
- LEAL, A.; OLIVEIRA, F. Verbos de movimento, preposições direcionais e escalas. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, v. 1, 2016.
- LEAL, A.; OLIVEIRA, F.; SILVANO, M. Verbos de movimento e preposições direcionais. 2017. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, v. 3, p. 119-133, 2017.
- LINK, G. *Algebraic semantics in language and philosophy*. Stanford: CSLI Publications, 1998.
- MACKENZIE, J. L. *English spatial prepositions in Functional Grammar*. Amsterdam: Free University, 1992.
- NAM, S. Goal and source: Asymmetry in their syntax and semantics. Paper presented at the workshop on *Event Structures in Linguistic Form and Interpretation*, Leipzig, 2004.
- PANTCHEVA, M. *Decomposing path: The nanosyntax of directional expressions*. (Tese – Doutorado em Linguística), Universidade de Tromsø, 2011.
- PERINI-SANTOS, Pedro. Análise cognitiva da preposição de do português do Brasil. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 27, n. 1, p. 37-62, 2011.
- RAMMÉ, V. *Mudança Semântica no PB: Reanálise restringida pela Hierarquia Funcional-Conceitual Universal*. Doutorado em Linguística. Curitiba: UFPR, 2017.
- ROTHSTEIN, S. *Structuring Events: A Study in the Semantics of Lexical Aspect*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.
- SVENONIUS, P. The emergence of Axial Parts. *Nordlyd*, v. 33, n. 1, p. 49-77, 2006.
- SVENONIUS, P. Spatial P in English. In: CINQUE, G.; RIZZI, L. (Eds.) *Mapping Spatial PPs: The cartography of Syntactic Structure*, vol. 6. Oxford: OUP, 127-160, 2010.
- VIEIRA, M. J. B. Variação das preposições em verbos de movimento. *Revista SIGNUM: Est. Ling.*, Londrina, v.12, n.1, pp. 423-445, 2009.
- VERKUYL, H. *A Theory of Aspectuality: The Interaction between Temporal and Atemporal Structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- Diadorim*, Rio de Janeiro, vol. 22, número 2, p. 460-496, 2020.

WIEDEMER, M. L. Variação e gramaticalização no uso de preposições em contextos de verbos de movimento no português brasileiro. Tese (Doutorado em Linguística). Araraquara: UNESP, 2013.

WUNDERLICH, D. How do prepositional phrases fit into compositional syntax and semantics. *Linguistics* 29, p. 591-621, 1991.

ZWARTS, J. Prepositional Aspect and the Algebra of Paths. *Linguistics and Philosophy* 28.6, 739-779, 2005.

ZWARTS, J. Aspects of a typology of direction. In S. ROTHSTEIN (Eds.), *Theoretical and Crosslinguistic Approaches to the Semantics of Aspect* (pp. 79-106) (28 p.). Amsterdam: John Benjamins, 2008.



O SISTEMA RESPONSIVO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO BRAZILIAN PORTUGUESE RESPONSIVE SYSTEM

Lílian Teixeira de Sousa (UFBA)

RESUMO

Uma diferença marcante entre as línguas diz respeito à forma com que perguntas sim-não são respondidas: com partículas em francês, verbos-eco em irlandês e pela combinação de partículas e verbos-eco no Português. Essa distinção tem recentemente atraído a atenção da área da Teoria Gerativa. Holmberg (2013, 2016), por exemplo, afirma que a sintaxe das respostas a perguntas sim-não é em grande parte similar à sintaxe das perguntas. De acordo com o autor, a distinção tipológica entre sistemas baseados na verdade e sistemas baseados na polaridade está relacionada à posição que a negação ocupa; língua com um consistente sistema baseado em polaridade só apresentam negação média ou alta, enquanto línguas com um sistema baseado em verdade só apresentam negação baixa. Há ainda línguas como o inglês, que apresentam variação entre negação alta e baixa. O objetivo deste artigo é discutir qual o tipo de sistema responsivo do português brasileiro (PB), considerando que o PB apresenta três tipos de negação, dependendo do número e posição de itens negativos na sentença – Neg VP; Neg VP Neg e VP Neg.

PALAVRAS-CHAVE: Fragmento de resposta; Polaridade; Negação; Português Brasileiro.

ABSTRACT

A remarkable difference between languages is the way yes-no questions are answered: particles in French, echo-verbs in Irish and a combination of particles and echo-verbs in Portuguese. This distinction has recently received attention in the generative framework. Holmberg (2013, 2016), for instance, claims that the syntax of answers to yes-no questions is to a large extent the same as the syntax of questions. An important consequence of his studies, however, concerns the syntax of negation. According to the author, the typological distinction between truth-based systems and polarity-based systems is related to the position negation occupies; languages with a consistently polarity-based system only have middle or high negation, while languages with a truth-based system have low negation. There are also languages like English, which has variation between a high and a low negation. The aim of this paper is to discuss which kind of responsive system Brazilian Portuguese (BP) has, by taking into account that BP exhibits three types of negation, depending on the number and position of negative items – Neg VP; Neg VP Neg and VP Neg.

KEYWORDS: Fragment Answers; Polarity; Negation; Brazilian Portuguese.



Introdução

O estudo linguístico de respostas se concentrou historicamente na área da pragmática, com foco para a relação entre o tipo de resposta e o contexto enunciativo. Nas últimas décadas, no entanto, esse tem sido um tema recorrente também na área da sintaxe gerativa, a partir, principalmente, de abordagens que consideram esse tipo de enunciado como estruturas elididas. De uma forma ou de outra, uma série de tipologias de respostas são apresentadas. Por um lado, há estudos como o de Farkas e Bruce (2010), que analisam semelhanças e diferenças de reações a asserções e a perguntas polares, estabelecendo uma tipologia de respostas. Por outro, há os trabalhos de Holmberg (2013, 2016), que considera que a sintaxe das respostas é a mesma das perguntas. Para esse autor, há elipse mesmo quando a língua faz uso de partículas como respostas e as diferenças entre as línguas em relação ao tipo de resposta está relacionada à posição que a negação ocupa na estrutura de cada língua.

Como sabemos, o português brasileiro (PB) exhibe três diferentes tipos de estruturas negativas – [Neg VP], [Neg VP Neg] e [VP Neg], sendo essa última estrutura exclusiva para respostas negativas em alguns dialetos. Considerando o papel central que a negação ocupa nas abordagens voltadas para o estudo de respostas, o presente artigo tem como objetivo apresentar os tipos de respostas possíveis no PB, especialmente no PBD(ialetal), e discutir se os dados podem ser explicados pelas teorias vigentes.

O artigo está organizado da seguinte forma: Na seção 2, tipologia de respostas, são apresentadas duas das principais teorias sobre respostas – Farkas e Bruce (2010) e Holmberg (2013, 2016). Na seção 3, O sistema Responsivo do PB, apresentamos os principais tipos de resposta na língua para discutir as contribuições e questões que os dados do PB trazem para o estudo de respostas. E, por fim, na seção 4, são apresentadas as Considerações Finais.

Tipologia de respostas

Farkas e Bruce (2010) tratam, principalmente, de respostas, ou melhor de reações a asserções e/ou a perguntas polares. Segundo os autores, asserções e perguntas polares são similares por permitir reações – confirmando ou revertendo o que está sendo enunciado, mas são diferentes quando se considera o comprometimento (*commitment*) presente nas asserções, mas não em perguntas polares. Veja abaixo (ex. 2-3 de Farkas e Bruce, 2010):

Anne: Sam is home.

Sam está em casa.

Ben: Yes/Yeah, he's home./No, he isn't home.

Sim/Sim, ele está em casa./Não, ele não está em casa.

Anne: Is Sam home?

Sam está em casa?

Ben: Yes/Yeah, he's home./No, he isn't home.

Sim/Sim, ele está em casa./Não, ele não está em casa.

Segundo os autores, embora nos dois casos seja possível usar o mesmo tipo de conteúdo, o efeito da resposta é diferente, porque, diferentemente de uma asserção, uma pergunta polar não conta com o comprometimento do falante em relação à verdade da proposição. Assim, enquanto as respostas em (2) são ambos movimentos conversacionais esperados, a reação negativa de Ben em (1) leva ao que os autores chamam de crise conversacional, já que, nesse caso, a veracidade da proposição “*Sam is home*” (Sam está em casa) é colocada em xeque.

Farkas e Bruce (2010) assumem dois mecanismos fundamentais que direcionam conversas, (i) a necessidade de acrescentar elementos ao conhecimento partilhado (*common ground*) e (ii) alcançar estabilidade, o que ocorre a partir do conhecimento partilhado. Assim, quando dois participantes iniciam uma conversa, uma questão é colocada e para se alcançar novamente estabilidade é necessário que a questão seja resolvida com novos elementos sendo acrescentados ao conhecimento partilhado. A maior contribuição dos autores no tema, no entanto, está na inclusão da noção de comprometimento. Segundo apontam, uma proposição p (ex. Sam está em casa) é resolvida em relação ao conhecimento partilhado cg se e somente se p parte do comprometimento do falante com a verdade da proposição (Anne acredita ser verdade que Sam está em casa). Isso significa que uma asserção projeta uma confirmação como um conhecimento partilhado futuro que inclui uma proposição assertada (Sim, Sam está em casa). Já uma pergunta polar projeta um conjunto de futuros conhecimentos partilhados (Sam está em casa, Sam não está em casa), já que não conta com o comprometimento do falante como ocorre com a asserção. Com isso, pode se dizer que asserções ([D]) e perguntas polares ([I]) são similares por haver um efeito sobre o conjunto de proposições, mas se diferem porque asserções só projetam uma proposição (Sam está em casa[D]; { p }), enquanto perguntas polares projetam um conjunto de proposições possíveis (Sam está em casa[I]; { p , $\neg p$ }).

Dessa forma, observa-se que uma asserção requer consistência, o que significa dizer que algumas proposições são assumidas como verdadeiras no contexto da conversa. É por esse motivo que Farkas e Bruce (2010) afirmam que asserções projetam confirmação como *default*, i.e., a confirmação é o movimento conversacional menos marcado. Consequentemente, a contradição ou denegação¹ são movimentos conversacionais mais marcados. Mais concretamente, os autores assumem que uma estrutura discursiva K contém um conjunto de proposições DC_X para cada participante X na conversa, feita a partir das proposições que X apresentou comprometimento no decorrer da conversa e que não são partilhadas por todos os participantes. Adicionalmente K

¹ Para os propósitos deste trabalho contradição e denegação são tratados como sinônimos.

contém um conjunto de proposições, cg , cujos elementos são proposições que foram confirmadas por todos os participantes da conversa, assim como um conjunto de proposições já conhecidas. Dessa forma, o conjunto de comprometimentos discursivos de um participante X é $DC_X \cup cg$.

É importante dizer, no entanto, que os comprometimentos discursivos não têm que estar corretos, o que significa dizer que eles não têm que ser fatos verdadeiros no mundo, mas que são assumidos como verdadeiros na perspectiva da conversa. Nesse contexto, um participante é considerado coerente se e somente se seu comprometimento discursivo é consistente; e um discurso cujo cg é inconsistente é um discurso em crise.

Comparando asserções com perguntas polares, é certo dizer que asserções são enviesadas em favor da proposição denotada pela sentença, enquanto as perguntas polares não. Por isso, Farkas e Bruce (2010) argumentam que asserções têm como propriedade, além da confirmação, a possibilidade de contradição. Como, no entanto, é possível que os participantes de uma conversa concordem em discordar, os autores diferenciam os traços de polaridade relativa [*same*] e [*reverse*], que dizem respeito respectivamente aos movimentos de confirmação e contradição, dos traços de polaridade absoluta [+] e [-]. Esses últimos referem-se, respectivamente, a respostas compostas de uma sentença afirmativa e respostas compostas de uma sentença negativa. Os dados abaixo, retirados de Farkas e Bruce (2010, p.20 (34-35)) ilustram a combinação desses traços:

Anne: Sam is home. / Is Sam home?

Sam está em casa./ Sam está em casa?

Ben: Yes, he is. ([*same*, +])

Sim, ele está.

Connie: No, he isn't. ([*reverse*, -])

Não, ele não está.

Anne: Sam is not home./Is Sam not home?

Sam não está em casa/ Sam não está em casa?

Ben: Yes, he is. ([*reverse*, +])

Sim/Sim, ele está.

Connie: No, he isn't. ([*same*, -])

Não, ele não está em casa.

Observem que, nos dados acima, para ilustrar o efeito da combinação dos traços [*reverse*, +] e [*same*, -] os autores recorrem à negação. Isso mostra que a negação tem o

papel de reverter a polaridade do movimento de confirmação de asserções, que passa de p a $\neg p$, e geram viés em perguntas polares, normalmente não enviesadas, que passam a projetar confirmação como movimento conversacional *default* e apresentar como conjunto de futuros conhecimentos partilhados $\{\neg p, \neg(\neg p)\}$. Para Farkas e Bruce (2010), contradições são movimentos conversacionais mais marcados porque a proposição do autor de uma contradição não pode se tornar comprometimento conjunto em discurso coerente sem a retratação por parte do outro participante ou se os participantes concordam em discordar, o que envolve remover da mesa as proposições, negativa e afirmativa, sem removê-las da lista de comprometimentos relevantes. É nesse ponto que a noção de comprometimento é importante, já que separar a lista de comprometimentos do conhecimento partilhado é crucial para capturar o fato de que, depois de concordar em discordar, uma conversa não está em crise.

Seguindo os argumentos de Walker (1996), Farkas e Bruce (2010) afirmam ainda que, diferente das confirmações, as contradições, por serem movimentos conversacionais mais marcados, precisam ser explícitas e sinalizadas. As contradições podem ser sinalizadas através de marcadores como ‘de jeito nenhum’ ou ‘definitivamente não’ em asserções, mas podem ser realizadas a partir da adição de uma proposição negativa ($\neg p$) ao comprometimento discursivo do participante. Ainda segundo os autores, há línguas como o romeno que apresentam um tipo de partícula específica para expressar contradição (*[reverse, +]*):

Ana: Horea e acasă?

Horea está em casa?

Petru: Nu, nu e./*Ba nu, nu e.

Não, não está.

Ana: Horea e acasă.

Horea está em casa.’

Petru: Nu, nu e./Ba nu, nu e.

Não, não está.

Como vimos até aqui, a principal diferença em uma asserção e uma pergunta polar é que essa última não é enviesada para a confirmação, não podendo apresentar, portanto, contradição. Os dados apresentados em (5-6) mostram que a partícula *ba* no romeno é uma partícula de contradição, que, diferente no *nu* (não), só pode ser usada quando o contexto projeta confirmação. Assim, o romeno está entre as línguas que apresentam uma partícula exclusiva para contradição contendo os traços *[reverse, +]*. Esse tipo de partícula ocorre em outras línguas como no francês (*sí*) e no alemão (*doch*), mas não está presente em todas as línguas que utilizam partículas como resposta. Há línguas, como o inglês, que só apresentam partículas sensíveis à polaridade (*yes*

e *no*), o que significa que essas partículas marcam simultaneamente os traços [*same*] e [+] ou [*reverse*] e [-], sendo o tipo de resposta influenciado pelos traços de polaridade introduzidos no contexto precedente:

Q: Is John tired?

A1: **No**, John is **not** tired.

A2: **Yes**, John is [**AFFIRM**] tired.

Para os autores, partículas polares como *yes* e *no* ocupam a posição mais à esquerda da sentença, batizado de PolP, que codifica os traços de polaridade relativa e absoluta de uma resposta. O nó irmão de PolP, nessa proposta, é CP, com o qual concorda em polaridade.

Além das línguas que apresentam partículas de contradição e aquelas que apresentam apenas partículas de polaridade, há língua como o japonês, que comportam partículas que só sinalizam polaridade relativa, isto é, [*same*] e [*reverse*]. Nesse caso, as partículas confirmam ou rejeitam a proposição do contexto, mas, ao contrário do inglês, não concordam com a polaridade da sentença.

Para Holmberg (2016), retomando os trabalhos de Kuno (1973) e Jones (1999), a diferença entre as línguas descrita acima tem a ver com diferentes sistemas de respostas, um sistema baseado na polaridade e um sistema baseado na verdade. O autor não faz referência a asserções e trata apenas de perguntas polares, mas distingue perguntas polares neutras de perguntas polares negativas. Assim como descrito por Farkas e Bruce (2010), Holmberg (2016) afirma que perguntas polares neutras colocam para o interlocutor um conjunto de proposições alternativas, p e $\neg p$, esperando que o interlocutor diga qual dela é a verdadeira, mas se há negação presente, a pergunta deixa de ser neutra e passa a ser enviesada em relação a uma das respostas. Com isso, o conjunto de proposições projetado por uma pergunta polar negativa passa a ser $\{\neg p, \neg(\neg p)\}$, como já apontado anteriormente. A diferença entre as línguas fica evidente quando se observa a resposta a perguntas polares desse tipo, comparando o sueco e o cantonês, por exemplo, vemos que enquanto o sueco responde com a negação mantendo a polaridade da pergunta para realizar a confirmação, o cantonês faz o oposto usando uma partícula afirmativa:

Q: Dricker Johan inte kaffe? [sueco]

bebe Johan não café

‘Johan não bebe café?’

A: Nej.

não (‘Ele não bebe café.’)

Q: John m jam gaafe? [Cantonês]

John não bebe café

‘John não bebe café?’

A: hai

Sim (‘John não bebe café.’)

No sueco, a partícula negativa é usada para confirmar que a alternativa negativa $\neg p$ é a verdadeira, já no cantonês é uma partícula afirmativa que confirma a alternativa negativa. Essa seria a evidência de que o sueco apresenta um sistema de respostas baseado em polaridade, enquanto o cantonês apresentaria um sistema baseado em verdade. Isso porque no sistema do sueco, e também no do inglês, a partícula de resposta concorda com a polaridade da proposição (ver exemplo (7)).

Embora as abordagens de Holmberg (2016) e Farkas e Bruce (2010) sejam parecidas em alguns pontos, Holmberg não trata a diferença entre as línguas em termos de traços presentes nos itens de polaridade como fazem Farkas e Bruce. Para Holmberg (2016), a diferença está na posição que a negação ocupa em uma e outra língua. Isso porque, para esse autor, respostas, sendo parasitas às perguntas, apresentariam a mesma estrutura sintática com a diferença de apresentar conteúdo elidido. Assim, se há negação na pergunta haverá também na resposta. A evidência disso para o autor está na marcação de caso no finlandês, que repete o mesmo padrão da pergunta:

Q: Kenet Jussi tapasi?

Quem-ACC Jussi encontrou

‘Quem Jussi encontrou?’

A: Marja-n.

Marja-ACC

Marja [Jussi tapasi <Marjan>].

Holmberg (2016) propõe ainda que a estrutura sintática de perguntas polares inclui uma variável livre com dois valores possíveis, a variável $[\pm\text{Pol}]$:

$[_{CP} \text{ do } [_{IP} \text{ you } [\pm\text{Pol}] \text{ want tea}]]$

A sentença acima poderia ser descrita da seguinte forma: ‘Qual o valor de $[\pm\text{Pol}]$ tal que ‘você $[\pm\text{Pol}]$ quer chá’ é verdade? Nesse caso, a resposta *yes* ou *no* atribui um valor à variável da pergunta resultando em uma proposição verdadeira – *yes* significa $[\text{+Pol}]$ e *no* $[\text{-Pol}]$. Assim, a resposta é, em casos não marcados, composta do mesmo conteúdo proposicional da pergunta, sintaticamente codificando o mesmo PolP, mas na resposta o traço de polaridade estaria

especificado na posição de foco sentencial, que atribui um valor ao núcleo de polaridade no IP. O IP na resposta é tipicamente deletado a partir da identidade com o IP da pergunta, o que leva a uma FF² composta por uma única palavra pronunciada, codificando o valor da polaridade focalizada.

Q: Is John coming?

A: Yes [John is coming]

[_{FocP} yes Foc [_{PolP} John [+Pol] is coming]]

Aqui é importante dizer que, para Holmberg (2013, 2016), toda sentença finita tem um traço de polaridade concatenado ao núcleo mais alto no domínio de IP. O traço de polaridade é concatenado sem ser valorado e seu valor só é atribuído no curso da derivação sintática, o que formalmente pode ser traduzido por um traço não valorado que age como uma sonda procurando por seu domínio de c-comando e checando seu traço com uma categoria com o traço valorado. O fato de a categoria PolP de Holmberg estar presente em toda sentença declarativa a torna, nas palavras do próprio autor, equivalente à categoria de finitude proposta por Rizzi (1997), sendo, portanto, uma categoria distinta da proposta por Laka (1994) e também por Farkas e Bruce (2010).

Até aqui tratamos de respostas compostas por partículas, mas o fato é que a grande maioria das línguas do mundo faz uso de verbos-eco para responder a perguntas polares; é o caso do sueco, do finlandês e de todas as variedades do português, por exemplo. Nesse caso, fica ainda mais evidente a existência de elipse, já que o verbo é flexionado da mesma maneira que o verbo finito da pergunta, correspondendo a uma sentença declarativa completa. A proposta de Holmberg para esse tipo de língua é que, nas respostas afirmativas compostas de verbo-eco, o verbo carrega o traço de polaridade valorado, enquanto nas respostas negativas é a negação sentencial que carrega esse traço.

Nesta proposta, respostas a perguntas polares empregam, como vimos, o mesmo PolP da pergunta, mas, ao invés de um traço de polaridade não-valorado movido para CP, o traço de polaridade é concatenado valorado com FocP. Se a sentença é afirmativa, o traço de polaridade não tem matriz fonológica inerente. Na verdade, ela viria com um traço fonológico vazio e copiaria a matriz fonológica do núcleo abaixo mais próximo, que é o verbo adjunto à polaridade. Isso proveria o traço necessário para pronunciar o núcleo focalizado, já que Foco precisa ter uma expressão em FF. O núcleo de polaridade focalizado atribui seu valor ao núcleo Pol não especificado, o que resulta em uma sentença declarativa afirmativa como resposta. Já nas respostas negativas, o núcleo de polaridade negativa marcado é concatenado externamente na posição de foco e a esses traços são atribuídos valores pelo núcleo de polaridade sentencial. Em finlandês essa operação ficaria evidente porque o núcleo [-Pol] já conta com um conjunto de

2 Forma Fonológica.

traços-φ não valorados (pessoa e número):

Q: Luit-ko sinä sen kirjan?

leu-[±] você aquele livro

A: E-n.

NEG-1SG

‘Não.’

Retornando às perguntas negativas, vimos que esse tipo de pergunta denota a disjunção entre $\neg p$ e $\neg(\neg p)$, uma proposição negativa e sua negação. A proposição $\neg p$ é em termos de condições de verdade equivalente a p , assim, perguntas negativas e neutras são em certo sentido semanticamente equivalentes. A diferença, segundo Holmberg (2013, 2016), é que na pergunta neutra p é a proposição alternativa primária, enquanto na pergunta negativa é $\neg p$, sendo proposição primária aquela que é negada por outra proposição, ou seja, é a alternativa não marcada. Assim, em perguntas negativas, a resposta ‘confirma’, e não simplesmente ‘afirma’, uma das alternativas. Isso significa que nos sistemas de respostas baseados em verdade, o termo ‘sim’ convém concordância com a expectativa da pessoa que faz a pergunta, enquanto nos sistemas baseados em polaridade é o ‘não’ que realiza essa tarefa. Esse fenômeno nas línguas de sistema baseado em polaridade é geralmente chamado de neutralização negativa. Segundo Holmberg, no entanto, haveria línguas como o inglês que apresentariam um sistema misto, apresentando ora ‘sim’ ora ‘não’ para confirmar a verdade da alternativa negativa.

Kramer e Rawlins (2012) foram os primeiros a perceber que há variação de respostas a perguntas negativas a depender da posição da negação na pergunta no inglês, segundo observam o *not* em perguntas polares negativas é sistematicamente usado para transmitir expectativa de respostas negativas. Holmberg (2013), no entanto, observa que falantes reagem de forma diferente quando se considera a posição da negação como apresentado nos dois conjuntos de dados abaixo:

a. Isn't John coming?

b. Don't you speak French?

c. Isn't this cake good?

a. Is John not coming?

b. Do you not speak French?

c. Is this cake not good?

Segundo aponta, embora para muitos falantes as perguntas em (15) transmitam

inequivocamente a expectativa de uma resposta positiva, nem todos confirmam essa interpretação. Para esses falantes, no entanto, para transmitir uma expectativa de resposta negativa, as formas em (16), nas quais se usa *not* ao invés de *n't*, podem ser usadas. Ou seja, nem todos concordam a interpretação para as questões em (15), mas todos confirmam que os dados em (16) transmitem expectativa de respostas negativa.

Partindo do exposto, Holmberg (2013, 2016) explora a relação entre a posição da negação e a expectativa de resposta, positiva ou negativa. O autor avalia as variedades em que *n't* tem escopo ambíguo e conclui que a interpretação do escopo interno à sentença para esse item leva ao licenciamento do uso da partícula de polaridade *either* e transmite a expectativa de uma resposta negativa, já se a interpretação é não sentencial, o uso de *either* não é permitido e a expectativa é de uma resposta positiva. Para confirmar essa análise, o autor avalia ainda o efeito da inserção de um advérbio sob o escopo de *not* e verifica que nesse caso não há dúvida entre os falantes nativos de que *yes* confirma a alternativa negativa e *no* contraria:

Q: Did you purposely not dress up for that occasion?

‘*Você não se vestiu para a ocasião de propósito?*’

A1: Yes. (‘Sim. Eu propositalmente não me vesti para a ocasião’)

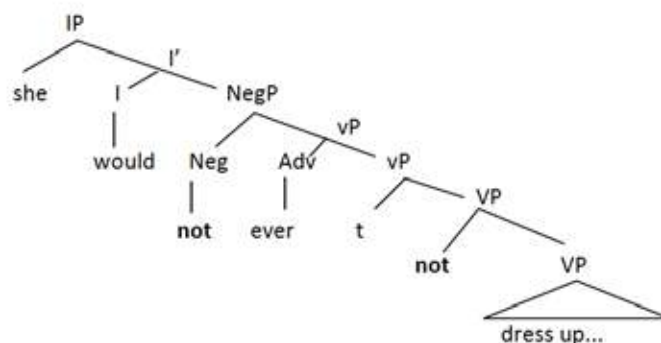
A2: No. (‘Não. Não foi de propósito que não me vesti para a ocasião’)

A partir desses dados, o autor conclui que a explicação para a neutralização negativa no inglês está relacionada às múltiplas posições possíveis para a negação na língua, podendo inclusive uma ter escopo sobre a outra:

You can't not like her.

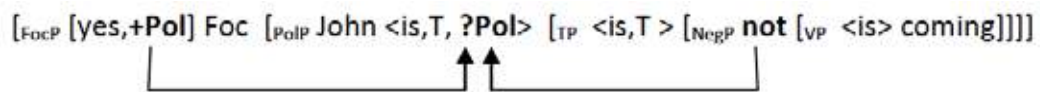
‘*Você não pode não gostar dela.*’

Holmberg (2013, 2016) apresenta, então, três posições possíveis para a negação: negação alta, média e baixa. A negação alta (*n't*) estaria fora do IP, a média teria escopo sentencial, enquanto a negação baixa teria escopo apenas sobre o VP:

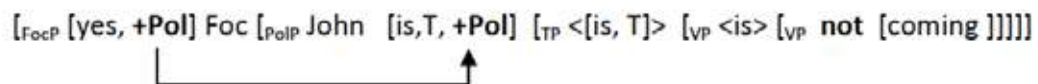


Lembrando que para o autor se a pergunta contém uma negação a resposta também terá, o PolP

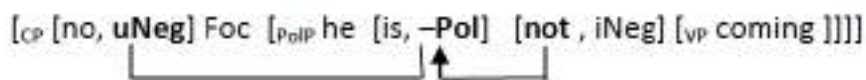
elidido da resposta a uma pergunta negativa contém negação média, isso levaria a um conflito sobre quem valoraria o núcleo Pol no caso de uma resposta com *yes*. Isso porque a negação estaria tão próxima do núcleo Pol quanto a partícula em Foco, apresentando, porém, cada uma um valor, o que gera um conflito sobre que valor é atribuído a Pol:



Já se a negação está na posição mais baixa, com escopo apenas sobre o VP, a partícula em Foco passa a estar em melhor posição para atribuir o valor de Pol:



Com isso, Holmberg (2013, 2016) conclui que a diferença entre as línguas que apresentam o sistema de resposta baseado em polaridade e o sistema baseado em verdade está na posição que a negação pode ocupar nessas línguas. Um sistema baseado em polaridade é um sistema que não apresenta negação baixa e uma propriedade desse sistema é que as partículas de resposta negativa podem ser formalmente não interpretáveis, recebendo seu valor ao entrar em uma cadeia de concordância com o traço interpretável da negação em PolP:



A vantagem da proposta de Holmberg em relação à de Farkas e Bruce está na possibilidade de explicação dada a línguas com um sistema misto como o inglês. Essa proposta, no entanto, não trata da possibilidade de mais de um elemento negativo em concordância e nem com as possibilidades de diferença estrutural entre negações em asserções ou respostas, ambas características típicas do português brasileiro. É por esse motivo que passamos, na próxima seção, para a análise dos fatos do PB.

O sistema responsivo do português brasileiro

Há poucos trabalhos sobre o sistema responsivo do português brasileiro. Além de Oliveira (1982, 2000), Kato e Tarallo (1992) e Kato e Cyrino (2012), que tratam especificamente de tipos de resposta no PB, há ainda o trabalho de Biberauer e Cyrino (2009), que fazem referência a respostas ao tratar da negação sentencial no português brasileiro. O trabalho de Oliveira (1982) trata de questões relativas ao sujeito em respostas curtas a interrogativas polares, verificando que o sujeito nulo é possível quando o verbo sobe para uma posição mais alta no constituinte

frasal (resposta curta em que o verbo estaria em Σ^3) ou quando o verbo é seguido por um elemento (*sim/não*) que modifica seu conteúdo assertivo (confirmação enfática ou denegação), já o sujeito pleno ocorreria quando o verbo não apresenta elementos que modifiquem seu conteúdo assertivo. Kato e Tarallo (1992) também tratam das partículas polares do PB e afirmam que a partícula *sim* desempenha um papel diferente do de uma partícula positiva, sendo usado principalmente para expressar ênfase ou contradição:

Q: Você comeu o bolo?

A: Comi.

Q: Você **não** comeu o bolo.

A: Comi, **sim**.

Já Kato e Cyrino (2012) complementam os trabalhos anteriores ao tratar também de respostas a perguntas polares compostas por advérbios, comparando-as a estruturas com foco contrastivo:

a. Q: O João foi a Europa?

A: **Foi**.

b. Q: Vocês foram a Europa?

A: O João **sim**.

c. Q: O Pedro já foi a Europa?

A: **Já**

a. Pedro nunca foi à Europa, mas João **foi**.

b. Pedro nunca foi à Europa, mas João **sim**.

c. Pedro nunca foi à Europa, mas João **já**.

A partir desses dados, as autoras argumentam que esse tipo de resposta é derivado por elipse de TP com o movimento do verbo para Foco, conforme exemplificado abaixo:

$[_{FocP} [_{Foc} [_{Tp} eu_i / pro_i T/M [_{AspP} Asp [_{vP} t_i V\dots]]]]]$

já _i	já _i
comprei _i	comprei _i
tinha _i	tinha _i

3 A categoria Σ é um outro rótulo para categoria Pol, conforme a proposta de Laka (1994).

sempre_isempre_i

As autoras, então, apresentam uma tipologia de respostas no português brasileiro, considerando a presença e a posição da partícula ‘sim’ em relação aos elementos em foco. Diferente dos trabalhos descritos acima, as autoras consideram que a interpretação da partícula ‘sim’ depende da sua posição em relação aos elementos em foco nas respostas. Segundo apontam, o ‘sim’ no início da resposta parece ter a função de expressar concordância e, por isso, as autoras o analisam como um item marcador de força (*Force*):

a. Sim, já. b. Sim, comprei. d. Sim, tinha. d. Sim, sempre.

[_{ForceP} [_F SIM [_{TopP} [_T NULL: TP [_{FocP} F [TP]]]]]

já

comprei

tinha

sempre

O ‘sim’ posposto, por outro lado, teria a interpretação já apontada por outros autores, ou seja, a de contradição. Nesse caso, Kato e Cyrino (2012) consideram que a sentença é movida para Tópico e é o ‘sim’ o elemento em Foco. Assim, esse tipo de resposta seria derivado via movimento do TP para TopP e a concatenação da partícula ‘sim’ à projeção de foco:

Q: O João não comprou o carro.

A: Ele/pro comprou (o carro), sim.

A: [_{TopP} [_{TP} *ele/pro comprou_i (o carro)*] [_{FocP} [_{Foc} *sim* [_{TP} *ele/pro* [_T *comprou_i* [_{VP} *ele/pro comprou_i o carro*]]]]]]]

Considerando o que foi apontado até agora, poderíamos dizer que a abordagem estrutural de respostas dá conta melhor dos dados do PB, já que a interpretação da partícula ‘sim’ parece depender de sua posição na estrutura sintática, pois, de outra forma, teríamos que dizer que essa partícula pode apresentar tanto o traço [*same*] quanto o [*reverse*] propostos por Farkas e Bruce (2010), já que pode ser usada tanto para confirmação quanto para contradição. Quando, no entanto, comparamos os dados de Kato e Cyrino (2012) aos dados do português brasileiro dialetal (PBD)⁴ percebemos algumas diferenças a começar pelo fato de que no PBD a partícula ‘sim’ preposta não coocorre com respostas verbais e quando está na posição posposta não apresenta necessariamente interpretação de contradição, como ocorre na variedade padrão.

4 Por português dialetal nos referimos a variedades que se distinguem do português padrão, mas que não compõem uma variedade nacional, as estruturas que apresentamos, embora sejam mais comuns no Nordeste, também são observadas em Minas Gerais, Rio de Janeiro e em algumas localidades do estado de São Paulo.

Também em relação à negação, vemos que apenas essa variedade apresenta a possibilidade de respostas negativas neutras compostas de verbo + não. Observe o quadro comparativo abaixo:

PB (Kato e Cyrino 2012)	PBD
Q: Você (já) tomou café?	Q: Você (já) tomou café?
A: a. (sim) Tomei.	A: a. Tomei (sim↓)
b. (sim) Já.	b. Já (sim↓).
c. (sim) EU já.	c. EU já (*sim).
d. (sim) Eu tomei.	d. Eu tomei (*sim).
A': a. Não, não tomei.	A': a. Tomei não.
b. Não, ainda não.	b. Ainda não.
c. Não, EU ainda não.	c. EU ainda não.
d. Não, EU não.	d. EU não.

A partir da comparação entre os dados do quadro acima, percebemos que o 'sim' posposto do PBD, e mesmo o 'não', não são elementos marcadores de contradição, podendo ocorrer como resposta a perguntas polares neutras, com a diferença que o 'sim' pode ser omitido, enquanto o 'não' é obrigatório. Assim, fica claro que a análise de Kato e Cyrino (2012) para o português brasileiro padrão não se aplica aos dados do PBD.

Um outro ponto relevante dos dados expressos no quadro acima é que o 'sim' posposto como resposta neutra no PBD tem entonação descendente, indicada através da seta (↓). Se, no entanto, a entonação é ascendente, aí sim temos a interpretação contrastiva tal qual ocorre na variedade padrão:

Q: O João não comprou o carro, né?

A1: Não.

A3: **Comprou.** Comprou sim↓.

A2: #Sim

A4: Comprou | sim↑

Os dados em (34) exibem ainda mais diferenças entre o sistema responsivo do PBD em relação à variedade padrão. Se, por um lado, nas duas variedades a resposta negativa composta apenas pelo 'não' tem a função de confirmar a proposição negativa da pergunta, como ocorre nas línguas de sistema baseado em polaridade; por outro lado, o PBD apresenta mais de uma possibilidade de expressar contradição. O dado em A3 mostra um tipo de resposta em que o verbo finito ocorre duas vezes acompanhado do 'sim' com entonação descendente e A4 uma resposta composta do verbo finito acompanhado da partícula 'sim' com entonação ascendente

e com a marcação de uma fronteira prosódica entre o verbo e a partícula. O dado em A3 ocorre quase que exclusivamente na variedade dialetal, mas não deve ser confundido com os dados do português europeu (PE), que apresenta uma estrutura parecida.

Um primeiro argumento nesse sentido parte justamente de diferenças entre o PE e o PBD no que diz respeito à posição do verbo em relação às partículas em contexto neutro ou enfático. No PBD, são possíveis respostas neutras compostas por ‘verbo + partícula’ com entonação decrescente, enquanto no PE apenas respostas a perguntas negativas, enfáticas portanto, podem apresentar essa configuração:

A: Comprou café?

B1: Comprei (sim) ↓ (#PE, PBD)

B2: Comprei não ↓ (*PE, PBD)

Já no caso de respostas a perguntas negativas, enviesadas em torno da confirmação de uma das alternativas, o PE pode apresentar tanto a estrutura ‘verbo + sim’ quanto a duplicação do verbo, mas nunca as duas coisas simultaneamente. No PBD, no entanto, a duplicação do verbo pode ocorrer com a partícula positiva para rejeitar a alternativa negativa:

Q: O João não comprou o carro não?

A: Comprou. (Comprou) sim.

Assim, observa-se que a partícula positiva e a duplicação do verbo no PE têm a mesma função, ocorrendo sempre como ênfase. Já no PBD, a duplicação pode coocorrer com a partícula, o que evidencia que essa tem funções diferentes nas duas línguas.

As respostas enfáticas do PE, segundo Martins (2013), envolvem sempre as categorias funcionais C e Σ , que precisam estar conjuntamente envolvidas na expressão sintática da polaridade enfática (entendida como asserção responsiva denegativa) e precisam ser ambas fonologicamente realizadas nas estruturas relevantes. O movimento de verbo em relação aos núcleos funcionais C e Σ mais a especificidade do léxico de polaridade seriam fontes de variação nas línguas românicas, só têm reduplicação verbal, as línguas que permitem movimento de verbo para Σ e movimento de verbo para C. Já a estratégia com o *sim*-final, só seria possível, segundo a autora, em línguas que permitem movimento de verbo para Σ .

A análise esboçada acima apresenta problemas quando analisamos os dados do PB, já que há bastante argumentos para dizer que o verbo no PB não ocupa uma posição tão alta quanto no PE, mas ainda assim apresenta a estratégia do *sim*-final. Cyrino (2013), por exemplo, retoma trabalhos que relacionam a riqueza de concordância ao movimento de verbo de V para T e mostra que o PB perdeu formas verbais sintéticas e tem exibido características de línguas que apresentam apenas uma forma para os três tempos (passado, presente e futuro). Conforme argumenta, o verbo no PB apresenta características não mais de tempo, mas de aspecto

(perfectivo, progressivo) e se move apenas parcialmente, para uma projeção mais baixa que TP, ou T1 em sua análise.

Retornando aos dados do PBD, percebemos ainda que essa variedade permite tanto a reduplicação verbal quanto o *sim*-final, mas mais relevante que o tipo de estrutura é a entonação, já que as partículas, por exemplo, ocorrem em respostas neutras. Se considerarmos, conforme aponta Holmberg (2016), que apenas o elemento em foco precisa ser realizado em casos de pergunta, já que o restante da estrutura pode ser deletado por condições de identidade, somos obrigados a dizer que é o verbo, único elemento presente em todas as respostas, o elemento em foco, mas se esse é o caso, qual seria a posição mais apropriadas para as partículas ‘sim’ e ‘não’ pospostas no PBD?

Para tentar responder à questão acima, considero duas características próprias de respostas do PBD: (i) a presença de partículas em respostas neutras e (ii) a reduplicação verbal acompanhada da presença da partícula ‘sim’ para a expressão de contraste. Se, como afirma a maioria dos autores, o verbo em respostas fragmentadas é a realização de Foco, então, o verbo mais alto na estrutura de reduplicação é o candidato mais adequado a ocupar essa posição, o que deixa a categoria PolP, nos termos de Holmberg (2016), como a posição ocupada pelo verbo mais baixo da cadeia, já que estando antes da partícula de polaridade não poderia estar em T e nem em Asp. A partícula ‘sim’ com entonação descendente, como apontado, não contribui para a interpretação de contradição e pode até ser omitida em respostas neutras. A função dessa partícula não parece ser diferente da sua contraparte negativa, o ‘não’ pós-verbal, que também ocorre como resposta neutra. Se o ‘sim’ e o ‘não’ ocorrem em respostas neutras e em posição pós-verbal, a única posição possível para eles é a exatamente a categoria PolP. Assim, poderíamos dizer que, no caso de reduplicação, o verbo subiria para uma posição mais alta para checar o traço de foco contrastivo, sugerindo assim uma estrutura derivada da seguinte maneira:

$[_{FocP} [comprou_i] [_{Foc} [_{PolP} [_{Pol} [comprou_i] [_{Pol} [sim] [_{TP} [_{T'} comprou_i] [_{VP} NULL: (O João comprou o carro)]]]]]]]]]$

Já na estrutura composta pelo verbo mais o ‘sim’ com entonação ascendente, ao que parece, o verbo também é alçado ou copiado em Foc para gerar a interpretação contrastiva, o que é evidenciado pela entonação e também pela fronteira prosódica entre o verbo e a partícula. Nesse caso, poderíamos dizer que novamente o verbo está em Foc e a partícula em Pol, embora nesse caso, haja menos elementos independentes para favorecer a argumentação. Essa análise, no entanto, vai ao encontro do trabalho de Holmberg (2016), já que traz evidências para a interpretação de polaridade como um elemento próprio de declarativas. Isso porque o PBD realiza fonologicamente a polaridade, apresentando o ‘sim’ ou o ‘não’ depois de verbos-eco em respostas neutras. Sobre esse ponto, é relevante mencionar que várias línguas indígenas brasileiras apresentam partículas que, geralmente classificadas como partículas de afirmação ou de eventualidade, poderiam também ser interpretadas como partículas de polaridade, essa análise, no entanto, foge ao escopo deste trabalho.

Retomando o tema do movimento de verbo no PB, vimos que há argumentos fortes para

se afirmar que o verbo em sentenças declarativas está numa posição mais baixa do que no PE, tendo escopo sobre Aspect. Nesse sentido, cabe dizer que o movimento do verbo para uma posição mais alta seria uma característica apenas de respostas com contradição, já que nesse caso o verbo teria, além dos traços aspectuais, um traço de foco para ser checado. A análise sobre a derivação dessas estruturas, no entanto, precisa ainda ser refinada, considerando especialmente abordagens mais recentes sobre o movimento de núcleo em contexto de resposta⁵.

Uma outra questão relevante em relação à análise que está sendo esboçada até agora, é a possibilidade de esclarecer mais alguns fatos do PB, me refiro às diferentes estruturas negativas dessa variedade. Como já é bastante conhecido, o PB apresenta três estruturas negativas, que têm funções diferentes na língua – [Neg VP]; [Neg VP Neg] e [VP Neg]. Para Teixeira de Sousa (2012, 2015), a estrutura [Neg VP Neg] seria um tipo de negação semântica com escopo sobre proposições em oposição à [Neg VP], que teria escopo sobre eventos. Como uma proposição é definida como algo interpretado como verdadeiro e considerando ainda que essa estrutura não ocorre, como aponta a autora, em narrativas, mas em diálogos, temos um argumento extra para dizer que o ‘não’ final de sentença é a realização de PolP, segundo a proposta de Holmberg (2013, 2016).

A análise é ainda mais clara para a estrutura [VP Não], já que, como aponta Teixeira de Sousa (2012, 2015), a estrutura ocorre unicamente em contextos responsivos. Nesse caso, é possível argumentar que o ‘não’ dessa estrutura não é diferente do que está presente nas estruturas [Neg VP Neg], já que, como apontado neste estudo, seria a realização fonológica de Pol. Assim, a diferença entre as duas estruturas seria apenas a elipse presente em uma, mas não na outra, já que respostas, parasitas às perguntas ou asserções no contexto dialógico, vão sempre provocar apagamento em FF por condições de identidade. Isso nos leva, então, a uma distinção na proposta original de Holmberg (2013, 2016), uma vez que na proposta do autor Pol recebe a interpretação afirmativa por *default* e negativa via checagem de traços com a negação sentencial (Neg) ou Foco, no caso de respostas, no decorrer da derivação. Se o PBD realiza fonologicamente esse núcleo, a predição é que não deve haver conflito entre negação média e foco para a valoração da categoria. Essa análise prediz corretamente que o PB pode apresentar neutralização negativa mesmo sem apresentar negação baixa com escopo apenas sobre o VP como ocorre no inglês e, ainda, explica os vieses de perguntas polares contendo negação pré-verbal ou dupla:

*Eu tinha não ido à reunião.

A: Estou com fome.

B: Você não comeu bolo? (Não é possível que ainda esteja com fome)

5 Sobre o movimento de núcleo em contexto de elipse é importante mencionar que o tema é bastante controverso e há vários trabalhos recentes com discussões bastante interessantes a favor e contra a proposta, mas, por razões de espaço, não os detalho neste trabalho. Destaco, no entanto, os trabalhos de McCloskey (2017), sobre o irlandês, e Landau (2018), sobre o hebraico.

B': Você não comeu bolo não? (Deveria ter comido)

Considerações Finais

Neste trabalho, apresentamos algumas teorias que tratam das diferenças entre os sistemas responsivos de algumas línguas, principalmente os trabalhos de Farkas e Bruce (2010) e Holmberg (2013, 2016). Como vimos os autores apresentam pontos de vistas diferentes sobre o tema, Farkas e Bruce (2010) tratam das diferenças nos traços presentes em partículas responsivas das línguas, que justificariam os diferentes tipos de resposta. Para esses autores, as sentenças apresentariam dois tipos de traços, os de polaridade relativa [same] e [reverse], e os de polaridade absoluta [+] e [-]. Já para Holmberg (2013, 2016), as respostas a perguntas polares apresentam sempre a mesma estrutura da pergunta, mas com conteúdo elidido. Para esse autor, a diferença entre as línguas é estrutural, línguas que apresentam negação baixa teriam um sistema de resposta e línguas que só apresentam negação média teriam outro.

Ao apresentar os dados do PB e PBD, vimos que a abordagem estrutural explica melhor os fatos dessas variedades, já que é a posição estrutural mais do que os traços presentes nos itens que levam a uma ou outra interpretação.

Por fim, argumentamos que o PBD apresenta a realização fonológica de Pol, o que justificaria não apenas os tipos de resposta que a língua apresenta como também os diferentes tipos de estrutura negativa.

Referências

BIBERAUER, T.; CYRINO, S. Appearances are deceptive: Jespersen's Cycle from the perspective of the Romania Nova and Romance-based Creoles, paper presented at *Going Romance 23*, University of Nice, Nice, 2009.

BORSLEY, R; JONES, R. *Welsh negation and Grammatical Theory*. Cardiff: University of Wales Press, 2005.

CYRINO, S. M. L. On richness of tense and verb movement in Brazilian Portuguese. In.: Camacho-Taboada, V.; Jiménez-Fernández, A.; Martíns-González, J.; Reyes-Teredor, M. (eds) *Information Structure and Agreement*. John Benjamins, 2013, p. 297-317.

FARKAS, D.; BRUCE, K. On reacting to assertions and polar questions. *Journal of Semantics* v. 27, p. 81-118, 2010.

HOLMBERG, A. *The syntax of yes and no*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

_____. The syntax of answers to polar questions in English and Swedish. *Lingua*, v.128. Special Issue: Polarity emphasis: Distribution and locus of licensing, p. 31-50, 2013

JONES, B. M. *The Welsh answering system*. Mouton de Gruyter, 1999.

KATO, M.A.; TARALLO, F. Sim: respondendo afirmativamente em português. In: PASCHOAL, M.S.Z.; CELANI, M.A.A. (eds). *Linguística Aplicada: da Aplicação da Linguística para uma Linguística Transdisciplinar*. São Paulo: EDUC, pp. 259-278, 1992.

KATO, M.A. *Minimal answers and IP - remnant movement*. 2010 (apresentação oral)

KATO, M.A.; CYRINO, S. Minimal answers in Brazilian Portuguese. 2012 (apresentação oral)

KRAMER, R.; RAWLINS, K. An ellipsis approach to answer particles in positive and negative contexts, 2012.

KUNO, S. *The structure of the Japanese language*. Cambridge, MA: Massachusetts Institute of Technology, 1973.

LANDAU, I. Missing objects in Hebrew: Argument ellipsis, not VP ellipsis. *Glossa: a journal of general linguistics*, v.76, p. 1-37, 2018.

LAKA, I. *On the syntax of Negation*. New York: Garland, 1994.

MCCLOSKEY, J. Ellipsis, Polarity, and the Cartography of Verb-Initial Orders in Irish. In: ABOH, E.; HAEBERLI, E.; PUSKÁS, G.; SCHÖNENBERGER, M. *Elements of Comparative Syntax: Theory and Description*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2017. p. 99-151.

MARTINS, A. M. Emphatic polarity in European Portuguese and beyond. *Lingua*, v.128, p. 95-123, 2013.

OLIVEIRA, M. *Frases assertivas e suas variações nas línguas românicas: o seu papel na aquisição*. São Paulo: Humanitas, 2000.

POPE, E. N. *Questions and answers in English*. The Hague/Paris: Mouton, 1976.

RIZZI, L. The fine structure of left periphery. In: HAEGEMAN, L. (ed). *Elements of Grammar*, p. 281-337, Kluwer Academic Publishers, 1997.

TEIXEIRA DE SOUSA, L. *Sintaxe e interpretação de negativas sentenciais no Português Brasileiro*. Tese (Doutorado em Linguística), Unicamp, 2012.

_____. Three types of negation in Brazilian Portuguese. *Lingua*, v. 159, p. 27-46, 2015.

WALKER, M. Inferring acceptance and rejection in dialogue by default rules of inference. *Language and Speech*, v.32, n.2, p. 39-2, 1996.



A DURATIVIDADE NA EXPRESSÃO ASPECTUAL EM LIBRAS DURATIVITY IN ASPECTUAL EXPRESSION IN LIBRAS

Gabriel Simonassi¹Luciana Sanchez-Mendes²

RESUMO

O presente trabalho apresenta parte dos resultados da dissertação de mestrado intitulada Aspectualidade em Libras: telicidade e duratividade (PIRES, 2019), em que o autor buscou identificar traços semânticos pertinentes na expressão aspectual em Língua Brasileira de Sinais (Libras), bem como o papel desempenhado pelos predicados verbais de diferentes classes acionais (VENDLER, 1957) na referida expressão. Assim, temos como objetivo apresentar como predicados verbais das classes de *accomplishment* e de atividades na Libras se comportam de modo distinto e influenciam a expressão aspectual dessa língua, tanto na esfera lexical quanto na esfera gramatical. Para isso, observamos as postulações de Comrie (COMRIE, 1976) sobre o tema. Para evidenciar tais fenômenos, adotamos a Elicitação Controlada (MATTHEWSON, 2004) para coletar de forma sistemática e objetiva os dados que julgamos ser pertinentes, uma vez que tal metodologia se mostrou eficaz em trabalhos descritivos com línguas minoritárias. Com base nessa metodologia, adaptamos um teste elaborado por Dowty (DOWTY, 1979) para a língua inglesa, de modo a garantir a sua aplicabilidade fidedigna em uma língua de sinais. Dada a nossa pesquisa, pudemos verificar que nosso consultor optou por diferentes estratégias para expressar a duratividade. Em predicados de *accomplishments* e atividades, foi adotado um sinal indicativo de passagem de tempo. Em predicados com movimento direcionado (télicos e atélicos) foram utilizadas outras estratégias associadas a aspecto gramatical, como indicar fase preparatória interna de um evento.

PALAVRAS-CHAVE: Aspectualidade. Libras. Duratividade. Semântica.

ABSTRACT

This paper aims to present partial results of a master thesis named Aspectualidade em Libras: telicidade e duratividade (PIRES, 2019), in which the author attempted to identify pertinent semantic features of aspectual expression in Brazilian Sign Language (Libras), in addition to the role of predicates from different aspectual classes (VENDLER, 1957) in such expression. Therefore, our goal is to present how Libras' activity and accomplishment predicates behave differently and influence the aspectual expression of this language, both in the lexical and grammatical scopes. Therefore, we observe Comrie's (COMRIE, 1976) theoretical postulations on the matter. In order to demonstrate such phenomena, we have adopted the Controlled Elicitation methodology (MATTHEWSON, 2004) to collect our data in a systematic and objective manner which we have considered pertinent once such methodology has been proved to be effective in descriptive research regarding underrepresented languages. Based on such methodology, we have adapted a test designed for the English language found in Dowty (DOWTY, 1979) in order to warrant its applicability in a sign language. After conducting our research, we were able to verify distinct strategies used by our consultant to express durativity. In accomplishments and activity predicates, it was adopted a lexical sign to indicate time passage. In predicates with directional movement (telic and atelic), other strategies associated with grammatical aspect were used, such as indicating the internal preparatory phase of an event.

KEYWORDS: Aspectuality. Libras. Durativity. Semantics.

Introdução

1 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem de Universidade Federal Fluminense – UFF.

2 Profa. Dra. do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem de Universidade Federal Fluminense – UFF.



O estudo do aspecto, lexical ou gramatical, sempre interessou aos mais diversos pesquisadores da linguagem, sejam eles linguistas ou não. Dentre os estudos do aspecto lexical, uma obra de destaque que é considerada um dos grandes trabalhos sobre o tema e que norteou e ainda norteia pesquisas sobre aspecto nas mais diferentes abordagens linguísticas e sobre as mais diversas línguas, inclusive nas línguas de sinais, é o trabalho seminal de Vendler (1957). Nesse trabalho, o autor propôs separar os predicados da língua inglesa em classes distintas, apresentando assim um novo paradigma de pesquisa para diversos pesquisadores que se seguiram ao filósofo americano. Em seu trabalho, o autor buscou categorizar os predicados, e não apenas os verbos, em quatro classes (atividades, *accomplishments*, estados e *achievements*) que se opunham, dentre outros traços, em telicidade e duratividade. Neste artigo, nos interessa, particularmente, o traço da duratividade. Por conta disso, optamos por nos dedicarmos apenas às duas primeiras classes, atividades e *accomplishments*, que apresentam duração, sendo distintas no traço da telicidade.

O traço da telicidade refere-se ao término lógico intrínseco ao significado do predicado denotado pelo verbo. Assim, podemos dizer que um predicado télico possui dentro do seu significado, um ponto a ser alcançado para que a ação seja o que é, como vemos abaixo:

1. Maria pintou um quadro. *ACCOMPLISHMENT*

Para que a sentença apresentada em (1) seja verdadeira, se faz necessário que Maria conclua a pintura do quadro e só então, após a conclusão, a sentença será verdadeira, pois esse ponto terminal foi estabelecido pelo predicado. De maneira distinta se comportam os predicados atélicos, isto é, aqueles que não apresentam um término lógico a ser alcançado, como o exemplo abaixo:

2. Maria correu. *ATIVIDADE*

Nota-se que, diferentemente do exemplo anterior, a única ação necessária para que a sentença seja verdadeira é correr. Maria não precisa correr por um tempo ou distância determinada para que a sentença seja verdadeira.

Já o segundo traço apresentado pelo autor é a duratividade, que se opõe à pontualidade, no que diz respeito à possibilidade de um desenrolar temporal de um determinado evento em oposição a um evento que ocorre apenas pontualmente. São apresentados, abaixo, dois exemplos que ilustram essa oposição:

3. Estudei por 2 horas. *ATIVIDADE*

4. Leu o livro em 3 dias. *ACCOMPLISHMENT*

5. Ela o amou por 10 anos. *ESTADO*

6. Eu alcancei o topo da montanha às 10:15h. *ACHIEVEMENT*

Prototipicamente, o evento de estudar pode se prolongar no tempo indefinidamente, pode

ter maior ou menor duração, mas em (3) o adjunto *por* especifica o quanto o evento durou nesse caso específico. Em (4), a duração do evento de ler o livro pode ser esticada ou encurtada, mas ela deve ser limitada (daí a seleção do adjunto com preposição ‘em’). Embora, em (5), o estado de amar alguém poder ser prolongado ou encurtado (daí o adjunto com ‘por’), essa duração não é entendida da mesma forma que em (3), já que Vendler (1957) admite a duratividade como um traço de eventos que progridem no tempo. Dessa forma, eventos como o ilustrado em (3) e (4) têm duratividade, enquanto o estado ilustrado em (5), não.³ Já em (6), há uma restrição quanto ao traço da duratividade, pois o evento de alcançar o topo é pontual. Não seria possível dizer, por exemplo, ‘João alcançou o topo da montanha das 10h às 11:30h’, no sentido de ele ficar alcançando o topo durante esse período. A sentença pode ser usada apenas para fazer referência a um intervalo dentro do qual se encontra o evento pontual de alcance. Para Vendler (1957), ainda que seja possível dizer ‘Ele levou 3 horas para alcançar o topo’, não seria verdade dizer ao longo desse período ‘Ele estava alcançando o topo’ no sentido de que estava de fato experienciando o evento de alcançar o topo. Esta última sentença é usada apenas no sentido de estágios preparatórios, não de alcançar o topo de fato. Daí o fato de esses tipos de predicados pontuais não poderem ocorrer com formas progressivas em inglês. ‘I am reaching the hilltop’ é agramatical⁴. Dessa forma, o autor estabelece uma distinção entre os predicados durativos, com os apresentados em (3) e (4), dos não durativos (5) e (6).

Vários autores em trabalhos posteriores ao de Vendler trouxeram contribuições para o quadro elaborado por ele, bem como desenvolveram testes para diagnosticar a classe à qual um determinado predicado pertenceria. Dowty (1979), por exemplo, ao se dedicar ao estudo das classes vendlerianas notou que a oposição entre os predicados de atividades e *accomplishments* poderia ser identificada através de um teste com um adjunto temporal, bem como que os predicados não estativos podem ocorrer em estruturas que os estativos, a princípio, não poderiam, estruturas como o imperativo ou o progressivo. Já Krifka (1998) trata dos traços de cumulatividade e quantização como pertinentes na classificação de um predicado quanto à sua (a)telicidade.

Em trabalho posterior ao de Vendler, Comrie (1976) produz um trabalho fundamental para os estudos de aspecto, visto que o volume produzido pelo autor de dedica exclusivamente ao tema da aspectualidade. Em sua obra, o autor faz uma afirmação basilar para a pesquisa aqui desenvolvida, ao postular que “aspecto são diferentes modos de perceber a constituição temporal interna de uma situação” (COMRIE, p. 3, 1976). Assim, o autor inicialmente estabelece a diferença entre aspecto perfectivo e imperfectivo com base na afirmação anterior e ilustra suas

3 Vendler (1957) distingue os predicados em inglês, inicialmente, pelo uso da forma progressiva, separando os predicados como (3) e (4) como aqueles que possuem forma progressiva, daqueles em (5) e (6) que não possuem forma progressiva.

4 A restrição do progressivo não parece se manter em português brasileiro, contudo, a mesma pressuposição se mantém, isto é, ainda que se diga ‘eu estou alcançando o topo da montanha’, o que está em andamento é uma fase anterior ao ‘alcançar’ propriamente dito.

afirmações com o exemplo reproduzido abaixo:

(?) John was reading when I entered. (COMRIE, 1976, p. 3).

‘John estava lendo quando eu entrei.’

Em sentenças como a apresentada acima, notamos dois predicados verbais cujos núcleos se comportam de maneiras distintas. Sobre o primeiro verbo (‘lendo’), o autor afirma que apesar de não haver uma referência à constituição temporal da situação, esse verbo apresenta um pequeno apanhado contínuo da ação que precedeu e sucedeu o segundo verbo na sentença. Quando na língua há formas específicas para identificar essa situação, o autor afirma que a língua possui aspecto imperfectivo. Já o segundo verbo (‘entrei’), diferentemente do primeiro, não apresenta nenhum apanhado temporal, nem referências ao início ou fim da ação, mas sim apresenta a situação em sua integralidade. Sobre as línguas que possuem formas específicas para expressar significados com esse recorte aspectual, podemos afirmar que apresentam aspecto perfectivo. Além de esclarecer equívocos teóricos que haviam sido apresentados anteriormente pela confusão entre os domínios temporal e aspectual, o autor postula uma definição de perfectividade que vem sendo amplamente utilizada por pesquisadores, baseada na distinção apresentada em (?). Assim, para Comrie (p., 1976), o aspecto perfectivo se trata daquele que apresenta uma ação em sua totalidade, sem menção à sua constituição interna, enquanto o aspecto imperfectivo se refere à ação com base em um ponto de vista interno, observando a constituição temporal e as diversas fases que compõem uma ação. Essa definição é basilar para a pesquisa aqui desenvolvida, uma vez que observamos em nossos dados momentos em que o ponto de vista influencia diretamente na expressão aspectual da sentença.

Com base em seus dados, a autora apresentou resultados consonantes com as propostas de Bertinetto (2001), isto é, a autora aponta que, embora haja uma composicionalidade e uma grande interação entre ambos os domínios do aspecto, é possível distinguir as fronteiras entre um e outro.

É comum observar nas línguas naturais uma interação entre os domínios lexical e gramatical do aspecto, embora em algumas delas seja possível observar um certo limiar onde sejamos capazes de distinguir entre um domínio e outro. Em Libras, contudo, não parece ser clara essa distinção, dada a relação intrínseca desses domínios e também o caráter simultâneo da língua de sinais. Sobre a interação entre os aspectos lexical e gramatical, Oliveira (2018) se dedicou a investigar a possibilidade de distinguirmos os domínios aspectuais em Libras. Para isso, a autora apresentou dados visuais para consultores surdos para que eles reproduzissem a situação em Libras.

Em sua investigação, Oliveira (2018) apresentou pares de sentenças misturando predicados (a)télicos e (im)perfectivos, isto é, por exemplo, a mesma sentença atélica com aspecto perfectivo (‘Ele correu’) e com aspecto imperfectivo (‘Ele estava correndo’). Com base em seus

dados, a autora afirma que a composicionalidade entre os traços observados não permitiram afirmar com clareza as fronteiras entre os domínios gramatical e aspectual. Ainda, Oliveira (2018) pontua que há indicações que vão ao encontro da análise composicional de Smith (1991, *apud* Oliveira, 2018) e Bertinetto (2001, *apud* Oliveira, 2018), isto é, percebem-se indicações de que não é possível apenas assumir que os predicados télicos evocam o aspecto perfectivo, nem que os predicados atélicos evocam o aspecto imperfectivo. Contudo, apesar de alguns apontamentos, os dados coletados pela autora não se mostram suficientes para se estabelecer em que momentos essa interação pode ocorrer de maneira distinta, visto que a maioria dos dados corroboram apenas a interação télico/perfectivo e atélico/imperfectivo. Ainda, Oliveira (2018) aponta, com base em seus dados, que de maneira similar aos dados apresentados por Bergman e Dahl (1994) sobre a Língua Sueca de Sinais (*Swedish Sign Language – SSL*), elementos icônicos e reduplicação tem um papel fundamental na expressão aspectual da Libras.

Diferentemente de Oliveira (2018), em nosso trabalho nos dedicamos apenas ao estudo do aspecto lexical e, num recorte ainda mais específico, nos concentramos nas classes de atividades e *accomplishments*, para investigar, ainda, a marcação da duratividade nessas classes. Assim, tomamos como base para nossa pesquisa o teste dos adjuntos temporais com ‘em’ e ‘por’ elaborado por Dowty (1979) para a língua inglesa, sobre o qual entraremos em detalhes na seção abaixo. Contudo, embora este teste seja voltado para a mudança na telicidade da sentença, os dados mostram um fenômeno inesperado na expressão da duratividade em Libras, sobretudo entre predicados com movimento direcionado e sem movimento direcionado.

Deste modo, nossa pesquisa visa contribuir para a descrição do sistema aspectual da Libras, bem como para o estudo geral da categoria de aspecto. Neste artigo, especificamente, trataremos apenas do papel realizado pelo traço da duratividade na expressão aspectual em Libras. Para tal, a próxima seção trata do teste e da metodologia adotados para a coleta de dados usados na pesquisa; em seguida, a seção 3 apresenta os dados de Libras no que diz respeito à marcação de duratividade. A última seção apresenta, por fim, as considerações finais.

Coleta de Dados e Elicitação controlada

Como afirmamos anteriormente, optamos por utilizar um dos testes criados por Dowty (1979) para a língua inglesa. O teste escolhido busca diferenciar predicados de atividades dos predicados de *accomplishments* com base na possibilidade ou restrição do uso com adjuntos temporais. O autor notou, em suas pesquisas, que em inglês os predicados de atividade naturalmente ocorrem com o adjunto ‘por X tempo’, como em (7), enquanto os predicados de *accomplishment* ocorrem com o ‘em X tempo’, como em (8)⁵:

7. Maria correu por duas horas.

ATIVIDADE

⁵ Por questão de simplificação, optamos por inserir os exemplos já adaptados para o português.

8. Maria comeu uma maçã em duas horas.

ACCOMPLISHMENT

Apesar da existência de toda uma discussão, que foge ao escopo do nosso trabalho, sobre a existência e forma das preposições em Libras e em outras línguas de sinais, ainda optamos por utilizar este teste, uma vez que, no momento em que nos propomos a aplicar testes de línguas orais para a Libras, tomamos também como objetivo verificar a eventual necessidade de sua devida adaptação.

Além do teste apresentado acima, adotamos em nossa pesquisa como metodologia principal de trabalho a elicitación controlada (cf. MATTHEWSON, 2004) por julgá-la como a mais apropriada para a identificação dos dados que buscamos, dada a interação com o consultor de forma mais direta, bem como uma maior sistematização na coleta de dados e um maior controle das produções realizadas. A autora aponta, nessa metodologia, que a relação entre pesquisador e consultor deve ser estabelecida em uma língua conhecida por ambos que não a língua estudada e que essa língua seja utilizada como a metalinguagem de pesquisa. Utilizando-se dessa metalinguagem, a autora propõe duas tarefas a serem realizadas: (i) a tradução e o (ii) julgamento de gramaticalidade⁶. Em primeiro lugar, a tarefa de tradução se faz necessária, segundo a autora, por diversos motivos, dentre os quais quando o investigador não sabe como construir a sentença desejada na sua língua-objeto ou então quando o investigador quer saber qual seria a forma mais natural de construir uma sentença que possui mais de uma forma na língua comum com o consultor (Matthewson, 2004, pp. 380 – 381).

Consideramos esse tipo tarefa fundamental em nossa pesquisa, justamente por buscarmos a construção mais natural para o nosso consultor. Assim, estabelecemos a língua portuguesa como língua comum na fase de tradução, embora o contexto tenha sido apresentado em Libras. Em segunda instância, a autora defende a tarefa de julgamentos, uma vez que essa tarefa pode prover pistas sobre a estrutura da língua, mas, sobretudo, prover restrições. Ao saber o que a língua permite de maneira consonante ao que a língua restringe, podemos alcançar uma descrição mais completa e adequada das línguas naturais.

Assim, optamos por seguir com ambas as tarefas, tanto a tradução, quanto o julgamento de gramaticalidade. Dessa forma, na tarefa de tradução, contando com o auxílio de uma intérprete, apresentamos uma sentença em português escrito para um consultor surdo, em seguida a intérprete apresentou o contexto em Libras. Ilustramos abaixo a apresentação da sentença e do contexto, S se refere a sentença e I se refere a intérprete:

S = João correu por duas horas.

I = Um rapaz chamado João que mora perto da praia, acordou e foi correr. João começou a correr às 8h e parou de correr às 10h, totalizando 2 horas de corrida. Como eu posso dizer

⁶ A autora reconhece 3 tipos de julgamentos que podem ser pedidos ao consultor, são eles: gramaticalidade, felicidade e valor de verdade. (MATTHEWSON, 2004, p. 399)

‘João correu por 2 horas’?

Assim, coletamos os dados que nos serviram de base para a fase de julgamentos de gramaticalidade. Para esta tarefa, utilizamos algumas das estratégias que observamos ser utilizadas por nosso consultor para construir sentenças similares. Nesta fase, a intérprete apresentava o contexto em Libras novamente e em seguida questionava sobre a validade da sentença. Ilustramos essa tarefa abaixo:

I = Eu estava em casa com fome e decidi que faria um bolo. Fui para a cozinha, olhei a receita e comecei a fazer o bolo. No meio eu percebi que não tinha ovo, então desisti de cozinhar e joguei a massa fora. Eu posso dizer ‘Eu quase fiz um bolo’?

Uma vez apresentados os procedimentos metodológicos seguidos por nossa pesquisa, apresentaremos na seção a seguir os resultados obtidos, bem como a motivação para a escolha de predicados com e sem movimento direcionado, que se mostrou produtiva após a primeira seção de elicitación com o nosso consultor.

O traço de duratividade em predicados com e sem movimento direcionado

O teste do adjunto temporal proposto por Dowty (1979), que busca distinguir predicados télicos e atélicos, foi utilizado para a investigação da expressão da duratividade em Libras. Em nossos testes, utilizamos 8 predicados dividindo-os em dois grupos, 4 de atividade e 4 de *accomplishment*, e ainda subdividimos estes grupos em 2 predicados com movimento direcionado e 2 sem movimento direcionado. A tabela abaixo ilustra a escolha de predicados, bem como a sua divisão.

Predicados selecionados para testes

SVs selecionados				
Classes	Atividade		<i>Accomplishment</i>	
	Atélicos		Télicos	
Movimento direcionado	Empurrar o carro	Correr	Viajar para Paris	Atravessar a ponte Rio-Niterói
Sem movimento direcionado	Dançar	Assistir TV	Pintar o muro	Fazer bolo

(PIRES, 2019)

Reconhecemos a necessidade de dividir, os predicados quanto ao movimento, uma vez que em nossos testes notamos que esse traço seria crucial para definir o tipo de expressão de duração que o consultor optaria por utilizar no momento de sua tradução. Vejamos, por exemplo, os resultados obtidos com predicados sem movimento direcionado, apresentados abaixo:

9. Eu dancei por duas horas.



Em (9) observamos que ainda que o consultor tenha marcado o período pelo qual dançou, há ainda a presença de um sinal que se refere exclusivamente ao desenrolar temporal da ação. Podemos perceber ainda que, se tratando de uma sentença com predicado atético, o sinal não marca a progressão para um término lógico, portanto, podemos concluir que seu uso é atrelado apenas à duratividade da sentença. O mesmo sinal se observa em (10):

10. Eu assisti TV por duas horas.



Em um caso similar ao anterior, em (10) o mesmo sinal é utilizado para indicar a passagem de tempo sem direção a um término lógico e de forma conjunta com a marcação do período de tempo pelo qual a ação se prolonga. Este sinal de TEMPO-PASSAR parece ser um sinal que faz menção apenas à progressão temporal e não parece estar ligado à telicidade do predicado, já que ele também aparece para descrever a duração de predicados télicos, como observamos em (11):

11. Eu pintei o muro em 2 horas.



Esses dados nos levam a crer então que o sinal glosado como TEMPO-PASSAR se dedica exclusivamente à duratividade dos eventos, sejam eles denotados por predicados télicos ou atélicos.

Com os dados apresentados, pode-se imaginar que o teste de seleção de adjunto temporal não seja eficaz em Libras, visto que tanto sentenças télicas quanto atélicas são sinalizadas da mesma maneira, isto é, com a indicação da ação, o período de tempo pelo qual ela se prolonga e a indicação da progressão temporal. Contudo, os resultados anteriores foram de predicados sem movimento direcionado, independente da classe. Quando aplicado com predicados com movimento direcionado, os resultados obtidos apresentaram uma certa diferença a depender do tipo de predicado testado, como observamos a seguir.

12. Intenção: Eu empurrei o carro por 2 horas.



EMPURRAR-CARRO

DISTÂNCIA

CHEGAR

DUAS HORAS

Em (12), ao observarmos a tradução da sentença, percebemos algumas mudanças realizadas pelo consultor. Em primeiro lugar, observamos o uso de um sinal referente à distância, ainda se nota o acréscimo do sinal referente a ‘chegar’ que não estava presente na sentença original para tradução. Ao comentar a sentença, o consultor afirma que o contexto seria aquele em que a gasolina do carro acaba e ele tem de empurrar o carro até um posto de gasolina. Dessa forma, observamos então que o sinal aqui glosado como DISTÂNCIA está menos ligado à progressão de espaço e mais ligado à progressão temporal, uma vez que marca

a ação de empurrar indefinidamente. Afirmamos isso uma vez que observamos a necessidade da marcação do fim da ação pelo uso do sinal equivalente a ‘chegar’. O consultor dividiu a ação de empurrar o carro em dois momentos, o primeiro no qual ele empurra o carro indefinidamente, corroborado pelo contexto em que a gasolina acaba e há a necessidade de empurrar o carro até o posto mais próximo seja qual for a distância, e o segundo momento em que ele chega, de fato, ao posto.

Uma vez que ‘chegar’ faz parte da classe dos predicados pontuais, propomos então que o consultor adota uma perspectiva interna ao evento de empurrar o carro que se prolonga indefinidamente, acrescentando um evento pontual para marcar um término subsequente à ação de empurrar o carro que se prolongava no tempo; e, por fim, afirma que a fase preparatória para o evento de ‘chegar’ levou duas horas. Deste modo, utiliza um sinal prototipicamente relacionado a distância para fazer uma marcação temporal (que se relaciona então à duratividade da sentença) e assim afeta não apenas a telicidade, mas o aspecto gramatical da sentença. Como adota um ponto de vista interno para a ação, assumimos que o aspecto expresso é o imperfectivo (cf. Comrie, 1976). Por isso, propomos que a sentença apresentada pelo consultor não seria aquela glosada em (12), mas seria, portanto, algo como ‘Eu fiquei empurrando o carro por 2 horas até chegar’.

Em outro momento, observamos novamente a utilização de um sinal relacionado à distância sendo utilizado para a marcação da duração do evento representado na sentença.

Intenção:

13. Eu viajei para Paris em 20 horas.

Em (13) observamos novamente a presença do sinal de distância sendo utilizado como forma de marcar a progressão temporal da sentença, contudo, diferentemente da sentença anterior, nesse exemplo o autor utiliza estratégias que auxiliam na leitura temporal/aspectual da sentença, como o sinal equivalente a ‘mudar’ e a repetição do sinal classificado de um avião pousando que equivale a um voo com muitas escalas. Como há a presença do sinal equivalente a ‘chegar’ também nesta sentença, propomos novamente a transposição do consultor para uma perspectiva interna à sentença, uma vez que ele usa um sinal pontual com a intenção de marcar a finalização de um evento que se prolongava indefinidamente. Assim, propomos que a frase sinalizada pelo nosso consultor equivale a ‘Eu fiquei viajando até Paris por 20 horas’.

Deste modo, os dados apresentados sugerem que, para sentenças com predicados com movimento direcionado, o sinal de distância, observado tanto em (12) quanto em (13) será utilizado para marcar também a progressão temporal, uma vez que observamos sua ocorrência em conjunto com estratégias que marcam o fim do evento durativo, como o acréscimo de um evento pontual.

Considerações Finais

Nos testes clássicos sobre o tema, o traço da duratividade aparece intrinsecamente ligado ao da telicidade e em nossa pesquisa pudemos observar os desafios existentes em traçar os limites entre os domínios de ambos os traços. O estudo da duratividade, em consonância ou não com o da telicidade, porém, se mostrou como uma intrigante fonte de informações sobre a expressão aspectual da Libras. Ainda, pudemos observar como outros traços, como o movimento direcionado, podem ser capazes de interagir com a expressão aspectual da sentença a ponto de afetar a escolha do sinal a ser utilizado para marcar a progressão temporal.

Assim, algumas conclusões podem ser alcançadas com a pesquisa relatada. Em primeiro lugar, percebemos que sentenças sem movimento direcionado, independentemente de sua (a) telicidade, expressarão a duratividade de seus eventos de maneira similar, utilizando um sinal dedicado apenas a essa função, ainda que haja a marcação do período de tempo pelo qual a ação se prolongou, como mostraram os exemplos (9) a (11).

Já em sentenças com movimento direcionado, pudemos observar que a progressão temporal poderá ser expressa por sinais que prototipicamente são utilizados para expressar distância, quando em consonância com outras estratégias, como o acréscimo de eventos pontuais para encerrar a progressão temporal de eventos durativos ou outros sinais que auxiliem a marcação da duratividade ao expressar a marcação repetida de distância, como observamos em (12) e (13).

Por fim, observamos também que ao acrescentar um evento pontual para a conclusão de um evento durativo, o nosso consultor parece afetar a leitura aspectual da sentença no que se refere ao aspecto gramatical, fazendo com que essas sentenças tenham sua leitura mudada de perfectivo para imperfectivo. No entanto, reconhecemos que essa intuição inicial necessita de maiores estudos e testes para que se alcance uma melhor compreensão sobre a sua natureza. Assim, esperamos oferecer ferramentas metodológicas de pesquisa para outros pesquisadores, ao passo que confirmamos a aplicabilidade adaptada de um teste renomado na literatura semântica. Esperamos, ainda, que nossos resultados possam fomentar a discussão e os estudos sobre o quadro aspectual da Libras e auxiliar na descrição desta língua.

Referências

COMRIE, B. *Aspect: An introduction to the study of verbal aspect and related problems*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

DOWTY, D. *Word Meaning and Montague Grammar*. Dordrecht: Kluwer, 1979.

KRIFKA, M. The origins of telicity. In: Susan Rothstein (ed.), *Events and Grammar*. Dordrecht: Kluwer, 1998.

MATTHEWSON, L. On the Methodology of Semantic Fieldwork. *International Journal of American Linguistics* 70, p. 369-415, 2004.

OLIVEIRA, F. A. de. *Distinção entre aspecto lexical e gramatical na língua brasileira de sinais*. Curitiba: UFPR, 2018. Dissertação (Mestrado em Letras) do Programa de Pós-Graduação em Letras. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPR, Curitiba, 2018.

PIRES, G. S. de A. *Aspectualidade em Libras: telicidade e duratividade*. Niterói: UFF, 2019. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Estudos da Linguagem) do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Instituto de Letras, UFF, Niterói, 2019.

VENDLER, Z. Verbs and times. *The Philosophical Review* 66.2, p. 143-160, 1957.



**PUTA: A SINTAXE E A SEMÂNTICA DE UM CONTROVERSO
INTENSIFICADOR**

**PUTA: SYNTAX AND SEMANTICS OF A CONTROVERSIAL
INTENSIFIER**

Renato Miguel Basso¹

Luisandro Mendes de Souza²

RESUMO

O artigo discute aspectos sintáticos e semânticos da expressão intensificadora *puta*, a partir de uma abordagem formal do significado. Embora apareça precedendo um nome dentro do sintagma nominal, argumentamos que semanticamente o termo modifica a combinação do nome com um adjetivo, seja ele explícito ou não. Se o adjetivo estiver implícito, ele sempre faz avaliação positiva; ao passo que se estiver explícito, a avaliação positiva ou negativa depende da conotação do adjetivo adjunto do nome. Mostramos também que isso desencadeia uma ambiguidade estrutural, vista em sintagmas como *uma puta festa legal*, que pode designar “uma festa muito boa e legal” ou “uma festa muito legal”. Argumentamos também que *puta* contribui para as condições de verdade, sendo similar ao significado de *muito*, isto é, alça o padrão contextual da escala dada pelo adjetivo; enquanto no plano expressivo designa envolvimento subjetivo do falante, sendo, portanto, um item veri- e uso-condicional, um item misto.

PALAVRAS-CHAVE: Semântica; Adjetivos Escalares; Dimensão Expressiva; Intensificação.

ABSTRACT

The paper discusses syntactic and semantic aspects of the intensifier *puta*, from a Formal Semantics perspective. Although it appears preceding the noun inside the noun phrase, we argue that the expression modifies the noun-adjective combination, be it overtly realized or not. If the adjective is silent, it always means positive evaluation; if the adjective is explicit, the positive or negative character of the evaluation relies on the adjective connotation. It is also showed that this triggers a structural ambiguity, seen in phrases like *uma puta festa legal* ‘an awesome party’, that may refer to ‘a very good and nice party’ or ‘a very nice party’. We argue that *puta* contributes to the truth conditions, its meaning is somewhat like the intensifier *muito* ‘very’, that is, it raises the contextual standard of scale provided by the adjective. In the expressive dimension it expresses the speaker’s evaluation, which makes the expression a mixed item, truth- and use-conditional.

KEYWORDS: Semantics; Scalar Adjectives; Expressive Dimension; Intensification.

1 Professor Doutor da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar.

2 Professor Doutor da Universidade Federal do Paraná - UFPR.



Introdução

O item lexical *puta*, no português brasileiro (PB) contemporâneo, é bastante versátil e desempenha uma série de funções, sendo usado como interjeição, adjetivo e intensificador. Como exemplos desses casos, respectivamente, considere as sentenças abaixo:

- (1) Puta!, que chato!
- (2) O João tá puto com o que o Pedro falou.
- (3) A Maria faz um puta bolo gostoso.

Além desses usos, *puta* pode ser usado com um sinônimo pejorativo para *prostituta*, e, assim, é uma ofensa bastante forte dirigida a mulheres³, como em:

- (4) Maria é uma puta⁴.

Cada um desses usos tem peculiaridades linguísticas interessantes. Por exemplo, quando usado como interjeição, *puta* pode ser reduzido a *puts*, mas isso não ocorre nos outros casos. O uso exemplificado em (2) tem concordância de gênero obrigatória e de número (que pode ser variável), como nos exemplos abaixo – um indício do seu caráter adjetival:

- (5) Os meninos ficaram puto(s) por ter(em) perdido o ônibus.
- (6) A menina tá puta porque acabou a brincadeira.

Outra característica desse uso é que ele pode receber marcas de aumentativo (*putaço*), o que indica que o puta que aparece em (2) é gradual, e é equivalente, *grosso modo*, a um item formado por derivação parassintética (*emputecer*, *emputecido*)⁵.

Por sua vez, o uso em (4), além de ser muito ofensivo, é aplicado quase que exclusivamente a mulheres – ilustrando o machismo da sociedade – e recebe marcas de aumentativo e diminutivo (*putinha*, *putona*) que exaltam nuances expressivas^{6, 7}.

3 Não podemos deixar de notar, ainda que de passagem, o fato de uma sentença como *João é um puto* não querer dizer que João é um prostituto, mas sim que ele não é uma boa pessoa, ser um reflexo do machismo que impera na sociedade brasileira.

4 É possível argumentar que, etimologicamente, há pelos menos dois itens que resultaram em ‘puta’ no PB, um deles tem a ver com ‘prostituta’ e outro tem a ver com maus cheiros, e que também dá origem a ‘putrefato’ e outros. Não exploraremos essas diferentes origens aqui, mas notamos que, para os falantes de PB, a intuição é que todos os itens relevantes de (1) a (4) são, na verdade, formas de um mesmo item.

5 Ou seja, muito simplificada, *emputecer* = em+puta+ecer, em paralelo a *emburrecer* = em+burro+ecer.

6 Na seção 3, voltaremos a essa questão.

7 Como nota um dos pareceristas anônimos deste artigo, a quem agradecemos, pode ser que tenhamos, na verdade, itens lexicais diferentes, e, conseqüentemente, raízes □*put*- diferentes, ou seja, com conteúdo e possibilidades morfofossintáticas diferentes (cf. Foltran e Nóbrega, 2016). Nosso foco será exclusivamente no que chamaremos de *puta*-intensificador, e não há nada em nossa discussão que vá contra a ideia de termos duas raízes □*put*- diferentes. Justamente porque não precisamos nos comprometer com essa caracterização, optamos por usar a descrição neutra “item” para falar de *puta* e seus vários usos.

Neste artigo, nosso objeto é investigar o funcionamento sintático e semântico de *puta* que aparece em (3), e que tem função intensificadora, conforme definiremos na sequência, pois seu papel é, *grosso modo*, intensificar o grau de uma propriedade gradual com a qual ele se combina. Assim, este artigo está organizado da seguinte forma: na seção 1, exploraremos a sintaxe de *puta*-intensificador, como o do exemplo em (3); feito isso, na segunda seção, faremos uma descrição de sua semântica, notando em particular quais são suas restrições em relação aos tipos de nomes e adjetivos que esse item acompanha, e também sua contribuição uso-condicional. Na seção 3, descrevemos de modo integrado sua contribuição semântica, e argumentamos que *puta*-intensificador é um item vero- e uso-condicional, um item misto, portanto, segundo a definição de McCready (2010). Finalmente, nas Considerações Finais, refaremos o caminho percorrido e apresentaremos algumas das questões em aberto.

Sobre a sintaxe: um *puta* problema

Nesta seção, nosso objetivo é descrever a distribuição sintática de *puta*-intensificador. Foltran e Nóbrega (FN) (2016; no prelo) analisaram aspectos sintáticos e morfológicos de adjetivos modificadores levando em conta vários intensificadores, *puta* entre eles, e sua descrição nos ajuda a entender como essa expressão se comporta sintaticamente. Os autores classificam *puta* como um modificador denominal, justamente por apresentar usos como os vistos em (2) e (4). Mais especificamente, eles denominam modificadores como *puta* (entre eles estariam também *baita*, *tremendo*, *grande* etc.) como adjetivos intensificadores, pois modificam nomes, em construções como *um puta emprego*.

Olhando para as propriedades sintáticas da expressão nessa função, Foltran e Nóbrega (2016, p. 322-328) listam cinco características:

i) ordem: a ordem de *puta* é fixa: *uma puta festa*/**uma festa puta*

ii) categoria que modifica: além do exemplo já visto de modificação nominal, *um puta emprego*, os autores trazem exemplos de modificação adjetival (7a-b) e com nomes que já sofreram modificação adjetival, como em (7c); nos exemplos (7a) e (7b) o modificador está posposto ao nome – os exemplos abaixo são retirados de Foltran e Nóbrega (2016, p. 324).

(7) a. Dá pra perceber que ele é um cara *puta* nojento.

b. uma cerveja *puta* gelada.

c. um *puta* cara lindo.

Apesar de os autores considerarem essas sentenças aceitáveis, nossa intuição a respeito de (7a-b) não é tão clara. Embora essa intuição seja compartilhada por outros falantes que consultamos informalmente, alguns falantes também consideram a expressão perfeita gramaticalmente, como Foltran e Nóbrega (2016) ou Chain (2018). Note que essa posição é preenchida por intensificadores adjetivais típicos como em *uma cerveja bem/muito gelada*,

mas não por intensificadores de-adjetivais, como *grande* ou *baita*: **uma cerveja grande/baita gelada*, **um cara grande/baitanojento*. Como nosso foco é na análise semântica de *puta*, não vamos nos deter nessa discussão. Como comparação, compartilhando nossa intuição, Pires de Oliveira (2013, p. 21) julga *puta* modificando um adjetivo usado predicativamente como agramatical: **João é puta alto*.⁸

Para Foltran e Nóbrega (2016, p. 325, de onde retiramos o exemplo em (8a)), a dupla modificação só é aceitável se tivermos uma leitura de escala crescente, com pausa entre os modificadores.

(8) a. *Eu sempre tenho uma puta mega cólica.

b. Eu sempre tenho uma puta, mega cólica.

Mas perceba que *puta* pode modificar também o adjetivo pré-nominal em alguns casos, como nos exemplos abaixo (9), modificação que *muito* também pode exercer⁹.

(9) a. A Maria recebeu uma puta boa educação.

b. A Maria recebeu uma muito boa educação.

c. O time contratou um puta bom jogador.

d. O time contratou um muito bom jogador.

iii) concordância: *puta* não apresenta concordância de gênero ou de número. Note que em (10a), *uma puta trabalhadeira* designa “grande quantidade de trabalho”, não “bom trabalho”.

(10) a. um puta emprego/uma puta trabalhadeira.

b. Eles importaram uns puta/*putas aviões. (FN, 2016, p. 325)

iv) tipos de estruturas em que ocorre: note que nesse sentido, *puta* não pode ser usado como predicado (cf. 11e), o que aponta para seu caráter de intensificador. Os exemplos (11a) e (11e) são de Foltran e Nóbrega (2016, p. 327).

(11) a. O/esse puta salário pago aos diretores é de dar inveja. DP definido¹⁰

b. O João tem um puta emprego. DP indefinido

c. João deu uma puta festa legal. Nome modificado

d. Um puta (de um) carro. Duplicação de determinante

e. *O cargo é puta. Ausência de uso predicativo

8 Talvez uma pesquisa mais detalhada em bancos de dados resolvesse a questão. Pensando nisso, fizemos uma rápida consulta exploratória no Google em busca de dados e os únicos encontrados eram justamente os dados do artigo de Foltran e Nóbrega (2016). Um dos pareceristas anônimos nos trouxe alguns exemplos encontrados em textos escritos, mas cremos que isso não invalida a nossa intuição de estranhamento diante dessa construção nem invalida nossas conclusões sobre a semântica de *puta*-intensificador.

9 A ideia por trás dos exemplos em (9) é que *puta* não modifica exatamente um adjetivo, mas sim todo o sintagma [boa educação] e [bom jogador], ou seja, não se trata somente de um boa educação ou de um bom jogador, mas de uma muito boa educação e um muito bom jogador.

10 Exemplo de Foltran e Nóbrega (2016, p. 327).

v) tipos de sentenças em que ocorre: além de afirmativas, *puta* também aparece naturalmente em imperativas (12a) e interrogações (12b).

- (12) a. Que puta dor de cabeça! (FN, 2016, p. 328) Exclamativas
 b. Quem faria essa puta confusão? Interrogativas

Como resumo, podemos dizer que a estrutura sintática em que *puta* aparece, tipicamente, é a abaixo:

- (13) a. [SD Determinante *puta* (*de um*) SN (Adjetivo)]¹¹
 um puta (de um) cachorro (bravo)
 b. [SD Determinante *puta* (Adjetivo) SN]
 uma puta boa secretária

Em que o determinante, em geral, é indefinido singular em concordância com o núcleo do SN (Sintagma Nominal). Note, contudo que, em alguns casos, ele pode ser definido, demandando um contexto mais elaborado que o acomode (14a). Além disso, se esse for o caso, a duplicação do determinante não é possível, como vemos em (14b).

- (14) a. Eu vi o/aquele puta filme que você falou.
 b. Eu vi o puta (*de um/*do) filme que você falou.

Um fato importante a se mencionar é a opcionalidade¹² do adjetivo pós-nominal. Contudo, note que a ausência de um adjetivo explícito sempre produz leitura de avaliação positiva (subjettivamente falando): *um puta livro* é um livro de boa qualidade¹³. Curiosamente, na gramaticalização de palavrões e termos ofensivos como intensificadores, essa é uma tendência: alguns deles trazem avaliação positiva¹⁴, como vemos nos exemplos em (15):

- (15) a. Ele é um homão da porra.
 b. O Bernardo escreveu uma tese do caralho/foda.

Para haver uma avaliação negativa, é preciso que um adjetivo que atribua essa caracterização seja abertamente expresso, como em um puta livro chato, ou com os outros

11 Como a duplicação do determinante, em *de um*, não parece trazer contribuição veri-funcional, não discutiremos essa estrutura aqui. Possivelmente é apenas um elemento enfático, mas isso é apenas uma sugestão. Um dos pareceristas anônimos, a quem agradecemos, nos apontou que uma observação semelhante é feita em Foltran *et al.* (2016).

12 Voltaremos adiante à questão dessa opcionalidade, quando tratarmos da análise semântica propriamente dita dessas construções, mas adiantamos que, mesmo que não explicitamente, consideraremos que há alguma propriedade adjetival presente aqui. Assim, como veremos adiante, a opcionalidade diz respeito mais à escolha de qual adjetivo aparecerá aqui do que a presença ou não de um adjetivo;

13 Como nota um dos pareceristas, a exceção a essa generalização são casos como *um puta pesadelo* ou *uma puta dor de cabeça*. Mas note que o nome denota algo com conotação negativa. Nesses casos é avaliação positiva não surge, claro, mas sim que se trata de um ótimo exemplo de dor de cabeça ou de pesadelo ou que sua intensidade é maior do que o esperado ou usual.

14 Nem sempre, é claro. Basta pensar em casos como: *Ele escreveu uma tese merda/uma bosta numa tese*.

adjetivos em (16):

(16) Eu li um puta livro {chato/longo/entediante/difícil} nas férias.

Destacamos que *puta* não aceita a estrutura [SD *puta* (de) Adjetivo], ou seja, o nome núcleo do SN é obrigatório (17). Mesmo em estruturas com diálogo, a ausência do SN, que poderia até ser recuperado do contexto, torna a sentença ruim (18):

(17) *Eu vi um puta legal nas férias.

(18) A: Eu vi um filme nas férias.

B: *Eu também vi um puta legal.

Assim, *puta*-intensificador necessariamente tem como argumento sintático um SN e contribui, intuitivamente, para uma interpretação avaliativa, que envolve a escala que o adjetivo denota, tomando o grau máximo da escala relevante, ou uma escala positiva associado ao nome que o acompanha. Uma das questões importantes aqui, como veremos, envolve mostrar como *puta* escalariza o nome que modifica, pois essa classe, em princípio, não denota um predicado graduável¹⁵. Para esclarecer, numa abordagem referencial do significado, tradicionalmente, nomes denotam predicados de indivíduos, enquanto adjetivos graduáveis denotam domínios que organizam seus indivíduos ao longo de uma dimensão (as abordagens variam em como formalizam essa caracterização, cf. Morzicky, 2016).

Vamos elaborar essa interpretação com mais detalhe na seção a seguir.

Sobre a semântica: mais um puta problema

Aparentemente, *puta* possui dois usos típicos: como intensificador nominal¹⁶ e como intensificador adjetival. Note que nesses usos, exemplificados em (19-20), respectivamente, o termo estaria relacionado semanticamente (e paradigmaticamente) com classes diferentes de modificadores. No primeiro tipo de modificação, em (19), ele pode ser substituído por *ótimo* ou *bom*, e na modificação adjetival, em (20), ele concorre com *muito* e *pra caramba* (e similares), como já notado por Pires de Oliveira (2013), no sentido que parece intensificar uma propriedade graduável. Mas, como (20d) nos mostra, eles não ocupam a mesma posição sintática. O uso em (20c) ficará de lado em nossa discussão.

(19) a. Ele tem um puta (de um) emprego.

b. Ele tem um ótimo (de um) emprego.

c. Ele tem um bom *(de um) emprego

¹⁵ Foltran e Nobrega (2016, p. 320) fazem essa mesma sugestão.

¹⁶ Como aponta um dos pareceristas anônimos, não é adequado falar em “intensificação nominal”, e, adiante, mostraremos que esse não é caso. Por ora, usamos este termo apenas como descrição do que superficialmente vemos em casos como os de (19a).

- (20) a. O João deu uma puta festa (legal).
 b. *O João deu uma muito festa legal.
 c. *O João deu uma festa puta (legal).
 d. O João deu uma festa legal pra caramba.

Como comentamos, em (19a), a interpretação do nome ligado a *puta* é subjetivamente positiva, e estamos falando de um bom emprego¹⁷. Para o caso de (20a), *puta* interage com a escala fornecida pelo adjetivo, e assim estamos falando de uma festa (muito) boa¹⁸. Em resumo, em (19) a modificação parece ser sobre o nome e em (20) ela seria sobre o adjetivo, embora não esteja adjacente a ele¹⁹.

A literatura tem assumido que intensificar no plano nominal e no plano adjetival são operações diferentes (KENNEDY; MCNALLY, 2005; MORZICKY, 2011), e assim teríamos operações semânticas diferentes por trás de (19a) e (20a). Grosseiramente, a diferença é que a modificação nominal avalia subjetivamente a qualidade da entidade que o nome denota, enquanto a modificação adjetival é uma avaliação subjetiva em relação à posição que uma dada entidade ocupa na escala do adjetivo. Do ponto de vista de uma semântica referencial, temos que mostrar como o mundo tem que ser para que as sentenças em (19a) e (20a), o que consideraremos nossos exemplos típicos, sejam verdadeiras, e qual é a contribuição composicional da expressão em estudo para essas condições de verdade.

Nocionalmente, “intensificar” poderia ser a mesma operação, mas formalmente é mais complicado mostrar que a contribuição composicional e veri-condicional de *puta* é a mesma nos dois casos. O fato de *puta* se relacionar paradigmaticamente com diferentes conjuntos de

17 Quando o nome que é modificado por *puta* for ele mesmo negativo, a contribuição de *puta* será a mesma. Por exemplo, *uma puta burrada* é um exemplar muito bom de uma burrada, e acaba sendo uma grande burrada, uma burrada maior do que se esperava.

18 Um dos pareceristas anônimos faz a seguinte observação: “o que motiva essa conclusão? [ou seja, que o *puta*-intensificador interage com o adjetivo]”. Uma possível resposta estaria no contraste entre *uma puta festa legal* vs. *uma puta festa chata* – a festa ser boa ou não, diante desse contraste, vem do adjetivo em questão. Contudo, há uma outra questão, a nosso ver, ainda mais interessante que o mesmo parecerista coloca: “Há, de fato, diferenças no grau de intensificação em “*uma puta festa*” e “*uma puta festa legal*”? Não estaríamos apenas destacando uma das características que compõem a ideia de uma “*puta festa*”? Em Foltran, Nóbrega e Oushiro (2016), os autores notaram —por meio de um experimento— que os falantes não percebem diferentes graus de interpretação envolvendo “*uma puta festa*” e “*uma puta de uma festa*”. Fico pensando se o mesmo não estaria ocorrendo na distinção entre “*uma puta festa*” e “*uma puta festa legal*”. Trata-se de uma questão empírica que merece ser explorada a fundo, inclusive com técnicas experimentais, mas que não será tratada aqui. Notamos, contudo, que há de fato interpretações peculiares com intensificadores expressivos, como mostra Fortin (2011) ao lidar com aumentativos e diminutivos em espanhol – para o PB, qual seria, por exemplo, a diferença entre *pequeno*, *pequeninho*, e *pequenonizinho*? Um segundo ponto é que, em princípio, *uma puta festa legal* não é redundante, e portanto deve haver de fato alguma contribuição de *legal* que não é exatamente a mesma de *puta*-intensificador.

19 Como veremos adiante, quando falamos de “modificação sobre o nome”, estamos de fato falando de modificação sobre um nome mais um adjetivo (ou propriedade adjetival que chamaremos de QUALIDADE), e as interpretações resultantes serão variáveis a depender de inúmeros fatores, que ajudarão a estabelecer o conteúdo de QUALIDADE, mas a contribuição de *puta*-intensificador será sempre a mesma.

modificadores – *bom* (nominal) e *muito* (adjetival) – em cada uso pode ser um indício de que esse item tenha dois sentidos.²⁰ Contudo, perseguiremos outra hipótese: e se a modificação exercida é, na verdade, a mesma?²¹ Perceba que temos um problema adicional aqui, que tem a ver com a relação entre forma e significado, ou como a estrutura sintática é interpretada: (i) suponha que *puta* modifica sempre um SN, assim, (ii) como *puta* modificaria o grau do adjetivo que está dentro do sintagma e não adjacente a ele, como *uma puta festa legal*?

À primeira vista poderíamos dizer que o que *puta* modifica é apenas o nome, o que também seria complicado de defender, em termos sintáticos – *puta* teria que se combinar primeiro com o nome e depois esse constituinte seria modificado por um eventual adjetivo. Mas, como veremos na próxima seção, temos motivos para acreditar que *puta* modifica o SN como um todo, mas que esse SN precisa sempre ser estruturado como [SN nome adjetivo], não apenas como um nome não modificado, como parecemos ter em (19).

Vamos nos concentrar na modificação de SNs com diferentes classes de adjetivos, porque nos parece que *puta* não faz qualquer tipo de restrição semântica em relação à classe do nome, se combinando indiferentemente com SNs cujos núcleos são nomes concretos e abstratos ou massivos e contáveis. Note que mesmo num exemplo como (21c), em que temos um adjetivo não gradual com leitura restritiva modificando o nome núcleo do SN, *puta* continua nos dando leitura de qualidade da farinha e não modifica o adjetivo *importada*.

- (21) a. O João deu uma puta festa.
b. O Marcos tem uma puta fé no nosso sistema judiciário.
c. A Maria comprou uma puta farinha de trigo importada.

Em 2.1 nos concentraremos na modificação de adjetivos graduais, atentando especialmente para a interpretação veri-condicional. Em 2.2 olharemos para sua contribuição expressiva.

***Puta* e diferentes classes de adjetivos: a modificação adjetival**

As classes semânticas de adjetivos são diversas. Segundo a literatura, eles podem ser classificados semanticamente de pelo menos duas maneiras. Uma maneira mais tradicional os divide em intersectivos, subsectivos e intensionais (PARTEE; KAMP, 1995; DEMONTE, 2011; MORZICKY, 2016; QUADROS GOMES; SANCHEZ-MENDES, 2018; entre outros). Os adjetivos que denotam cores são tipicamente intersectivos: *um vestido vermelho* denota um objeto que é ao mesmo tempo um vestido e é vermelho; adjetivos que denotam propriedades

20 Bylilina e Sudo (2015) discutem vários casos de intensificação, especialmente o *-issimo* no italiano e o *very* no inglês, argumentando que, até onde conseguem ver, não é possível oferecer uma semântica unificada para os vários usos de intensificadores como esses, que apresentam usos tão variados. Portanto, acreditamos que modificadores com mais de um sentido não deveriam nos surpreender.

21 Hipótese também aventada por Pires de Oliveira (2013) na sua exploração sobre a expressão.

graduais ou escalares são tipicamente subsectivos: *um elefante pequeno* é um indivíduo que é pequeno enquanto elefante, embora possa ser grande comparado com outros indivíduos; e os intensionais são adjetivos que não permitem uso predicativo e não designam objetos que pertencem ao predicado principal: *o suposto assassino* não é um indivíduo assassino e suposto.

Uma outra classificação considera a possibilidade de os adjetivos serem modificados por graduadores (KLEIN, 1980; KENNEDY, 1997; DEMONTE, 2011; entre outros), *i.e.*, expressões variadas como advérbios de gradação, orações comparativas e orações consecutivas. Nessa segunda divisão, que é a que nos interessará particularmente, temos adjetivos não graduáveis e adjetivos graduáveis. Os graduáveis podem ainda ser divididos em relativos e absolutos, uma divisão que considera, especialmente, o papel do contexto na determinação do valor de verdade de sentenças da forma *X é A*, e o fato de que adjetivos relativos são vagos, enquanto os absolutos geram usos imprecisos (KENNEDY, 2007).²² Considerando a primeira classificação, os adjetivos graduais tendem a ser subsectivos e os adjetivos não graduáveis são intersectivos.

A divisão dos adjetivos graduais em relativos e absolutos é motivada por uma série de propriedades (ROTHSTEIN; WINTER, 2005; KENNEDY; MCNALLY, 2005; KENNEDY, 2007; SOUZA, 2019b; entre outros), e uma importante do ponto de vista semântico é a dependência contextual. Exemplificando, o valor de verdade das sentenças em (23) depende do que consideramos como *alto/baixo* e *raso/profundo* na situação de proferimento. Já no caso dos pares de adjetivos em (24), embora sujeitos a uma certa subjetividade, o valor de verdade da sentença, se verdadeira ou falsa, depende das propriedades do sujeito da predicação.

(23) a. O muro é alto/baixo.

b. A piscina é rasa/profunda.

(24) a. O artista é famoso/desconhecido.

b. O carro é seguro/inseguro.

A modificação de adjetivos em português é relativamente livre²³, o que quer dizer que

22 Numa semântica baseada em condições de verdade, podemos traçar a distinção nos seguintes termos. Um predicado *A* qualquer é vago se sua presença numa sentença faz com que ela possa ter um valor de verdade, além do verdadeiro e do falso, indeterminado. Por exemplo, *x é alto*, pode ser verdadeira em S1, falsa em S2 e indefinida em S3. Esse é um exemplo de um caso limítrofe, que está relacionado com a variação contextual. Isso não acontece numa sentença com um predicado que gera imprecisão. Por exemplo, considere *fechada* em uma sentença como *a janela está fechada*; essa sentença sempre será julgada como verdadeira ou falsa, mesmo que, supondo que a janela esteja ligeiramente aberta, com uma pequenina fresta, pela qual entra vento ou claridade. Essa zona cinzenta em que ainda admitimos como verdadeiras sentenças que, estritamente falando poderiam ser julgadas como falsas, são os casos típicos de imprecisão. Kennedy (2007) argumenta que adjetivos relativos são vagos, enquanto os absolutos são imprecisos e essa diferença se manifesta empiricamente no Paradoxo de Sorites e na seleção de modificadores como *ligeiramente* e *completamente*. Remetemos o leitor a Kennedy (2007) para aos detalhes do argumento.

23 Como afirma Quadros Gomes (2012), considerando que adjetivos graduáveis de qualquer classe podem ser modificados, o que não significa que *muito*, por exemplo, ao modificar diferentes classes de adjetivos traga sempre a mesma contribuição semântica. Comparemos (i) e (ii):

podemos modificar diferentes classes de adjetivos graduais. Vamos olhar para o comportamento de *puta* em paralelo com *muito*; se de fato *puta* é um intensificador como *muito*, esperamos que as sentenças em que apareçam sejam sinônimas do ponto de vista veri-condicional, desconsiderando por enquanto a contribuição expressiva que o modificador coloquial traz.

Começemos com os adjetivos relativos: sentenças com esses adjetivos apresentam duas leituras quando *puta* está também presente. Uma, que chamaremos de “avaliativa”, é quando a intensificação recai sobre o nome; na outra, que chamaremos de “intensificação clássica”, a modificação recai sobre a escala denotada pelo adjetivo que modifica o nome.

Assim, (25) apresenta duas leituras. Em (25a’) a sentença é verdadeira se o muro é muito alto; e (25a’’) também pode ser verdadeira se o muro não for necessariamente alto, mas ele precisa ter alguma outra propriedade de destaque, como comprido. Suponha que o muro que ele tenha pulado não fosse necessariamente “muito alto”, mas um muro difícil de pular. Note que, embora usemos um “muito” nas paráfrases, nosso propósito é só mostrar que *puta* está intensificando. A sistematicidade dessa ambiguidade pode ser verificada com outro adjetivo relativo, como *fundo* em (26). Em (26) também podemos ter a leitura avaliativa de piscina funda, isto é, numa leitura o João nadou em uma piscina muito funda (26a’), noutra ele nadou em uma piscina que era grande, boa ou bonita e que era funda (26a’’), mas não necessariamente muito funda.

(25) O João pulou um *puta* muro alto.

a’. O João pulou um muro muito alto.

a’’. O João pulou um muro muito comprido/perigoso/difícil e alto. (mas não necessariamente muito alto)

(26) O João nadou numa *puta* piscina funda.

a’. O João nadou numa piscina muito funda.

a’’. O João nadou numa piscina muito grande/comprida/bonita e funda.

Uma evidência de que a ambiguidade é estruturalmente relevante (isto é, temos duas estruturas sintáticas), é o fato de que podemos ter um modificador explícito no adjetivo gradual, como em (27). As duas modificações são possíveis sem que a sentença soe redundante. Mas nesse caso *puta* só pode atuar sobre a “qualidade” da piscina. Se esse for o caso, temos uma evidência de que o modificador estaria atuando sobre algum tipo de predicado avaliativo²⁴ não

(i) O menino é muito alto.

(ii) A toalha está muito molhada.

Souza (2019a) defende que, modificando adjetivos relativos temos classes de comparação extensionais, modificando adjetivos absolutos, *muito* requer classes de comparação intensionais. Em (i) a altura do menino é comparada implicitamente com a altura de outros meninos; enquanto em (ii) comparamos a umidade da toalha com outros graus de umidade que ela exibe em outros mundos possíveis. Para mais detalhes ver Souza (2019a) e referências lá citadas.

24 Usaremos esse termo aqui informalmente. De qualquer forma, “avaliativo”, para os nossos propósitos, pode

pronunciado, e é possível que esse predicado não pronunciado seja justamente o responsável por fornecer a escala que tornaria a leitura de qualidade disponível. Afinal, tradicionalmente nomes comuns denotam predicados de indivíduos e não propriedades graduáveis.

(27) O João nadou numa puta piscina muito funda.

Vejamos, então, como essas leituras se apresentam em outras classes de adjetivos.

Os adjetivos absolutos são subdivididos em absolutos de grau máximo ou mínimo. Os adjetivos de grau mínimo são compatíveis com advérbios como *ligeiramente/levemente*, enquanto os adjetivos absolutos de grau máximo são compatíveis com advérbios como *totalmente/completamente*.²⁵ O par *famoso/desconhecido* forma uma escala em que o primeiro membro do par é de grau mínimo *ligeiramente/*completamente famoso*, enquanto o segundo é de grau máximo **ligeiramente/completamente desconhecido*.

As sentenças com o par *famoso/desconhecido* são ambíguas. (28) é verdadeira se o artista é muito famoso (mas não necessariamente muito bom), leitura que temos em (28a); ou se o artista é muito bom e (não necessariamente muito) famoso, em (28b). No outro polo da escala, *desconhecido* também produz ambiguidade, como vemos em (29). Outro par com a mesma estrutura de escala é *seguro/inseguro*, e nesse par o primeiro é o de grau máximo e o segundo é o de grau mínimo.

(28) O João falou com um puta artista famoso.

- a. O João falou com um artista muito famoso.
- b. O João falou com um artista muito bom e famoso.

(29) O João falou com um puta artista desconhecido.

- a. O João falou com um artista muito desconhecido.
- b. O João falou com um artista muito bom e desconhecido.

(30) O João comprou um puta carro seguro.

- a. O João comprou um carro muito seguro.
- b. O João comprou um carro muito bom e seguro.

(31) O João comprou um puta carro perigoso.

- a. O João comprou um carro muito perigoso.
- b. O João comprou um carro muito bom e perigoso²⁶.

ser entendido como adjetivos de gosto pessoal ou adjetivos que fazem uma avaliação altamente subjetiva do nome que modificam.

²⁵ Ver Souza (2019b) para uma discussão mais detalhada sobre a aplicação desses testes ao PB e sobre a semântica desses modificadores, a partir dos testes propostos por Kennedy e McNally (2005).

²⁶ Como notou um dos pareceristas anônimos, a quem agradecemos, a ambiguidade apontada aqui evidencia qual é o escopo de *puta*-intensificador, ou seja, o que está sendo efetivamente intensificado. Esse mesmo parecerista, em

Uma escala especial é aquela formada pelo par de adjetivos *cheio/vazio*, em que ambos os elementos do par são de grau máximo, cf. **ligeiramente vazio/cheio* vs. *completamente vazio/cheio*. Em relação a (32), podemos supor que a sentença possa ser usada para descrever duas situações. Na primeira situação, o copo foi preenchido mais do que deveria. Imagine que há uma regra de racionamento de suco no restaurante universitário e que é proibido encher o copo além de $\frac{3}{4}$ da sua capacidade, mas João encheu totalmente o copo. Na segunda situação, não há qualquer tipo de racionamento e *puta* afeta apenas a qualidade do copo (talvez possamos supor que tenhamos copos bons e copos ruins ao dispor das pessoas) e que o copo está cheio – *modulo* imprecisão cf. nota 9. Sobre as leituras de (33), talvez o leitor julgue a interpretação em (33a) um pouco exdrúxula, mas imaginamos que não é difícil supor que o falante tenha expectativas sobre o preenchimento do copo que podem não ter se cumprido. Por exemplo, suponha que João não deveria pegar um copo vazio, pois o falante gostaria de experimentar a bebida.

(32) O João pegou um puta copo cheio.

- a. O João pegou um copo muito cheio.
- b. O João pegou um copo muito bom/legal e cheio.

(33) O João pegou um puta copo vazio.

- a. O João pegou um copo muito vazio.
- b. O João pegou um copo muito bom/legal e vazio.

Nessa seção, acreditamos ter mostrado algo que a literatura ainda não havia apontado: embora *puta* modifique superficialmente o nome, na verdade ele estaria modificando um SN estruturado como [SN nome (adjetivo)], o que pode desencadear uma ambiguidade, caso o adjetivo adjunto do núcleo do SN seja um adjetivo graduável. Isso gera uma questão de interface interessante, que abordaremos na seção 2.3.

Ao longo desta seção parafraseamos o significado veri-condicional de *puta* usando *muito*. Acreditamos que nesse aspecto eles são idênticos, no sentido em que ambos elevam o padrão da escala dada por uma propriedade gradual. Contudo, *puta* tem uma distribuição sintática diferente, e sua contribuição expressiva também tem elementos de avaliação subjetiva que faltam em *muito*. Vimos que (34) pode ter as leituras em (34a) e (34b). Uma terceira leitura possível, é a parafraseada em (34c). Em teoria, nada impede que a sentença também seja verdadeira numa situação em que a festa tanto é muito boa como muito legal. Se isso é possível, teríamos um complicador adicional na interpretação, pois o modificador estaria operando sobre dois predicados ao mesmo tempo. Mas como dissemos, essa dupla modificação é possível em

consonância com nossa intuição, apontou o papel da prosódia nessas duas interpretações. Assim, a interpretação em (31a) é mais facilmente alcançada com uma marca prosódica na primeira sílaba de *carro*, e a interpretação em (31b), com uma marca prosódica na primeira sílaba de *puta*.

teoria, e se a leitura de fato existe ela deve também ser fruto de algum Reforço Pragmático (RECANATI, 2004), possivelmente. A coocorrência de *muito* e *puta* numa mesma sentença é possível como em (34'), mas desde que a leitura seja (34'b). De outra forma, a sentença soa redundante, embora *puta* traga um componente expressivo que *muito* não traz.

(34) O João deu uma puta festa legal.

- a. O João deu uma festa muito legal.
- b. O João deu uma festa muito boa e legal.
- c. O João deu uma festa muito boa e muito legal.

(34') a. ? O João deu uma puta festa muito legal.

b. O João deu uma festa muito boa e muito legal.

Talvez por esse motivo, *puta* soe mais forte do que *muito*. Se formos graduar uma festa qualitativamente ao longo da escala dada pelo adjetivo *legal*, uma sugestão seria: *uma festa legal* > *uma festa muito legal* > *uma puta festa legal*; ou ainda, podemos ter a graduação entre *uma festa* > *uma puta festa*, em que nenhum adjetivo é usado explicitamente, mas que temos como escala uma versão objetiva e outra subjetiva.

Essa escalaridade dos modificadores poderia ser demonstrada supondo um diálogo como o seguinte, em que dois amigos contam a um terceiro sobre uma festa que este perdeu. A declaração do falante A em (35b) soa esquisita porque ele parece estar tentando intensificar uma propriedade que já foi intensificada por outro interlocutor, por B em (35a). Mesmo uma interpretação de negação metalinguística em (35b) não torna o proferimento adequado ao contexto.

(35) a. A: Você perdeu a festa do João. Foi bem divertida.

B: O João deu uma puta festa legal!

b. A: #O João não deu uma puta festa legal, ele deu uma festa muito legal!

Passemos agora à discussão sobre a contribuição expressiva da expressão em estudo.

A contribuição expressiva

Com sua famosa palestra de 1994²⁷, o filósofo David Kaplan chamou a atenção para um conjunto de expressões há tempos reconhecidas pelos estudiosos da linguagem, mas nunca sistematicamente analisadas, cujo traço distintivo é não serem veri-condicionais, mas sim uso-

27 Kaplan nunca transformou o conteúdo da palestra em artigo. Ela foi transcrita por Elizabeth Coppock e encontra-se disponível em: <<http://eecoppock.info/PragmaticsSoSe2012/kaplan.pdf>> ou pode ser assistida no Youtube: <<https://www.youtube.com/watch?v=iaGRLlgPl6w>>. Acesso em 02/04/2020.

condicionais. São expressões, portanto, que não contribuem ou alteram as condições de verdade de um enunciado, mas operam numa dimensão de significado que tem a ver com o seu uso feliz em certas situações. Tais expressões têm por conteúdo manifestar opiniões e sentimentos dos falantes, como as interjeições do inglês *ouch* e *oops*, analisadas por Kaplan. Devido a essas características, expressões uso-condicionais apresentam diversas propriedades interessantes, como a de não estarem numa relação sinonímica com uma expressão descritiva (ou veri-condicional) e estarem sempre ligadas a um ponto de vista particular, em geral o do falante.

A partir do trabalho de Kaplan, Potts (2003; 2007), McCready (2010), Gutzmann (2015; 2019) e vários outros autores propuseram testes e análises para esses itens. Como nos apresentam Pires de Oliveira e Basso (2016), Kroeger (2019), entre outros, os testes para identificar o conteúdo uso-condicional (ou expressivo) são variados e são mais claros com expressões que contribuem apenas na dimensão expressiva. Por exemplo, o teste de dependência de perspectiva é bem claro com um epíteto como *droga*, que não contribui para as condições de verdade da sentença em que aparece e que está indubitavelmente preso à perspectiva de quem fez o proferimento.

Vemos isso em (36a), em que temos duas camadas de conteúdo: as condições de verdade e o conteúdo expressivo, parafraseados logo abaixo. A dependência de perspectiva, que nos mostra que esse tipo de conteúdo é a atitude do falante sobre alguma entidade do seu discurso, fica evidente em (36b). Embora Carlos esteja citando a fala de Paulo, a insatisfação com a TV é de responsabilidade de Carlos, não de Paulo – o conteúdo expressivo se liga ao falante mesmo em discursos reportados.²⁸

(36) a. Paulo: - Eu tô ficando cansado dessa droga de TV.

Proposição: o falante está ficando cansado da TV.

Conteúdo expressivo: o falante está (muito) insatisfeito com a TV.

b. Carlos: - O Paulo disse que tá ficando cansado dessa droga de TV.

Nesse teste, *puta* não fica preso à perspectiva do falante, como vemos no exemplo de diálogo em (37). Mesmo no discurso citado, o responsável pela avaliação do filme é sempre João. Note que podemos negar a avaliação do falante, como em (37b-c), o que nos mostra que *puta* pode ficar preso à perspectiva do sujeito do verbo de dizer.

(37) a. João: - Eu vi um puta filme bom no cinema semana passada.

Proposição: O João viu um filme muito bom no cinema semana passada.

Conteúdo expressivo: O falante [João] ficou muito satisfeito com o filme.

28 Uma exceção são discursos diretos, como em “O Paulo disse: “tô ficando cansado dessa droga de TV””.

Pedro: - O João disse que viu um puta filme bom no cinema na semana passada.

Proposição: O João disse que viu um filme muito bom no cinema semana passada.

Conteúdo expressivo: O falante [Pedro] ficou muito satisfeito com o filme que o João viu no cinema semana passada.

b. Pedro: - O João disse que viu um puta filme bom no cinema na semana passada, mas eu não fui ver ainda se é tudo isso.

c. Pedro: - O João disse que viu um puta filme bom no cinema na semana passada, mas eu não achei tudo isso.

Podemos mostrar também que *puta* contribui nas duas dimensões, tentando negar cada um desses conteúdos em separado. Em (38a), ao negar o alto grau da qualidade do filme criamos uma contradição; enquanto em (38b), ao se negar o envolvimento emocional do falante, a sentença fica anômala. Note que é o que acontece também em (39b-B), quando um outro falante tenta negar o envolvimento emocional do interlocutor ou o acusa de não estar falando a verdade (39b-B').

(38) a. #Eu vi um puta filme bom, mas o filme não era muito bom.

b. #Eu vi um puta filme bom, mas eu não gostei tanto assim.

(39) a. A: Foi uma puta festa legal!

B: Não, a festa não foi tão legal assim, mas foi boa.

b. A: Foi uma puta festa legal!

B: #Não, você nem se empolgou tanto.

B': #Você tá mentindo, a festa foi muito boa, mas não foi tão boa.

Assumimos, assim, que *puta* é um item misto²⁹ (cf. McCREADY, 2010; GUTZMANN, 2015). O trabalho de Potts (2003; 2007) se concentra em itens que contribuem apenas na dimensão expressiva, e McCready (2010) é o primeiro pesquisador a propor que alguns itens poderiam ser mistos, caracterizados por contribuírem simultaneamente nas duas dimensões de significado, na veri-condicional e na uso-condicional. Assim, digamos que o significado de um exemplo típico que analisamos acima seja:

29 McReady (2010) analisa como seu exemplo típico de expressões com conteúdo misto os adjetivos pejorativos, como *kraut* no inglês, uma forma extremamente ofensiva de se referir aos alemães. Assim, esse predicado, ao mesmo tempo em que contribui no plano descritivo ou veri-condicional denotando os alemães, no plano expressivo significa, ou conota (para usar um termo mais tradicional) que o falante tem uma atitude de desprezo por essa classe de indivíduos.

(40) O João tem um puta emprego.

Conteúdo descritivo: O João tem um bom emprego.

Conteúdo expressivo: O falante está envolvido emocionalmente com o fato de o João ter um bom emprego.

Como notação, usaremos ☺ para indicar a atitude de envolvimento emocional do falante ligada a *puta*. Assim, (41) pode ser então representada como segue:

(41) O João tem um puta emprego.

Conteúdo descritivo: O João tem um bom emprego.

Conteúdo expressivo: ☺ (emprego do João)

Antes de explorarmos a implementação formal dessa hipótese, vejamos outras hipóteses sobre a denotação de intensificadores na literatura.

Resumo intermediário

Da nossa discussão sobre o significado de *puta*, surgiu o seguinte cenário. Em princípio, temos dois tipos de exemplos, retomando os já vistos. (42a) exemplifica uma estrutura em que *puta* modifica um SN e não há uma dimensão de avaliação explícita. Digamos que por uma espécie de Reforço Pragmático (RECANATI, 2004) a dimensão *default* seja a qualitativa. No caso de (42b), como temos um adjetivo explícito adjungido ao núcleo do sintagma nominal, temos duas leituras, a *default*, que opera na dimensão qualitativa e uma segunda que opera na dimensão proporcionada pelo adjetivo. Quando temos um adjetivo que não tem dimensão avaliativa/qualitativa, *puta* não se combina com esse adjetivo, como em (42c), em que não se combina com *importado*:

(42) a. Ele tem um puta emprego.

Conteúdo descritivo: ele tem um bom emprego.

Conteúdo expressivo: ☺ (emprego do João)

b. O João deu uma puta festa legal.

Conteúdo descritivo 1: o João deu uma festa boa e legal.

Conteúdo descritivo 2: o João deu uma festa muito legal.

Conteúdo expressivo: ☺ (a festa do João)

c. O João tem um puta celular importado.

Conteúdo descritivo: o João tem um bom celular importado.

Conteúdo expressivo: ☺ (celular importado do João)

Concluindo, note que sentenças como (43), que poderiam ser um contra-exemplo para o que estamos defendendo, na verdade, mostram justamente que esse adjetivo avaliativo não pronunciado pode manifestar-se na superfície linguística. Vamos assumir que (43) e (42a) são veri-condicionalmente sinônimas.

(43) O João tem um puta emprego bom.

Assim, vejamos, na próxima seção, como implementar formalmente essa hipótese.

A semântica dos graduadores

Como dissemos acima, a literatura oferece semânticas diferentes para intensificadores de adjetivos e intensificadores adnominais. Vamos propor que *puta* seja um intensificador de adjetivos. Embora requeira um predicado de tipo graduável/avaliativo para modificar, possui a particularidade de exercer sua modificação dentro da estrutura de um sintagma determinado, como vimos, tomando como complemento uma unidade sintática que é um SN.

Vejamos, então, como a literatura tem tratado formalmente a denotação dessas duas classes de modificadores.

A denotação de intensificadores adjetivais

A literatura sobre adjetivos assume que somente adjetivos graduais (dentre eles os avaliativos) podem ser modificados por graduadores ou intensificadores (KLEIN, 1980; KENNEDY, 1997; GUIMARÃES, 2007; DEMONTE, 2011; SOUZA, 2019; entre outros), na interpretação relevante³⁰. Compare o comportamento de *alto* com *federal*:

(44) a. O João é muito/bem alto.

b. O João é mais alto do que seu pai.

(45) a. #Aquela instituição é muito/bem federal.

b. #Aquela instituição é mais federal do que esta aqui.

Essa diferença também se mostra nas condições de verdade e em algumas propriedades lexicais. Adjetivos graduais como *alto* costumam ser vagos e dependentes de contexto, enquanto não graduais como *federal* não. Do ponto de vista lexical, adjetivos graduais costumam vir em pares de antônimos (*alto/baixo*, *gordo/magro*, *quente/frio* etc.), já os não graduais não costumam ter essas características, exceto em alguns poucos casos, como *morto/vivo* (e mesmo assim não são diferentes perspectivas de uma mesma escala). Estes são ditos contraditórios,

30 Vemos modificadores graduais atuando sobre predicados não graduáveis, como *morto*, *vivo*, *grávida*, *brasileiro* etc. Esse é um assunto pouco explorado, mas a tese geralmente aceita é que estamos diante de algum tipo de coerção ou inferência pragmática. Por exemplo, numa sentença como *x está muito morto*, o intensificador não modifica uma propriedade graduável, mas expressa ênfase (uma noção pragmaticamente pouco clara, acreditamos).

enquanto aqueles são contrários.

Os adjetivos graduais estão longe de ser um grupo homogêneo de adjetivos. A literatura mostrou que eles podem ser divididos em dois grupos, como já vimos, os relativos e os absolutos (ROTSTEIN; WINTER, 2004; KENNEDY; MCNALLY, 2005; SOUZA, 2019b). Uma primeira diferença intuitiva é que a verdade de uma sentença como (46a-b), quer escolhamos um ou outro lado da escala de altura, depende muito pouco das propriedades físicas do sujeito (qual é sua altura, digamos, pegando um par de adjetivos relativos como *alto/baixo*), mas do que conta como alto ou baixo no contexto em que a sentença venha a ser proferida. Um par como *seco/molhado*, que também podemos considerar diferentes perspectivas da mesma escala (umidade), comporta-se diferentemente. A verdade de (47a-b) depende essencialmente do estado da toalha, mesmo que possamos considerar como seca uma toalha que ainda esteja levemente úmida (o que seria uma instância de imprecisão).

(46) a. O João é alto.

b. O João é baixo.

(47) a. A toalha está seca.

b. A toalha está molhada.

Embora Kennedy e McNally (2005) tenham alegado que adjetivos absolutos não podiam ser modificados por graduadores, isso foi contestado posteriormente pela literatura. McNabb (2012) aponta que exemplos como *very bent* ('muito torto') são gramaticais e interpretáveis em inglês; e Quadros Gomes (2011) e Souza (2019b) mostram que *muito* também pode modificar adjetivos absolutos, mesmo adjetivos de grau máximo, como *seco*. Veja que uma toalha seca é uma toalha sem umidade alguma. Portanto, (47a) é verdadeira se e somente se o grau de umidade que a toalha exibe é o grau máximo na escala, isto é, zero umidade. Comparando com (46), (46a) é verdadeira se e somente se a altura que João exibe excede o padrão de alto na situação em que a sentença é enunciada, comparando-o com outros indivíduos relevantes na situação. Aqui temos outra diferença crucial: os adjetivos relativos envolvem Classes de Comparação, que é de onde provém o padrão contextual; já o valor de verdade de sentenças com adjetivos absolutos dispensa o uso de classes de comparação, a menos que estejamos intensificando o adjetivo, o que dispara classes de comparação intensionais (SOUZA, 2019a).

A semântica dos adjetivos graduáveis tem sido tratada por duas vertentes, a Abordagem Gradual (KENNEDY, 1997; KENNEDY; MCNALLY, 2005) e a Abordagem de Delineação (KLEIN, 1980; van ROOIJ, 2011; BURNETT, 2014).³¹ De um ponto de vista formal, a

31 Morzycki (2016) apresenta uma síntese entre as duas abordagens da semântica da gradação adjetival. Kennedy (1997, cap. 1) discute as vantagens e desvantagens de cada proposta para o tratamento da polaridade adjetival e das orações comparativas. Burnett (2014) e van Rooij (2011) são atualizações da proposta de Klein (1980), procurando explicar o comportamento empírico dos adjetivos absolutos dentro de uma semântica de delineação.

diferença é a assunção de que temos entidades como graus e predicados graduáveis (de tipo $\langle d \rangle$ e $\langle ed \rangle$ ou $\langle d, \langle et \rangle \rangle$, respectivamente) na ontologia na primeira abordagem e não temos graus na segunda (predicados graduáveis são simples predicados de indivíduos de tipo $\langle et \rangle$, embora também denotem domínios organizados ao longo de uma dimensão). Vamos optar pela primeira, porque no momento é a abordagem que tem se mostrado capaz de maior cobertura empírica (para argumentos a favor da primeira abordagem, cf. KENNEDY, 1997, 2007).

Nessa proposta, as condições de verdade de (46a) são as seguintes:

$$(48) \exists d[\text{standard}(d)(\text{ALTO}) \dot{\cup} \text{ALTO}(d)(j)]$$

Em prosa: a altura que João exhibe excede o padrão de alto, considerando o padrão de alto no contexto C.

Essa análise necessita de dois componentes básicos: a entrada lexical do adjetivo em (49a) e uma função *pos*, em (49b), que denota a relação *standard* entre o grau que o adjetivo traz e o padrão contextual. Embora não apareça um *d* na entrada lexical, (49a) é uma função de indivíduos a graus.

$$(49) \text{ a. } [[\text{alto}]] = \lambda x_e. \text{ALTO}(x) \quad \langle ed \rangle$$

$$\text{ b. } [[\text{pos}]] = \lambda G_{ed}. \lambda x_e. \exists d[\text{standard}(d)(G) \dot{\cup} G(d)(x)] \quad \langle ed, et \rangle$$

As condições de verdade de uma sentença como (50) são formalizadas como (51), assumindo que *muito* tem a mesma denotação de *very* nesse caso. Essa é a denotação proposta por Kennedy e McNally (2005). Assume-se que *muito* alça o padrão de *alto* e toma uma classe de comparação mais restrita: o indivíduo é comparado apenas com aqueles outros indivíduos altos no contexto.

(50) O João é muito alto.

$$(51) \text{ a. } [[\text{muito}]]^c = \lambda G_{ed}. \lambda x_e. \exists d[\text{standard}(d)(G)(\lambda y. [[\text{pos}(G)(y)]]^c) \dot{\cup} G(d)(x)]$$

$$\text{ b. } [[(\text{50})]] = \exists d[\text{standard}(d)(\text{ALTO})(\lambda y. [[\text{pos}(\text{ALTO})(y)]]^c) \dot{\cup} \text{ALTO}(d)(j)]$$

Em prosa: a altura que João exhibe excede o padrão de alto, considerando aqueles indivíduos que são altos no contexto C.

Um traço crucial dessa proposta é que o intensificador é um modificador adjetival. Composicionalmente ele é uma função de tipo $\langle ed, et \rangle$, isto é, ele toma como argumento uma propriedade gradual de tipo $\langle ed \rangle$ e cria uma propriedade de indivíduos de tipo $\langle et \rangle$.

Para Kennedy (1997, p. 104), os modificadores graduais são sempre relações entre graus, sejam graus linguisticamente explícitos, como as orações comparativas, ou implícitos, caso dos modificadores graduais, como *very* ou o nosso *muito*. Será que *puta* poderia ser uma relação desse tipo? – acrescida do conteúdo expressivo que lhe caracteriza, claro. No esquema da

denotação, a Relação é introduzida pelo modificador, $G(x)$ é o predicado gradual e d é o grau padrão, ou seja, a relação é dada entre o grau que o predicado gradual traz e o grau padrão. Por exemplo, no caso das expressões de comparação, as relações são de superioridade, inferioridade ou igualdade.

(52) a. Esquema básico: Modificador Gradual(grau referencial, grau padrão)

b. $[[\text{Modificador de grau}]] = \lambda G_{\text{ed}}. \lambda d_d. \lambda x_e. [\text{Relação}(G(x))(d)]$

Intensificadores adnominais

Morzycki (2011) analisa exemplos de modificação de nomes por adjetivos como os seguintes:

(53) a. big disaster/idiot ‘grande desastre/idiota’

b. huge smoker/basketball fan ‘baita/grande fumante/fã de basquete’

Ele vai nomear essas expressões de “modificadores de tamanho”, pois esses modificadores operam sobre um conjunto de dimensões, dimensões essas que definem o que é ser um desastre ou um idiota, por exemplo. Assim, um predicado como *um grande idiota* é verdadeiro de um indivíduo se ele apresenta um grande conjunto de propriedades do que caracteriza ser um idiota. Essa é uma estratégia para fornecer uma dimensão para os nomes, uma classe de predicados que não é lexicalmente graduável.

Para isso, ele estipula uma função **dimensão**, que mapeia as dimensões associadas ao nome, como vemos em (54), em relação ao nome composto *fã de basquete*.

(54) **Dimensão**(fã de **basquete**): {atenção dedicada ao basquete; entusiasmo com o basquete; conhecimento sobre basquete}

Essas dimensões são critérios para se julgar alguém como um fã de basquete, tornando um grande fã de basquete alguém que apresenta um grande conjunto de ‘dimensões’. Logo, o papel semântico de modificadores como *big* é expressar que “the measure of an individual along a lexically-provided dimension be large” (MORZYCKI, 2011, p. 193), papel composicional que é definido formalmente em (55a), o que nos dá as condições de verdade em (55b).

(55) a. $[[\text{big}]]^c = \lambda f_{\text{ct}}. \lambda x_e. \exists D[D \hat{=} \text{dimensions}(f) \ \& \ \text{large}_c(\mu(D)(x))]$

b. $[[\text{Clyde is a big smoker}]]^c = \exists D[D \hat{=} \text{dimensions}(\text{smoker}) \ \& \ \text{large}_c(\mu(D)(\text{clyde}))]$

Em prosa: Existe um conjunto de dimensões de ser fumante e a medida de Clyde em relação a esse conjunto é grande.

O passo estipulativo da análise é supor que exista uma função que mapeie predicados de indivíduos a conjuntos de dimensões. Para ele, essa função já estaria codificada lexicalmente, o

que significa que *fã de basquete* denota, além de um predicado de indivíduos, algo como vemos em (54). Além disso, ele justifica essa análise dizendo que é provável que precisemos de uma denotação para os adjetivos como a que vemos em (55a) para lidar com adjetivos polissêmicos como *grande*, que estão associados a mais de uma dimensão. Por exemplo, *x é uma cidade grande*, pode ser verdadeira se a cidade for grande na dimensão espacial ou populacional. Essa indeterminação na escala que certos adjetivos codificam, para ele, poderia ser resolvida se assumindo que esses adjetivos lexicalmente trazem várias dimensões. Ou seja, parece-nos que há muita coisa sendo estipulada nessas entradas lexicais.

Por fim, esse tipo de análise não nos parece se aplicar facilmente ao caso de *puta*, pois, embora seja similar a modificadores de tamanho, como *grande*, *baita*, *mega*, cf. *uma puta/grande/baita/mega festa*, nos parece ter uma leitura mais avaliativa, como preferimos chamar acima.

Formalizando o significado de *puta*

Como vimos, aparentemente, *puta* nos impõe um desafio composicional: como mostrar que a expressão modifica um predicado gradual se o que vemos superficialmente é um modificador de SN? Se a nossa hierarquização sintática do SN estiver correta, aplicando-se os tipos tradicionais, temos a estrutura (56b) para o SD (56a).

(56)	a.	Um puta filme chato.		
	b.	SD<et>		
		ei		
	D	SN<et>*	(conflito de tipos)	
		qp		
	<i>um</i>	SG<ed,et>	SN<et>* (conflito de tipos)	
			ei	
	<i>puta</i>	N<et>	SA<ed>	
		<i>filme</i>	<i>chato</i>	

Ocorrem dois conflitos de tipos. O primeiro está na projeção máxima do SN: como o nome é de tipo <et> e o adjetivo gradual é de tipo <ed>, um não pode se combinar com o outro. O segundo ocorre no adjunto do SN, a combinação de *puta* (assumindo aqui de fato que ele

seja, pelo menos do ponto de vista semântico, um modificador de predicados graduais) com o SN também não é possível porque o SN deveria denotar um predicado de indivíduos e o nosso modificador toma como argumento um predicado gradual.

Vamos resolver esse impasse assumindo que em posição atributiva, os predicados graduais possam também estar sujeitos à operação de Conjunção de Predicados. Embora a operação básica da semântica seja a Aplicação Funcional (isto é, o preenchimento do argumento de uma função), há motivos para crermos que uma segunda operação também possa unir predicados de mesmo tipo. É o que acontece com sintagmas do tipo *um vestido vermelho*. Adjetivos dessa classe nos permitem inferências como a que vemos em (57). Portanto, assumir que algum tipo de operação semântica faz a interseção entre esses dois predicados não é estipulativo.

(57) a. A Maria tem um vestido vermelho.

b. A Maria tem x e x é um vestido e x é vermelho.

(58) Regra da Conjunção de predicados (cf. FERREIRA, 2018, p. 106)

“Seja α um nó ramificado, cujos constituintes imediatos são β e γ , tal que $[[\beta]]$ e $[[\gamma]]$ pertençam a $D_{\langle e,t \rangle}$. Neste caso, $[[\alpha]] = \lambda x_{\langle e \rangle}. [[\beta]](x) = 1 \ \& \ [[\gamma]](x) = 1$ ”

(59) $[[\text{vestido vermelho}]] = [[\text{vestido}]]([[\text{vermelho}]])$

$= \lambda x_e. (\lambda x_e. \text{VESTIDO}(x))(x) = 1 (\lambda x_e. (\lambda x_e. \text{VERMELHO}(x))(x) = 1)$ [entradas lexicais]

$= \lambda x_e. (\lambda x_e. \text{VESTIDO}(x))(x) = 1 (\lambda x_e. (\lambda x_e. \text{VERMELHO}(x))(x) = 1)$ [redução-lambda]

$= \lambda x_e. \text{VESTIDO}(x) = 1 (\lambda x_e. \text{VERMELHO}(x) = 1)$ [conjunção de predicados]

$= \lambda x_e. \text{VESTIDO}(x) = 1 \ \& \ \text{VERMELHO}(x) = 1$

Vamos supor que possamos aplicar a Conjunção de Predicados a predicados de tipos diferentes, conjungindo os predicados de tipo $\langle et \rangle$ e $\langle ed \rangle$. Mas note que eles não são tão diferentes assim, pois ambos são funções de indivíduos a alguma outra entidade. Para isso, precisamos alterar um pouco a regra (58), que vamos chamar Predicado Gradual Atributivo.

(60) Regra da Conjunção do Predicado Gradual Atributivo:

Seja α um nó ramificado, cujos constituintes imediatos são β e γ , tal que $[[\beta]]$ pertença a $D_{\langle et \rangle}$ e $[[\gamma]]$ pertença a $D_{\langle ed \rangle}$. Neste caso, $[[\alpha]] = \lambda x_{\langle e \rangle}. [[\beta]](x) = 1 \ \& \ [[\gamma]](x) = 1$

Embora superficialmente se pareça com um predicado de tipo $\langle et \rangle$, estamos diante de um predicado de tipo $\langle ed \rangle$ como resultado da conjunção em (60). Precisamos que seja esse o resultado, pois o modificador *puta* opera sobre o grau do predicado graduável. Vejamos o motivo. Tomando o exemplo que estamos discutindo aqui, *um puta filme chato*, as entradas lexicais e a combinação que temos é a seguinte:

(61) Entradas lexicais

$$[[\text{filme}]] = \lambda x_e. \text{FILME}(x)$$

$$[[\text{chato}]] = \lambda x_e. \text{CHATICE}_{\text{chato}}(x)$$

$$[[\text{puta}]] = \lambda G_{ed}. \lambda x_e. \exists d[\text{máx}(G(d)) \ \& \ (G(x))(d)]$$

$$[[\text{um}]] = \lambda P_{et}. \lambda Q_{et}. \exists x[P(x) \ \& \ Q(x)]$$

Assumamos que $\text{máx}(G(d))$ seja uma função que nos leva de predicados graduais à posição máxima que um indivíduo possa ocupar na escala daquele predicado, considerando o julgamento do falante no contexto. Isso quer dizer que, embora não esteja explícito na função de interpretação, a interpretação de *puta* é relativa a um falante e a um contexto, o que poderia ser representado como $[[\text{puta}]]^{c.f.}$. Mas não precisamos nos preocupar com essas complicações aqui.

Seguindo, digamos, que a operação em (60) nos forneça um predicado gradual que resulta da união de *filme* e *chato*: $\lambda x_e. \text{FILME-CHATO}(x)$, uma função de tipo $\langle ed \rangle$. Modificado por *puta*, temos (62), um predicado de indivíduos que denota um conjunto de indivíduos que são filmes chatos e que apresentam o grau máximo do que o falante julga como sendo um filme chato na situação. Essa não é uma ideia nova. Cresswell (1976, p. 266) já supunha que um sintagma como *tall man* ‘homem alto’ denotasse algo como “x é um homem que é alto no grau d”.

$$(62) [[\text{puta filme chato}]] = \lambda G_{ed}. \lambda x_e. \exists d[\text{máx}(G)(d) \ \& \ (G(x))(d)](\lambda x_e. \text{FILME-CHATO}(x))$$

$$= \lambda x_e. \exists d[\text{máx}(\lambda x_e. \text{FILME-CHATO}(x))(d) \ \& \ (\lambda x_e. \text{FILME-CHATO}(x))(x)(d)]$$

$$= \lambda x_e. \exists d[\text{máx}(\text{FILME-CHATO}(d)) \ \& \ \text{FILME-CHATO}(x)(d)]$$

Esse é o resultado adequado, pois agora temos um predicado de indivíduos, uma função de tipo $\langle et \rangle$.

Para lidar com a contribuição uso-condicional, seguindo uma sugestão de Gutzmann (2019), vamos considerar que quaisquer expressões linguísticas podem ser compostas por componentes veri- e uso-condicionais (sempre do tipo u), separados pelo operador “•”. Assim, o significado de uma expressão do tipo e , por exemplo, é, na verdade, a união de seu significado veri-condicional (Te) com seu significado uso-condicional (Ue), como em $Te \bullet Ue$. Um item, obviamente, pode ter somente contribuição de significado em uma única dimensão, o que nos dá o seguinte resultado:

Expressões veri-condicionais: $Te \bullet Ue = Te \bullet \text{Æ}$ (por exemplo, ‘mesa’, ‘vermelho’, etc.)

Expressões uso-condicionais: $Te \bullet Ue = \text{Æ} \bullet Ue$ (por exemplo, ‘vixi’, ‘droga de’, etc.)

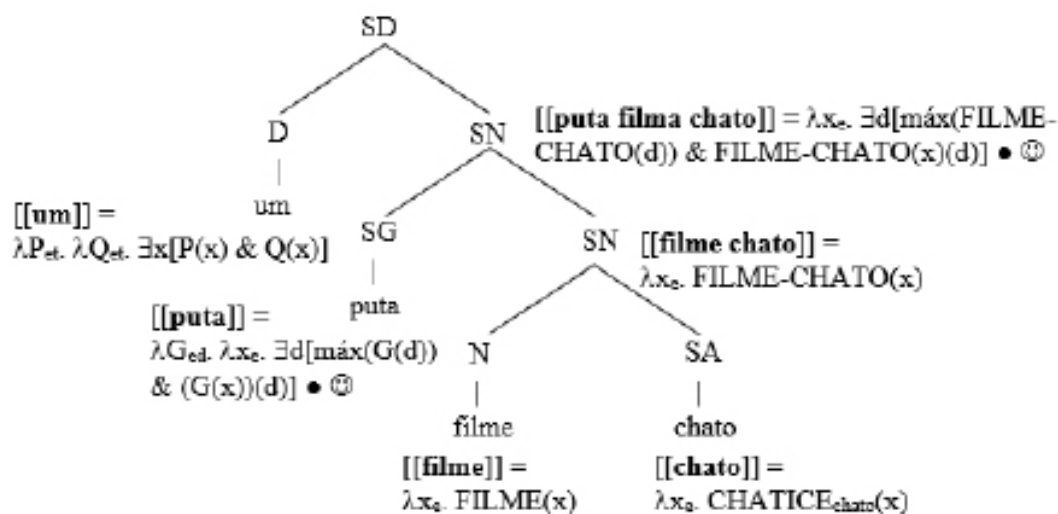
Expressões mistas: Te • Ue = itens como *puta* e expressões depreciativas como *japa*, *crente*, etc.

A composição semântica se dá então sempre em duas dimensões, combinando os tipos de cada dimensão. No caso de *puta*, sua contribuição uso-condicional não demanda nenhum argumento e, como vimos, apenas expressa emoção ou um estado excitado do falante. Em resumo, então, o significado final de *puta* é:

$$(63) \text{[[puta]]} = \lambda G_{ed}. \lambda x_e. \exists d[\text{máx}(G(d)) \& (G(x))(d)] \bullet \text{☺}$$

A derivação completa de (62), de modo simplificado, é como no esquema abaixo:

(64)



Vamos relembrar que precisamos lidar com as seguintes interpretações, retomando os casos típicos discutidos na seção 2, parafraseados em (42) e retomados aqui em (65):

(65) a. Ele tem um puta emprego.

Conteúdo descritivo: ele tem um bom emprego.

Conteúdo expressivo: ☺ (o emprego do João)

b. O João deu uma puta festa legal.

Conteúdo descritivo 1: o João deu uma festa boa e legal.

Conteúdo descritivo 2: o João deu uma festa muito legal.

Conteúdo expressivo: ☺ (a festa do João)

O primeiro caso que analisamos é de um SN com um adjetivo explícito. Em (65a) não temos um. Supomos acima que é provável que tenhamos uma espécie de predicado gradual avaliativo não pronunciado nesses casos (mas que eventualmente pode ser). Digamos, então que

sintaticamente, o SD *um puta emprego* corresponde à (66a). A derivação semântica prossegue sem problemas com as ferramentas que já temos, resultando no SD em (66b), com sua respectiva denotação formalizada³².

(66) a. [SD um [SN puta [SN emprego [SA QUALIDADE]]]]

b. [[(65a)] = $\lambda Q_{ct}. \exists x \exists d [\text{máx}(\text{EMPREGO-QUALIDADE}(d)) \ \& \ \text{EMPREGO-QUALIDADE}(x)(d)] \ \& \ Q(x) \bullet \odot$

Passemos à análise de (65b). Como a sentença é ambígua, ela corresponde a duas estruturas sintáticas. O sintagma *uma puta festa legal* pode corresponder à estrutura em (67a), com *puta* modificando a estrutura [*festa QUALIDADE*] ou à estrutura em (67b), em que modifica a estrutura [*festa legal*].

(67) a. [SD uma puta festa QUALIDADE legal]

b. [SD uma puta festa legal]

Embora tenhamos escolhido um predicado não tão neutro assim (QUALIDADE), podemos admitir que ele tem um certo grau de indeterminação. Pois (65b) também pode ser usada para descrever, por exemplo, uma festa grande (com muitos convidados). Veja que se mudássemos o adjetivo adnominal para *puta festa chata* podemos imaginar que ela seja usada para descrever uma festa grande (com muitos convidados) mas que foi avaliada pelo falante como chata. Além disso, mesmo que o nome seja algum com conotação negativa, como em *um puta pesadelo*, podemos admitir que a estrutura é a mesma [*SD um puta pesadelo QUALIDADE*], pois embora tendamos a ver pesadelos como coisas negativas, *um puta pesadelo* é um pesadelo no grau máximo de qualidade dos pesadelos e do ponto de vista expressivo o falante está envolvido emocionalmente com ele³³.

A hierarquização dessas estruturas certamente deverá levar em conta a forma como os adjuntos adnominais se estruturam dentro do SN no PB. Por exemplo, adjetivos restritivos não graduais ficam mais próximos do núcleo do SN do que os graduais, como vemos em (66). Mas note que *puta* continua a atuar intuitivamente apenas sobre o adjetivo gradual. *Uma puta festa mexicana* é uma festa mexicana muito boa, mas não “uma festa muito mexicana”. Se essa última leitura estiver disponível, ela ocorre via coerção.

32 Uma descrição sintática mais refinada pode associar o que chamamos aqui de QUALIDADE para nomes combinados com *puta*-intensificador a um nó funcional Deg, de *degree* (grau). Preferimos, contudo, não nos comprometer com essa análise sintática mais fina, e somente descrever a composição semântica. Agradecemos ao parecerista anônimo que nos apontou essa possibilidade.

33 O mesmo raciocínio se aplica a exemplos como *um puta juiz federal*, cuja interpretação é de que o referente em questão é um *bom* juiz federal, ou seja, a gradualidade necessária para a composição com *puta* surge, similarmente ao que vimos com *emprego*, devido ao predicado QUALIDADE, que torna o composto “emprego QUALIDADE” um sintagma gradual.

- (66) a. O João deu uma puta festa mexicana divertida.
a'. *O João deu uma puta festa divertida mexicana.
b. A Maria comprou uma puta arma importada assustadora.
b'. *A Maria comprou uma puta arma assustadora importada.

Considerações Finais

Neste artigo, descobrimos algumas propriedades de *puta* intensificador que ainda não havido sido notadas por Foltran e Nóbrega (2016, no prelo), Pires de Oliveira (2013) e Chain (2018), como a ambiguidade que aparece em casos como (25) e (26) e o fato de *puta* não modificar adjetivos não graduais, como *importada*, *mexicana*, *federal* etc. Diante dos dados, propomos que *puta* possui dois componentes: (i) um descritivo, que se assemelha à contribuição de *muito*; e (ii) um expressivo, que veicula o estado emocional do falante. Sendo assim, *puta* seria, na terminologia de McCready (2010, um item misto. Por fim, oferecemos uma análise formal do conteúdo descritivo desse item, com ou sem a presença explícita de adjetivo avaliativo, capturando também sua contribuição veri-condicional.

É importante dizer que não pudemos nos deter na discussão de dois casos, o da modificação de adjetivos pré-nominais avaliativos, (9a) retomado aqui como (67a), e de adjetivos diretamente, como o exemplo (7b) de Foltran e Nóbrega (2016), retomado abaixo como (67b), que nossa intuição julga como ser uma sentença estranha.

- (67) a. A Maria recebeu uma puta boa educação.
b. Uma cerveja puta gelada

(67a) poderia facilmente receber a análise proposta acima, pois o constituinte modificado [SN boa educação] é sintática e semanticamente de categoria adequada, em princípio. Com (67b), estamos diante de uma modificação estritamente adjetival. Composicionalmente não haveria problema, pois o predicado é de tipo <ed> e estamos propondo que *puta* é uma função de tipo <ed,et>. A questão é que ele está modificando outra categoria sintática. Talvez a nossa sensação de estranheza diante desses dados se deva a uma gramaticalização em andamento da construção. O item lexical *puto* é um adjetivo primariamente (um predicado de indivíduos) que se gramaticaliza posteriormente como modificador de segunda ordem (um predicado de predicados) e agora está subindo um degrau na escala gramatical, ao se tornar apenas um modificador gradual, um intensificador típico. Mas note que se o caminho é esse, a passagem de modificador de SNs para o modificador de adjetivos (ou sintagmas adjetivais graduais), envolve uma mudança na sintaxe do modificador, mas a sua semântica continua a mesma.

Além dessas, algumas questões permanecem em aberto. Especialmente a aplicação da denotação proposta a outros modificadores similares. Outra questão relevante é a relação desse

modificador com outros intensificadores coloquiais/chulos no português brasileiro, que parecem ter uma contribuição composicional e expressiva semelhante, caso de *pra caramba/caralho* etc. Seja como for, esperamos este texto contribui para a descrição de *puta*-intensificador e intensificadores semelhantes.

Agradecimentos

Os autores agradecem a leitura e comentários de Gabriel de Ávila Othero e dos dois pareceristas anônimos. Todos fizeram contribuições valiosas, que contribuíram decisivamente para a qualidade final do artigo. Certamente, os equívocos que permanecem são de nossa inteira responsabilidade.

Referências

BACH, K. The myth of conventional implicatures. *Linguistics and Philosophy*, vol. 22, n. 4 p. 327-366, (Aug., 1999).

BURNETT, H. A delineation solution to the puzzles of absolute adjectives. *Linguistics & Philosophy*, n. 37, p. 1-39, 2014.

BYLININA, L.; SUDO, Y. Varieties of intensification: remarks on Beltrama and Bochnak ‘Intensification without degrees crosslinguistically’. *Natural Language and Linguistic Theory*, n. 33, p. 881–895, 2015.

CHAIN, S. P. Classificações gramaticais da palavra ‘puta’. *Odisseia*, Natal, vol. 3, n. 2, p. 145-162, jul-dez 2018.

CRESSWELL, M. The Semantics of degree. In: PARTEE, B. (Org.) *Montague grammar*. New York: Academic Press, 1976. p. 261-292.

DEMONTE, V. Adjectives. In: von HEUSINGER, K.; MAIENBORN, C.; PORTNER, (orgs.) *Semantics: an international handbook of natural language meaning*. Berlin: Walter de Gruyter, 2011. p. 1314-1340.

FERREIRA, M. B. *Curso de semântica formal*. Berlin: Language Science Press, 2018.

FOLTRAN, M. J.; NÓBREGA, V. Adjetivos intensificadores no português brasileiro: propriedades, distribuição e reflexos morfológicos. *Alfa*, 60(2), p. 319-340, 2016.

_____. Por uma taxonomia dos modificadores do português brasileiro. In: QUADROS-GOMES; A. P. TESCARI NETO, A. (orgs.). *Sintaxe e semântica dos adjetivos e advérbios*. Campinas: Pontes, (no prelo).

FOLTRAN, M. J.; NÓBREGA, V. A.; OUSHIRO, L. Múltiplos determinantes em sintagmas nominais definidos e indefinidos do português brasileiro. In: PILATI, E. N. S. (Org.) *Temas em*

Teoria Gerativa: Homenagem a Lucia Lobato. Curitiba: Blanche, 2016, p. 169-182.

FORTIN, A. *The Morphology and Semantics of Expressive Affixes*. (Tese de Doutorado). Oxford, 2011.

GRICE, H. P. Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. L. (Orgs.). *Syntax and semantics 3: Speech Acts*. New York: Academic Press, 1975. p. 41-58.

GUTZMANN, D. *Use-conditional meaning: studies in multidimensional semantics*. Oxford University Press, 2015.

KENNEDY, C. *Projecting the adjective*. PhD Dissertation. University of California at Santa Cruz, 1997.

_____. Vagueness and grammar: the semantics of relative and absolute gradable adjectives. *Linguistics and Philosophy*, 30(1), p. 1-45, February 2007.

KENNEDY, C.; McNALLY, L. Scale structure, degree modification, and the semantics of gradable predicates. *Language*, 81(2), p. 345-381, 2005.

KLEIN, E. A semantics for positive and comparative adjectives. *Linguistics and Philosophy* 4, p. 1-45, 1980.

McCREADY, E. S. Varieties of conventional implicature. *Semantics and Pragmatics*, vol. 3, n. 8, p. 1-57, 2010.

McNABB, Y. *The syntax and semantics of degree modification*. PhD Dissertation, University of Chicago. Chicago, 2012.

MORZYCKI, M. Several faces of adnominal degree modification. In: CHOI, J. et al. (orgs.). *Proceedings of the 29th West Coast Conference on Formal Linguistics*. Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project. 2011. p. 187-195

_____. *Modification*. Cambridge University Press, 2016.

PARTEE, B.; KAMP, H. Prototype theory and compositionality. *Cognition*, 57, p. 129-191, 1995.

PIRES DE OLIVEIRA, R. A gramática do sentido na escola. In: MARTINS, M. A. (org.). *Gramática e ensino*. Natal: Editora da UFRN, 2013. p. 229-260.

PIRES DE OLIVEIRA, R.; BASSO, R. *Arquitetura da conversação: a teoria das implicaturas*. São Paulo: Contexto, 2016.

POTTS, C. *The logic of conventional implicatures*. PhD Dissertation. University of California at Santa Cruz, 2003.

- _____. The expressive dimension. *Theoretical Linguistics*, 33(2), p. 165-198, 2007.
- QUADROS-GOMES, A. P.; SANCHEZ-MENDES, L. *Para conhecer: semântica*. São Paulo: Contexto, 2018.
- QUADROS-GOMES, A. P. A semântica de grau em PB. *Anais do SILEL*, vol. 2, n. 2, Uberlândia, EDUFU, 2011.
- RECANATI, F. *Literal meaning*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- van ROOIJ, R. Vagueness in linguistics. In: RONZITTI, G. (eds.). *Vagueness: a guide*. Springer, 2011. p. 123-170.
- ROTSTEIN, C.; WINTER, Y. Total adjectives vs. partial adjectives: Scale structure and higher-order modifiers. *Natural Language Semantics*, n. 12, p. 259–288, 2004.
- SOUZA, L. M. A intensificação de adjetivos: fatores contextuais. *Revista de Estudos da Linguagem*, vol. 27, n. 2, 507-547, abr/jun de 2019a.
- _____. Adjetivos graduais e a interpretação de maximizadores e minimizadores. *Revista Estudos da Linguagem*, vol. 27, n. 1, 2019b, p. 13-48.



**A EXPRESSIVIDADE NO PORTUGUÊS BRASILEIRO
SOB UM OLHAR EXPERIMENTAL
EXPRESSIVITY IN BRAZILIAN PORTUGUESE
FROM AN EXPERIMENTAL VIEW**

Tatiane Gonçalves Sudré

RESUMO

Este artigo visa explicar o licenciamento dos adjetivos do português brasileiro (PB) em sentenças exclamativas que denotam expressividade, ou seja, a atribuição de um grau que exceda um patamar contextualmente relevante (RETT, 2008), com base em uma investigação experimental. Mostraremos os resultados de dois experimentos linguísticos, realizados com falantes nativos do português. Os experimentos foram inspirados num estudo realizado para o inglês (BRASOVEANU; RETT, 2017), o qual tinha por objetivo investigar a natureza da expressividade naquela língua, a partir de construções adjetivais e de diferentes tipos de adjetivos. Concluímos que não é qualquer adjetivo que pode ser licenciado em contextos altamente expressivos: tal como dito para o inglês, também em PB ser de grau (KENNEDY; McNALLY, 2005) é condição essencial para o licenciamento de adjetivos nesses contextos. Dentre os adjetivos de grau, os de grau relativo se revelaram os mais adequados ao licenciamento da expressividade. Este trabalho experimental enquadra-se na teoria da Semântica Formal, tendo a Semântica de Graus como aporte teórico central.

PALAVRAS-CHAVE: Adjetivos Expressivos; Adjetivos de Grau; Semântica Formal; Semântica Experimental.

ABSTRACT

This article aims to explain the licensing of Brazilian Portuguese (BP) adjectives in highly expressive contexts, such as exclamative sentences. In expressive contexts the attribution of a degree exceeds a contextually relevant standard (RETT, 2008). We will show the results of two linguistic experiments, carried out with native Portuguese speakers. Our experiments were inspired on the study of Brasoveanu and Rett (2017), which has investigated the nature of expressivity in English, manipulating adjectival constructions and types of adjectives. Our finds support their claim that the licensing of adjectives in highly expressive contexts varies according to semantic classes. In BP, being a gradable adjective (KENNEDY; McNALLY, 2005) is essential for the licensing in expressive contexts, as well as in English. Among gradable adjectives, the relatives fare better. This is a work in Experimental Semantics and in Formal Semantics, having Degree Semantics as its core theoretical support.

KEYWORDS: Expressive adjectives; Gradable Adjectives; Formal Semantics; Experimental Semantics.



Introdução

No Português Brasileiro (PB) as emoções (surpresa, alegria, raiva, tristeza etc.) podem ser manifestadas por meio de diferentes sintagmas, tanto verbais quanto não-verbais. As construções ('Que + nome!') ou ('Que + adjetivo!') são muito usadas, seja para expressar contentamento ou descontentamento por algo ou alguém, como nos mostram os exemplos de (1) a (4).

- (1) Que vergonha!
- (2) Que susto!
- (3) Que alto!
- (4) Que enrugado!
- (5) #Que limpo!
- (6) #Que retangular!

Em (1) e (2) temos uma construção formada a partir da estrutura ('Que + nome!'). Considerando um contexto em que uma criança na escola pega um objeto que não lhe pertence, e a mãe, ao perceber a atitude da criança, diz (1); ou na situação em que uma pessoa distraída, na rua, mexendo no celular, ao ouvir o barulho de uma buzina, deixa o celular cair no chão e diz (2), o proferimento dessas sentenças soa bem natural.

Em (3) e (4) temos uma estrutura formada a partir de ('Que + adjetivo!'), também comum no português. Podemos pensar em um contexto em que uma pessoa admira o tamanho de um arranha-céu para (3), e em um em que uma costureira se decepciona com a textura do tecido que precisa costurar para (4).

Contudo, (5) e (6), apesar de ainda serem estruturas da mesma natureza das sentenças anteriores, também trazendo adjetivos, já não soam tão naturais, mesmo se considerarmos um contexto favorecedor de manifestação de reações, como, por exemplo, em que alguém se surpreende com a limpeza dos talheres servidos em um restaurante, para (5), ou em que alguém que admira a forma inusitada do prato em um restaurante diz (6).

Com base na pouca naturalidade de (5) e (6), percebemos que não é qualquer adjetivo que vai ser licenciado em contextos que manifestam alta expressividade, como o das exclamativas do tipo exemplificado.

Todos os nomes (comuns) soam naturais nesse tipo de construção, mas nem todos os adjetivos, como mostram os exemplos (5) e (6). Então, podemos nos perguntar como fazer para identificar a classe adjetival licenciada nesses contextos, já que os adjetivos são sensíveis a construções com expressividade. Este artigo se propõe a responder à pergunta de qual é o motivo para que alguns adjetivos, mas não outros, possam ocupar em PB o núcleo de estruturas ('Que + adjetivo!'), que, neste trabalho, receberá o nome de exclamativa curta.

Segundo Brasoveanu e Rett (2017), um adjetivo expressivo é aquele que exprime

um julgamento por parte do falante, estabelecendo que o grau atribuído pelo adjetivo a seu argumento nominal é saliente por ultrapassar um limite contextualmente definido. Os testes propostos para separar os adjetivos expressivos dos demais são o do acarretamento e o da contradição. Por exemplo, o adjetivo ‘alto’ em (7) acarreta/ implica que a altura do indivíduo excede o padrão, isto é, o falante que diz isso se compromete com a avaliação de que a altura de João está acima da média considerada. Em (7’) temos um exemplo do teste de contradição, ou seja, é contraditório uma pessoa afirmar e negar ao mesmo tempo que um indivíduo seja alto, como podemos observar nos exemplos abaixo, retirados de Brasoveanu e Rett (2017, p. 3).

(7) *John is tall.*

‘João é alto.’

(7’) *John is tall...*(although/in fact) he is not tall.*

‘#João é alto... *(embora/na verdade) ele não seja/é alto.’

Pelo teste acima, percebemos que o adjetivo ‘alto’ é expressivo. Para um adjetivo ser expressivo, faz-se necessário que haja o acarretamento de que o grau supere um padrão contextualmente considerado e que, por isso mesmo, seja contraditório assumir ao mesmo tempo o polo positivo e negativo deste adjetivo.

Com o objetivo de examinar os adjetivos expressivos no PB, dois experimentos linguísticos foram desenvolvidos e aplicados a uma mostra de 45 falantes nativos do português, visando verificar quais adjetivos podem ser licenciados em contextos altamente expressivos, como as exclamativas curtas (‘Que + x!’). Os experimentos foram pautados por um estudo já realizado para o inglês (BRASONEANU; RETT, 2017) com o propósito de explorar a natureza da expressividade, partindo de construções adjetivais e diferentes tipos de adjetivos, como veremos em mais detalhes adiante. Os autores do estudo em inglês assumem, com Kennedy e McNally (2005), a divisão dos adjetivos em algumas categorias semânticas, como resumiremos a seguir.

Segundo a teoria que adotamos, os adjetivos podem ser divididos em graduáveis e não-graduáveis. Uma forma de saber se um adjetivo é de grau ou não é através da possibilidade de intensificar (8) ou colocar os adjetivos de grau em estrutura de comparação (9), além de eles terem o seu oposto facilmente identificado (10). Apenas os que passam nesses testes são graduáveis.

(8) a) João é muito alto.

b) *O prato é muito retangular.

(9) a) João é mais alto que Pedro.

b) *O prato é mais retangular que a bandeja.

- (10) a) O oposto de ‘alto’ é ‘baixo’.
b) O oposto de ‘retangular’ é ???

Segundo Kennedy e McNally (2005), alguns adjetivos estabelecem uma relação entre indivíduos e graus. Eles mapeiam seus argumentos (indivíduos) a graus numa escala, que são uma abstração da representação de medida. Escalas são graus ordenados em torno de uma dimensão, que é estabelecida pela propriedade avaliada pelo adjetivo (ALTURA, PESO, IDADE etc.). Os autores dividem os adjetivos de grau em dois grupos, dependendo do tipo de parâmetro segundo o qual são mensurados. Adjetivos em que o grau do referente do nome modificado pode ser avaliado em relação a qualquer parâmetro proveniente do contexto são chamados de relativos. Os que têm o grau do referente do nome que estiver por eles modificado avaliado em comparação a um parâmetro fixo, parâmetro esse associado a uma propriedade inerente do referente desse nominal, são os adjetivos chamados de absolutos.

Para avaliar se um adjetivo é relativo, é preciso considerar o parâmetro contextual de comparação. Por exemplo, para julgar a verdade de uma sentença como (7), não basta saber a medida de altura do indivíduo: é necessário também saber qual é o parâmetro de comparação assumido do contexto. A sentença só será verdadeira se o grau de altura de João estiver acima do parâmetro de comparação. Se o grau de altura estiver abaixo desse parâmetro, a sentença será falsa. Por exemplo, se João, medindo 1,70m, for comparado a indivíduos que medem 1,60m, ele será considerado alto; mas se for comparado a jogadores de basquete, que têm altura acima de 2m, ele será considerado baixo. Além dos adjetivos ‘alto’/ ‘baixo’, podemos citar outros adjetivos de grau relativo: ‘velho’/ ‘novo’, ‘gordo’/ ‘magro’, ‘bom’/ ‘ruim’, ‘pobre’/ ‘rico’ etc.

No caso dos absolutos, não é necessário buscar no contexto um parâmetro de comparação, pois o parâmetro é parte da própria escala: basta tão somente considerar um grau máximo ou mínimo na escala. Por exemplo, para avaliar uma sentença como (11), o estado do casaco tem de ser igual ao de determinado grau de sujeira. Assim, para julgar se o casaco está limpo, basta observar o seu nível de limpeza, sem ser necessário compará-lo a outros casacos. A sentença (11) será verdadeira se apresentar 0% de sujeira. Além dos adjetivos ‘limpo’ (e ‘sujo’), outros podem ser incluídos no grupo dos absolutos: ‘fechado’/ ‘aberto’, ‘cheio’/ ‘vazio’, ‘enrugado’/ ‘liso’ etc.

- (11) O casaco está limpo.

De acordo com Kennedy e McNally (2005), os adjetivos podem se estabelecer em quatro tipos de escalas. São eles: escalas abertas, escalas totalmente fechadas, escalas fechadas no ponto inferior e escalas fechadas no ponto superior. Os adjetivos relativos são sempre relacionados a escalas abertas e expressam comparações de superioridade/inferioridade, já que não há um grau máximo na escala, isto é, já que o parâmetro de comparação vem livremente do contexto.

Adjetivos absolutos podem ser de escalas fechadas nas duas pontas, como ‘vazio’/ ‘cheio’,

em que os dois polos são de grau máximo. Para um copo estar vazio, ele precisa trazer um grau de ocupação igual a 0%; com qualquer grau de ocupação diferente desse, o copo não poderá mais ser considerado vazio. Por outro lado, para um copo ser considerado cheio, precisa estar com ocupação igual a 100%; caso o copo esteja pela metade, não poderá ser considerado nem cheio e nem vazio. As escalas podem ainda ser parcialmente fechadas, isto é, fechadas numa única ponta, como ‘sujo’/ ‘limpo’. Os adjetivos absolutos expressam comparação de igualdade, ou seja, a ponta fechada da escala vai sempre levar a uma comparação de igualdade, como vimos no exemplo do casaco, que, para estar limpo, precisa ter grau de sujeira igual a 0%. Qualquer objeto com um grau de sujeira diferente desse vai ser considerado sujo.

Levando em consideração estas características semânticas propostas por Kennedy e McNally (2005), os autores Brasoveanu e Rett (2017) desenvolveram alguns experimentos, com o objetivo de analisar a distribuição da expressividade no inglês, considerando construções diferentes (construções comparativas implícitas, também conhecidas na literatura como “construções positivas”, como as sentenças dos exemplos (8) e (11), e construções comparativas explícitas, como, por exemplo, (9)) e classes de adjetivos diferentes (adjetivos relativos e absolutos), como veremos na seção seguinte. Esse estudo experimental comprovou que a expressividade está vinculada ao tipo de adjetivo (relativo ou absoluto) e não está limitada apenas a um tipo de construção (construção positiva).

Com o intuito de observar se o PB se comporta como o inglês no que diz respeito à expressividade dos adjetivos, e se os dados de (1) a (6) podem ser explicados partindo das hipóteses investigadas no inglês, desenvolvemos, com base nos estudos de Brasoveanu e Rett (2017), dois experimentos que serão detalhados nas próximas seções. É importante destacar que algumas adaptações foram realizadas nos testes, para que pudesse dar conta de algumas peculiaridades do português. Destacamos ainda que, até onde sabemos, trata-se do primeiro experimento dessa natureza na nossa língua.

O artigo está organizado da seguinte maneira: na próxima seção apresentaremos a metodologia e os resultados dos experimentos realizados no inglês; na seção seguinte há o detalhamento da metodologia dos experimentos realizados no PB; e na seção posterior, discutiremos os resultados esperados com a realização destes experimentos. Em seguida, apresentaremos a discussão dos resultados. Por fim, na última seção, mostraremos as conclusões a que chegamos por meio do nosso estudo experimental.

Os experimentos no inglês

Dois experimentos foram realizados no inglês. O experimento 1 testou 8 pares de adjetivos relativos (‘alto’/ ‘baixo’), e 8 pares de absolutos (‘aberto’/ ‘fechado’) foram testados no experimento 2. Eles foram realizados on-line e contaram com a colaboração de 42 participantes no primeiro experimento e de 48 no segundo. Inicialmente, os experimentos foram tratados

separadamente, contudo, para a realização da análise estatística, os dados dos dois experimentos foram reunidos e examinados em conjunto.

Os autores, assumindo Rett (2008), defendem que os adjetivos apresentam comportamento sintático diferente, ou seja, que os adjetivos de grau são diferentes dos sem grau, por exemplo, e que os de grau são mais adequados à expressividade, pois podem ser combinados com um morfema nulo avaliativo—EVAL—, que é um operador nulo de expressividade, um modificador não-pronunciado de graus com a função de sistematizar a expressividade, operando em um conjunto de graus para produzir um subconjunto deles, subconjunto esse formado por todos aqueles graus que excedem um certo padrão. Como afirma a autora:

Construções expressivas referenciam graus elevados em uma escala em relação a um padrão. Assim, podemos pensar no modificador de grau que codifica a expressividade ('EVAL') como uma função de um conjunto de graus para um subconjunto desses graus (os que estão acima do padrão).(RETT 2008b, p. 83, tradução nossa)

Brasoveanu e Rett (2017), visando investigar a expressividade no inglês, tiveram como variáveis independentes tipos de construção diferentes — a positiva ('Maria é baixa. '), a comparativa de superioridade ('Maria é mais baixa que Sofia. ') e a equativa ('Maria é tão baixa quanto Sofia. ') —, diferentes tipos de adjetivos (relativo, absoluto de grau máximo e absoluto de grau mínimo), o polo do adjetivo (positivo — 'alto' — e negativo — 'baixo' —) e a posição do adjetivo na comparativa (se o adjetivo ocupa a posição de sujeito ou a de complemento). Os autores não esperavam encontrar diferença entre as subclasses dos adjetivos de grau, mas esperavam ver diferenças entre adjetivos de polo positivo e negativo, e entre os tipos de construção. A hipótese dos autores era a de que o tipo de construção sintática e o tipo de adjetivo fariam muita diferença na denotação da expressividade. Assim, dentre os vários tipos de construção examinados, eles esperavam: (i) que, especificamente em todas as construções de comparativas implícitas (ex. 'João é alto'), a classe de adjetivos fizesse diferença para a expressividade nesse tipo de construção; (ii) nas equativas explícitas (ex. 'João é tão alto quanto Maria'), esperavam que a expressividade fosse diferente quando o adjetivo fosse de polo positivo (ex. 'alto') ou negativo (ex. 'baixo'), embora não esperassem nenhum efeito do polo positivo/negativo para construções de comparação implícita; e (iii) que houvesse alguma diferença de expressividade entre adjetivos relativos e absolutos, tanto em comparativas implícitas quanto em explícitas.

A tarefa dos informantes era avaliar a validade de uma série de deduções que um chefe de polícia fazia, com base nos relatórios de um detetive. A tarefa final era a análise da conclusão do chefe de polícia seguindo um dos pontos da escala Likert, julgando se a resposta era justificável ou não. Em (12), temos um exemplo do experimento com um adjetivo relativo ('stronger' – 'forte'), e, em (13), temos um exemplo com um adjetivo absoluto ('complete' – 'completo'):

(12)

The Detective reported to the Police Chief: ‘Martha is stronger than Bertha’. The Chief concluded from this that Martha is strong.

-2	-1	0	1	2
(not justified at all)	(somewhat unjustified)	(neither justified nor unjustified)	(somewhat justified)	(strongly justified)

(13)

The Detective reported to the Police Chief: ‘Mary’s instructions are more complete than Richard’s instructions’. The Chief concluded from this that Mary’s instructions are complete.

-2	-1	0	1	2
(not justified at all)	(somewhat unjustified)	(neither justified nor unjustified)	(somewhat justified)	(strongly justified)

Em relação aos resultados, confirmou-se que: (i) os adjetivos de grau são mais adequados para a expressividade; (ii) existe uma correlação entre o tipo de construção e o tipo de adjetivo de grau, a saber: (a) a classe do adjetivo relativo é mais expressiva nas construções positivas e equativas; (b) a classe dos absolutos é mais expressiva nas construções positivas; e (c) nas construções comparativas, tanto a classe dos relativos quanto a classe dos absolutos exibem o mesmo nível de expressividade; (iii) no que diz respeito à polaridade adjetival, não houve clareza quanto à diferença de expressividade entre o polo positivo e o negativo; e (iv) em relação às construções, a construção positiva é a mais expressiva. De maneira geral, os autores se surpreenderam com os resultados, pois, com base em Kennedy e McNally (2005), esperavam que os relativos em construções positivas mostrassem maior expressividade que os absolutos, o que não ocorreu nos estudos.

Os experimentos no PB

Para examinar a expressividade em PB, dois experimentos linguísticos foram elaborados e, na sua aplicação, contamos com a participação de 45 informantes nativos do português. Um experimento era de julgamento de felicidade, e o outro era de produção. Nos dois experimentos, o objetivo principal era investigar qual adjetivo é mais apropriado aos contextos altamente expressivos. A expressividade e a vagueza são altamente sensíveis ao contexto. Por isso, escolhemos recorrer a metodologias diferentes, embora pretendêssemos testar a mesma hipótese e possivelmente, encontrar os mesmos resultados. Dessa forma, além de fazer testes de julgamento de felicidade, aderimos também ao teste de produção, que poderiam vir a confirmar os resultados do teste de felicidade.

Contudo, é importante destacar que não entraram em nossa investigação da expressividade do português todas as construções investigadas por Brasoveanu e Rett (2017). Escolhemos para o nosso teste apenas um tipo de construção, a exclamativa curta ('Que + adjetivo!'), por essa estrutura denotar um grau elevado de expressividade no PB.

Tivemos como variáveis independentes os diferentes grupos de adjetivos (sem grau —'retangular'—, de grau relativo —'alto'—, absoluto de grau mínimo —'torto'— e absoluto de grau máximo —'reto'—) e os nomes —'susto'—, que foram usados como controle, ou seja, para sabermos se os informantes estavam atentos às instruções do experimento, já que assumimos que todos os nomes comuns, presos a um contexto expressivo, são bem formados nessas construções.

A nossa hipótese, baseada nos resultados de Brasoveanu e Rett (2017) para o inglês, era a de que só os adjetivos de grau relativo e os absolutos de grau mínimo seriam naturais em exclamativas curtas, já que o grau denotado pelo argumento de um adjetivo tem de exceder o parâmetro contextual para ser expressivo. E a hipótese contrária à assumida era a de que todos os adjetivos fossem igualmente bons nas exclamativas ou, ainda, que sua felicidade nesse contexto seria aleatória, e não determinada pelo tipo de adjetivo.

Todos os informantes, antes de começarem a executar as tarefas dos experimentos, receberam uma breve explicação sobre o fato de poderem interromper o experimento a qualquer momento, sobre o fato de não haver resposta certa ou errada, mas de estarmos querendo acessar o conhecimento espontâneo do falante, sobre a preservação de seu anonimato, sobre como poderiam ter acesso à pesquisa posteriormente, caso assim desejassem, e sobre não haver pagamento pela participação, já que ela era totalmente voluntária. Além de ouvirem essas informações, eles liam e assinavam o termo de consentimento livre e esclarecido, para só então começar de fato a realização do experimento.

A seguir são detalhadas as tarefas dos dois experimentos realizados:

Experimento 1: Teste de julgamento de felicidade

Para este experimento, elaboramos duas listas de tarefas, cada uma com dois exemplos de exclamativa curta, formada a partir de um tipo de variável independente (dois exemplos de adjetivo sem grau, dois de grau relativo, dois de grau máximo e dois de grau mínimo) e dois exemplos com nomes. Contamos a participação de 23 informantes na primeira lista e 22 na segunda, obtendo um total de 45 participantes no experimento. Tivemos um total de 20 itens manipulados, que são os apresentados na tabela 1. Cada lista continha 10 itens, sendo 2 de cada coluna, isto é, em cada lista, tinha dois exemplos das 5 variáveis independentes e 450 respostas para serem analisadas (referente a um somatório de 90 respostas de cada variável independente). A seguir podemos conferir os materiais que foram usados neste experimento:

Tabela 1: Materiais manipulados no experimento

Adjetivos de grau relativo	Adjetivos de grau mínimo	Adjetivos de grau máximo	Adjetivos sem grau	Nomes
bonito	sujo	fechada	nacional	covardia
novo	frouxo	lisa	civil	decepção
alto	torto	reto	mamífero	saco
antigo	ondulado	limpo	retangular	vergonha

Foram formadas exclamativas curtas com cada uma dessas variáveis e criados contextos em que alguém reagia expressivamente a algo surpreendente, usando uma das exclamativas. O conjunto das listas cobria todas as sentenças com os devidos contextos, pedindo o julgamento de felicidade numa escala Likert de 1 a 5. Cada um dos 45 participantes viu uma dessas listas. A forma de distribuição dos materiais foi, portanto, a *between subjects*: cada participante viu uma parte das sentenças. Os informantes eram instruídos a julgar se a reação do personagem naquele contexto apresentado soava natural ou não quanto ao modo de se expressar e, assim, marcar o grau de naturalidade em um dos pontos da escala Likert, especificando seu nível de aceitação, podendo avaliar a estrutura desde completamente natural até impossível de ser realizada por um falante. Em (14), vemos um exemplo do contexto elaborado neste experimento:

(14)

Maria, de carro, passa pelo centro da cidade e vê um arranha céu. Assustada com o tamanho do edifício, a mulher comenta: - **Que alto!**

() () () () ()

Completamente natural Bastante natural Natural no limite Pouco natural Impossível alguém dizer isso

Experimento 2: Teste de produção

Para a tarefa de produção, também criamos diferentes contextos em que seria adequado expressar uma reação de surpresa, e ao final de cada um deles os informantes precisavam preencher com uma única palavra o espaço em branco entre o complementizador e o ponto de exclamação ('Que ____!'). A palavra precisava ser adequada ao contexto, como se a exclamativa curta fosse uma reação à situação descrita naquele cenário. Também neste experimento, criamos contextos que suscitasse a produção de diferentes adjetivos (sem grau, grau relativo, absoluto de grau mínimo e absoluto de grau máximo) e nomes, mas o informante poderia preencher as lacunas livremente; ou seja, apesar de termos tido o cuidado de elaborar contextos pensando nas diferentes classes adjetivais, o participante não recebia nenhuma instrução que o manipulasse na hora do preenchimento da sua resposta. Ao contrário, eles recebiam a informação de que

poderiam responder de acordo com a sua opinião, sem que o nosso objeto de estudo ficasse em evidência. Dessa forma, ele só precisava, após ler cada contexto, completar o núcleo de uma exclamativa curta com uma única palavra adequada ao contexto, à sua escolha. Também utilizamos neste experimento a condição inter-sujeitos (*between subjects*) na distribuição das variáveis: formulamos dois contextos, distribuindo dois por lista, de modo que cada informante viu uma lista com apenas duas exclamativas diferentes para completar. O total de variáveis foi visto pelo conjunto dos participantes. Em (15), vemos um exemplo de uma tarefa do teste de produção:

(15)

Rafaela não consegue organizar suas roupas no armário e deixa tudo bagunçado. Como não gosta de passar roupas, sai com a vestimenta da maneira que estiver. Ontem foi para a igreja com um vestido sem passar. Sua mãe, assustada, olhou para o vestido e disse: - Que _____!

Resultados esperados

Em relação aos resultados, esperávamos que, tanto no experimento de julgamento de felicidade quanto no de produção, os adjetivos relativos, os absolutos de grau mínimo e os nomes fossem bem aceitos e produzidos. Contudo, não esperávamos aceitação nem produção de adjetivos sem grau e de grau máximo nas exclamativas curtas, visto que nenhum dos dois tipos de adjetivo estabelece que o grau de seu argumento nominal exceda um padrão contextual. Esperávamos que as construções com adjetivos de grau máximo e sem grau provocassem estranheza como reação expressiva ao contexto. As respostas foram comparadas combinando o tipo de adjetivo e a aceitação e preenchimento da exclamativa, e os achados tratados quantitativamente, em termos de percentual.

Discussão dos resultados

A tabela 2 mostra os resultados obtidos no teste de felicidade, no que diz respeito aos adjetivos de grau. Internamente a esse grupo de adjetivos, confirmou-se a hipótese de que os relativos são especialmente mais adequados à expressividade, com 80% de aceitação, em contraste com os resultados dos absolutos: grau máximo: 57,77% e grau mínimo: 53,33%. Contudo, a diferença entre os dois subtipos de adjetivos absolutos não foi muito significativa neste teste, tendo os valores dos de grau máximo se sobressaído pouco em relação aos de grau mínimo. É importante destacar que os percentuais se referem ao total de adjetivos de grau (90 relativo, 90 de grau máximo e 90 de grau mínimo).

	excelente	inaceitável	de bom ou excelente
Adjetivo relativo	72	18	80%
Adjetivo de grau máximo	52	38	57,77%
Adjetivo de grau mínimo	48	42	53,33%
Total de adjetivos com grau	172	98	63,70%

DIADORIM

Como podemos observar na tabela 3, tivemos um percentual de quase 100% de aceitação de nomes (96,66%), o que confirma a hipótese inicial de que os nomes comuns (vinculados a um contexto que provoca a avaliação do falante) são todos bem aceitos em contextos que denotam a expressividade.

Entre os adjetivos, a aceitação dos de grau (63,70%) foi bem mais substancial se comparado aos adjetivos sem grau (25,55%). Isso mostra que ter grau é um fator fundamental no que diz respeito à denotação da expressividade. Na nossa interpretação, esse resultado reflete o fato de que os adjetivos sem grau não estabelecem uma comparação de superioridade, um dos componentes da expressividade, segundo a teoria que adotamos.

Como dito anteriormente, contamos com a participação de 45 informantes, e cada um recebeu uma lista com dez contextos distintos (dois contextos para cada variável independente — adjetivo de grau relativo, de grau máximo, de grau mínimo, sem grau e o nome—), gerando um total de 450 itens para a análise. Dessas, 270 eram de adjetivos com grau (somando 90 relativos, 90 de grau máximo e 90 de grau mínimo), 90 sem grau e 90 de nomes. A contabilização da tabela 3 é sobre o universo de julgamentos de felicidade para os adjetivos de grau (270), os sem grau (90) e os nomes (90).

Tabela 3: Tabela consolidada dos julgamentos dos adjetivos e nomes (universo de 90 questões respondidas)

	Bom/ excelente	Estranho/ inaceitável	Percentual de julgamentos de bom ou excelente
Adjetivos com grau	172	98	63,70%
Adjetivo sem grau	23	67	25,55%
Nomes (distratores)	87	3	96,66%

A tabela 4 mostra os resultados obtidos no teste de produção. *É importante ressaltar que cada um dos 45 participantes* do experimento de produção recebeu duas questões de produção, gerando um universo de 90 respostas para analisar. Essas respostas foram classificadas conforme as variáveis independentes que estão detalhadas na coluna 1: adjetivos sem grau, adjetivos relativos, adjetivos de grau máximo, adjetivos de grau mínimo, nomes e outros (quando, por exemplo, apesar de as instruções pedirem para completar com apenas uma palavra, os participantes colocavam diversas palavras na exclamativa). Os percentuais se referem ao total de produções obtidas para cada elemento discriminado na primeira coluna, relativamente ao universo de 90 produções.

Tabela 4: Teste de Produção espontânea

1 É importante destacar que os valores indicados na segunda e na terceira coluna são absolutos e se referem a cada teste ligado à variável independente no total geral, e não ao número de participantes.

Tipo de elemento único em 'Que x!'	Itens produzidos	Percentual
Nome: ('Que bagunça!')	46	51,11%
Grau máximo: ('Que completo!')	1	1,11%
Grau mínimo: ('Que amassado!')	5	5,55%
Relativo: ('Que bom!')	23	25,55%
Sem grau: ('Que plástico!')	Zero	0%
Outros casos (sentença aumentada, superlativo): ('Que coisa feia!')	15	16,66%

Como já esperado, tivemos um elevado número de produção de nomes (51,11%), o que confirma a hipótese de que os nomes comuns **são bem aceitos nessas construções**. O fato de não termos nenhuma produção de adjetivos sem grau (0%) reafirma os resultados da tabela 3, sobretudo no que diz respeito à necessidade de o adjetivo ter grau para a expressividade. Entre os adjetivos de grau, os de grau relativo foram os que mais se destacaram, ocupando 25,55% do total das lacunas preenchidas. Já entre os absolutos, os de grau mínimo (5,55%) se sobressaíram em relação aos de grau máximo (1,11%). Apesar da baixa frequência de produção de adjetivos absolutos em geral, podemos inferir da diferença entre as duas subclasses que a semântica dos adjetivos de grau mínimo é muito mais adequada à expressividade que a semântica do grau máximo. Interpretamos esse resultado como uma confirmação da proposta de Brasoveanu e Rett (2017), de que os adjetivos de grau mínimo, por aceitarem uma gama variada de valores (todos os diferentes do parâmetro de comparação, que é um dos extremos da escala) são capazes de atribuir ao seu argumento nominal um grau que ultrapasse o padrão avaliativo assumido.

Comparando os resultados dos dois testes, fica evidente que o experimento de produção é ainda mais revelador que o experimento de julgamento de felicidade. Para explicarmos as diferenças nos resultados obtidos com o método do julgamento de felicidade e o método de produção, como já comentado anteriormente, percebemos que os falantes tendem a ser mais tolerantes quando precisam avaliar a felicidade de uma construção linguística, por razões pragmáticas, mas que em suas produções a tendência é que eles se deixem guiar mais por sua gramática internalizada; ou seja, a probabilidade de um falante produzir uma estrutura linguística que não seja gramatical na sua língua é **bem menor**, se comparado à possibilidade de ele aceitar, no seu julgamento, uma construção que fira sua intuição linguística, mas lhe garanta uma atitude pragmática cooperativa (já que eu entendi qual era a intenção comunicativa do meu interlocutor, não vou censurar o modo de falar dele).

Vamos examinar mais atentamente alguns achados dos experimentos. Como podemos observar na tabela 5, os adjetivos sem grau (25,55%) foram bem menos aceitos que os de grau (63,70%) no teste de julgamento de felicidade. Da mesma forma, no teste de produção, a ocorrência dos adjetivos de grau (32,22%) não só foi bem maior em relação à produção aos sem grau, mas não houve produção de adjetivos sem grau (0%).

Tabela 5: Adjetivos de grau e sem grau

Felicidade	com grau: 63,70%	sem grau: 25,55%
Produção	com grau: 32,22%	sem grau: 0%

Em relação aos subtipos de adjetivos de grau, tanto no teste de felicidade quanto no teste de produção confirmou-se a hipótese de que os relativos são especialmente adequados à expressividade, como nos mostram os resultados na tabela 6:

Tabela 6: Adjetivos de grau relativo

Felicidade	relativo: 80%
Produção	relativo: 25,55%

O percentual de produção de relativos (25,55%) não só foi o maior entre os adjetivos, mas foi 5 vezes maior que o segundo colocado, o adjetivo de grau mínimo (5,55%); a taxa de produção de grau máximo foi irrisória (1,11%). Só os nomes superaram os adjetivos relativos no teste de produção.

Embora, como dito anteriormente, a diferença entre os adjetivos absolutos de grau mínimo e grau máximo não tenha sido marcante no teste de felicidade, no de produção é possível notar que a diferença se mostrou mais marcada, como vemos na tabela 7:

Tabela 7: Adjetivos de grau absoluto

Felicidade	grau mínimo: 53,33%	grau máximo: 57,77%
Produção	grau mínimo: 5,55%	grau máximo: 1,11%

Vemos que, em termos de produção, os adjetivos de grau mínimo são 5 vezes mais recorrentes que os de grau máximo. Fica aberta a possibilidade de que a preferência pelo adjetivo de grau mínimo e a rejeição ao de grau máximo estejam mascaradas pela tendência de ser cooperativo nos testes de julgamento. Novos testes precisariam ser feitos para verificar mais a fundo essa hipótese.

Assim, no geral, constatamos que todos os nomes comuns foram bem aceitos, ou seja, não parece haver uma classe nominal que seja melhor que a outra nos contextos expressivos examinados; já em relação aos adjetivos, de fato os achados indicam que não é qualquer um que vai bem nesses contextos, o que mostra a importância gramatical de se dividir os adjetivos em classes semânticas como de grau, sem grau e nos subtipos de grau.

Conclusão

Este estudo representa um avanço em relação ao conhecimento sintático e semântico do fenômeno da expressividade no PB, especialmente por ser um trabalho pioneiro no assunto.

Os resultados dos experimentos confirmaram que os nomes comuns são todos admitidos em contextos expressivos, diferentemente dos adjetivos, que são mais sensíveis. Ou seja, não é qualquer adjetivo que funciona como expressivo em PB, assim como não é qualquer adjetivo que é aceito na mesma medida em construções expressivas do inglês. Foi possível ainda concluir da nossa pesquisa experimental que ter grau é uma condição semântica licenciadora da expressividade para os adjetivos, tal como já tinha sido observado para o inglês. Isso nos motiva a propor que haja um universal semântico no que diz respeito à semântica escalar dos adjetivos: em ambas as línguas, que não são da mesma família linguística, grau facilita a expressividade. Indo além, verificamos que os adjetivos de grau não são todos iguais quanto às propriedades semânticas requeridas pela expressividade, sendo os adjetivos de grau relativo os mais bem equipados, dada a sua semântica de comparação de superioridade. Em relação à hipótese de que o adjetivo absoluto de grau mínimo seja melhor que o de grau máximo em contextos expressivos, entendemos que os experimentos foram inconclusivos, já que os resultados, ao menos nos testes de felicidade, não exibiram grandes diferenças. Mas o teste de produtividade foi mais contundente, levantando uma dúvida sobre uma possível interferência do princípio de cooperação pragmática nas tarefas de julgamento de felicidade. Isso nos motiva a pensar em fazer novas investigações, que deixaremos para trabalhos futuros, já que este é um assunto bastante instigador.

Referências

- BRASOVEANU, A.; RETT, J.. Evaluativity across adjective and construction types: An experimental study. *Journal of Linguistics*, v. 54, n. 2, p. 263-329, 2018.
- FAYÃO, R. *10ª Semana de Integração Acadêmica da UFRJ*. Rio de Janeiro, 2019.
- FAYÃO, R; SUDRÉ, T. G.. *VII Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa*. Porto de Galinhas (PE), 2019.
- KENNEDY, C.; MCNALLY, L. Scale structure, degree modification, and the semantics of gradable predicates. *Language* 81, 345-381, 2005.
- QUADROS GOMES, A. P.; SUDRÉ, T. G. *ABRALIN 50 - Linguística na Contemporaneidade: Desafios, Debates e Propostas*. Maceió (AL), 2019.
- RETT, J. *Antonymy and evaluativity*. In Masayuki Gibson & Tova Friedman (eds.), *Proceedings of SALT XVII*. CLC Publications, 2008a.
- RETT, J. *Degree modification in natural language*. Diss. Rutgers University-Graduate School-
- Diadorim*, Rio de Janeiro, vol. 22, número 2, p. 557-571, 2020.

New Brunswick, 2008b.

SUDRÉ, T. G. *XVII Seminário de Dissertações e Teses em Andamento*. Rio de Janeiro, 2019.